Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

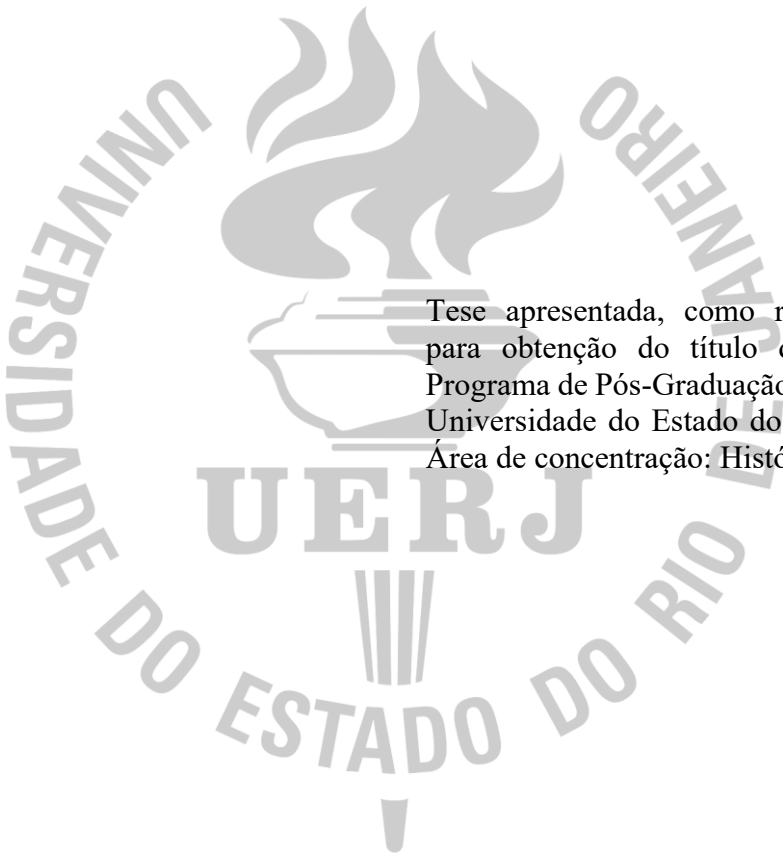
Elizabeth Santos de Carvalho

O Barão do Rio Branco: histórias inacabadas

Rio de Janeiro
2024

Elizabeth Santos de Carvalho

O Barão do Rio Branco: histórias inacabadas



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lucia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R585 Carvalho, Elizabeth Santos de.
O Barão do Rio Branco: histórias inacabadas / Elizabeth Santos de Carvalho. – 2024.
365 f.

Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Institu to de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, 1845-1912 - Teses. 2. Biografia - Teses. 3. História intelectual - Teses. 4. História - Teses. I. Guimarães, Lucia Maria Paschoal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 92(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Elizabeth Santos de Carvalho

O Barão do Rio Branco: histórias inacabadas

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 25 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dr.ª Lucia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Márcia de Almeida Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof. Dr. Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos
Ministério das Relações Exteriores

_____

Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva
Universidade Estadual Paulista

_____

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

À minha mãe e
à memória de meu pai

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pela acolhida ao meu projeto, o que viabilizou a realização desta tese. Da mesma forma agradeço aos professores do Programa pelas discussões e debates nos últimos anos.

Apesar do processo de escrita ser um trabalho solitário sempre pude contar com o apoio de pessoas que foram fundamentais. Devo um especial agradecimento a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães que tem acompanhado a minha trajetória desde a conclusão da graduação em 2008. Ao longo desses anos tive o privilégio de contar com a sua orientação generosa, com olhar atento e leitura precisa em cada etapa. Sempre lembrarei com carinho das longas conversas nos nossos encontros.

Não poderia deixar de agradecer ao professor Wilton Silva e à professora Márcia Gonçalves pelos comentários e sugestões no exame de qualificação, que muito contribuíram para elaboração da tese. Do mesmo modo agradeço pela leitura e avaliação crítica do embaixador Luís Cláudio Villafañe e do professor Fernando Luiz Vale Castro, que aceitaram o convite para integrar a banca de defesa da tese. Agradeço também às professoras Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Rachel Williams pelo acolhimento e orientação no Programa de Estágio Docente.

Para realização do trabalho de pesquisa pude contar com a assistência das equipes da Biblioteca e do Arquivo Histórico do Itamaraty e com o apoio do meu sobrinho Lucas e da amiga Leandra para transcrição de documentos. Sou grata à contribuição de todos.

Agradeço pelo suporte afetivo de todos que se fizeram presente de alguma forma, mesmo com o meu afastamento persistente nos últimos anos, posso garantir que não foi uma caminhada fácil. As mensagens de carinho e cuidado da minha irmã Gabi, das minhas primas e grandes amigas Ilana e Rosana, e dos amigos queridos que acompanharam etapas muito importantes desse processo Thamirys, Allan, Helene, Vanessa e Raquel.

Dedico este trabalho ao meu pai, *in memoriam*, e à minha mãe por todo esforço que sempre fizeram por nós e pelo lugar de amor que criaram ao nosso redor. E ainda mais por estarem sempre presentes, mesmo que às vezes seja apenas nas nossas lembranças. Também dedico este trabalho ao Filipe por embarcar comigo nessa história, por se deixar levar pelos meus sonhos, e pelo carinho diário que, muitas vezes, foi o que me ajudou seguir em frente.

“É entre a paixão e a razão que se decide escrever história. Afinal, não existe história simples, nem mesmo história tranquila. E, se o arquivo serve realmente de observatório social, só o faz através da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstruído de acontecimentos obscuros, forjando perguntas a partir de silêncios e balbucios.”

O sabor do arquivo, de Arlette Farge. SP: Edusp, 2009.

“Eu era como um minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro.”

Tocqueville Apud Sirinelli, 2003.

RESUMO

CARVALHO, E. S. de. *O Barão do Rio Branco*: histórias inacabadas. 2024. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente tese examina as relações entre as obras publicadas por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco e a sua história de vida, tendo como fio condutor o percurso intelectual do autor ao longo das décadas de 1860 a 1890. A investigação privilegia a análise dos textos publicados neste período, considerando os diferentes meios de divulgação, as características das edições, os temas abordados e a forma como este conteúdo é apresentado. O exame também se estende ao farto material de pesquisa reunido pelo barão, o qual está associado à sua obra publicada e àquela que permaneceu inédita. Através desse conjunto de fontes a pesquisa acompanha aspectos da sua trajetória entrelaçando fragmentos de arquivo, notas em livros e a elaboração de textos, que transitam entre esboços biográficos, estudos históricos e artigos de imprensa. O trabalho contempla ainda a ampla rede de cooperação intelectual tecida pelo barão no correr dos anos de estudo, evidenciando relações que se construíram pelos interesses compartilhados, muitas vezes imbricados com aspectos do cenário político da época.

Palavras-chave: Barão do Rio Branco; biografia; história intelectual.

ABSTRACT

CARVALHO, E. S. de. *The Baron of Rio Branco*: unfinished histories. 2024. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis puraues to investigate the relationship between the works published by José Maria da Silva Paranhos Júnior, baron of Rio Branco, and his life history, guided by the author's intellectual journey throughout the decades from 1860 to 1890. The investigation focuses on analysing the texts published in this period, considering the different means of dissemination, the editions characteristics, the topics addressed and how this content is presented. The examination also extends to the abundant research material gathered by the baron, which is associated with his published work and with that held unpublished. Through all these sources, this research follows aspects of his trajectory, interweaving archive fragments, notes in books and the creation of texts, which range from biographical sketches, historical studies and press papers. The work also contemplates the broad network of intellectual cooperation entwined by the baron over the years of study, highlighting relationships that were built through shared interests, often intertwined with aspects of the political scenario of the time.

Keywords: Baron of Rio Branco; biography; intellectual history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fotografia do gabinete do barão do Rio Branco no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro (1912)	11
Figura 2	Fotografia do escritório do barão do Rio Branco na sua casa em Paris (1897)	12
Figura 3	Capa do Catálogo Oficial do Brasil na Exposição Universal em Paris (1889)	244
Figura 4	Contracapa do Catálogo Oficial do Brasil na Exposição Universal em Paris (1889)	244
Figura 5	Diagrama presente no verbete *Le Brésil* (1889)	254
Figura 6	Ilustração presente nas páginas de abertura do folheto *L'Abolition de l'esclavage* (1889)	273

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
ABRB	Arquivo Pessoal do Barão do Rio Branco
BHI	Biblioteca Histórica do Itamaraty
CBRB	Coleção Barão do Rio Branco
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1 **TEMPOS ENTRELAÇADOS: ENTRE ESBOÇOS E RETRATOS** 25
1.1 **Um erudito a serviço da pátria** 29
1.2 **O Barão, símbolo nacional** 36
1.3 **Projetos biográficos** 61
1.3.1 Obra sob encomenda: a imagem moldada pela pesquisa documental 63
1.3.2 Em meio a "epidemia biográfica": um olhar permeado pela intimidade 74
1.3.3 Juca, Rio Branco, ou apenas Barão 84
2. **A HISTÓRIA NA HISTÓRIA DE VIDA DE PARANHOS JÚNIOR** 92
2.1 **O Brasil que se desenhava no Oitocentos** 92
2.2. **Uma aventura do espírito** 103
2.3. **As lições do Instituto** 115
2.3.1 O elemento biográfico em Rio Branco 128
2.4 **Uma história pelo nacional** 146
3 **QUANDO A VOZ FALTA À TRIBUNA, ELA SE REVELA NA IMPRENSA** 155
3.1 **Os encantos de uma dama em letras impressas** 155
3.2 **O periodismo como arma de defesa política** 166
3.3 **Artigos, efemérides e notas de rodapé: páginas para historiar** 182
3.3.1 Uma história em nota de rodapé 189
3.4 ***Supremum vale!* Zelar e honrar a memória do seu pai** 199
4 **USOS DO PASSADO, USOS DA HISTÓRIA** 221
4.1 **Uma *Notícia sobre o Brasil*, o Império do café** 221
4.2 **Um Império resplandecente no apagar das luzes** 243
4.2.1 *Le Brésil* na *Grande Encyclopédie* 247
4.2.2 *Le Brésil en 1889* 257
4.2.3. *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* 260
4.2.4 A história do Império segundo Rio Branco 265
4.2.5 No apagar das luzes 275
4.3 **Lições diárias de história pátria** 281
CONSIDERAÇÕES FINAIS 299
REFERÊNCIAS 305
ANEXO A - Escritos 316
APÊNDICE A – Tabelas com descrição das publicações de 1889 356

INTRODUÇÃO

> "Sob a história, a lembrança e o esquecimento. Sob a lembrança e o esquecimento, a vida. Mas escrever a vida é uma outra história. Uma história inacabada."
>
> Paul Ricoeur[1]

Figura 1 – Fotografia do gabinete do barão do Rio Branco no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro (1912)



No início do século XX um amplo salão do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, atraía a atenção de todos. O local figurava nas notícias, crônicas e anedotas da imprensa carioca, habitando o imaginário popular.

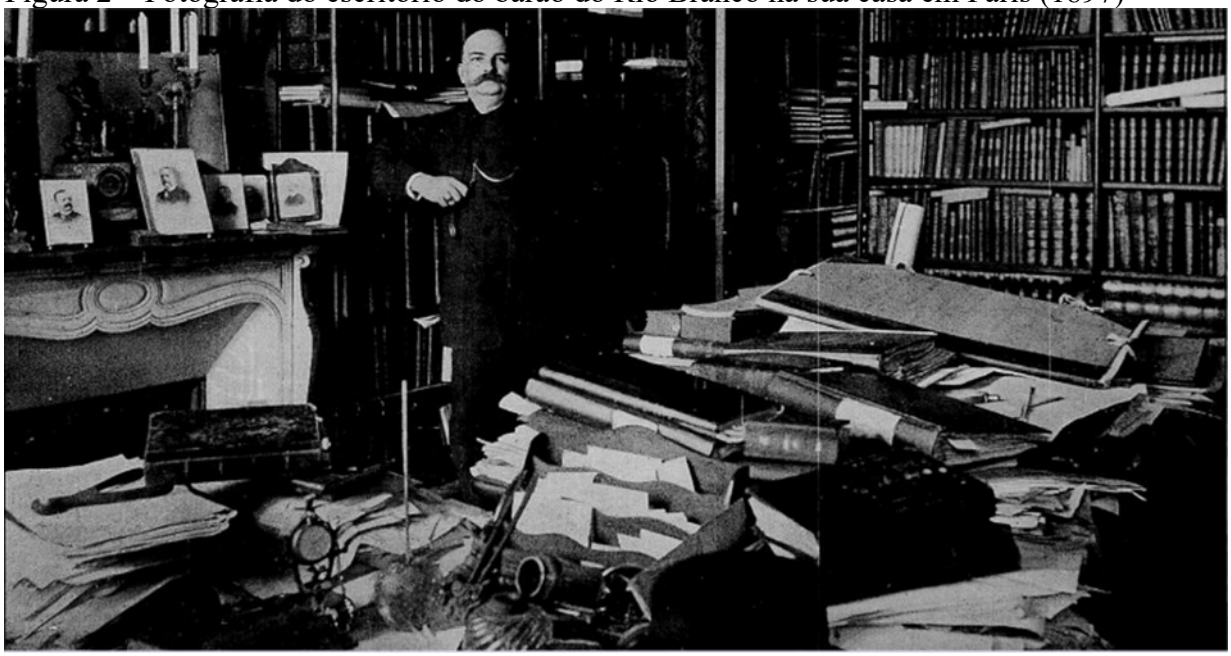
O aristocrático estilo de um *bureau ministre* se misturava a mesas em cedro e pinho branco, agrupadas de forma aleatória preenchendo praticamente todo o espaço. Documentos, livros e papéis dominavam a cena ocupando cada pequena brecha do mobiliário, chegando a formar grandes pilhas na iminência de desmoronar. O requinte de tapetes Aubusson contrastavam com tampos de madeiras improvisados, apoiados em cavaletes. Apesar das numerosas janelas, a luz mal conseguia penetrar o ambiente, que permanecia em penumbra.

[1] RICOUER, Paulo. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

O cenário, capturado pelo fotógrafo Augusto César Malta, na manhã de 11 de fevereiro de 1912, eternizou a imagem do gabinete do barão do Rio Branco, um dia após a sua morte. O fotógrafo, desistindo do furo jornalístico, só divulgou a fotografia passados quase vinte anos.[2] Malta enquadrou lado a lado o gabinete do Ministro das Relações Exteriores e o seu quarto de dormir, improvisado em um canto da sala. Junto à cama, um par de sapatos ainda repousava sobre um pequeno tapete, e na outra extremidade da sala estava um dos seus tradicionais chapéus.

A cautela de Augusto Malta em expor o estado do gabinete, não era assim tão necessária. Há muito tempo já era comentado o aparente caos da mesa de trabalho do barão. Ele mesmo já havia sido fotografado em seu escritório, em Paris, em meio a absoluta desordem de papéis amontoados por todos os lados. Afeito à pose, não resta dúvida de que aquele enquadramento foi pensado e aprovado por Rio Branco.

Figura 2 – Fotografia do escritório do barão do Rio Branco na sua casa em Paris (1897)



[2] Em 21 de maio de 1931 Augusto Malta encaminhou uma carta para Max Fleiuss, confiando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a fotografia do gabinete do barão do Rio Branco, capturada um dia após a sua morte. Junto ao item o fotógrafo remetia um relato contando a história daquele registro. Apesar dos esforços narrados para conseguir um furo naquele momento em que toda a imprensa carioca se ocupava do passamento do chanceler, ele teria desistido de publicar e mantido o registro em segredo. A fotografia oferecia uma imagem do gabinete do barão como ele havia deixado. AHI L880 M1 (cópia).

A fotografia, divulgada junto a um artigo escrito por seu amigo, Eduardo Prado, em 1897, contribuía para sua identificação como erudito.[3] Este aspecto, aliás, se consolidou como uma das suas características de maior destaque, o que justificou, em grande medida, o esforço de Malta para obter o registro do famoso recinto naquela manhã de fevereiro.

Ao mesmo tempo, soma-se o fato de ter sido o local onde o barão morreu, o que atribuiu um forte valor simbólico ao salão do Itamaraty,[4] posteriormente denominado Sala Rio Branco, onde se encontra a seguinte inscrição em homenagem àquele que foi designado o Patrono da Diplomacia Brasileira: "Nesta sala, que foi, por muitos annos, o seu gabinete de trabalho, falleceu, em 10 de fevereiro de 1912, o grande Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco" A frase gravada em letras douradas reforça a monumentalização do espaço dedicado à memória do antigo chanceler.

A fotografia de Augusto Malta não foi selecionada ao acaso. Ela é representativa do *desafio Rio Branco* e tem acompanhado esta pesquisa em diversos momentos. O trabalho diário com as fontes que despertou certo "gosto pelos arquivos"[5], instigou os meus projetos da graduação e do mestrado. A partir das investigações então realizadas, percebi que a produção intelectual do barão, ainda não havia sido alvo de um estudo minucioso. Ainda que a erudição seja invariavelmente destacada como uma característica marcante de Rio Branco, na maioria dos casos, ela ocupa um lugar acessório na construção biográfica, que tende a privilegiar o homem de Estado, centrando suas análises no período entre os anos de 1893 a 1912.

Após tangenciar sua história de vida decidi enfrentar o *desafio biográfico*.[6] Assim, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Juca Paranhos, ou apenas Juca, mais conhecido como barão do

---

[3] E sobre essa figura "símbolo de saber" representada no artigo pela fotografia na sua biblioteca não deixaria o autor de comentar "na sua imensa biblioteca, no meio da desordem, apenas aparente, dos seus documentos e dos seus mapas, poucas são das vinte e quatro horas do dia as que o barão do Rio Branco não consagra às suas pesquisas e às suas leituras." *Revista Moderna: arte e letras*. Ano 1, nº 11, Paris, 15/12/1897. Magazine quinzenal ilustrada. Direção de M. Botelho.

[4] Por outro ângulo, o gabinete também foi retratado pelo pintor Carlo de Servi na obra "A morte do barão do Rio Branco" A pintura focaliza apenas a parte transformada em quarto, sem revelar que se tratava de uma sala oficial do Ministério. "A morte do barão do Rio Branco", de Carlo de Servi, acervo do Museu da República. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1350656/icon1350656.jpg

[5] A expressão faz referência à reflexão de Arlette Farge. FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

[6] Faço referência ao trabalho de François Dosse *O Desafio Biográfico:* escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015.

Rio Branco, tornou-se minha companhia cativa nos últimos anos.[7] Tomando de empréstimo a expressão utilizada por François Dosse, ao falar *desafio Rio Branco* busco ressaltar tanto as dificuldades do gênero biográfico para escrever uma tese a partir da singularidade de uma vida, quanto as provocações de um personagem instigante e multifacetado.

A despeito da aporia presente na reflexão de Paul Ricoeur em destaque, as histórias de vida são continuamente objeto de análise e construções narrativas pelas mais variadas abordagens. Ainda que novos interesses tenham definido a escolha por personagens até então negligenciados, lacunas documentais, assim como novas perspectivas, permitem que as mesmas figuras sejam mobilizadas em propostas inéditas.

Rio Branco está entre as figuras nacionais mais biografadas, logo conhecer essa bibliografia foi um dos primeiros desafios. Desse modo, a análise da construção biográfica permitiu identificar uma matriz discursiva e assinalar as lacunas que auxiliaram na definição deste trabalho. O exame da bibliografia demonstrou o quanto determinados relatos se repetem e o quanto interpretações anteriores foram assimiladas sem maiores questionamentos. Assim, para uma nova abordagem o retorno ao arquivo foi o caminho essencial. Confrontar as fontes e expandir o olhar para além das biografias já publicadas, permitiu descobertas e associações que iriam contribuir para a construção desta tese.

Segundo Arlette Farge, o "sabor de arquivo" expõe a tensão entre a paixão e a razão, que envolve o processo de pesquisa e escrita da história. Está entre o "gesto artesão" de copiar inúmeras documentos – em busca dos vestígios de um tempo pretérito, de experimentar a sensação de "tocar o real" ao folhear os manuscritos, de sentir certa emoção ou vibração na leitura paciente dos arquivos, e, ao mesmo tempo, de confrontar esses fragmentos do passado. Para a escrita da história a restituição fascinada não basta, é necessário saber questionar as fontes, ver além do encantamento. Não é demais lembrar que "paixão por arquivos não evita as emboscadas."[8]

O arquivo, geralmente mensurado em metros lineares, nos faz pensar: afinal, quantas estradas percorremos ao longo da pesquisa? Enquanto alguns estudos biográficos carecem de

[7] Os primeiros encontros se deram ainda no período inicial do curso de História, quando na Biblioteca Nacional tive contato com documentos autógrafos na coleção Tobias Monteiro.

[8] "Quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a **emoção** é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio." FARGE, op. cit., p. 37 (grifo nosso). Assim como identifica o potencial de se deixar impregnar pelo arquivo e sentir a emoção da sua descoberta e leitura, a autora adverte os perigos de se deixar absorver de tal forma pelo arquivo que não saiba mais interroga-lo. p. 71 Ao falar da emoção, Arlette Farge também recupera uma menção semelhante de Michel Foucault que se refere a "vibração" causada pela leitura de manuscritos.

fontes, esta investigação precisou lidar com um amplo conjunto documental. O barão preocupou-se em arquivar a sua vida, tendo preservado, inclusive, um volumoso material para as obras que teria pretendido escrever um dia.[9] Porém, ao mesmo tempo que fornece dados para a escrita biográfica, o arquivo tem suas armadilhas, afinal "Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e a mais evidente é a de ser lido pelos outros."[10]

O olhar atento sobre o acervo do barão do Rio Branco permite ver além da organização que prioriza a figura pública.[11] Um exemplo são os comentários anotados em seus livros. Por vezes, assistimos verdadeiras batalhas que travou com os autores, oscilando entre comentários mais ríspidos a outros de pura ironia e sarcasmo. Muitos revelam a minúcia das suas notas, em que corrigia até mesmo o dia de semana de alguma efeméride, sem que a informação tivesse qualquer relevância para o fato narrado. Em outras, parece dialogar diretamente com o leitor do arquivo, este é o caso de uma nota junto a uma pequena ilustração onde diz: "Este belíssimo desenho foi feito quando eu tinha 14 anos. Desculpe-me, pois, quem o puder ver."[12] Os desenhos e as caricaturas, que por certo distraiam suas horas de estudo, hoje ajudam a colorir um pouco da leitura árida dessa vida fragmentada em notas.[13]

O trabalho paciente do historiador, desde o levantamento, a coleta e o processamento de dados, traz surpresas que muitas vezes não interessam diretamente à pesquisa, mas contribuem com o estudo, sendo parte importante do mergulho no universo alheio, porque esses vestígios

---

[9] Sobre a dimensão da "vontade de arquivar a própria vida" ver ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-33, 1998.

[10] A fotografia é um pequeno lembrete de que a organização do arquivo pessoal, na tentativa de restabelecer uma ordem original, impõe uma interpretação do seu titular, afinal "o arquivo supõe o arquivista". A própria notação arquivística pode ser entendida como um "jeito astucioso de domá-lo" sinalizando a "utopia presente na vontade de um dia apossar-se dele exaustivamente." A análise dessas fontes, tão caras ao estudo biográfico, deve considerar tais intervenções, para que não reproduza uma elaboração anterior. FARGE, op. cit., 11-12

[11] De maneira geral, alguns itens de caráter pessoal, acabaram ficando esquecidos devido a séries e descritores genéricos atribuídos em organizações anteriores. Cabe ressaltar que está em andamento um amplo trabalho de tratamento do acervo do Itamaraty (RJ), de modo que um novo arranjo que está sendo elaborado para o arquivo do barão apresentará uma leitura muito mais completa do seu titular. Um exemplo de objetos da intimidade, que trazem outros aspectos desse personagem além do "homem de Estado", são os pequenos livros de reza da sua mãe, assim como brochuras improvisadas em folhas de luto, com as informações que pode reunir sobre o dia da sua morte. Nos mesmos moldes, mas em volume mais modesto, são os pequenos registros do falecimento de Marie Stevens, este, aliás, é um dos poucos documentos sobre sua esposa. AHI L880 M3.

[12] O pequeno desenho de soldados em marcha está na junto às anotações Combates de Vacacahy e de Umbu. AHI L 871 M2.

[13] Esses elementos nos levam do "efeito do real" às reflexões do aspecto performático desses registros. O arquivo pessoal e os documentos que o compõe são formas de "escrita de si" que assumem características diversas. Ainda que este trabalho não avance neste sentido, é necessário assinalar esta característica, inclusive como possibilidade futura de abordagem.

podem ser melhor observados no conjunto do que isolados. Nesse processo, às vezes é necessário "se deixar impregnar pelo arquivo", contudo, mantendo-se alerta, o olhar crítico deve orientar o caminho. Em meio ao universo de notas do arquivo pessoal o pesquisador sai atrás dos vestígios.

Outro aspecto do *desafio Rio Branco* é delimitar a abordagem do personagem. Não se pretende simplesmente reduzi-lo a um dos seus perfis, mas definir uma perspectiva entre as variáveis possíveis. Uma escolha que foi orientada pelas características de um determinado momento da sua trajetória pessoal, de modo que o "erudito" não seja considerado mera alegoria da composição de um símbolo cívico, mas caracterizado como tal e compreendido como parte da elite letrada da segunda metade do Oitocentos.

Desse modo, este trabalho propõe examinar a trajetória cumprida pelo barão do Rio Branco de uma maneira que "interrogue diferentemente os percursos intelectuais" e busque "reviver os múltiplos itinerários"[14] configurando uma alternativa à matriz discursiva em que se sobressai a imagem do estadista. Uma perspectiva que se aproxima da biografia intelectual, conforme proposto por François Dosse.[15]

Busca-se assim pensar em conjunto, vida e produção intelectual, considerando que essas duas dimensões não podem ser tratadas "como separadas por uma divisória estanque, nem reduzidas a um único nível."[16] Ou seja, considerar esta interrelação como uma "melodia ininterrupta" não significa ignorar possíveis variações e até mesmo contradições nos escritos analisados. Segundo Jean Starobinski "Ela pode também ser produto de discordâncias, de zonas de opacidade ou de escapatória, pela escrita e o pensamento, da vida real." [17]

Ao propor uma análise conjunta da obra de Rio Branco, procurando estabelecer uma interação entre seus textos e seu acervo (arquivo e biblioteca particulares), este trabalho

---

[14] Questões que fazem parte da formulação sobre biografia intelectual proposta por François Dosse em seus projetos dedicados aos autores franceses Paul Ricoeur, Michel de Certeau e Pierre Nora. DOSSE, François. *Paul Ricouer*, *les sens d'une vie*. La Découverte, 1997; DOSSE, François. *Michel de Certeau, le marcheur blésse*. La Découverte, 2002; DOSSE, François. *Pierre Nora, homo historicus*. Paris: Perrin, 2011.

[15] François Dosse encerra o livro *O desafio biográfico* com um capítulo específico à Biografia Intelectual. A análise, a partir da associação de trajetórias e produções intelectuais, é posta como uma forma de escrita biográfica do "homem de ideias". Identificada, inicialmente, com estudos sobre filósofos e suas obras, tem ampliado as possibilidades de análise que vem se estendendo a outros campos. DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.pp. 361-403.

[16] DOSSE, op. cit., p. 386.

[17] Jean Starobinski, em seu trabalho sobre Jean-Jacques Rousseau, chama atenção para uma dita harmonia singular presente na obra do biografado que pode evidenciar uma intenção manifesta. Onde obra e autor constituem um conjunto irredutível, como uma "melodia ininterrupta". STAROBINSKI apud DOSSE, op. cit., p. 369.

pretende examinar a história de vida do barão sobre a forma como seus estudos se desenvolveram. Assim, envolve inúmeras questões do "desenvolvimento intelectual", associado ao "desenvolvimento pessoal", de forma a constituir uma trama que acompanha os interesses do biografado, como estão articulados e impressos na sua produção intelectual.[18] Nesse sentido, não se considera esta produção intelectual simples produto do meio, o que acabaria por pulverizar o indivíduo e suas singularidades, incorrendo em riscos de reducionismos e combinações indevidas.[19]

As relações entre elementos da vida afetiva e da vida intelectual, trazem aspectos da subjetividade para o debate, afinal "O gênero biográfico não tem como manter-se imune à crescente atenção dedicada aos problemas da subjetividade, que faz dele um gênero mais problemático e, creio, mais recompensador."[20] De certa forma é atentar para as mudanças. Contradições, inerentes aos indivíduos, alertando para os perigos de se olhar para a obra de um determinado eleito e ignorar os diferentes tempos da sua construção intelectual, é esperar um indivíduo estático, sem considerar as camadas que se sobrepõem e as nuances ao longo da sua trajetória. Isto implica em adentrar o universo incerto das intenções do autor e do seu pensamento. Através da compreensão do sujeito, associado ao meio ao qual está inserido, entender como determinadas interpretações foram construídas e articuladas de forma a moldar a sua obra.

Cabe assinalar que a análise está em consonância com a perspectiva da história intelectual, conforme exposto por John Myers. Para o autor o foco deve estar no processo que resultará nessa "produção douta" considerando a elaboração por um indivíduo e a disponibilização de modo que (a produção) possa alcançar um estado público, e então a interação dessa produção com um sistema coletivo.[21]

---

[18] Sobre este aspecto destaco a contribuição do trabalho de Stephen Gaukroger sobre René Descartes, em que propõe "[...] uma biografia intelectual é algo que lança luz sobre os **interesses intelectuais** do biografado, não só procurando estabelecer uma sequência ou uma ordem cronológica nesses interesses, mas tentando estabelecer uma lógica para eles, em termos das motivações afetivas do sujeito e em termos do contexto cultural e intelectual específico em que tais motivações foram moldadas e deram frutos." GAUKROGER, Stephen. *Descartes*: uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999. p. 11.

[19] Ibid.

[20] Ibid., p. 30.

[21] MYERS, Jorge. Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos perspectivas que se abrem. In: SÁ, Maria Elisa Noronha de. *História Intelectual Latino-Americana*. Itinerários, debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. pp. 23-56.

Da incursão pelo universo biográfico associada à análise da produção bibliográfica em torno do barão do Rio Branco justificamos a presente abordagem através dos seus textos, a fim de explorar o potencial biográfico em suas variadas dimensões.[22] Primeiramente por ser um personagem privilegiado por diversos autores permitindo a análise da escrita biográfica em diferentes tempos com foco nos usos possíveis (uso pela história e memória, inclusive institucional). Dessas variadas construções nos interessa avançar por uma menos explorada, centralizada nos seus escritos históricos a fim de analisar a sua concepção de história e como articulava este conhecimento histórico às pautas do seu interesse. Ou seja, com foco nos escritos de Rio Branco demonstrar como ele foi capaz de articular o conhecimento histórico à sua atuação e imprimir como marca de personalidade na sua biografia.

Em resposta ao *desafio Rio Branco*, este trabalho tem por objetivo analisar a produção intelectual do barão como forma de construção biográfica, em que elementos constitutivos desse sujeito são evidenciados em uma das elaborações possíveis em torno dos vestígios de vida. Conhecer de que modo, em que circunstâncias e com quais objetivos Rio Branco produziu os textos selecionados, permite compreender a sua interpretação de Brasil e de que forma estruturou essas ideias, delimitadas por um projeto e materializadas pela escrita.

A tese está ancorada na investigação e exame dos textos de Rio Branco, editados na coleção *Obras do barão do Rio Branco*, tendo como foco os volumes "Estudos Históricos", "Biografias", "Artigos de Imprensa" e "Efemérides Brasileiras", contempla-se, assim, os trabalhos de interesse histórico, que fundamentam a origem da identificação do personagem como erudito. Sempre que possível a primeira edição de cada um desses textos foi consultada, a fim de recuperar informações sobre a publicação original e o contexto em que foi divulgada. Ao longo da pesquisa outros itens oriundos, principalmente da imprensa periódica complementaram o estudo.

Cabe ressaltar a relevância de certos conjuntos documentais do Arquivo Pessoal do Barão do Rio Branco, daqui por diante denominado apenas ABRB. A série *Biografias* constitui um exemplo do seu método de pesquisa, e ajuda a compreender uma das formas de abordagem do biográfico no seu processo de análise. Material que guarda relação direta com os textos que

[22] Tentando lidar com a questão, diante desse universo e da impossibilidade de demarcação de fronteiras fixas para o campo, Leonor Arfuch articula a expressão "espaço biográfico", de Philippe Lejeune, em seu trabalho *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. O termo "espaço" está relacionado a algo mais amplo, proposta de uma delimitação sem fronteiras estanques, uma noção mais fluida sem demarcações rígidas que possam restringir seus elementos constitutivos, onde seja possível agregar toda forma de narrar vidas. A noção de "espaço biográfico" presente no trabalho da autora corresponde a um "horizonte de inteligibilidade" e não a um mero somatório de gêneros. Cf. ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

produziu. O conjunto documental corresponde a 192 pastas nominais, reunidas em onze maços.[23]. É possível observar que notas ou notícias biográficas, por vezes, foram produzidas por copistas ou amigos em seu auxílio, dada as características da letra. Em outros casos, correspondem a dados reunidos a partir de memórias de familiares, enviadas a pedido de Rio Branco. Há cartas que registram essas solicitações e o relato de informações prestadas pelos familiares. Outras foram produzidas pelo próprio barão a partir dos seus apontamentos.[24]

A delimitação temporal corresponde ao período em que Rio Branco produziu a maior parte dos seus textos de cunho histórico, fruto de estudos e pesquisas que iniciou na mocidade e aos quais continuou a se dedicar, principalmente quando morou entre Liverpool e Paris. Ou seja, se inicia na década de 1860 e avança até os anos iniciais da década de 1890, sem adentrar nas questões de fronteiras a partir de 1893. Desse modo, a análise está centrada no período anterior aos eventos que conferiram grande projeção à figura do barão.

O primeiro capítulo examina artigos publicados em diferentes épocas da produção biográfica. A partir da apreciação de manifestações dos personagens contemporâneos ao barão são apresentados os traços iniciais e a consolidação da imagem de Rio Branco em seu tempo e diante da sua morte. Ademais, para complementar o exame sobre a construção biográfica, foram selecionadas três biografias pelo caráter totalizante destes projetos: o livro *Rio-Branco (O Barão do Rio Branco)*: *Biografia Pessoal e História Política* (1945), de Álvaro Lins, *A vida do barão do Rio Branco* (1959), de Luís Viana Filho, e o trabalho mais recente de Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco* (2018).

Para o exame dos percursos da escrita biográfica e o contexto de publicação das duas primeiras obras selecionadas, a tese se apoia nas reflexões de Márcia de Almeida Gonçalves no trabalho *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio*.[25] O gênero biográfico, publicado em abundância nesses anos viveu uma verdadeira "epidemia biográfica",[26] acabando na mira de prestigiados críticos literários. Nesse contexto o aumento da

[23] Os documentos correspondentes à série Biografias estão organizados em pastas, reunidas por maços e acondicionadas em três Latas: 866; 867; e 868.

[24] Outros maços que merecem destaque reúnem documentos de pesquisa, contendo pastas com remissiva direta aos textos que o barão publicou e outras com apontamentos esparsos. Neste sentido destaca-se a documentação reunida nas séries "Estudos Históricos" e "Outros Assuntos". Por fim, a série "Correspondências" forneceu material dos seus principais interlocutores de pesquisa.

[25] GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço*: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

[26] Márcia Gonçalves, dedicou o segundo capítulo ao que foi diagnosticado como "epidemia biográfica", onde buscou analisar o contexto do volume expressivo de publicações biográficas, dando conta da carência de estudos

publicação de biografias é associado à renovação do gênero e ao debate em torno da noção de biografia moderna, termo pensado pela autora a partir do trabalho de Daniel Madelénat sendo um dos paradigmas propostos para compreender a história da biografia.[27]

A análise de Márcia Gonçalves sobre a forma como as biografias eram abordadas pela crítica, focada na produção de Octávio Tarquínio de Souza, acaba por apresentar dados que nos ajudam a compreender o contexto de produção de Álvaro Lins e Luiz Viana Filho, assim como seus projetos de publicação sobre a vida de Rio Branco, lançados no mesmo período analisado. Posto o lugar e o potencial da crítica literária nesse período, a recepção positiva da escrita biográfica poderia, por fim, sinalizar um meio promissor para o desenvolvimento de trabalhos de interpretação do Brasil. Neste sentido, é possível observar alguns aspectos que circundam o momento de publicação das duas primeiras biografias aqui analisadas. Tanto Álvaro Lins quanto Luís Viana Filho participavam dos debates e ocupavam lugares de destaque seja na crítica literária, seja na produção de biografias. Dessa análise derivam as considerações sobre a representação predominante na escrita biográfica, dando maior destaque ao período que inicia com a designação de Rio Branco para elaborar a defesa brasileira em arbitragem internacional sobre o litígio com a Argentina.

Já o livro *Juca Paranhos*, publicado por Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, corresponde a outro momento da produção biográfica. De modo que é possível perceber aspectos do debate mais recente sobre biografia e as relações com a produção historiográfica. Entre as suas referências o autor não deixou de mencionar o emblemático estudo de Pierre Bourdieu *A ilusão biográfica.*[28]

Conforme mencionado, a análise da escrita biográfica sobre o barão evidencia o perfil do estadista, em que as demais características são, geralmente, apontadas para justificar a

sobre essa temática e explorando a renovação do gênero e as discussões em torno da noção de biografia moderna. Ibid., pp. 97-152.

[27] Os outros paradigmas, além da biografia moderna, propostos por Daniel Madelénat no seu trabalho *La biographie* (1984) são: biografia clássica e biografia romântica. Conforme Márcia Gonçalves assinalou no seu artigo *História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940*, para o autor a biografia moderna estava associada a crise de valores do humanismo greco-latino, da religião cristã e do racionalismo, o que acarretou na alteração de normas do ideal de objetividade que orientavam as formas de lidar com as ações humanas (inclusive a escrita biográfica), GONÇALVES, M. de A. História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940. *ArtCultura*, Uberlândia, v.13, n. 22, jan.-jun./ 2011, p. 119-135. Ver também MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

[28] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 183-192.

representação construída a partir de sua atuação nas missões de fronteiras e no Ministério das Relações Exteriores.

Neste quadro se destaca a figura do *scholar* que reconhece no barão um grande conhecedor da história do Brasil, o que, inclusive, é utilizado para explicar a excepcionalidade atribuída a ele nos campos da geografia e da história. Sobre este aspecto os textos que ele produziu antes da designação de 1893 são usualmente mencionados como elementos complementares na construção biográfica, sem que haja uma análise mais detalhada, sendo objeto de estudos parciais.[29]

Esta tese parte dos textos de Rio Branco já citados pelos biógrafos, contudo, avança à medida que a pesquisa identificou novos escritos (ver Anexo).[30] Assim, foi necessário ampliar o escopo inicial do projeto, integrando um amplo material de arquivo que corresponde a registros relacionados aos temas abordados na sua produção intelectual. Essa gama de informações contribuiu para configurar uma imagem composta por camadas superpostas. Isso porque há outras fontes além daquelas usualmente utilizadas pelos estudiosos. Tal é o caso, por exemplo, dos textos publicados na coluna "História Pátria" do jornal *A Nação*. Ou então, dos pequenos artigos, sobretudo os biográficos, que redigiu para a *Grande Encyclopédie,* do artigo sobre José Bonifácio com pseudônimo Spartacus, publicado no *Jornal do Commercio* e dos textos divulgados no periódico *Le Brésil: courrier de l'Amérique du Sud*. Essas descobertas, ajudam a delinear o perfil do erudito tão lembrado, mas pouco explorado para além do enquadramento como estadista. E é por este caminho que este trabalho se inscreve.

O exame da biblioteca particular do barão do Rio Branco e de seus exemplares contribuiu para a configuração do seu "perfil de leitor"[31], assim como auxiliou a análise dos textos. No entanto, a restrição de acesso, devido ao tratamento do acervo em andamento,

---

[29] ARAÚJO, R. L. A. DE. Rio Branco: historiador. *RIHGB*, 150(364), jul./set. 1989, pp. 442-450.; SANTOS, L. C. V. G. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro. 1941), Academia Brasileira de Letras, v. 69, p. 11-35, 2011; WEHLING, A. História e Estado em Rio Branco. In: PEREIRA, M. G. (org.) *Barão do Rio Branco*: 100 anos de memória. Brasília: FUNAG, 2012, p. 323-346.

[30] A investigação documental empreendida, principalmente no Arquivo Histórico do Itamaraty, forneceu dados importantes. A apreciação dessa documentação evidenciou a reprodução do mesmo perfil que sobressai da escrita biográfica. A consulta paciente aos maços apresentou resultados que contribuíram para a análise da composição dos textos selecionados. Cabe ressaltar que a concepção desta organização do arquivo do barão corresponde ao período em que foram promovidos projetos diversificados para as comemorações do centenário de nascimento de Rio Branco, em 1945, quando esta imagem foi articulada e consolidada com patrocínio do Itamaraty.

[31] Expressão presente no texto *História da Leitura* de Robert Darnton recuperado por Tânia Bessone em seu trabalho dedicado às bibliotecas particulares: BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados:* bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

inviabilizou a consulta à coleção completa. De qualquer modo, as informações sobre os itens que a compõem foram acessadas através de catálogos[32] e do levantamento realizado por João Guilherme Fischer, também conhecido como Jango Fischer, documento que é citado por Luís Cláudio Villafañe em seu trabalho.

Cabe observar que, por ocasião das comemorações pelo centenário em 1945, Jango Fischer reuniu dados sobre todas as obras anotadas pelo barão pertencentes à Coleção Barão do Rio Branco, doravante denominada apenas CBRB. O levantamento foi consolidado no texto *Introdução às anotações do barão do Rio Branco* em que contabiliza os apontamentos, além de notas e documentos colados e apensos, que identificou nos livros. Em três volumes intitulados *Os livros anotados pelo Barão do Rio Branco*, Jango Fischer oferece extratos das anotações do barão, assim como de parte dos documentos preservados junto às obras. Por fim organizou um volume com os índices dos livros anotados.[33]

A trajetória de Paranhos Júnior revela o surgimento do interesse pelos "estudos históricos" e suas reflexões demonstram coerência com o paradigma de história da época, associado à construção da identidade nacional, consoante o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Neste sentido, o segundo capítulo apresenta informações sobre a formação intelectual de Rio Branco, de modo a compreender o seu interesse pelo estudo e escrita da história. Afinal, que história é essa que ele conhece e pela qual se interessa? Para além dos Cânones da disciplina e da visão do IHGB da elite letrada do período busca-se analisar de forma mais detida os artigos que Rio Branco produziu que correspondem às biografias de Luís Barroso Pereira (1862), de José de Abreu, do barão do Cerro Largo (1868) e de James Norton (1911), assim como os primeiros textos de história militar *Episódios da Guerra do Prata* (1864).

Por sua vez, o terceiro capítulo está centrado na atuação de Paranhos Júnior na imprensa, com destaque para o jornal *A Nação*, durante boa parte do gabinete Rio Branco (1871-1875). Ao acompanhar sua produção nesse contexto fica evidente a forma como articula o interesse

---

[32] Para as informações sobre a Coleção do Barão do Rio Branco – CBRB, utilizei o Banco de dados *Pergamum* que estava disponível através do site institucional, no entanto, em função do tratamento do acervo, essas informações não estão mais disponíveis ao público. Também consultei o catálogo elaborado por Armando Brito de Souza, em 1962 e Livro Tombo da coleção, produto do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e a FUNAG – CHDD, 2001-2002.

[33] O trabalho de Jango Fischer seria lançado como parte das publicações comemorativas de 1945 promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Esta edição estava prevista inclusive em um dos relatórios da comissão responsável pelas atividades daquele ano. Contudo, não há registro de que tenha sido efetivado. É possível que o volume expressivo tenha inviabilizado a publicação. Nos manuscritos consta nota de que foram doados em 1965, pouco mais de dez anos após a morte de Jango Fischer, em 1952.

pela história e o periodismo, desse modo são evidenciadas outras nuances da contribuição, em que o conhecimento histórico é articulado ao combate diário nos jornais. Além do conteúdo das *Obras do barão* são examinados os artigos do *Vinte e Cinco de Março*, a contribuição à revista francesa *L'Illustration* e as anotações ao livro *A Guerra da Tríplice Aliança* de Louis Schneider, assim como outros artigos publicados em *A Nação* identificados durante a pesquisa.

Nesse conjunto de fontes três temas merecem destaque. Em primeiro lugar a defesa do gabinete Rio Branco, assinalando a influência da figura paterna, analisada de forma mais detida através da biografia do visconde; em segundo lugar a problemática das relações do Império com as repúblicas do Prata e, por fim, a guerra contra o Paraguai.

Finalmente, no quarto capítulo são analisados o conteúdo produzido para a Exposição Internacional do café em São Petersburgo, no ano de 1884, e os textos de 1889 para a Exposição Universal de Paris, voltados para a divulgação do Império brasileiro nas chamadas "vitrines do progresso". Todo esse material têm um pano de fundo comum (as exposições internacionais) e foram publicados praticamente na mesma ocasião. A análise leva em consideração este conjunto. As contribuições são apresentadas em linhas gerais e de acordo com os diferentes gêneros: verbete enciclopédico; biografia; capítulo de livro; e folheto. Desse modo, avançamos pela apreciação dos temas centrais sinalizando para as variações que apresentam. Sublinha-se a elaboração desse material como forma de produzir um discurso e uma imagem convincentes de Brasil a ser oferecida ao público estrangeiro. Logo depois, a colaboração de Rio Branco com a imprensa ganhou destaque novamente pela participação no projeto do *Jornal do Brasil* e principalmente com as *Efemérides Brasileiras*.

Quanto às edições das obras analisadas, cabe uma importante observação sobre a separata do verbete produzido para a *Grande Encyclopédie*. O prefácio da edição lançada no ano 2000, que oferecia ao público a tradução da brochura, informava sobre alterações realizadas em relação ao exemplar original. Entre estas a opção por retirar o *Spécimen* por considera-lo "meramente uma propaganda da enciclopédia". Apesar do propósito de obra de divulgação junto ao grande público, este trabalho não deve ser desprezado. Escrito quase integralmente por Rio Branco, é também um recorte das suas escolhas ao abordar o Império. Outra opção desta edição que alterou as características iniciais da publicação foi o emprego das fotografias do *Album de vues du Brésil* integradas às imagens originais do texto, sem, contudo, serem referenciadas. Sem dúvida estas escolhas comprometem a composição da obra, tal como foi concebida, descaracterizando o *Brésil,* conforme pensado pelo barão. O que, afinal, corresponde a uma das últimas imagens do Império, produzida pouco antes do 15 de novembro.

Antes de avançar, retomemos a citação inicial de Paul Ricoeur, que, através do jogo de palavras associa memória, história e biografias, admitindo-se a existência de uma limitação imposta à escrita biográfica. No entanto, reconhecer que há limites estabelecidos para o exercício biográfico, não inviabiliza a biografia, mas situa seus desafios e reconhece suas limitações. A partir dessas reflexões se delineou o *desafio Rio Branco*.

1. TEMPOS ENTRELAÇADOS: ENTRE ESBOÇOS E RETRATOS

"Contar a história de uma vida é dar vida a essa história."
Leonor Arfuch

Ao se lançar ao desafio biográfico o pesquisador experimenta certa exterioridade, adentra o universo alheio para que, então, possa narrar a vida de alguém, passando da imersão à elaboração narrativa. Nesse processo diferentes tempos, entre o vivido e o narrado, seguem se entrelaçando, tempos que se encontram no retrato de um sujeito escrito, descrito e interpretado. A cada nova leitura se acrescenta uma camada de tempo que interage com as interpretações apresentadas, modulando o personagem biografado. Aspecto que deve ser considerado com especial atenção quanto maior for a produção dedicada a um mesmo sujeito, de modo a nos fazer refletir sobre as interações entre as variadas construções diante do emaranhado de tempos.

A proposta de escrever uma história de vida, de dar forma em letras, palavra por palavra, esculpindo sob suas impressões uma imagem que deseja ser a reprodução da existência do biografado, tem em si a pretensão de construir uma narrativa coerente, de transpor em linhas regulares todas as nuances de um indivíduo, espelhar experiências vividas em um relato possível. Reside nesse aspecto uma das ilusões biográficas que se tenta escapar, a de corresponder, em sua totalidade, à vida de um eleito, reconhecendo, portanto, que a biografia apresenta um recorte que deriva das escolhas e do olhar do pesquisador. Diante dos registros de uma vida ele seleciona elementos que, trabalhados através da escrita, permitem construir uma história sobre um determinado sujeito.

Ao analisar os percursos da escrita biográfica é possível observar que a escolha inicial, a definição do personagem a ser biografado, passou por variações, em diferentes épocas e contextos de produção, neste ponto, cabe observar que direciono o olhar para a biografia no campo da escrita da história. Por vezes, a despeito dessas mudanças, um personagem permanece sendo objeto de diferentes estudos. Entre os vultos brasileiros, destaca-se José Maria da Silva Paranhos Junior, o barão do Rio Branco (1845-1912). São inúmeros os trabalhos produzidos sobre os mais variados aspectos da sua história de vida, seja sobre a sua formação e juventude, ou aqueles dedicados à análise da sua configuração como articulador da política externa

brasileira, além de outros recortes possíveis. Estudos que chamam a atenção pela quantidade e pelo tom laudatório quase unânime.[1]

É importante notar que, se tratando de um sujeito histórico associado à memória cívica, as representações de Rio Branco se dão de formas variadas, que, para além da escrita, incluem monumentos, homenagens em nomes de ruas e instituições entre tantas outras demonstrações que configuram aspectos importantes na construção de memória que o incorpora em elementos do cotidiano. Das variadas formas de apresentar e representar o barão do Rio Branco me interesso, particularmente, pela escrita biográfica. Analisar as representações em letras, os sentidos atribuídos a sua existência, acompanhando os olhares de expectadores e convivas, assim como aqueles mais distantes de tempos outros.

Reconhecido posteriormente como patrono da Diplomacia Brasileira, o barão do Rio Branco alcançou grande projeção em seu tempo.[2] A atuação em litígios para resolver a demarcação de fronteiras[3] e a gestão do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), articuladas aos mecanismos de divulgação da imprensa e à notável circulação entre os principais espaços da elite letrada brasileira, garantiram a posição de destaque em sua época, e a permanência de sua obra, sua atuação política e intelectual, constantemente revisitada sob a aura de um herói nacional.[4]

A extensa bibliografia não esgota as possibilidades de análise, através desses títulos, podemos, inclusive, considerar diferentes formas e abordagens da escrita biográfica, além das construções em torno de um mesmo personagem, sinalizando ainda, outros caminhos a explorar. Sem negligenciar as profundas diferenças que podem existir entre estes itens, interessa-nos, primeiramente, observar a relação da produção com a atuação de Rio Branco associada à popularidade que desfrutou, o que, em certa medida, motivou o aparecimento dos

---

[1] Entre os levantamentos bibliográficos, a listagem elaborada por Claudio Ganns em 1945, com mais de 600 itens, é representativa do volume de escritos relacionados ao barão do Rio Branco. GANNS, Cláudio. Contribuição para o estudo de Rio Branco. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 187, p. 186-246, 1945.

[2] O reconhecimento do barão do Rio Branco como patrono da Diplomacia Brasileira ficou registrado com a assinatura do Decreto nº 66.217, de 17/02/1970, que estabeleceu o Dia do Diplomata na data do seu nascimento, dia 20 de abril.

[3] Sobre esse aspecto, destaca-se a repercussão da atuação de Rio Branco na liderança das missões especiais, responsáveis pela defesa do Brasil em arbitragem internacional, para definição das fronteiras com a Argentina (1893-1895) e com a Guiana Francesa (1898-1900).

[4] Datas comemorativas promovem a publicação de inúmeros trabalhos, destaca-se a produção no centenário de 1945. Somente na *Revista do IHGB* foram 23 textos publicados entre os quatro números da revista daquele ano. Com incentivo do Ministério das Relações Exteriores, que constituiu uma comissão responsável pelos eventos comemorativos, foi encomendada a Álvaro Lins a elaboração de uma biografia do barão, também pelo Ministério foi editada a coleção Obras Completas. Da mesma forma o centenário de 2012 promoveu eventos e publicações que trataremos ao longo do texto.

primeiros textos e definiu seus traços iniciais. São abundantes os artigos de jornais, memórias e relatos de toda ordem. Entre seus contemporâneos todos pareciam querer registrar algumas linhas sobre o barão, alguma curiosidade sobre seus hábitos, um elogio com vistas a um pedido, ou até mesmo insinuar intimidade com aquele que era considerado "o maior dos brasileiros".[5]

Esta vasta produção não conta apenas com admiradores. Os seus críticos, por vezes, não pouparam esforços ao condenar sua vaidade e carregar nos contornos da caricatura do aristocrata que desfilava pela Avenida Central de carro conversível e utilizava os cofres públicos para financiar banquetes e despesas especiais no Ministério. Entre seus críticos figuram nomes como de Oliveira Lima, Dionísio Cerqueira, Olinto de Magalhães, Gabriel de Toledo Piza e Almeida e inclusive o escritor Lima Barreto.[6] Crítica, aliás, pouco explorada pelos biógrafos que, usualmente, apenas citam as referências, à exceção do trabalho mais recente de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos que, além de mencionar os textos de Lima Barreto, trouxe novos dados e enriqueceu a análise acerca dos embates na imprensa da época acompanhando a atuação de Edmundo Bittencourt no *Correio da Manhã*.

Os textos redigidos imediatamente após a morte de Rio Branco, e em homenagens posteriores, além de serem igualmente vinculados à sua proeminência na vida pública, destacam-se como lugares de monumentalização e articulação do mito político.[7] Momento em que o "processo de panteonização" se aprofunda e aumenta de forma expressiva.[8] Esta representação foi construída em torno da sua trajetória, sendo associada, inclusive, à memória de instituições onde atuou, como o Ministério das Relações Exteriores – MRE e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.[9]

---

[5] Expressão utilizada pela imprensa da época para se referir ao barão, encontrada com frequência entre os textos produzidos após sua morte em 1912, como veremos adiante.

[6] Destaque para as seguintes publicações: PIZA E ALMEIDA, Gabriel de Toledo. *L'Incident Piza-Rio Branco*: grave situation politique au Brésil. Paris: [s.n.], [s.d.]; BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

[7] Sobre o conceito de mito político destaco o trabalho de Raoul Girardet, onde observa que o mito se autonomiza no imaginário político, ao criar o seu próprio sistema de crenças e nele se sustentar. Em suas palavras: "O mito político é fabuloso, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e acontecimentos." GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13.

[8] Cf. SILVA, Wilton C. L. Rui Barbosa: mito, memória e esquecimento. *Diálogos* (Maringá. Impresso), v. 16, p. 1111-1135, 2012. p. 1119.

[9] A partir da análise de Wilton Silva sobre a apropriação de Rui Barbosa por advogados e juristas, é possível pensar o caso de Rio Branco e a forma como é associado à memória da diplomacia "como símbolo sagrado de

Multiplicaram-se os estudos de viés biográfico dedicados a algum elemento específico da vida de Rio Branco. É possível encontrar uma vasta produção acadêmica, com enfoque na história diplomática, principalmente sobre a definição de fronteiras e tratados internacionais, e dedicados a pautas da política externa brasileira durante a sua gestão. Esta produção tem um caráter mais fragmentário, pequenos recortes da sua biografia.[10]

Considerando as características diversas destes textos, alguns itens representativos deste conjunto serão apresentados de forma mais detalhada ao longo do capítulo, a fim de analisar as nuances na elaboração narrativa sobre o personagem e refletir sobre as possíveis leituras desses autores sobre quem foi o barão do Rio Branco. A análise inicia pelas notas de Capistrano de Abreu, publicadas no *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 03/09/1889, e segue pelos primeiros esboços biográficos, produzidos por seus contemporâneos, através dos artigos "O Brasil na Grande Enciclopédia", de Rui Barbosa, publicado no *Diário de Notícias* de 14/10/1889, e "O barão do Rio Branco" de Joaquim Nabuco, publicado no *Jornal do Commercio*, em 09/02/1895.

Dos traços iniciais passaremos à consolidação da imagem de Rio Branco como um "símbolo nacional"[11], com a apreciação do exemplar do *Jornal do Comércio* de 11/02/1912 e de textos publicados após a sua morte na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB* de 1912 e no número especial da *Revista Americana* de 1913. Na sequência apresentarei as duas biografias referenciadas como os principais trabalhos sobre o biografado, a obra de Álvaro Lins, *Rio-Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia Pessoal e História Política* (1945) e de Luís Viana Filho, *A vida do barão do Rio Branco* (1959). Por fim, em outro contexto do biográfico, analiso o trabalho mais recente de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco* (2018).[12]

---

seu grupo social e de que lhe são atribuídas qualidades pessoais e profissionais quase sobre-humanas, constantemente reafirmadas em diversas instâncias formais e informais do grupo." Ibid., p. 1122.

[10] A pesquisa pelo termo "barão do Rio Branco", no banco de teses da CAPES, apresentou 24 dissertações de mestrado, 13 teses de doutorado e seis trabalhos profissionalizantes em Diplomacia, totalizando quarenta e três títulos cadastrados, sendo 19 destes trabalhos vinculados a programas de pós-graduação em História, 7 de Sociologia / Ciência Política, 6 de Diplomacia (Instituto Rio Branco), 5 de Relações Internacionais e os demais, em menor quantidade, divididos entre Direito, Letras e Geografia.

[11] Expressão amplamente utilizado na época como ficou registrado nos exemplares citados.

[12] LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco):* Biografia pessoal e História política. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. Coleção Brasiliana. v. 325; VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959; SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *Juca Paranhos*: o barão do Rio Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

As biografias elaboradas por esses três autores se destacam como projetos mais ambiciosos, que tem em comum uma proposta totalizante do biografado. Desta forma, a apreciação das narrativas elaboradas, permite analisar a constituição de uma matriz discursiva e as construções do personagem em diferentes tempos, acompanhando os contextos da escrita biográfica no qual se inserem.

1.1. Um erudito a serviço da pátria

Desde a primeira década do século passado a figura do barão do Rio Branco, sua proeminência na vida pública e o prestígio que desfrutava entre os principais meios da intelectualidade, incentivavam o aparecimento de textos dedicados a ele. Foi a partir da sua atuação em questões de fronteiras que seu nome ganhou maior destaque e passou a circular, com frequência, pela imprensa.

Antes disso, ainda no período em que serviu como cônsul em Liverpool,[13] Rio Branco era lembrado por Capistrano de Abreu, em notas no *Gazeta de Notícias,* e por Rui Barbosa, fazendo repercutir na imprensa a sua contribuição à *Grande Encyclopédie*, organizada por Émile Levasseur.

Em 1879 Capistrano de Abreu passou a fazer parte dos redatores do *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, onde veio a se especializar em crítica literária.[14] Na edição do jornal de 03/09/1889, entre outras notas, constam seus comentários sobre a publicação avulsa do verbete *Le Brésil*, que integrava a *Grande Encyclopédie* francesa naquele ano. E já nas primeiras linhas anuncia que o texto "É o melhor, o mais completo, e o mais preciso que sobre o assunto se tem publicado em obras deste gênero."[15] Em seguida confere os créditos à Levasseur pela

[13] Rio Branco morou na Europa entre os anos de 1876 a 1902, quando retornou ao Brasil para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Na maior parte desse período exerceu as funções de cônsul geral em Liverpool (entre 1876 e 1896), mas fixou residência em Paris, se ausentando do posto por longos períodos. Entre 1893 e 1895 esteve nos Estados Unidos para chefiar a missão responsável pela defesa do Brasil em arbitragem internacional, sobre o território de Palmas, em litígio com a Argentina. Para atender as demandas da missão especial sobre questão de limites com a Guiana Francesa, mudou-se para Berna juntamente com sua família em julho 1899, onde permaneceu até abril de 1901. Neste período a designação para o posto de ministro em Berlim motivou nova mudança, que em pouco tempo foi seguida pelo seu retorno definitivo ao Brasil. Ao longo desses anos viajou ao Brasil apenas três vezes em 1880, 1883 e 1887.

[14] GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, pp.15-36, 2010.

[15] ABREU, Capistrano. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 246, terça-feira 03/09/1889.

organização da obra e pela parte texto que redigiu, chamando atenção para a extensão do verbete em setenta e sete páginas, o que superou o artigo dedicado a países como a Bélgica e a Inglaterra, sendo, inclusive, o maior já publicado sobre um único país. Detalhes ressaltados para enaltecer o texto dedicado ao Brasil, e que provavelmente foram assinalados por Rio Branco.[16]

Ao abordar a parte dedicada à geografia física e econômica, mencionando o reconhecimento desfrutado pelo autor francês nesse campo, não deixa de comentar que em sua análise acaba por reconhecer o direito do Brasil à linha do Oiapoque, que era contestada pela França, fator que em alguns anos viria a ser elemento chave na argumentação de Rio Branco na defesa brasileira sobre o território em litígio "Um fato importante desta primeira seção é que o E. Levasseur, tendo de ocupar-se dos diferentes limites contestados, reconhece, no que diz respeito à França, os direitos do Brasil a linha do Oiapoque."[17] Elemento que, posteriormente, foi resgatado pelos biógrafos do barão atribuindo tal interpretação à possíveis sugestões de Rio Branco.[18]

Passando a segunda parte do texto, antes de tratar do conteúdo, se detém no "brilhante colaborador" de Levasseur, apresentando o barão do Rio Branco como detentor de um conhecimento extraordinário, destacando que a residência na Europa permitiu o aprofundamento de um gosto que desfrutava desde a juventude:

> O barão do Rio Branco esboça a largos traços a história do país, o que significa que o trabalho é de primeira ordem. [...] A imprensa e a política não conseguiram desviá-lo da especialidade, e hoje os seus conhecimentos são extraordinários. O que diz respeito a guerras, desde invasões esporádicas de piratas no século XVI até a conclusão da campanha do Paraguai, o que diz respeito à marinha, desde os combates marítimos com holandeses, conhece-o como ninguém. A sua estadia na Europa tem lhe permitido o estudo de documentos inéditos e proporcionado a descoberta de verdadeiras preciosidades. Junte-se a esta riqueza acumulada, uma diligencia indefessa que o leva a investigar e descobrir as mínimas particularidades a ponto de, em qualquer época, ele poder traçar a biografia de quem quer que haja tido notoriedade, e formar-se-á ideia de quanto vale o brilhante colaborador de Levasseur.[19]

---

[16] No ABRB consta uma pasta identificada "Le Brésil" que reúne documentos tanto sobre o capítulo *Esquisse de l'histoire* quanto sobre o verbete da *Grande Encyclopédie*. Há recortes de jornais em francês e em português com notícias sobre as publicações de 1889. Entre estes consta um recorte do *Gazeta de Notícias* com o artigo escrito por Capistrano de Abreu, e um recorte do periódico *L'Amerique,* de 08/10/1889, com a tradução do texto de Capistrano para o francês. Na pasta há também uma nota manuscrita cheia de rasuras e cálculos contabilizando a participação de cada colaborador do verbete. AHI L862 M1.

[17] ABREU, Capistrano. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 246, terça-feira 03/09/1889.

[18] Nesse sentido, Luíz Viana Filho chega a afirmar "[...] a propósito dos limites da Guiana Francesa fizera Levasseur assinar 'uma exposição favorável ao Brasil." VIANA FILHO, op. cit., p. 159.

[19] ABREU, 1889.

Dos demais colaboradores, apenas cita alguns dos nomes e menciona, pelo valor de referência, a bibliografia que acompanha o artigo, observação contundente com a importância que Capistrano confere às bibliografias.[20] Conclui a breve análise sugerindo a tradução do verbete para o português:[21] "Resumindo nossa opinião, diremos: conviria que fosse traduzido e publicado entre nós o trabalho de Levasseur. Mesmo especialistas teriam, e não pouco, que aprender nele."[22]

Pouco depois, na primeira página do *Diário de Notícias* de 14/10/1889, Rui Barbosa assinava o editorial "O Brasil na *Grande Encyclopédie"*, atendendo ao pedido de Rodolfo Dantas para que publicasse uma notícia sobre o verbete[23]. Reconhecia no artigo o protagonismo de Rio Branco, ao lado de Émile Levasseur, para a realização do trabalho, tendo nos outros nomes "distintos coadjuvadores", e confere ainda, ao barão e a Sigismond Zaborowski-Moindron a parte que considera a mais preciosa do texto, dedicada à antropologia.[24]

Na sequência destaca a síntese de Rio Branco sobre a história do Brasil, que abre a segunda parte do verbete e é anunciada com vivo elogio, não somente pelo conhecimento registrado, mas pelo estilo de escrita, capaz de impor o tom necessário para tornar um texto de enciclopédia mais convidativo. Não bastava falar do Brasil, era necessário cativar o leitor:

> É, sem dúvida nenhuma, a seção mais importante desta monografia.
> (...) o nosso eminente compatriota soube entretecer ali, com o maior tato, ideias suas, dados originais, notícias habilmente escolhidas para quebrar a monotonia aos longos

---

[20] Nota-se que o texto, *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XIX*, de Capistrano de Abreu, assim como seu trabalho com a edição das *Informações e fragmentos históricos do padre Joseph de Anchieta*, e da *História do Brasil,* do Frei Vicente do Salvador, constam entre as obras relacionadas por Rio Branco na bibliografia. Sobre a edição de documentos históricos e as bibliografias em Capistrano, ver SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Um "distinto bibliógrafo e bibliófilo": Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *História.* São Paulo. v. 29, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/xYJyNngDkw53jc4cYXjCqnq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07/08/2022.

[21] Capistrano de Abreu iniciou a tradução do verbete, que seria publicado pelo Garnier, contudo o projeto não se concretizou. Ainda em 1889 o texto em separata teve duas edições em francês, já a edição do verbete em português só se concretizou em 2000, com a publicação do texto acompanhado pelas imagens do *Álbum de vues du Brésil*, este organizado pelo barão do Rio Branco com a colaboração de Pedro II, assunto que será abordado de forma mais detalhada no quarto capítulo. LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto E.; Letras & Expressões, 2000.

[22] ABREU, 1889.

[23] Em carta de 07/06/1889 Rodolfo Dantas encaminhava o pedido a Rui Barbosa "Peço-te que na tua folha dês notícia desenvolvida e lisonjeira desse trabalho, que a merece, e que, sem regatear ao Levasseur as honras de autor, muito explicitamente salientes que ao Rio Branco (Paranhos) se deve principalmente o serviço que advirá ao Brasil dessa publicação."

[24] Além do barão do Rio Branco, colaboraram com a publicação organizada por E. Levasseur: Henri Gorceix; Paul Maury; E. Trouessart; Sigismond Zaborowski-Moindron, José Carlos de Almeida Areias, o barão de Ourém; e Eduardo Prado.

> períodos compactos de um léxicon, esparzindo nele esse sentimento do real, esse movimento da vida, essa impressão de contato direto das coisas, que afeiçoam e cativam o leitor à leitura.[25]

O texto é descrito por Rui Barbosa, em um longo parágrafo, enumerando todos os pontos da história do Brasil colonial, que, de acordo com sua análise, esboçou em "traços vivos, firmes, expressivos" a nossa História. A cortesia não é repetida na mesma medida quando o jornalista se manifesta sobre os relatos destinados ao Primeiro e Segundo Reinado. Desta vez não aponta os fatos apreciados por Rio Branco, mas aqueles evitados pela escrita de uma história oficial, e chamando atenção para a erudição do autor, sugere que as ausências não podem ser compreendidas, senão, como uma escolha "Do reinado do primeiro imperador a vista d'olhos que nos dá o barão do Rio Branco, é tão satisfatória, quanto se poderia presumir das suas tendências conservadoras, e muito mais do que se poderia esperar de um artigo de enciclopédia."[26]

Segue tecendo comentários sobre cada um dos capítulos dedicados a explicar o Brasil, até a última parte, assinada por Levasseur, com contribuições explícitas de Rio Branco e do barão de Ourém. Assim como Capistrano de Abreu, mencionado anteriormente, Rui Barbosa encerrou a sua apreciação considerando o artigo um manancial de informações muito útil, inclusive aos brasileiros, apresentando excelente síntese sobre diversos aspectos no país.

Rui Barbosa parece querer imprimir um valor notável à parte dedicada ao Brasil na enciclopédia, chamando atenção para o texto como elemento de divulgação do país, como forma de apresentar uma imagem nacional mais apurada, em melhores linhas, mas ao mesmo tempo, observa que, essa leitura que engrandece também esconde, se mantendo alinhada a uma história em defesa da monarquia. Salvo a crítica, inicia e encerra o artigo considerando a publicação uma "verdadeira conquista", que foi possível graças ao "laborioso compatriota":

> [...] se a mão amestrada e firme de um investigador habituado a severos estudos práticos em todos os ramos de conhecimentos atinentes a este país não houvesse dirigido, aconselhado, corrigido passo a passo a contribuição ádvena, em vez de uma sólida construção, esmeradamente acabada em todas as suas partes, não teríamos certamente agora diante de nós mais que um agregado de peças defeituosamente harmonizadas, eivadas cada uma de erros imperceptíveis a olhos estranhos, mas grosseiros e risíveis aos nossos, além de perniciosos aos interesses nacionais, cuja

[25] BARBOSA, Rui. O Brasil na Grande Enciclopédia. *Diário de Notícias.* Rio de Janeiro, ano VI, nº 1582, 14/10/1889.

[26] Ibid.

> verdadeira conveniência está na divulgação exata da verdade, para honra, ou emenda nossa.[27]

Ainda em 1889 outro estudo colaborava para definir o barão pela sua erudição, era o capítulo *Esquisse de l'histoire du Brésil*, parte do livro *Le Brésil en 1889*, organizado por Frederico de Sant'Anna Nery, à ocasião da Exposição Universal de Paris.[28] Rio Branco era reconhecido e referenciado por muitos de seu convívio pelo conhecimento que detinha, principalmente sobre questões de história e geografia do país, tornava-se cada vez mais comum a referência ao perfil erudito. Colaborava para esse reconhecimento o fato de manter intensa troca epistolar sobre as pesquisas nos acervos europeus, solicitando informações e encaminhando a transcrição de documentos, conforme registrado na sua correspondência.

A busca por fontes animava a troca de cartas de estudiosos empenhados em suas pesquisas. Capistrano de Abreu estava entre os frequentes correspondentes de Rio Branco.[29] O fluxo mais intenso de cartas corresponde ao período em que estavam afastados pelo Atlântico, o que acabava por aproximá-los, já que permitia a cooperação na busca em instituições nos dois continentes. Por aqui, Capistrano de Abreu trabalhou na Biblioteca Nacional, entre os anos de 1879 e 1883, tendo acesso privilegiado ao acervo da instituição, e por lá Rio Branco tentava equilibrar as atividades do consulado com as pesquisas pelas bibliotecas e arquivos europeus. Uma distância que sem dúvidas aproximava interlocutores.

Destaca-se ainda a correspondência com D. Pedro II que, demonstrando interesse pelo conteúdo divulgado na *Grande Encyclopédie,* iniciou a troca de informações com o barão, através do envio de referências, anotações, e até mesmo fotografias e documentos a partir de abril de 1889.[30] Ainda que Rio Branco não fosse uma figura pública de grande projeção naquele momento, fica evidente que manteve uma rede ativa de cooperação sobre estudos e pesquisas de história sendo reconhecido entre brasileiros residentes na Europa e entre a elite letrada no Brasil.

---

[27] BARBOSA, Rui. O Brasil na Grande Enciclopédia. *Diário de Notícias.* Rio de Janeiro, 14/10/1889. Ano VI, nº 1582.

[28] O texto *Esquisse de l'histoire du Brésil*, será abordado de forma mais detalhada no quarto capítulo, não cabendo neste momento avançar sobre o assunto.

[29] No ABRB foram preservadas 30 cartas que registram a cooperação intelectual e amizade entre os dois. Somam-se a esses itens outros registros reunidos por José Honório Rodrigues na edição do livro RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

[30] A relação entre os dois se aprofundou depois que o Imperador deposto foi para o exílio, assunto que será abordado de forma mais detida no quarto capítulo. A correspondência entre ambos foi reunida e publicada, por iniciativa de Miguel do Rio-Branco, em 1957. RIO BRANCO, Miguel do. *Correspondência entre d. Pedro II e o barão do Rio-Branco*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957. (Coleção Brasiliana 294).

Em 1893, a designação para a missão especial em Washington, responsável por elaborar a defesa brasileira no litígio com a Argentina, tornou, cada vez mais frequente, a figura de Rio Branco na imprensa. Coube ao presidente dos Estados Unidos, que presidiu a arbitragem internacional, o laudo decisivo sobre a questão territorial em pauta. A sentença favorável ao Brasil, divulgada em 5 de fevereiro de 1895, promoveu inúmeras manifestações que enalteciam o resultado como uma grande vitória nacional. No bojo das comemorações e das reverências a Rio Branco, Joaquim Nabuco publicou um artigo no *Jornal do Commercio* apresentando ao grande público aquele que seria o responsável pelo sucesso da missão, então evocado como o defensor das nossas fronteiras.[31]

O artigo, estampado na primeira página do *Jornal* de 9 de fevereiro daquele ano, anunciava que Rio Branco saía de uma "obscuridade relativa". Essa não era a única menção ao barão. A decisão favorável ao Brasil repercutia com intensidade pelos jornais do país desde o anúncio da sentença dias antes. As manifestações, parabenizando o advogado brasileiro pela conquista, se acumulavam traçando os primeiros contornos da imagem de um herói nacional que seria associada ao barão.

O texto de Joaquim Nabuco não se restringe a simples congratulação, o autor esboça um perfil atento à imagem que pretende evidenciar, associa traços de Rio Branco à conquista, para que, assim, seja conhecido. Refere-se ao momento como um marco, quando ele deixou de ser reconhecido pela associação com o pai, o visconde do Rio Branco, e passou a ser definido como "o defensor das fronteiras", título que veio a ser um dos mais articulados à imagem do barão, como veremos mais adiante.

Joaquim Nabuco, traça o esboço biográfico a partir do interesse pela história, que se revelou na juventude, "Desde muito moço, o que lhe interessava era a história do nosso país, as suas coisas militares antigas, o seu prestígio exterior, as glórias de nossa bandeira."[32] Sem esquecer de elementos que eram considerados essenciais àqueles que pretendiam algum destaque no cenário brasileiro, como é o caso da participação na imprensa. Assim menciona a colaboração na folha *A Nação*, e ao defini-lo por uma "base conservadora muito sólida". Muitas

[31] Cabe observar que essa associação quase exclusiva do barão do Rio Branco à solução favorável, a despeito dos demais membros da comissão, constando, inclusive, como único autor das Memórias de defesa, acabou por nutrir algumas inimizades expostas à época e que ainda renderam muitas situações delicadas nas suas relações principalmente com Dionísio Cerqueira, quem também fazia parte da referida missão.

[32] NABUCO, Joaquim. O barão do Rio Branco. *Jornal do Commercio*, ano 78, nº 40, 09/02/1895.

das características posteriormente mencionadas, e por vezes exaltadas, nos textos biográficos[33] estão presentes nessas primeiras linhas de Nabuco:

> Estão aí os traços característicos do Segundo Rio Branco, genuíno patriotismo, culto amoroso ao pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política, paixão da glória do país e, para satisfazê-la, vocação de historiador, por último, talvez, inclinação pessoal para a representação nacional no exterior. Todos esses sentimentos são de ordem desinteressada, todos, incluindo mesmo essa admiração filial, são impulsos de um mesmo motor, o amor do país.[34]

A predileção pelos estudos históricos e a personalidade desinteressada pelas questões da política eram articuladas como justificativa para o desconhecimento público. Da mesma forma, ressaltava que o posto de cônsul em Liverpool, que na época já o mantinha afastado do país por quase vinte anos, foi também o que garantiu as minuciosas pesquisas, e o contato frequente e intenso com bibliotecas e livrarias, num processo que resultou no expressivo conjunto documental reunido pelo estudioso: "Desse modo formou a livraria particular mais rica, pelo menos mais original, que existe sobre assuntos brasileiros. Com esse material tem ele trabalhado nestes últimos vinte anos."[35]

Ao mesmo tempo que explica o afastamento, Nabuco fundamenta o perfil de intelectual, o qual articula como chave da excepcionalidade deste sujeito. Fica evidente o esforço em desenhar a figura erudita ao revelar quem era esse "quase desconhecido", saído de certo anonimato para ser definido, em suas palavras, como o culto e estudioso profundo conhecedor das questões do país e defensor dos interesses nacionais. E para dar materialidade menciona seu engajamento em publicações dedicadas ao Brasil no estrangeiro, como a reconhecida, e já mencionada, colaboração com Émile Levasseur na *Grande Encyclopédie*, além das notas que redigiu ao livro *A Guerra da Tríplice Aliança* de Louis Schneider. De forma mais indireta, escreve nas entrelinhas uma referência a biografia de D. Pedro II, que foi assinada por Benjamin Mossé, mas de autoria já há muito reconhecida, do barão do Rio Branco "Algumas vezes – os seus amigos sabem disso – é quase todo seu o trabalho que sai com o nome de outrem."[36]

O artigo de Joaquim Nabuco é identificado como uma das manifestações precursoras sobre o barão, texto redigido com o empenho da amizade, como ficou registrado pela intensa

---

[33] Cabe observar que consta referência ao artigo de Joaquim Nabuco nas três biografias selecionadas LINS (1945), VIANA FILHO (1959) e SANTOS (2018), assim como citação de trechos do artigo e incorporação de expressões utilizadas pelo autor.

[34] NABUCO, 1895.

[35] Ibid.

[36] NABUCO, 1895.

troca epistolar entre ambos.[37] Ainda que também circulassem críticas à sua atuação, foi a representação de Nabuco que se tornou predominante. A definição de homem culto, do filho devoto, de reconhecida modéstia e grande patriotismo está presente em outros artigos da época e em textos que surgiram posteriormente, sendo possível identifica-lo, inclusive, com a narrativa construída pela escrita biográfica. Pelos artigos de Capistrano de Abreu, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco vimos as primeiras camadas que vão se constituindo, dando forma aos traços da imagem do personagem moldados ainda na sua existência. Correspondem aos contornos iniciais da figura do barão que seria trabalhada e consolidada por seus biógrafos.

Os artigos selecionados exemplificam a forma como Rio Branco era representado na imprensa, a partir de dois aspectos predominantes. Primeiro sublinha-se sua contribuição para divulgação do Brasil no cenário internacional, ou seja, o erudito que se colocava a serviço da pátria. Essa imagem não é dissociada da segunda característica em destaque, ela é elemento constitutivo central do "defensor das fronteiras". Assim, o barão passou a ser aclamado a partir da sentença de 1895. Estas manifestações reforçavam que pacificamente, "armado" apenas de um "conhecimento extraordinário", ele teria definido o território nacional. Desse modo, eram trabalhadas as camadas que viriam a se sobrepor na composição de um personagem multifacetado.

1.2. O Barão, símbolo nacional

Aclamado herói nacional, não faltaram demonstrações de apoio e homenagens quando o barão do Rio Branco retornou ao Rio de Janeiro para assumir o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, aceitando o convite do presidente eleito Rodrigues Alves. Momento que se configurou simbólico na sua trajetória, e evidenciou o prestígio que desfrutava, o que veio a ser largamente explorado por seus biógrafos posteriormente.

A imprensa teve papel central na popularidade que alcançou, questão que abordaremos de forma mais detida em outro momento. Por ora, cabe lembrar que não esteve imune a críticas, além da figura de grande prestígio era um personagem do cenário político sujeito a diferentes

[37] Da correspondência entre os dois preservada no ABRB constam 17 itens expedidos por Rio Branco e 135 por Joaquim Nabuco, além de mais 17 itens de terceiros.

representações[38]. À frente da política externa brasileira, foi alvo constante do debate político. As principais pautas que movimentavam o Itamaraty eram seguidas de perto pelos jornais, articulando questões que mobilizavam valores com forte apelo popular, como a integridade do território nacional.[39]

A potencialidade desse espaço não escapou a Rio Branco, que utilizou a imprensa para divulgação de informações e de si, como ferramenta para defesa de seus projetos, garantindo apoio à sua atuação e simpatia à sua imagem. As temáticas de relações internacionais eram vivamente acompanhadas e debatidas, assim, sua figura se firmava no centro destes debates sendo articulada à ideia de uma atuação em defesa dos interesses nacionais.[40] Para tanto contou com a colaboração de amigos como Gusmão Lobo, José Carlos Rodrigues entre outros.

A imagem do barão que se tornou predominante, aquela que seguiu os contornos iniciais pelas palavras de Joaquim Nabuco, está na matriz desse monumento, que seguiu sendo edificado pela imprensa ao longo de quase dez anos da sua gestão, e que foi consolidado após a sua morte.[41] Afinal, nada mais eficiente do que a morte para fixar uma imagem. A dimensão que ela lança sobre um personagem tende a eclipsar críticas, os defeitos são sublimados e as virtudes realçadas em linhas mais fortes.

A cobertura da sua morte pela imprensa reúne incontáveis reverências. A edição do *Jornal do Commercio* do dia 11/02/1912, dedicado quase integralmente ao barão do Rio Branco, é representativo das manifestações que se reproduziram naqueles dias. O periódico selava assim a cooperação de longa data que mantinha com Rio Branco. Era, aliás, a extensão

---

[38] Sobre esse aspecto vale a consulta à publicação sobre as caricaturas do barão do Rio Branco que circularam na imprensa. Tema fecundo que inspirou a montagem de uma exposição na Fundação Biblioteca Nacional no ano de centenário de morte do barão em 2012. PORTO, Ângela (org.). *Barão do Rio Branco e a caricatura*: coleção e memória. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

[39] O território nacional compreendido como elemento indispensável para fixação de um país, espaço no qual exerce sua soberania. Assim assinala Duroselle no início do capítulo dedicado às fronteiras, "uma fronteira política é a separação entre duas soberanias". DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império perecerá*. Brasília: UnB, 1992, p. 61.

[40] Articulação presente no discurso político da época que buscava associar programas a um sentimento nacional, a objetivos comuns a todos, em detrimento de interesses particulares, pessoais. A expressão era utilizada como fundamento da atuação política e mais precisamente como base da política externa, partindo do princípio de que os "interesses nacionais" correspondiam aos objetivos da nação. Cabe observar que, para além dessa forma simplista, a reflexão em torno da noção de "interesses nacionais" merece maior atenção, contudo, extrapola os limites deste trabalho.

[41] O monsenhor Joaquim Pinto de Campos, na biografia *Vida do grande cidadão brasileiro*, que escreveu sobre duque de Caxias em 1878, chamava atenção para a eficiência da imprensa em erguer verdadeiros monumentos, sendo mais eficiente do que as representações em bronze. Observação presente no trabalho de SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

de uma amizade que se estabelecera ainda nos anos de faculdade entre Juca Paranhos e José Carlos Rodrigues, que desde 1890 chefiava o jornal.[42] Parceria exposta em alguns trechos como o que segue nas *Várias*:

> Muitas vezes estas *Várias* tiveram a honra de traduzir as inspirações de seu alto espírito de patriota, cuja vida foi toda consagrada ao prestígio de nossa nacionalidade e à defesa de nossos direitos e das boas causas da civilização e da paz continental. Bastaria essa consideração para justificar a homenagem que também lhe queremos render neste canto de Jornal, que ele tanto distinguia com a sua amizade e preferência.[43]

A tarja preta que sinaliza o luto acompanha a homenagem que se inicia na primeira página e se estende por quase todo o jornal. O editorial apresenta um esboço biográfico organizado em dezessete partes que tentam cobrir toda sua trajetória do homem público, tendo como foco sua carreira, desde as missões especiais. Ao falar da delimitação das fronteiras associa o tema ao prestígio que sua atuação conquistou, recorrendo ao perfil de historiador para justifica-la. Entre os marcos selecionados para contar a história do "grande Brasileiro" estão: 1. os atos relacionados ao território nacional; 2. o perfil erudito; 3. os elementos da política externa na sua gestão e 4. outras características usualmente articuladas à sua imagem.[44]

Justifica a atuação exemplar no Ministério pelo aprendizado, que a vivência da sua mocidade com "representantes da grande geração de estadistas dos meados do século passado", proporcionou à sua formação. Do mesmo modo, relaciona a experiência na imprensa, no período que esteve no consulado, e o conhecimento histórico acumulado sobre o país, como fatores decisivos na sua trajetória.

> A sua influência direta e eficaz contribuiu para a evolução dos métodos e dos processos do Brasil republicano e para a rápida transformação de costumes que a nossa geração vai presenciando. O seu amor às coisas militares, o interesse que dedicava a tudo que diz respeito à política da defesa nacional, eficazmente

[42] Exemplares dessa amizade e dos inúmeros favores que envolvem as publicações no jornal estão preservados nos arquivos pessoais de ambos. Entre os documentos de José Carlos Rodrigues na FBN destacam-se as cartas que Rio Branco encaminhava com informações sobre a questão de fronteiras com a Guiana Francesa. Já no ABRB é possível consultar inúmeros rascunhos do barão, esparsos em diferentes pastas, com a identificação do *Jornal do Comercio* e principalmente da seção "Várias".

[43] Várias Notícias. *Jornal do Commercio*, Ano 86, n. 42, 11/02/1912. p. 8.

[44] Título dos subitens relacionados aos marcos do artigo: 1. *As Missões e o Amapá*; *O tratado de Petrópolis*; *As primeiras convenções e os tratados de arbitragem*; *Os territórios que o Barão incorporou*; 2. *O jornalista e o historiador*; *A sua erudição e a sua dialética*; 3. *A defesa da exportação brasileira*; *A política continental*; O pacifista; 4. *A influência social e diplomática*; *O prestígio social e a ação decorrente*; *A tradição diplomática*; *Sua ação na política interna*; *As transformações do Itamaraty*.

> despertaram no ânimo dos intelectuais o entusiasmo pela reorganização das forças de mar e terra.[45]

Em outro trecho, reitera a noção defendida por Rio Branco de que política externa deve ser conduzida separada da política nacional, ideia tantas vezes repetida nos seus discursos, que o jornal não deixa de mencionar "[...] ele como ninguém tinha esse patriotismo fecundo que paira acima das paixões de momento e das doutrinas de ocasião."[46] Formulação que, inclusive, permitia justificar uma figura profundamente ligada ao Império que passou a símbolo nacional em meio ao novo regime. Como havia dito Joaquim Nabuco, ele era movido acima de tudo pelo "amor ao país". Forma de escapar de amarras que poderiam ser limitadoras de ação e para maior alcance de sua imagem.

Nota-se em outras passagens a preocupação em justificar os elos que se estabeleceram entre as tradições que Rio Branco representava e a aderência ao governo republicano. Sobre a designação em 1893 para a chefia da missão em Washington observa que "O cônsul aceitou assim uma missão diplomática e aceitando-a aderiu à República, a quem muita gente dizia que não aderira, porque não fizera declaração alguma. Seria necessária uma declaração dum funcionário público?"[47]

Seguindo a cronologia, o retorno ao Brasil é relatado com as manifestações populares que bradavam "– Viva o grande patriota!". Agora, no Rio de Janeiro, além de ministro, tornava-se um personagem da cidade que passeava pela Avenida Central no seu automóvel de capota aberta, que fazia reviver tempos antigos com as festas nos salões do Itamaraty e que andava rodeado por jovens intelectuais. As cenas do cotidiano, que apareciam em notas diárias na imprensa, imprimiram uma figura de Rio Branco que despertava a curiosidade de todos e foi sendo incorporada a própria imagem da cidade.[48]

Entre os grupos de apoio às suas atividades, além das amizades na imprensa, o *Jornal do Commercio* destaca o apreço dos militares, o que aparece relacionado aos interesses que desde a juventude Juca Paranhos nutria pela história militar e ao programa de reaparelhamento das forças militares defendido durante a sua gestão no Ministério. Lembrando, inclusive, a

---

[45] *Jornal do Commercio*, Ano 86, n. 42, 11/02/1912, p. 1.

[46] *Jornal do Commercio*, Ano 86, n. 42, 11/02/1912, p. 1.

[47] Ibid.

[48] O personagem foi incorporado de tal forma que a Avenida Central passou a se chamar Avenida Rio Branco em sua homenagem, poucos dias após a sua morte, em 21/02/1912. Cabe observar que além das caricaturas mencionadas em nota anterior, as publicações em jornais e revistas satíricas seguiam o mesmo tom, é o caso da revista *O Riso: semanário artístico e humorístico* que escrevia notas jocosas sobre hábitos alimentares do barão.

recepção oferecida pelo Exército na inauguração de um retrato do barão no Clube Militar, pouco tempo antes do seu desaparecimento.[49]

Partindo da ideia de que os primeiros anos da República representaram um momento de instabilidade política, e de abandono de valores tradicionais, a matéria atribui ao barão do Rio Branco o resgate desse passado que não deveria ser abandonado por simples novidades. O retorno de tradições que ele representa é exposto como chave para o sucesso da política externa brasileira, "sua cultura brasileira, à moda antiga, à antiga moda do Brasil, assim exigia uma atitude de respeito ao passado, de amor à tradição e de ação continuadora do passado". De acordo com o texto, ele teria aprendido com os "gigantes" que formularam a política internacional e salvaram a América do Sul da anarquia que ameaçava a todos. Representado como um profundo conhecedor do passado nacional, teria aprendido com ele e seguido o exemplo dos estadistas do Império, se tornando um verdadeiro "salvador".[50] É ainda nessas linhas que o *Jornal do Commercio* o define como a perfeita transição entre os dois regimes, sabendo conciliar os valores tradicionais com o novo contexto.

Das características pessoais que são destacadas pelo periódico, encontra-se referência à sua tranquilidade, de uma personalidade que não se exaltava, de temperamento sereno "Era um coração sensível esse grande disputador tranquilo".[51] Através desse traço aborda a forma como Rio Branco enfrentou situações delicadas na administração do Ministério, onde a manifestação por escrito nos jornais depurava qualquer exaltação, deixando prevalecer a serenidade que a sabedoria lhe conferia "O Sr. Rio Branco defendia-se e explicava a ação do Brasil, usando de métodos diretos e indiretos, mas nunca perdeu a calma que jamais tranquilizou a ambição de seu adversário."[52]

Esse "coração sensível" humaniza o personagem, e tenta aproximar o "grande homem" dos leitores, sendo ainda utilizado para justificar aqueles traços nem tão notáveis, como era a sua vaidade, muitas vezes atacada por seus críticos. Assim, procura escapar do estigma da

---

[49] A solenidade foi realizada em 15 de outubro de 1911, tendo o barão do Rio Branco pronunciado um discurso cujo original está preservado no ABRB e foi transcrito no volume 9 dedicados aos discursos da coleção Obras do Barão do Rio Branco. RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012.

[50] Em seu trabalho sobre mitos e mitologias políticas, Raul Girardet identifica as categorias mitológicas articuladas a partir da experiência dos dois últimos séculos da história francesa, onde define a Conspiração, a Idade do Ouro, o **Salvador** e a Unidade como os grandes conjuntos mitológicos do período. GIRARDET, op. cit., p. 12.

[51] *Jornal do Commercio*, 11/02/1912, Ano 86, n. 42, p. 2.

[52] *Jornal do Commercio*, 11/02/1912, Ano 86, n. 42, p. 3.

vaidade pela defesa dos interesses nacionais "Ficava sentido quando não coincidiam seus intuitos com o pensamento de todos que se interessavam pela política internacional, porque queria a unanimidade da opinião brasileira para dar maior prestígio à sua ação diplomática. Queria que a diplomacia encarnasse a Pátria."[53]

As características que definem a figura do barão do Rio Branco, na leitura do *Jornal,* são aquelas que atendem ao dever à pátria. Narrativa onde todas as ações convergem para os interesses nacionais. Porque, afinal, nessa leitura a sua atuação era pautada no "sonho de um Brasil incomparável".[54]

Na seção "Várias Notícias" encontra-se mais uma reverência àquele que era considerado o "incomparável brasileiro". Ao relacionar o barão com seu pai, menciona a estátua do visconde do que foi erguida por iniciativa do *Jorna do Commercio*, aproveitando, então, para sugerir a mesma homenagem a Rio Branco "Não é demais que reclamemos agora para nós a iniciativa de um monumento ao filho que tão admiravelmente continuou a obra paterna".[55]

As homenagens que se multiplicaram pela imprensa se estenderam às mais variadas instituições. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que era presidido por Rio Branco desde de 1907, dedicou grande parte do número 125 da sua *Revista* naquele ano à memória do barão. Uma fotografia do distinto presidente, acompanhada com o seu histórico na Instituição, abre a edição que reúne cinco textos em sua homenagem.[56] O editorial, com palavras de pesar pela perda recente de um dos nomes "mais ilustres e gloriosos da grandeza nacional", inicia as reverencias, que seguem pelas páginas da publicação, àquele que dedicou sua vida "ao engrandecimento da Pátria".[57]

---

[53] Ibid. p. 3.

[54] *Jornal do Commercio*, 11/02/1912, Ano 86, n. 42, p. 1.

[55] Desta forma iniciaram a captação de recursos e incluíam a listagem das contribuições já realizadas, ordenando os nomes dos colaboradores pelo maior valor ofertado. Era do próprio *Jornal do Commercio* a maior contribuição, seguido por José Carlos Rodrigues, entre os demais nomes figuram Ernesto Senna, Félix Pacheco, Elmano Cardim, entre outros. Ibid. p. 8.

[56] Os textos são: *Psicologia do barão do Rio Branco*, de Liberato Bittencourt (pp. 9-113); *Barão do Rio Branco*, de Ernesto Senna (pp. 115-122); *Rio Branco e o Instituto Histórico*, de José Vieira Fazenda (pp. 123-130); *Rio Branco*, discurso pronunciado no clube Acadêmico em 1903 pelo desembargador João da Costa Lima Drummond (pp. 131-138); B*reves palavras junto ao túmulo do barão do Rio Branco proferidas em 13 de fevereiro*, de Ramiz Galvão (pp. 139-142). Todos publicados na *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 75 (125): 9-142, 1912.

[57] *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 8.

O texto que inaugura a edição, intitulado *Psicologia do Barão do Rio Branco,* é assinado por Manoel Liberato Bittencourt,[58] e apresenta uma proposta peculiar de análise, em que a escrita biográfica dialoga com avaliações psicológicas do biografado. No lugar de um sumário convencional apresenta o conteúdo em quadro esquemático, onde enumera os itens de cada parte que o compõe. As duas partes principais, *Ideias Propedêuticas* e *Ideias Finalísticas*, se desmembram em aspectos mais específicos, de modo a formar o perfil psicológico a que se propõe. De uma visão geral da trajetória do barão do Rio Branco passa a detalhes da sua formação e atuação, desde aspectos da genealogia à projeção na vida pública. As *Ideias Finalísticas* se subdividem, no primeiro nível, em *O Físico*, *O Espírito* e *O Caráter*, sendo esses itens subdivididos por inúmeras características de natureza variada, como *Virilidade*, *Imaginação*, *Astúcia*, *Grandeza da Alma*, *Patriotismo* entre outras.

Nas primeiras páginas informa que redigiu o "livro modesto" alguns dias após a morte do barão. Declara ainda suas intenções justificando a sua homenagem a Rio Branco pelo seu comprometimento com o elemento militar do país. Ainda na parte introdutória comenta sobre a proposta do seu texto: "agora perfeitamente amadurecido, o meu modo, interessante porque original, escrever vida e obra de um vulto eminente nas ciências ou nas artes, da administração ou na política, nas belas letras ou no magistério público."[59] Por fim, aproveitou para postular sua candidatura ao IHGB, que foi efetivada, pouco depois, em maio do mesmo ano.

Para o autor escrever sobre a vida de alguém deveria se lançar em experimentações sob a influência da filosofia, da crítica e da psicologia. Por esse caminho já havia seguido em ensaios anteriores sobre o general Osório, Mariano de Azevedo, Floriano Peixoto, duque de Caxias e marechal Hermes, ressaltando sua predileção por personagens do quadro militar. Preferência que compartilhava com seu homenageado, assim como, o interesse sobre o ensino e a história militar.[60] Mas a afinidade de pesquisa não parece ter se concretizado no contato entre os dois. Curioso notar que há no arquivo pessoal do barão uma única carta de Liberato Bittencourt, datada de 11 de junho de 1911. Ao que sugere, o então capitão estava enfrentando

[58] Manoel Liberato Bittencourt (1869-1948) seguiu a carreira militar e produziu diversos textos biográficos e sobre educação, além de se dedicar à crítica literária, tendo atuado em instituições de ensino militar e de pesquisa histórica. Consta entre os fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

[59] *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 13.

[60] Entre 1907 e 1911, Liberato Bittencourt já havia publicado alguns textos dedicados aos temas como: *Pelo exército* (1907), *A gestão da educação militar, intelectual e técnica* (1907), *Principes généraux d' organisation des armées : Memoire présentée au jugement des écoles militaires et des écrivains professionels étrangers* (1907), *Reforma da instrução militar* (1911).

dificuldades para efetivar uma promoção de carreira e resolveu pedir ajuda ao ministro, alegando que essas questões só pareciam resolvidas à força de um patrocínio. Fazendo sua propaganda aproveita para mencionar que já contava com "muitos volumes publicados", e encerrava a missiva indagando o barão "Quererá V. Exa. se interessar por mim?"[61] Não foi possível localizar se houve ou não uma resposta ao pedido, apresentado de forma tão inusitada, mas em janeiro do ano seguinte Manoel Liberato Bittencourt já havia sido promovido a major.

Além da proposta de traçar um perfil psicológico, o artigo traz algumas considerações sobre a escrita de vida, chamando atenção para os aspectos que diferenciam a sua análise das biografias tradicionais que, nas suas palavras, não passam de citações tediosas e sobreposições de datas sem qualquer pensamento crítico ou erudição filosófica. No entanto não aprofunda sobre o método e interpretação utilizados, foi no seu discurso de posse no IHGB pouco depois que buscou explicar de forma mais detalhada a sua proposta.[62]

Sem o mesmo tom de novidade, seguindo um estilo mais tradicional de esboço biográfico vigente à época, Ernesto Senna[63] inicia o artigo subsequente pela solução favorável à causa brasileira em 1895. A notícia é lembrada como uma alegria de entusiasmo patriótico, que trouxe grande ânimo depois das tristezas provocadas pela Revolta da Armada (1893-1894). O jornalista aborda a repercussão do feito a partir da transcrição de longos trechos do artigo de Joaquim Nabuco (1895), mencionado anteriormente.

Ernesto Senna, que atuava no *Jornal do Comercio* desde 1886 e havia ingressado no Instituto em 1903, fazia parte do convívio do barão,[64] estando, inclusive, entre as pessoas retratadas por Carlo de Servi no quadro "A morte do barão do Rio Branco". Em seu texto apresenta as notas biográficas usuais, tendo como referência principal as questões de fronteiras, ressaltando as homenagens prestadas, tanto pelo governo, que declarou o barão do Rio Branco

[61] Carta de Liberato Bittencourt ao barão do Rio Branco, 11/06/1911. AHI - L816 P01.

[62] Destaca-se a seguinte passagem do seu discurso: "Tal justamente a minha intelectual aspiração, meus eruditos e generosos confrades: arrastar logicamente a Psicologia a um dos ramos da história da natureza, conseguintemente havê-la parte integrante das nossas lucubrações e trabalhos aqui no Instituto." Discurso transcrito na *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 398-414.

[63] Ernesto Augusto de Senna Pereira (1858-1913) foi jornalista e consta entre os fundadores do *Diário de Notícias* e um dos grandes colaboradores do *Jornal do Commercio*, onde trabalhou como redator entre 1886 e 1913. Entrou para o quadro de sócios do IHGB em 1903. Sua obra reúne esboços biográficos de personagens da época e configura fonte preciosa de histórias sobre a cidade do Rio de Janeiro.

[64] Por vezes fazia companhia ao barão do Rio Branco no restaurante Brahma, como relatou o fotógrafo Augusto Malta em entrevista ao *Diário da Noite*, de 21/01/1938.

"Benemérito Brasileiro" em 1900, quanto pela reverência de outras instituições.[65] Nos moldes de perfis biográficos que por vezes publicava no jornal,[66] acrescido do tom elogioso característico de necrológios, enumera informações da história de vida de Rio Branco, sem muitas considerações, configurando uma síntese de dados compilados de forma cronológica.

Entre as homenagens impressas na *Revista*, não poderia faltar uma menção direta à relação do barão do Rio Branco com o IHGB. Coube a José Vieira Fazenda, bibliotecário do Instituto,[67] apresentar o histórico desde a sua admissão em 1867, até assumir a presidência da Casa em 1907. Enquanto ainda morava no Rio de Janeiro participou com leituras de trechos da biografia do barão do Cerro Largo, em algumas sessões, e cooperou com as Comissão Subsidiaria de História e a de Trabalhos Históricos, tendo sido elevado a sócio honorário em 1875. Acompanhando os registros do Instituto, observa a assiduidade do novo membro, alegando que ele não deixava de apresentar justificativas quando precisava se ausentar das sessões do grêmio.

Além dos elogios aos "estudos da história pátria", Vieira Fazenda buscou ressaltar outras contribuições de Rio Branco como o oferecimento de obras, de documentos ou de informações que localizava em suas pesquisas, principalmente no período em que morou na Europa: "Para prova aí estão no Arquivo do Instituto suas eruditas missivas, pedindo informações, dando notícias de obras e manuscritos encontrados nos arquivos do velho mundo,

[65] Com a assinatura da Lei nº 754 de 31/12/1900 o barão do Rio Branco foi declarado Benemérito Brasileiro e recebeu trezentos contos de réis, além de uma dotação anual de vinte e quatro contos de réis, passíveis de transmissão aos seus filhos e filhas, como forma de premiação pelos serviços prestados nas missões de Palmas e do Amapá. Além da referida Lei o autor menciona um presente oferecido pelo *Jornal do Commercio* e um busto encomendado pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo.

[66]Os livros *Notas de um repórter*, de 1895, *Rascunhos e perfis: notas de um repórter*, de 1909 e *História e Histórias* [s.d.] reúnem parte do trabalho de Ernesto Senna, onde é possível encontrar exemplares dos seus perfis biográficos.

[67] José Vieira Fazenda (1847-1917) formado em medicina chegou a atuar e produzir textos na área, mas destacou-se com crônicas na imprensa sobre a história da cidade. Atuou como bibliotecário do IHGB, tendo seus textos publicadas na *Revista do IHGB* entre 1919 e 1924. Trabalho que foi reunido em livro intitulado *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro*. Posteriormente Vieira Fazenda atuou em duas comissões designadas pelo IHGB para avaliação, organização e publicação de documentos oriundos do arquivo do barão do Rio Branco, oferecidos pelo ministro das relações Exteriores à época, Lauro Müller, depois da aquisição dos bens do barão pelo governo brasileiro em 1913. A primeira parte da documentação correspondia ao manuscrito inédito de Francisco Adolfo Varnhagen, *História da Independência*, que após o trabalho da comissão foi publicado pela primeira vez na *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 79 (133), 1916. pp. 23-596. O outro conjunto documental reunia as *Efemérides Brasileiras*, escritas por Rio Branco com anotações complementares feitas pelo barão, publicadas na *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 82 (136): v-xix, 1917. pp. 1-618.

bem como de antigos mapas com relação do Brasil."[68] Assim, ressaltava que mesmo distante Paranhos Júnior havia cooperado com o Instituto.

Ao destacar sua atuação na presidência do IHGB, não deixa de mencionar o valor significativo dos seus discursos. Além dos louvores à "forma e concisão admirável", o autor chama atenção para o fato do barão ter incluído temas do Ministério nas suas falas, como fizera em junho de 1908 aproveitando a solenidade do Instituto para declarar suas intenções pacificas em relação às repúblicas vizinhas, combatendo as insinuações de interesses imperialistas presentes na imprensa da época.[69]

Incluído entre as homenagens publicadas pela *Revista,* o *Discurso pronunciado pelo desembargador João da Costa Lima Drummond no Clube Acadêmico*, em 18 de janeiro de 1903, representa a associação das trajetórias do visconde e do barão do Rio Branco. Onde o genitor é enaltecido pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, e o filho pela continuidade da obra do pai, ressaltando a manutenção da paz garantida pela sua política externa "Herói da abolição, um serviu, sem o pressentir, ao advento da República, que o outro amparou, libertando-a das lutas internacionais. Assim impediram ambos que a pátria houvesse de lamentar, ainda, estas suas calamidades, que sacrificam cruelmente a vida social – a escravidão e a guerra."[70]

Nota-se que o texto não foi produzido no mesmo contexto que os demais. Corresponde a uma das manifestações de tributo ao barão no momento em que havia retornado ao Brasil para assumir o Ministério das Relações Exteriores. João da Costa Lima Drummond[71] foi eleito pelos jovens estudantes de Direito para proferir o discurso tendo predominado, em suas palavras, a aclamação do "grande Brasileiro" em contornos de herói nacional.

As últimas palavras na *Revista do IHGB* foram reservadas à despedida do Instituto, representada pela breve exposição de Ramiz Galvão[72] junto ao túmulo do barão do Rio Branco,

---

[68] *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 127.

[69] Aspecto que pode ser notado na seguinte passagem: "Suas ponderadas palavras valiam por muitas plataformas. Foram um verdadeiro programa de política internacional, justamente aquilatado aqui e no estrangeiro, onde muito calaram, as significativas ideias de paz do grande chanceler brasileiro." *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 130.

[70] *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 136.

[71] João da Costa Lima Drummond foi admitido sócio efetivo do IHGB em junho de 1912.

[72] Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1846-1938) foi responsável pela direção da Biblioteca Nacional entre os anos 1870 a 1882, tendo coordenado a *Exposição de História e Geografia* de 1881, deixando valioso legado para a instituição, inclusive pelas reformas que implementou. Entregou o cargo para assumir a função de tutor

em 13 fevereiro de 1912. Transparecem a sobriedade da ocasião, assim como a reverência aquele que é imortalizado como o "condor da diplomacia americana".[73] Quando muitos esperavam para registrar suas homenagens, o orador foi conciso, enaltecendo o barão pelo seu conhecimento e pela sua obra política, sinalizando a permanência do seu legado, afinal, diante da morte todos buscam uma forma de enfrentar a finitude com a qual se confrontam "Adeus, amado Rio Branco; adeus, apostolo insigne do trabalho e da paz. Vela pela obra colossal que deixaste, e o Brasil em todos os séculos bendirá o teu nome".[74]

Além de representar a instituição, as palavras de Ramiz Galvão também significavam a despedida de quem se correspondeu e conviveu com o barão, aproximados pelas pesquisas e pelas atividades nos espaços que frequentavam. Através das cartas preservadas em suas coleções ficou registrada a cooperação intelectual entre ambos, iniciada ainda no período em que Rio Branco morava na Europa e que se estendeu depois do seu retorno ao Brasil.

Feita uma breve análise dos necrológios e demais artigos reunidos na *Revista do IHGB,* número 125, de 1912 é possível identifica-la como um exemplar da construção de memória que se iniciou com a morte do barão do Rio Branco. Demonstrando, assim, o papel desempenhado pelos sócios do Instituto na forma como o barão é lembrado e, ao mesmo tempo, como é articulado à memória institucional.

Outro testemunho que merece ser analisado de forma mais detida é o número especial publicado pela *Revista Americana,*[75] periódico dirigido por Arthur Guimarães de Araújo Jorge, um dos "fiéis escudeiros" do barão do Rio Branco[76]. A fim de prestar "homenagem de profunda saudade", conforme anunciado no editorial da edição de 1913, foram reunidos treze artigos, sendo quatro deles contribuições de autores latino-americanos, o que se alinhava à proposta da

---

dos filhos da princesa Isabel, tendo exercido o encargo de 1882 a 1889. Ingressou no IHGB em agosto de 1872 como sócio correspondente, onde, inclusive, atuou como diretor da *Revista do IHGB*.

[73] *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 75, 1912, p. 141.

[74] Ibid., p. 142.

[75] A *Revista Americana* circulou entre os anos de 1909 e 1919, com periodicidade irregular, tendo sua publicação interrompida em alguns momentos. Sobre o periódico: BAGGIO, Katia Gerab. *A "outra" América*: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. Teses de Doutorado. Departamento de História do FFLCH-USP, São Paulo, 1998; CASTRO, Fernando Luiz Vale. *Pensando um continente*: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012; CARVALHO, Elizabeth S. *Revista Americana*: caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente. Rio de Janeiro: PPGH-UERJ. Dissertação de Mestrado, 2011.

[76] Termo utilizado por Lúcia Maria Paschoal Guimarães no artigo *Colaboradores de Rio Branco: fiéis escudeiros do Barão do Rio Branco*, publicado no livro *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*, uma das iniciativas das comemorações do centenário de falecimento do barão, em 2012.

Revista de promover a cooperação intelectual entre as nações do continente e, ao mesmo tempo, ressaltava a projeção do homenageado.

Entre os textos que compõem o conteúdo do periódico, consta o mesmo artigo de Liberato Bittencourt, *Psicologia do Barão do Rio Branco*, publicado na *Revista do IHGB* já analisado anteriormente, prática comum de compilação em diferentes periódicos. A edição da *Revista Americana* de 1913 é citada nas memórias do Raul do Rio Branco, filho mais velho do barão, que no primeiro capítulo apresenta, de forma sucinta, aquelas que considerava as principais fontes sobre seu pai. Deste número especial, Raul destaca os escritos de João Pandiá Calógeras e de Liberato Bittencourt "aquele pela análise notável que fez da política exterior de meu pai; e este como estudo completo de sua personalidade e como quadro cronológico de sua vida, depois de formado em direito."[77]

Rui Barbosa é quem abre o número especial, apresentando o barão do Rio Branco como o "último benfeitor das nossas fronteiras". Além de enaltecer a importância da sua atuação nos litígios, ele busca evidenciar a lisura de meios que utilizou e de suas intenções, afastando, ou mesmo negando, qualquer pretensão expansionista, de que fora acusado por vezes na sua gestão: "A sua obra não foi de ampliação, mas de retificação, de restituição, de consagração. Mas nem por isso é menor."[78]

Nesses termos, a definição das fronteiras nacionais aparece como sua maior obra, destacando a forma como conduziu e celebrou os acordos, mobilizando ideias como a manutenção da paz entre as nações e a negação de um projeto imperialista, tendo antes garantido o reconhecimento do direito do Brasil sobre os territórios contestados. Resume a significação do seu legado de forma a reconhece-lo como um mito político "Invejável destino o desse nosso conterrâneo em sua realidade, projetando o seu vulto sobre os extremos do país, espécie de nume tutelar, como *Deus Terminus* da nossa integridade nacional!!"[79]

Dada a popularidade conferida à figura de Rui Barbosa à época, é possível compreender a escolha da direção da *Revista Americana* para que inaugurasse o tributo. Participação, aliás,

---

[77] Rio Branco, Raul da Silva Paranhos do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco por seu filho, o Embaixador Raul do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2023. p. 24. Obra há muito esgotada foi recentemente reeditada pela FUNAG, tendo sido lançada em fevereiro de 2023, inclusive em formato digital. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1216. Cabe observar que o referido livro foi publicado em 1942, antes do aparecimento das biografias de Álvaro Lins (1945) e Luís Viana Filho (1959).

[78] Utilizaremos nas referências a reedição do número especial da *Revista Americana,* publicado nas comemorações do centenário de posse do barão do Rio Branco, em 2002. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: FUNAG: CHDD, 2002. p.17

[79] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 17.

que poderia ter sido ponderada, considerando alguns dissabores das relações entre os dois que, desde a generosa publicação no *Diário de Notícias* em 1889, alternavam entre turbulência e calmaria, ora aproximando e ora afastando as duas personalidades. Contudo, diante da morte, capaz de dissipar desavenças ou ressentimentos, costuma prevalecer a reverência.

O texto, na verdade, não foi escrito em 1912. Corresponde a um extrato do discurso de Rui Barbosa proferido em 17/12/1909, na Faculdade de Direito de São Paulo, em ato solene para inauguração de placas com os nomes do barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, homenagem da Faculdade aos antigos estudantes. A justiça foi o tema escolhido pelo orador que não deixou de reverenciar as outras duas personalidades. O trecho dedicado ao barão corresponde ao conteúdo reproduzido pela *Revista Americana* que subtraiu apenas as últimas linhas deixando de fora a referência que fez ao visconde do Rio Branco.[80]

As homenagens da *Revista Americana* seguem com a colaboração do diplomata paraguaio Juan Silvano Godoi.[81] No seu artigo o barão do Rio Branco é identificado às questões de fronteiras e à atuação singular na liderança da política externa, citando marcos da sua administração, que depois viriam a ser regularmente listados por seus biógrafos, como a criação do primeiro cardinalato da América Latina em 1905, a realização da III Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro em 1906 e o Congresso de Paz da Haia em 1907, mas é o perfil intelectual do barão que ganha destaque nas suas palavras.

O conhecimento sobre a história, tanto do Brasil quanto das repúblicas vizinhas, parece ter despertado o interesse e a admiração do autor que se estende por longas notas de rodapé. O resumo biográfico assume o caráter de "memórias", relatos do convívio que pode experimentar no período em que serviu no Brasil. Reproduz trechos de conversas que revelam detalhes da figura delineada por traços físicos e de sua personalidade, ressaltando erudição, imparcialidade e patriotismo como características notáveis.

As palavras de Juan Silvano são representativas das impressões que causava a diplomatas estrangeiros e oferecem registros valiosos sobre esse círculo de convívio de Rio Branco, além de descrever detalhes sobre seu escritório, suas coleções de artes e sua biblioteca.

---

[80] Foi subtraída a seguinte parte: "Mas quem poderá separar jamais Rio Branco, o filho, de Rio Branco, o pai? São duas existências que se desdobram uma na outra, duas imagens que sobressaem na história em uma só medalha, como as duas faces do mesmo rosto, harmoniosamente semelhantes." MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Obras completas de Rui Barbosa*. Excursão Eleitoral 1909. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965. Vol. XXXVI. Tomo I. p. 210.

[81] Juan Silvano Godoi (1850-1926) foi ministro plenipotenciário do Paraguai no Brasil, entre julho e setembro de 1911. Além do posto diplomático ocupou a direção da Biblioteca, Museo y Archivo de la Nación de 1903 até sua morte em 1926.

Ao lado de itens de grande valor a relativa simplicidade da casa em Petrópolis e do espaço que utilizava como dormitório, junto à sala oficial de ministro no palácio do Itamaraty.[82] Aspectos observados pelo autor que o descreve de forma um tanto exagerada, como um "monge asceta", chamando atenção que, apesar da notória trajetória, não acumulou fortuna. A descrição da casa de Rio Branco é fornecida como evidência das qualidades enumeradas pelo autor:

> Estanterías de libros escogidos, de apuentes, memorias, comentarios históricos, diplomáticos, geográficos; amontonamientos de instrumentos de geodesia, de libros en armarios, sobre mesas, sillas y muebles. Obras de arte raras, preciosidades de estraño valor, estatuitas exóticas antiquísimas, egípcias, faraónicas, iconos de Oriente de vieja plata dorada y cobre, bajorelieves de mármoles com pátinas seculares; y en las paredes amontonados al azar cuadros de los grandes maestros, óleos, acuarelas, dibujos [...] Todo esto abarrotado en tres piececitas estrechas sin lucimiento ni cuidado.[83]

Após enaltecer valores e virtudes, que entende por exemplares e dignos de nota, Godoi conclui o texto articulando o prestígio desfrutado pelo barão como forma de reconhecimento da grandeza do personagem, que, por fim, se revelara um símbolo:

> El nombre de Río Branco en su país es más representativo que el de ningún presidente o monarca de la tierra en el suyo, como prestigio, como confianza, como autoridad. Ante un simple gesto de el, se commovería toda esa poderosa república que es el cuarto imperio territorial del mundo y el más rico.
> Más que el nombre de un hombre, constituye **un símbolo**: el verbo, la abnegación, la imagen viviente de la patria misma; por eso el Barón de Río Branco es el más fuerte hombre de Estado contemporáneo.[84]

Alguns aspectos da biografia de Juan Silvano Godoi ajudam a compreender suas escolhas de análise. Além do gosto por colecionar livros e obras de arte, o paraguaio compartilhava com o barão o interesse pela História, tendo escrito alguns trabalhos ao logo da sua trajetória, profundamente ligada à história de seu país.[85] Cabe um parênteses para assinalar que Juan Silvano estava na Argentina durante a Guerra do Paraguai, onde cursou a faculdade de Direito na Universidade de Buenos Aires, retornando à Assunção em 1869. Nesse momento

---

[82] Quando o barão do Rio Branco retornou ao Brasil para assumir a gestão do Ministério das Relações Exteriores, preferiu morar em Petrópolis pelo clima mais ameno e pela ameaça de casos constantes de doenças e epidemias que castigavam a capital. Dada a distância e o hábito noturno se tornou cada vez mais comum que dormisse no próprio Palácio do Itamaraty.

[83] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 27.

[84] Ibid., p. 29. (Grifo nosso)

[85] Entre os escritos de Juan Silvano Godoi podemos citar: *Monografías históricas* (Buenos Aires, 1893), *Últimas operaciones de Guerra del General Díaz* (Buenos Aires, 1897), *Mi misión a Río de Janeiro* (Buenos Aires, 1897), *El Barón de Río Branco* (Asunción, 1912), *El asalto a los Acorazados* (Asunción, 1919).

participou ativamente na reconstrução do país, mas dissenções políticas acabaram levando Juan Silvano ao exílio, novamente em Buenos Aires.

Apenas em 1895 retornou ao Paraguai, tendo adquirido ao longo desses anos valiosas coleções que reuniam obras de arte e uma expressiva biblioteca com mais de vinte mil volumes. A partir do seu desejo de disponibilizar esses acervos para acesso público fundou em 1909 o *Museo de Bellas de Artes*, também conhecido como *Museo Godoi*. Suas coleções pessoais constituem patrimônio de grande importância para as instituições de guarda do Paraguai.[86] O interesse pela aquisição de itens dessa natureza, assim como pela respectiva organização, preservação e difusão desses acervos, encontra paralelo com as características ressaltadas do barão do Rio Branco em seu artigo. A admiração que parece lhe inspirar tem relação direta com a sua própria trajetória, o encantamento com os livros e as peças expostas na casa Petrópolis revelam a identificação do autor com o seu homenageado.

Um perfil similar ao traçado por Juan Silvano Godoi sobressai nas palavras de Clóvis Beviláqua, que desde 1906 exercia as funções de consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores a convite do chanceler.[87] Como está explícito em seu título, *A educação histórica do barão do Rio Branco explica a extensão de sua influência na vida nacional do Brasil*, para falar de Rio Branco deve-se considerar a imagem do erudito, daquele que era considerado profundo conhecedor das coisas brasileiras. Conhecimento que garantiu participação e vitórias nas contendas de limites "(...)esse cabedal acumulado, de ideias e sentimentos, se expandiu em erudição e dialética, entrou, francamente, na circulação da vida nacional, revelando e afirmando fatos e tendências, repercutindo na alma popular, iluminando a consciência do povo."[88]

É através das questões de fronteiras e da repercussão nacional das soluções favoráveis ao Brasil, que Beviláqua explica o apelo popular de Rio Branco:

> O que deu a esses feitos uma alta significação histórica foi terem eles correspondido a necessidades sentidas por nossa consciência nacional, foi traduzirem afirmações de nossa nacionalidade, conforme ao direito, e necessárias à nossa integração geográfica. O advogado falava pela nação, e o povo sentia que o defensor de suas pretensões

[86] O processo de aquisição do Museo Godoi e da Biblioteca Americana reunida por Juan Silvano Godoi foi aprovado em 1927, um ano após a sua morte, mas apenas em 1939 a compra foi concluída e foi criado o Museo Nacional de Bellas Artes.

[87] Clóvis Beviláqua (1859-1944) desempenhou a função de consultor jurídico até sua aposentadoria em 1934. É reconhecido pela participação na elaboração do Código Civil, atendendo ao convite do presidente Epitácio Pessoa em 1899, mas que só teve seu texto final aprovado em 1916. Consta entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras e ingressou nos quadros do IHGB, pouco depois desta publicação na *Revista Americana*, em 1914.

[88] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 31.

> exprimia, com vigor e lucidez, os anelos e pensamentos que se lhe esboçavam na alma.[89]

Das defesas territoriais Beviláqua passa a definir o perfil do estadista, que à frente do Ministério, articulou ideias de solidariedade e confraternização entre os povos. Ao apontar alguns aspectos da sua gestão acredita que estes justifiquem o prestigio e a popularidade que desfrutou "explicam a confiança incondicional e a veneração do povo por seu grande ministro."[90]. Para o consultor, Rio Branco representava a feliz congruência entre o detentor de um conhecimento notável e a conjuntura da nação. Nas suas palavras a excepcionalidade que lhe atribui encontrou circunstâncias favoráveis desde as missões especiais à gestão do Ministério, contexto propicio, inclusive, porque ia ao encontro dos anseios populares.

Já o jornalista Carlos de Laet inicia seu texto com um breve relato sobre a morte de Rio Branco,[91]mais do que o fim da existência, seu relato fala da consolidação de um símbolo, do "colosso" que naqueles dias teria travado um duelo com a morte. Sem avançar por detalhes, e evitando questões delicadas, traça o perfil do boêmio que se salvou pela figura do pai e longe do Brasil desenvolveu verdadeira devoção pela pátria. O patriotismo é a chave escolhida pelo autor para explicar o homenageado, sem esquecer de mencionar a erudição, posta a serviço da pátria.

Rio Branco é aclamado por Laet como o "campeão brasileiro" da arbitragem internacional, "defensor do nosso direito". O laudo favorável do litígio com o governo Francês, leva a sentenciar que "desde então Rio Branco foi consagrado o máximo integrador do território nacional".[92] Da consolidação do território como projeto que justifica a glória e reverência ao barão, passa a considerações sobre a Revolta da Chibata, elucubrando possíveis impressões do evento no ministro que encampou na sua gestão verdadeira batalha pelo reaparelhamento da marinha de guerra: "Para mim tenho que o fúnebre episódio por muito entrou no declínio da já combalida saúde de Rio Branco..."[93]

---

[89] Ibid., p. 32.

[90] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 33.

[91] Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927) foi jornalista, professor e poeta. Esteve presente nos espaços pelos quais o barão do Rio Branco circulava, foi estudante e depois professor do Colégio Pedro II, atuou no *Jornal do Comercio* e no *Jornal do Brasil*, foi fundador da cadeira nº 32 da Academia Brasileira de Letras e ingressou como sócio do IHGB em 1911. Em 1889 também escreveu artigo de divulgação da edição separata do verbete *Le Brésil*.

[92] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 36.

[93] Ibid., p. 37.

Laet joga luz sobre um aspecto controverso. Apesar de reconhecer críticas anteriores e fazer referência às tais despesas extraordinárias, que sempre circularam sobre a gestão do Ministério, conclui com a ressalva de que os fins justificam os meios: "A defesa de Rio Branco está em que, no próprio abuso do poder público, só visava a grandeza e a prosperidade da pátria."[94] E lá estava a pátria a justificar práticas nem sempre louváveis do "grande brasileiro".

Seguindo o tom laudatório, característico de necrológios, Carlos de Laet encerra retomando a morte para anunciar a sobrevida "É possível sair perfeito o artefato modelado em argila humana. Felizes os vultos que, qual o de Rio Branco, têm na agigantada beleza das formas o *quid* divino dos bronzes históricos e dos mármores imortais."[95] No seu entender, Rio Branco não desapareceu na manhã de 10 de fevereiro de 1912. Afinal, segundo Laet, não há morte para aquilo que ainda em vida havia se tornado imortal.

O mesmo mote de símbolo que ultrapassa os limites da vida, da o tom na homenagem de Manuel Gorostiaga.[96] Outra colaboração estrangeira que inicia seu texto aclamando que "El nombre de Río Branco no morirá."[97] O diplomata argentino resgata a figura paterna do visconde do Rio Branco e o projeto da Lei do Ventre Livre para elogiar aquela que é considerada a principal referência do barão, o seu pai. Trajetórias e nomes que se "confunden e integran en una solución de continuidade".[98]

Na tentativa de elaborar uma breve nota sobre Rio Branco não lhe faltam referências às questões de fronteiras, à manutenção da paz, à integridade territorial, à unidade nacional e à concórdia internacional. Rio Branco é apresentado como uma "encarnación viva y representativa del pensamento y del sentimiento del Brasil, inseparable, idéntico hasta confundirse en la entidade visible y tangible, como perfecta sinonímia"[99], considerando esta, a forma como era visto pelas outras nações vizinhas. E ao referencia-lo como um "oráculo da nação" aborda o prestígio do barão em seu país, de como era visto pelos brasileiros. Percepções

[94] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 37.

[95] Ibid. p. 38.

[96] Manuel Gorostiaga Paz (1848-1918) foi diplomata argentino que atuou como ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro entre 1897 e 1907, tendo se destacado pelos esforços de cooperação entre os dois países.

[97] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 39.

[98] Ibid. p. 40.

[99] Ibid. p. 41.

que correspondem principalmente ao período que esteve no Rio de Janeiro como ministro plenipotenciário da Argentina, entre 1899 e 1907:

> Empero, juzgada dentro de las luces que encierran la unidad de su existencia y de su labor, debe decirse, en realidad de verdad, que ningún hombre de su generación o de sus contemporáneos hizo tanto bien al Brasil, puede ofrecer una obra tan completa, y disfrutando de su autoridade y prestígios, así poderosos, como incontrarrestados, le haya causado menos sacrificios, ofreciéndole al descender al sepulcro, como resultado de su consagración, la paz estable, afirmada sobre la solidaridad de interesses, y la recíproca confianza, em las naciones a que la entrelazan una estrecha comunión de ideas, de cultura, de justicia y de derecho![100]

Vale lembrar que Manuel Gorostiaga havia desempenhado um importante papel nos diálogos de cooperação entre o Brasil e a Argentina, promovidos pelo barão do Rio Branco, que inclusive esboçaram a proposta de um acordo entre os dois países, juntamente com o Chile, para manutenção da paz na região, projeto que ficou conhecido como *Pacto ABC*. Sob essa perspectiva, o barão é lembrado por Gorostiaga como "obrero de la paz", a quem se deve esforços pelo estreitamento de laços entre os países sul americanos, pela superação de disputas e por fomentar a cordialidade entre as nações do continente. Reconhece, por fim, que suas palavras podem estar carregadas de certa reverência, o que seria uma das fraquezas humanas, e que só restaria aceitar essa condição.

O artigo assinado por Arthur Pinto da Rocha ao apresentar uma exposição sobre Direito Internacional, se diferencia dos anteriores pela abordagem, pertinente à sua atuação nas Faculdades de Direito de Porto Alegre e do Rio de Janeiro.[101] Está igualmente dividido entre a argumentação de que "a sanção do Direito Internacional não é a guerra, é a moral",[102] e a parte associada à figura de Rio Branco, que, nas palavras do autor, pode ser compreendido a partir do conceito apresentado. Em consonância com a exposição inicial enaltece a argumentação jurídica presente nas *Memórias* elaboradas para defesa do direito brasileiro, tendo a manutenção da paz como um aspecto consolidado na política externa brasileira.

---

[100] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 43.

[101] Arthur Pinto da Rocha (1864-1930) se destacou pela atuação no magistério sendo um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre onde deu aulas de Direito Internacional. Apesar de não haver menção direta na publicação da *Revista*, é possível que o texto corresponda ao "Discurso em homenagem ao barão do Rio Branco", proferido pelo autor, em nome da Congregação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, no sepultamento do barão. Cabe observar que também era reconhecido como escritor e historiador, tendo sido admitido no IHGB pouco depois, com a apresentação do ensaio *Influência da Poesia na História*, em sessão no ano de 1915. Como jornalista destaca-se o período que esteve a frente da direção do *Diário de Notícias*, tendo assumido a função a convite de Rui Barbosa, que estava envolvido na disputa presidencial de 1910.

[102] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 48.

O autor apresenta três faces de Rio Branco: o "eminente brasileiro", o "diplomata sagaz" e o "homem do seu século", que teria se colocado a serviço da pátria, a despeito das suas convicções quanto ao regime político que a regia. Descreve as fronteiras, definidas sob sua defesa, como verdadeiros "triunfos jurídicos" e não se furta de mencionar o valor simbólico do tratado de retificação de limites com o Uruguai.[103] Para o autor a maior reverência a Rio Branco deve-se aos preceitos que defendeu e imprimiu na diplomacia brasileira. Neste sentido, mobiliza as ideias de solidariedade e cooperação entre as nações, assim como a fraternidade, acima do princípio de guerra para demonstração de força e imposição de vontades.

A contribuição de Escragnolle Doria apresenta um breve recorte sobre a trajetória do barão do Rio Branco.[104] Apesar de ter trabalhado apenas por alguns meses como professor do Colégio Pedro II, entre 23 de abril e 18 de julho de 1868, este foi o assunto escolhido pelo autor para falar do homenageado, além de apresentar algumas reflexões sobre o contexto da guerra contra o Paraguai e tecer um panorama completo do Colégio naquele período a partir do quadro de docentes e disciplinas ministradas, além de relacionar os alunos que tiveram aulas de Corografia e História Pátria com o barão.[105]

O número especial da *Revista Americana*, com uma seleção diversificada, oferece ainda a transcrição de dois manuscritos do cônsul uruguaio, Manuel Bernárdez.[106] O primeiro identificado como "Prólogo de una Semblanza", corresponde a uma carta de 30/10/1909, destinada a A. Barreiro y Ramos, e o segundo "El áureo episodio internacional" outra carta de 12/05/1909, remetida ao Presidente da Câmara dos Deputados, Antonio Maria Rodriguez.

[103] O Tratado assinado em 30/10/1909 por iniciativas do Brasil, reconhecia a soberania do Uruguai até o Rio Jaguarão e definia uma linha mediana da Lagoa Mirim, direitos que iam além do que era reivindicado pelo governo uruguaio. O acordo promovido pelo barão do Rio Branco foi interpretado como um ato de generosidade que demonstrava a intenção de manter relações amistosas e de cooperação com os países vizinhos.

[104] Luís Gastão d'Escragnolle Dória (1869-1948) formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1890, mas dedicou-se principalmente ao magistério, tendo atuado também na imprensa e na administração pública. Ingressou no quadro de sócios do IHGB em 1912.

[105] A opção do autor, Luís Gastão de Escragnolle Doria, possivelmente se explica pelo fato de também ter sido professor do Colégio Pedro II, tendo lecionado História Universal e História do Brasil. No ano do falecimento de Rio Branco ele estava em meio a um longo período de viagem pela Europa, onde reuniu documentação histórica relativa ao Brasil. Cabe observar sua atuação na direção do Arquivo Nacional, entre os anos de 1917 e 1922, e na edição do periódico da instituição.

[106] Manuel Bernárdez (1867-1942) foi diplomata, escritor e editor, tendo atuado como cônsul entre 1910 e 1916 e ministro plenipotenciário entre 1916 e 1920.

Ambas fazem parte de uma publicação de 1909 intitulada *Rio Branco*, que corresponde à separata de um dos capítulos da obra *El Brasil: su vida, su trabajo, su futuro*, de 1908.[107]

Na primeira missiva Manuel Bernárdez faz alguns comentários destacando a atuação internacional e certa influência moral que o chanceler exercia entre os brasileiros, apresentado como um modelo de grande homem. Está presente em seu texto a abordagem da figura de Rio Branco pela excepcionalidade, tanto na sua contribuição à diplomacia do continente, quanto na popularidade reconhecida em seu país e, até mesmo, de prestígio continental. A manutenção da paz, a harmonia e a superação de antagonismos entre os países do continente são apresentadas como seu principal legado, considerando o barão um dos precursores e responsável pela propagação e enraizamento desses preceitos na pauta das relações internacionais do continente.

A segunda carta transcrita pelo periódico, registra o relato de Bernárdez sobre um encontro com o barão do Rio Branco no Palácio do Itamaraty, quando este apresentou, pela primeira vez, a proposta de tratado com o Uruguai que seria submetida ao presidente da República. Naquela circunstância anotava os detalhes para redigir o projeto. Manuel Bernárdez não hesita em registrar o valor que tal proposta teria no seu país, e as justificativas do ministro brasileiro fundamentadas por princípios que nortearam o posicionamento em Haia em 1907:

> Buscamos com esto, en primer lugar, ponermos en armonía com nuestro propio concepto del Derecho de Gentes en estos asuntos, y luego, legitimar y hacer insospechables ante el mundo civilizado nuestros afanes de equidad internacional, de justicia y consideración parejas para todos los pueblos, fuertes ó débiles, conforme a nuestra doctrina abiertamente sustentada en el Congreso de La Haya.[108]

A assinatura do tratado com o Uruguai em 1909, mencionado nas duas cartas transcritas, foi sem dúvidas o que motivou a edição especial do capítulo dedicado ao barão do Rio Branco pelo diplomata Manuel Bernárdez. Diante da repercussão positiva dos termos acordados, o exemplar se configurava uma homenagem em agradecimento ao ato. Notório que extratos deste exemplar tenham sido escolhidos para fazer parte do número da *Revista Americana* em análise, o que evidencia o cuidado da direção do periódico com a edição especial.

A homenagem do uruguaio é seguida pelo artigo de João Pandiá Calógeras que trata da política externa brasileira durante a gestão de Rio Branco. O texto é ilustrado com memórias do autor, relato de quem esteve presente no Itamaraty e conviveu com o chanceler, o que

---

[107] BERNÁRDEZ, Manuel. *El Brasil: su vida, su trabajo, su futuro. Itinerário periodístico*. Buenos Aires, 1908; e BERNÁRDEZ, Manuel. *Rio Branco*. Montevidéu: Libreria Nacional, 1909.

[108] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 67.

permite empregar os apontamentos sobre o método de trabalho, sua atuação como líder e a relação que mantinha com aqueles que gravitavam a sua volta.[109]

Sua argumentação se constrói a partir da origem e formação de Paranhos Junior de modo a identificar suas características de ação com as tradições do Império, desde seu ambiente familiar através da figura paterna do visconde do Rio Branco e o espaço de convívio que essa presença trazia, o que considera uma predisposição hereditária "Nesses salões, que não eram excepcionais durante o Segundo Reinado, aprendiam-se a cortesia, o respeito às opiniões alheias, as maneiras de apurado tom, que o Barão conservou até o último momento, nele constituíam segunda natureza e tanto prendiam a quem com ele tratava."[110]

Para além do papel central na condução da política externa brasileira, Calógeras sugere que as pautas de Rio Branco extrapolavam os limites do país e teriam inspirado as relações internacionais de todo o continente. Nota-se que esta reflexão está presente em outros textos, inclusive em menção direta de autores estrangeiros, e pode-se afirmar, de forma indireta, pela *Revista Americana,* que traz a manifestação desses personagens. Assim, a seleção dos relatos de membros do corpo diplomático de outros países, conforme impressa no periódico, contribuía para difundir a impressão de que o antigo ministro brasileiro desfrutava da simpatia unânime entre as nações do continente.

Na análise de Calógeras em oposição ao visconde de Cabo Frio, que atuou por muitos anos como Diretor-Geral do Itamaraty e exerceu forte influência na condução da pasta e marcadamente relacionado ao passado, Rio Branco aparece como o futuro, como um inovador, mas, ao mesmo tempo, herdeiro deste tempo pretérito, mantenedor de alguns aspectos, embora com uma visão renovada da condução da política externa, diante das alterações do concerto internacional. Representa, assim, a tradição que dá forma à imagem do Ministério, com engajamento mais arrojado aos novos desafios que se colocavam em pauta.

Calógeras esboça um quadro da política externa, no período situado entre o fim do Império e os anos iniciais da República, descrevendo um cenário de instabilidades e desgaste da imagem do Brasil. Até que os "dois grandes triunfos" das questões de fronteiras, criaram esperanças para melhor condução nessa seara. Como símbolo do triunfo, Calógeras aponta que

---

[109] João Pandiá Calógeras (1870-1934), que era sócio do IHGB desde 1905, integrou a Delegação do Brasil às III e IV Conferências Pan-Americanas realizadas em 1906 e 1910, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, respectivamente. Cabe observar que o artigo expressa seu interesse pelo tema que veio a desenvolver anos mais tarde em uma obra em três volumes *Política Exterior do Império* (v.1. As origens; v.2. O Primeiro Reinado; v.3. Da Regência a queda de Rosas) publicada entre os anos de 1927 e 1930.

[110] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 174.

Rio Branco passou a ser, além de reconhecido, aclamado e considerado uma alternativa promissora, até para a presidência da República:

> Cumpria restituir à nossa terra sua posição primitiva no concerto americano; fazer desaparecer a prevenção oriunda das desordens de sua política interna; torná-la fator indispensável da paz do continente; serenar o ambiente ameaçador já formado, e que já tinha feito correr sangue nas nascentes do Juruá, do Purus e nos afluentes do Madeira; fechar seu perímetro divisório; reconquistar o prestígio combalido por dez anos de anarquia sempre renascente, de desmoronamento financeiro, de flutuação nos rumos seguidos.[111]

O texto de Calógeras ultrapassa as características dos necrológios típicos das revistas e magazines, ele se destaca pela abrangência, e por demonstrar maior preocupação com o contexto, de modo a fornecer um panorama mais completo da gestão do barão do Rio Branco e do cenário brasileiro. Traz ainda pormenores do personagem e das relações com seus colaboradores e com a imprensa. Mas não escapa da escrita encomiástica e acaba por dissipar as críticas e sugerir um apoio e aderência quase unânimes, reiterando a ideia amplamente difundida de atuação independente e separada do quadro político nacional, questões que hoje já não são mais sustentadas.[112]

Sobre sua participação na imprensa, vale destacar a observação do autor, uma das minúcias a que se dedicava, e que estava engajada na ideia de promover a pauta internacional:

> Velho homem de imprensa, o ministro nunca pudera desfazer-se dos antigos hábitos. Colaborava também, quando lhe sobrava tempo ou julgava oportuno à discussão diplomática em andamento, em vários periódicos da capital. Por vezes, enviava as tiras redigidas por ele próprio, com aquela sua letra característica, clara, em pé, arredondada nas extremidades, muito ligada. Outras, por volta da meia-noite, entrava portas a dentro das redações, e na mesa de um repórter, honrado com tal escolha, escrevia uma local que julgava dever divulgar, ou corrigia provas de algum artigo de maior importância.[113]

Calógeras considera a política externa conduzida por Rio Branco uma retomada da tradição da política imperial, como forma de reabilitar a imagem do Brasil, desgastada com as agitações dos anos iniciais da República, transposta na instabilidade da condução do Ministério até a sua chegada. Ou seja, atuação de um "salvador" através de uma reconciliação com o passado recente, assim como pode ser observado no exemplar do *Jornal do Comercio* de 1912 analisado anteriormente.

---

[111] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 184.

[112] O trabalho de Luís Cláudio Villafañe avançou neste sentido ao demonstrar o quanto a prática estava dissociada do discurso, aspecto que será apreciado mais adiante.

[113] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, pp. 189-190.

Em diversas passagens o autor chama atenção para a capacidade de observação de Rio Branco, de modo a elucubrar sobre determinadas posturas e decisões. Sob esse aspecto ressalta o privilégio de quem pode observar o desenrolar das disputas imperialistas no cenário europeu. O que estava diretamente vinculado às relações com os Estados Unidos e sua proeminência no continente americano. E por esse viés explica a utilidade da *doutrina Monroe*, sem paixões, mas como um recurso de defesa, de manutenção da soberania. Da mesma forma, justifica a pauta do rearmamento militar, como garantia de recursos concretos em defesa da soberania nacional, não apenas do Brasil, mas também de seus vizinhos. Fatores que não concorrem com as ideias de manutenção da paz e fraternidade, constantemente associadas à sua trajetória "O que se colimava era fundar uma verdadeira cooperação de povos americanos, fazer do conjunto de seus respectivos territórios o Continente da Paz. Obra de estadista"[114]

A maior parte da análise elaborada por Calógeras é dedicada às relações com os países da América do Sul, pincelando o caso das fronteiras, e atendo-se ao "ideal de paz", à "cordialidade continental", a uma pauta que se aproxima dos preceitos das Conferencias Pan-Americanas. Estende-se ainda pelas relações com os Estados Unidos, chegando a falar de política de aproximação, defendendo a atuação pragmática seguida pelo barão. Atribui à III Conferência Pan-Americana, realizada em 1906 no Rio de Janeiro, um lugar de destaque nesse contexto, citando longo trecho do discurso de encerramento do evento. Forma de endossar sua apreciação e imprimir nas palavras do próprio ministro, as ideias centrais da sua interpretação, mobilizando a "amizade de todos os povos americanos", a convivência pacifica, e reiterando a ausência de interesses imperialistas por parte do Brasil.

Calógeras conclui seu artigo defendendo que a obra de Rio Branco constitui um "monumento indestrutível", pela sua natureza e por estar vinculada a própria vontade nacional, "encarnara o gênio de uma raça e concretizara o sentir nacional".[115] Forma de conciliar o próprio discurso do barão com sua atuação, usualmente justificada em defesa dos interesses nacionais.

Assim como já foi apontado em outros textos do número especial da *Revista Americana*, para José Enrique Rodó, consagrado escritor uruguaio,[116] o barão do Rio Branco é o tipo de

[114] Ibid., p. 196.

[115] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002, p. 209.

[116] José Enrique Rodó (1872-1917) político e escritor uruguaio, autor da obra *Ariel* (1900) que garantiu seu reconhecimento internacional, chegando a ser considerada uma das obras de filosofia mais influentes escritas em espanhol.

personagem que se perpetua, pela memória que sua história mobiliza. Nesse sentido, se manifesta da seguinte forma: "Su significación americana, su significación universal, se cifrarán acaso en la história por um carácter de iniciación, antitético y complementario del que se vincula al libro de *El Principe*".[117]

O artigo é, na verdade, parte do livro *El Mirador de Próspero*[118] que, segundo o pensador uruguaio estava em processo de impressão. O texto trata da construção da memória em torno do barão, narrativa que vinha sendo formulada, tendo seu nome associado à solidariedade americana e às fronteiras do Brasil "Es condición peculiar de la muerte de estos hombres ilustres que, en la impresión que nos causa, se mezclen paradójicamente la sensación de una ausencia irreparable y la de una presencia persistente y triunfal, que la muerte no es capaz de aventar con sus alas de sombra."[119] O poeta enumera os motivos pelos quais, apesar da morte, considera que Rio Branco ainda está presente no Palácio do Itamaraty, iniciando cada nova sentença pela frase "Todavía está ali".

Por sua vez, o cronista João do Rio,[120] abre caminho para uma face mais mundana de Rio Branco. Seu artigo colore em tons mais suaves a homenagem do periódico, trazendo a público uma das suas memórias sobre o barão, ainda que à ocasião tenha sido "polidamente liquidado" pelo ministro. Cheio de leveza e humor, o escritor narra um episódio ocorrido em 1902, quando ele teria conseguido uma entrevista com o novo chanceler, a fim de pedir "sua proteção" para ingressar na carreira diplomática, desejando se tornar um dos "meninos vestidos em Londres".[121] João do Rio relata de forma irreverente sua ida a casa de Petrópolis e a breve conversa que teve com Rio Branco, que desviou o pedido lembrando que para tal precisava realizar o concurso público.

A admiração é notória e está explícita pelas expressões que utiliza para se referir ao barão, tais como: "grande homem"; "homem formidável"; "*Maior Homem do Brasil*"; "homem

---

[117] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 212.

[118] RODÓ, José Enrique. *El mirador próspero*. Madri: Editorial-América, 1920. O texto sobre Rio Branco foi publicado no Tomo II páginas 20 a 22.

[119] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 212.

[120] João do Rio é um dos pseudônimos de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (1881-1921), jornalista e escritor, autor de obra dedicada principalmente a crônicas da vida carioca nos anos iniciais do século XX. Depois de duas candidaturas em 1905 e 1907, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910, passando a ocupar a cadeira nº 26.

[121] Forma como João do Rio se refere aos jovens colaboradores do barão do Rio Branco, fazendo referência ao padrão de apresentação seguido pelos membros do Itamaraty.

extraordinário"; "imortal brasileiro"; "ilustre brasileiro"; e "vulto formidável". Alguns desses títulos aparecem entre aspas, como se fossem emprestados de oradores anteriores, ou expressões que comumente circulavam para se referir a Rio Branco, com destaque para o "*Maior Homem do Brasil*", que aparece ainda em itálico, fazendo referência ser este um termo cunhado por outros, que reconheciam prestígio na figura de Rio Branco.

João do Rio cita aspectos recorrentes enaltecidos de sua obra, mas pincela alguns pontos de crítica. E reconhece o alcance do seu potencial simbólico para além da pauta da política externa, presente também no mundanismo, ao personagem que se acostumaram a ver transitar pela cidade e que alimentava as curiosidades que circulavam sobre sua personalidade, no que chama de "pequenas coisas internas" para se referir aos costumes de corte, o rigor com a aparência, seja do quadro de funcionários, seja dos eventos organizados pelo Itamaraty. Se por um lado Rio Branco era descrito como um "monge asceta", por outro era considerado um homem de Corte que dominava os cerimoniais e as normas de conduta. Por fim, uma nota que pretende situar a sua colaboração, fala do que e como se escreve sobre o barão. Talvez uma das melhores críticas sobre a literatura acerca de Rio Branco naquele momento:

> Ninguém ainda o estudou tão complexamente – porque sobre Rio Branco até agora nós oscilamos entre o panegírico de oratória e a relação de anedotas íntimas do Coronel Senna. É, pois, perdoável, que, sem competência para o panegírico ou para a relação de anedotas e muito menos para o trabalho complexo que se há de fazer um dia, peça eu a ajuda do egoísmo e narre as impressões de um ingênuo rapaz de 1902, que veio à realidade da vida por ter visto de frente o vulto formidável de Rio Branco recusando polidamente à sua fantasia o árduo trabalho dos secretários de legação.[122]

A homenagem promovida pela *Revista Americana* encerra-se com a transcrição do discurso de João Dunshee de Abranches,[123] político reconhecido como um dos principais defensores do chanceler na Câmara dos Deputados.[124] Tal qual em um necrológio, ele destaca a atuação de Rio Branco em prol da divulgação da imagem do Brasil, com intuito de afirmar aspectos nacionais que julgava definir o país da forma agigantada que o via e que se dedicou a promover.

---

[122] O Coronel Senna mencionado por João do Rio refere-se a Ernesto Senna, já comentado neste capítulo. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 222.

[123] João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941) político e escritor, presidiu Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre 1910 e 1913. Dos seus trabalhos publicados dedicou-se majoritariamente a temas da política externa brasileira e especificamente sobre a atuação do barão do Rio Branco.

[124] Luís Cláudio Villafañe identifica o deputado pelo Maranhão como sucessor de Gastão da Cunha, ocupando o lugar de principal alinhado de Rio Branco na Câmara "Dentre os deputados de 1906 a 1912, seria de Abranches a voz que sempre se levantaria em defesa dele no Parlamento". SANTOS, 2018. op. cit., p. 452.

Assim como em outros textos, associa a trajetória do filho com a do pai, colocando em paralelo as duas personalidades, considerando os dois equivalentes em suas obras. Enumera aspectos da sua atuação no Ministério, passando pelos casos de fronteiras, sem restringir as negociações ao elemento territorial, mas engajado em interesses econômicos. Não deixa de comentar as relações com os países vizinhos para além dos litígios e acordos limítrofes, mas como o "apóstolo da paz, na América do Sul", da cordialidade, da cooperação, que também são lembrados tanto pelo viés político, quanto econômico e ainda cultural. Sem esquecer das relações com os Estados Unidos, reconhecendo um lugar estratégico na política externa brasileira.

Por fim a reverência ao "Maior dos Brasileiros", expressão que mais uma vez aparece impressa na revista entre aspas e em iniciais maiúsculas, como um chamamento equivalente ao próprio nome, e que remete a uma expressão usual naquele momento, que em suas palavras finais representa em si a própria pátria "É que, senhores, Rio Branco, há muito já não era para todos nós um nome... era um **símbolo**... e a sua figura se confundia de tal forma com a Pátria que, cobri-lo hoje, como ontem, como sempre, de glórias, vale tanto quanto glorificar o próprio Brasil!"[125] Como se vê, não se fala simplesmente da história de vida de um personagem. Reivindica-se falar da própria história nacional. Um símbolo, que seria capaz de perdurar, e transcender à existência do homem.

O número especial da *Revista Americana* foi composto por uma seleção atenta que reuniu colaborações de brasileiros e estrangeiros. Ainda que algumas características dos textos variem, a reverência é unânime. Os escudeiros permaneciam fiéis ao seu mentor e cumpriram a promessa do editorial em oferecer aos leitores uma "homenagem de profunda saudade", o que não se limitou ao número analisado, artigos similares continuaram a ser publicados como é o caso dos textos de John Basset Moore e Andrá Cesar Rivas.[126]

1.3. Projetos biográficos

A literatura que se construiu em torno de Rio Branco ainda em vida, assim como por ocasião da sua morte, constitui bons exemplos do modo como essas representações se articulam

[125] FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2002. p. 228.

[126] *Revista Americana*, ano IV, n. 7 e 8, jul.-ago. 1913.

com a escrita da sua história de vida e de tornaram referências para os biógrafos. O volume expressivo de produções incentivou levantamentos bibliográficos e algumas análises sobre aspectos dessa produção. Destacam-se os trabalhos de Maria Carolina Max Fleiuss, Feijó Bittencourt e Cláudio Ganns, publicados na *Revista do IHGB* no ano de comemoração do centenário do barão do Rio Branco, em 1945.[127]

Na seção Bio-bibliografia do número 186 da *Revista do IHGB*, dedicada integralmente ao barão do Rio Branco, Maria Carolina Max Fleiuss apresenta dados biográficos centrados na trajetória intelectual e política do homenageado. O breve texto é acompanhado por levantamentos documentais e bibliográficos no acervo do Instituto. Na descrição constam itens de iconografia, exemplares da biblioteca e do museu, assim como manuscritos preservados no arquivo. A bibliografia está dividida em duas partes, a primeira relaciona os itens de autoria do barão do Rio Branco, já a segunda lista todos as obras em que o antigo sócio figura como tema. Valiosos levantamentos que assinalavam registros até então pouco explorados pelos biógrafos.

Das três referências apresentadas o texto de Feijó Bittencourt constitui a análise mais densa. Na seção "Trabalhos Originais", que abre o número 187 da *RIHGB* de 1945, o sócio inicia pela definição da figura do barão do Rio Branco chamando corretamente a atenção para certo apagamento de seus vínculos com a monarquia e sua projeção, de forma a dissocia-lo desse passado esmaecido. Para tanto, Liberato Bittencourt aparece como a primeira referência de seu texto, considerado exemplar da impressão causada pelo barão em sua época. Totalizam treze trabalhos analisados pelo autor, número que pode parecer reduzido se compararmos aos outros exemplos, mas a natureza do seu artigo se diferencia dos demais, analisa as características dos textos acompanhando a história de vida do personagem, cotejando a produção de contemporâneos do barão com as publicações mais recentes impulsionadas pela comemoração do centenário.

No mesmo número da *Revista*, agora da seção Bibliografia, Cláudio Ganns apresenta uma *Contribuição para o estudo de Rio Branco,* onde reuniu e organizou referências variadas que se estendem aos temas estudados pelo barão e a textos sobre a sua época. A extensa relação inclui dados do acervo da Casa de Rui Barbosa, do Itamaraty e da Academia Brasileira de Letras, entre outras bibliotecas públicas. Chama atenção a quantidade de itens relacionados e

[127] Feijó Bittencourt. Quem escreveu e como escreveu acerca do Barão do Rio Branco. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 187, pp. 3-60, abr./jun. 1945. (Seção: Trabalhos Originais); FLEIUSS, Maria Carolina M. Os sócios do Instituto: José Maria da Silva Paranhos Junior (barão do Rio Branco). *Idem*: pp. 191-201. (Seção: Bio-bibliografia); GANNS, Cláudio. Contribuição para o estudo de Rio Branco. *Idem*: pp. 186-246. (Seção: Bibliografia); JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Introdução às obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

destaca-se pela recuperação de informações sobre publicações na imprensa. Entre os itens é possível encontrar artigos de jornais, esboços biográficos, discursos e homenagens diversas, trabalhos de autores estrangeiros e tantas outras publicações.

Apesar da grande quantidade de textos publicados pela imprensa em geral e por periódicos especializados, ao longo da sua atuação e após a sua morte, o primeiro grande projeto biográfico dedicado à vida do barão do Rio Branco surgiu apenas em 1945, com a publicação do livro de Álvaro Lins. Lançado no mesmo ano que as bibliografias mencionadas, aparece citado como o estudo biográfico mais completo, considerado "trabalho perfeito" por Cláudio Ganns. Passados alguns anos, em 1959, o já renomado historiador e biógrafo, Luís Viana Filho lançou um novo projeto de fôlego.

1.3.1. Obra sob encomenda: a imagem moldada pela pesquisa documental

A publicação da primeira biografia do barão do Rio Branco foi uma das iniciativas tomadas por ocasião do centenário do seu nascimento em 1945. Em função dessa programação Álvaro Lins, escritor e crítico literário, foi convidado para escrever a obra.[128] Tratando-se de uma encomenda oficial do Ministério das Relações Exteriores, o biógrafo teve acesso ao extenso conjunto documental reunido na Biblioteca e no Arquivo Histórico do Itamaraty.[129] Desse modo pode explorar amplamente o acervo na elaboração da biografia, publicada em dois volumes no Rio de Janeiro, pela Livraria José Olympio, como item da série *Documentos Brasileiros*. Pela primeira vez as coleções do barão do Rio Branco foram sistematicamente analisadas e utilizadas como fonte, acesso facilitado pelo caráter da publicação.

A partir das comemorações do centenário, a figura de Rio Branco foi retomada, resultando uma produção expressiva de textos e eventos, com destaques para as iniciativas do Itamaraty e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As publicações na *Revista do IHGB* neste ano totalizam vinte e dois itens, sendo doze "Transcrições", seis "Trabalhos Originais",

[128] Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, José Condé relatou parte de sua entrevista com o Álvaro Lins sobre o lançamento da biografia. O biógrafo contou que o convite foi feito em 1942 por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores à época. *Diário de Notícias*, n. 6900, 22/04/1945 p.1 e 6.

[129] O acervo foi adquirido pelo governo brasileiro em 1913 conforme registrado no Relatório anual do Ministro das Relações Exteriores (Lauro Müller).

três "Bibliografias" e uma "Conferência".[130] Da mesma forma, em função das homenagens do centenário, havia sido publicada, no número 180 de 1943, a transcrição[131] do discurso de Augusto Tavares de Lira, proferido na inauguração do monumento dedicado a Rio Branco na Esplanada no Castelo, hoje, Praça do Expedicionário.[132]

Álvaro Lins, como crítico literário, que protagonizava as discussões sobre os escritos biográficos da época, redigiu uma "Nota Explicativa" para a primeira edição da biografia de Rio Branco, em que faz questão de pontuar alguns aspectos da sua escrita, que merecem ser destacados:

> Talvez alguns leitores se recusem a considerar biografia um livro que não foi feito dentro dos moldes frívolos da técnica de um Maurois. Confesso sem constrangimento que não disponho nem de gosto nem de capacidade para biografia romanceada. Não me parece também – e sobre isso já escrevi, mais de uma vez, em ensaios e estudos do *Jornal de Crítica* – que a melhor técnica de biografia seja a técnica do romance. Não são idênticos, para ambos, os planos, os métodos e os fins. Julgo arbitrária a exigência de impersonalismo do biógrafo, de haver de ficar ele fora e distante, simples apresentador de personagens. O direito de intervir, interpretar e opinar é um direito do biógrafo e do historiador.[133]

A nota do autor assinalava aspectos sensíveis sobre a escrita biográfica em pauta nas críticas de rodapé. Nesses termos faz menção à André Maurois e seus supostos "moldes frívolos" como um ataque ao estilo romanceado de biografias que agradava grande número de leitores e conquistava uma fatia expressiva do mercado editorial. Sinalizava, assim, para o tipo de biografia que correspondia ao seu trabalho. Posicionamento que repercutia nas notas de imprensa de divulgação do livro, como é possível observar no seguinte trecho do *Jornal do Brasil* de 14/06/1945:

> Álvaro Lins exime-se de fazer uma biografia romanceada. Não lhe parece a técnica do romance a mesma da biografia e, assim, fugindo a esse gênero híbrido, que tanto tem concorrido para viciar o nosso público, procurou dar-nos um trabalho sólido, rigorosamente interpretativo, relacionando sempre o homem com o homem, numa riqueza de documentação e crítica extraordinária.[134]

---

[130] Os números da *Revista do IHGB*, correspondentes ao ano de 1945, são: 186; 187; 188; e 189.

[131] Transcrição conforme publicado no *Jornal do Comércio* em 08/09/1943.

[132] O monumento em bronze executado por Hildegardo Leão Veloso, foi baseado no projeto do escultor francês Félix Maurice Chapentier, cujo original, em mármore carrara, foi produzido em Paris e encontra-se sob a guarda do Itamaraty no Rio de Janeiro, estando exposto no jardim do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro.

[133] LINS, op. cit., Nota Explicativa, p. XVII.

[134] "Rio Branco. O livro de Álvaro Lins para comemorar o centenário do grande brasileiro" publicado no *Jornal do Brasil*. Ano LV, nº 137, 14/06/1945. p. 5. Exemplares de 1940 a 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_06&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 07/03/2023.

Na sequência da referida "Nota Explicativa", o autor chama atenção para a presença de trechos específicos de contextualização "Quis dar ao menos em traços rápidos, uma impressão de suas relações com o meio e com os contemporâneos, pois a existência é um quadro de várias formas, que se tornaria falso e mutilado com a apresentação de uma figura posta apenas em si mesma isoladamente."[135] Ainda que o foco do biógrafo esteja centrado no percurso do estadista, Álvaro Lins assinala a abordagem de outros perfis de Rio Branco na construção de sua obra: "Empenhei-me, de qualquer modo, para não apresentar uma história de seus feitos, porém também um retrato – nas diversas épocas – da sua figura física e espiritual."[136]

Além da vasta documentação dos arquivos, principalmente aqueles reunidos no Itamaraty,[137] alguns contemporâneos do barão contribuíram com depoimentos. Nomes como o de Araújo Jorge, Octávio Tarquínio de Souza e Tobias Monteiro constam nos agradecimentos do autor, pelos relatos fornecidos.

Na segunda edição, publicada em 1965 pela *Coleção Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, o subtítulo "Biografia pessoal e história política" evidencia a construção proposta pelo autor. Pensando a biografia pela perspectiva do homem de estado, Álvaro Lins divide sua trajetória entre fase de preparação e de realização, o que antes correspondia a cada um dos volumes, na nova edição, ficou organizado em apenas um, tendo sido suprimida a parte fotográfica que compunha a primeira edição.

O seu trabalho resulta em uma história de vida organizada em quatorze capítulos, sem títulos, e subdivididos em itens descritivos enumerando os assuntos tratados em cada parte. Desde as primeiras páginas está presente a figura paterna do visconde do Rio Branco, seja na formação ou ao longo da trajetória do biografado, feito seu principal referencial. Ainda que sem uma designação oficial, começou seguindo os passos do pai na região do Prata em missão que negociava os desfechos da Guerra do Paraguai. O autor ressalta o período pela proximidade

[135] LINS, op. cit., Nota Explicativa, p. XVII-XVIII.

[136] Ibid. p. XVIII.

[137] Conforme descrito no catálogo da coleção de 2012, o Arquivo Particular do Barão do Rio Branco reúne 20.549 itens que estão organizados em cinco partes, a saber: I. Correspondências (16.317 itens); II. Relações exteriores (585 itens); III. Limites (1.004 itens); IV. Estudos Históricos (1.848 itens); V. Outros (795 itens). Cabe observar que o catálogo está em fase de revisão pela equipe técnica do AHI em parceria com o Instituto Pedra, de modo que o arranjo deve ser alterado em breve.

com o pai, anunciando que sob suas orientações, Juca Paranhos travou busca por um caminho e um espaço a conquistar.[138]

Outro aspecto da segunda edição que merece ser mencionado é a inclusão, na orelha do livro, de comentários de Gilberto Freyre e de Tristão de Athayde publicados na imprensa. O renomado autor de *Casa grande e Senzala* elogiou a publicação pela forma como o autor trabalhou aspectos da época do biografado, comparando-a com *Um Estadista do Império* "Pois, como Joaquim Nabuco, o sr. Álvaro Lins é antes 'um clássico' que 'um romântico' em sua maneira de ser historiador e de ser escritor". A mesma comparação aparece na crítica de Tristão de Athayde ao comentar características da escrita de Álvaro Lins entrelaçando as informações das pesquisas documentais com as suas interpretações sobre Rio Branco que resultaram em uma "grande obra de honestidade histórica".[139]

Tal como se pode esperar de um livro escrito a convite do Ministério, ainda que o autor manifeste em nota que lhe foi garantida autonomia em suas análises, é indiscutível que o resultado reitera a imagem do símbolo nacional, promovida ainda em vida e repetida nas comemorações do centenário. Muitas das escolhas de Paranhos Júnior ganham os contornos de sacrifícios que teria enfrentado, tornando o enredo contundente à imagem que pretendia apresentar. Da mesma forma, relações pessoais e questões com seus familiares são apenas tangenciadas, e até mesmo evitadas.

Ainda que nos estudos sobre Rio Branco o nome de Álvaro Lins seja lembrado essencialmente como biógrafo, a atuação como crítico literário teve grande destaque na sua trajetória. O escritor figurava como um dos nomes de maior projeção no meio editorial brasileiro entre as décadas de 1930 e 1950, chegando a ser considerado, por Carlos Drummond de Andrade, o "imperador da crítica brasileira"[140]. Atividade, em grande medida, vinculada à sua atuação no jornal *Correio da Manhã* entre 1940 e 1956, onde dirigiu o suplemento literário e publicou por longos anos a coluna "Jornal de Crítica".

---

[138] O visconde do Rio Branco foi designado ministro plenipotenciário para concluir acordo de paz. Em 1º de fevereiro partiu rumo às negociações em Assunção, tendo Paranhos Junior como um dos seus secretários, em caráter não oficial. O jovem permaneceu por alguns meses acompanhando de perto a atuação do pai, mas retornou para tomar posse em maio daquele ano de mandato de deputado geral pelo Mato Grosso.

[139] Os comentários de Gilberto Freyre foram publicados nos *Diários Associados* enquanto os de Tristão de Athayde constam no *Diário de São Paulo*, ambos de 1945.

[140] Sobre a crítica literária brasileira e a atuação de Álvaro Lins nesse cenário ver BOLLE, Adélia Bezerra de Menezes. *A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica***.** Petrópolis: Vozes, 1979. A autora resgata o termo "imperador da crítica brasileira" utilizado por Carlos Drummond de Andrade para se referir a Álvaro Lins. GONÇALVES, op. cit., p. 132.

Álvaro Lins defendia o rigor da escrita biográfica onde, para ele, deveria prevalecer uma dimensão realista, através do uso exaustivo de fontes e mantendo-se afastado das tendências de romances biográficos ou biografias romanceadas. Para ele a qualidade da biografia estava vinculada a "fidelidade à reconstituição historiográfica", sua escrita deveria corresponder à narrativa histórica, cabendo ao historiador articular habilmente a documentação, regida pela sua intuição, o que permitiria "trazer os mortos à vida", humanizar personagens sem incorrer na condenável biografia romanceada.

Através das suas análises sobre o fazer biográfico é possível identificar aspectos que orientaram o seu trabalho, de modo a definir o modelo de biografia que considerava ideal. Para o autor a associação entre as vidas individuais, sua época e o seu meio social, era um dos elementos que conferia qualidade a uma biografia, o que atendia a demanda do leitor de aprender com os "bons exemplos" do passado. Da mesma forma, a quantidade e diversidade de fontes utilizadas, que garantia elogios do crítico nas suas análises, é também uma das marcas de seu livro.

Contudo, observava que a ampla utilização de fonte documental não deveria comprometer a fluidez do texto com o excesso de citações. Álvaro Lins defendia que a escrita biográfica deveria harmonizar a extensa pesquisa e análise da documentação com uma "prosa bem escrita", o que pode explicar as extensas notas de rodapé. Para não prejudicar o fluxo da leitura, escreveu praticamente um segundo texto nas suas notas, com informações para além de referências documentais e bibliográficas.

Os depoimentos de contemporâneos são utilizados como forma de endossar aspectos presentes na documentação ou até mesmo fornecendo dados que não são encontrados em fontes oficiais. Álvaro Lins, ao falar da repercussão do barão do Rio Branco e da notoriedade que alcançou em sua época, destaca depoimentos de estrangeiros e o interesse despertado por cada detalhe relacionado ao ministro, amplamente explorados pela imprensa.

> Nenhum outro nome aparecia tanto nos jornais e nas reuniões quanto o seu [...] Tudo o que ele fazia era comentado; falava-se não só dos seus grandes atos, mas dos seus pequenos hábitos, manias e fobias: a desordem do seu gabinete de trabalho, o seu prazer em matar mosquitos com uma vela e atirar água fria em gatos, o seu horror aos elevadores, as suas distrações, os seus esquecimentos. Tinha passado à categoria dos personagens a respeito dos quais a imaginação popular amplia os fatos até o levantamento das lendas.[141]

Cabe observar que entre os relatos destacados constam trechos de dois colaboradores da edição especial da *Revista Americana* de 1913. As manifestações de Juan Silvano Godoy e de

[141] LINS, op. cit., p.419.

Manuel Gorostiaga aparecem ao lado de nomes como de Georges Clemenceau para exemplificar certa perplexidade diante da "completa identidade de uma nação com um homem". Interessante notar como textos analisados no item anterior do presente capítulo são assimilados pela escrita biográfica, sem que haja uma reflexão crítica capaz de ponderar sobre o conteúdo de necrológios ou similares, utilizando esses registros como fontes na sua busca pela verdade.

Nesses entremeios de homem e personagem, fatos e lendas, Álvaro Lins parece responder às críticas sobre os luxos e extravagâncias do barão. Seguindo esse enredo o autor delimita aspectos e espaços que dizem respeito ao público e ao privado, na defesa de que a colocação no Ministério exigia a pompa dos gastos e que estes estavam sempre relacionados a projetos de interesse nacional, e não de interesse pessoal. O homem é descrito como quem se entrega ao sacrifício, de hábitos simples, em contraste com a figura pública que todos conheciam, diferença representada pela descrição do Palácio do Itamaraty e do seu gabinete "Para além da porta desse gabinete estava o palácio, a vivenda do personagem; dentro dessas paredes nuas e dessas mesas cobertas de papéis, a cela de convento, o refúgio do homem, do intelectual solitário."[142]

Até mesmo a excessiva vaidade de Rio Branco é justificada pelo autor e apontada como uma característica nobre, para não dizer uma qualidade. Desse modo, se manifesta em defesa do barão afirmando que "A vaidade tem caráter generoso: determina a sociabilidade, a comunicação com os outros homens, dos quais solicita os aplausos (...)"[143]

O homem de conduta exemplar, personalidade admirável e feitos grandiosos – esse é o perfil desenhado pelo biógrafo para narrar a vida do seu eleito. O último capítulo de seu livro trata da "Sobrevivência de Rio Branco", do seu legado, e ainda assim permanece presente de alguma forma, a interpretação dos textos de 1912-1913 analisados anteriormente. Para o autor essa existência depois da morte é garantida pelo elo estabelecido entre o povo e o barão:

> Não se poderia compreender a posição de Rio Branco no sentimento popular por intermédio de explicações ordinárias. Ela não é apenas um resultado dos seus atos, mas o **espetáculo da identificação de um povo com um homem**. Estabeleceu-se entre ele o país uma corrente misteriosa de ligação. Os brasileiros exprimiam, pela pessoa de Rio Branco, o anseio pela vitória, de expansão, de glória de um povo jovem. E o barão revelou toda a medida de consciência desse papel histórico quando se despersonalizou na sua obra, quando renunciou à vida pessoal ou de partido para integrar-se de todo na vida nacional até se confundir com ela.[144]

---

[142] LINS, op. cit., p.421. Entre os relatos que descrevem esses ambientes Álvaro Lins cita o texto de Juan Silvano Godoy, publicado no já comentado número especial da *Revista Americana*.

[143] Ibid., p.423.

[144] Ibid., p.474 (grifo nosso).

Retomando as apreciações iniciais sobre o debate em torno das biografias, inflamado pela crítica literária, é curioso acompanhar a divulgação e recepção da obra daquele que chegou a ser considerado o maior dos críticos em sua época. Diante da sua projeção é de se imaginar a repercussão de uma obra que invista na aposta biográfica, o que podemos acompanhar através de algumas notas de divulgação e resenhas, publicadas na imprensa.

Pouco antes do lançamento, noticiado em junho de 1945, já apareciam as primeiras notícias sobre a publicação da biografia de Rio Branco, principalmente nas edições de domingo de 22 de abril daquele ano. A programação do centenário se estendeu praticamente por todo o ano, mas o 20 de abril e as datas próximas concentraram as manifestações ao homenageado. No *Diário de Notícias* a edição de domingo contava com uma parte especial "Letras, Artes, Ideias Gerais", onde consta uma matéria de José Condé sobre o centenário de Rio Branco e anúncio do livro de Álvaro Lins, que seria lançado em breve.[145]

O jornalista se detém em algumas curiosidades e anedotas sobre a vida de Rio Branco, e a partir de uma conversa com o biógrafo, comenta que o convite foi feito em 1942 por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores à época, tendo utilizado documentação quase toda inédita, conforme Álvaro Lins expôs no seguinte trecho: "Para explicar Rio Branco procurei as suas cartas e documentos mais íntimos, ao lado, naturalmente, dos seus trabalhos de historiador e dos seus atos de ministro." Apesar de ter tido acesso aos manuscritos, a matéria de José Condé se limita a apresentar a obra trazendo alguns elementos para instigar a curiosidade para leitura.

Ainda no *Diário de Notícias* a edição de 01/07/1945 trazia na coluna "Diário Crítico" uma análise de Sergio Milliet com o título "Uma vida que se identifica com a História".[146] Conferindo lugar de destaque para a publicação em meio às comemorações do centenário, Sérgio Milliet destaca o esforço necessário para realização de tal obra. Reconhece, assim, o mérito de Álvaro Lins que, nas suas palavras "soube harmonizar os ângulos de apreciação e conduzir a sua biografia do princípio ao fim com sábia prudência." Concede ao biógrafo elogio que deve ter causado grande impressão, ao sugerir que o resultado teria agradado o próprio barão, pelo "clima de dignidade e sabedoria" presente nas suas páginas. Na análise, assim como imprimiu no título, está presente a concepção da biografia como forma de acessar o passado

---

[145] *Diário de Notícias*, Ano XV, nº 6900, 22/04/1945. Exemplares de 1940 a 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 07/03/2023.

[146] *Diário de Notícias*, Ano XV, nº 6959, 01/07/1945.

por uma vida representativa, no caso de Rio Branco "um homem representativo do nosso século XIX", aspecto que explicita ao se referir a parte dedicada à sua carreira ao dizer que "Estuda-la é conhecer a nossa própria história."

Outro elemento que merece destaque é a forma como Milliet analisa a postura de Rio Branco diante das questões de política nacional. O preceito de não se envolver nas questões internas, de manter-se alheio ao debate político, é avaliado pelo crítico como um recurso utilizado pelo antigo chanceler para não se posicionar, e questiona se teria sido possível sustentar esse silêncio por muito tempo, caso o desfecho de 1912 tivesse sido diferente. A partir desse aspecto desenvolve uma reflexão contundente sobre o engajamento político dos intelectuais, principalmente em situações de crise e cerceamento de direitos.

Sergio Milliet conclui sua análise observando que "Álvaro Lins andou bem evitando reduzir a figura monumental e imponente de Rio Branco a proporções mais vulgares." Sinaliza, assim, as manobras do biógrafo através das suas escolhas e da "intenção de seriedade" que delimita qual perfil do biografado sobressai nas suas páginas.

Passados alguns dias na edição de 14/10/1945 do *Diário de Notícias,* João Camilo de Oliveira Torres apresentava impressões sobre o livro de Álvaro Lins, considerado por ele uma biografia perfeitamente científica.[147] Mais uma vez o barão do Rio Branco é evocado como figura exemplar, símbolo de situações históricas. Mas antes de falar especificamente do barão e do livro de Álvaro Lins, João Camilo apresenta sua concepção de biografia, que nas suas palavras implica "a descrição de uma pessoa humana singular em suas projeções coletivas". Identifica o gênero biográfico como uma expressão dos possíveis desafios da história como ciência, isso porque, em suas palavras, "A biografia procura conhecer um indivíduo não genericamente, mas singularmente. Aparentemente é o que pode haver de mais contraditório com as definições clássicas de ciência. E o máximo que poderiam desejar os biógrafos seria apenas usar métodos rigorosos."

Para o impasse imposto pela natureza e características da biografia, o jornalista apresenta a noção do "grande homem" como um personagem que "faz história, altera a situação em que se encontra ao mesmo tempo, sintetizando e simbolizando essa situação." Dessa forma, reunia elementos possíveis de justificar as aproximações entre a biografia e a história, sem que o estatuto de ciência fosse ameaçado "E o estudo da história através dos grandes homens é, de fato, a descrição simbólica da realidade humana coletiva em sua existência temporal."

---

[147] *Diário de Notícias*, Ano XV, nº 7049, 14/10/1945.

Sob a mesma perspectiva o *Correio da Manhã* dedicou uma parte expressiva da edição de domingo, dia 22/04/1945, ao centenário de Rio Branco.[148] Na primeira página da segunda seção do jornal foi antecipado um longo trecho do livro de Álvaro Lins, extrato que revela a forma como o autor fixou a figura do biografado como diplomata. Somam-se ainda pequenas notas com outras características, a reprodução de fotografias e notícia sobre a edição das *Obras do Barão do Rio Branco*, outra iniciativa promovida pelo centenário.

A nota de publicidade da obra "Rio Branco. A biografia do grande brasileiro escrita pelo Sr. Álvaro Lins", presente na edição de 13/06/1945 do *Correio da Manhã*,[149] lembra que as comemorações de abril ficaram incompletas sem a publicação do livro que vinha sendo comentado desde 1942, quando o autor recebeu o convite do Itamaraty.[150] Os exemplares do jornal de junho anunciavam o lançamento do "livro do momento". Com intuito de divulgar a biografia, a notícia do *Correio da Manhã* tece breves comentários sobre a obra, e observa que o já consagrado crítico literário se afirmava um autêntico historiador e biógrafo.

O *Correio da Manhã* ainda publicou a crítica de Octávio Tarquínio de Souza, que iniciou sua análise alegando que não se animaria a escrever uma biografia do barão do Rio Branco por considera-lo um contemporâneo seu, não sendo possível ter a distância que acreditava ser necessária para tal projeto.[151] Questão que não se aplicava a Álvaro Lins, já que ele nasceu no mesmo ano em que Rio Branco faleceu, não tendo convivido com a figura do ministro pela cidade do Rio de Janeiro, como relata ao compartilhar algumas de suas lembranças de juventude.

Sobre o desafio da produção biográfica assinala que, diferente da maioria dos casos, o biógrafo do Rio Branco contou com a vantagem de farta documentação reunida quase exclusivamente no mesmo local. Não precisou procurar fragmentos truncados da vida do seu biografado, a dificuldade era justamente oposta, lidar com um volume expressivo desses fragmentos, em certa medida, igualmente truncados, "convém não esquecer os inconvenientes

---

[148] *Correio da Manhã* Ano XLIV, nº 15481, 22/04/1945. Exemplares de 1940 a 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 07/03/2023.

[149] *Correio da Manhã* Ano XLIV, nº 15524, 13/06/1945.

[150] Os manuscritos haviam sido entregues para impressão no final de março, o que impossibilitou que o lançamento coincidisse com o vinte de abril. Finalizado todos os procedimentos necessários, a biografia foi publicada em junho de 1945.

[151] *Correio da Manhã* Ano XLIV, nº 15552, 15/07/1945.

da abundância de documentos, criando problemas de técnica biográfica e literária tão penosos como os da escassez ou dispersão."

A primeira qualidade destacada por Octávio Tarquínio foi "a maestria com que soube dominar a avalanche de documentos" para construir a sua interpretação fiel aos "quadros do verdadeiro estudo histórico", sem ser seduzido pela biografia romanceada em voga. Nesse sentido, enaltece as escolhas de Álvaro Lins e o equilíbrio do trabalho que resultou em uma construção harmoniosa,[152] sem que se perdesse pelo anedotário ou desse maior destaque a detalhes íntimos. Contudo considera que algumas descrições, precisamente aquelas vinculadas ao contexto dos fatos narrados, poderiam ser omitidas sem prejuízo à solidez do estudo, mas ressalta o valor do panorama traçado por Álvaro Lins sobre o contexto político brasileiro nos anos da gestão do barão.

Por fim não deixa escapar o fato de ser uma biografia escrita por um nome consagrado como crítico literário, aspecto que, nas suas palavras, confere qualidades à obra, tendo alargado a visão do biógrafo. Conclui sua análise reconhecendo o mérito do trabalho empreendido por Álvaro Lins, mas com uma ressalva quanto ao tom panegírico que deixa transparecer.

Nos meses seguintes continuavam aparecendo referências à biografia de Rio Branco, cabe lembrar que o *Correio da Manhã* poderia ser considerada a casa de Álvaro Lins, onde publicava o já famoso "Jornal de Crítica". Em meados de agosto de 1945 ele retomou a publicação da seção, que havia interrompido para concluir o livro. O texto que marca o seu retorno intitulado "Literatura e política", trata do papel do intelectual e seu engajamento político, questão profundamente ligada à sua própria biografia.[153]

Entre notas, comentários e demais citações sobre a obra destaca-se o teor de algumas notícias. Em outubro daquele ano vários jornais informavam sobre a tradução do livro tanto para o francês, missão que ficaria a cargo da filha mais nova do barão, Hortência do Rio Branco, quanto para o espanhol, versão condensada que o próprio autor estaria preparando a convite da editora mexicana *Fondo de Cultura Economica*. Além das edições em outros idiomas, a biografia do barão do Rio Branco rendeu dois prêmios a Álvaro Lins, que foi agraciado com o

[152] Octávio Tarquínio observa que entre os dois volumes da obra há algumas diferenças que podem levar o leitor a preferir um ou outro. Quanto ao conteúdo, nota que o tomo inicial é dedicado a origem, aos anos de formação e estudos e à atuação nas missões especiais, enquanto o segundo corresponde ao período que Rio Branco esteve à frente do Ministério.

[153] As buscas em jornais da época apresentam tantos resultados diretamente relacionados à crítica literária quanto ao seu engajamento político. Os planos de uma possível candidatura de Álvaro Lins como deputado por Pernambuco em 1937 haviam sido frustrados pelo golpe que instaurou o Estado Novo. O espaço que conquistou na imprensa garantiu, muitas vezes, manifestações de resistência ao governo, se posicionando contra o cerceamento promovido por governos autoritários.

Prêmio Felipe de Oliveira, conferido pela Sociedade Felipe de Oliveira[154] e o *Prêmio Pandiá Calógeras*, da Associação Brasileira de Escritores.[155]

Além do *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio* também deu publicidade para o livro de Álvaro Lins.[156] Na seção "Livros Novos" de 29/07/1945 foi publicada uma nota sobre a biografia de Rio Branco apresentando alguns dados biográficos e a estrutura geral do texto. O item ressalta a sua colaboração com o *Jornal* observando a continuação da prática de seu pai, tendo feito, nas suas páginas, um jornalismo oficioso do Ministério A análise considera que um dos capítulos mais importantes da obra é aquele que acompanha os aspectos históricos e os argumentos articulados no primeiro caso de defesa que Rio Branco chefiou, mais uma vez descrito como marco da sua trajetória. Conclui considerando o livro o mais completo e opulento estudo dedicado ao barão do Rio Branco.

Por fim, a edição do *Jornal do Brasil* de 19/08/1945,[157] apresentou na coluna "Letras Jurídicas" uma apreciação sobre a publicação onde, apesar de prevalecer o elogio, há uma crítica à segunda parte da obra. Ao chamar atenção para a "Nota Explicativa" de Álvaro Lins alegava não haver correspondência total entre a proposta da anunciada e a execução do projeto. O crítico observa que apesar da primeira parte ser digna de louvor, tendo o biógrafo alcançado seus objetivos de dar em traços rápidos a exata impressão do ambiente de Rio Branco, "a segunda parte perde em colorido e firmeza, revelando ao leitor uma figura do Chanceler fria, quase apática, diluída nos detalhes dos numerosos sucessos políticos e diplomáticos." Enquanto Álvaro Lins anunciava o distanciamento entre ele e seu biografado como elemento garantidor da "perspectiva histórica" o crítico do *Jornal do Brasil,* que se mantém incógnito, sugere ter sido esse fator que redundou na construção de uma figura apática na segunda parte do livro.

O projeto biográfico poderia ser apenas uma novidade na carreira do crítico literário, mas acabou se convertendo em um marco na sua trajetória. Em 1956, quando Lins tomou posse na Academia Brasileira de Letras, foi recepcionado por João Neves da Fontoura que não deixou

---

[154] O *Prêmio Felipe de Oliveira* colocava o nome de Álvaro Lins ao lado de Gilberto Freire, Vinícius de Morais, Raquel de Queiroz e José Lins do Rego, agraciados com a premiação em edições anteriores. *Jornal do Brasil*, Ano LVI, nº 14, 17/01/1947.

[155] Pela diferença de apenas um voto Álvaro Lins foi o vencedor do *Prêmio Pandiá Calógeras* de 1945, na votação apertada a biografia de Rio branco recebeu três votos, enquanto a biografia de José Bonifácio, escrita por Octavio Tarquínio de Souza teve dois votos. *Diário de Notícias*, Ano XVI, nº 7193, 06/04/1946.

[156] *Jornal do Commercio*, Ano 118, nº 253, 29/07/1945. Exemplares de 1940 a 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_13&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 07/03/2023.

[157] *Jornal do Brasil*. Ano LV, nº 194, 19/08/1945. p. 30.

de mencionar no seu discurso o perfil do novo acadêmico como "intérprete do barão do Rio Branco", fazendo do antigo chanceler extenso tema da sua fala.[158]

Seguindo os traços do barão do Rio Branco apresentados por Álvaro Lins percebemos a confluência da sua escrita, da forma como trabalhou a documentação disponível e da forma como concebeu a construção biográfica, com a representação que era mobilizada pelas iniciativas do centenário, profundamente marcada pela reverência ao Patrono da Diplomacia. Acompanhando as notas de imprensa observamos de que modo repercutiu a estreia biográfica do crítico literário, localizando as questões que envolviam a biografia na sua época, o que ajuda a compreender as escolhas do autor. De qualquer modo, em tempos de "epidemia biográfica", essa não seria a única obra dedicada ao barão, depois da exclusividade de acesso concedida a Álvaro Lins, outros seriam atraídos pelo personagem e poderiam explorar o acervo reunido no Itamaraty.

1.3.2. Em meio a "epidemia biográfica": um olhar permeado pela intimidade

Passados alguns anos, igualmente ancorado em densa pesquisa documental, Luís Viana Filho se lançou ao *desafio Rio Branco* e publicou uma nova contribuição aos estudos sobre o barão. Contemporâneo de Álvaro Lins, também participa das discussões que movimentavam a crítica literária. Em defesa da escrita biográfica, e particularmente da sua escrita, Viana Filho se manifestou da seguinte forma:

> Na biografia, como na história, muitos fatores concorrem para a precariedade e falibilidade dos julgamentos e das observações na pesquisa da verdade em torno duma vida. Se os indivíduos mudam e são contraditórios, os biógrafos, diferentes entre si como são todos os homens – jamais conseguirão ver e julgar de maneira igual determinado fato. Incapaz de sair de dentro de si próprio, incapaz de se despojar do seu 'eu', cada biógrafo se apreenderá através do seu temperamento, e este, afinal, acabará por se refletir sobre o seu trabalho. Ainda mais: em consequência dessas diferenças, que separam um biógrafo de outro, aquilo que um terá como essencial, outro talvez julgue supérfluo, ou secundário. Daí as divergências, as discordâncias, discussões. Poderemos pender para este ou aquele lado, julgar esta ou aquela interpretação, preferir esta ou aquela biografia. Mas ser-nos-á dado afirmar, com segurança, que a verdade está aqui e não ali?[159]

[158] Quando chefiava o Ministério das Relações Exteriores, em 1946, João Neves da Fontoura já havia conferido grande valor a biografia escrita por Álvaro Lins ao utiliza-la como argumento para oferecer ao biógrafo um contrato como consultor técnico da Divisão Cultural do Ministério. Álvaro Lins aceitou o convite e exerceu a função até 1952.

[159] VIANA FILHO, L. *A verdade na biografia*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1945, p.63.

Em 1945 ele publicou o livro *A verdade na biografia*, em resposta às duras críticas de Homero Pires a outro trabalho seu.[160] A passagem em destaque acima, corresponde ao início do capítulo "Os biógrafos e a biografia", em que aborda questões do debate biográfico da época. Luiz Viana defende as versões possíveis a partir de um eleito, narrações suscetíveis à interação do biógrafo com os vestígios do personagem que se pretende narrar, com a produção de verdades particulares. Viana Filho publicou ainda as biografias de Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queiroz**,** trabalhos que lhe renderam o título de "príncipe dos biógrafos".[161]

Admitido na Academia Brasileira de Letras em 1955, o discurso de recepção, proferido por Menotti del Picchia, reconhece em Viana Filho o elemento biográfico como fator decisivo da sua obra. Discorre sobre dificuldades da escrita biográfica para enaltecer o homenageado e consagrá-lo como mestre no gênero. O orador recorre ao mencionado texto, *A Verdade na Biografia*, para ressaltar que "toda biografia é um ponto de vista... Seus pontos de vista procuram honestamente rentear a verdade e nos dar as personagens o mais perto das suas próprias vidas."[162]

Versado na escrita de biografias, Viana Filho, se vale de recursos literários para construir sua narrativa sobre o barão do Rio Branco. Em suas páginas, aspectos da vida pessoal merecem destaque, passagens e descrições ganham floreios. Outro aspecto marcante deve-se a certa proximidade da publicação com a biografia escrita por Álvaro Lins. Fica evidente o esforço do autor em demarcar a diferença entre os dois trabalhos. Preocupação exposta na "Nota liminar", que antecede o texto, ao anunciar que traz novos elementos sobre a vida do barão. Comparação presente, por vezes de forma indireta, nas análises críticas publicadas na época do lançamento do livro, como veremos mais adiante.

Já nas primeiras linhas, o autor busca evidenciar as complexidades e os contrastes do personagem, assim como está assinalado no trecho destacado acima. E desde então estabelece

---

[160] VIANA FILHO, Luiz. *A vida de Rui Barbosa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

[161] Expressão utilizada por Alceu Amoroso Lima para se referir a Luiz Viana Filho. BRITTO, Luiz Navarro de. *Luiz Viana Filho*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978. Coleção Cabrália, vol. II. p. 7. GONÇALVES, op. cit.

[162] DEL PICCHIA, Menotti. Discurso de recepção a Luiz Viana Filho na Academia Brasileira de Letras, proferido em 15/4/1955. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/luis-viana-filho/discurso-de-recepcao Acesso em 10/10/2021.

o impacto da figura paterna para compreender o biografado, justificando o espaço dedicado ao visconde do Rio Branco, considerado "modelo, guia a inspiração do primogênito ilustre."[163]

Observa que da extensa correspondência que consultou para elaboração do trabalho buscou mais do que compreender o homem de Estado, adentrou o íntimo a fim de transpor a imagem pública. Aí está a base de sua proposta "Um Rio Branco diferente da estátua convencional",[164] não apenas por avançar em assuntos pessoais, mas por explorar as nuances além da postura formal e oficial, por observar as oscilações, contradições, vaidades e outros tons fora da escala de cinza.

Da sua lista de agradecimentos sobressaem os esforços para localizar fontes além daquelas preservadas no Arquivo Histórico do Itamaraty. Desse modo, ao mesmo tempo que menciona a pesquisa documental realizada, também sinaliza para o caráter inédito do seu trabalho, dois aspectos que considera relevantes para garantir o rigor e qualidade do trabalho. São os vestígios preservados em arquivos pessoais, de diversos personagens contemporâneos do barão, que vem à luz na construção dessa história.[165]

A "Nota liminar" se encerra com a observação de que a biografia é, por fim, um produto de escolhas, entre traços que são evidenciados e outros esquecidos. Esta operação é inerente a qualquer exercício biográfico, estando ainda mais evidente em casos como do barão, pelo extenso conjunto documental que reuniu. Seja de suas pesquisas históricas, seja na sua atuação no Ministério, ou ainda o registro da rede de sociabilidade pela abundante comunicação epistolar.

Enquanto Álvaro Lins apenas menciona de forma discreta o nome de Marie Philoméne Stevens, mulher e mãe dos filhos de Rio Branco, Viana Filho lhe dedica um capítulo. Mais disposto a adentrar a intimidade, sem o compromisso de uma obra encomendada pode avançar sobre o assunto. No lugar dos títulos emblemáticos, o capítulo VI foi intitulado apenas com seu nome. Marie foi dançarina do *Alcazar*, no Rio de Janeiro, e o casamento com Rio Branco só foi oficializado em 18 de setembro de 1889, quando os cinco filhos do casal já estavam crescidos

[163] VIANA FILHO, L. *A vida do barão do Rio Branco*, op. cit., Nota liminar. p. X.

[164] Ibid.

[165] Entre os arquivos pessoais consultados podemos citar: Américo Lacombe; João Alfredo; Barão de Cotegipe; Guido Bezzi; Barão de Penedo. Nota-se que em muitos casos os documentos foram confiados por familiares, uma vez que as coleções não estavam em instituições de guarda, como é o caso da documentação do barão de Cotegipe, que ainda não havia sido doada ao IHGB.

e o visconde do Rio Branco, que nunca reconheceu a relação, já havia falecido, situação comentada e condenada pela sociedade da época.[166]

Viana Filho adentra outra questão da intimidade da família Paranhos ao abordar a atuação de Rio Branco na chefia da missão em Washington (1893-1895). O momento que era tratado usualmente pela grande repercussão do laudo favorável ao Brasil, como um marco da sua trajetória, é inscrito também por uma nota familiar sobre negociações para um possível casamento de uma das suas filhas. O autor assinala que o "defensor das fronteiras" também era pai, o lado humano do grande brasileiro, essa é uma das características marcantes do seu texto.

Seguindo por certo espaço menos explorado na biografia anterior, o autor acaba detendo-se mais na descrição de eventos e contextos protagonizados pelo visconde do Rio Branco, de modo a demonstrar a projeção da figura paterna na vida de Juca Paranhos. Argumenta que ser coadjuvante nessas circunstâncias foi essencial para o protagonismo que o barão veio a desempenhar posteriormente. Assim, no lugar de apenas mencionar a relação de pai e filho e a importância que a figura do visconde teve na sua trajetória, Viana Filho traça um quadro mais completo, com descrição detalhada dos anos iniciais de Juca atuando junto ao pai. Período identificado pelo aprendizado e estreitamento de laços que levam à admiração. Não à toa, muito da obra do barão como homem de ação, é reivindicada como continuidade da obra do visconde do Rio Branco. Esta característica levou o crítico Luíz Pinto a afirmar que o livro correspondia a uma dupla biografia, dada a proeminência que o primeiro Rio Branco ganhou nas suas páginas.

A todo o tempo Viana Filho parece refletir sobre o que sente e o que pensa, o seu personagem. As inquietações e a saudade, que o faz descrever como melancólica a experiência em Liverpool, são questões exploradas pelo autor que adentra o espaço íntimo e busca humanizar a figura do barão "Ninharias domésticas que se misturavam aos graves assuntos do Estado. O coração é assim. No fundo, Paranhos era igual a todo mundo".[167] O fato de chamar de "Diários" aquilo que Álvaro Lins chama de "Cadernos de Notas", [168] é sintomático da diferença de abordagem entre os dois biógrafos. As referências às anotações reproduzidas de

[166] Ainda mais delicada é a menção ao possível romance vivido entre Paranhos Junior e a jovem Maria Bernardina, sobrinha do duque de Caxias. Assunto acompanhado por registros de correspondências com seu amigo Guido Bezzi, confidente sobre história com a filha do visconde de Tocantins.

[167] VIANA FILHO, 1959, op. cit., p. 260.

[168] Corresponde a um dos conjuntos que merece destaque no arquivo particular de Rio Branco, que reúne cerca de sessenta cadernos com anotações. O termo *Cadernos de Notas*, utilizado por Álvaro Lins, é o mesmo aplicado no catálogo publicado em 1967.

notas a longos trechos com impressões e diálogos transcritos, tal qual fora registrado por Rio Branco nas pequenas cadernetas. Alcances da "escrita de si" que acaba por ditar muitas das histórias contadas sobre o barão.

Dos exercícios biográficos empreendidos pelos dois primeiros trabalhos que destacamos sobressai um personagem deveras similar. Tanto nas páginas de Álvaro Lins quanto em Viana Filho vemos os autores narrarem uma história de glórias alcançadas com inúmeros sacrifícios pessoais. O roteiro de dificuldades vencidas pelo herói nacional que defendeu as fronteiras do país e trabalhou incessantemente, abdicando da vida pessoal e prazeres, pelo "bem da nação", para promover um país culto, belo e feliz no concerto internacional. O prestígio conquistado pelo barão é articulado à imagem construída na época por seus admiradores, como é possível observar nos textos anteriormente abordados.

Na escrita de Viana Filho as críticas ao barão são comentadas por quem assume sua defesa. É possível notar a ideia de que a atuação do ministro é regida por um bem maior, "ainda que isso" ou "aquilo", o barão assim conduzia em defesa de interesses nacionais, justificativa amplamente utilizada por seus contemporâneos. Os "interesses nacionais" estavam presentes nos discursos, nos jornais, pareciam estar sempre na ponta do lápis. O biógrafo não deixa de concordar com algumas críticas, mas em muitos aspectos as invalida por justificar a necessidade da atuação assumida por Rio Branco: "Se o inspiram às vezes motivos subalternos, a verdade é que, ao cuidar dos negócios públicos, nada perturba a ação do patriota."[169]

Assim como Álvaro Lins, ele se vale de relatos de estrangeiros sobre a figura do barão. Trata especificamente dos aposentos do chanceler no Itamaraty e sua presença na chancelaria para reiterar a imagem do homem que abdicou da vida em função da nação, vivendo tal qual um "monge" por assim dizer.[170]

Um dos momentos explorados por Viana Filho, para ressaltar a popularidade de Rio Branco, é o contexto da especulação sobre a candidatura à presidência em 1909. Ele relata os festejos de comemoração dos 64 anos do barão: "As ruas estavam apinhadas. E das janelas e das sacadas dos edifícios estrugiam os aplausos. Era o reconhecimento público ao incansável patriota. E como muitos poderiam ver naquelas aclamações o prenuncio de uma candidatura."[171]

---

[169] VIANA FILHO, 1959, op. cit., p.423.

[170] Novamente a utilização do relato de Juan Silvano Godoy sobre as dependências do Itamaraty, assim como fotografias que circularam com imagens do escritório de Rio Branco.

[171] VIANA FILHO, 1959, op. cit., p.458.

A imagem da dedicação incondicional é reiterada nas suas páginas, quando, a partir de uma queixa de Joaquim Nabuco, reclamando esquecimento, discorre sobre inúmeros exemplos do trabalhado incansável, da minúcia na condução do Ministério, o que acabava por lhe roubar o tempo, inclusive de convívio com a família, mas tudo é justificado porque agia motivado por um bem maior, era a forma de enaltecer o patriotismo associado ao barão. Aspecto que foi trabalhado pelo próprio barão, conforme registrado na sua correspondência e em discursos, que veio a ser incorporado à sua imagem.

Na busca por um título que pudesse afirmar o biografado, Viana Filho recorre às expressões dos seus contemporâneos, como o "Colosso de Rodes" mencionado por Joaquim Nabuco, ou o "Deus Terminus", de Rui Barbosa. Compartilha a reverência contribuindo, assim, para a permanência das formulações articuladas ao mito Rio Branco.

Ao mencionar as mortes de Machado de Assis (1908), Euclides da Cunha (1909) e Joaquim Nabuco (1910), que teriam causado grande impacto no barão, parecia anunciar as páginas finas de uma vida. Quase nada se fala, ou pouco se detém, nos anos de 1910 e 1911. Viana Filho associa o declínio da sua saúde e o desfecho da morte ao estilo de vida, ao trabalho excessivo, e, principalmente, ao que identifica como sacrifícios pessoais em função do seu patriotismo.

É a partir das palavras de um amigo próximo ao barão que o biógrafo escolhe encerrar o livro. Diante da marcha fúnebre de Chopin, que era executada no funeral, José Carlos Rodrigues teria dito que, naquele momento, Rio Branco merecia o "Crepúsculo dos deuses". Manifestação recuperada por Viana Filho que arremata, sentenciando: "Condizia melhor com o herói."[172]

Pouco antes do lançamento oficial do livro, que se concretizou em novembro de 1959, já apareciam as primeiras notícias no *Jornal do Brasil*. Na coluna "Areia do Tempo", de 29/09/1959,[173] Josué Montello escreve sobre "o monumento do Barão", forma como se refere à biografia escrita por Viana Filho, destacando o amplo manejo de documentos históricos e as qualidades da escrita do biógrafo. Pela abordagem da figura do visconde do Rio Branco, assinala uma percepção de continuidade presente no livro entre as duas trajetórias "não se compreende a glória do filho sem a glória do pai, como uma derivação em linha reta." De modo

[172] VIANA FILHO, 1959, op. cit., p.490.

[173] *Jornal do Brasil*, Ano LXIX, nº227, 29/09/1959. Exemplares de 1950 a 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 15/03/2023.

que compara o trabalho de Viana Filho ao de André Maurois, se posicionando, assim, no debate sobre a escrita biográfica à época.

O juízo final do crítico ao mesmo tempo que valoriza o novo trabalho dedicado a Rio Branco, sugere certa provocação a biografias anteriores (como o de Álvaro Lins) quando afirma que Luís Viana Filho, "senhor de uma técnica biográfica, põe o calor da vida onde outro narrador deixaria apenas a descrição." Declaração similar, ou, até mesmo, em termos mais diretos, é a manifestação do próprio biógrafo transcrita em uma nota dias depois, onde lança uma frase: "Não fiz o livro por encomenda ou por sugestão de terceiros – esclarece Luís Viana Filho – mas por um impulso próprio. Fiquei, pois, a vontade para expor as conclusões reais que me forneceu o material manuseado."[174] Por uma referência indireta, acaba por comparar o seu trabalho com o que fora publicado no ano do centenário, sugerindo que, livre do peso do patrocínio oficial, suas conclusões seriam mais verossímeis.

Na edição do *Jornal do Brasil* de 28/01/1960 encontramos na coluna de Tristão de Athayde,[175] uma análise do trabalho de Luís Viana Filho, publicado em novembro do ano anterior.[176] Nela Athayde assinala que a biografia de Rio Branco completa três projetos biográficos pretendidos pelo autor, que já havia publicado os livros dedicados a Joaquim Nabuco e a Rui Barbosa, consagrando, assim, sua fama de "príncipe dos biógrafos" e defende que "Dando-nos esses três magistrais retratos, de corpo inteiro, de três vultos que projetaram de modo indelével o Império sobre a República, o século XIX sobre o século XX, prestou o sr. Luís Viana Filho um serviço realmente inestimável, tanto à História política como à nossa História literária."

Tristão de Athayde entende que o papel do biógrafo é conferir humanidade à figura do sujeito histórico que acaba fixada em um passado distante como uma "estátua imóvel e sem vida" para que, a partir desse retrato, seja possível melhor compreender a obra do biografado. Nas suas palavras Luís Viana Filho soube devolver a vitalidade ao seu eleito e encontrar um equilíbrio entre a representação do grande homem e as pinceladas do universo íntimo. Deste

---

[174] *Jornal do Brasil*, Ano LXIX, nº232, 04/10/1959.

[175] *Jornal do Brasil*, Ano LXIX, nº23, 28/01/1960. Exemplares de 1960 a 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 15/03/2023.

[176] Vale destacar a concepção do escritor sobre a crítica literária expressa no seu texto *O crítico literário*. Com intuito de apresentar uma definição e, de certa forma, justificando a sua atuação, Tristão de Athayde defende que a análise crítica não pode se restringir aos aspectos da obra analisada, deve articular uma visão geral do crítico (que compreende sua visão de mundo e seu conhecimento em torno do objeto) com elementos específicos da obra, ou seja, deve transpor os limites do texto.

modo, considera que o biógrafo conseguiu retirar o barão do pedestal (mesmo que apenas por alguns instantes), para apresentar também um "homem de carne e osso".

Este aspecto, associado aos recursos literários enaltecidos na escrita de Luís Viana Filho, configura o estilo de produção biográfica defendida tanto pelo crítico quanto pelo biógrafo. Estilo que aliás se aproxima dos moldes da biografia moderna, como Athayde sugere em um dos trechos da sua análise: "Essa humanização de uma figura, que o falso nacionalismo transformou em estátua de bronze, é talvez o maior mérito desse belo livro, que se lê como um romance e se revive uma era da nossa história política internacional, como até hoje ninguém o fizera."

No *Diário de Notícias* de 25/09/1959, a seção "Estante", assinada por Adonias Filho, publica uma nota de divulgação do livro de Luís Viana Filho, anunciado como uma das grandes apostas editoriais de 1959.[177] Para o jornalista a obra se diferenciava da bibliografia dedicada ao barão pela forma como articula a vida do biografado e seu tempo, de modo a explorar os "amplos e complexos aspectos da experiência de vida" associados ao contexto político e social, apresentando, por fim, um retrato em cores diferentes. O crítico relaciona a biografia de Rio Branco com projetos biográficos anteriores do autor, observando que a nova obra completava a paisagem social brasileira que ele vinha trabalhando como um horizonte comum nos estudos sobre Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.[178]

Daniel de Carvalho, outro crítico, iniciou sua análise do livro de Luís Viana Filho citando a Thomas Carlyle: "Nenhum assunto interessa mais ao homem do que o próprio homem." Na crítica publicada no *Diário de Notícias* de 29/11/1959,[179] ele chamava atenção para o caso brasileiro e os trabalhos dedicados a personagens do cenário político.

Mais uma vez a obra sobre Rio Branco aparecia associada aos dois livros anteriores do biógrafo, de modo a sugerir a continuidade da sua análise e estabelecer a relação entre os biografados, identificados como sujeitos formados pela "escola severa do Império", que alcançaram maior projeção na República. Analisa as características dos três trabalhos sugerindo

---

[177] *Diário de Notícias*, nº 11308, 25/09/1959. Exemplares de 1950 a 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_03&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=1. Acesso em: 15/03/2023.

[178] Já na coluna "Fatos e Rumores" do mesmo *Diário de Notícias*, Hélio Fernandes, comentava que antes mesmo do lançamento o livro já havia recebido o elogio consagrador de Octávio Tarquínio de Sousa. Dias depois a mesma coluna anunciava que a escritora Raquel de Queiros considerou primoroso o trabalho de Viana Filho. *Diário de Notícias*, nº 11309, 26/09/1959; *Diário de Notícias*, nº 11331, 22/10/1959.

[179] *Diário de Notícias*, nº 11363, 29/11/1959.

certa evolução da escrita, aprimorando com a terceira obra a busca pela verdade associada ao domínio da arte biográfica.

Reconhece no texto certo "tom de conversa despretensiosa", o que, mais uma vez, coloca a biografia de Luís Viana Filho em contraste com o trabalho anterior de Álvaro Lins, o que, aliás, não parece a única comparação presente. Daniel de Carvalho, sem dizer abertamente a qual caso se refere, comenta da seguinte maneira: "Há sucessos justos e outros imerecidos. Os ídolos das igrejinhas podem contar com a publicidade e a propaganda que lhes garantem efêmero sucesso. O acolhimento dado à obra de Luís Viana Filho representa, porém, ato de justiça."

A comparação indireta com a obra de Álvaro Lins parece figurar mais uma vez entre as notas de divulgação na edição de 26/09/1959 do *Correio da Manhã* quando, entre os comentários sobre lançamentos recentes consta a seguinte observação sobre a nova biografia de Rio Branco: "Notável também é a independência do historiador que escreveu um livro sem reticências oficiais, obra elogiada sem ser panegírico oficial."[180]

O *Jornal do Commercio* de seis de dezembro daquele ano trouxe na sua primeira página uma notícia assinada por Oliveira Franco.[181] Texto de divulgação, onde o trabalho de Luís Viana Filho é valorizado pela compreensão histórica e pelo processo biográfico, destacando a capacidade do autor em transpor a complexidade do biografado em linguagem de fácil assimilação.

A nova biografia de Rio Branco é considerada pelo crítico Oliveira Franco obra definitiva, um Rio Branco de "corpo inteiro", trazendo mais uma vez a expressão utilizada em análises dedicadas ao biográfico. Ao comentar o valor da publicação e a singularidade do trabalho de Luís Viana Filho, não deixa de fazer referência a obra anterior de Álvaro Lins:

> Enquanto o Sr. Álvaro Lins consubstancia sem nada de romanesco um esforço de vida criadora no colorido dos altos interesses públicos que o Barão do Rio Branco representava, o Sr. Luís Viana Filho, - mesmo não olvidando a importância fria dos arquivos, - faz romance da existência e da obra do Barão levantando sugestões, oferecendo quadros sugestivos da movimentação do segundo Rio Branco, como personagem e como homem. Salvo melhor juízo, o Sr. Álvaro Lins realizou corte

[180] *Correio da Manhã*, Ano LIX, nº 20400, 26/09/1959. Exemplares de 1950 a 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 15/03/2023.

[181] *Jornal do Commercio*, Ano 133, nº 57, 06/12/1959. Exemplares de 1950 a 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_14&pasta=ano%20195&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 15/03/2023.

> vertical num período da história brasileira. Enquanto o Sr. Viana Filho rasgou corte horizontal na história de um cidadão da História.[182]

Passados alguns meses, o mesmo jornal publicaria um novo comentário de Luíz Pinto.[183] Assim como já havia sido mencionado por outros críticos, destaca-se a figura do visconde do Rio Branco, nas suas palavras o tratamento dado pelo biógrafo é de tal ordem que chega a configurar uma dupla biografia, "onde duas singulares figuras se projetam, em corpo inteiro".

Como anuncia em seu título "Biografias e Biógrafos de Rio Branco" busca analisar o trabalho considerando a bibliografia existente, sob esse aspecto defende que a biografia escrita por Luís Viana Filho sobressai diante dos demais trabalhos. Para Luíz Pinto a interpretação apresentada não se resume ao biografado, mas associa sua trajetória à história do Brasil, de modo a oferecer um valioso estudo sobre o período.

Nota-se que a seleção de itens de imprensa que tratam do lançamento das obras de Álvaro Lins e Luís Viana Filho permite observar e acompanhar mais de perto o debate em torno da escrita biográfica. O fato de dois grandes expoentes da crítica literária terem produzido trabalhos dedicados a um mesmo sujeito histórico, acaba por fornecer um interessante quadro de análise, que busquei explorar nas últimas páginas.

A expressão "corpo inteiro", articulada tantas vezes pelos diferentes críticos, encontra paralelo com o título atribuído por Luís Viana Filho à sua obra. *A vida do barão do Rio Branco* tem implícito a pretensão de dar conta de toda a existência, de revelar toda a experiência vivida por seu personagem. Ainda que reconheça que seu trabalho é fruto de escolhas e elaboração a partir de um ponto de vista, continua a perseguir a ideia de dar sentido a uma vida.

Enquanto crítico da biografia romanceada, Álvaro Lins focou nas fontes primárias, mantendo o olhar em uma biografia histórica. Já o "príncipe dos biógrafos", ponderava sobre as potencialidades da dita biografia moderna, onde os recursos literários favoreciam a leitura sem diminuir o valor da pesquisa nos arquivos, o que fica evidente na elaboração dos títulos de cada um dos capítulos por Viana Filho.[184]

---

[182] Ibid.

[183] *Jornal do Commercio*, Ano 133, nº 198, 25/05/1960. Exemplares de 1960 a 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 15/03/2023.

[184] Alguns títulos dos capítulos do livro de Viana Filha exemplificam a questão "Caminhos do destino"; "O selvagem unitário"; "A lebre e a tartaruga"; "O Rio encantado" e "Crepúsculo dos Deuses".

1.3.3. Juca, Rio Branco, ou apenas Barão

Do momento de elaboração e publicação das duas biografias abordadas até o cenário atual muitos desafios e reflexões impulsionaram movimentos na escrita biográfica e na historiografia. A dimensão das biografias na produção historiográfica depois da década de 1980 ganhou novos contornos, pelas formas de análise, pela construção da narrativa, pelas possibilidades de fontes e abordagens.

Em um novo contexto, tendo desfrutado de amplo debate sobre a escrita biográfica e as relações com a produção historiográfica, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos[185] publicou, em 2018, *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*, obra que reúne mais de dez anos de pesquisa do diplomata e historiador. Como o autor revela no prefácio, o projeto biográfico não estava nos seus planos, mas os desdobramentos de publicações anteriores acabaram por aproximá-lo, cada vez mais, do personagem. Ainda que o barão não fosse seu principal objeto de estudo, alguns de seus trabalhos tangenciam temáticas relacionadas à atuação de Rio Branco. Villafañe analisa a bibliografia sobre o barão, destacando as biografias anteriormente mencionadas como as obras de maior fôlego sobre o chanceler, consolidadas como referências clássicas.

Ao longo dos trinta capítulos, as nuances ganham destaque, assim como novas reflexões sobre aspectos conhecidos da personalidade e da trajetória do barão. O herói, reverenciado por outros biógrafos, permanece no seu texto, mas ponderações e críticas também ganham espaço. A suposta autonomia irrestrita de Rio Branco é posta à prova, assim como, é questionada a existência de uma "aliança não escrita"[186] entre o Brasil e os Estados Unidos, naquele período. Deve-se observar como o autor, valendo-se, predominantemente, das mesmas fontes e a partir da releitura de obras que compõem a bibliografia sobre o tema, busca desconstruir alguns mitos criados em torno do barão e faz uma provocação à produção acadêmica, muitas vezes alinhada a esses discursos.

Como já era de se esperar o autor destaca as biografias de Álvaro Lins e Luiz Viana Filho, ressaltando justamente aspectos que estavam nos debates sobre a escrita biográfica por ocasião dos respectivos lançamentos. Para Villafañe, o primeiro se destacava pelo esforço da

[185] Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos é diplomata e historiador. Atualmente é Cônsul-Geral do Brasil em Atalanta (EUA). É pesquisador associado ao Observatório das Nacionalidades (Fortaleza), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 2012 e da Academia de Geografia e História de Nicarágua desde 2017.

[186] Referência ao termo "unwritten aliance" difundido a partir da publicação do ensaio BURNS, E. Bradford. *The unwritten aliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

alentada pesquisa documental, sendo uma referência incontornável. Por sua vez, Viana Filho produziu uma biografia que qualifica como o "trabalho mais sólido e bem escrito". As ideias defendidas por cada um dos biógrafos estão bem representadas nas observações do autor de *Juca Paranhos*.

De fato, os diferentes contornos descritos pelos dois primeiros biógrafos se entrelaçam com a nova incursão de Luís Cláudio Villafañe. O seu livro pertence a um novo contexto de escrita biográfica, compartilha elementos com seus antecessores, mas dialoga com novas abordagens na sua interpretação do barão.

O aspecto heroico da figura de Rio Branco, surge de maneira transversal. O reconhecimento do seu legado não é transposto em reverência incondicional. Em publicação anterior *O evangelho do barão: Rio Branco e a identidade brasileira*,[187] Villafañe intitulou seu último capítulo de "Os milagres do Barão". Desse modo, o autor articula a atuação de Paranhos Júnior antes de assumir o Ministério e depois no correr da sua gestão, suas vitórias e as respectivas repercussões e, por fim, a construção da ideia eternizada do Patrono da Diplomacia e a sua representação como um dos "santos do nacionalismo". A referência a uma sacralização de Rio Branco está presente também na capa do seu livro *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil,* publicado dois anos antes[188]. Nela é reproduzida uma imagem do vitral da National Cathedral de Washington, onde o barão aparece ao lado de Simón Bolivar e San Martín.[189]

Para o autor a longevidade do mito de Rio Branco reside na grandiosidade de sua obra articulada à construção de imagem e narrativa que lançaram as bases para sua permanência. Refutando o caráter mítico da adoração popular, que acaba reproduzida em muitos textos biográficos, discorre sobre excessos e elementos que contribuíram para longevidade dessa imagem construída ainda durante a sua existência e cristalizada com a sua morte.

Refuta a ideia, muitas vezes repetida, de que a política externa, ainda hoje, é formulada em seus moldes. Rio Branco e seu legado, são sim reivindicados pelo valor histórico e transformador do seu projeto para o Itamaraty. Sua importância para a história da instituição é considerada incontornável, mas as circunstâncias do concerto internacional diferem do seu

---

[187] SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O evangelho do barão: rio branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

[188] SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

[189] Ibid, p. 17-18.

contexto, são outras demandas que hoje movimentam o corpo diplomático. Assim como enfatiza a visão pragmática, desbancando o heroísmo alardeado, acompanhou desde pequenas notas nas cadernetas do barão, até pistas na sua correspondência e registros de banco, para demonstrar como, muitas vezes, sua posição era ponderada por questões práticas como por necessidades financeiras. Ao destrinchar a origem familiar de Rio Branco, e expor em números a sua situação socioeconômica, o autor consegue desfazer os excessos sobre posições e decisões, demonstrando racionalidade e pragmatismo nas suas ações, por vezes dissimuladas pelo próprio barão, conforme registrado em sua correspondência.

O autor articula um vasto conjunto documental, para demonstrar que Rio Branco não esteve isolado na Europa desde sua nomeação para o consulado em Liverpool, ele utilizava seu capital intelectual contra o regime instituído no 15 de novembro, e ao mesmo tempo, empenhava "esforço sistemático para se aproximar de autoridades republicanas."[190] Para sobreviver no momento de alteração do regime político foi necessário saber os limites da sua exposição e posicionamento. Através de uma delicada articulação conseguiu manter-se no posto diplomático durante os anos iniciais da República. Sem desagradar a nenhum dos lados, transitou discretamente entre diferentes grupos, ora entre os amigos monarquistas de longa data, ora entre os republicanos da situação. As manobras de Rio Branco estão registradas pela sua correspondência com diferentes personalidades e pelos artigos que publicava protegido por diversos pseudônimos.

A intensa troca epistolar analisada pelo autor permite tecer ainda outras reflexões. A crença de que a política externa deve se manter independente da política interna, é um aspecto marcante do discurso de Rio Branco, mas que não corresponde à sua atuação. Quando chefiou o Ministério, o barão sempre esteve envolvido com membros de governo e dependia de intensa articulação política para sua condução. A forma como o Villafañe aborda e explica o cenário da aprovação dos tratados de definição de fronteiras, ilustra muito bem a questão.

Ao relatar o laudo favorável ao Brasil, na disputa com a Argentina, reconhece este momento como um marco que lançou o nome de Paranhos Júnior para além das redes reveladas por sua correspondência e dos círculos de brasileiros residentes em solo europeu. A partir desses eventos ressalta que ele alcançou notável projeção, tornando-se conhecido e reconhecido, pelo grande público como defensor do território nacional.

No entender de Villafañe, mais do que o "definidor das fronteiras" Rio Branco teria sido um articulador de narrativas, fruto de um processo intelectual e político. Desse modo, assinala

[190] SANTOS, 2018. op.cit., p. 477.

que estas narrativas estão associadas aos círculos e instituições de produção intelectual, onde o barão desfrutava de grande espaço e prestígio. Narrativas que, aliás, também estão relacionadas às suas permanências, devido aos aspectos incorporados pela diplomacia.

Villafañe examina cartas, discursos e artigos que Rio Branco enviava constantemente aos jornais, e chama atenção para o caráter dessas fontes como "escritas de si", em que o próprio barão define aspectos da narrativa construída sobre o seu personagem. Além de tirar da passividade as designações para a defesa das questões de Palmas e do Amapá, o autor observa o teor das cartas do período da nomeação para o Ministério, e o tom ditado por Rio Branco, de que ele, depois de muito hesitar, aceitaria o cargo em sacrifício próprio. Versão repetida por muitos de seus contemporâneos e articulada à imagem do mito político, inclusive na escrita biográfica.

Em *Juca Paranhos,* o olhar do autor está centrado na trajetória pessoal e na obra política do barão, preocupado em superar uma escrita laudatória, onde nuances e complexidades do indivíduo são eclipsadas. Para tanto, o estudo de Pierre Bourdieu *A ilusão biográfica*[191] é uma das referências do autor. Bourdieu critica a ideia de se construir um relato de vida, tentando forjar uma dinâmica de *início-meio-fim,* para uma realidade que é descontinuada. Defende que o único vínculo entre os fatos selecionados é o sujeito, que, aliás, de constante, teria apenas o nome próprio que lhe é atribuído. Como Villafañe imprime no título do livro, nem o nome próprio é constante na trajetória do seu personagem, afinal, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Juca Paranhos, ganhou glória e posteridade como o barão do Rio Branco, chegando a ser reconhecido apenas como "o Barão".

Sem os excessos das notas de rodapé, Villafañe se dirige a um público maior. Pela composição das capas dos seus livros fica evidente que podemos esbarrar com diferentes "barões do Rio Branco". Depende do nosso olhar, da escala utilizada, do foco ajustado. Passamos pela imagem sacralizada no vitral, por uma caricatura de revista até uma pintura a óleo do perfil quase fotográfico de Rio Branco. As interpretações são diversas, até aquelas que se pretendem mais "próximas à realidade" são representações desse real, e por mais exaustivas que se apresentem não esgotam as possibilidades, são histórias inacabadas. No texto de Villafañe o barão ganha um contorno menos mítico, o autor busca superar algumas visões consolidadas do personagem e desfazer mitos.

[191] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 183-192.

A crítica quase sempre compara a biografia de 2018 com os trabalhos anteriores de Álvaro Lins e Luís Viana Filho, ressaltando as respectivas diferenças. [192] A alteração da perspectiva biográfica é comentada pelos jornalistas, como se observa na resenha divulgada no site da BBC, que chama a atenção para as diferentes interpretações e os perfis de Rio Branco ao longo da sua trajetória, destacando que Villafañe "mostra que essa é uma entre as várias versões possíveis do Barão do Rio Branco. Há também o Paranhos Júnior boêmio, decepcionado com seus rumos profissionais ou ainda às voltas com o sustento financeiro da família."

A maioria desse material atende à demanda por divulgação do livro. Salienta alguns fatos curiosos e marcos da história de vida do barão a fim de atrair o leitor. Ao lado de aspectos da pesquisa histórica e da atuação no Ministério, questões sobre seu casamento e as relações familiares aparecem, buscando assim evidenciar novidades apresentadas pelo mais recente biógrafo.

De qualquer modo, merece menção uma das indagações feitas ao autor, em entrevista concedida à revista *Isto É*, posto que, de certa forma, também se aplica ao presente trabalho: "Ainda é possível dizer algo de novo ou encontrar novidades em uma das personagens mais biografadas do Brasil como o Barão do Rio Branco?" Villafañe argumenta que, além de uma nova abordagem biográfica de Rio Branco, sua obra apresenta novidades ao leitor. Neste aspecto é importante observar que ele articula majoritariamente os mesmos conjuntos documentais empregados nas biografias anteriores, mas localiza itens desconhecidos ou esquecidos, como é o caso do manuscrito de Jango Fischer, estudo sobre as anotações do barão nos exemplares da sua biblioteca.[193]

A mesma questão é levantada por Rubens Ricupero, na *Folha de São Paulo* de 04/11/2018. Sua resposta se fundamenta na renovação biográfica, a nova perspectiva sob a qual constrói sua narrativa, considerando o novo livro "a primeira biografia do Barão a enquadrar-se no rigor da historiografia do nosso tempo." Mas não deixa de mencionar os documentos incluídos com destaque para ampliação do espaço dedicado à imprensa, aprofundando as discussões em torno do tema.

---

[192] Luís Cláudio Villafañe G. Santos mantém um blog com informações gerais sobre sua produção, onde republica conteúdos que tratam das suas obras. Sobre a biografia *Juca Paranhos* identifiquei 21 postagens entre julho de 2018 e abril de 2021. Disponível em: https://luisclaudiovillafanegsantos.wordpress.com/

[193] Vale lembrar que se trata do manuscrito de Jango Fischer mencionado na Introdução desta tese e que será trabalhado ao longo dos capítulos. FISCHER, Jango. *Introdução às anotações do barão do Rio Branco*. [1945], mss; e FISCHER, Jango. *Livros anotados pelo Barão do Rio Branco*. [1945], mss. 3 volumes.

Além dos jornais e revistas de grande circulação, cabe salientar duas resenhas publicadas em periódicos especializados. O professor da USP, Rodrigo Goyena Soares, escreveu para revista *Tempo* da UFF o texto *O interno e o externo: o barão do Rio Branco revisitado*, em que identifica três problemáticas centrais na obra de Villafañe: "a interdependência entre política interna e externa, o estabelecimento de uma – suposta – aliança não escrita com os Estados Unidos e a resolução pacífica das disputas lindeiras." Sua análise busca discutir como esses assuntos são tratados e desenvolvidos pelo autor na construção de uma escrita biográfica do barão do Rio Branco.

A última referência corresponde a resenha que publiquei na *Revista do IHGB* intitulada *O desafio Rio Branco: o barão por uma nova perspectiva biográfica*. Pela apreciação dos aspectos da trajetória do biografado, conforme tratado por Villafañe, procurei ressaltar características da escrita biográfica, de modo a evidenciar as variações em relação às biografias anteriores.

A publicação de Luís Cláudio Villafañe corresponde à renovação do campo biográfico, e a consequente crítica à narrativa predominante. Entre diferenças e aproximações as três biografias selecionadas compartilham certa reverência ao biografado, elegendo o perfil de estadista como elemento central da narrativa.

A trajetória do barão relatada por seus biógrafos, da sua origem, como filho de um dos vultos do Império, passando por sacrifícios pessoais em defesa dos interesses nacionais, até sua morte, acaba por mobilizar a ideia de um herói nacional. Está ao mesmo tempo envolta pela retórica do "grande homem", muitas vezes descrito como "o grande brasileiro", ou até mesmo "o maior dos brasileiros". Chamamentos que visam conformar a excepcionalidade que conferem ao personagem.

Desde a resolução da questão de Palmas, conforme já se viu, iniciou-se o processo de formação do caráter mítico de Rio Branco, identificado por seus biógrafos, como um dos fortes símbolos contemporâneos da nacionalidade. Este processo seria sustentado pelas impressões imediatas daqueles que viveram em seu tempo, em especial, daqueles que acompanharam de perto a sua trajetória, testemunharam sua atuação, seja na área diplomática, seja nos círculos sociais. Sua imagem na imprensa, sobretudo em publicações especializadas, como a *Revista Americana*, e a *Revista do IHGB*, também foi fundamental para a construção da memória do barão e os anos que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Através da leitura dessas impressões de época, seguidas pelas biografias produzidas posteriormente, depois de sua morte, percebemos que pouco se alterou da narrativa que buscou definir e enaltecer "o defensor das fronteiras". Sua morte, ao provocar comoção popular no país

e manifestações com intensa cobertura da imprensa, iria consolidar o processo de construção do símbolo Rio Branco. A pesquisa histórica e a utilização de fontes, principalmente a correspondência de coleções pessoais, são articuladas para dar forma com rigor acadêmico a um enredo repetido desde os primeiros artigos de seus contemporâneos. Luís Cláudio Villafañe chama atenção para este aspecto, da falta de crítica acadêmica à narrativa sobre o barão.

O impasse da questão do Acre, em que Brasil e Bolívia buscavam definir suas fronteiras na região, parecia caminhar para um conflito direto entre 1901 e 1902. As alternativas pareciam esgotadas e o conflito armado iminente, até que o "defensor do território nacional" surgiu, aclamado pelo povo, em uma recepção na capital da República, considerada colossal pelos relatos na imprensa. A dois de janeiro de 1902, Rio Branco desembarcava no porto do Rio de Janeiro para mais uma vez se colocar a serviço da pátria, como titular da pasta das Relações Exteriores, como fora amplamente dito nos jornais da época e repetido por seus biógrafos que endossam a narrativa com a correspondência do barão e o discurso de se fazer um sacrifício em nome dos interesses nacionais.

Sua nomeação representava a esperança de uma solução favorável ao Brasil na questão do Acre, tal como havia feito na defesa das disputas lindeiras com a Argentina 1895 e a Guiana-Francesa 1900. Questões que foram decisivas para alçar o diplomata à condição de herói nacional "Herói que capta em torno dele todos os fervores de esperança coletiva."[194]

Como podemos observar ao longo do capítulo, os autores que se debruçam sobre a história de vida de Rio Branco relatam sua trajetória como filho de um estadista do Império, estudioso, que abdicou da vida pessoal em função dos interesses nacionais. Aquele que cumpriu cada etapa para sua formação, que seguiu a carreira diplomática e alcançou o mais alto posto do Ministério das Relações Exteriores, chegando a esse lugar de maneira despretensiosa, em sacrifício pessoal a favor da nação. Trajetória narrada sempre em ascensão procura valorizar os esforços pessoais do jovem boêmio, que passou a figura do intelectual recluso e que, por um conhecimento excepcional, apresentou a defesa brasileira em arbitramento que garantiu a demarcação da fronteira pretendida.

À frente do Ministério, por uma década, o barão do Rio Branco forjou fundamentos da política externa perseguindo a ideia de um Brasil atuante no sistema internacional. O sucesso atribuído ao "paradigma Rio Branco" garantiu-lhe o título de estadista e a permanência de princípios de sua política externa. Passados cem anos a imagem do barão do Rio Branco e sua

[194] GIRARDET, op. cit., p. 66.

obra permanece quase intacta baseada na ideia de que “Estremeceu a pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal.”[195]

Esta narrativa articula as circunstâncias de uma época às ações daquele que é aclamado como salvador, daquele que reúne as virtudes de um herói, e que graças às suas qualidades foi capaz de enfrentar o cenário adverso. São esses elementos chave mobilizados em diferentes tempos na escrita biográfica dedicada à história de vida do barão do Rio Branco.

[195] *Revista Americana*, Rio de Janeiro, ano III, n. 2, fev. 1912.

2. A HISTÓRIA NA HISTÓRIA DE VIDA DE PARANHOS JÚNIOR

> "Para os acontecimentos do passado – desse passado ainda tão recente, mas tão fértil em grandes exemplos e lições proveitosas –, só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos."
>
> Barão do Rio Branco[1]

2.1. O Brasil que se desenhava no Oitocentos

Pensar o Brasil no século XIX impõe temáticas incontornáveis. Ainda que o foco da presente análise esteja direcionado para a segunda metade do Oitocentos, não é possível ignorar eventos de anos anteriores, principalmente ao lembrar do desdobramento do processo de independência, tendo o sete de setembro de 1822 se consolidado como data representativa da separação da colônia, emancipada da metrópole europeia.

A efeméride, que marcou os duzentos anos da independência do Brasil, ou melhor dizendo, das independências,[2] oxigenou os estudos dedicados ao tema pelas mais variadas abordagens, contribuindo para a retomada de algumas reflexões e para o desenvolvimento de novas propostas. Nesse ensejo, diferentes aspectos do "longo século XIX" figuraram entre comunicações e publicações realizadas em eventos comemorativos. Debates que recuperaram elementos significativos para a análise do processo histórico, que não se restringe ao "grito do Ipiranga", sendo analisado, inclusive, em paralelo com as independências das demais colônias do continente americano e conectado às questões do cenário europeu.

A emancipação do domínio português acompanhada, pela constituição do estado independente, revela processos cheios de particularidades atinentes à extensão e heterogeneidade do território que se pretendia uno, que se buscava conformar sob a unidade forjada por interesses de elites políticas. Diferentes projetos de "Brasis" que movimentaram, de maneira variada, as distantes partes que compunham a antiga colônia, estavam em disputa e agitaram os anos iniciais de um Império ainda cambiante, longe de corresponder à imagem

[1] Passagem do texto *Esboço biográfico de José de Abreu*, 1865. RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 55.

[2] A utilização do termo no plural, muito em voga nas comemorações recentes, visa evidenciar a complexidade do processo histórico e trazer para o centro do debate aspectos antes negligenciados. No artigo *Para além da exposição universal do Rio de Janeiro,* publicado no Blog das Independências, Lucia Maria Paschoal Guimarães recupera a referência do termo no plural conforme utilizado nas conferências do centenário promovido pelo IHGB em 1923. Chama-se atenção para o complexo que envolve o processo de independência do Brasil, não sendo resumido a um único evento, mas devendo ser compreendido através da análise do processo histórico que implica em um recorte cronológico para além de 1822.

consolidada pela historiografia, posteriormente, de um processo pacífico sem participação popular.

Essas transformações seguiram definindo os contornos desse Brasil ainda polimorfo. As linhas limítrofes do Império, em muitos trechos, permaneciam sob um traçado impreciso. Delimitação que dependia dos subsídios, a serem estabelecidos pela política externa formulada à época. Considerando o território um elemento constitutivo do Estado, a demarcação das fronteiras se configura em aspecto essencial para o exercício da soberania nacional.[3] Desse modo, a integridade territorial, tão presente no discurso político naquele momento, foi fortemente assimilada pelas propostas de pesquisa e escrita histórica.

O cenário esboçado sinaliza questões que surgiam em meio às incertezas do Império recém instituído. Além dos embates pelas disputas políticas, revoltas agitavam partes do vasto território que o Império pretendia manter unificado. Os projetos de identidade nacional desenvolvidos no período, atentos aos elementos constitutivos dessa identidade, articulavam propostas de uma história pátria a pautas essenciais "A história é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade."[4] A origem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está inserida neste contexto.[5] Em 21 de outubro de 1838 foi criado, por iniciativa privada, aquele que seria considerado a “Casa da Memória Nacional”, empreendimento que contou com o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.[6]

Entre as justificativas e os objetivos apresentados por Raimundo José da Cunha Mattos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, na proposição inicial e nos documentos fundadores da instituição, destaca-se a preocupação em localizar e reunir documentos de interesse histórico, de modo a centralizar as fontes para a futura elaboração da história pátria, sendo este um dos princípios que nortearam a fundação e os primeiros anos de atividade do Instituto.

---

[3] No primeiro capítulo do trabalho *Formação das fronteiras latino-americanas*, Fábio Aristimunho Vargas desenvolve interessante exposição sobre diferentes conceituações de fronteira. Tomo como referência o aspecto político do território para o Estado, de Kaiyan Homi Kaikobad, conforme referenciado pelo autor: “Não somente é o território a extensão espacial da existência do Estado, a extensão do território está diretamente ligada aos seus interesses nacionais vitais, quer dizer, os interesses de defesa, segurança e, até mesmo, a sobrevivência do próprio Estado.” KAIKOBAD, Kaiyan Homi, 2007 Apud VARGAS, 2017. p.38.

[4] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988. p. 14.

[5] Os trabalhos de Lucia Maria Paschoal Guimarães (1995) e Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998) permanecem leituras incontornáveis sobre o tema. As reflexões em torno da criação do IHGB e do projeto de história nacional promovido pelo Instituto estão fundamentadas nesses dois autores.

[6] Sociedade criada em 1827, alinhada a preceitos iluministas que pautava sua atuação pelo progresso e desenvolvimento do país, engajada em projetos que visavam integrar as diferentes regiões do Brasil.

Com o mesmo propósito, mas de natureza diversa, havia sido fundado o Arquivo Público do Império, poucos meses antes. Ato promovido pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, está registrado em documento oficial que estabelece e descreve aspectos do espaço físico destinado à guarda, à estrutura do órgão e à documentação a ser mantida por cada uma das seções que o compunham.[7]

A organização das duas entidades pode ser analisada à luz das disputas políticas em pauta, conforme observa Lucia Maria Paschoal Guimarães: "Esta duplicação de meios para fins idênticos nos levaria a imaginar se a Sociedade Auxiliadora não estaria patrocinando o que hoje em dia denominaríamos de 'entidade alternativa', ou quem sabe, uma espécie de 'arquivo paralelo', organizado pelos opositores do ministro Vasconcelos."[8]

A questão é desenvolvida pela autora através da análise do quadro dos fundadores da instituição, sistematizando características que informam o perfil desse grupo, representado, majoritariamente, por políticos.[9] Dados que, associados ao jogo político do período regencial, permitem compreender o papel que o IHGB desempenhou. A proposta do Instituto oferecia um espaço aparentemente neutro que facilitava o trânsito daqueles que não pertenciam ao grupo político no poder.[10] Pode-se dizer que o projeto foi bem sucedido, uma vez que, ainda no ano da fundação já contava com a "imediata proteção" do imperador e com apoio financeiro anual, subsídios que aliás, permaneceram em escala crescente, de modo que, viabilizaram muitas das ações promovidas, como as pesquisas em arquivos europeus.[11]

---

[7] A criação do Arquivo Público do Império está registrada em documento de 2 de janeiro de 1838, assinado pelo regente e pelo ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Cabe ressaltar que o artigo 3º institui três seções: Legislativa, Administrativa e Histórica. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional. Acesso em: 02/05/2023.

[8] GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, 156 (388), 1995. p. 474

[9] Sobre a composição dos quadros de sócios os primeiros estatutos estabeleciam: 50 membros ordinários, sendo 25 na Seção de história e 25 na Seção de geografia, não havia quantidade delimitada para sócios correspondentes, seja nacional ou estrangeiro, nem para sócios de honra.

[10] A identificação dos fundadores do IHGB exposta por GUIMARÃES, 1995, p. 473-487 permite observar que correspondiam a grupos políticos opostos ao que Bernardo Pereira de Vasconcellos integrava. À medida que este estava mais próximo do centro do poder, aqueles precisavam encontrar outros caminhos de influência, a fim de defender seus interesses e de se aproximar da Quinta da Boa Vista.

[11] Sobre esse aspecto destaco o seguinte trecho: "Tendo em vista que, para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coleta de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar, como decisiva a ajuda do Estado para sua existência material." Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 5-27.

Cabe observar que a neutralidade do IHGB acaba se configurando uma característica reivindicada pelos sócios, incorporada na forma como se referiam ao Instituto e às suas práticas, evitando a identificação como entidade oficial. A preferência era pela definição como uma instituição vinculada às atividades e produção científico-cultural, sem que fosse associada às questões político-partidárias.[12] Aspecto presente, inclusive, no discurso do barão do Rio Branco quando assumiu a presidência da Casa em 1908. No seu pronunciamento fez questão de associar a simpatia desfrutada pelo Instituto ao fato de ter permanecido alheio às paixões partidárias, fiel à proposta de registrar, pesquisar e divulgar feitos heroicos e até mesmo desvios e erros, atento à função pedagógica atribuída ao passado.

À ocasião, Rio Branco retomava o programa inicial do Instituto lembrando da ação contínua de pesquisa que estava a cargo dos seus membros, projeto "que consiste principalmente em coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que devam **servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil**."[13] Passados setenta anos desde a fundação, a coleta e divulgação de fontes para escrita da história pátria permanecia no horizonte do novo presidente e era reforçado como um dos principais objetivos da instituição.

Retornando ao momento inicial, em pouco mais de dez anos depois da sua fundação, o IHGB desfrutava de grande prestígio no cenário político. Desde o golpe da maioridade, que marca o início do Segundo Reinado, aqueles que faziam parte do quadro da instituição vinham conquistando funções no governo.[14] Na mesma medida, a partir de 1849 a presença do jovem imperador se tornou cada vez mais constante nas sessões e solenidades da Casa, agora em novas instalações no Paço da Cidade.[15] A "imediata proteção" imprimia, assim, contornos mais marcantes.

---

[12] "É interessante observar a este respeito a preocupação de alguns de seus mais destacados membros em não definir a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo **neutra em relação a disputas de natureza político-partidária**." (grifo nosso). Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 9.

[13] Discurso pronunciado em 30 de janeiro de 1908, ao tomar posse da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIO BRANCO, 2012, v. 9 – Discursos, p. 200.

[14] A presença dos membros do IHGB no governo era de tal ordem que Lucia Maria Paschoal Guimarães assinala que "os encontros acadêmicos mais pareciam reuniões do Conselho de Ministros." GUIMARÃES, 1995, p. 485.

[15] O IHGB funcionou inicialmente em uma pequena sala cedida pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O aumento do prestígio dos seus sócios propiciou a mudança para dependências do Paço da Cidade em 1840. Sobre a participação de D. Pedro II destaca-se a seguinte passagem: "De dezembro de 1849 até a sua partida para o exílio, participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações". GUIMARÃES, 1995, p. 486.

Alguns trechos do discurso que o Imperador proferiu na inauguração do novo espaço demonstram o estreitamento dos laços entre o governo imperial e o Instituto, que pode ser associado a uma aproximação entre Estado e elite letrada. Segundo observou Manoel Guimarães, trata-se de uma característica de "tradição portuguesa mantida deste lado do Atlântico". É importante notar que a criação desse lugar de produção historiográfica implica em considerar certa delimitação imposta. A participação de D. Pedro II reforçava os vínculos entre o espaço de erudição e o Estado, impondo, assim, limites à escrita promovida pelo Instituto.[16]

No referido pronunciamento, o jovem imperador também incita que a instituição vá além da coleta e divulgação de fontes, para conquistar os elogios da posteridade os trabalhos dos membros também teriam papel fundamental. Era desejável que textos inéditos também ocupassem as páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, periódico criado em 1839.

No mesmo período, foi promovida a atualização dos estatutos do Instituto, promulgados em 1851. Os novos instrumentos indicavam a modificação do perfil dos sócios, uma vez que a alteração dos critérios de admissão passava a considerar como parâmetro a apresentação de um trabalho em pelo menos uma das áreas de atuação do grêmio. [17] No entanto, vale destacar que essa alteração não foi acompanhada pelo aumento do quantitativo de sócios com poder decisório, logo, a renovação esperada do quadro não se deu de imediato, mas seguiu um curso gradual, mantendo os fundadores à frente da instituição por longo tempo.

O estatuto e suas revisões fornecem informações valiosas sobre as diretrizes da Casa, permitindo acompanhar as variações que acabam por moldar diferentes fases do seu funcionamento. Além de demonstrarem o estreitamento de laços com o monarca, podem ser associados também ao "processo de alargamento, consolidação e profissionalização do IHGB" que estava em curso.[18] Desse modo, o funcionamento do Instituto no Paço da Cidade – da transferência em 1840 à ocupação de novas dependências em 1849, a maior participação do imperador e a revisão dos regulamentos institucionais, acabam por demarcar mudanças de uma nova fase.

---

[16] Cabe observar também que além de demonstrar o estreitamento de vínculos com o Estado contribui para a "imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras." GUIMARÃES, 1988, p. 10.

[17] Cabendo ainda aos novos sócios a obrigação de doar uma obra para a biblioteca ou um item para o museu do Instituto. Cf. Guimarães, 1995, p. 487.

[18] GUIMARÃES, 1988, p. 11.

Na mesma medida, outras questões continuavam a influir na acolhida das propostas para novos sócios. A apresentação da produção intelectual do candidato não bastava para o julgamento das comissões de admissão. Era necessário o apoio, ou mesmo a indicação direta, de alguma figura com acesso e influência no Instituto: "No decorrer do Segundo Reinado, tal qual vinha ocorrendo desde a época da sua fundação, políticos, membros do aparelho do Estado e personalidades chegadas ao imperador permaneciam tendo a prevalência, no acesso às vagas dos quadros do Instituto."[19] Fator que contribuiu para manutenção da configuração dos sócios.

Cabe destacar a concepção de história identificada com o projeto do IHGB, presente nos instrumentos formais e incorporada às suas práticas, percepção que ajuda na compreensão das características que definem o período. Associado a esta questão está o processo de alargamento do escopo do Instituto, este refere-se à inclusão de estudos que contemplavam análises etnográficas, antropológicas e aqueles dedicados às línguas indígenas. Forma encontrada para lidar com o caso brasileiro, utilizando a perspectiva desses estudos como recurso para acessar aquela cultura que era considera estranha, e que poderia ser compreendida como inferior, se acomodando à concepção de história marcada pela noção de progresso:

> Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo.[20]

A concepção historiográfica e a forma específica de sociabilidade associadas ao Instituto contam também com marcas do espaço intelectual francês, representado mais diretamente pelo *Institut Historique de Paris*, fundado apenas quatro anos antes do IHGB, em 1834. Semelhanças que podem ser identificadas nos documentos fundadores de ambas instituições.[21] Os quadros de sócios também revelam curiosas relações, nota-se a presença de membros

---

[19] GUIMARÃES, 1995. p. 489.

[20] Na mesma medida que fornece instrumentos para uma argumentação científica que caracteriza os indígenas como inferiores, permite a construção de uma interpretação impregnada pela noção de cadeia civilizadora, onde a presença branca é articulada como forma de garantir a plena civilização. Sobre esse aspecto, Manoel Guimarães nos lembra dos embates travados em torno da temática indígena entre história e literatura, onde os dois lados buscavam argumentar sobre a viabilidade da presença indígena na nacionalidade brasileira. Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 11.

[21] Aspecto assinalado tanto no trabalho de Manoel Guimarães, quanto no de Lucia Guimarães, que mais recentemente, revistou a questão considerando a *Revista do IHGB* uma expressão das *sociétés savants*. Termo tomado de empréstimo de Paul Gerbod, para tratar de "corporações formadas por homens de notório saber e talento, que se reuniam para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes". Cf. GUIMARÃES, L. M. P. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul.-dez. 2012.

brasileiros na casa francesa, desde a sua criação. Personagens que, por vezes, também figuram entre os membros do congênere brasileiro.[22]

A cooperação se estendia às práticas das duas casas. Da relação traçada entre os dois casos destaca-se a possibilidade de publicar assuntos relativos ao Brasil na revista da instituição francesa. É notória a disponibilização de um espaço dessa natureza para tratar de temas de interesse brasileiro "(...) podemos pensar o *Institut Historique de Paris* como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história nacional em construção como a brasileira."[23] A despeito da distância física, buscava-se garantir uma divulgação positiva do Império brasileiro. Orientação que antecede a criação do Instituto e que permanece no horizonte da elite letrada comprometida em divulgar uma imagem de Brasil, capaz de superar a representação do "pitoresco"[24], perspectiva importante, inclusive no final do século XIX.

Vale lembrar que, o Oitocentos corresponde ao momento em que pensar e escrever história assume cada vez mais contornos de cientificidade. Pela perspectiva europeia esse processo está associado às universidades, onde o historiador passa a figurar como um pesquisador. Com isso o perfil de *homem das letras* deixa de ser o aspecto definidor daqueles que se debruçavam sobre temas históricos. Do mesmo modo, a questão nacional devia ser destacada como elemento articulado à história pensada nesse contexto.

A produção historiográfica no Brasil guarda semelhanças e diferenças comparada ao quadro europeu. O debate em torno do nacional também permeia a escrita da história desenvolvida no período, mas o espaço de produção ainda não era representado, ou regido, pela organização universitária, o caso brasileiro neste momento se aproxima mais das academias ilustradas. Ambiente onde a participação é definida pelos vínculos sociais, o que acaba por imprimir certas características na história produzida nesses espaços, marcada pela visão da elite letrada.

---

[22] Para tal questão ver: R. Maria Alice de Oliveira Faria. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGB*, n. 266, 1965, pp. 64-148.

[23] GUIMARÃES, 1988, p.13

[24] Referência ao termo que desde metade do século XVIII fazia parte do repertório conceitual da teoria da arte e que no Oitocentos foi incorporado ao vocabulário das publicações de artistas e viajantes que relatavam suas experiências, notadamente no Novo Mundo. Neste caso, trata-se, mais especificamente, de uma referência às obras *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (Paris, 1834/39), de Jean-Baptiste Debret e *Brasil pitoresco: história, descrições, viagens, instituições, colonização*, de Charles Ribeyrolles (1859), como forma representativa da descrição do Brasil pelo exótico.

A partir do IHGB é possível desenvolver algumas das questões assinaladas e observar os fatores que atuam na produção historiográfica e na construção da memória nacional. A análise do quadro dos sócios e das diretrizes do programa, que define a atuação do Instituto, evidenciam aspectos da composição social e a íntima relação que mantém com o Estado.

O contexto brasileiro remete ao momento de formação e estabelecimento do Império, de um Brasil independente. Cabe observar a importância conferida à construção da identidade nacional, que buscava conformar a diversidade e traçar os contornos de uma nação. Desse processo deriva o projeto de Brasil exposto, desenvolvido e defendido pela produção historiográfica do Oitocentos, que transforma "Brasis" em um corpo uno, extraindo a sua pluralidade.

A institucionalização da história a partir do IHGB opera a homogeneidade da visão de Brasil, determinando a forma de se relacionar com o passado. Olhar que vislumbra uma nação em progresso, que segue por um caminho iniciado pela metrópole portuguesa, apaziguando a dominação pela ideia de missão civilizadora, estabelece, assim, a calmaria da continuidade, que dissipa conflitos, e excluí grupos que estão dissociados da noção de civilização "Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do 'outro', cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção."[25]

Parte da noção de identidade nacional está relacionada a definição pela oposição ao "outro". A organização política como forma de determinar o Estado, que está no cerne da construção dessa identidade, delimita assim um fator de interação externa, ou seja, uma monarquia em meio às repúblicas vizinhas. A forma como é traçada essa relação permite o discurso que reduz a experiência das antigas colônias hispano-americanas, transpostas como "republiquetas" instáveis. Do mesmo modo, acomoda a noção de continuidade, representada pelas metáforas de parentesco entre Brasil e Portugal, em que este é identificado como "pátria-mãe".

Ainda que não estivesse diretamente exposto nos documentos fundadores e regulamentos institucionais, o objetivo de escrever uma história do Brasil sempre esteve presente no Instituto. Dada a estreita relação entre o Estado e o "pequeno mundo"[26] que o IHGB

[25] GUIMARÃES, 1988, p. 7.

[26] Jean-François Sirinelli, em seu texto "Intelectuais" recorre à expressão de Sartre "pequeno mundo estreito", na sua análise diante das dificuldades para definição do termo intelectual e do grupo que constituem, um grupo de contornos vagos, de limites imprecisos. Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

representa, ele se configura em um *locus* privilegiado para escrita da história, como único espaço legítimo para tal fim, capaz de revelar o "verdadeiro caráter na nação brasileira."[27]

A avaliação do aspecto político associado ao projeto de história representado pelo IHGB leva a observações valiosas para se pensar o caso do barão do Rio Branco. Permite perceber como a história é mobilizada como instrumento para formação desses indivíduos e para sua atuação política. Acompanhar a forma como o barão articulava o conhecimento histórico, seja nos textos que produziu inicialmente ou na sua atuação nas missões especiais e no Itamaraty, permite estabelecer alguns paralelos com esta questão.

O texto de Januário da Cunha Barbosa, presente no segundo número da *Revista*, chama atenção da "importância da história para o homem de Estado", considerada um repositório de exemplos que devem orientar sua atuação. Aspecto político associado à proposta de se pensar a história nos moldes apontados e no contexto brasileiro do início do século XIX "De história, enquanto **palco de experiências passadas**, poderiam ser filtrados exemplos e modelos para o presente e o futuro, e sobre ela deveriam os políticos se debruçar como forma de melhor desempenharem suas funções." [28]

É justamente ao olhar para o passado que Rio Branco vai buscar explicações para o presente de conflitos da região do Prata, questões fortemente vinculadas a delimitação do território do Império. Em 1882 ao manifestar sua pretensão em escrever sobre a guerra do Paraguai e dar continuidade às suas propostas iniciais de História Militar e Diplomática do Rio da Prata, delimitava seu projeto de modo a garantir o distanciamento que assegurava a sua isenção, a história imparcial a que se pretende.

Primeiramente, quando a guerra do Paraguai era considerada um passado mais recente limitou-se aos comentários e correções enquadrados nos limites das notas de rodapé à obra de Louis Schneider. Notas quase tão extensas quanto o livro, mas que correspondem a uma escrita fragmentária, sem a pretensão de desenvolver uma interpretação sobre o conflito, apontamentos focados em ratificar e citar inúmeros dados coligidos.

Do "palco de experiências passadas" extrai as justificativas, a compreensão do presente pensando, sobretudo, a atuação do seu pai, o visconde do Rio Branco. Deste quadro (da atuação do pai) derivavam questões outras, como as negociações de fronteiras, que segue articulando à história em diferentes perspectivas.

---

[27] GUIMARÃES, 1988, p. 13.

[28] GUIMARÃES, 1988.

Paranhos Júnior pensa o Brasil a partir dos conflitos da região do Prata, que leva às questões de fronteiras. Esta reflexão dependia ainda da definição dessa pátria, trabalho vinculado, em grande medida, à escrita da sua história. Construir uma visão de Brasil estava associado à delimitação do território e à elaboração da sua história. Elementos constitutivos que se entrelaçam.

Na sua biblioteca particular (CBRB) sublinha-se a marca deixada pelo Instituto Histórico na sua formação. Esta coleção reúne diversos volumes da *Revista do IHGB*, onde encontram-se os documentos coletados e divulgados, aqueles títulos encontrados por Francisco A. Varnhagen e por ele comentados e editados, além de inúmeros relatos de viajantes que fornecem os dados iniciais sobre aspectos físicos e sobre os povos primitivos. Não à toa são justamente essas as obras que aparecem nas notas explicativas dos seus textos dedicados à temas históricos, sejam aqueles que pretendem acessar a história através de um personagem – estudos biográficos – sejam aqueles dedicados a episódios selecionados pelas temáticas de seu interesse.

A concepção de história associada ao IHGB está fortemente vinculada a aspectos do projeto da instituição, marcado pela tradição iluminista e onde a sua própria denominação mobiliza os mencionados elementos constitutivos da nação (história e geografia). Projeto que também comporta uma visão teleológica, onde considera central o papel do historiador como detentor do conhecimento capaz de esclarecer sobre o passado, ao passo que, fornece os exemplos e indica o futuro, em marcha pelos trilhos da história.

Em vias de encontrar formas de materializar essa história pretendida, o trabalho de Carl Friedrich von Martius, premiado em concurso promovido pelo Instituto Histórico, apresenta os preceitos norteadores do trabalho do historiador em consonância com o projeto do IHGB.[29] Desta proposta, destaca-se o viés centralizador, a indicação da composição do brasileiro a partir da associação entre branco civilizador, índio primitivo e negros (sem de fato incluir os negros) e a ideia de promover o patriotismo a partir da história, de forma que sua escrita seja feita para motivar o amor à pátria, que pela história crie-se identificação, que seja uma narrativa capaz de abrigar, mais ainda, de conformar as diferenças e incentivar paixões pelo Brasil que se desenhava naquele momento.

Tributário de uma historiografia moderna, tendo por princípio a utilização de fontes para desempenho do trabalho do historiador, o Instituto promoveu desde o primeiro momento a busca por documentos que pudessem auxiliar a escrita da história. Daí as missões para pesquisas

[29] VON MARTIUS, Carl Friedrich. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do IHGB*, t. 7, n. 24, 1845, p. 381-403.

nos arquivos europeus e iniciativas para recolher documentos das províncias, de modo a centralizar na sua sede, no Rio de Janeiro, o material necessário aos trabalhos históricos projetados para o futuro, estabelecendo o distanciamento que evitaria os constrangimentos suscetíveis aos tratar de um passado recente.

Não cabe aos limites do presente trabalho acompanhar todo o percurso do IHGB, no entanto incluo ainda algumas observações. Ao avançar até os quadros do Instituto de 1889, Lucia Maria Paschoal Guimarães avalia de perto os sócios no final do Império. Atenta aos dados de origem, formação e socioeconômicos, a historiadora assinala a permanência das principais áreas de atuação dos sócios, ou seja: o funcionalismo público, a política e a carreira militar. No entanto, cabe observar que os servidores públicos apareciam em maior quantidade do que os políticos.

Os laços entre a Quinta da Boa Vista e o Instituto permaneciam estreitos pela presença de amigos e servidores da Família Imperial, inclusive atuantes na mesa diretora da Casa. São muitos os exemplos como o do amigo de longa data do imperador, o visconde do Bom Retiro, que presidiu o IHGB de 1875 a 1886. Se antes as sessões do Instituto se assemelhavam às reuniões do Conselho de Ministros, o ambiente se tornara ainda mais aprazível. A "Casa da Memória" não poderia estar sob melhor vigilância do que aquela orientada pelos afetos.[30]

Cabe destacar essas características, profundamente ligadas à proposta de criação do Instituto Histórico e às suas atividades iniciais, de modo a ressaltar as práticas que fazem parte do projeto Institucional e que são conduzidas pelos seus sócios. Elementos interligados a forma de se pensar e se fazer história no século XIX no Brasil. Uma história que se pretendia isenta, imparcial, que era pautada na pesquisa documental empenhada na busca pela verdade histórica e comprometida com uma visão de Brasil definida por um "pequeno mundo".

Estes fatores configuram a ambiência em que Paranhos Júnior está inserido, inclusive com o seu ingresso no Instituto. No período em que antecede a sua viagem para a Europa, logo após a conclusão da faculdade de Direito e no início da sua atuação profissional, ele pode participar das atividades da Casa. Num processo de continuidade formadora tanto do aspecto social pelas relações nesse ambiente de troca intelectual, quanto pela maneira que o informa. As suas leituras e escritas correspondentes ao período que podemos acompanhar pelos textos que produziu levam a esta interação, parte da sua trajetória intelectual que contribui para delinear sua formação.

---

[30] "Em síntese, duas palavras caracterizariam, com propriedade o perfil do elenco analisado: dependência e lealdade. À Coroa e ao imperador." GUIMARÃES, 1995. p. 498.

2.2. Uma aventura do espírito

Naquele contexto, o interesse em avançar pelos temas históricos era, para a maioria, uma aventura do espírito[31]. Longe de corresponder ao perfil do historiador profissional, que só viria a se consolidar anos mais tarde, aqueles que se dedicaram à pesquisa e à escrita histórica no Oitocentos se aventuram para além da carreira formal. Projetos que conciliavam a atuação profissional com estudos sobre o passado. Circunscrito nesse universo e conduzido pela afinidade aos estudos históricos, Paranhos Júnior esboçava suas primeiras linhas.

No parecer da comissão de admissão do IHGB, em 1867, Agostinho Marques Perdigão Malheiros assinalava a predileção de Paranhos Júnior por temas históricos e citava dois textos que já havia publicado, como forma de demonstrar o conhecimento do candidato. O primeiro corresponde ao artigo sobre Luís Barroso Pereira, publicado na *Revista Popular* de 1862. Texto que foi escrito aos dezesseis anos, ainda nos tempos de estudante de preparatórios.[32]

Às vésperas de mudar-se do Rio de Janeiro para cursar a Faculdade de Direito em São Paulo, os estudos de Juca Paranhos não estavam restritos ao ambiente escolar. Àquela época podia aproveitar a biblioteca reunida pelo pai, assim como acompanhar a sua atuação política. Experiências que formavam o jovem e contribuíram para desenvolver muitos dos seus interesses.

A companhia dos livros era complementada pelas conversas que pode compartilhar com outras figuras do cenário político do Império. Personagens próximos ao visconde do Rio Branco que frequentavam a sua casa e ilustravam os dias do estudante atento à figura paterna que, entre os anos de 1853 e 1862, esteve à frente dos Ministérios da Marinha, dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda, além de ter presidido a província do Rio de Janeiro por alguns meses. Merece destaque ainda, a atuação do visconde em missões encarregadas de negociações de fronteiras, questões acompanhadas de perto pelo filho.

Também nesse período, Paranhos Júnior já se tornava frequentador da Biblioteca Pública. Posteriormente, em carta a Alfredo do Vale Cabral**,** comenta sobre as anotações que tomou nos tempos de estudante. Sem confiar nas notas, pedia ajuda para obter cópias dos

---

[31] A expressão deriva da apreciação de Arno Wehling presente na Apresentação do livro *Da escola palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*, de Lucia Maria Paschoal Guimarães. "Em outras palavras: não era para eles uma obrigação funcional o exercício da investigação; ela era **uma aventura do espírito**." GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p.9

[32]Texto datado de 31 de dezembro de 1861, conforme consta na publicação.

documentos que havia consultado anteriormente "Eu tenho um resumo dessas cartas, que li na Biblioteca em 1860 ou 1861 quando estudante de preparatórios, mas, como compreende, eu fazia então [?] com o critério que podia ter um rapaz de 15 ou 16 anos."[33] Vale ressaltar que passados vinte e cinco anos revisitava o tema retomando antigas anotações que permaneceu reunindo. Afinal, os conflitos da região do Prata faziam parte dos estudos que tencionava um dia escrever.

Luís Barroso Pereira, objeto do seu primeiro esboço biográfico, pertencia ao cenário da antiga colônia, cuja família estava associada à exploração das minas no século XVIII.[34] Apesar do seu nascimento em terras mineiras, seguiu para Portugal, ainda na infância, onde conclui seus estudos e iniciou a carreira na marinha de guerra. A trajetória do biografado está inscrita no justo momento de eclosão dos processos de independência das colônias americanas. Pano de fundo, que, por vezes, sobressai no texto. Ao mencionar a atuação do jovem oficial nos embates travados na guerra peninsular, Paranhos Júnior assinala que a insurreição das colônias hispano-americanas era uma consequência direta desses conflitos, observando a correlação entre os eventos, separados pelo Atlântico.

A sua escrita deixa entrever possíveis leituras que informavam o estudante, declarado amante da história pátria. Inicia pela descrição da paisagem de Minas Gerais, de modo a identificar o seu personagem com o local. Narração que se assemelha aos relatos de viajantes ao vislumbrar a natureza acidentada daquela região. Forma de escrita observada nas memórias dessas expedições, amplamente difundidas. Esta era uma das temáticas recorrentes na *Revista do IHGB*[35] e que figurava entre os assuntos predominantes da sua biblioteca particular.[36]

A forma como Juca Paranhos narra a trajetória de Luís Barroso Pereira sugere concepções que estavam sendo matizados pelo jovem e que começam a aparecer em seus textos.

---

[33] Trata-se de Carta expedida de Paris em 23/07/1886, período de intensa atividade de pesquisa, onde presta conta de alguns pedidos do interlocutor e encaminha novas solicitações. Dentre elas pede cópia das cartas de oficiais da fragata *Imperatriz*, justamente sobre o combate da noite de 27 para 28 de abril de 1826, quando Luís Barroso Pereira foi morto. AHI L817 P1.

[34] A referência para as citações dos textos do barão do Rio Branco no presente trabalho corresponde à edição organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), a saber: RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. 10v. Quando for necessário mencionar a edição anterior, de 1945, outras edições ou ainda os originais, será feita a devida referência.

[35] Entre os principais grupos temáticos presentes na *Revista do IHGB,* no período, Manoel Guimarães destaca as "publicações relativas às viagens e explorações do território brasileiro, abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país e novamente a questão indígena." Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 23.

[36] Em torno de 120 títulos da biblioteca do barão do Rio Branco são identificados pelos descritores de assuntos pertinentes à categoria "Descrições e viagens".

O perfil do biografado é moldado pela carreira na marinha de guerra que, para além das virtudes do militar, demonstradas pela descrição da sua atuação no campo de batalha, contou também com sua capacidade de negociação, assinaladas pelo autor ao ressaltar as habilidades de diplomata e de político testadas ao ser enviado para negociações em Buenos Aires.[37] Estas características complementavam o modelo a ser admirado, descrito como herói, já que se pôs em sacrifício pelo amor à pátria. Narra a história do "heroico capitão-de-fragata" que "dedicou-se ao serviço da pátria: serviu-a com dedicação de um filho: viveu para ela e por ela morreu".[38]

Considerando o momento em que se dá a referida missão, Paranhos Júnior contextualiza a cidade de Buenos Aires que Luís Barroso conheceu. Para tanto, lembra que desde 1810 "achava-se livre do domínio espanhol", tendo sido deposto o vice-rei e passando a ser governada por uma junta provisória que era presidida por Cornélio Saavedra. Em suas palavras, a alteração de governo é representada pela anarquia "que reinou no Prata desde então, e a liberdade que não pode conviver com ela, essa bateu asas e afugentou-se nas margens do Prata, esperando que as suas campinas tintas se sangue reverdecessem."[39]

O relato avança chamando atenção para o fato de que Luís Barroso Pereira esteve presente em meio às disputas que levaram à separação definitiva com a metrópole, tendo sido contagiado pelo "grito mágico de *Independência ou morte*", que o levou a participar da defesa pela liberdade da sua pátria.[40] Na corveta *Niterói* sob o comando de James Taylor combateu a esquadra portuguesa nas ações travadas na Bahia, tendo seguido esta esquadra até o Tejo. Ao retornar fez muitas presas e passou por Pernambuco, em meio as agitações da Confederação do Equador. Desta atuação recebeu elogios do seu comandante, foi agraciado pelo imperador com a Ordem do Cruzeiro e designado para comandar a fragata *Imperatriz*. Assim, assumiu a embarcação no Pará e logo a conduziu para a Corte, tendo sido encaminhado, em seguida, à região do Prata, na segunda campanha da Cisplatina.

A narração de fatos militares, que se tornaria uma característica marcante em seus textos, arrisca nessas páginas os primeiros traços com a descrição do teatro de operações. O

---

[37] "Dera já provas de sua bravura como militar e como marinheiro ia dá-las de sua habilidade como diplomata e como político." RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 23. p.47.

[38] Ibid., p. 52.

[39] Ibid., p. 48.

[40] Referência presente no seguinte trecho: "Estava no Brasil, e, como seus compatriotas, ouviu ecoar desde o Amazonas até o Prata o grito mágico de *Independência ou morte*! A esperança que desde a puerícia tivera de ver um dia sua pátria livre, esperança que ocultara até então nas muralhas de seu coração, realizava-se enfim." RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 23. p.49.

combate contra os argentinos, que resultou na morte do capitão-de-fragata, é acompanhado em cada movimento pelos registros dos livros de quartos dos navios da esquadra no Rio da Prata. Por vezes, confronta estes dados com informações veiculados pela imprensa da época, demonstrando a sua preocupação em fundamentar o relato com a apresentação de fontes, sinalizando para crítica necessária ao lidar com a documentação.

O artigo apresenta Luís Barroso Pereira como um personagem que carrega aspectos sensíveis do seu contexto histórico. Fator exposto pelos tópicos que constituem a sua trajetória: o nascimento na colônia portuguesa; os estudos e o início da carreira militar em Portugal; a atuação em conflitos no solo europeu; o retorno ao cenário colonial em crise; a atuação em conflitos na região do Prata; a participação no processo de independência do Brasil; e, por fim, a morte em campo de batalha.

Não deve passar despercebido o periódico em que se deu a estreia de Paranhos Júnior. A *Revista Popular*[41] foi um dos projetos editoriais de Baptiste Louis Garnier (1823-1893), tendo circulado entre os anos de 1859 e 1862, quando foi substituída pelo *Jornal das Famílias*.[42] De propostas similares, ambos apresentavam temas variados, tendo no segundo momento expandido a parte dedicada ao público feminino.

A diversidade temática é anunciada no editorial do primeiro número da *Revista Popular*. Em poucas linhas, buscava justificar o projeto ao afirmar que "Escrevemos de tudo e para todos", de modo que "tudo que abrange o entendimento humano é do nosso domínio."[43] Os textos apresentados se dirigem a um público amplo, inclusive às leitoras, ainda que circunscrito ao papel domiciliar que era atribuído às mulheres.[44] Assinala que pretende contribuir também para recreação dos leitores, lembrando que "O recreio, que se busca nos livros, deve ser uma instrução amena." E sobre contribuições estrangeiras observa que terá espaço, mas sem esquecer que "escrevemos no Brasil e em língua portuguesa."[45]

---

[41] A coleção da *Revista Popular* (1859-1862) está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=181773&pesq=&pagfis=1

[42] O *Jornal das Famílias* acabou sendo periódico mais longevo editado de 1863 a 1878. Cf. PINHEIRO, Alexandra Santos. *Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias (1863-1878)*: dois empreendimentos de Garnier. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2002.

[43] O trecho seguinte assinala a questão: "É preciso que saiba um pouco de tudo, e que em nenhum ramo do conhecimento seja totalmente hóspede. Aprofundá-los todos é impossível, mas desconhecer os princípios gerais de algum, quase é vergonha." *Revista Popular,* tomo I, 1859, p.2.

[44] : "Os trabalhos de agulhas para as solteiras, a economia doméstica para as casadas, e as --modas para todas -- tudo isto é do vosso exclusivo domínio e nós lhe reservamos um cantinho." *Revista Popular*, tomo I, 1859, p. 4.

[45] Ibid., p. 3.

O esboço biográfico de Luís Barroso Pereira foi publicado no tomo XIII, quando a *Revista* completava seu quarto ano. O editorial apresenta um certo balanço desde seu lançamento, compartilhando as dificuldades em se obter assinantes e conferindo a continuidade do projeto à adesão de mecenas, que mantiveram o periódico em circulação. Resume a missão da publicação, considerada um "honesto recreio das famílias; ginásio da juventude, que cheia de fé vem em suas colunas registrar as primícias do seu **verde talento**."[46]

Em 1862 também foi divulgado um índice sobre todo conteúdo do periódico, até aquele momento. Uma breve análise permite verificar a diversidade anunciada e conhecer os seus colaboradores.[47] Ao dedicar algumas das suas páginas ao "verde talento", a *Revista Popular* permitiu que ensaios como o de Paranhos Júnior fossem publicados ao lado de nomes como de Francisco de A. Varnhagen, Joaquim Norberto Souza e Silva e tantos outros que conferiam credibilidade à publicação. Pode-se dizer que Juca Paranhos estreou em grande estilo, ainda que tenha sido com um texto de pretensões modestas.

Ao avaliar o referido índice, nota-se a preponderância de textos dedicados à literatura brasileira, desde compilações às análises da produção literária. Aspecto consonante com os interesses do proprietário do periódico, que aproveitava o espaço para divulgar obras lançadas pela sua casa editorial.[48] A seção "Esboço biográfico" está presente em todos os números da *Revista Popular*, totalizando trinta e seis títulos, sendo cinco deles designações coletivas: *Brasileiras célebres* e *Brasileiros célebres,* por Joaquim Norberto; *Homens célebre de todos os países*, por Fluviano; *Naturalistas brasileiros*, por J. C. Fernandes Pinheiro; e *Família Imperial do Brasil*, por Brasílico.[49] Forma de apresentar as notícias biográficas tão em voga naquela época.

Um artigo dedicado à Madame Sévigné[50] chama atenção pela assinatura que o acompanha. A autoria do texto é identificada pelo pseudônimo “Nemo”, justamente um dos

---

[46] Ibid., p. 6 (grifo nosso).

[47] Figuram nomes como do cônego J. C. Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto de Souza Silva, Homem de Mello, Varnhagen, além do espaço dedicado ao "verde talento", o que garantiu a estreia de Paranhos.

[48] PINHEIRO, 2002.

[49] Uma breve apreciação dos nomes presentes nesta seção permite observar a predominância de personagens militares. Merece destaque a presença de figuras femininas, tendo, até mesmo, uma série específica dedicada a elas.

[50] Trata-se de Marie de Rabutin-Chantal, marquesa de Sévigné (1626-1696). O artigo foi publicado na *Revista Popular*, t. XI, jul.-set./1861, p. 137-141.

nomes a que Paranhos Júnior recorreu para escrever na imprensa em diferentes momentos.[51] Pelas crônicas que produziu para *A Vida Fluminense* pode-se dizer que o nome corresponde ao seu perfil mais mundano, onde comenta sobre os carnavais e a vida boêmia do Rio de Janeiro.[52]

Em pouco mais de cinco páginas *Nemo* resume a história de vida da escritora reconhecida pela publicação da sua correspondência. Pincela alguns detalhes da relação com seus filhos para comentar o teor das inúmeras cartas que escreveu. O autor não deixa de mencionar o reconhecimento conferido pela Academia Francesa à Madame Sévigné, considerada um dos mais elegantes escritores do século XVII, posição endossada por uma citação de Sainte-Beuve. Coincidência, ou não, é justamente uma frase da escritora que encerra a biografia de José de Abreu, o barão do Cerro Largo, que Paranhos Júnior escreveria alguns anos depois.

Retomando seu primeiro artigo, pode-se dizer que o texto do jovem estudante alcançou seu objetivo ao recuperar a história do capitão-de-fragata Luís Barroso Pereira. O esboço biográfico, publicado na Rev*ista Popular*, permanece entre as referências sobre o comandante da Imperatriz.[53] O biografado figura entre os heróis reverenciados pelas instituições militares, sendo o patrono da cadeira n. 43 do Instituto de Geografia e História Militar.

A formação de Paranhos Júnior não impedia que o futuro bacharel avançasse por novos capítulos da história. Diante das agitações ao sul do país, cenário instável que sinalizava conflitos iminentes, o jovem direcionava seu olhar para o passado, em torno das disputas na região do Prata. Em julho de 1864 iniciou uma série de artigos intitulada *Episódios da Guerra do Prata – Apontamentos Históricos*, publicada na *Revista Mensal do Instituto Científico.*[54]

---

[51] No prefácio do volume X das *Obras do Barão do Rio Branco*, há referência de que o pseudônimo Nemo é encontrado no jornal *Vinte e Cinco de Março*, em 1866, período em que Paranhos Júnior colaborou com o semanário de Pinto de Campos. Posteriormente o nome é utilizado para assinar as crônicas do *A Vida Fluminense* em 1875. Anos depois é resgatado para publicar artigos no *Jornal do Commercio* e no *Correio da Noite*, em 1903 e 1910, respectivamente. Cf. *Cadernos do CHDD*. nº 1. Rio de Janeiro, FUNAG, 2002.

[52] Paranhos Júnior contribuiu com *A Vida Fluminense* ao longo do ano de 1875. Vale lembrar que no mesmo ano também atuava no jornal *A Nação*, tendo se desligado deste periódico em 13/11/1875.

[53] Seu nome é homenageado na *Revista Marítima Brasileira*, ano 87, de out-dez. 1967.p. 6-18, onde consta o artigo "Capitão-de-fragata Luís Barroso Pereira, herói do passado", de Levi Scavarda, que utiliza largamente o texto de Paranhos Júnior de 1862, citando longos trechos. Exemplo, entre tantos outros, ao verificar informações sobre Luís Barroso Pereira.

[54] O texto editado no volume 8 – Estudos Históricos da coleção O*bras do Barão do Rio Branco*, corresponde ao conteúdo publicado em duas partes na *Revista Mensal do Instituto Científico*, vinculada à Faculdade de Direito de São Paulo. *Revista Mensal do Instituto Científico,* 2ª série, junho de 1864, ano II, nº 5, p.83-89; 3ª série, agosto de 1864, ano II, nº 1, p. 8-13.

Estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, escolheu abordar os conflitos da Cisplatina para figurarem na seção dedica à História no periódico acadêmico.[55] O embate ocorrido a 9 de fevereiro de 1826 é descrito como o primeiro triunfo naval das forças imperiais nesta guerra, considerada pelo jovem autor "um dos sucessos notáveis do primeiro reinado".[56] A despeito do desfecho de 1828, com a constituição da República Oriental do Uruguai, ou seja, a perda definitiva do território da província da Cisplatina, o texto busca enaltecer o que teria sido um sucesso imperial na campanha.

O Instituto Científico havia sido fundado em julho de 1862, em pouco tempo a *Revista Mensal* iniciava a sua publicação[57]. O nome de José Maria da Silva Paranhos Júnior figura entre os sócios fundadores, tendo participado da mesa diretora ao longo do curso. As atas da associação registram a sua participação na estruturação e no funcionamento do grêmio. O estudante atuou na comissão de redação, promoveu a reforma dos estatutos em 1864 e chegou a ocupar a posição de 2º vice-presidente. Atividades que desempenhou ao lado de companheiros da faculdade, como Martinho Prado Júnior, Francisco Veiga e Paula Bittencourt.[58]

Anos mais tarde Martinho Prado Júnior não deixou de parabenizar Rio Branco pelo laudo favorável em 1895. O barão agradeceu o telégrafo de Martinico e prometeu encaminhar exemplares da exposição de defesa para ele e para a biblioteca da *Alma Mater*.[59] Ainda que nem sempre fosse possível manter o contato, as lembranças daqueles tempos e a reverência à faculdade era compartilhada entre os amigos de curso.

---

[55] As demais seções da *Revista* são dedicadas à publicação de textos de Literatura, Poesias e Direito Civil, além de reservar uma parte para divulgar as atas do Instituto Científico. O exemplar da *Revista* preservado no AHI faz parte do arquivo pessoal do barão do Rio Branco (L865 M2). Constam inúmeras anotações posteriores à publicação original, que foram incorporadas ao texto na edição da coleção de 1945 e mantidas na reedição de 2012.

[56] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 23.

[57] A *Revista Mensal do Instituto Científico* foi publicada entre os anos de 1862 e 1866. Cf. PEREIRA, M. S. *A crítica que fez história*: as associações literárias no Oitocentos [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 112 A coleção do periódico está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=742228&pagfis=0

[58] A amizade entre Paranhos Júnior e Manuel Francisco de Paula Bittencourt não se limitou ao curso de Direito. Anos mais tarde é identificado como um dos companheiros de Juca Paranhos chegando a ser padrinho de dois dos seus filhos, Raul e Maria Clotilde. Luís Cláudio Villafañe pondera que não há muito consenso entre os biógrafos sobre as amizades de Paranhos Júnior no período da Faculdade de Direito, mas cita alguns dos nomes conhecidos, a saber: Paula Bittencourt, Francisco Veiga, José Carlos Rodrigues, Anastácio Teixeira de Souza Bittencourt, Paulo Rodavalho Marcondes dos Reis e Hermano da Silva Ramos, sendo Graciano Alves Azambuja considerado o amigo mais próximo. Cf. SANTOS, op. cit., p. 45.

[59] Carta de Martinho Prado Júnior a Rio Branco, 10/03/1895. AHI L836 M1.

Cabe observar a importância dessas instituições e dos periódicos produzidos por elas. A experiência nessas associações faz parte da formação, exerce a função de um laboratório onde aprende sobre a dinâmica dessas interações e as afinidades se estabelecem. Vivência que muito contribui para o estabelecimento de relações em meio a um grupo da elite letrada do Império.

O primeiro número da *Revista Mensal* anunciava a proposta de alargar a arena da Academia de São Paulo com a fundação de um instituto dedicado ao cultivo das letras entre a mocidade estudantil. O periódico contava com uma seção dedicada aos temas históricos que atendia à proposta de "exumar do passado o tesouro de ricas conquistas"[60]. O texto de Paranhos Junior, alinhado aos preceitos anunciados, defende a atuação do governo imperial, que apenas teria cumprido o seu dever ao aceitar a guerra provocada pela República das Províncias Unidas do Rio da Prata diante do seu apoio aos insurgentes da Cisplatina, conflito que, nas suas palavras, "tivemos que sustentar".[61]

A defesa à figura do imperador D. Pedro I fica evidente ao condenar os oposicionistas da época e aqueles que, ainda depois, "não amorteceram os ódios políticos". De forma enfática escreve na primeira nota: "Queriam esses patriotas que o Brasil se humilhasse diante da ameaça feita pelos nossos vizinhos na sua nota de 4 de novembro!"[62]

O texto se caracteriza pela descrição de conflitos em torno das disputas na região do Prata, controvérsias que envolviam o território da província da Cisplatina. Paranhos Júnior não se detém na análise do contexto, acompanha personagens selecionados, identificados por ele como sujeitos negligenciados pelas autoridades ou esquecidos pela história. Os movimentos militares são descritos pelo autor de modo a desenhar cenas inteiras. Estes cenários são construídos a partir de relatos e memórias, associados aos dados de documentos oficiais. Escrita que caracteriza a sua contribuição à *Revista Mensal*, marcada pela preferência declarada do estudante à história militar.

A fim de garantir credibilidade à narrativa, Paranhos Júnior articula um conjunto diversificado de fontes. Nas notas de rodapé[63] arrola memórias, artigos de imprensa, ofícios,

---

[60] *Revista Mensal do Instituto Científico,* 3ª série, agosto de 1864, ano II, nº 1, p. 3.

[61] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 23.

[62] Ibid., n. 1, p. 23.

[63] A nota de rodapé onde enumera as fontes utilizadas para a descrição do combate de 9 de fevereiro de 1826 é um bom exemplo da diversidade dos documentos consultados, que não se limitavam a registros produzidos pelos imperiais, e da forma como Paranhos Júnior os articula na sua escrita. Cf. RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, n. 13, p. 28.

entre outros documentos e leituras que são detalhados com o cuidado de registrar as informações utilizadas na elaboração da sua "narrativa de sucessos". Recurso que também mobiliza para corrigir dados e fatos que apareciam "adulterados pelos articulistas e escrevinhadores do rio da Prata"[64]

A busca pelos números exatos do combate de 9 de fevereiro é um bom exemplo da questão. Na tentativa de identificar os valores de ambos os lados, Paranhos Júnior chega a afirmar que "o inimigo ocultou cuidadosamente as suas perdas, que deveriam ter sido grandes". Chama atenção para a disparidade entre os registros do almirante Guilherme Brown, comandante da esquadra das Províncias Unidas, e aqueles divulgados pela imprensa de Buenos Aires. Enquanto o oficial mencionava cinco baixas o periódico *Mensagero* publicava que as perdas teriam chegado ao total vinte e uma.[65]

Além de tentar encontrar dados precisos, Paranhos Júnior também presta homenagem ao vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, pelo comportamento notável no episódio. De acordo com a sua análise a honraria concedida ao chefe da divisão Diogo Jorge de Brito, na verdade, deveria ter sido conferida a Rodrigo Lobo, comandante em chefe da esquadra imperial. Posição fundamentada pelas informações prestadas pelo oficial aos seus superiores.

Os ofícios do comandante Rodrigo Lobo, que são mencionados no texto, aparecem transcritos à margem da *Revista Mensal* que se encontra no AHI. Vale observar que, além das anotações feitas no exemplar, há inúmeros registros em notas avulsas conservadas no seu arquivo pessoal, que somadas aos ofícios citados reúnem um conjunto de documentos interligado ao texto.[66]

Atento às fontes confronta informações, busca de diferentes formas verificar detalhes sobre a batalha narrada. Processo amplamente registrado nas suas anotações e que chegam a ser impressos nos seus textos.[67] Através das notas de rodapé assinala as variações encontradas nos itens consultados, refutando, corrigindo, complementando dados, e, até mesmo, contestando interpretações anteriores. Os constantes e infindáveis ajustes acabam por adiar a conclusão do

---

[64] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 24.

[65] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 29-30. Na nota 19, além do *Mensagero* nº26 de 14/02/1826, cita o *Gaceta Mercantil* nº 683 de 11/02/1826.

[66] Este aspecto se aplica aos *Episódios* e aos demais escritos do barão, ainda que, muitos desses itens estejam esparsos em diferentes pastas, dependendo da orientação da organização utilizada em cada caso.

[67] Além do exemplo utilizado destacam-se as notas nº 11, 13, 21, 33. Da mesma forma merece ser assinalada a documentação reunida no ABRB localizada na Lata 871 Maço 2.

trabalho que julgava necessário: uma análise completa das guerras do Rio da Prata. A promessa de uma história militar começa a se perder num eterno porvir.

Aspecto que evidencia certa transposição das disputas nos campos de batalha para as disputas pelo passado. Sob esta perspectiva, Paranhos Júnior afirma se lançar à escrita pela necessidade de defender a "verdade histórica", demonstrando, desse modo, sua percepção dos embates em torno das narrativas sobre o passado. Assim, ele justifica a pertinência, e até mesmo a necessidade de seu texto diante do aparecimento de diferentes versões da história dos conflitos e das dificuldades em encontrar e reunir os dados. Em tom de crítica, o jovem autor alerta:

> Até hoje nenhum brasileiro se deu ao trabalho de relatar com minuciosidade todos os fatos que se deram nessa época nos campos do Sul e nas águas do Prata; ao passo que os nossos vizinhos têm lido com avidez e interesse um sem-número de escritos, em que se desfigura inteiramente a **verdade histórica**, e faz-se acreditar que as nossas forças se cobriram de ignomínia, e que os soldados da República só colheram louros.[68]

Paranhos Júnior defende que um trabalho que abrangesse toda a guerra seria um trabalho de história, o que considera necessário, mas anuncia que seu texto apenas descreve sucessos, a fim de corrigir informações imprecisas e adulteradas, garantindo, assim, uma narração comprometida com a verdade histórica. Desse modo, assinala seus objetivos delimitando a natureza do seu texto e destacando elementos que validam a sua narrativa:

> Não temos, como já levamos dito, a veleidade de escrever uma história. O nosso empenho é mostrar, **à luz da evidência**, servindo-nos de **documentos inéditos**, que à custa de muitos esforços conseguimos reunir, que houve no decurso dessa guerra muito feito glorioso digno de figurar em lugar distinto nos fastos militares de nossa terra.[69]

O segundo episódio apresentado por Paranhos Júnior corresponde ao combate travado na Colônia do Sacramento entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 1826. Movimento planejado pelas forças da República das Províncias Unidas do Rio da Prata como retaliação ao combate de 9 de fevereiro.

A escolha do episódio é justificada pelas condições do combate, travado por terra e mar, contra o inimigo. As desvantagens dos imperiais, tanto pelo quantitativo quanto pelo poder de fogo, são lembradas como forma de enaltecer a resistência: "Um punhado de bravos, sem

[68] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 24 (grifo nosso).

[69] Ibid., p. 31 (grifo nosso).

recursos e sem meios de defesa, resistiu corajosamente aos ataques combinados da esquadra e do exército inimigo, dirigido este pelo general Lavalleja e aquela pelo almirante Brown."[70]

Antes de detalhar o confronto identifica a Colônia de Sacramento, tanto pelo seu valor simbólico, por representar as disputas entre as cortes de Portugal e Espanha no território das colônias americanas, quanto pelos aspectos geográficos necessários para compreender a movimentação militar no local. Cabe observar que se vale da literatura de viagem para tratar dos aspectos geográficos.[71]

Contrário à interpretação de Emílio Sena Pereira no seu livro *O libelo argentino e a verdade histórica,* Paranhos Júnior se posiciona em defesa de personagens que atuaram no conflito.[72] Recorre à documentação oficial do Ministério para demonstrar que a prudência do capitão-tenente Frederico Mariath, no episódio abordado, foi endossada pelos demais comandantes e autorizada pelo seu superior, o general Manuel Jorge Rodrigues. No comando da força naval imperial, Frederico Mariath reuniu os comandantes em conselho que deliberou, por unanimidade, não prosseguir o ataque naval, considerando os riscos que a ação implicaria.

Destaque ainda maior é atribuído a Manuel Jorge Rodrigues, futuro barão de Taquari, que respondia pelo comando da praça de Colônia do Sacramento. Das respostas às mensagens encaminhadas pelo almirante Brown, que sugeriam a rendição antes do ataque, sublinha o tom de coragem do "ilustre e valente general": "a sorte das armas é quem decide da sorte das praças."[73]

Encerra o artigo mencionando o movimento executado pelas forças argentinas para articular um novo ataque, sugerindo a continuação dos *Episódios da guerra do Prata*. No entanto, sem a continuidade pretendida, Paranhos Júnior retomaria os apontamentos históricos sobre a guerra da Cisplatina através da escrita biográfica e, posteriormente, em textos mais abrangentes, que serão analisados no próximo capítulo.

O *Esboço biográfico do barão do Cerro Largo* está repleto de outros episódios desta guerra que acompanham a história de vida do personagem. A defesa de Colônia do Sacramento

---

[70] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p.31.

[71] Os viajantes citados são Falkner, Malaspina e Centinera. Cf. notas 25 a 28, RIO BRANCO, 2012, v. 8, p. 32.

[72] Destaca-se a observação de Paranhos Júnior à questão: "No opúsculo *O libello argentino e a verdade histórica* (Rio de Janeiro, 1857), o ilustrado senhor E. de Sena acusa fortemente Mariath por não ter esperado o inimigo na tolda do seu navio. Essas censuras, porém, bem o vê o leitor, são infundadas. Mariath foi prudente; não esperou o inimigo porque não o podia nem o devia fazer. Seria rematada loucura entregar, assim, à esquadra argentina as nossas forças marítimas." RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, nota 33, p. 33.

[73] Ibid., p. 34.

é mencionada em extensa nota ao texto, onde cita aqueles episódios que considera os sucessos de 1826:

> No rio da Prata, muitas ações brilhantes ilustraram, nesse ano de 1826, as armas imperiais, sendo as mais notáveis a defesa da praça da Colônia (atacada pelo almirante argentino Brown e pelo general Lavalleja, e defendida pelo general Rodrigues, barão de Taquari), e a vitória naval alcançada pelo chefe de divisão James Norton, no dia 30 de julho, sobre a esquadra inimiga.[74]

Nesta passagem, também menciona o almirante James Norton, outro personagem a quem iria dedicar um artigo, anos mais tarde. Nota-se ainda que no texto *Esquisse de l'histoire* há um trecho muito similar ao destacado na citação acima.[75] Tais exemplos demarcam as relações entre os seus escritos, e sinalizam a continuidade das pesquisas e os desdobramentos dos seus estudos.

As anotações no livro de Emílio Sena Pereira, preservado na CBRB, oferecem alguns registros desses casos. Além das marcações de leitura, que acompanham dados do contingente mobilizado para as ações militares, o exemplar oferece informações sobre o seu método de pesquisa. Ao corrigir um número apresentado pelo autor, Paranhos Júnior assinala que "1141 homens, tinha Bento Manoel em Sarandi, **disse-me em carta Osório**, que tomou parte nesse combate."[76] Cabe ressaltar que por vezes contava com a ajuda de seu pai para a coleta de dados, valendo-se do acesso que o visconde do Rio Branco tinha a personagens envolvidos nos eventos analisados.[77]

Ainda que Juca Paranhos não tivesse, nesse momento, a pretensão de escrever história, como alega logo nas linhas iniciais, ele sugere que continuaria a publicar seus *Apontamentos históricos*. Contudo, esta proposta acabou não se concretizando. O terceiro ano da Faculdade parecia exigir mais do estudante do que ele teria imaginado. Ou poderia ser ainda um dos desvios causados pela guerra declarada em dezembro de 1864.[78]

Ao mesmo tempo, Paranhos sinalizava para os limites dos seus artigos ao explicar que não poderia se dedicar a um estudo completo, o que, aliás, julgava necessário. Anuncia uma

---

[74] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, nota 70, p. 104.

[75] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 101.

[76] Cf. FISCHER, Jango. *Introdução às anotações do barão do Rio Branco*. [1945], mss., p.8 (grifo nosso).

[77] A referida correspondência, datada de 1871 e 1872, encontra-se em uma das pastas com apontamentos sobre as batalhas da guerra da Cisplatina. AHI L871 M2.

[78] Corresponde aos conflitos da guerra contra o Paraguai, também conhecida como guerra da Tríplice Aliança, considerando o marco inicial 13/12/1864.

narrativa de sucessos de modo que pudesse "tornar conhecida uma das mais belas páginas da nossa história." Apresenta de forma resumida a sua contribuição sobre o tema e projeta para o futuro a possibilidade de ocupar-se da história da guerra de 1825 a 1826.

> Talvez algum dia, com mais vagar e mais cuidado, daremos a lume uma história circunstanciada da guerra de 1825 a 1826, trabalho que, se tiver algum merecimento, será em função apenas da importância do assunto.[79]

A promessa demonstra a pretensão de se dedicar à história, de avançar com a pesquisa e desenvolver a escrita sobre esse passado tão imbrincado a questões do seu presente. Imbuia essa missão de um caráter patriótico, um dever de quem nutria amor pela pátria. Do mesmo modo, era uma forma de compreender os antecedentes da região do Prata e de fazer justiça aos personagens que habitam esse passado, inclusive pelas suas próprias vozes, uma vez que os relatos e memórias são amplamente utilizados pelo autor. Tudo isso formatado em textos de história pátria.

Além da visão de uma história pedagógica, que ensina sobre o passado recente, a partir dos exemplos, e que sedimenta a identidade via patriotismo, acima de tudo Paranhos Júnior fala de uma história pátria, visto que defendia ser escrita pelos interesses e em defesa da ordem vigente. Uma história que conforma a leitura heroica de personagens que morreram em meio às batalhas encampadas pelo Império.

2.3. As lições do Instituto

O IHGB havia se tornado o "principal centro de estudos históricos no século XIX",[80] espaço para o qual convergiam aqueles que se lançavam a aventura do espirito. Capturados por certo fascínio pelo passado, o interesse pela história atuava como elemento aglutinador desse "pequeno mundo." Não se tratava, contudo, de uma paixão desprovida de sentidos, garantir a

[79] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 24.

[80] "O IHGB foi o principal centro de estudos históricos no século XIX, posição que manteve até a década de 1930, quando foram instituídas as Faculdades de Filosofia no país." Cf. GUIMARÃES, 1995, p. 573.

coleta de documentos, reunir fontes e traçar um projeto de história nacional eram práticas fortemente imbrincadas a pautas políticas desde a sua origem.[81]

No Instituto conviviam concepções de história, que podiam ser identificadas com a noção de *historia magistra vitae*, onde predomina uma visão cíclica da experiência humana e a história é entendida como um repositório de exemplos que deve ser conhecido para que possa seguir os modelos louváveis, ou evitar repetir erros do passado. Ao mesmo tempo circulavam preceitos de uma concepção de história moderna, fortemente orientada pela ideia de progresso, configurando uma forma linear de narrativa, onde a humanidade caminha com olhar fixo numa promessa de futuro, um discurso movido pelo porvir. Paradigmas que não sendo excludentes, mesclam a forma de olhar e interpretar o passado, transpostos em modulações na escrita do período, conforme analisado por Maria da Glória Oliveira em trabalho dedicado à escrita biográfica produzida e divulgada pela instituição.[82]

Na *Revista do IHGB,* Paranhos Júnior encontrava leituras que acompanhavam as suas pesquisas. Incontáveis anotações transfiguram os volumes do periódico, preservados na sua biblioteca particular, que registram seu olhar atento às novidades apresentadas por documentos transcritos, e interessado, principalmente, pelas publicações que tratavam das campanhas ao sul.[83] Não demorou para que fosse admitido ao grêmio.

Apadrinhado por Joaquim Manoel de Macedo, sua candidatura foi apresentada em sessão de 22 de novembro de 1866. O então secretário do Instituto havia participado da formação do jovem pesquisador, como professor no Colégio Pedro II, lecionando Corografia e História do Brasil. Período em que Juca Paranhos já se aventurava a escrever suas primeiras linhas. O exemplar do *Lições de História do Brasil*, conservado na biblioteca do barão, preserva as marcas dos anos de estudante do colégio imperial, educação pautada nos "quadros de ferro" de Francisco A. de Varnhagen.

---

[81] Sobre esse aspecto destaco a análise da composição do quadro de sócios e a parte intitulada "Construção de um passado a serviço da política", do Capítulo II do trabalho de Lucia Guimarães. Cf. GUIMARÃES, 1995, p. 507-531.

[82] OLIVEIRA, M. da G. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90*, 22(42), 273–294, 2015. https://doi.org/10.22456/1983-201X.48408.

[83] As anotações de Rio Branco nas *Revistas do Instituto* foram destacadas por Jango Fischer no primeiro volume do *Livros anotados pelo Barão do Rio Branco.* FISCHER, [1945], v. 1, pp. 71-100.

O *Esboço biográfico de José de Abreu, o barão do Cerro Largo*, concluído no ano anterior, foi oferecido para sua candidatura, sendo avaliado pela comissão de admissão.[84] É indiscutível que, neste momento, o candidato era, sobretudo, o filho do visconde do Rio Branco, mas não apenas. Os contatos e o acesso a publicações e documentos foram, sem dúvidas, facilitados pelo "cartão de visitas" que seu nome representava. Estas facilidades ofereciam alguns atalhos, mas o jovem já vinha sendo lembrado pela particular predileção aos estudos históricos.[85]

A manifestação favorável da comissão é acompanhada por uma "Notícia", assinada pelo relator, Agostinho Marques Perdigão Malheiros, onde apresenta um breve histórico do candidato e justifica o seu parecer através da análise do texto. Além de ressaltar a preferência do autor por estudos de história pátria, menciona os artigos publicados anteriormente como exemplares da sua produção intelectual.[86]

O parecer indicava que o trabalho oferecido fosse publicado na *Revista do IHGB*, considerando ser uma prova "das habilitações intelectuais e literárias" do candidato. Observava ainda que a contribuição de Paranhos Júnior não se restringia ao estudo do personagem, mas acabava por oferecer relatos precisos sobre episódios das guerras no Rio da Prata. Nota-se que o jovem autor acabou prosseguindo com o projeto interrompido em 1864, mas desta vez pela perspectiva biográfica. A apreciação seguia por algumas linhas destacando que "(...) nem é uma simples narração, nem a reprodução irrefletida do que a tal respeito já se acha publicado; a investigação histórica e a crítica presidiram a esse trabalho, onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados."[87]

O trecho sublinha aspectos que merecem ser observados com atenção. O relator busca distinguir o trabalho, de modo a destacar características que conferem valor à produção. Por se

---

[84] Conforme publicado na *Revista do IHGB* o texto é datado de São Paulo, 14 de julho de 1865. A proposta de admissão foi apresentada por Joaquim Manoel de Macedo e Manoel Ferreira Lagos em sessão de 22 de novembro de 1866. A comissão de admissão, composta por Manoel Duarte Moreira de Azevedo, Cláudio Luíz da Costa e Agostinho Marques Perdigão Malheiros, emitiu parecer quase um ano depois, apresentado na sessão de 24 de outubro de 1867, quando Paranhos ainda estava em viagem pela Europa. A admissão foi aprovada poucos dias depois, em 7 de novembro de 1867, mas apenas em 19 de junho de 1868 Paranhos Júnior tomou posse, sem solenidades. Informações verificadas nas atas publicadas na *Revista do IHGB* 1866-1868.

[85] "Os estudos de história pátria lhe têm merecido particular predileção". *Revista do IHGB,* t. 30 (parte II), 1867, p. 485.

[86] Vale lembrar que as alterações dos estatutos do IHGB em 1851 definiram novos critérios de admissão, de modo a exigir a comprovação de produção intelectual em pelo menos uma das áreas de interesse. Cf. Guimarães, 1995, p. 487.

[87] *Revista do IHGB*, t. 30 (parte II), 1867, p. 485.

tratar de um esboço biográfico faz questão de registrar que não é mera compilação de dados e que apresenta conteúdo inédito, fruto da "investigação histórica" que permite retificar dados e avançar sobre alguns fatos desconhecidos em torno dos eventos. Ao abordar os "pontos duvidosos" ou "mal apreciados" que são elucidados pelo estudo, Perdigão Malheiros refere-se às disputas pelo passado. Aspecto já observado por Paranhos Júnior ao tratar dos *Episódios da guerra do Prata*, permanecendo entre os fatores que identifica como uma das motivações de escrita que também marcaria seus estudos posteriores.

Seguindo os procedimentos do Instituto Histórico, o parecer foi apresentado aos sócios e a admissão aprovada na sessão seguinte. Passados alguns meses, Paranhos Júnior tomou posse e iniciou sua participação como sócio correspondente em junho de 1868.[88] Estreou nas sessões dando continuidade à leitura do *Esboço biográfico de José de Abreu*, que havia sido iniciada pelo cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Em reunião anterior, o consócio já havia mencionado o trabalho ao comentar as admissões de 1867, no seu relatório anual como 1º secretário:

> (...) esperançoso e mui festejado talento, que ainda nos bancos colegiais revelava-se pelo seu **amor aos estudos históricos** e por mui auspiciosas estreias, esboçou a largos e vigorosos traços, na – *Biografia do general Abreu, barão do Serro Largo*, alguns dos mais brilhantes episódios das nossas guerras platinas.[89]

Pertencer ao quadro do IHGB representava participar desse *locus* privilegiado de erudição e fazer parte da instituição que seguia sob a imediata proteção do imperador. Já integrado às atividades do grêmio, Paranhos Júnior logo assinou uma proposta para admissão de novos sócios, apresentando as candidaturas de Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha, José Martiniano de Alencar e Antônio Ferreira Viana.[90]

As mencionadas anotações nos volumes da *Revista do IHGB* demonstram também o quanto Paranhos Júnior acompanhava o ingresso de membros, chegando a sugerir candidaturas, ou, até mesmo, criticar certas aprovações. Em nota escrita na *Revista do IHGB* de 1879, se queixava do novo sócio estrangeiro Alcides d'Orbigny: "Muito bem. Um homem que na sua *Voyage dans L'Amerique du Sud* nos injuria e repete quanta falsidade ouviu a nosso respeito

---

[88] Paranhos Júnior foi admitido como sócio correspondente porque não havia vaga para sócio efetivo (o estatuto estabelecia 50 vagas para categoria) e ainda não atendia aos requisitos para sócio honorário.

[89] *Revista do IHGB*, t. 30 (parte II), 1867, p.502.

[90] Os títulos oferecidos para avaliação dos postulantes correspondem a trabalhos de história literária e política, divulgados na imprensa e proferidos na tribuna, além de uma coleção de trinta e cinco obras ofertadas por Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha. *Revista do IHGB*, t. 30 (parte II), 1868, p. 338.

no Rio da Prata."[91] Já em carta de 30 de setembro de 1879, o barão Homem de Melo agradecia o envio de exemplares do *Examen critique de l'Histoire du Brésil Français au seizième siècle,* de Gabriel Gravier, presidente da Sociedade Normanda de Geografia, e comunicava que havia proposto o referido autor como sócio correspondente, atendendo ao pedido de Paranhos.[92]

Após a conclusão do curso de Direito, havia seguido para a Europa, onde permaneceu por dez meses, entre março de 1867 e janeiro de 1868. Experiência que contou com a ajuda providencial de um título de loteria premiado e o apoio paterno. Verdadeiro golpe de sorte que viabilizou o sonhado *grand tour*, considerado complemento de formação dos rapazes da elite imperial. A viagem é contada por seus biógrafos com o colorido das aventuras do jovem que se encantava com o Velho Mundo.

A jornada de Juca Paranhos também pode ser acompanhada pelos guias de viagem que guardou junto aos seus livros. Da conhecida coleção *Guides-Joanne*, o exemplar *Guide du voyageur a Londres et aux environs*, de Elisée Réclus, conserva a assinatura do jovem Paranhos que fez algumas anotações nas folhas finais sobre encomendas de roupas e sapatos em Londres e em Paris. Sobre a importância dessas experiências observa que "O sport das viagens é certamente um dos mais proveitosos para o aperfeiçoamento do homem considerado individualmente."[93] Tempo de calmaria que antecede a busca por uma colocação na Corte.

O ano em que Juca Paranhos ingressou no Instituto corresponde a um período de certa inquietação. Ao retornar ao Rio de Janeiro enfrentou um verdadeiro périplo. Primeiro lecionou interinamente o curso de Corografia e História Pátria no Colégio Pedro II. Ocupou a função apenas por alguns meses, em substituição a Joaquim Manuel de Macedo. Além da breve experiência como professor, logo depois, assumiu o cargo de promotor público em Nova Friburgo. Mas as eleições promovidas naquele ano ofereceram outra alternativa. Com a ajuda paterna, conquistou o mandato como deputado geral pela província do Mato Grosso, e em maio de 1969 tomou posse do cargo. Ano em que também acompanhou o visconde do Rio Branco em missão especial no Paraguai, ainda que não tenha sido oficialmente designado para o

---

[91] Cf. FISCHER, Jango. *Livros anotados pelo Barão do Rio Branco*. [1945], mss., v.1, p.94. Em obra de Arsene Isabelle escreveu ainda sobre o referido autor "Este Alcide d'Orbigny, na parte histórica, faltou à verdade, escrevendo despropósitos em ódio ao Brasil só porque foi maltratado em Montevideu por um ignorante oficial brasileiro" FISCHER, [1945], v.2 p. 390.

[92] O nome de Gabriel Gravier figura em algumas anotações nos cadernos de notas do barão do Rio Branco. Carta do barão Homem de Melo a Paranhos Júnior em 30/09/1879. AHI L829 M4.

[93] Comentário que faz sobre viagens, presente no prefácio ao livro *Quadro Corográfico de Sergipe*, de Laudelino Freire, ao defender a importância das expedições de exploração. p. XVI.

encargo. Vale lembrar que "fazia parte da lógica da administração pública do Império aproximar os seus bacharéis"[94] para garantir o preenchimento dos postos de trabalho. Da faculdade de Direito seguiam para ocupar uma função pública. E assim foi com Paranhos Júnior.

Entre inquietações e incertezas o Instituto parece ter sido o seu alento. Neste primeiro momento, pode participar das atividades e acompanhar de perto as práticas da "Casa de Memória Nacional". A coleta de documentos e a busca por fontes inéditas incentivam seus interesses e ajudam a desenvolver o "gosto pelos arquivos".[95] Exercício com certa tendência ao vício que leva a buscas consecutivas para reunir documentos necessários à escrita da história.

Nesta época também participou de comissões dedicadas aos trabalhos históricos, atuando ao lado de João Ribeiro de Almeida, de Alfredo d'Escragnolle Taunay e do barão Homem de Melo.[96] Este último, amigo de seu pai, se tornaria frequente correspondente de Paranhos Júnior no período em que morou na Europa (1876-1902). Cartas que registram a colaboração intelectual que perdurou por longos anos.[97]

Coube à comissão subsidiária de trabalhos históricos a avaliação da candidatura de Tristão de Alencar Araripe. Em conjunto com João Ribeiro de Almeida, Paranhos Júnior avaliou o 1º volume da obra *História do Ceará,* oferecida na proposta de admissão.[98] O parecer sugeria o ingresso do candidato como sócio correspondente, aprovação era indicada pela valiosa contribuição que, segundo a comissão, reunia dados sobre o descobrimento e povoação da província analisada, demonstrando rigor de pesquisa e enriquecendo a biblioteca do Instituto.[99] Anos mais tarde, outro trabalho do mesmo autor despertaria grande interesse em Paranhos Júnior, trata-se da *Guerra civil do Rio Grande do Sul* extenso estudo publicado na *Revista do*

---

[94] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[95] Conforme já mencionado na "Introdução", a expressão faz referência à reflexão de Arlette Farge. FARGE, 2009.

[96] José Maria da Silva Paranhos Júnior participou da Comissão Subsidiária de História entre 1869 e 1874 e de Trabalhos Históricos de 1874 e 1876.

[97] As cartas do barão Homem de Melo, preservadas no ABRB, correspondem aos anos de 1879 a 1911.

[98] Consta na CBRB um exemplar que pertenceu a José Augusto Ferreira da Costa, publicado em 1867 no Recife. Sem anotações, apenas alguns trechos assinalados. Cf. FISCHER, [1945], v.1, p. 215.

[99] *Revista do IHGB,* t. 33 (parte II), 1870, p.406-407.

IHBG entre 1880 e 1884.[100] Os dois volumes que constam na CBRB estão repletos de anotações e marcações de leitura.[101]

Vale lembrar o pioneirismo de Tristão de Alencar Araripe na escrita da História do Ceará, conforme destacou José Honório Rodrigues "(...) sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro em ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico."[102] Monografia que, além de assegurar a admissão do novo sócio, garantiu a sua publicação nas páginas da *Revista do IHGB*.

Do mesmo modo, Paranhos Júnior participou da avaliação do elogio histórico do conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, por Olegário Herculano de Aquino e Castro, e sobre o texto *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*, de Ladislau de Souza Melo Neto. A comissão se manifestou a favor do ingresso de ambos os candidatos, elogiando a escrita dos textos apresentados, ressaltando a valorização das figuras que prestaram serviço à pátria e enaltecendo a tarefa de patrocinar o museu.[103]

Atinente a um dos principais preceitos do Instituto Histórico, a oferta de documentos e obras ocupava lugar de destaque entre as atividades da Casa e tinha espaço reservado no seu periódico. Logo, Paranhos Júnior ofereceu exemplares, que aparecem relacionados nas páginas da *Revista do IHGB*. Manuscritos, folhetos e livros constam entre as suas ofertas, sendo estas de características diversas, seja pelo conteúdo ou período abordado, em que predominam aqueles relacionados à região do Prata.[104]

---

[100] *Revista do IHGB* 1880-1884 Cf. as referências na *Revista do IHGB*, n. 400 p. 651 – Índice.

[101] Cf. FISCHER, [1945], v.1, p. 164.

[102] RODRIGUES, José Honório. A historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará. In: _____.; RODRIGUES, Leda B. (Orgs) *Índice anotado da revista do Instituto do Ceará* (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 15-54

[103] *Revista do IHGB,* t. 34 (parte II), 1871, p. 361.

[104] As primeiras ofertas são registradas em 1869, totalizando sete itens oferecidos naquele ano, a saber: *Memoria presentada por el ministro de estado en el Departamiento de guerra y mariña al congresso nacional em 1868*; - *Memoria del ministro del interior de la republica Argentina correspondiente a los años de 1867 y 1868*; *Annexos al memoria del ministro del interior; – El Platacientifico y literatio, Revista de los Estudos del Plata sobre Legislacion, Jurisprudencia, Economia Política, ciências naturales y literárias*, 1854 2 vols.; - *El centinela, periodico serio-jocoso, impreso en Asunción en 1867* e *Protector nominal de los pueblos libres, D. José Artigas, clasificado por el amigo del orden* – Buenos Aires, 1818; e o manuscrito *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, costumes, religião, estabilidade*. *Revista do IHGB,* t. 32 (parte II), 1869, p. 127.

Em 1872 suas ofertas devem-se exclusivamente ao material produzido pelo visconde do Rio Branco sobre a Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida também como a Lei do Ventre Livre, ou Lei Rio Branco.[105] Prática comum que corresponde aos interesses em preservar documentos de um passado recente, em garantir a seleção de tais fontes para fazer parte do acervo que pretende contribuir para a preservação da memória nacional.[106] Em torno da repercussão da referida lei, Luiz de Alvarenga Peixoto ofereceu ao Instituto uma biografia do visconde do Rio Branco que foi publicada em fins de 1871, e sobre a qual, anos mais tarde, o barão se debruçaria para escrever a biografia de seu pai.[107]

O processo para aprovação do projeto de lei foi acompanhado por um intenso debate nas câmaras que reverberam na imprensa. A atuação de Paranhos Júnior em defesa da proposta liderada por seu pai acabou afastando o sócio das atividades do Instituto. Atento à presença do imperador, parece ter sido mais assíduo no momento inicial, informando por ofício quando não podia comparecer às reuniões.[108] Muitas vezes justificava suas ausências devido às atividades da câmara dos deputados. À época, acumulava esta atribuição com a redação do jornal *A Nação*, periódico que dirigiu ao lado do amigo Gusmão Lobo.[109]

Vale lembrar também que Paranhos Júnior ingressou no Instituto quando a guerra contra o Paraguai estava em curso, fator que agitava ainda mais o cenário político. Ele mesmo acompanhou o pai por duas vezes em missões enviadas ao Rio da Prata.[110] Com o tempo, as

---

[105] Gusmão Lobo em correspondência ao amigo atribuía a denominação "Lei Rio Branco" às suas manifestações na imprensa. Em carta de 24 de outubro de [1883 ou 1884] recordava o fato e enaltecia o papel do normativo para solução do elemento servil. AHI L828 M1.

[106] Paranhos Júnior ofereceu a "Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e no Senado, em 1871" e "Discursos do Sr. Conselheiro de Estado e senador do Império José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nas sessões legislativas de 1870 e 1871". *Revista do IHGB,* t. 35 (parte II), 1872, p. 524 e 665.

[107] O barão do Rio Branco escreveu uma das suas Efemérides sobre o poeta Luiz de Alvarenga Peixoto (1835-1876), que atuou como secretário do visconde na missão especial no Rio da Prata e Paraguai iniciada em fevereiro de 1969.

[108] Neste sentido observa Vieira Fazenda "Com assiduidade assistiu Paranhos Junior às sessões do ano de 1868, tendo em algumas delas lido a continuação da referida biografia [*Esboço Biográfico de José de Abreu, o barão do Cerro Largo*]. Em sessão de dezembro de 68 comunicou Paranhos que deixava de comparecer às sessões por ser obrigado a retirar-se temporariamente da cidade por incomodo de saúde." FAZENDA, op. cit., 1912. p. 126.

[109] Folha, reconhecida como porta-voz do gabinete Rio Branco, teve papel importante na defesa das pautas do gabinete Rio Branco (7 de março de 1871 a 25 de junho de 1875). A atuação de Paranhos Júnior na imprensa neste período será objeto do próximo capítulo.

[110] Ainda que não tenha conseguido a designação oficial, como desejava, acompanhou por alguns meses a missão diplomática no Paraguai, chefiada pelo visconde do Rio Branco, que iniciou em fevereiro de 1869, tendo retornado ao Rio de Janeiro para tomar posse do mandato de deputado geral em maio deste ano. Já em outubro

notificações ficaram um pouco mais escassas e as menções ao seu nome ficaram mais restritas às ofertas para o acervo da Casa.

A partida para Liverpool em 1876 reconfigurou a sua participação no Instituto Histórico. Enquanto ainda residia no Rio de Janeiro pode estreitar laços e estabelecer novos contatos, que foram valiosos quando a distância impossibilitou que participasse das sessões do grêmio. Em solo europeu passou a contar com o intermédio de amigos, e ao mesmo tempo se tornou peça-chave na rede de cooperação intelectual graças a possibilidade de acesso que a localização conferia. Papel que não foi inaugurado com ele, na verdade, já havia certa tradição de que os funcionários do Itamaraty estendessem suas atividades pela pesquisa documental.[111]

Se os mandatos pela província do Mato Grosso e as questões da política nacional o afastaram dos estudos de história pátria, a mudança de cenário prometia favorecer os projetos que há algum tempo anunciava. Designado cônsul-geral em Liverpool pode transitar pelas principais instituições de guarda da Europa e estabelecer novas relações, contando, inclusive, com o apoio da colônia de brasileiros radicados do outro lado do Atlântico.

Concluídos os procedimentos de transferência, com a instalação da sua família em Paris[112] e ambientado à rotina do consulado, prosseguiu com seus estudos. A sua correspondência e documentos preservados no seu arquivo pessoal fornecem registros do esforço dedicado à pesquisa neste período.

Paranhos Júnior mandava notícias e compartilhava o andamento dos seus trabalhos com amigos. Em meados de 1879 o barão Homem de Melo recebeu uma das suas cartas acompanhada da *Biografia do general Pedro Labatut*, que o consócio oferecia ao Instituto. Pouco depois o correspondente, envia notícias do Rio de Janeiro comentando que apresentou o texto biográfico no mês de setembro e que sugeriu a publicação na *Revista do IHGB:*[113]

---

de 1870 se afastou das atividades da Câmara para participar oficialmente como secretário da missão especial para negociação do tratado de paz entre os países beligerantes.

[111] Em seu trabalho *Pesquisa Histórica no Brasil*, José Honório Rodrigues destaca as primeiras orientações (planos de investigação) oriundas do IHGB para o desempenho da pesquisa histórica, voltada para coligir, arquivar e publicar as fontes para a futura escrita da História. Dentre os aspectos que definem essas orientações cabe destacar a preocupação com os documentos em instituições estrangeiras, representada pelas missões organizadas desde os anos iniciais. Esta questão estabelece laços entre o IHGB e a Secretaria de Negócios Estrangeiros (depois Ministério das Relações Exteriores) de modo que pode ser observada pela presença de representantes corpo diplomático nos quadros do Instituto. RODRIGUES, J. H. *Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969.

[112] Desde 1872 Paranhos Júnior iniciou relacionamento com Marie Stevens, à época da mudança o casal já tinha dois filhos, Raul e Maria Clotilde. Com a sua designação optou por instalar a família em Paris, onde pouco depois da sua nomeação nasceu o terceiro filho, Paulo.

[113] Carta do barão Homem de Melo a Rio Branco. Rio, 30/09/1879. AHI L829 M4.

> O Sr. Barão Homem de Mello leu a Biografia do general Pedro Labatut, oferecida, por seu intermédio, ao Instituto pelo consócio Sr. Dr. José Maria da Silva Paranhos, sendo a primeira parte escrita pelo D. Diogo Barros Araña, e **a parte relativa ao Brasil escrita pelo mesmo Sr. Dr. Paranhos**.[114]

Ciente da reverência e admiração que Paranhos Júnior nutria pelo imperador, ainda que a sua nomeação para o consulado tenha enfrentado um grande obstáculo na figura do monarca, Homem de Melo não deixa de comentar que, após a leitura da *Biografia do general Labatut,* falou com D. Pedro II: "apresentei ao Imperador a parte da carta de V. Exa. relativa aos aludidos tópicos da guerra do Paraguai, e mostrou-se ele satisfeito do consciencioso e patriótico trabalho, que V. Exa. tomou entre mãos, e tem executado com tanta honra e proveito para o nome brasileiro."[115] O trabalho ao qual Homem de Melo se refere é a edição da *A guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguai (1864-1870)*, de Louis Schneider, que desde 1875 estava a cargo de Paranhos Júnior que complementou a obra com notas e comentários, sendo a tradução de Manoel Thomaz Alves Nogueira.[116]

Na edição das *Efemérides Brasileiras* há referências ao general Pedro Labatut, onde constam informações relativas à sua atuação nas guerras de independência. Em uma das notas históricas Rio Branco assinala que "Foi durante o comando de Labatut que os brasileiros alcançaram as duas primeiras vitórias dessa guerra, em Pirajá (8 de novembro de 1822) e em Itaparica (7 de janeiro de 1823)."[117] Considerando que a *Biografia* oferecida ao Instituto Histórico conta com uma parte redigida à época por Paranhos Júnior, é possível afirmar que o complemento que incorporou ao texto de Diogo Barros Araña está relacionado ao conteúdo das notas históricas.

Esses dados também seriam incorporados ao manuscrito de Francisco A. de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*. No relatório sobre a organização e edição do livro pelo IHGB, a comissão responsável ressalta que a obra publicada contava com a coparticipação do barão do Rio Branco, dada a quantidade de informações inseridas pelo revisor

---

[114] Ata da 10ª Sessão, de 26/09/1879, *Revista do IHGB,* t. 42 (parte II), 1879, p. 256 (grifo nosso). A leitura da *Biografia do general Pedro Labatut* foi realizada em sessão do Instituto, mas não há registro de que tenha sido publicada. Não foi localizada referência anterior sobre esta colaboração de Rio Branco.

[115] Carta do barão Homem de Melo a Paranhos. Rio, 30/09/1879. AHI L829 M4.

[116] A elaboração das notas e a contribuição com a edição da obra de Louis Schneider serão abordados no próximo capítulo.

[117] Além da menção em episódios que participou, o barão redigiu uma nota biográfica publicada entre as efemérides de 24 de setembro, data da morte de Pedro Labatut. (*Obras do Barão do Rio Branco*. v. VI, p. 549 – Efeméride de 24 de setembro de 1849).

"Há capítulos em que os comentários do imortal chanceler brasileiro são mais copiosos que o próprio texto." Na parte do complemento elaborado pelo barão está justamente o conteúdo sobre as guerras da independência na Bahia e "mais particularmente ainda, a certas personagens proeminentes em tais sucessos, como, por exemplo, **Labatut** e Radcliffe."[118]

Através da mencionada da carta de 1879, Paranhos Júnior também enviou um *Compte Rendu* do Congresso de Americanistas de Luxemburgo, realizado em setembro de 1877. Designado para representar o IHGB no evento, aproveitava a missiva para encaminhar o folheto. Entre os temas de interesse histórico discutidos à ocasião figurava "Descoberta e colonização do Brasil" e "Em que época e porque motivo o novo continente recebeu o nome de América?".[119]

A década de 1880 corresponde ao período de aprofundamento das pesquisas, intensificação e ampliação da cooperação intelectual. Momento em que Paranhos Júnior passa a se corresponder com Capistrano de Abreu e Vale Cabral, além de continuar a contar com o auxílio de amigos como Graciano Alves Azambuja. Esforços direcionados para dar forma à prometida e sonhada história militar.

Em 1910, se manifestaria saudoso dessa época "quando eu tinha lazer para os estudos e trabalhos da minha predileção". A recordação refere-se à ocasião que, por intermédio do barão Homem de Melo, pode consultar a correspondência entre o então ministro Afonso Celso, depois visconde de Ouro Preto, e o almirante Inhaúma.[120]

Na tentativa de acompanhar vestígios e encontrar novos documentos, sua correspondência se expandia disseminando inúmeros pedidos. Muitas vezes a contrapartida era justamente atender às solicitações que vinham do Brasil, livros e cópias de originais circulavam como poderosa moeda de troca. A cooperação com Capistrano de Abreu é um interessante exemplo que será analisado mais adiante, ainda neste capítulo.

Em 1885 Paranhos escrevia ao barão do Bom Retiro solicitando a cópia de um documento do Instituto Histórico, com a justificativa de que o material seria necessário para

---

[118] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2019. p. 20 Edição fac-similar – 1938. (grifo nosso)

[119] Sobre a participação do IHGB na 2ª Sessão do Congresso de Americanistas, realizado em Luxemburgo em 1877, ver *Revista do IHGB*, t. 39 (parte II), 1876, p. 425-427.

[120] Discurso no IHGB inauguração de retrato do visconde de Ouro Preto, em 16/05/1910. Obras, v.9 – Discursos, p. 284.

um trabalho histórico que estava preparando, intitulado *Anais da Marinha Brasileira*.[121] Manifestações como esta, se tornavam comuns na sua correspondência. Anúncio que, por sua vez, aumentava as expectativas em torno dos textos que prometia, tornando uma constante a cobrança de amigos que aguardavam pela publicação dos seus trabalhos.

No mesmo ano, o jornal do partido republicano no Rio Grande do Sul, *A Federação,* divulgou a seguinte nota: "O Dr. José Maria da Silva Paranhos, cônsul do Brasil em Liverpool, tem terminada a *História da Marinha Brasileira*, obra que será ilustrada com gravuras e acompanhada de cartas geográficas."[122] Apesar do anúncio não há indícios de que tal obra tenha sido lançada.

Pouco depois, no mesmo periódico o antigo companheiro da Faculdade de Direito, Graciano Alves Azambuja fez publicar, em fevereiro de 1886, uma carta aberta com um pedido de Paranhos Júnior.[123] Para melhor apresentar o solicitante, o amigo comenta sobre a sua colaboração na *História da Guerra da Tríplice Aliança* e lembra da notícia do ano anterior sobre a publicação anunciada da *História da Marinha Brasileira*.

A nota pedia informações sobre pessoas que figuraram em episódios militares no sul. A transcrição da carta de Paranhos Júnior era acompanhada por listagens, contendo a relação de nomes e dos dados que buscava reunir. Informações que eram solicitadas para auxiliar na "predileta ocupação do seu espírito": os trabalhos históricos. Na missiva o autor explica: "Há muitos anos reúno materiais para a nossa História Militar no Sul, e o período da guerra civil é o único sobre o que ainda tenho informações muito incompletas."[124]

Para tanto, Graciano Azambuja faz um apelo para que outros jornais reproduzam a notícia e pede ainda que aqueles que possam colaborar, encaminhem as informações por carta, para que, posteriormente, ele as remeta a Liverpool. Na série "Biografias" do arquivo particular de Rio Branco é possível identificar alguns documentos oriundos desta solicitação.[125] A pasta que corresponde a João da Silva Tavares, barão de Serro Alegre, contém uma cópia da carta de

---

[121] O barão de Tefé ficou encarregado de providenciar a cópia solicitada. *Revista de IHGB,* t. 48 (parte II), 1885, p. 390-391. Não há registros de que tenha publicado algum trabalho com tal título.

[122] *A Federação*. Ano II, nº 273, de 01/12/1885. p. 2.

[123] Sobre pedido de pesquisa de Paranhos *A Federação* Ano III, nº 43, de 22/02/1886. p. 1.

[124] *A Federação* Ano III, nº 43, de 22/02/1886. p. 1.

[125] Constam documentos com dados biográficos de quatro personagens que aparecem na relação publicada no jornal *A federação*, a saber: Coronel Valença (L868 M3); Cipriano José Pires (L868 M1); João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre (L868 M3); e Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí (L866 M1).

seu filho atendendo ao pedido de pesquisa. Exemplos similares, que registram a contribuição que manteve à distância, se multiplicam pelas páginas da *Revista do IHGB* e pela sua correspondência.[126] Elementos cotejados ao longo do presente trabalho.

Paralelo às atividades do Instituto Histórico, Paranhos Júnior intensificou sua busca por informações colhendo relatos de personagens destes episódios, como é possível observar em notas aos seus textos e em documentos mantidos no seu arquivo. Nas pastas que reúnem apontamentos sobre as campanhas da Cisplatina encontram-se referências às notas fornecidas pelo general Osório sobre o combate de Sarandi. Dados encaminhados, inclusive, através da correspondência entre o futuro marquês de Herval e o visconde do Rio Branco, onde o general, respondia quesitos sobre os conflitos.[127] Em uma nota Paranhos Júnior relacionou as fontes que reuniu acerca do episódio de Sarandi:

> Sobre este combate tive informações escritas de Osório (que esteve presente), de Pedro Pinto (que esteve presente), de Porto Alegre que estava em Montevideu e falou com vários oficiais que [lá estavam?], de Caxias que também estava em Montevideu e falou com vários oficiais que [lá estavam?], e manuscritos de Lobo Barreto, [Sena] Pereira, Ofício do P. Rio Grande do Sul.[128]

Cabe lembrar que se trata de um combate importante na história do barão do Cerro Largo, sendo uma derrota das forças imperiais naquele conflito. Nota-se que o material que continuava a reunir para os seus projetos de história militar, pode ser aproveitado na elaboração das efemérides que tratam do combate de 12 de outubro de 1825.[129]

Prática que pode ser relacionada ao método empreendido por Francisco A. de Varnhagen na coleta de informações orais que contribuíram para elaboração da *História da Independência,* conforme exposto no prefácio do livro. Comparação ainda mais contundente ao lembrar que os manuscritos desta obra permaneceram sob os cuidados de Rio Branco até sua morte. Questão a qual ainda dedicaremos algumas linhas acompanhando a história dos originais de Varnhagen.

---

[126] Sobre a contribuição de Rio Branco no período em que esteve na Europa Vieira Fazenda observa "Para prova aí estão no Arquivo do Instituto suas eruditas missivas, pedindo informações, dando notícias de obras e manuscritos encontrados nos arquivos do velho mundo, bem como de antigos mapas com relação do Brasil." FAZENDA, 1912, p. 127.

[127] Carta do marques de Herval (Osório) ao visconde do Rio Branco respondendo ligeiramente aos quesitos que lhe foram feitos. Carta de 27/03/1871, em resposta à carta de 10/02/1871 enviada pelo visconde. AHI L871 M2 (Doc. 7).

[128] AHI L871 M2. (Doc. 14.)

[129] RIO BRANCO, 2012, v. 6 – Efemérides Brasileiras, p. 578-579.

Por vezes, em seus discursos como ministro das Relações Exteriores, lembraria dos apontamentos que reuniu a partir de alguns testemunhos: "Tive a fortuna de conhecer de perto muitos dos nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar **apontamentos preciosos** e provas escritas do seu afeto e da sua estima."[130]

Em uma folha onde anotou "Resumo que fiz" é possível observar a descrição da batalha anotada a cada movimento, onde destaca muitas das referências que utiliza assinalando os diferentes dados que encontrou. Exemplo da forma como reunia e organizava as informações que utilizou em seus textos.[131]

2.3.1. O elemento biográfico em Rio Branco

A predileção por personagens militares, assinalada pelos primeiros esboços biográficos que publicou, é reiterada pelo volume de estudos do gênero reunidos na sua biblioteca. Muitas dessas obras, repletas de marcações e anotações nas margens das páginas, carregam os registros de leitura do seu titular, que se divertia fazendo pequenos desenhos ou caricaturas. Esta prática, que já ilustrava os livros da época de estudante do Colégio Pedro II, continuou preenchendo suas horas de leitura com um pouco de humor.

A CBRB soma mais de cem títulos dedicados a história de vida de personagens, majoritariamente militares, onde também figuram representantes de famílias reais e personalidades políticas. Publicações, de características diversas, editadas em diferentes idiomas, variam entre biografias, escritos autobiográficos, galerias de homens ilustres, além de dicionários biográficos.

O livro de João da Cunha Neves e Carvalho Portugal, *Galeria Pitoresca da Historia Portugueza,* é um dos exemplares que acompanhou o jovem estudante.[132] Obra representativa

---

[130] Discurso em almoço oferecido ao Barão do Rio Branco no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, em 9/10/1909. RIO BRANCO, 2012, v.9 – Discursos, p.267.

[131] AHI L871 M2 (Doc. 45).

[132] O exemplar da CBRB preserva a assinatura do jovem Paranhos Júnior datada de 16 de agosto de 1861. PORTUGAL, João da Cunha Neves e Carvalho. *Galeria Pitoresca da História Portugueza. Victorias, conquistas, façanhas e factos memoraveis da historia de Portugal e do Brasil.* Obra destinada á instrucção da mocidade portugueza e braziliense. Representando os acontecimentos mais celebres da historia dos dous paízes. Pariz: J.-P. Aillaud, 1842

dos esforços em organizar memórias entre o Brasil, recém independente, e Portugal, na busca por manter laços afetivos através de um passado compartilhado.[133] Publicações do mesmo gênero como a conhecida *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* de Sébastien Auguste Sisson, e a *Galeria de Celebridades Argentinas: Biografias de los personages mas notables del Rio de la Plata*, constam nas notas de rodapé de seus textos.

Entre os exemplares da sua biblioteca há uma incidência expressiva de títulos que reúnem notícias biográficas. Obras de referência que acompanhavam seus estudos, as quais complementava e atualizava com as informações que conseguia coligir. Os dicionários biográficos de Sacramento Blake e Inocêncio contam com algumas dessas ratificações. Destaca-se ainda o livro de Tito Franco de Almeida sobre o conselheiro Francisco José Furtado, onde o barão transcreveu as notas que D. Pedro II havia escrito em outro exemplar.[134]

As biografias presentes na *Revista do IHGB* também figuram entre as leituras e referências utilizadas por Rio Branco. A seção dedicada à "biografia de varões ilustres" é acompanhada por marcações em diversos números.[135] Vale ressaltar que a seleção de personagens "distintos por letras, armas e virtudes", conforme impressa nas páginas da *Revista,* refletia o projeto do Instituto e, em muitos casos, mantinha seu olhar em um passado distante capaz de apaziguar as contestações recentes, diluindo indícios de ruptura e reforçando a continuidade e evitando possíveis constrangimentos com personagens ainda atuantes.[136] O que reafirmava a proposta de uma identidade articulada por uma *retórica da nacionalidade*,[137] onde a biografia é utilizada como recurso para elaboração de um passado comum que engloba personagens brasileiros e portugueses.

---

[133] Reflexão presente no artigo Retrato, Biografia e Conhecimento Histórico no Brasil oitocentista. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.17, p. 50-64, jul./dez. 2017. de Paulo Roberto de Jesus Menezes, em que trabalha aspectos do livro *Galeria Pitoresca da História Portugueza*.

[134] Tito Franco de Almeida. *O conselheiro Francisco José Furtado. Biografia e estudo de história política contemporânea.* RJ, 1867. Cf. FISCHER, [1945], v. 1, p. 177.

[135] Alguns exemplos destacados por Jango Fischer: biografia de Hypolito José da Costa Pereira; biografia de Frei Francisco de Santa Teresa; biografia do tenente-general José Fernandes dos Santos Pereira; e Esboço biográfico de José Bonifácio.

[136] Na análise dos volumes publicados entre 1839-1889 Lucia Maria Paschoal Guimarães observa "Cerca de 55% desses vultos viveram no passado remoto." GUIMARÃES, 1995, p.522

[137] O termo formulado por Temístocles Cezar em seu trabalho de doutorado, é articulado em artigo posterior da seguinte forma: "discurso historiográfico e político extremamente persuasivo desenvolvido ao longo do século XIX, tanto no IHGB como fora dele, tanto na história como na literatura." CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil XIX. *Métis: história & cultura*, v.2, n.3 jan.-jun. 2003, p.75.

As modulações do biográfico que caracterizam o *panteon* de homens ilustres erigido no Oitocentos podem ser observadas nos textos dedicados a Luís Barroso Pereira e José de Abreu, tanto o "sentido encomiástico e memorialístico explícito" quanto a pretensão declarada de fornecer "acesso à apreensão e representação dos quadros gerais do passado" estão presentes na escrita de Paranhos de Júnior ao mobilizar a escrita biográfica.[138]

Por certo, as biografias se configuram como uma das frequentes formas de leitura sobre o passado que informam o barão do Rio Branco. Personagens que ele acompanhou tanto nos textos biográficos quanto pelos documentos que coligiu em suas pesquisas de história militar. No artigo dedicado a Luís Barroso Pereira recorre, pela primeira vez, ao elemento biográfico. Recurso que aparece mais desenvolvido no *Esboço biográfico de José de Abreu*, publicado, justamente, na *Revista do IHGB*. Já nas primeiras linhas fica evidente o perfil que Paranhos Júnior pretende ressaltar do seu personagem.

Através de uma narração cronológica, que parte do nascimento e segue diretamente para a carreira militar, reitera a preferência manifestada no artigo de 1862 sobre o capitão-de-fragata.[139] Novamente seu eleito é caracterizado por ter dedicado sua vida à pátria. A atuação em campo de batalha delimita a história a ser contada e define os contornos do general José de Abreu, o barão do Cerro Largo.

No início do texto cita a biografia do marquês de Baependi, escrita por Justiniano José da Rocha,[140] selecionado um trecho em que o autor acusava o povo brasileiro de ingrato e esquecedor dos seus heróis. Paranhos Júnior utiliza a citação para reverenciar o autor e se valer do mesmo argumento, lamentando que muito do passado esteja fadado ao esquecimento diante da falta de interesse dos brasileiros pela sua própria história.

> Com efeito, é uma triste realidade! Nem o passado, nem o futuro do país atraem entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado – desse passado ainda tão recente, mas tão fértil em **grandes exemplos e lições proveitosas** –, só há

[138] Em trabalho que discute as relações entre a escrita biográfica e a historiografia, Maria da Glória de Oliveira defende que essas aproximações não se estabelecem de uma única forma, mas são permeadas por essas modulações. OLIVEIRA, M. da G., 2015.

[139] Paranhos Júnior enumera os tópicos de cada um dos capítulos, de modo a anunciar o conteúdo apresentado sobre o biografado.

[140] Justiniano José da Rocha (1812-162) político, alinhado ao Partido Conservador, destacou-se pela atuação na imprensa. Os jornais *O Brasil* e *O Regenerador* constam entre os diversos periódicos onde colaborou. A admiração de Paranhos Júnior pelo autor está registrada nas suas anotações. Na parte literária do Livro do Centenário, Paranhos Júnior incluiu o nome de Justiniano José da Rocha ao lado nome do seu pai e de Gusmão Lobo na parte em que Silvio Romero cita os nomes daqueles que melhor manejaram a língua escrita no Brasil. FISCHER, [1945], v.1, p. 178.

> esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos.[141]

Ao mesmo tempo em que endossa a crítica feita por Justiniano José da Rocha, salienta a relevância dos escritos biográficos, transpostos como histórias de vidas exemplares. É o duplo exercício de fazer justiça a esses personagens, não deixar que fiquem condenados ao esquecimento, e reverenciar os "grandes exemplos", com os quais todos deveriam aprender "lições proveitosas" oferecidas pelas suas biografias. Nesse sentido, um caso emblemático na produção de Rio Branco é o esboço biográfico que escreveu de José de Abreu, o barão do Cerro Largo.

A ausência de informações anteriores ao ingresso de José de Abreu na carreira militar é justificada pelo autor "Sobre os primeiros anos de sua vida muito pouco nos foi possível saber. Descendia de uma família de açoristas, que se estabelecera no Povo Novo, lugarejo situado entre Rio Grande e Pelotas, onde viu ele a luz do dia no último trintênio do século passado."[142] Ainda assim, registra em nota os pormenores do que conseguiu apurar, chegando a transcrever trechos de cartas que atendiam aos seus pedidos de pesquisa. O conteúdo da nota de rodapé, impressa no texto, demonstra a forma como solicitava e confirmava dados. Neste caso, Antônio de Azambuja Cidade (Porto Alegre) auxiliou suas pesquisas repassando informações sobre José de Abreu. A transcrição das notas busca conferir credibilidade ao fornecer as fontes e exemplificam seu método de trabalho.[143]

O cuidado em referenciar dados de pesquisa, presente também nos dois textos anteriores, fica ainda mais evidente no *Esboço biográfico*. A ausência de informações sobre as fontes utilizadas é um aspecto que por vezes critica em outros escritores, como sinaliza em anotações a Francisco de A. Varnhagen. Apreciação que não era exclusividade sua nem uma novidade, mas opinião que compartilhava, inclusive, com Capistrano de Abreu, como escreveria anos mais tarde na sua correspondência.[144] Ainda assim, não deixa de cometer alguns deslizes, deixando algumas referências incompletas ou indiretas.[145]

---

[141] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 55-56 (grifo nosso).

[142] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 56.

[143] Cabe observar que a nota com as informações sobre origens de José de Abreu foi incluída apenas na edição de 1945. Esta anotação consta no exemplar da CBRB e é citada no manuscrito de Jango Fischer. Ou seja, foi atribuída posteriormente, em suas frequentes revisões.

[144] Caso emblemático e sobre o qual conversam por cartas é a *História do Brasil* do Frei Salvador.

[145] Destaca-se a nota ao trecho sobre a batalha de Áquila e a marcha de Bento Manuel em direção à Montevidéu: "A narração desses fatos é feita à vista de documentos oficiais (tanto do nosso lado quanto do contrário), à vista

Apresentados dados gerais sobre o início da carreira militar de José de Abreu,[146] Paranhos Júnior se preocupa em informar o contexto dos conflitos da região onde o biografado atuou, a fim de acompanhar seus "dias de glória", para depois lamentar o que considera "dias de infortúnio". O cenário corresponde à situação da Banda Oriental em 1816, onde destaca a figura de José Artigas pela sua ambição descomunal e pela crueldade.[147]

A leitura de Paranhos Júnior sobre os conflitos da região estava em consonância com a interpretação predominante que ressoava no IHGB. Alinhada com o aspecto da identidade brasileira derivado da sua definição pela relação com o "outro", onde a experiência das colônias espanholas era posta em oposição ao caso brasileiro, predominava a crítica às experiências republicanas, usualmente associadas aos conflitos pelo poder, fazendo alusão a um permanente estado de anarquia. No entender do autor:

> A anarquia, que reinava então nesses países, a ninguém devia assombrar, pois era a consequência da transição violenta porque passaram, trocando repentinamente as instituições monárquicas e o regime colonial por um governo puramente democrático.[148]

Cabe observar que a descrição do contexto é utilizada para justificar a atuação de D. João VI. Paranhos Júnior tenta explicar, assim, os "planos de conquista" que impulsionaram a atuação das tropas na região. Neste sentido, deve-se acompanhar a articulação da figura de Nicolás Herrera e o conteúdo apresentado em notas, onde Paranhos cita Edgar Quinet, defendendo ser válida a análise sobre o caso italiano para se apreciar a história dos países da região do Prata. O trecho destacado fala do papel do emigrado "Sempre pronto a trair esta pátria, que não pôde governar, ele atrai o inimigo, o pressiona, conduz a invasão."[149] Para reforçar a importância de Nicolás Herrera, mobilizado pela perspectiva do emigrado, tal como é retratado

---

de informações que obtivemos e de outro trabalho parcial que examinamos". RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, nota 54 p. 93.

[146] Ainda jovem se alistou para o regimento de dragões (posteriormente denominado quinta cavalaria), onde permaneceu até alcançar o posto de capitão. Foi a serviço deste regimento que atuou na campanha de 1801 e nas de 1811 e de 1812. Em 1814 foi nomeado comandante dos esquadrões de milícias de Entre Rios, sendo ao mesmo tempo conferida a patente de tenente-coronel e o comando do distrito de Entre Rios, "que compreendia a linha de fronteiras do Quaraí até Santana do Livramento". p.58 É a partir de 1816 que Paranhos considera mais interessante os fatos da vida de José de Abreu, de modo a acompanhar a sua atuação entre "dias de glória e de infortúnio".

[147] Inclui dois registros estrangeiros, as referências de Rondeau e de Nicolas Vedia (Nota 12), a fim de demonstrar isenção aos adjetivos que atribui à Artigas.

[148] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 60.

[149] Ibid., nota 14 p. 60.

no trecho de Edgar Quinet, Paranhos indica ainda as memórias do oficial da marinha, o almirante Jacinto Roque de Sena Pereira.[150]

Desta forma a intervenção e ocupação da Banda Oriental é justificada pela insegurança das fronteiras - causada pela anarquia vizinha, e pelas queixas do Rio Grande, de modo que, era imperativo uma atuação, a fim de defender os interesses da Coroa. Decisão que, aliás, só foi tomada depois que o governo de Madri não atendeu às reclamações de D. João VI.

> Os seus manejos, as apreensões e receios que a influência de Artigas despertava no ânimo do gabinete de São Cristóvão pela segurança e pela tranquilidade das fronteiras meridianas do Brasil; as queixas constantes e repetidas dos habitantes do Rio Grande, que pediam garantias para suas vidas e para suas propriedades; tudo isso decidiu a intervenção de 1816 e a ocupação militar da Banda Oriental e a elas deu causa, que só teve lugar depois de desatendidas pelo governo de Madri as justas reclamações de dom João VI.[151]

No esboço biográfico do barão do Cerro Largo o autor também menciona o deslocamento de forças, que haviam lutado na guerra peninsular, para o território da colônia portuguesa. O mesmo contingente citado no texto de Luís Barroso Pereira, corresponde à divisão comandada por Carlos Frederico Lecór, futuro visconde da Laguna, que chegou ao Rio de Janeiro e logo partiu para Santa Catarina, de onde marchou em direção ao Rio Grande.

Atentos aos movimentos na área de fronteira, o marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva Caminha Meneses, já havia sido orientado para defender a região caso houvesse qualquer avanço dos povos vizinhos. Ao passo que seguiam as orientações para defesa da região, já havia mobilização das forças sob as ordens de Artigas para avançar. José de Abreu, que estava à frente do distrito militar de Entre Rios "soube sempre repelir os destacamentos inimigos, derrotando-os e arrojando-os para longe da fronteira."[152] Sobre sua atuação nestes episódios cita as *Memórias* de Diogo Arouche de Morais Lara publicadas na *Revista do IHGB.*[153]

Paranhos estrutura partes do texto, demarcando a vida de José de Abreu pelas batalhas que participou. Na descrição da Batalha de Catalán (04/01/1817) o autor ressalta a atuação do tenente-coronel, considerada decisiva para o triunfo das forças brasileiras na região de fronteira

---

[150] Jacinto Roque de Sena Pereira ofereceu suas memórias ao IHGB em fevereiro de 1850. Cf. *Revista do IHGB*, t. 15, 1852, p. 578.

[151] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 60.

[152] Ibid., p. 62.

[153] *Revista do IHGB*, t. 7, 1845, p.125-177. Na CBRB consta um exemplar extraído da *Revista do IHGB* com as anotações de Rio Branco. Cf. FISCHER, [1945], v.1, p. 153.

próximo ao Rio Pardo e à Missões. Feitos que justificam as promoções e honrarias arroladas ao encerrar mais um capítulo da história de seu personagem.[154]

Da mesma forma a vitória sobre Artigas, representada pelos embates em janeiro de 1820 em Taquarembó, é coroada pelo reconhecimento da sua atuação na campanha ao ser agraciada com o título de Marechal de Campo. Dias depois da batalha de Taquarembó a Banda Oriental foi incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, passando a ser denominada Província Cisplatina.

> O grito de independência soltado no Ipiranga pelo ínclito fundador do Império foi achá-lo naquela posição. Dotado de sentimentos patrióticos e cheios de amor pelo seu país natal, Abreu saudou com entusiasmo a aurora da liberdade que despontava e aplaudiu a nova ordem de coisas estabelecida pelo primeiro imperador.[155]

Nota-se que o tema da independência também está presente no texto dedicado a Luís Barroso Pereira, na menção ao "grito mágico" do sete de setembro e no anúncio da "aurora da liberdade" no horizonte de 1822. O capitão de fragata atuou nas guerras da independência na Bahia e perseguiu os portugueses expulsos até o Tejo. José de Abreu, que desde a guerra contra Artigas estava posicionado nas fronteiras do Rio Grande, avançou em direção à Montevidéu, participando dos embates contra portugueses que tentavam garantir o domínio da região.[156]

A efeméride associa os personagens à história nacional, e é marcada pelo "sentimento patriótico" e pela participação de ambos nos conflitos relacionados à incorporação da Cisplatina. No entender do autor, escrever sobre suas atuações militares representa o reconhecimento de ato heroico daqueles que morreram defendendo o território ainda em disputa pelas novas nações americanas.

Em meio a narrativa, Paranhos Júnior não deixa de reverenciar a figura de D. Pedro I ao afirmar que o imperador "personificava a ideia de liberdade e da independência do Brasil."[157] Confere os créditos pela garantia da integridade e pela promulgação da constituição àquele que considera o "excelso fundador do império."[158]

---

[154] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 72-73.

[155] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 81.

[156] A disputa foi decidida por um confronto naval. A questão ficou decidida antes sem que José de Abreu atuasse diretamente nos conflitos.

[157] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 81.

[158] Ibid., nota 43 p. 87.

Apesar de não concordar com os conflitos pela Cisplatina, Paranhos Júnior se esforça para justificar a posição do governo imperial de manter a região sob seu domínio: "Essa fatal resolução arrastou-nos a uma guerra impopular, que, após duros e imensos sacrifícios, terminou pelo famoso Tratado Preliminar de Paz de 28 de agosto de 1828, preparado e urdido pelos manejos, seduções e ameaças do lorde Ponsomby"[159]

Paranhos Júnior chega a se referir àqueles que se opunham à incorporação da Cisplatina, como homens importantes e bem inspirados. O fracasso em tentar conciliar interesses acabou levando à "guerra impopular" travada pela "nova ordem", recém instituída e ainda cheia de fragilidades, que ficaram ainda mais evidentes.

Os dois personagens são mortos em batalha, justamente em meio a episódios que circundam um dos temas centrais da formação do país: a constituição do seu território. Tanto Luís Barroso Pereira, quanto José de Abreu foram mortos em ação na guerra da Cisplatina, sendo o barão do Cerro Largo vítima da polêmica batalha de Ituzaingó. Episódio ao qual Paranhos Júnior ainda iria dedicar esforços de pesquisa, chegando a produzir notas históricas.[160]

Entre episódios da guerra descritos ao longo do texto destacam-se as batalhas travadas em Rincón de Haede (23-24 de setembro) e Sarandi (12 de outubro) em 1825, duas derrotas das tropas brasileiras consideradas decisivas para o rumo do conflito. José de Abreu não participou diretamente dos combates, a pertinência do relato é justificada tanto para compreensão do contexto, quanto para a apreciação dos motivos do mau êxito da campanha. Certa "desinteligência mesquinha" entre oficiais é apontada entre as principais causas do insucesso brasileiro:

> Esses dois reveses foram, como se vê, exclusivamente devidos ao procedimento de Jardim, de Mena Barreto e de Bento Manuel. Sem a mesquinha rivalidade daqueles e com a imprudente ambição deste, não teria a causa da revolução alcançada tais vantagens, que, insignificantes como feitos militares, puseram, entretanto, o inimigo de posse de toda a campanha oriental, fortaleceram o espírito de resistência e permitiram ao governo de Buenos Aires decidir intervir francamente na luta.[161]

Paranhos Júnior descreve e explica os movimentos das tropas nas duas batalhas a fim de demonstrar que José de Abreu não poderia ter sido responsabilizado pelos seus resultados.[162]

---

[159] Ibid., p. 86.

[160] A batalha de Ituzaingó ou do Passo do Rosário de 20/02/1827 será abordada de forma mais detida no quarto capítulo.

[161] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 96.

[162] O contingente sob seu comando estava desfalcado da força de 900 homens que haviam sido direcionados a Bento Manoel Ribeiro, tendo se tornado presa fácil na posição em que estava, o que acarretou a perda de

Questão que se dá logo após ter sido agraciado com o título de barão do Cerro Largo, concedido por decreto de 12 de outubro de 1825, curiosamente, mesma data da batalha de Sarandi, derrota que contribuiu para sua exoneração dias depois.

Ao tratar dos fatores que levaram à dispensa do barão do Cerro Largo, Paranhos Júnior reitera sua posição sobre as disputas pela Cisplatina, considera o ato "um dos muitos erros que o governo imperial cometeu durante o decurso dessa guerra, tão mal encaminhada e dirigida."[163] O relato busca demonstrar que José de Abreu foi vítima das disputas políticas da Corte, sendo responsabilizado de forma equivocada pelos desdobramentos em Sarandi e Rincón de Haedo. Ao comentar a manifestação do barão do Cerro Largo ao se retirar do cargo, o autor reconhece virtudes do seu herói que teria demonstrado humildade e profundo amor à pátria.[164]

Atento às disputas pelo passado, Paranhos Júnior chama atenção tanto para a crítica necessária às fontes, quanto para as apropriações sobre os episódios da guerra. Ao descrever os movimentos em dezembro de 1825 destaca a batalha de Conventos (07/12/1825) e menciona um episódio no pequeno forte de Santa Teresa, ocorrido no dia 31 daquele mês. Narra o fato sem conferir grande importância, apenas registra que o forte foi surpreendido pelo inimigo que teria levado dali "algum armamento e vários prisioneiros". Sem detalhar o quantitativo atribui uma nota ao trecho "Este sucesso, cuja insignificância é manifesta, passa, todavia no Estado Oriental por uma *brilhante e assinalada vitória*. Mais de uma vez, temos visto apontado o combate de Santa Teresa (nem combate houve!) como um padrão de glória das armas orientais."[165]

Para o autor os episódios que se acumulavam desde a exoneração de José de Abreu contribuíram de modo decisivo para o desfecho da guerra. Acusa o substituto do barão do Cerro Largo de acumular, falta de competência e desinteligência com outros oficiais, o que teria agravado problemas do contingente e exposto a fronteira ao avanço inimigo "Tais foram as

importante força de cavalaria. Movimento associado às derrotas, mas que sobremaneira explicam todo quadro, nem podem culpar José de Abreu. O desfecho desses movimentos foi a retirada do território da Banda Oriental.

[163] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 102.

[164] No arquivo particular de Rio Branco encontram-se anotações sobre as batalhas identificadas pela seguinte nota do barão “Apontamentos que tomei em 1861”. Sobre o combate Rincón de Haedo. AHI L871 M2.

[165] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, n. 68 p. 103.

consequências da demissão de Abreu. Tal o estado da província e do exército depois que ele deixou o comando das armas."[166]

José de Abreu está representado na condição de vítima por um ato de grande injustiça e que acarretou nos prejuízos que arrastaram o Império em desvantagem na guerra. Para Paranhos Júnior contar a sua história é fazer justiça ao personagem que, mesmo depois de responsabilizado pelos episódios de 1825, ainda assim, se ofereceu à pátria como soldado, o que segundo o autor, demonstra humildade e admirado patriotismo, virtudes que considera dignas de quem além de ser lembrado, merece ser reverenciado.[167]

Em extensa nota que ocupa mais da metade de uma página, Paranhos Júnior enumera episódios para ilustrar as "vitórias das armas imperiais" em 1826. Em meio ao seu relato cita a atuação de James Norton e a emboscada que resultou na morte de Luís Barroso Pereira, em 28 de abril daquele ano. Compartilhando o contexto histórico, os três biografados se encontram na mesma página.[168] Diante do prolongamento do conflito e a amargada impopularidade, D. Pedro I visitou o Rio Grande do Sul no final de 1826. Ocasião aproveitada pelo barão do Cerro Largo que, tendo sido exonerado no ano anterior, se apresentou como voluntário para retornar aos campos de batalha.

Na parte final do texto, Paranhos Júnior se ocupa da descrição de elementos que compõem o cenário da batalha de Ituzaingó, embora não desenvolva sobre o assunto.[169] Reúne e confronta dados de modo a explicar e justificar o desfecho do embate, onde o barão do Cerro Largo foi morto. Mais uma vez, atento aos números apontados pelos envolvidos no conflito, corrige informações divulgadas, fundamentado em documentos analisados por Ladislau Santos Titara, Machado de Oliveira e Antônio Deodoro de Pascual.[170]

---

[166] Francisco de Paula Massena Rosado foi designado para substituir José de Abreu. Cf. RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p.105.

[167] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 107.

[168] Vale observar que o texto biográfico sobre James Norton seria publicado anos mais tarde, no *Jornal do Commercio* de 12/10/1911. RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p.104.

[169] Questão a qual iria se dedicar anos mais tarde. Entre os anos de 1873 e 1874, o jornal *A Nação,* sob a direção de Paranhos Júnior e Gusmão Lobo, publicou artigos que ilustram as polêmicas em torno da batalha de Ituzaingó. Textos que serão analisados junto aos demais conteúdos sobre a referida batalha.

[170] TITARA, Ladislau Santos. *Memórias do Grande Exercito Aliado Libertador do Sul da América, na guerra de 1851 a 1852, contra os tiranos do Prata*. Rio Grande do Sul: Typ. Berlink, 1852; OLIVEIRA, J. J. Machado. Recordações históricas que se prendem especialmente a campanha de 1827... *Revista do IHGB*, t. 23, 1860, p. 497-584; PASCUAL, Antônio Deodoro de. *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay desde el año 1810 hasta el de 1852.*Paris: Th. Ducessois, 1864. 2v.

Em meio a erros táticos e desentendimentos pessoais, os 560 voluntários liderados pelo barão do Cerro Largo viram-se obrigados a recuar diante do avanço de 3.100 homens sob o comando de Juan Antonio Lavalleja, O movimento acabou causando confusão e os voluntários, confundidos com os inimigos ficaram sob alvo da segunda divisão brasileira.

Sequência infeliz em que parece ter culminado com a retirada precipitada do corpo de voluntários que ele comandava "Os voluntários de Abreu debandaram, levando no atropelo o 5º de cavalaria de linha e correndo, como rolo compressor, em direção da infantaria. Inúteis os esforços de pessoais de Abreu no sentido de impor ordem à mole em retirada." Situação que levou a decisão de Calado de abrir fogo contra a confusão de dispersos, fuzilando brasileiros e orientais, José de Abreu estava entre os mortos desse movimento[171] "Assim terminou a carreira gloriosa desse distinto veterano."[172]

Apesar de, neste momento, não estender a análise sobre a controversa batalha de Ituzaingó, Paranhos Júnior anuncia que "Talvez o façamos mais tarde, se, como desejamos, pudermos escrever a história dessa **guerra desgraçada**, cuja direção foi uma série não interrompida de desacertos fatais."[173] Inclinado a se dedicar à escrita da história, continuava a anunciar projetos futuros. Enquanto nos *Episódios* advertia que não estava fazendo história, encerra a "biografia de um brasileiro ilustre" assinalando seu objetivo futuro.

Pelas notas de rodapé dos dois textos biográficos é possível conhecer as referências e acompanhar a forma como Paranhos Júnior confronta as informações destes autores e das fontes utilizadas. Ele não se furta em registrar cada inexatidão que encontra. Sobre o livro *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay,* de Antônio Deodoro de Pascual, amplamente utilizado no *Esboço biográfico*, assinala várias correções, muitas dessas notas estão registradas no exemplar preservado na sua biblioteca particular.

A nota onde contesta os dados apresentados pelo autor sobre o contingente das forças imperiais na batalha de Ituzaingó está presente quase nas mesmas palavras no seu exemplar, junto a marcação "Inexato". Além de apontar o erro observa "Copiado de Armitage, que guiou-

---

[171] Sobre esta batalha, Pandiá Calógeras observa no livro *Formação histórica do Brasil* "A análise militar da campanha prova que foi (Barbacena) irresponsável como organizador e estrategista. A batalha do Passo do Rosário, ou Ituzaingó, como lhe chamam autores platinos, revelou que não era um tático. Quando se deu o encontro dos adversários, a 20 de fevereiro de 1827, foi vencido Barbacena, em consequência de seus conhecimentos insuficientes da tropa e seu contato por demais distante com ela. De fato, não comandou o combate e não tirou da força o máximo que ela podia dar, atenta à coragem dos oficiais e soldados." CALÓGERAS, Pandiá. Apud. DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*, p. 380-381.

[172] RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 117

[173] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 116 (grifo nosso).

se por informações argentinas.” Autor sobre o qual assinala "tão inexato quando refere fatos desta guerra", o que Paranhos Júnior atribuiu ao fato de pautar sua análise apenas em documentos do inimigo, sugerindo, assim, que seu trabalho apresente uma versão parcial dos fatos.[174]

Aparecem ainda correções às *Memórias do Grande Exercito Alliado Libertador do Sul da América, na guerra de 1851 a 1852, contra os tiranos do Prata,* de Landislau dos Santos Titara, que se torna uma das suas principais referências ao tratar da batalha de Ituzaingó.[175] Outra publicação que reúne fontes amplamente utilizadas por Paranhos Júnior, e não apenas no *Esboço biográfico*, é a *Colección de memorias y documentos para la historia y la jeografía de los pueblos del Río de la Plata*, de Andres Llamas, publicada em 1849.[176]

Entre as referências citadas pelo autor predominam memórias e biografias, sendo alguns destes oferecidos e publicados na *Revista do IHGB*. É o caso das *Memórias e reflexões sobre o rio da Prata*, de Jacinto Roque de Sena Pereira, oferecido pelo próprio ao IHGB em fevereiro de 1850, da *Memória do senhor Machado de Oliveira sobre a campanha de 1827*, da *Memória da campanha de 1816*, de Diogo Arouche de Morais Lara, e da *Biografia do marechal de exército Bento Manuel Ribeiro*.

Além de estar atento aos autores estrangeiros, preocupado com as disputadas pelo passado travadas nas narrativas de diferentes lados beligerantes, também acompanhava com cautela documentos, crônicas e demais registros e contribuições brasileiras:

> Os escritores nacionais, que se ocupam da invasão de 1819, e dos sucessos que precederam a famosa batalha de Taquarembó, guiaram-se todos pela descrição que o *Correio Braziliense* publicou em Londres, descrição incompleta e inexata, que não esclarece convenientemente os fatos e que os adultera por vezes.[177]

---

[174] Tais apontamentos encontram-se transcritos em FISCHER, [1945], v.1.

[175] A obra é uma das perdas da biblioteca do barão apontada por Jango Fischer “É de lamentar que muitas de suas anotações tenham sido mutiladas na encadernação ou estragadas pelos vermes, que continuarão a sua obra de destruição. Mais lamentável, porém, é a perda de certos livros, assaz anotados, que tiveram destino vario, como por exemplo, *Los papeles del Paraguay* e a obra de Titara.” FISCHER, [1945]A, p. 34. Em discurso proferido em homenagem ao barão, no ano de 1913, Assis Brasil indica o possível destino do livro “Entre as relíquias que guardarei sempre da generosa amizade, com que tanto me honrou, tenho um exemplar da obra de Titara sobre os nossos conflitos do Sul; quase cada página desse livro único está literalmente coberta de notas, comentários, chamadas, entrelinhas, sublinhas, esboços de mapas, figurinos históricos de soldado, caricaturas, garatujas, tudo obra da sua mão, enquanto estudante de S. Paulo.” *Revista Americana*, Ano IV, fev. nº 2, 1913. p. 243.

[176] O exemplar preservado na CBRB está repleto de anotações inclusive em algumas folhas coladas ao livro. Jango Fischer transcreve algumas dessas notas, destacando aquelas que contestam dados apresentados pelos documentos reunidos na publicação de Andres Llamas. FISCHER, [1945], v.1, p. 243-244.

[177] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 76.

Luís Manoel de Lima e Silva figura entre os personagens, que participaram dos episódios da guerra da Cisplatina, aos quais Paranhos Júnior recorreu para confirmar ou complementar informações. Lima e Silva esteve presente na batalha de Ituzaingó, é citado no *Esboço Biográfico* por ter lhe fornecido alguns esclarecimentos. Com base no depoimento, o autor refuta a ideia de que Alvear estaria em marcha retirando-se diante do avanço das tropas brasileiras. Considerando que conhecia em detalhes o terreno onde se travou a batalha, Paranhos defende que o general Alvear atraiu as tropas brasileiras para o local, onde as condições para o combate estariam a seu favor.[178] Movimento crucial na análise sobre a derradeira batalha.

A minúcia na correção de dados fica evidente no volume das notas de rodapé. Apontamentos possibilitados pelo aparecimento de novas fontes que vinham sendo sistematicamente coligidas para fundamentar seus estudos. Sem cerimônia corrige Francisco A. de Varnhagen e Pereira da Silva em algumas passagens, como ao tratar do combate de Ibirapuitã-Chico, que ambos consideravam, ter acontecido no Passo do Rosário.[179]

O elemento biográfico permanece presente nos seus estudos e pesquisas, transposto em notícias biográficas. Anos mais tarde, daria forma a um artigo que retoma o palco das batalhas da Cisplatina, pela figura do almirante James Norton, britânico que aceitou o convite para ingressar na marinha imperial brasileira.

Artigo de autoria do barão do Rio Branco, foi publicado no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1911, sob o pseudônimo Bernardo Faria, recurso que parece ter sido utilizado, inclusive, para facilitar a auto referência, a qual recorre e a partir da qual estrutura o texto. O nome escolhido é uma referência direta ao tio materno que muito contribuiu com a educação de Juca Paranhos "incutindo-lhe desde cedo o gosto pelos clássicos e pela história."[180] À medida em que o visconde alcançava maior projeção no cenário político, mais difícil se tornava a tarefa de acompanhar a instrução dos seus filhos. Ponde contar, então, com a valiosa ajuda de Bernardo de Figueiredo de Faria. Essa relação marcou o sobrinho que se referia a memória do

---

[178] Cópia dos manuscritos de Lima e Silva. AHI L871 M2. Esta documentação também foi utilizada na elaboração da *Efeméride* de 20 de fevereiro de 1827 sobre a Batalha de Ituzaingó. RIO BRANCO, 2012, v. 6 – Efemérides Brasileiras, p. 166.

[179] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, nota 34, p. 77. Sobre o combate ver DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: Ibrasa, 1987. p.309 - "14.02.1819 - IBIRAPUITÃ-CHICO. RS. Guerra com Artigas. Episódio da terceira invasão do RS. Enfrentando 2.500 uruguaios ao mando de Andrés La Torre, o gen. José de Abreu defende-se com 404 cavalarianos. Perdendo 80 deles, retira-se para o Passo do Rosário buscando junção com o gen. Bento Correia da Câmara."

[180] VIANA FILHO, 1959, p. 18.

tio com profunda afeição. O pseudônimo era justa homenagem àquele que teve papel equivalente ao do visconde na juventude de Paranhos Júnior.[181]

Em uma parte introdutória, fala de si em terceira pessoa, apresenta as fontes consultadas anunciando que o conteúdo oferecido aos leitores deriva majoritariamente dos documentos reunidos pelo barão do Rio Branco "que no seu arquivo particular, em Petrópolis, possui como é sabido, preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888."[182]

Desse modo, sem ter concluído a obra que por tanto tempo anunciou, principalmente na década de 1880, promovia o acervo que havia reunido, ressaltando os nomes daqueles que colaboraram com seus estudos fornecendo detalhes e esclarecimentos sobre episódios da história militar, conforme mencionado anteriormente:

> Ali encontramos tudo de que carecíamos: informações minuciosas sobre a vida e os feitos desse e de muitos outros militares, desde os tempos coloniais até ao fim da Guerra do Paraguai; notas e documentos sobre todas as nossas campanhas terrestres e navais; cartas e apontamentos que lhe foram dados por Caxias, Osório, Porto Alegre, Inhaúma, Tamandaré, Barroso, Mena Barreto (José Luís), Emílio Mallet, Leverger, Subrá, Romano Stepple, Saldanha da Gama, Pinheiro Guimarães, Lima e Silva (Luís Manuel) e muitos dos nossos antigos guerreiros, que o atual chanceler ainda encontrou vivos e pôde consultar.[183]

Sem utilizar notas de rodapé, pelo formato que publica, inclui na parte inicial as referências sobre as fontes utilizadas para a produção do texto:

> Vimos também uma reprodução fotográfica do retrato a óleo de Norton; notas escritas pela senhora desse marinheiro; extratos do diário de campanha de Augusto Leverger (barão de Melgaço) e notas de outros oficiais brasileiros que serviram as ordens do mesmo Norton nas campanhas navais de 1826 a 1828; informações de um filho e de uma filha do almirante, descobertos em Londres, há anos, pelo senhor Barão do Rio Branco."[184]

O personagem, considerado praticamente desconhecido dos contemporâneos, é apresentado como um "bravo inglês que tanto se ilustrou no serviço do Brasil, de 1823 a

---

[181] Assim lembra Raul do Rio Branco nas Reminiscências sobre seu pai, relatando a forma como o barão recordava o tio Bernardo Faria: "Como o Visconde estivesse desde moço ocupado com as responsabilidades políticas, esse tio, pelos seus conselhos e sua ponderação teve, na orientação, direção e vigilância dos estudos do futuro Barão do Rio Branco um papel importante, igual por assim dizer, ao do Visconde." RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco por seu filho, o Embaixador Raul do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2023. p. 33.

[182] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 121.

[183] Ibid., p. 121.

[184] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias, p. 121-122.

1835."[185] Assim, segue a descrição do almirante James Norton, valendo-se dos mencionados apontamentos fornecidos por personagens como o visconde de Inhaúma e barão do Melgaço. Citado por ambos pela coragem e valentia que teria demonstrado nos campos de batalha.

Quando James Norton já havia alcançado certo destaque no serviço naval, tendo comandado navios armados da Companhia Britânica das Índias Orientais, foi convidado pelo encarregado de negócios do Brasil em Londres, Felisberto Caldeira Brant Pontes, para ingressar na armada imperial. Tão logo, o convite foi aceito e em agosto de 1823 Norton assumiu posição como capitão-de-fragata, tendo atuado nas guerras de independência.

Após enumerar suas participações nos anos de 1823 e 1824 em Pernambuco, o artigo trata da atuação do comandante britânico a serviço das forças imperiais nas batalhas travadas a partir de 1826, na região do Prata, palco das disputas pela Cisplatina. O desenrolar desta guerra é acompanhado pelas batalhas em que James Norton atuou. Diferente dos desfechos de Luís Barroso Pereira e do barão do Cerro Largo, o personagem que protagoniza este texto não foi morto em batalha, esteve ativo até a celebração da Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828.

Ainda assim, sofreu consequências dos conflitos que tomou parte. Pouco antes da assinatura do acordo entre os beligerantes, em combate de 16 de junho, James Norton sofreu diversos ferimentos, tendo o braço direito amputado. A ação deste dia lhe rendeu elogios dos seus superiores e o imperador, em reconhecimento pelos seus serviços, o elevou ao grau de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, além de lhe conceder uma pensão vitalícia.

Com o encerramento da guerra da Cisplatina o artigo menciona muito brevemente o retorno de James Norton ao Rio de Janeiro e alguns eventos esparsos até a sua morte em 1835, quando retornava de uma missão na Nova Zelândia, em um navio mercante. Na conclusão do relato fica evidente a intenção de homenagear o "valente almirante", como representante de outros estrangeiros que serviram nos episódios militares, objeto dos seus estudos. Juntamente ao nome de James Norton arrola tantos outros que, nas suas palavras, "serviram com brilho, distinção e honra".[186] Defesa que se estende por mais algumas palavras:

> Os que injustamente pensam que todo oficial estrangeiro é um simples mercenário, devem atender a que a profissão das armas era naquele tempo muito mal remunerada, e devem também admitir que esses homens enérgicos, que, em busca da glória militar, se alistaram no Brasil, como no Chile, na Argentina ou na Grécia, poderiam então empregar a sua atividade, sem risco de vida, em carreiras mais proveitosas, como a

[185] Ibid., p. 121.

[186] RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias., p. 137.

> do comércio ou da indústria, aqui mesmo ou nas colônias e possessões da sua pátria. Muitos deles pertenciam a famílias das mais ilustres e influentes na sua terra natal.[187]

Além das fontes consultadas no arquivo do barão do Rio Branco, o artigo cita, como conteúdo complementar, as *Efemérides brasileiras,* publicadas em 1891, onde se dá, de forma mais detalhada, as batalhas que James Norton atuou. Para tanto, apresenta junto ao texto a transcrição de doze episódios entre abril de 1826 e junho de 1828.[188]

Vale lembrar, conforme assinalado anteriormente, que Paranhos Júnior contou com a valiosa ajuda de seu pai, colaboração que registrou em um dos documentos: "Estes pedidos de informações eram quase sempre assinados por meu pai, o visconde do Rio Branco, porque entendia eu que desse modo mais facilmente seriam atendidos."[189] A missiva de 10 de fevereiro de 1872 complementa informações anteriores, detalhando a tomada de Missões em 1828.

O que leva a observação quanto às características de algumas pastas da série Biografias – do ABRB, sendo possível identificar uma ordenação inicial realizada pelo próprio barão. Orientação seguida por aqueles que organizaram o acervo posteriormente. Apontamentos biográficos com as mesmas características daqueles reunidos na série Biografias, também podem ser encontrados em outras partes do seu arquivo. Entre as correspondências encontram-se documentos com as mesmas características, organizados pelo tipo documental, e não pelo assunto tratado. A carta remetida a Paranhos Júnior por Felizardo Antônio Cabral, em agosto de 1883, é um exemplo das solicitações de pesquisa, com dados biográficos e sobre episódios militares, que não foi incorporado às séries temáticas. Cabe observar que, além das cartas, em alguns casos a pasta é composta pela transcrição de verbetes de dicionários biográficos ou de notícias biográficas.

Além da ordenação nominal há documentos denominados "Anotações sobre biografias",[190] onde outros colaboradores são apontados pelas notas de Rio Branco. Em uma listagem com informações sobre o falecimento de generais brasileiros na Guerra do Paraguai, assinala: "Esta nota foi me dada pelo barão Homem de Melo". Constam ainda rascunhos com

---

[187] Ibid., p.137-138.

[188] Acompanha o artigo a transcrição das seguintes efemérides: 11 de abril de 1826 – Combate naval diante de Montevidéu; 3 de maio de 1826; 23 de maio de 1826; 25 de maio de 1826; 11 de junho de 1826; 29 de julho de 1826; 30 de julho de 1826; 6 de abril de 1827; 7 de abril de 1827 – Começa o combate naval de monte Santiago; 8 de abril de 1827 – Combate naval de monte Santiago; 7 de dezembro de 1827; 16 de junho de 1828.

[189] AHI L868 M3.

[190] AHI L868 M4.

diversos apontamentos do depoimento do Conde de Porto Alegre, com esclarecimentos sobre movimentos militares.

Parte desses documentos pode ser relacionada à solicitação intermediada por Graciano Alves Azambuja. Além das pastas mencionadas anteriormente, constam listagens de cópias de Fé de Ofício, nos moldes que acompanhava o pedido publicado no jornal *A Federação,* em 1886. Listas onde assinala as cópias que precisava com maior urgência e aquelas que já havia conseguido através do Ministério da Guerra. Anotações que encontram paralelos com a correspondência com Homem de Melo sobre as pesquisas para os comentários à obra de Louis Schneider.

Ao analisar os nomes que compõem a série Biografias, fica evidente a relação entre o material reunido e os textos produzidos por Rio Branco. Cinquenta e sete correspondem a personagens que figuram nos textos biográficos, sendo trinta destes citados no artigo dedicado ao almirante James Norton. Número ainda maior é associado às *Efemérides Brasileiras*, totalizando oitenta e seis menções. Já nos *Estudos Históricos* foram identificadas referências a vinte e nove nomes. Ou seja, 109 desses nomes são citados em pelo menos um dos seus escritos, sendo dezoito comuns às três categorias e todos eles são acompanhados pela identificação militar. Esta documentação associada ao projeto de escrita da história militar auxiliou a elaboração dos trabalhos que produziu.

Francisco A. de Varnhagen está entre os nomes presentes na série. No entanto, o conteúdo da sua pasta não corresponde a documentos com informações a seu respeito. Encontra-se apenas uma carta enviada por Francisco Régis de Oliveira, de Viena 20/01/1874, em resposta a solicitação de Paranhos Júnior sobre as fontes utilizadas pelo historiador na *Biografia de Salvador Correia*. Para tanto transcreve a seguinte nota do barão de Porto Seguro:

> (...) havendo escrito essa biografia há mais de trinta e três anos, não conserva na memória a que fontes recorreu para as notícias que agora carece v.s. de esclarecimentos, limita-se a assegurar, porém, que essas fontes foram todas da maior pureza, estando entre elas notas tomadas por ele pessoalmente nos arquivos da família Asseca e outras nos da velha vila de São Vicente na Província de São Paulo.[191]

Tentativa sem sucesso para recuperar as informações que o historiador deixava de mencionar sobre a documentação consultada para suas pesquisas. Algumas notas deixadas por

[191] AHI L868 M3

Rio Branco nos seus exemplares de Varnhagen lamentam ausências de referência similares a este caso.

Já o material dedicado ao visconde do Rio Branco compreende duas volumosas pastas, onde está preservado, inclusive, o manuscrito da biografia que Paranhos Júnior escreveu sobre a vida de seu pai. Em menor quantidade, mas ainda assim em volume expressivo, são os itens sobre o imperador D. Pedro II. A maioria dos documentos corresponde a exemplares e recortes de jornais, entre estes destacam-se as "Cartas de França", coluna que o barão escreveu sob o pseudônimo Ferdinand Hex. Os extratos correspondem ao relato sobre a morte e os funerais do imperador exilado, tema predominante entre os demais recortes preservados.

Consta ainda um conjunto específico sobre o próprio barão do Rio Branco, composto por anotações e cópias de documentos probatórios das suas ocupações com promotor e professor interino do Colégio D. Pedro II. Da mesma natureza encontra-se um histórico manuscrito das atividades que exerceu até 1880, além de cópias do *Livro de assentamentos pessoais dos funcionários do consulado-geral em Liverpool*, que contém as informações sobre as suas ausências no período em que ocupou o posto.[192]

Para Paranhos Júnior a história se configura como um repositório de exemplos, cujos personagens devem ser conhecidos e reconhecidos como fonte de inspiração e orgulho. Direciona seu olhar para aqueles considerados heróis, figuras construídas em ações militares, enaltecidas pela atuação em batalhas travadas pela defesa do território. Narrações que contam com extensas e detalhadas descrições de combates, onde os eleitos são narrados por feitos heroicos fortemente justificados pelo amor à pátria. Patriotismo que é, sem dúvida, uma das questões mais articuladas por Rio Branco.

O *Esboço biográfico de José de Abreu* é avaliado por ultrapassar o escopo anunciado e oferecer uma análise dos conflitos travados nos limites do Império, assim como no texto dedicado a Luís Barroso Pereira, onde os episódios históricos ganham o primeiro plano no seu relato. Da mesma maneira, acompanhou a trajetória de James Norton a serviço das forças imperiais, de modo a trazer novos aspectos dos episódios que envolvem a incorporação da Cisplatina e as guerras que encerram em 1828.

É pela concepção de uma história que se constrói a partir de seus personagens que Paranhos Júnior elabora seus escritos iniciais. Forma de pensar e começar a escrever através de

[192] Diante das insinuações de que Rio Branco se ausentava frequentemente por longos períodos do posto de cônsul geral Flávio Mendes de Oliveira Castro transcreveu os registros do mencionado Livro de assentamentos no seu trabalho dedicado ao período em que o barão atuou no consulado. CASTRO, F. M. O. *Rio Branco em Liverpool (1876-1896)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1970.

figuras selecionadas do passado. Um passado povoado, permeado por vozes, onde sua escrita se justifica para tirá-los do esquecimento e reverenciá-los como heróis.

2.4. Uma história pelo nacional

Quando um livro faz parte de uma biblioteca particular, outro valor é atribuído ao exemplar, que está integrado ao conjunto pela relação que preserva com o proprietário. Esta associação, muitas vezes, é representada apenas pela fixação de um *ex-libris*. Estampa que conta aspectos da história da coleção. A singularidade conferida a estes exemplares é ainda mais acentuada quando suas páginas contêm registros da leitura e dos usos, o que recupera muitos dos laços entre os livros e o seu titular.

As anotações de estudo do barão do Rio Branco não se restringem aos itens do seu arquivo pessoal. O "peso das notas"[193] também recai sobre a sua biblioteca. Apontamentos que parecem se multiplicar pelos espaços em branco e se desdobrar pelos papéis colados junto à encadernação.

Este peso, sem dúvida, foi sentido por Jango Fischer ao tentar identificar e transcrever esse universo em fragmentos, provável causa para que seu trabalho não tenha sido publicado. Na mesma medida em que o volume expressivo de notas impossibilitou a publicação à época, também permite acompanhar algumas das suas leituras e identificar relações com os textos que produziu.

Com o olhar atento à concepção de história que se depreende dos primeiros escritos de Paranhos Júnior, observando os títulos dedicados à história nacional, a partir dos exemplares anotados pelo ele e preservados na sua coleção, e associando as notas de rodapé impressas e as manuscritas, destaco as publicações de Francisco A. de Varnhagen localizados na biblioteca de Rio Branco.

O levantamento executado por Jango Fischer é um indicativo da utilização dessas obras, onde observa que centenas de páginas, dos nove títulos de Varnhagen, são acompanhadas pelas notas do barão. Dos quais o pesquisador destaca a *História das lutas dos holandeses no Brasil de 1624-1654,* livro que conta com mais de 230 páginas repletas de anotações, acrescidas de

[193] Expressão em referência à citação de Tocqueville, epigrafe desta tese "Eu era como o minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob **o peso das minhas notas** e não sabia mais como sair dali com o meu tesouro." TOCQUEVILLE, 1853 apud. SIRINELLI, 2003, p. 244-245.

notas coladas ou costuradas. Questão ilustrada pela descrição das folhas de rosto e de guarda preenchidas com dados de pesquisa contendo, inclusive, informações biográficas.

Na biografia do conde de Bagnoli, transcrita entre estas páginas, consta uma anotação corrigindo as informações apresentadas por Varnhagen, onde Rio Branco observa que o historiador repete o que disseram Nassau e Barleus. Desse modo, redime o relato sobre o referido conde, que, segundo aferiu, não "ficou acovardado" e nem saiu em "fuga vergonhosa" para Alagoas, na verdade não dispunha do contingente que alegavam, concluindo que "Ele salvou com a retirada a maior parte das suas diminutas forças, e com elas pode, pouco depois, salvar a Bahia."[194] Este registro foi aproveitado, posteriormente, em um dos seus textos publicados em 1889, onde suprimiu as referências e apenas assinalou que Bagnoli "conseguiu manter-se durante algum tempo nas Alagoas"[195]

Tais correções e outros apontamentos complementares se estendem pelas volumosas notas. Por vezes, identifica as fontes utilizadas que não foram mencionadas por Francisco A. de Varnhagen, como no trecho em que assinala "Tudo isto é cópia do resumo da carta de Nassau."[196] Em outros casos censura os dados utilizados pelo autor, como ao criticar o fato de citar P. Moreau em detrimento de J. Nieuhoff, o qual considera insuspeito, pois, além de ter participado dos episódios narrados, era holandês.

Algumas anotações registram o processo de verificação de dados, a exemplo, consta uma carta da Biblioteca Pública de Évora, datada de janeiro de 1887, onde respondem um questionamento relacionado à leitura. Informações que Rio Branco registra no livro desde a dúvida inicial até a ratificação. Constam ainda, diversos itens da outras instituições, como da Biblioteca Nacional, os quais são identificados pela notação de catálogo, complementando, assim, dados de referência omitidos por Varnhagen, ou apresentando novas informações levantadas.

A visão que Juca constrói do passado nacional é tributária dessas obras e embora avance na pesquisa documental é, em grande medida, orientada pelo mesmo método. Grosso modo, não há muitas referências diretas a Varnhagen nos textos de Rio Branco, trabalhados neste capítulo. As citações e ratificações apareceriam em maior quantidade após o aprofundamento dos estudos e pesquisas nas décadas de 1870 e 1880.

---

[194] FISCHER, [1945], v.1, p. 31.

[195] Trata-se do *Esboço da História do Brasil*. RIO BRANCO, 2012, v.7, p. 57.

[196] FISCHER, [1945], v.1, p. 32.

Entre os apontamentos aos textos sobre Américo Vespúcio, assinala uma imprecisão de tradução "Examinei essa carta na Biblioteca Nacional e tanto eu como o chefe da seção de manuscritos [Valle Cabral] pudemos ler facilmente *portogallo detetio*."[197] Informação que incluiu no *Esquisse de l'histoire du Brésil*, de 1889. Além desta questão anotações em torno o debate entre Varnhagen e D'Avezac também foram incorporadas em seus textos. O exemplar que Rio Branco possuía do *Vespuce et son premier voyage*, havia pertencido justamente a D'Avezac, fato que não deixou de registrar, assinalando que encontrara junto com o volume as notas do seu antigo dono.

As impressões e os apontamentos à obra de Francisco A. de Varnhagen acabam por ultrapassar as páginas dos livros preservados na CBRB alcançando a correspondência de Paranhos Júnior com Capistrano de Abreu. O autor da *História Geral*, considerado um "mestre de consulta obrigatória"[198] para os pesquisadores da época, figurava nas cartas trocadas entre os dois estudiosos, acompanhando as pesquisas com as quais colaboraram mutuamente.

Em meio aos demais assuntos tratados pelos missivistas, as anotações foram compartilhadas de forma direta quando Capistrano de Abreu estava empenhado na reedição do livro de Varnhagen, trabalho que iniciara em 1900. Ao longo do processo comentava com Guilherme Stuart "O primeiro volume tive de fazê-lo exclusivamente eu; para o segundo conto com o Barata, e tenho um exemplar do Rio Branco muito anotado da *História Geral* e da *História das Lutas*."[199] Ilustrativo da cooperação estabelecida com o Conselheiro Paranhos,[200] desde os anos 1880, quando iniciaram a troca epistolar. Neste momento ambos estavam mergulhados nas suas investigações e compartilhavam ideias sobre os projetos em andamento e aqueles que almejam realizar.

Até mesmo quando inquiriam diretamente Varnhagen, na esperança de identificar uma fonte mal referenciada, era difícil obter a resposta desejada, conforme demonstra a mencionada carta de Francisco Régis de Oliveira. Da leitura das suas *Histórias,* derivavam buscas, sobre as quais, muito escreviam nas suas cartas. Certa vez, ao responder ao amigo, Capistrano de Abreu comenta sobre uma informação que parece constar em Varnhagen e que ele acredita ter sido retirada de um relato do viajante inglês Fleknoe "Varnhagen tinha um modo muito esquisito de

[197] FISCHER, [1945], v.1, p. 218.

[198] RODRIGUES, 1968, p. 49

[199] Ibid., p. 168.

[200] Em quase todas as cartas este é o tratamento utilizado por Capistrano "Sr. Conselheiro Paranhos".

citar autores: *o viajante estrangeiro Gentil*, diz ele algures, foram precisos muitos anos para se saber e ficarem sabendo na Biblioteca que tratava-se de Gentil de la Babinais (não sei se está escrito certo).”[201]

Depois das respostas aos questionamentos de Paranhos, seguem as solicitações do remetente sobre informações para as publicações que estava organizando. Questões que versavam sobre os projetos de edição crítica desenvolvidos e executados por Capistrano de Abreu, responsáveis por divulgar textos originais do padre José de Anchieta e do Frei Vicente do Salvador, entre outros. O exemplar de *Informações e fragmentos históricos (1584-86*), publicado em 1886, que pertenceu a Rio Branco preserva a dedicatória de Capistrano de Abreu “Ao Exmo. Sr. Conselheiro Silva Paranhos, que tanto nos tem auxiliado e ainda mais fará para diante. Off. J. Capistrano de Abreu, A. do Vale Cabral. Rio, 30 de julho de 1886.” Trabalhos que evidenciam a orientação “crítico-histórico alemão, na colheita dos fatos, na pesquisa dos documentos.”[202]

A leitura de autores alemães é outro aspecto que aproxima Paranhos Júnior do seu interlocutor. Elemento que muito contribui para a apreciação da crítica histórica na obra de Capistrano de Abreu[203] e, em paralelo, pode auxiliar a análise sobre o caso de Rio Branco, sem perder de vista as especificidades de cada um.

Dos trabalhos produzidos por autores alemães, localizados na CBRB, destacam-se aqueles dedicados aos estudos de geografia e numismática, enriquecidos pelas marcações do seu leitor. A maioria dos exemplares foi publicada em meados dos oitocentos, constando em um deles o *ex-libris* do barão e do visconde do Rio Branco, assinalando os itens que escolheu preservar da biblioteca de seu pai. Trata-se do estudo sobre literatura brasileira, de Ferdinand Wolf, publicado em Berlim no ano de 1863.

Este autor é mencionado ao lado de Louis Schneider e J. E. Wappaeus em um interessante trecho do jornal *A Nação*, ao noticiar a publicação da história da guerra do Paraguai em 1874, onde chama atenção para a origem do autor.

> Os alemães ainda uma vez mostraram que estudam tudo quanto se passa nos outros países. A única história que se publicou sobre a literatura brasileira é de um alemão,

[201] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, Rio 08/02/1887. AHI L811 M1.

[202] RODRIGUES, 1977, p. XLII.

[203] RODRIGUES, 1968. (Prefácio e Nota Biográfica)

> Wolf[204]. A mais completa e extensa corografia do Brasil e da América é de outro alemão, Wappaeus. O primeiro trabalho completo que aparece sobre a nossa guerra do Paraguai é também de um alemão, Schneider.[205]

Considerando que o referido periódico era, à época, dirigido por Gusmão Lobo e Paranhos Júnior, e que este ficou encarregado da edição da obra que se dava notícia, é possível afirmar que ele mesmo redigiu a nota, ainda mais se considerarmos que pouco depois deu nas páginas do *A Nação* a primeira forma para as anotações ao capítulo inicial do livro. Cabe observar que os aspectos relativos a este trabalho serão analisados no próximo capítulo.

A mencionada obra de Wappaeus, *A geografia física do Brasil*, foi traduzida por Capistrano de Abreu anos depois, sobre este trabalho comentou em uma carta a Paranhos "Para terminar, comunico-lhe que estou traduzindo ou antes imprimindo uma geografiazinha do Brasil publicada há uns três anos e em Leipzig. É um resumo de Wappoeus, e creio que poderá com vantagem ser introduzida em nossos colégios."[206] As duas edições encontram-se na CBRB, ambos anotados pelo barão, que não deixou de mencionar o livro na bibliografia de alguns dos seus textos.[207]

Vale lembrar que Capistrano de Abreu traduziu outros títulos como *Geografia geral do Brasil*, de A. W. Sellin, que junto com Wappaeus está entre as referências alemães citadas por José Honório Rodrigues ao observar que essas leituras demonstram a "orientação geográfica e encaminham seu espírito para quadros teórico-práticos mais concretos, que não reduzem o conhecimento histórico ao conhecimento próprio da ciência natural, nem submetem a vida histórica a uma assombrosa simplificação dos problemas (...)"[208] O autor amplia a análise de modo a defender que o domínio do alemão e os referidos trabalhos com as traduções levaram Capistrano "à crítica histórica alemã, aos grandes mestres renovadores da historiografia, e à

---

[204] Trata-se da seguinte publicação: WOLF. Ferdinand. *Le Brésil littéraite*. Histoire de la Littérature Brésilienne suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auterus brésiliéns. Berlim: A. Asher & Co. 1863. 2 tomos. Contém ex-libris do barão e do visconde do Rio Branco.

[205] *A Nação.* Rio de Janeiro, ano III, n. 44, 27/2/1874, p. 2. (Noticiário – Notícias Locais)

[206] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 20/04/1888. AHI L811 M1.

[207] Na bibliografia do verbete sobre o Brasil, publicado na *Grande Encyclopédie*, organizada por E. Levasseur, especificamente na parte dedicada à geografia física e política, consta a dupla referência, onde a tradução aparece com a observação de que ainda não havia sido concluída.

[208] RODRIGUES, 1977, p. XLII.

filosofia da história. Foi essa a nova orientação que seguiu, e vários estudos e ensaios revelam a sua fidelidade a uma metodologia, uma crítica e uma filosofias alemães."[209]

Observações pertinentes de serem destacadas por tratarem de alguns aspectos possíveis de relacionar a Rio Branco. Afinal a forma como a crítica às fontes está presente entre os dois estudiosos, destacada na exposição acima, é notória e acompanha muitas das conversas dos missivistas. Trata-se do método que orienta as investigações de Paranhos. O modo como busca pela "verdade histórica" demarca o seu trabalho, sendo, inclusive, anunciado por ele, como está assinalado nas citações dos esboços biográficos e dos episódios da guerra do Prata.

Vale ressaltar que Capistrano de Abreu mudou-se para o Rio de Janeiro em 1875, pouco antes da partida de Paranhos Júnior para Liverpool. Em 1879 prestou concurso e ingressou na Biblioteca Nacional, onde pode contribuir com a publicação do *Catálogo da Exposição de História e Geografia do Brasil*, em 1881.

Por sua vez, Alfredo do Vale Cabral fazia parte do grupo de funcionários da Biblioteca Nacional que atuou para confecção de importantes instrumentos de pesquisa publicados na administração de Ramiz Galvão, tendo atuado em parceria com Capistrano de Abreu.[210] Sua contratação para Seção de Manuscritos deu-se anos antes, tendo como um dos principais projetos a elaboração do catálogo desta divisão. Trabalho para o qual se dedicou quase exclusivamente entre os anos de 1874 e 1878, até a sua publicação.

> Vale Cabral é, assim, o descobridor das novidades da Seção e o pesquisador por excelência e o grande organizador dos seus acervos. Durante anos ele remexera os papéis históricos, revelando o que de mais importante contém o acervo. O *Catálogo dos Manuscritos* é obra sua, não só enquanto adido, mas depois como funcionário da Seção.[211]

À frente da Seção de Manuscritos desde 1882, Vale Cabral estava associado aos grandes projetos da instituição. Assim como Capistrano, pode desenvolver suas habilidades de pesquisa na Biblioteca Nacional.[212]

---

[209] Ibid., p. 448.

[210] José Alexandre Teixeira de Melo é identificado ao lado de Vale Cabral, como principais parceiros de trabalho de Capistrano de Abreu. Ver SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. As notas de rodapé de Capistrano de Abreu. *Revista de História*, São Paulo, n. 163, p. 015-052, jul./dez. 2010.

[211] *Anais* da BN, v. 73, 1954, p. 12.

[212] "Os *Anais da Imprensa Nacional* são o seu maior título, como bibliógrafo e estudioso, e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, a maior e melhor bibliografia histórica brasileira, foi, em grande parte, obra sua e muito lhe custou, como deporá mais tarde Capistrano de Abreu." *Anais da BN*, nº 73, 1954, p. 13.

Foi neste período que Vale Cabral se tornou correspondente de Paranhos Júnior. Através das cartas que viajavam longas distâncias, levando os pedidos e seus resultados, é possível acompanhar a cooperação de pesquisa. Ao remeter a primeira parte das cartas dos jesuítas do Brasil, Paranhos faz questão de tranquilizar seu interlocutor: "(...) se deseja alguma outra cópia diga-me sem cerimônia, como sem cerimônia lhe tenho eu pedido informações e cópias do que não posso achar por aqui."[213] Oferta e disponibilidade que encontravam cortesia equivalente junto aos seus correspondentes. Sem copista capacitado para um serviço solicitado, se dispunham a providenciar o pedido, como relata Capistrano: "Para o que V. Exa. quer bastamos o Cabral e eu. Nem sempre será com a pressa que V. Exa. deseja, mas fique certo que há de ir. Vou agora todas as noites a Biblioteca, e não me custa nada consagrar-lhe parte do tempo que lá passo."[214]

O período de organização da coleção *Materiais e achegas para a história e geografia do Brasil* é acompanhado por uma comunicação assídua. A publicação, idealizada por Capistrano de Abreu, seria considerada por José Honório Rodrigues um trabalho pioneiro no campo da edição crítica de documentos.[215] Temática que predomina nas cartas deste momento. Os dois funcionários da Biblioteca Nacional, engajados em projetos de publicação de documentos históricos, contavam com o apoio de Paranhos Júnior para obtenção de cópias em instituições na Europa. Em contrapartida atendiam pedidos da mesma natureza facilitando o acesso ao acervo e obtenção de cópias.

Vale Cabral relatava seu empenho em atender as solicitações de Paranhos sobre história militar. A busca incluía coleções de jornais que "sem cerimônia" ele demandava ao correspondente. Em uma das cartas comenta que comprou a coleção do *Diário Fluminense* de 1827 e 1828, e relaciona os números faltantes para que o amigo possa ajudá-lo a encontrar. Pede ainda que, caso localize a coleção deste periódico relativa aos anos de 1825 e 1826, que faça a compra em seu nome, mas reconhece que a tarefa não é fácil de ser executada "É muito difícil entre nós encontrar coleções de jornais antigos".

As cartas também eram acompanhadas por alguns livros enviados por cortesia ou atendendo ao pedido amigo. Capistrano de Abreu avisava em maio de 1888 que as cópias de documentos solicitados por Paranhos Júnior, seriam enviadas pelo Garnier junto aos livros

---

[213] Carta de Rio Branco a Vale Cabral. Paris, 23/07/[1886].

[214] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 18/03/1887. AHI L811 M1

[215] Coleção idealizada por Capistrano de Abreu que foi publicada em 1886 e 1887. Ver Introdução de José Honório Rodrigues ao volume 73 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1954.

encomendados. Ainda nessa missiva ele pedia que o Conselheiro Paranhos confirmasse o recebimento de alguns exemplares como a *História do Brasil* do Frei do Salvador.[216] Pouco antes também havia enviado outros trabalhos.[217]

Também há registros de envios de Vale Cabral que o mantinha atualizado das publicações nos *Anais da Biblioteca Nacional* e na *Revista do IHGB*. Certa vez, conseguiu garantir um dos 10 exemplares de uma separata deste periódico que continha um texto sobre a batalha de Ituzaingó. Sobre este item informava: "Como já lhe mandei dizer, esta memória foi escrita pelo Dr. Eunápio Deiró, segundo bases fornecidas pelo visconde de Barbacena, que ofereceu o manuscrito ao Instituto, sem, contudo, declarar o nome do autor."[218]

Diante da intensa demanda que tentavam equilibrar com suas funções, pedidos de desculpas e justificativas por atrasos eram comuns entre eles, prevalecia a cordialidade. Inteirados da pesquisa dos seus interlocutores, todos buscavam colaborar. Conhecedores dos projetos de Paranhos Júnior logo se manifestaram em favor da publicação. Vale Cabral ao explicar o andamento de uma pesquisa sobre Frederico Mariath manifesta interesse pelo seu trabalho e mais adiante sugere: "Aqui há a ideia de fazer-se uma história do Brasil ilustrada, o Abreu escreve até 1808 e que alguém daí para cá conhece admiravelmente o período, nós o sabemos. Aceita? A dificuldade não é grande, pois mais da metade já está pronta, digo superada."[219]

Do mesmo modo, Capistrano de Abreu ao comentar sobre as edições em andamento, incita Paranhos a publicar a sua história militar, mesmo que parcialmente, lamentando que certa solicitação dos documentos da coleção Angelis, acabariam por desviá-lo do projeto há tanto adiado (termo que está sublinhado no original).

> Tínhamos a esperança de ver este ano o primeiro volume na publicidade, mas agora estou certo que não teremos esta dita. Por que v. ex. não se resolve a fazer uma edição preparatória em nossa coleção? Ficaria o público desde logo senhor dos primeiros resultados; depois, o que for apurando a mais, publique mais tarde, em edição definitiva e com os mapas, retratos e planos.[220]

---

[216] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 21/05/1888. AHI L811 M1.

[217] Em carta de novembro de 1887 comentava: "Agora mesmo está terminando a publicação do livro de Herbert Smith, que tive o prazer de lhe oferecer um exemplar no último vapor, talvez no mesmo que leva esta." Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 25/11/1887. AHI L811 M1.

[218] Curioso notar que esta carta não está na pasta de correspondência com Valle Cabral, mas em um conjunto de documentos com anotações de pesquisa. Carta de Vale Cabral a Rio Branco. Rio, 23/07/1886. AHI L876 M1.

[219] Carta de Vale Cabral a Rio Branco. Rio, 19/07/1886. AHI L817 M1.

[220] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 20/04/1888. AHI L811 M1.

Considerando a possível demora com a revisão, visto a distância entre eles, mais uma vez, oferece ajuda alegando que poderia contar também com Vale Cabral, além de prometer que teriam o cuidado correspondente ao perfil do autor "(...) Cabral e eu revê-las-emos as provas com o máximo cuidado. É com muita razão que dantes demovia seu último volume o desejo excessivo de perfeição."[221]

Sem que o apelo fosse atendido, Capistrano de Abreu insistiria em outros momentos, refletindo o desejo daqueles que vinham colaborando com as pesquisas de Paranhos Júnior. Anos mais tarde iria reiterar a oferta e provocar o amigo sobre a tal "perfeição" que parecia condenar a conclusão do seu trabalho:

> O que me penaliza é não poder aproveitar seus trabalhos sobre a História Militar. Por que não os publica aqui? Por que não os dá em nossa coleção, como propus há tempo? Deixe a edição perfeita para alguns anos mais tarde. O que tem apurado já é tanto que podemos esperar o refino mais uns dez anos. Seu nome e sua pessoa vêm-me muitas vezes à memória, e sempre com um travo de tristeza. Quando me lembro que pode dar-se o caso de seus trabalhos não serem publicados. fico fora de mim, e meu desejo era ser ditador para desligá-lo de tudo e de todos, dar-lhe tudo que precisasse, mas com um prazo, o mais curto possível, para escrever a sua *História Naval* e a sua *História Militar*.[222]

Paranhos Júnior de olho na história que se forjava no Oitocentos aprendeu sobre o valor atribuído às fontes consideradas imprescindíveis para validação da história narrada. Pelos seus escritos perseguia as fontes à procura da verdade, coligia e corrigia dados, utilizava essas informações para explicar um passado que poderia ser considerado ainda bem recente, recuando, por vezes, um pouco mais no tempo, em busca de uma história que pudesse justificar questões do seu presente. O interesse pelos conflitos do Prata, interesse associado à atuação do seu pai na região, define a temática de muitos dos seus escritos, seja aqueles que revelam seus esforços de pesquisa histórica, ou aqueles publicados nos moldes da imprensa da época.

Se, enquanto tema histórico, os episódios da guerra da Cisplatina e as demais questões da região do Prata, predominavam nos textos analisados até o momento, ao se lançar na imprensa e desenvolver novas linhas pela crônica, Paranhos Júnior explora outras temáticas adentrando o debate político e, de certa forma, se antecipando ao "juízo da posteridade", principalmente ao tratar da guerra contra o Paraguai e planejar a escrita da história desse conflito.

---

[221] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 20/04/1888. AHI L811 M1.

[222] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 17/04/1890. AHI L811 M1.

3. QUANDO A VOZ FALTA À TRIBUNA, ELA SE REVELA NA IMPRENSA

> "E assim continuei quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração."
>
> Barão do Rio Branco[1]

3.1. Os encantos de uma dama em letras impressas

Em estudo sobre textos dedicados ao barão do Rio Branco, Feijó Bittencourt chama atenção para a atuação de Paranhos Júnior na imprensa, no início da sua carreira. Diante da falta de identificação com a atividade parlamentar, o jovem deputado pelo Mato Grosso, cumpria as obrigações do mandato, sem que o desempenho na tribuna se mostrasse muito promissor. Sobressai nesse momento a sua participação na imprensa periódica. Em grande medida, a análise de Feijó Bittencourt encontra respaldo no trecho do discurso em destaque.

A colocação impõe algumas questões para se pensar o exercício do jornalismo nesse período. Paranhos Júnior teria de fato se ocupado mais de investigações e trabalhos históricos do que da política interna? Seria possível separar as questões políticas do seu tempo dos interesses que orientavam os seus estudos? Se a atividade na imprensa estava, em grande medida, vinculada a atuação do seu pai, e correspondendo ao momento em que o visconde do Rio Branco alcançou maior projeção no cenário político, a predileção pelos estudos históricos teria se imposto na sua escrita periódica?

Para tais indagações é necessário conhecer e acompanhar mais de perto de que forma ele atuou nos periódicos da época. Cabe lembrar, que ao longo da sua trajetória ele colaborou com diferentes jornais, chegando a participar diretamente de alguns projetos, tendo explorado as possibilidades de escrita que eram oferecidas. No mesmo contexto em que produziu os primeiros textos dedicados a temas históricos, iniciou sua participação na imprensa.

O jornalismo figurava entre as experiências que complementavam a formação da jovem elite letrada. E, por vezes, definia a carreira de muitos.[2] Nos anos de 1860, Paranhos Júnior contribuiu com o jornal pernambucano *O Vinte e Cinco de Março* e atuou como correspondente

---

[1] *Discurso em almoço oferecido ao Barão do Rio Branco no quartel do 13º Regimento de Cavalaria, em 9/10/1909*. RIO BRANCO, 2012, v.9 – Discursos, p.267.

[2] Cf. MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.59.

da *L'Illustration: journal universel,* enviando informações para a Europa sobre a guerra contra o Paraguai.

Em tom combativo, foi no Recife que desenvolveu suas "primeiras armas no jornalismo"[3]. Na fase final do curso de Direito, mudou-se de São Paulo, indo concluir a faculdade em Pernambuco, no ano de 1866. No jornal *O Vinte e Cinco de Março*[4]*,* periódico semanal, que circulou por pouco mais de um ano,[5] iniciou a prática na imprensa engajada nas disputas políticas. Na folha comprometida com as pautas do Partido Conservador,[6] atuou sob a orientação do monsenhor Joaquim Pinto de Campos. No lançamento do jornal, ao justificar a escolha do nome, que remetia à data do juramento à constituição de 1824, apresentava o programa do periódico que se resumia ao mote "Ataquemos de frente".

O posicionamento definido pelo proprietário do jornal, o monsenhor Pinto de Campos, se alinhava ao seu histórico na imprensa da província, tendo protagonizado, anteriormente, muitos embates como colaborador do *Diário de Pernambuco*.[7] Na sua trajetória política, ao longo de cinco legislaturas como deputado, defendeu o programa conservador. Na época da edição do jornal, estava de volta a sua região de origem, retorno, decerto, provocado pela situação política liderada pelos liberais.[8]

Ainda no mês de lançamento, o jornal publicou a tradução de uma notícia biográfica sobre o conselheiro Paranhos, que havia sido divulgada meses antes na revista

---

[3] VIANA FILHO, 1959, p. 33.

[4] A seleção de artigos do *Vinte e Cinco de Março* publicados em número especial pelo Centro de História e Documentação Diplomática é acompanhada por notas do organizador do volume, o embaixador Manoel Gomes Pereira. Informações que orientam a leitura dos textos publicados no jornal, atribuídos a Paranhos Júnior, assinalando algumas relações com outros escritos do autor, aspectos que seriam desenvolvidos tempos depois nas notas e comentários à obra de Louis Schneider.

[5] O primeiro número do jornal *O Vinte e Cinco de Março* foi lançado em novembro de 1865. Encerrou suas publicações no ano seguinte, tendo editado seu último número em dezembro de 1866, totalizando, assim, 55 números produzidos no período de circulação. Cf. NASCIMENTO, Luís apud PEREIRA, Manoel Gomes. Apresentação. O Vinte e Cinco de Março. In: CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Caderno CDHDD*. Ano 11, n. especial, segundo semestre de 2012, p. 16.

[6] A partir da correspondência entre Pinto de Campos e o conselheiro Paranhos, Viana Filho observa que foi o pernambucano que promoveu a ida de Paranhos Júnior para o Recife, tendo se encarregado da sua orientação.

[7] Seu nome esteve envolvido em várias querelas da imprensa local, em diferentes momentos. Pinto de Campos alcançou notoriedade, em parte, pela estratégia de publicar artigos anônimos com insultos ao próprio nome, ao que depois fazia grande alarde ao responder pela imprensa. Cf. NASCIMENTO, Luiz. *História da imprensa de Pernambuco*. v.2 nota 1 p. 68

[8] Tempos depois, durante o gabinete Rio Branco, regressou à Corte. O pernambucano desempenharia importante papel na campanha pela aprovação do projeto, que se converteu na Lei de 28 de setembro de 1871. Pinto de Campos foi redator da comissão responsável por emitir parecer sobre o projeto.

francesa *L'Illustration*. Um indício de que o texto pode ter sido escrito por seu filho, senão integral, ao menos parcialmente. O esboço biográfico evitou qualquer assunto que poderia ser sensível à imagem do conselheiro. Apenas comenta que Silva Paranhos havia sido encarregado de uma missão no Rio da Prata em 1864, sem qualquer menção aos desdobramentos do caso. O texto contempla o perfil do publicista e do homem de Estado, considerado "um dos maiores vultos do Brasil".[9] Pouco tempo depois, um breve artigo é publicado no jornal para divulgar o livro que reunia os pronunciamentos do conselheiro Paranhos sobre a Convenção de 20 de fevereiro de 1865 e algumas manifestações acerca do tema.[10] A nota não poupa elogios aos "primores incontrastáveis do excelente, do mimoso e do interessante livro"[11] que era lançado.

O espaço que a folha ultraconservadora ofereceu ao jovem estudante, permitiu-lhe se aventurar por uma nova forma de escrita, que, por vezes, pode conciliar com seus interesses de estudo. Em meio a guerra do Paraguai não eram incomuns as notícias e artigos dedicados ao tema, que além de fornecer informações sobre o teatro de operações buscava discutir o contexto do conflito. É provável que tenha redigido parte do material publicado no *Vinte e Cinco de Março* sobre a temática, como é o caso da série *Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata*.[12] Contudo, predominavam entre as matérias, aquelas voltadas para o embate político.

A condução adotada pelo governo era debatida vigorosamente na imprensa. Afinal o envolvimento no conflito e seus desdobramentos se deram ao longo de governos liberais e da Liga Progressista, que reunia liberais e conservadores dissidentes. Entretanto, não poderia faltar na estreia do jornal uma parte dedicada ao exame da guerra em curso. A forma escolhida para tratar do assunto foi a crítica endereçada, desde as primeiras linhas, aos políticos da situação, a quem atribuíam os dissabores de lançar o Império no conflito armado. O envolvimento no confronto, que deveria ser a "última razão do Estado", seria, assim, considerado um erro do

[9] O artigo "O conselheiro José Maria da Silva Paranhos" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano I, n.3, de 16/11/1865. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 32.

[10] Prática comum à época que rompia o marasmo das publicações oficiais com as manifestações com forte engajamento político-partidários de figuras da política imperial. "produção de panfletários que punham em circulação opúsculos e panfletos políticos facciosos, expressão das paixões do momento, escritos com arroubo, trazendo autoria de inspirados representantes do Império." MARTINS, op. cit., 2008, p. 49.

[11]"O sr. Conselheiro Paranhos" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.9, de 11/01/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 33.

[12] Entre as publicações comemorativas do centenário de morte do barão do Rio Branco, em 2012, o Centro de História e Documentação Diplomática organizou um número especial do *Caderno do CHDD*. Volume que, além dos pronunciamentos e artigos de especialistas relacionados à efeméride, apresenta textos inéditos do barão. Foram selecionados artigos do jornal *O Vinte e Cinco de Março* atribuídos a Paranhos Júnior, dando, pela primeira vez, edição ao material do referido periódico. A série "Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata" corresponde a oito artigos publicados entre os meses de junho e novembro de 1866.

governo, que teria falhado na articulação dos "recursos de dialética", os quais garantiriam, por meios pacíficos, a solução das disputas. O artigo no número inaugural não poupa críticas ao arranjo político que presidia o Conselho de Ministro e sentencia "O responsável, o único responsável, é o fatídico ministério de 31 de agosto, representante genuíno da Liga Progressista."[13] Era o ataque frontal que o jornal prometia oferecer aos leitores.

A crítica persistia a cada manifestação que acompanhava o andamento da conflagração. Seguiam na mira da pena afiada de Paranhos Júnior os "ministros negligentes" e os "generais incapazes", a quem culpava pelas perdas humanas e pelos altos custos da guerra. A fim de demonstrar incompetência na condução da política externa, esmiuçava aspectos da atuação da Liga Progressista. À medida que a impopularidade da guerra aumentava, as críticas às políticas do governo ressoavam ainda mais.[14]

Assim que a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, tornou-se público pelo governo britânico, o jovem jornalista se dedicou em analisar a questão, sentenciando que o instrumento feria "princípios da alta política", além de condenar o Império a grandes prejuízos. Sua primeira análise apontou todos os aspectos que considerou desfavoráveis, ressaltando falhas na negociação de Francisco Otaviano, político liberal que havia substituído o conselheiro Paranhos após a sua demissão em março de 1865.[15] O filho zeloso não deixaria passar uma oportunidade de defender o pai.

Desse modo, apontava fragilidades na forma como as questões territoriais foram abordadas, sugerindo que poderia trazer insegurança e instabilidades nas relações com a Confederação Argentina. Ao longo do artigo são muitas as desconfianças que direcionava à república vizinha, alegando que o tratado a favorecia em detrimento do Império brasileiro: "Toda superioridade de sacrifícios, de força e de valor está do nosso lado; todo o ganho de território, de influência, de poder e de triunfo político é para a Confederação Argentina."[16] Aliás o alinhamento sacramentado pelo Tratado representava um ponto de inflexão na política externa

---

[13] Artigo "A guerra" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano I, n.1, de 04/11/1865. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 28.

[14] O que iria piorar com os recrutamentos arbitrários de novos combatentes. Cf. DORATIOTO, F. *Maldita guerra*: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 264-271.

[15] Entre seus comentários condenava a forma como o comando das forças aliadas foi negociado. O que considerava inconsistente com a participação do Império em contingente e demais recursos.

[16] O artigo "A Tríplice Aliança" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.26, de 24/03/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 44.

que havia sido conduzida pelos conservadores, receosos das pretensões do governo de Buenos Aires para a região.

Na semana seguinte, *O Vinte e Cinco de Março* transcreveu um artigo que havia sido publicado originalmente no *Diário de Pernambuco*. De teor semelhante ao conteúdo anterior, rebatia uma matéria do *Jornal do Recife* que condenava a forma como o periódico ultraconservador havia se referido ao Tratado.[17] Este defendia que o posicionamento correto não seria de críticas desveladas ao governo provocando o "ânimo nacional", mas de enfrentamento conjunto. Em resposta, *O Vinte e Cinco de Março* defendia que o tratado deveria ser discutido, e se manifestava em defesa da imprensa declarando que o seu papel é "esclarecer a nação acerca de todos os fatos sociais: cabe-lhe abrir a discussão, quando esses fatos se apresentam."[18] Reiterava o posicionamento anterior, argumentando que a sua pena atenderia aos "grandes interesses nacionais" e não se curvaria aos erros da "política facciosa" que comandava a nação.[19] Não é demais observar que considerava interesses nacionais o que estava alinhado com as pautas do Partido Conservador.

A forma como Paranhos Júnior justificava a guerra deixa claro que, apesar de indicar falhas nas negociações que acabaram resultando no conflito, e de criticar toda a forma pela qual vinha sendo conduzida, não se opunha a ela, por considerar a necessidade de reparação e de apaziguar questões, a fim de evitar contendas no futuro: "Nós não vamos ao Paraguai civilizá-los; mas, sim, pedir a reparação de ofensas e prevenir futuros prejuízos e motivos de contenda."[20]

O Tratado da Tríplice Aliança provocou uma série de artigos publicados sem pausa a cada semana. Primeiro destrinchando cada um dos aspectos negociados naquele acordo. Depois recorrendo ao histórico da política adotada pelo governo imperial na região. O estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata, por exemplo, defendia que a condução da política externa foi baseada, sobretudo, em evitar a restauração do vice-reino do Prata por Buenos Aires. Sobre a

---

[17] As duas folhas travaram intensos debates, muitas vezes, pouco amistosos. José Ignacio de Abreu e Lima publicou série de artigos, depois convertida em livro, intitulada *As bíblias falsificadas,* sob o pseudônimo O Cristão Velho, em resposta às publicações de Pinto de Campos no *Diário de Pernambuco*. Cf. NASCIMENTO p. 103

[18] O artigo "A Tríplice Aliança" transcrito no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.27, de 01/06/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 46.

[19] O artigo "A Tríplice Aliança" transcrito no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.27, de 01/06/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 49-50.

[20] Ibid., p. 48.

questão da Cisplatina alegava que a pretensão de anexação do território ao Império havia sido abandonada. Reconhecia na formação do Estado Oriental uma garantia de estabilidade na região e proteção contra as pretensões dos argentinos. Análise que condenava a atuação da oposição liberal, considerando que seus representantes não eram capazes de garantir e difundir os interesses brasileiros na esfera internacional.

A condução da crise diplomática com o Império britânico, conhecida como "questão Christie", é objeto de parte dos seus artigos. A situação que havia levado ao rompimento das relações entre as duas nações em 1863, só foi restabelecida com a intervenção de Portugal em 1865. A crítica era justamente sobre os termos pelos quais as relações haviam sido reatadas, sem que as exigências do governo brasileiro fossem atendidas pelo britânico, o que considerou "nova ignomínia para o país."[21] Tendo como foco as questões correlatas à guerra em curso, desenvolve sua argumentação de modo a condenar a política externa praticada pelo governo "a triste fatalidade que, no infausto período da dominação progressista, acompanha o país em todas as questões de honra"[22]

Conforme avança pelo *Estudo da política do Brasil no Prata* a figura do conselheiro Paranhos torna-se mais evidente, conforme já era de se esperar. Os antecedentes que analisa tem relações diretas com a atuação de seu pai na região. Assim lançava seu olhar para o passado como forma de fundamentar e fortalecer o debate. Ao tratar da missão Saraiva e prosseguir até a Convenção de 20 de fevereiro de 1865, conclui com a seguinte observação:

> Agora, que entramos na apreciação dos fatos que trouxeram como resultado a atual guerra com o Paraguai, que foi a que motivou o Tratado da Tríplice Aliança, temos **necessidade de nos remontarmos a épocas anteriores, a fim de encadear os fatos que, no nosso modo de ver, se prendem aos que engendraram a guerra atual**; para isto, é-nos forçoso fazer uma digressão, em a qual analisaremos em traços gerais a política do Paraguai em relação ao Brasil e ao Rio da Prata, e reciprocamente.[23]

Entre os artigos do *Estudo* surgem, por vezes, notícias da guerra, que naquela época chegava de tempos em tempos em algum vapor que vinha do sul. Sem novidades otimistas, destilava algumas críticas e logo retomava sua análise, afinal a guerra havia se tornado uma

[21] O artigo "Relações com a Inglaterra" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.29, de 14/06/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 60.

[22] O artigo "Relações com a Inglaterra" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.30, de 21/06/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 64.

[23] O artigo "Política do Brasil no Rio da Prata. A guerra com o Paraguai. A Tríplice Aliança" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.30, de 21/06/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 63 (grifo nosso).

"luta de posições".[24] A repercussão do Tratado da Tríplice Aliança fomentou desconfianças e provocou manifestações de apoio aos paraguaios por outros países do continente, o que se convertia em "mais uma complicação!". Os artigos *As repúblicas vizinhas* e *As repúblicas do Pacífico* alertam para a questão, atribuindo à diferença do regime político um fator de distanciamento do Brasil, como único Estado monárquico, agravado pelos termos do tratado.[25] Condena o governo, mais uma vez, por não ter cercado o Brasil das "simpatias das nações vizinhas".

Acompanhando os episódios da guerra a tomada de Curuzu merece destaque.[26] Esta posição conquistada pelos aliados abria uma nova fase de ofensivas, que reagia ao avanço do Paraguai. Cabe observar que este é um dos acontecimentos retratados em uma das imagens enviadas por Paranhos Júnior à revista francesa *L'Illustration*. Nem mesmo essa vitória amenizava os comentários mordazes ao almirante Tamandaré, a quem criticava: "Não basta, para ser-se general, a bravura. O general deve possuir, ao lado dela, inteligência, conhecimentos profissionais e muita prudência. Os fatos têm demonstrado que, no sr. Tamandaré, não se encontram estes últimos dotes."[27] Os desentendimentos entre o líder militar e o conselheiro Paranhos na missão de 1865 ajudam a compreender a aspereza dos comentários.

No seu *Estudo da política do Brasil no Prata,* como havia anunciado, seguia a apresentação do histórico das nações vizinhas, ressaltando, desde a sua constituição, as relações na região e com o Império do Brasil. O texto dedicado ao Paraguai conta sua história a partir da figura de José Gaspar Rodriguez de Francia, definida pela tirania e terror, opção que é explicada pelo jornalista: "Não se pode conhecer o Paraguai, não se pode compreender o papel que ele desempenha no meio das repúblicas do Prata, sem conhecer-se Francia e ter-se uma ideia de como pôde ele imprimir-lhe o cunho de sua mão firme, raivosa, desoladora.."[28] O artigo mais parece uma notícia biográfica, em que a análise da personalidade de Francia explica a

---

[24] Expressão que reflete o cenário da guerra no ano de 1866. Cf. DORATIOTO, 2002, p. 264.

[25] Nesse sentido destaca-se o artigo 16 que conferia à Confederação da Argentina prerrogativa sobre parte do Chaco, reclamado pela Bolívia. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 84.

[26] Essas notícias nem sempre acompanhavam o curso dos eventos. A da tomada de Curuzu (3 de setembro de 1866) era noticiada (4 de outubro de 1866) quando os aliados já haviam sofrido a perda de Curupaiti (22 de setembro de 1866) e está só foi divulgada pelo jornal quase um mês após o episódio, em 18 de outubro.

[27] O artigo "A guerra" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.45, de 04/10/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 84.

[28] O artigo "Estudo sobre a Política do Brasil no Rio da Prata. A guerra com o Paraguai. A Tríplice Aliança" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.31, de 28/06/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 67.

constituição do país e sua política de isolamento. De modo similar acompanha a subida ao poder de Francisco López, logo após o governo chefiado por seu pai, Carlos Solano López, demonstrando as diferenças que cada um imprimiu a partir do seu modo de governar. Em poucas palavras resumia: "Francia havia por tal modo aterrado o povo, que López, em vez de uma nação a corromper, encontrou uma massa submissa, disposta a suportar todos os desmandos do poder."[29]

Da breve apreciação sobre a formação histórica da República Oriental do Uruguai, do Paraguai e da Confederação da Argentina derivam as questões relacionadas ao conflito. Análise que ressaltava as pretensões argentinas e as questões inconvenientes de fronteiras que fomentavam tensões entre os territórios vizinhos.

Sem pausas, seguia criticando o governo dos liberais a cada novo artigo. Condenava a orientação dos gabinetes por não terem evitado a guerra, não custa repetir, iniciado o conflito, censurava a forma como conduziam a atuação do Império. Por fim, enfatizava que o maior custo de todo este cenário era adiar o futuro grandioso que acreditava ser o destino do Brasil.

Em grande parte, ao apreciar as relações com o Paraguai para "historiar a guerra", acompanhava a atuação do conselheiro Paranhos, em missões especiais. História contada em vários capítulos pelo prolongado caminho das negociações de tratados na tentativa de estabelecer as fronteiras e a navegação em águas limítrofes. Para tanto, pretendia utilizar um *memorandum,* apresentado por seu pai em janeiro de 1865, como documento base da análise e da forma como vinha sendo tratada pelo governo, opondo assim, mais uma vez, a atuação de conservadores e liberais. A vida breve do *Vinte e Cinco de Março*, entretanto não permitiu a conclusão do *Estudo da política do Brasil no Prata* consoante o seu autor projetara.

Também não foi concluída uma transcrição de matérias divulgadas na imprensa europeia. De olho na repercussão da guerra selecionou extratos da *Revue des deux mondes* e do *Jornal dos Economistas* para demonstrar como o conflito estava afetando a imagem do Brasil.[30] Dias antes já havia sinalizado para a questão, chamando atenção que o corpo diplomático não estaria cumprindo seu papel, na sua opinião "(...) enquanto nos jornais europeus ferviam os artigos a favor dos nossos inimigos, o governo descuidava-se de

[29] O artigo "Estudo sobre a Política do Brasil no Rio da Prata. A guerra com o Paraguai. A Tríplice Aliança" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.34, de 19/07/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 74.

[30] Sobre a *Revue des Deux Mondes* Nelson Werneck Sodré observa que era apontada como uma das leituras preferidas do imperador, por conseguinte, também estava entre as preferências da elite letrada, sendo do Brasil o maior número de assinantes fora da França, afinal "o que vinha da França, deslumbrava os nossos homens de letras". SODRÉ, N. W. *A história da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 19.

recomendar aos seus agentes que defendessem a causa do Império."[31] Anos mais tarde, iniciada sua carreira diplomática, Paranhos Júnior iria desempenhar com vigor esta orientação, fazendo publicar matérias a favor do governo imperial.

Ao remeter notícias à revista *L'Illustration*, nos anos de 1866 a 1868, tratando dos desdobramentos do conflito, ainda em curso, o jovem colaborador defendia a versão mais conveniente ao Brasil. Atento às disputas pela narrativa, como já havia assinalado ao escrever os *Episódios da guerra do Prata*, em 1864, se empenhou em difundir uma imagem positiva do Império.

A referida revista francesa, assim como outros projetos fundados na década de 1840, configurava uma publicação de alto investimento, engajada à novidade da veiculação de imagens.[32] Algumas ilustrações da guerra do Paraguai, que figuram nas páginas do semanário, foram enviadas por Paranhos Júnior. No entanto, é difícil precisar toda a contribuição prestada pelo jovem brasileiro. Sua primeira colaboração conhecida corresponde a uma imagem que retratava a presença da divisão expedicionária brasileira em Goiás.[33] A representação ilustrava um artigo assinado por um certo Gestére, que alguns autores consideram ser um pseudônimo utilizado por Rio Branco. No entanto, acredito que Paranhos tenha sido apenas um dos seus colaboradores. A apreciação dos textos publicados sob a mesma assinatura entre março de 1865 e dezembro de 1866, sugere que o autor vivia na França ou arredores. Além dos conflitos internacionais escrevia notícias variadas do cotidiano francês como homenagens a personalidades, inaugurações de estátuas e monumentos, visitas célebres, entre outros assuntos.[34]

---

[31] O artigo "As repúblicas do Pacífico" publicado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, ano II, n.45, de 04/10/1866. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, 2012, p. 85.

[32] Ao lado da revista *L'Illustration: journal universel*, fundada em 1843 em Paris, destacam-se os lançamentos anteriores, da *The Illustrated London News*, em 1842, editada em Londres, e da *Illustrierte Zeitung*, em 1843, em Leipzig. Cf. LUCA, Tânia Regina. Ilustração Brasileira (Bordeaux/Paris, 1901-1902): em busca do projeto e de seus idealizadores. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.13, n.32, jan./abr 2021. p.3

[33] Expédition brésilienne pour Matto-Grosso. Campement de la division expéditionnaire dans les forèts vierges de Goyaz, à Rio des Bois. - D'après un croquis envoyé par M. Paranhos junior. Autor - P. Blanchard. *L'illustration: journal universel*, Vol. 47, nº 1.199 (17/02/1866) p. 100.

[34] O primeiro artigo assinado por Gestére, *De la psiculture – Dans les temps anciens et modernes*, foi publicado em março de 1865 (*L'Illustration* v. 45, n. 1151, pp.168-170). Logo aparecem outras matérias como a notícia sobre um novo navio a vapor no Sena, em Paris (*L'Illustration* v.45, n. 1160, p.320). No segundo semestre assinou 27 artigos, que versam sobre variados temas, com enfoque em notícias internacionais. No primeiro semestre de 1866 diminui para 17 artigos. No volume seguinte consta apenas um artigo que encerra a contribuição por Gestére.

Em 1865, quando a *Illustration* estampou um retrato de Silva Paranhos, a notícia biográfica, que o acompanhava, foi assinada por Gestére.[35] Indícios que, se não asseguram que seja um pseudônimo utilizado por Paranhos Júnior, ao menos, sugerem que o jovem brasileiro teria colaborado com o autor que se escondia sob tal denominação, inclusive por ter sido publicado pouco depois no jornal *O Vinte e Cinco de Março*, conforme assinalado anteiormente. A referida notícia dividia página com uma gravura do combate na estância de Assunção, ocorrida em 12/06/1865, a qual é acompanhada por uma pequena nota intitulada *Guerre de L'Amérique du sud – Combat de Sam-Borja et d'estancia d'Assunção*.[36] Uma observação ao final assinalava que se tratava de uma transcrição de informações de um correspondente selecionado por Gestére, talvez, uma provável contribuição do futuro barão do Rio Branco.

Cabe ressaltar que entre as fotografias que compunham o semanário ilustrado era comum a presença de perfis acompanhados por esboços biográficos, usualmente publicados na seção *Portraits*. Além do conselheiro Paranhos, outros brasileiros são retratados nas suas páginas, como é o caso de Pereira da Silva, de Eusébio de Queiroz e do visconde do Uruguai.[37] O primeiro descrito como *Deputé et Littérateur Brésilien* é muito elogiado por seu trabalho, sendo comparado aos grandes historiadores de seu tempo. Ao segundo é atribuída a legenda de chefe do Partido Conservador e reverenciado pela lei que aboliu o tráfico de escravos para o Brasil. Por último, o retrato do visconde do Uruguai é acompanhado de uma breve nota que informa sua morte recente.

A *guerra na América do sul,* como era noticiada pela imprensa estrangeira, acaba por conferir mais espaço para personagens que representavam os países envolvidos. Assim, figuram também, entre outros, o marquês de Caxias, o general Polidoro e o presidente da Argentina,

---

[35] A fotografia de Silva Paranhos foi publicada com a seguinte identificação *M. Silva Paranhos, homme d'état brésilien.* A notícia biográfica é encerrada com a seguinte apreciação: "Comme publiciste, orateur, diplomate et homme d'Etat, M. Paranhos a révélé des talents éminents et doit être regardé comme une des plus grandes figures du Brésil." *l'Illustration*, v. 46, n. 1181 Paris, 14/10/1865, p.244-245.

[36] Houve no dia 10/06/1865 um combate em São Borja, onde os brasileiros, ainda que em menor número, conseguiram resistir, mas a posição foi conquistada pelos paraguaios dois dias depois. DONATO, 1987, p. 479.

[37] Os dois primeiros são retratados no volume 45, sendo Pereira da Silva no n. 1142, de 14/01/1865, p.21-22, com notícia biográfica assinada por P. Paget, e Eusébio de Queiroz no n. 1148, de 25/02/1865, p.128, assinada por P.P. Já o visconde do Uruguai, que havia falecido em 15/07/1866, aparece no v. 48 nº 1236, de 03/11/1866, p.276, nota assinada por Léon Creil.

Domingo Faustino Sarmiento.[38] De modo geral, esses personagens apareciam em função da guerra, seja para comentar ou ilustrar o andamento do conflito.

Entre as contribuições que podem ser identificadas como de autoria do correspondente brasileiro estão algumas imagens e apenas um artigo, material que destacava os momentos de avanço dos aliados.[39] Ainda no primeiro ano do conflito, ao retratar reforços brasileiros que chegavam a Corrientes, sugeria que, em pouco tempo, teriam controle da situação.[40] As dificuldades que se arrastaram pelo ano de 1866 não são comentadas pelo correspondente, mas no final deste ano a tomada de Curuzu merece menção nas páginas da revista, destacando, inclusive, o nome do visconde de Porto Alegre que estava à frente do 2º Corpo do Exército Brasileiro, responsável pela operação.[41] A ação marca a alteração de ofensiva para as forças aliadas, que vinham sofrendo derrotas com o avanço dos paraguaios.[42]

Seu nome só apareceria novamente estampado na *Illustration* em fevereiro de 1868. Durante o *grand tour* que realizou pela Europa interrompeu sua colaboração. Um momento oportuno para o intervalo, já que a guerra se prolongava, enfrentando dificuldades e grande desgaste. Tão logo regressou ao Rio de Janeiro providenciou uma nova matéria para encaminhar à revista francesa, assumindo tom otimista com a passagem de Humaitá e a tomada da fortaleza de Establecimiento.[43]

Este é o único texto assinado por Paranhos Júnior. Nele oferecia aos leitores notícias sobre *Acontecimentos do Paraguai.* Como não poderia ser diferente, menciona a tomada do forte como episódio favorável aos aliados, e enaltece o desempenho da marinha brasileira, que

---

[38] Os dois militares brasileiros são retratados juntos no seguinte exemplar da *L'Illustration* v. 48, n. 1243, de 22/12/1866, p. 389-390, sendo a nota sobre Caxias assinada por Charlet e sobre Polidoro por Alfred de Lostalot, já Sarmiento figura no v.52, n.1332, de 05/09/1868, p.145.

[39] ASSUMPÇÃO, Roberto. Rio Branco e *L'Illustration*. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 188, jul.-set. 1945, pp. 10-13, 1945.

[40] Arrivée des renforts brésiliens à Corrientes (Parana) pour l'armée d'opération. - D'après les croquis envoyés par M. Paranhos Junior. Autor - Jules Gaildrau. (L'illustration, Vol. XLVII, nº 1.199 (17/02/1866) p. 101

[41] Guerre du Paraguay: Prise de la batterie de Curuzù (3 septembre) par le 2º corps d'armée brésilien, sous les ordres du lientenant-général vicomte de Porto-Alegre (D'après un croquis de M. Paranhos). Autor desconhecido. L'illustration: journal universel, Vol. XLVIII, nº 1.238 (17/11/1866).

[42] No entanto dias depois os aliados sofreriam uma grande derrota em Curupaiti. Episódio que parece não ter sido noticiado por Paranhos.

[43] GUERRE DU PARAGUAY. - Passage d'Humaïta, le 19 février, par une division cuirassée de l'escadre brésilienne. - D'après un croquis de M. Paranhos. Autor - Blanchard. E ÉVÉNEMENTS DU PARAGUAY. - Prise d'assaut de la forteresse d'Estabelecimiento, le 19 février, 1867. - D'après un croquis de M. Paranhos. Autor - Janet-Lange & Cosson-Smeeton. L'illustration, Journal Universel, Volume 51, Paris, 1868.

considerava uma das "mais gloriosas do mundo". Sua colaboração buscava conquistar simpatias à causa do Império do Brasil. Estimulado pelo avanço do marechal Caxias[44] anunciava o fim do conflito para os próximos meses, prognóstico que não se cumpriu tão depressa quanto esperava.

A sua contribuição com a revista *L'Illustration*, buscava justamente romper as reservas sobre a atuação brasileira que circulavam na imprensa estrangeira. Nas páginas do semanário francês Paranhos Júnior não fomentava as disputas internas, a questão era legitimar a causa do Brasil e noticiar o andamento do conflito da forma mais favorável possível. Enquanto no jornal de Pinto de Campos, desenvolveu a imprensa combativa. Durante boa parte do conflito os conservadores estavam na oposição, criticavam as decisões do governo e atribuíam aos liberais os problemas que derivavam da situação beligerante. Debate que não exportou para a revista francesa, mas que ajudou a incendiar na imprensa de Recife.

A escrita combativa iria se desenvolver sob outra perspectiva nos anos seguintes à guerra. Não mais na oposição, durante o gabinete Rio Branco, Juca Paranhos atuou na direção do jornal *A Nação*, ao lado de Gusmão Lobo.[45] Como ele diria anos mais tarde: "A imprensa, porém, como disse alguém, é uma dama de quem jamais se pode inteiramente fugir aquele que uma vez lhe provou os encantos."[46]

3.2. O periodismo como arma de defesa política[47]

Se a forma como Paranhos Júnior elaborava o passado era comprometida com a proposta de uma história a serviço da pátria, que deveria ser redigida para atender aos interesses

[44] Em novembro de 1866 Caxias assumiu como comandante-em-chefe das forças aliadas.

[45] Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo (1838-1900) nasceu no Recife e atuou como deputado primeiro em Pernambuco e depois na Corte como deputado geral, tendo sido companheiro de Paranhos Júnior na câmara temporária. A amizade aprofundada com a parceria diária na redação do jornal se manteve mesmo depois da partida de Juca Paranhos para Liverpool. Os dois mantiveram contato até a morte de Gusmão Lobo em 1900.

[46] Paranhos Júnior escreveu esta frase ao se referir a atuação de seu pai na imprensa. RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias "Visconde do Rio Branco", p. 156.

[47] Para análise da contribuição de Paranhos Júnior com o jornal *A Nação* irei utilizar, primeiramente, os itens transcritos no volume 10 da coleção *Obras do Barão do Rio Branco*. Entre os 140 artigos reunidos no volume, 74 correspondem a contribuição com a folha político-partidária, que, segundo explicação do embaixador Manoel Gomes Pereira foram selecionados "artigos que tratam de temas nacionais e internacionais relevantes para o gabinete Rio Branco (1871-1875)." Contudo, também foi consultada a coleção do jornal digitalizada e disponibilizada pela FBN na Hemeroteca Digital Brasileira.

nacionais, a escrita na imprensa, sobretudo em jornais político-partidários, se configurava como forma de atuar em defesa de pautas, representadas pelo visconde do Rio Branco.

As disputas políticas do Segundo Reinado caracterizam a imprensa do período, em que partidos fundavam jornais para propagar e defender suas posições, verdadeira extensão da tribuna parlamentar.[48] As características do periodismo produzido neste contexto, acabam por contestar a suposta calmaria e estabilidade atribuída àquele momento "Há jornais de confronto, fruto da imprensa político-partidária, há panfletários ousados, que sob o anonimato denunciam mazelas e propõem rupturas, há denúncias permanentes através da ilustração caricata do cotidiano do Império."[49] Mantendo-se alinhado à orientação política de seu pai, Paranhos Júnior atuou nas fileiras do Partido Conservador, que confrontava a oposição de liberais e da imprensa propagandista que despontava, engajada nas propostas republicanas que fervilhavam, tendo marcos significados na década de 1870.[50]

As cisões provocadas pelo debate e aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 promoveram o aparecimento de novos órgãos de imprensa. O visconde do Rio Branco enfrentava resistências, inclusive, de uma ala de conservadores contrários ao projeto de emancipação, entre os dissidentes estava Ferreira Viana, que dirigindo o *Diário do Rio*, apesar de se tratar de um periódico identificado com o Partido Conservador, fazia oposição ao gabinete. Mais do que uma folha partidária, o primeiro-ministro buscava por um porta-voz ministerial. Desse modo, em 1872 foi criado *A Nação: jornal político e comercial*, tendo sido redigido pelos seus proprietários no primeiro ano de circulação, os deputados Ferreira de Aguiar e o padre João Manoel de Carvalho.[51]

Em parceria com o amigo Gusmão Lobo, Paranhos Júnior participou ativamente do periódico, durante os anos de 1872 e 1875, período que corresponde a boa parte do gabinete

---

[48] Ana Luísa Martins se refere a este contexto da seguinte forma: "As lentes da política presidem as novas páginas periódicas abertas com o Segundo Reinado, assinadas em sua maioria por servidores do trono. Política e imprensa se conjugam, a serviço dos partidos - Conservador ou Liberal - atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e as respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas." MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS; LUCA. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 48.

[49] MARTINS, op. cit., 2008, p. 4.

[50] Nesse sentido, destaca-se a fundação do Partido Republicano, a divulgação do Manifesto Republicano e ainda a fundação do jornal *A República*. Cf. MARTINS, op. cit, 2008, p. 73.

[51] No verbete sobre o Brasil, publicado na *Grande Enciclopédia* francesa em 1889, o barão do Rio Branco comentou a questão no texto dedicado à imprensa brasileira, identificando o jornal *A Nação* como "órgão desse ministério". LEVASSEUR, E. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto Ed.; Letras & Expressões. 2000, p. 121.

Rio Branco.[52] A folha constituía importante recurso para defesa e fortalecimento político do Gabinete, seguia certa tradição, nos moldes do jornal *O Brasil,* conduzido, anos antes, por Justiniano José da Rocha.[53] O formato correspondia a configuração que a imprensa adquiriu à época "aos jornais o debate político; às revistas, a reflexão cultural."[54]

Os biógrafos do barão assinalam que o periódico era integralmente redigido pela dupla de amigos, sendo Paranhos Júnior responsável pelos assuntos internacionais e Gusmão Lobo pela política interna.[55] De qualquer modo, assim como em outros casos, é difícil conhecer exatamente a sua colaboração, dissimular a autoria era prática comum na imprensa da época. Colunas e artigos eram publicados sem assinatura ou sob algum pseudônimo, recurso, aliás, muito utilizado pelo barão do Rio Branco, seja na juventude ou mais tarde quando chefiava o Itamaraty.

Vale lembrar que os *Episódios da guerra do Prata,* publicados na *Revista Popular* em 1864, foram assinados apenas pela letra X. No mesmo periódico identificamos em 1861outra possível contribuição de Paranhos Júnior sob o pseudônimo Nemo, ambos os acasos evidenciados no capítulo anterior. Além destes, são conhecidos os seguintes pseudônimos utilizados pelo barão: o mesmo **Nemo** aparece na revista *A Vida Fluminense* (1875); **Henrique Batalha**, **M. Ombou**, **Ferdinand Hex** e a variação **F. H.** no *Jornal do Brasil* (1891-1892); e no *Jornal do Commercio* publicou artigos assinados como **Kent** (1903), **J. Penn** (1906), **Bernardo de Faria** (1911), além de ter retomado o pseudônimo **Nemo** neste jornal e no *Correio da Noite*, nos anos de 1903 e 1910.

Da mesma forma, antes de dirigir o jornal *A Nação*, verificamos que utilizou o pseudônimo *Spartacus* em um artigo intitulado "José Bonifácio", que foi publicado na seção "A Pedidos" do *Jornal do Commercio* de 1871. A referência ao líder da mais famosa das rebeliões de escravos da Roma antiga, não era incomum, sendo articulada tanto por aqueles que

[52] Em artigo de 13/11/1875 a dupla se despedia do projeto, mas o jornal continuou em circulação por alguns meses, encerrando sua publicação em 08/04/1876.

[53] O projeto de Justiniano José da Rocha foi promovido sob a proteção de Paulino José Soares, futuro visconde do Uruguai, tendo se firmado porta-voz do Partido Conservador. É inclusive, citado por Paranhos Júnior como um dos maiores jornalistas, conforme destacado no capítulo anterior.

[54] MARTINS, op. cit., p. 52.

[55] A correspondência entre os dois, preservada no AHI, está reproduzida no *Caderno do CHDD* nº 5 Ano III – 2º sem. 2004. Totalizam 119 itens que datam dos anos 1880 a 1900, não constam registros do período em que atuaram no *A Nação.* As cartas correspondem a conversas entre amigos, onde tratam, inclusive, das publicações de Gusmão Lobo no *Jornal do Commercio* e do projeto do *Jornal do Brasil*, que contou com a colaboração de ambos.

defendiam uma solução gradual para a questão do elemento servil quanto em conotações mais radicais.[56]

A autoria foi atribuída por Luís de Alvarenga Peixoto na biografia do visconde do Rio Branco, publicada no mesmo ano. Em nota Peixoto refere-se ao "talentoso amigo" Paranhos Júnior, recomendado aos leitores pelos "notáveis trabalhos históricos".[57] No auge da campanha, em defesa da libertação dos filhos dos escravizados,[58] o artigo comentava a *Memória sobre a escravidão do Brasil*, escrita por José Bonifácio em 1823. [59]

O contexto político que sucedeu à guerra contra o Paraguai configurou-se pelo intenso debate em torno do "problema da emancipação". Discussões acaloradas das câmaras eram acompanhadas pela imprensa, em cujas páginas reverberava a questão. Foi em meio a este debate, que Paranhos Júnior resolveu assinar protegido pelo pseudônimo *Spartacus*, denominação, até o momento, desconhecida. Uma opção deveras justificada, em poucos dias, Perdigão Malheiro criticaria o autor misterioso em extenso discurso em sessão parlamentar.[60]

Para conquistar a adesão necessária, tanto política quanto da opinião pública, a defesa da questão era evocada "acima das conveniências partidárias", sob a argumentação de que se tratava de uma reforma social, à qual não caberiam bandeiras, mas o interesse de todos. Assim, *Spartacus* abordava o problema da emancipação, posto como uma condicionante à prosperidade e ao engrandecimento do país. As palavras destacadas da *Memória* são consideradas a visão esclarecida da figura de José Bonifácio, reverenciado como "um dos patriarcas da independência".[61]

---

[56] O mesmo pseudônimo ficou conhecido como uma das assinaturas de Luíz Gama, associada aos seus artigos comprometidos com a pauta abolicionista mais radical.

[57] PEIXOTO, Luiz Alvarenga. *Apontamentos para a história*: o visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typ. Imperial Instituto Artístico, 1871, nota 1 p.133-134. No exemplar da biografia do visconde, preservado na CBRB, não há qualquer anotação de Paranhos Júnior negando a atribuição conferida por Alvarenga Peixoto. Considerando a minúcia das suas anotações, observada principalmente na leitura dos volumes produzidos por Jango Fischer, o fato de não ter, pelo menos, um costumaz "Inexato!" corrobora a indicação da nota, sendo assim um dos fatores que utilizei para considerar a autoria. Ainda que a escrita e alguns aspectos do artigo façam desconfiar da informação.

[58] Artigo "José Bonifácio" publicado no *Jornal do Commercio*, de 19/08/1871. Artigo assinado por pseudônimo Spartacus, autoria atribuída a Paranhos Júnior por Alvarenga Peixoto.

[59] Publicada no jornal *A Reforma* em 18 e 19/08/1871, ano III, n. 186 e 187. A referida *Memória* foi publicada pela primeira vez em Paris no ano de 1825.

[60] Discurso proferido em 26/08/1871 foi transcrito no *Jornal do Commercio*, ano 50, n.246, 05/09/1871, p. 3.

[61] Entre os livros da CBRB provenientes da biblioteca do visconde do Rio Branco encontra-se o exemplar *A escravidão no Brasil* de Perdigão Malheiro, onde constam notas assinalando erros e corrigindo dados apresentados pelo autor. No Apêndice foi publicado a referida *Memória* de José Bonifácio, junto ao texto o barão

A maior parte da matéria subscrita pelo dito Spartacus é dedicada à transcrição de trechos da *Memória* de Bonifácio, que ressaltavam elementos mobilizados pela campanha de 1871. A orientação por uma solução paulatina é aventada "(...) é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes".[62]

O texto questionava o direito de propriedade sobre os filhos dos escravizados e avançava sobre o princípio evocado por aqueles que se opunham às propostas. Assinalava, assim, a reflexão sobre a liberdade dos nascituros:

> *E porque continuarão e continuam a serem escravos e filhos desses africanos*? (...) Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém, sem atacar os direitos da Providência, que fez os homens livres e não escravos, sem atacar a ordem moral das sociedades, que é a execução estrita de todos os deveres prescritos pela natureza, pela religião e pela sã política.[63]

O artigo dialogava com a proposta da Lei do Ventre Livre, apresentada às Câmaras. Para o autor a mudança sugerida fazia parte da marcha em curso: *"Le monde marche*, diz Pelletan, assinalando os progressos que as nações têm fatalmente de realizar a cada instante no seu caminho para o porvir. O Brasil não podia ficar parado, ao passo que a humanidade seguia o roteiro da civilização, e caminhou."[64] Sem esquecer que nas suas palavras se tratava de um progresso que deveria ser controlado, lento e gradual. O Spartacus que assina o artigo era bem menos revolucionário do que o herói ao qual aludia, ele defendia a solução mais conservadora, de modo que tivessem maior controle do processo de emancipação. A assinatura carregava um valor simbólico significativo com a alusão ao líder da revolta de escravos, mas era limitada pelas ideias que defendia.

O texto sobre a *Memória* de José Bonifácio é prova do modo como Paranhos Júnior atuou antes de dispor do espaço garantido pelo jornal *A Nação*, criado em 1872. O "filho devoto", que tanto combateu a oposição nas páginas do *Vinte e Cinco de Março*, certamente não deve ter permanecido em silêncio ao longo do debate sobre a Lei do Ventre Livre. Ele

---

anotou "Foi publicado por ele em 1825. Teve a intenção de apresentar esse projeto à Constituinte, mas não o apresentou." FISCHER, [1945], v.2 p. 311. O texto teria sido escrito em 1823, quando seu autor pretendia apresenta-lo à Constituinte, projeto adiado diante da dissolução da Assembleia e do exílio imposto à Bonifácio.

[62] BONIFÁCIO, apud *Jornal do Commercio*, ano 50, n. 229, 19/08/1871.

[63] BONIFÁCIO, apud *Jornal do Commercio*, ano 50, n. 229, 19/08/1871.

[64] *Jornal do Commercio*, ano 50, n. 229, 19/08/1871.

investia na palavra impressa e não se destacava entre os oradores que disputavam a tribuna da câmara temporária.[65] Talvez para guarnecer as posições do seu próprio pai, evitando maior desgaste ao visconde.

Já nas páginas de *A Nação* a sua contribuição seria anunciada desde a primeira hora.[66] Ainda que poucos artigos tenham sido assinados, sua presença na direção do jornal era declarada. O número inaugural apresentava a proposta do diário, ressaltando ser um órgão vinculado ao Partido Conservador, o qual se destacava por extensa lista de realizações políticas, atribuídas à atuação dos seus representantes:

> Arauto do progresso refletido, que é a grande aspiração da nossa época, guarda das bem entendidas liberdades, da ordem social e das instituições juradas, a *Nação* aparece na imprensa diária como órgão do generoso partido, que extinguiu o tráfico de africanos, acabou com a tirania de Rosas e Oribes, promoveu a livre navegação do Prata e seus afluentes, fez sulcar pelo vapor as águas do majestoso Amazonas até o Peru, traçou as primeiras linhas da rede de estrada de ferro que há de ligar um dia os quatro ângulos do Império, fundou o crédito público, reorganizou o exército e a armada pôs termo com honra e glória à guerra do Paraguai, decretou a reforma judiciária, e escreveu em sua bandeira a santa legenda de 28 de setembro de 1871; do partido, enfim, que sustentou sempre a monarquia constitucional representativa, associando as recordações de sua passagem pelo poder a ideia dos grandes melhoramentos políticos e administrativos, que hão feito à felicidade do Brasil.[67]

Na sequência direcionava suas críticas ao jornal *A Reforma*, estabelecendo o debate que figuraria nas suas páginas, desde 1869 esta folha já se havia consolidado como porta-voz de figuras proeminentes do Partido Liberal.[68] Do mesmo modo, *A Nação* também travaria intensos embates com o jornal *A República*, criado em dezembro de 1870, tendo como redatores, Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo e Manuel Vieira Ferreira.[69] Diante da questão religiosa a folha clerical *O Apóstolo* seria seu maior opositor.

---

[65] Sobre certo silêncio de Paranhos Júnior na câmara durante as discussões do projeto da Lei do Ventre Livre Luís Cláudio Villafañe Santos observa "A explicação talvez fique por conta de sua timidez e da intimidação diante da imensa projeção da figura paterna. Ao contrário do filho, o visconde era um polemista de primeira grandeza e um orador consumado." SANTOS, 2018, p. 67.

[66] Uma nota de 18/04/1874, em resposta a acusações publicadas no jornal *O Diário do Rio*, Paranhos Júnior e Gusmão lobo se identificam como redatores do *A Nação*. RIO BRANCO, 2012, v.10 – Artigos de Imprensa, p.242.

[67] *A Nação*, Ano 1, n.1, 03/07/1872.

[68] *A Reforma* foi criada em 12 de maio de 1869, dirigida por Francisco Otaviano, contava entre outros com Silveira Martins, Joaquim Manuel de Macedo, Homem de Melo. Seu manifesto de lançamento foi assinado por: José Tomás Nabuco de Araújo, Bernardo de Souza Franco, Zacarias de Góis e Vasconcellos, Antônio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedito Ottoni e Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Cf. SODRÉ, 1983. p.211.

[69] Cf. SODRÉ, 1983. p. 212.

Parte da contribuição atribuída a Paranhos Júnior corresponde aos artigos de política externa publicados no jornal. Muitos desses temas, não por acaso, derivavam das questões com as repúblicas do Prata e da recente guerra contra o Paraguai, aos quais somava-se a defesa de uma política de imigração empreendida durante o gabinete Rio Branco.

Nas páginas de *A Nação,* uma série publicada nos anos 1872 e 1873, acompanhava as discussões em torno do tratado de limites entre o Brasil e o Paraguai. Afinal, a definição de fronteiras costumava despertar o "ânimo nacional". O chamado tratado de Assunção, negociado pelo barão de Cotegipe junto ao representante paraguaio, Carlos Loizaga, estabelecia de forma bilateral o traçado dos limites entre as duas nações.[70] A forma pela qual o instrumento foi celebrado recebeu violentas críticas da Argentina, que alegava ter sido violado o Tratado da Tríplice Aliança. Assim, a questão de limites tornou-se "cavalo de batalha e a maior máquina de guerra"[71] da oposição liberal que condenava as decisões tomadas pelo governo por meio de intenso combate na imprensa travado entre *A Reforma* e *A Nação*. Seja como for, na verdade, qualquer aspecto relativo à guerra contra o Paraguai despertava os sentimentos cívicos de todos os lados.

Esbanjando ironia, a série de artigos, denominada "Tratados de Assunção", defendia vigorosamente a atuação do visconde do Rio Branco e do barão de Cotegipe, ao responder as provocações da oposição, identificadas como de autoria de um "ilustre estadista, chefe liberal".[72] Na sua argumentação, o autor dos "Tratados" manifestava-se a favor da negociação bilateral entre o Brasil e o Paraguai, retomava aspectos que havia apontado nas suas críticas ao Tratado da Tríplice Aliança, anos antes, no *Vinte e Cinco de Março*: ou seja, as complicações que poderiam derivar das exigências argentinas sobre a região do Chaco. Complicações que envolveriam não apenas os países em guerra, mas atingiriam pretensões da Bolívia "Hão de o Brasil e de o Estado Oriental obrigar pela força o Paraguai a reconhecer como argentino o que a Bolívia também declara seu, como se vê da ressalva dos próprios aliados? Não haveria nisto uma anomalia, uma incoerência, uma violência inaudita?"[73]

---

[70] Em 9 de fevereiro de 1872, Brasil e Paraguai firmaram o Tratado Cotegipe-Loizaga que estabelecia os limites entre os dois países, substituindo, assim, a Convenção de 1856. Cf. VARGAS, 2017, p. 277-286.

[71] *A Nação*, ano II, n.1, 02/01/1873. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 113.

[72] As insinuações sugerem que o autor dos artigos de *A Reforma* seja Gaspar Silveira Martins.

[73] Artigo "Os tratados de Assunção III" publicado no jornal *A Nação*, ano I, n.15, 19/07/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 46.

O debate se prolongou com uma nova série de artigos intitulada "A questão argentina", em que o autor acusava a oposição de favorecer o governo estrangeiro em questão de interesse público, privilegiando, assim, a disputa partidária. "(...) *A Reforma*, identificada em corpo e alma com o senhor Tejedor [ministro argentino], advoga com tanto calor, exclusivamente no interesse das pretensões argentinas! Que singular patriotismo! Que admirável abnegação!" Como se pode observar, prevalecia o tom provocador ao se dirigir ao autor das críticas como o "adorado oráculo de *A Reforma*", alegando ser este mais argentino do que os próprios argentinos, a quem promete responder, ainda que esteja sendo provocado em "caráter de dízima periódica", pincelada de humor que se tornava característica na sua escrita jornalística .[74] De tempos em tempos, a cada nova circunstância nas negociações entre a Argentina e o Paraguai para delimitação de fronteiras pendente, o assunto reanimava o debate, inclusive com provocações publicadas pelo *A República*. [75]

O impasse para delimitação das fronteiras entre os dois países provocou por muito tempo especulações sobre um iminente conflito na região. O órgão do gabinete se empenhava em refutar alegações do jornal *A República* sobre possíveis hostilidades entre o Brasil e a Argentina, negando as acusações de que o governo imperial se estaria armando e se preparando para um novo conflito na região do Prata, em resposta ao fortalecimento militar que os argentinos estavam promovendo em pontos estratégicos, como a ilha de Martín Garcia. *A Nação* seguia defendendo que a orientação da política externa era garantir a paz e evitar desinteligências, mas não deixava de criticar as pretensões argentinas na questão territorial e assinalar qual seria a condução se a disputa precipitasse em conflito armado:

> e qualquer rompimento, tão improvável quanto triste, viesse impor-nos a dolorosa necessidade de fazer vingar pelas armas o que não pudesse obter a discussão calma e refletida, não seria senão com a mais viva repugnância que poríamos ainda em contribuição esses recursos militares de que nenhum Estado pode prescindir no interesse de sua defesa.[76]

De acordo com a opinião do jornal, a política externa deveria estar pautada na manutenção da paz entre as nações, a negociação deveria conduzir as relações, sendo o

---

[74] Artigo "A questão argentina II" publicado no jornal *A Nação*, ano I, n.18, 23/07/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 58-59.

[75] As fronteiras entre a Argentina e o Paraguai só foram definidas em 1878 através de arbitramento internacional conduzido pelo presidente dos Estados Unidos à época Rutherford Bichard Hayes. O laudo de 12/11/1878 foi favorável ao Paraguai. Cf. VARGAS, 2017. p.202-207.

[76] Artigo "*A República* e as notícias do rio da Prata" publicado no jornal *A Nação*, ano II, n.211, 09/10/1873. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 153-154.

confronto o último recurso, quando todas as alternativas para soluções diplomáticas estivessem esgotadas. Ainda que não fomentasse a guerra, ela permanecia sempre no horizonte e para tanto chamava atenção da necessidade dos "recursos militares de que nenhum Estado pode prescindir no interesse de sua defesa." Argumentação que, inclusive, sustentaria anos mais tarde durante a gestão do Ministério das Relações Exteriores, ao defender a necessidade do reaparelhamento militar.

Ao repassar o histórico das relações com nossos vizinhos, o texto de *A Nação* retomava a Convenção de 20 de fevereiro de 1865 como um ato patriótico que teria evitado o desenvolvimento de um conflito armado. Entretanto a questão central ainda era a negociação de limites entre a Argentina e o Paraguai, fator de desequilíbrio que provocava as prevenções de todos os lados que acabavam se digladiando na arena nacional. Em meio ao embate, mais uma vez atribuía aos liberais a responsabilidade pelos conflitos travados com os países vizinhos:

> A intervenção de 1864, que trouxe-nos a guerra com a Banda Oriental e, depois de curto intervalo, a guerra com o governo do Paraguai, não pode correr nem corre à conta do partido conservador. Essa enérgica política que levou-nos ao recurso das represálias contra o governo de Aguirre, e das represálias à sanguinolenta luta do Paraguai, foi obra de um gabinete liberal a que o senhor Aristides Lobo prestou na Câmara dos Deputados o mais caloroso e esforçado apoio.[77]

Questões remanescentes à guerra vira e mexe voltavam à baila. Em resposta a uma crítica do jornal *O Diário* lembrava mais uma vez que o conflito poderia ter sido evitado, mas justificava a participação[78] e salientava a atuação do governo que, no seu entender, demonstrava a lealdade do Império para com os paraguaios e o interesse em garantir a soberania e integridade da república vizinha no processo de restauração "para vir a ter a devida posição, que lhe é garantida por suas condições topográficas."[79] A questão era encerrada com insinuações sobre os argentinos, com quem vinham travando verdadeiro embate:

> Se houve tergiversações, manejos inconfessáveis, aspirações indébitas, não foram nossas: o Tratado Cotegipe aí está como irrefragável documento de que o Império só

[77] Artigo "Paz ou guerra? II" publicado no jornal *A Nação*, ano II, n.214, 13/10/1873. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 162.

[78] Assim se expressa nas seguintes linhas: "daquela guerra, que poderia ter sido evitada e que foi indubitavelmente precipitada, não estando ainda exaustos todos os recursos diplomáticos. No entanto, intentada a guerra, era de dever de honra levá-la até sua gloriosa terminação". RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p.84.

[79] *A Nação*, ano I, n.125, 23/11/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p.84.

> queria a celebração da paz, sem imposições pesadas, sem prevalecer-se de sua ascendência sobre os demais povos da aliança.[80]

Certa insegurança fomentada pelo desacordo na definição dos limites com a Argentina e o direcionamento que tomavam as negociações suscitavam a discussão. O que, aliás provocava a manifestação de *A Nação*, pela desconfiança e desconforto causados pelas mencionadas pretensões argentinas no Chaco. Atitude que provocava a acusação repetida "É de outro lado da fronteira sul que se alinha a conhecida política que sonha com reconstrução do antigo vice-reino do rio da Prata; tal foi a sabida preocupação de Rosas e é ainda hoje a de quase todos os estadistas argentinos."[81]

Paranhos Júnior, ao longo dos artigos, utilizava críticas variadas, oriundas de diferentes representantes liberais, sobre a permanência do contingente militar brasileiro no Paraguai, para assinalar a falta de coerência dos membros do partido: "Não há assunto, por mais grave, ou por mais insignificante que seja, em que se não revelem a falta de unidade de pensamento e a desarmonia dos oráculos do liberalismo."[82] Por exemplo, enquanto o órgão liberal censurava a permanência do exército imperial na república vizinha, um dos seus líderes, o senador Paranaguá se pronunciava contrário a retirada de dois batalhões que estavam em Humaitá. O jornalista de *A Nação* respondia à acusação feita pela *A Reforma*, ressaltava que se as duas nações tinham celebrado o tratado de limites, ainda carecia a demarcação das fronteiras. Justificava, assim, que a presença militar resguardava os interesses nacionais.[83]

Em março de 1874 a questão da força imperial voltaria às páginas dos jornais que se manifestavam diante de agitações políticas no Paraguai, que chegaram a derrubar o governo do paraguaio Salvador Jovellanos, mas que foi posteriormente restituído. As opiniões se dividiam quanto a intervenção militar do Brasil. Os artigos de *A Nação* se manifestavam a favor da atuação dos representantes brasileiros que atenderam ao pedido de mediação entre os dissidentes paraguaios, fornecendo suporte material para resguardar a capital, Assunção.[84] No

---

[80] Ibid. p.85.

[81] Artigo "*A República* e as notícias do rio da Prata" publicado no jornal *A Nação*, ano II, n.211, 09/10/1873. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 154.

[82] Artigo "As forças brasileiras no Paraguai" publicado no jornal *A Nação*, ano II, n.136, 11/07/1873. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 149.

[83] Artigo "As forças brasileiras no Paraguai" publicado no jornal *A Nação*, ano II, n.136, 11/07/1873. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 149.

[84] Artigos publicados "As ocorrências do Paraguai", de 19/03/1874; "O que queriam que fizéssemos?" de 21/03/1874 p. 234-242. Cabe observar o seguinte trecho: "Mas, batidas as forças de Jovellanos em uma refrega

entanto, pouco depois o contingente brasileiro ajudaria a repelir um levante promovido por militares dissidentes, o que aliás causaria mais comoção na imprensa argentina do que na oposição liberal brasileira. Tais questões que evidenciavam manifestações pouco amistosas, onde não raro o governo de Buenos Aires era acusado de "ambicioso vizinho" pelas sempre lembradas pretensões em restabelecer o território correspondente ao vice-reino do Rio da Prata.

Do mesmo modo, a questão de Limites com o Peru foi objeto de vários artigos de *A Nação*.[85] As críticas perpetradas pelo jornal *A Reforma* promoveram as manifestações em defesa da orientação do governo imperial à Comissão de Demarcação de Limites. *A Nação* condenava a imprensa liberal pela insistência no tema, assinalando a impertinência em discutir "negócios internacionais" pendentes, além disso pondera e justifica suas respostas à dita "epopeia" escrita pela oposição:

> As razões de política internacional e o respeito ao costume de não manifestar a marcha, e os incidentes das negociações antes de estarem concluídas aconselhavam preferir-se guardar silêncio a fazer inconvenientes e extemporâneas manifestações; porém, a pertinácia com que se busca persuadir o público de que o silêncio guardado pelo governo imperial mostra que são fundadas as acusações que se lhe faz, a saber, de ter causado a morte do comissário peruano por ditar aos trabalhos da demarcação marcha imprópria e desnecessária, torna urgente violar a regra de abstenção.[86]

As acusações iniciais que atribuíam ao governo brasileiro a responsabilidade pela morte do comissário peruano, Paz Soldán, acabaram por se desdobrar em extenso debate sobre aspectos da demarcação. Recorrendo aos documentos oficiais, largamente citados, o jornal desenvolveu detalhada análise do histórico das negociações até aquele momento, o que, aliás demonstrava conhecimento sobre estudos de fronteiras e apreço às minúcias, bem ao modo da escrita de Paranhos Júnior.

Algumas questões do âmbito interno, que aparecem nos artigos atribuídos à pena de Paranhos Júnior, merecem atenção. As disputas e as cisões políticas provocadas pelas discussões em torno da Lei do Ventre Livre culminaram com a dissolução da Câmara.[87] Em

---

na campanha, o mesmo senhor Jovellanos, que solicitara o apoio das forças do Brasil para resguardar a capital contra um golpe de mão, pediu a intervenção do ministro brasileiro para um acordo com os revolucionários. Estes de sua parte aceitaram essa intervenção, e do mútuo acordo resultou o ajuste de 16 de fevereiro, firmado na legação do Brasil, sob a mediação e garantia moral do Império." RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 240.

[85] Os artigos sobre Limites com o Peru foram publicados entre novembro de 1872 e maio de 1873.

[86] Artigo "Limites com o Peru" publicado no jornal *A Nação*, ano I, n.154, 28/12/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p.102.

[87] Manobra política que assegurou configuração favorável ao visconde do Rio Branco com maioria na Câmara dos Deputados, onde Paranhos Júnior garantiu seu lugar novamente pela província do Mato Grosso.

meio ao agitado cenário político foram realizadas as eleições em 1872, de modo que *A Nação* promovia os candidatos do Partido Conservador através de artigos favoráveis ao governo. Nas suas páginas o gabinete Rio Branco representava um "harmônico concerto de sucessos felizes", que se orientava pela "causa santa da pátria", a fim de "elevar o Brasil à altura a que o destinou a providência divina".[88] Pela palavra impressa o jovem Paranhos mobilizava um discurso em defesa de uma grandiosa nação que caminhava para ocupar o lugar devido entre aquelas "mais civilizadas".

> Risonha e auspiciosa desenha-se a atualidade, nos horizontes que devassam o porvir deste magnífico país. (...) Fortes da mais fecunda seiva, encaminhamo-nos por vastos itinerários a ombrear com as nações mais civilizadas; e o progresso, em suas variadas faces, nos impele, sobranceiro, para os altos destinos a que providencialmente somos fadados.[89]

Muitas vezes Paranhos Júnior retomava opiniões que havia expressado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*. Em disputa mais acirrada, no artigo "Espírito de subversão", atacava de forma mais incisiva a atuação dos liberais culpando mais uma vez os opositores por não terem evitado a guerra contra o Paraguai, assim como por terem prolongado o conflito "Sim, não há um chefe liberal que, tendo estado no poder, não haja perpetrado uma violência contra os direitos do cidadão, não haja pervertido as nossas instituições, não nos haja causado males supremos."[90] Já aos conservadores atribuía todas as soluções dos problemas criados pelos liberais:

> O povo vê o contraste de outros nomes, os quais, prudentes nos conselhos, hão sempre salvado o país nas crises provocadas pelos ministros liberais. São ministros conservadores, são os viscondes de Itaboraí e Rio Branco, aqueles que, encontrando uma guerra sangrenta, o nosso Tesouro sem ceitil e o nosso crédito financial sem confiança, souberam terminar honrosamente essa guerra, dar recursos aos nossos cofres e restabelecer o nosso crédito.[91]

A acusação de que os liberais representariam um espírito subversor das leis continuava no ataque à conduta de militares. Remetia aos episódios protagonizados pelo então brigadeiro Pinheiro Guimarães, na Corte, e pelo visconde de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Acusava ambos de estarem cegos devido à paixão partidária, e de não respeitarem a autoridade civil,

---

[88] *A Nação*, ano I, n.19, 24/07/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p.60.

[89] *A Nação*, ano I, n.19, 24/07/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p.63.

[90] Artigo "Espírito de subversão" publicado no jornal *A Nação*, ano I, n.52, 02/09/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 75.

[91] Artigo "Espírito de subversão" publicado no jornal *A Nação*, ano I, n.52, 02/09/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 76.

violando um preceito constitucional. Condenando a atitude dos oficiais asseverava "A espada do militar não é do seu partido: pertence sem reservas ao país."[92]

Em ocasião anterior já havia se manifestado sobre a atuação de militares na política, ao responder provocações de *A Reforma* que dizia que os "homens de beca" haviam substituído os "homens de espada" nas negociações diplomáticas, e em tantos outros ramos do serviço público. A questão movimentava ainda mais as discussões sobre as negociações do tratado entre o Brasil e o Paraguai, em que acusações eram trocadas sobre a precipitação do conflito e suas mazelas.[93]

Além dos embates domésticos, alvo das vozes de *A Reforma* e *A República*, também figuram respostas à imprensa internacional. A manifestação do governo alemão contra o agenciamento de emigrantes para o Brasil provocou também alguns artigos no jornal *A Nação*, em 1872. Em protesto ao pronunciamento no parlamento daquele país, refutava as acusações e defendia a política de imigração promovida pelo gabinete Rio Branco. Alinhado ao programa conservador em defesa da abolição gradual da escravidão, defendia a iniciativa apresentada como alternativa para substituição de mão-de-obra escrava.

> Ninguém, por certo, responsabilizará os brasileiros de hoje pela existência da escravidão no Brasil, legado de nossos maiores europeus. Senão a abstemos totalmente, já lhe demos golpe mortal, e isto quando era daí que nos vinham os braços para lavoura, nossa principal fonte de riqueza e prosperidade.[94]

O "golpe mortal" se refere a lei de 28 de setembro do ano anterior, alardeando que esta estancou a fonte da escravidão, prevendo que estaria extinta "gradualmente em curto período".[95] Concluía que as alegações do parlamento se deviam a falta de conhecimento sobre o Brasil e as reais condições em que se estava realizando a política de imigração, negando as acusações de alta mortalidade ou condições insalubres dos alemães emigrados.

---

[92] Artigo "Espírito de subversão" publicado no jornal *A Nação*, ano I, n.52, 02/09/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p. 77.

[93] Em artigo de 12/07/1872 (Ano IV n.155) o jornal *A Reforma* ao questionar o fato de o Brasil negociar separadamente com o Paraguai provocava ao publicar "E os primeiros [homens de beca] dizem aos segundos [homens de espada]: 'negócios em que vos meteis, facilmente acabam em guerra, porque vós sois mais dispostos a consentir na efusão de sangue, quanto é certo que não arriscais a vossa própria vida.' Nessa questão entre a espada e a beca, não me envolverei eu, que só desejo saber e fico examinando a verdadeira causa que obrigou o Brasil a tratar separadamente com o Paraguai."

[94] *A Nação*, ano I, n.17, 22/07/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de Imprensa, p 53.

[95] Ibid. p.53.

As críticas aos procedimentos do governo imperial com os colonos europeus agitavam a imprensa, no ano de 1874 o jornal *A Nação* publicou uma série de artigos ao longo do mês de janeiro. Em defesa da política de imigração articulava dados de documentos oficiais sobre as colônias instaladas no território brasileiro, a fim de argumentar que a política de imigração contava com todos os esforços do governo e conquistava grandes sucessos em várias regiões. Sugeria que as reclamações noticiadas no período eram oriundas daqueles que não se empenhavam em trabalhar e esperavam progredir sem os esforços necessários, chegando a chamá-los de ociosos:

> Nem todos os imigrantes formam exata ideia dos recursos naturais no Brasil. Muitos há que, ao emigrar de sua pátria sonham encontrar riquezas espontâneas que bastaria colher à flor do solo; a estes não seduzem a fertilidade da terra, a variedade dos nossos produtos, as oportunidades reais de nossa natureza. Eles quereriam mais, mesmo muito mais.[96]

O jornalista se empenhava em refutar todas as acusações sobre as condições as quais os colonos eram submetidos. Comparava o caso brasileiro com a imigração praticada pelas repúblicas vizinhas, sempre destacando fatores a favor das ações empreendidas pelo Império. Ao mesmo tempo, combatia a imprensa internacional, receoso do impacto que poderia causar a novos agenciamentos para a colonização brasileira. Paranhos Júnior adaptava os argumentos às circunstancias de cada tempo, mostrando coerência nas suas posições políticas e na defesa fiel à atuação de seu pai na liderança do governo.

Outros temas pertinentes ao gabinete Rio Branco continuavam a figurar entre os artigos de *A Nação*. A partir da missão do barão de Penedo em Roma abordava a questão religiosa que tanto repercutiu durante a gestão do visconde. Os combates com *A Reforma* continuavam sem trégua. Diante das críticas do órgão liberal, que considerava a missão Penedo sem efeito, em vigilância constante, alegava "Ela [a missão] obteve, entretanto, que o santo padre interpusesse a sua autoridade moral no conflito travado entre o poder eclesiástico e o poder civil, evitando a reprodução de atos que poderiam ser a ocasião de futuras perturbações."[97]

As últimas contribuições tratavam das hostilidades que avançavam na região do Prata. O posicionamento da Argentina, na estratégica ilha de Martín García, com reforço militar da fortificação, inflamava os ânimos. Território que, aliás, alardeava ter sido usurpado do Estado

---

[96] Artigo "O anúncio do senhor cônsul inglês" publicado no jornal *A Nação*, ano III, n.11, 15/01/1874. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 195-196.

[97] Artigo "O resultado da missão Penedo" publicado no jornal *A Nação*, ano III, n.26, 04/02/1874. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 234.

Oriental, e oferecia ameaça a todos os ribeirinhos considerando os interesses da navegação na região. Cenário agravado ainda mais pelas agitações políticas na República Oriental. Dois artigos publicados no mês de abril se dedicavam a apresentar o contexto de modo a sugerir que a circunstância poderia exigir o "último recurso":

> Para as cruzadas do bem-estar da humanidade, os povos não guardam suas fronteiras; antes, correm, pressurosos, para engrossar as filas dos missioneiros da civilização. O fim da guerra deve ser explicado com a maior claridade pelos estadistas e diplomáticos brasileiros. Uma nação poderosa como o Brasil e educada no amor à humanidade só poderá contar com triunfos sempre que preste serviços à civilização dos povos.[98]

Declarava que o Brasil não teria interesse em expandir seu território, mas que o governo imperial precisava buscar uma solução para a questão. A necessidade de assegurar a paz e o direito dos povos eram evocados pelo jornalista para justificar a guerra "A missão do Brasil no rio da Prata, se assim o quiserem os estadistas brasileiros, poderá ser uma verdadeira armada libertadora e um fato formoso para a história do Império."[99] Tom bem menos apaziguador do que o usual. Para tanto utilizava um dos seus pseudônimos, assinando os artigos como Nemo.[100]

No ano de 1875 um conturbado cenário culminou com a dissolução do gabinete Rio Branco. Os debates das duas câmaras ocuparam praticamente todas as páginas do órgão conservador no primeiro semestre daquele ano. As notícias internacionais ou o conteúdo de política externa ficaram reduzidos, todos estavam atentos aos desdobramentos de questões internas. O jornal *A Nação* acompanhou a gestão do visconde do Rio Branco até o final, defendendo a administração das acusações perpetradas pela oposição. Sintomaticamente, em novembro daquele ano Paranhos Júnior e Gusmão Lobo anunciaram que deixariam o periódico. De fato, já não havia mais razão para manter o jornal.

É do mesmo período a contribuição de Paranhos Júnior com a *Vida Fluminense*.[101] Em 1875, a experiência jornalística do jovem deputado seguia além de *A Nação*.[102] Mais uma vez

---

[98] Artigo "Parte Ineditorial. O Império e as Repúblicas do Prata" publicado no jornal *A Nação*, ano IV, n.68, 06/04/1875. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 291.

[99] Ibid., p. 298.

[100] Anos antes, em julho de 1873, já havia sido publicado um artigo na seção "A Pedidos" assinado por Nemo, onde criticava o jornal *A República* por manifestações contra Francisco Ferreira de Abreu. *A Nação*, ano II, n. 143, 19/07/1873.

[101] Antes da contribuição regular com *A Vida Fluminense* em 1875, foi publicada uma crônica "Palestra", em novembro de 1868, assinada por Nemo, que também pode ser uma contribuição de Paranhos Júnior. *A Vida Fluminense*, ano I, n.45, p. 6, 07/11/1868.

[102] A partir do momento em que Paranhos Júnior começou a escrever regularmente na revista, o jornal *A Nação* passou a publicar notas sobre *A Vida Fluminense*, chegando a transcrever alguns trechos do semanário. Em

assinava como Nemo. Nome que tanto poderia ser uma referência ao personagem da obra de Júlio Verne, quanto à palavra em latim, que significa: *Ninguém*. Escolha coerente para quem gostaria de permanecer incógnito. Em uma das suas crônicas na revista, brincava com o sentido da palavra ao dizer: "Depois, quem sabe se à hora em que escrevo... há tanto por aí quem deseje uma pasta. Cá por mim, não, porque sou eu e serei sempre Nemo."[103]

Ainda que as questões políticas aparecessem nas páginas da revista ilustrada, o perfil do semanário era bem diferente dos jornais político-partidários. Como Nemo, Paranhos Júnior comentava amenidades da vida social na Corte e avançava pelo mundanismo, que tanto conquistava os leitores da época. Nos artigos, a tão comentada vida boêmia de Juca Paranhos transparecia nos comentários sobre as "animadas noitadas cariocas".[104] Aproveitava as diferentes possibilidades oferecidas pela imprensa para experimentar também a leveza das crônicas.

No entanto, em meio às amenidades não deixava de fazer a defesa do gabinete Rio Branco,[105] onde o combate mais acirrado era travado com *O Apóstolo*, jornal do clero. Por linhas mais livres, a política ganhava outros contornos, flertando com o humor característico da "folha joco-séria". Se no jornal *A Nação* coube a Gusmão Lobo cobrir as notícias diárias da política nacional, nas páginas de *A Vida Fluminense* Paranhos Júnior pode avançar sobre essas questões, protegido pelo pseudônimo. Sua contribuição coincidiu com o período em que o visconde recebeu duras críticas diante dos problemas com o banco Mauá, cenário que dizia ter virado um verdadeiro "Deus nos acuda".[106] Com o agravamento da crise o cronista confessava estar "triste e sorumbático", a dissolução do gabinete já parecia inevitável. Continuou a escrever até o final

janeiro de 1875, mesmo mês em que iniciaram as crônicas de Nemo, o periódico ministerial anunciava a nova fase da revista, no seu oitavo ano, que passaria a ser produzida em dimensão maior e que os desenhos de Luiz Borgomainerio seriam estampados em duas cores.

[103] A transcrição na edição das *Obras do barão* colocou um ponto após a palavra "sempre" que não havia na publicação da revista, fazendo com que a frase final terminasse após a assinatura "Nemo", seguida do ponto final. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 311; *A Vida Fluminense*, ano 8, n. 384, 08/05/1875.

[104] Cf. SANTOS, 2018, p. 74-75.

[105] Na crônica de 13/03/1875 escrevia "O gabinete presidido pelo senhor visconde do Rio Branco tem semeado largamente no sentido de, um dia, colher, como fruto, a eleição direta. A lei de 28 de setembro, o ato mais civilizador de que entre nós há notícia, e o desenvolvimento da instrução pública em razão dos incessantes esforços do senhor conselheiro João Alfredo são provas exuberantes disso." RIO BRANCO, 2012, v.10, p. 282.

[106] Crônica publicada na revista *A Vida Fluminense*, ano VIII, n. 385, de 15/05/1875. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 313.

daquele ano, quando se despediu dizendo que Nemo morria junto com a revista.[107] Na prática foi apenas um longo intervalo, retomaria a assinatura em outras situações.

Iniciado no combate pela palavra impressa nas páginas do jornal *O Vinte e Cinco de Março*, afiou a pena ao longo do gabinete Rio Branco estando à frente de *A Nação,* sempre a postos para defender a posição de seu pai. Com o exercício do jornalismo encontrou um espaço de atuação onde pode desenvolver suas habilidades para participar do debate político. Esta prática permitiu que conhecesse mais de perto a forma como se operava a extensão da tribuna e percebesse o lugar que a imprensa ocupava na dinâmica política, atento a sua importância como um "termômetro de precisão matemática para ajuizar-se da felicidade de um povo."[108] Assinalava, assim, a questão: "Hoje, a coletividade social – por seu órgão, a imprensa – discute a marcha da política que os governos devem seguir, nas desinteligências que costumam manifestar-se nas relações oficiais de um Estado com outros."[109]

Paranhos Júnior cada vez mais se aproximava do perfil dos "homens de bagagem enciclopédica", que com o alargamento dos temas desenvolvidos pela imprensa décadas antes, havia caracterizado a atuação jornalística de nomes como Francisco Otaviano e de seu pai, que, assim como tantos outros, se anunciavam como publicistas.[110]

3.3. Artigos, efemérides e notas de rodapé: páginas para historiar

Além do conteúdo dedicado à política externa, foram publicados no jornal *A Nação* alguns artigos denominados "História Pátria", que podem ser atribuídos a Paranhos Júnior. O primeiro, divulgado em dois números de agosto de 1873, respondia a uma publicação do capitão Lázaro Garay no *La Nación*, de Buenos Aires. O assunto que motivou a reação foi uma menção à batalha de Ituzaingó.[111]

---

[107] A revista *A Vida Fluminense* publicou seu último número em 25/12/1875, quando anunciou que deixaria de circular, sendo substituída por um novo projeto a *Fígaro*, que iniciou sua publicação em janeiro de 1876, com ilustrações do mesmo artista Luiz Borgomainerio.

[108] *A Nação*, ano I, n.20, 25/07/1872. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 64.

[109] Artigo "Parte Ineditorial. O Império e as Repúblicas do Prata" publicado no jornal *A Nação*, ano IV, n.68, 06/04/1875. RIO BRANCO, 2012, v.10 - Artigos de imprensa, p. 287-288.

[110] MARTINS, op. cit, 2008, p.52.

[111] Artigo "História Pátria – A batalha de Ituzaingó" publicado no jornal *A Nação,* ano II, n. 173 e 174, 25 e 26/08/1873.

Diante do relato feito pelo militar argentino, que se refere a canhões brasileiros que teriam sido apreendidos na referida batalha, o autor alegava que, ou o capitão Garay ignorava a história militar de seu país, ou se fundamentava em "notícias falsas das gazetas do tempo e pelos boletins romances de Alvear, do almirante Brown e outros generais seus compatriotas."[112] Assim, introduzia uma breve explicação sobre o confronto. Citando documentos oficiais, defendia que nenhum canhão havia sido tomado do Brasil "A única coisa que o general vencedor mandou para Buenos Aires, foram 2 estandartes de cavalaria que encontrou nas bagagens no exército imperial, saqueadas e abandonadas pelos nossos próprios condutores, que eram todos guaranis da fronteira de Missões."[113]

Apresentava ainda algumas manifestações do marquês de Barbacena e do general Gustavo Brown corroborando o fato, além de um manuscrito inédito do major Adolfo Antônio Frederico Seweloh. Este documento merece particular atenção da historiografia. As informações preservadas no diário do oficial prussiano, que serviu junto às forças imperiais, passariam a ser citadas todas as vezes que Paranhos Júnior tratasse da batalha de Ituzaingó. Em nota ele comentava que o manuscrito, intitulado *Recordações da Campanha de 1827 contra Buenos Aires,* havia sido traduzido do alemão, em 1871, por Manoel Thomaz Alves Nogueira, por ordem do Ministério da Guerra. No entanto, ainda não havia sido publicada. De acordo com as anotações de Rio Branco, foi ele que teria sugerido a tradução do manuscrito, da qual preservou cópia completa no seu arquivo pessoal.[114] Cópia que, aliás, permitiu que apontasse erros e lacunas na posterior publicação destas *Recordações*.

O diário de Seweloh auxiliou na verificação dos dados que empreendeu sobre a batalha. Do mesmo modo citava as publicações do major Ladislau dos Santos Titara, de Antônio Deodoro de Pascual e do general Machado de Oliveira.[115] Todos invalidando o relato

---

[112] Nota-se que se refere da mesma forma em anotações no exemplar da *Exposición del General Alvear para contestar al Mensage del Gobierno* preservado na CBRB. Na folha de rosto do volume anotou logo abaixo do título "Romance". FISCHER, [1945], v.1, p. 46. No esboço biográfico do barão do Cerro Largo também se refere aos dados apresentados pelo general argentino como falsidades que foram muito repetidas no rio da Prata. RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 115-116.

[113] *A Nação,* ano II, n. 173, 25/08/1873.

[114] A anotação está em um encadernado sob o título *Memórias sobre a campanha de 1827 e a batalha de Ituzaingó*, onde reuniu separatas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. FISCHER, [1945], v.1, p. 116-117.

[115] Refere-se às obras citadas no capítulo anterior: TITARA, 1852; PASCUAL, 1864; OLIVEIRA, 1860. Não é demais lembrar que essas obras constam em inúmeras referências dos textos de Rio Branco, e que há exemplares dessas obras na CBRB, estando entre os itens mais anotados pelo barão, à exceção do Titara que é considerado um dos livros desaparecidos da sua coleção, conforme comentado anteriormente.

apresentado na *Exposición del General Alvear para contestar al Mensage del Gobierno*, ressaltando, inclusive que o general foi submetido ao conselho de guerra por tais declarações. Por último destacava um trecho do testemunho do militar oriental, Juan Antonio Lavalleja, que julgava ser capaz de impor "silêncio a todos os fanfarrões ignorantes do seu país."

> Convença-se o ilustre artilheiro que a história dessa guerra não há de ser escrita a vista dos boletins do general Alvear, que inventou vitórias como as del *Bacacahy*, del *Ombú* e del *Camacuan*, e não pôde, com uma força duas vezes superior, destruir o nosso pequeno exército em Ituzaingó. A recordação dessa batalha, em vez de envergonhar-nos, como supõe os nossos vizinhos, ignorantes da história do seu próprio país, deve encher-nos e enche-nos, a nós brasileiros, de verdadeiro e justo orgulho.[116]

O "artiguinho escrito às pressas", como ele se refere, expõe um pouco as disputas travadas pela memória das batalhas. Disputas que se estendem nas histórias contadas de cada uma delas. A batalha de Ituzaingó se converteu em caso representativo que pode ser acompanhada pelos escritos do barão do Rio Branco, sobre a qual iria escrever umas das mais extensas Efemérides.[117] Em dezembro do mesmo ano retomou o debate histórico nas páginas de *A Nação*, com o texto o intitulado "As vitórias argentinas de 1827"*,* onde abordou os episódios que se deram em Vacacaí, Umbu, Ituzaingó, Camaquã e Herval, muitos dos quais já havia citado como vitórias inventadas pelos inimigos.

A publicação do livro *San Matin y Bolivar: entrevista de Guayaquil*, do coronel Geronimo Espejo, provocou a manifestação que novamente refutava a versão apresentada pelos oponentes do exército imperial. O artigo acusava o autor de considerar os embates "esplêndidas vitórias" quando alegava que, na verdade, teriam sido eventos insignificantes, pequenos choques com as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata. Para justificar sua manifestação explicou o ocorrido em cada momento, tendo como referências as mesmas obras que fundamentaram seus comentários sobre a batalha de Ituzaingó, visto que correspondiam a embates ocorridos poucos dias antes e depois do combate de 20 de fevereiro. Atribuiu às declarações de Alvear, o mito das "vitórias esplêndidas".

Não poupou espaço para utilizar as informações que seguia reunindo sobre a guerra da Cisplatina, praticamente metade do jornal daquele dia foi dedicada à coluna "História Pátria".[118]

---

[116] *A Nação,* ano II, n. 174, 26/08/1873.

[117] RIO BRANCO, 2012, v.6 – *Efemérides Brasileiras*, p. 158-169.

[118] O jornal *A Nação* foi produzido em quatro páginas durante todo o período em que circulou. O referido artigo ocupava praticamente duas páginas inteiras do periódico. Considerando que a última página era dedicada aos anúncios, nota-se que a exposição sobre as batalhas ocupava dois terços do conteúdo daquele número do jornal.

Encontram-se no arquivo do barão do Rio Branco diversas notas sobre o assunto. Especificamente sobre Vacacaí (13/02/1827) e Umbu (15/02/1827) há alguns manuscritos com as informações que aparecem impressas no artigo, como é o caso de trechos de documentos transcritos.[119] As perdas, conforme registrado nos boletins do exército, eram mencionadas a fim de demonstrar que os argentinos sofreram mais prejuízos do que os imperiais em Vacacaí, o que não permitia considerar o "pequeno choque" uma batalha, menos ainda se falar em vitória.

Diante das dificuldades em localizar os registros no Ministério da Guerra e com intuito de confrontar dados, apontava em uma das suas notas de pesquisa: "Recorrer a alguns homens desse tempo para obter as informações que possam dar relativamente ao combate, as nossas perdas, e aos nomes dos comandantes daquelas baterias."[120] Assim, reuniu informações fornecidas pelo conde de Porto Alegre, general Osório, Luís Manoel de Lima e Silva e outros, conforme registrado nas suas anotações e assinalado em seus escritos.[121]

Aos dados oficiais acrescentava o testemunho de militares que participaram das ações. Sobre o episódio em Umbu refutava a versão de Alvear, tendo como base o relato de general Osório, futuro marquês do Herval. Assinalava que não encontrou o boletim oficial do exército sobre o embate, tendo utilizado apenas as informações que Osório havia fornecido a "um amigo nosso". O amigo em questão era, justamente, o seu pai. Tratava-se de carta de Osório ao visconde do Rio Branco, datada de 27/03/1871, em resposta a questionamentos encaminhados no mês anterior.[122] Procedeu do mesmo modo ao tratar de Camaquã (23/04/1827):

> Na falta de documentos oficiais sobre *el brillante combate del Camacuan* recorremos aos militares que serviram naquele tempo, e as informações que nos deram combinam em tudo com a seguinte exposição que devemos ainda ao bravo general Osório, que então servia às ordens de Sebastião Barreto.[123]

Neste capítulo de "História Pátria", Paranhos Júnior optou por não descrever a batalha de Ituzaingó, sugeriu a leitura dos artigos publicados em agosto, em que já havia tratado do

---

[119] AHI L871 M2 (Doc. 15) – *Combates de Vacacahy e Ombû em 13 e 15 de fevereiro*.

[120] AHI L871 M2 (Doc. 39).

[121] Além dos documentos do ABRB já mencionados destaca-se uma das observações presentes nas *Efemérides Brasileiras*, onde cita como fonte informações manuscritas dos generais L. M. de Lima e Silva, barão de Caçapava, Elisiário Brito e Emílio Mallet, que têm na sua coleção. RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 168.

[122] Material preservado no ABRB que contribui para atribuir a autoria do artigo. Carta de 27/03/1871 em resposta a missiva anterior de em 10/02/1871. Curioso notar que do trecho citado subtraiu o seguinte comentário de Osório "... sem embargo, a tática da nossa parte parece que estava na infância.". AHI L871 M2 (Doc. 7).

[123] *A Nação,* ano II, n. 274, 27/12/1873.

assunto, ao refutar as alegações do capitão Lázaro Garay. Apesar de reconhecer que os imperiais perderam o confronto, pontuou algumas questões que considerava suficiente para reiterar que não saíram vitoriosos, mas também não foram destruídos:

> Os argentinos contaram vitória só porque ficaram senhores do campo de batalha, mas a verdade é que o nosso pequeno exército soube manter a sua reputação de bravura, lutando com uma força duas vezes superior em número, repelindo todos os ataques do inimigo, e retirando-se sem ser destruído, como poderia tê-lo sido.[124]

Seguindo o mesmo procedimento utilizava informações de ofícios e de boletins dos exércitos, além das declarações dos militares em ação, para comentar o episódio de Herval (24/02/1827). A conclusão é similar às anteriores: segundo a sua análise, o embate não correspondia a uma batalha. Diante das questões que considerava deveras esclarecidas pela sua exposição, continuava a apontar as "invenções de Alvear" e como os argentinos persistiam a se basear nesses registros.

Cada menção a uma batalha reacendia as disputas pelo passado. O combate recomeçava. Os artigos de "História Pátria" publicados em *A Nação* provocaram manifestações da imprensa em Buenos Aires. Em fevereiro de 1874, Paranhos Júnior dedicou uma página inteira do jornal para comentar a repercussão e responder novamente questões sobre as batalhas da guerra da Cisplatina. A discussão é travada com o articulista de *El Nacional* de Buenos Aires, que devolvia as acusações, alegando que era o jornalista brasileiro que falsificava a verdade.

Na sequência, além de reunir todas as referências anteriores e reiterar suas conclusões, contestava os dados apresentados no livro *História de Rosas,* de Manoel Bilbao, utilizado na argumentação do periódico argentino. Ao apontar um engano sobre a narrativa de um dos combates retratados, buscava desqualificar a obra e invalidar a contestação "Esse erro que apanhamos ao acaso na obra do Sr. Dr. Bilbao, mostra que o articulista do *Nacional* deveria ter recorrido a outra obra."[125] Mais uma vez, discutia as perdas da batalha de Ituzaingó, confrontando dados, questionando as fontes e trocando ofensas. A troca de acusações não parou por aí.

No mês seguinte, *A Nação* transcreveu o artigo "O valor dos brasileiros", do mesmo *El Nacional*, centrando o debate nas notas de rodapé.[126] A publicação ainda reverberava os comentários de dezembro do ano anterior, e recuava sua análise ao passado colonial ressaltando

---

[124] *A Nação,* ano II, n. 274, 27/12/1873.

[125] *A Nação,* ano III, n. 33, 12/02/1874.

[126] O artigo "Imprensa Argentina" publicado no jornal *A Nação,* ano III, n. 51, 07/03/1874.

as rivalidades entre espanhóis e portugueses. E, assim, as discussões prosseguiram por alguns números.

O manuscrito de Seweloh voltou às páginas do jornal em julho de 1874. Por sugestão do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil havia solicitado ao Ministério da Guerra uma cópia da tradução das *Reminiscências* escritas por Seweloh. A proposta foi registrada no mês seguinte à publicação do primeiro artigo dedicado à batalha de Ituzaingó em *A Nação,* em setembro de 1873.[127] O pedido foi atendido prontamente pelo Ministério, tendo encaminhado a transcrição no mês seguinte. Coube à comissão de redação avaliar o documento para publicação na *Revista do IHGB*, conforme sugestão do 1º secretário.

Em julho de 1874 o jornal *A Nação* publicou o artigo "História Pátria - A campanha de 1827", onde comentou o parecer emitido pela comissão e aproveitou para esclarecer alguns pontos sobre as fontes da batalha.[128] Parte da ata do Instituto, transcrita na folha, apresentava a descrição do manuscrito e as ressalvas feitas no parecer. A comissão reconhecia o valor do documento como fonte para a futura História do Brasil e para a história militar, mas condenava as censuras feitas por Seweloh a militares imperiais e apontava algumas inexatidões.

Na sequência dos trechos transcritos, Paranhos Júnior demonstrou, através da compilação de quadros do exército, que Ladislau Titara havia trocado alguns números ao transpor os dados do documento oficial, observando que Seweloh havia utilizado a mesma fonte nas suas memórias, onde as informações permaneciam fiéis ao original. Desse modo, os estudos que se fundamentaram na obra de Titara acabaram reproduzindo as imprecisões do autor. Este aspecto é de grande importância para a argumentação sobre o combate, uma vez que, permitia refutar os números apresentados por Alvear na sua *Exposición* e possibilitava esclarecer a condição dos imperiais na batalha e justificar que amargaram a derrota, mas estavam em número e poder de fogo muito inferiores. Assim, ressaltava que a vitória seria improvável e a derrota poderia ser considerada honrada, com o número diminuto do exército brasileiro a resistência oferecida teria sido louvável.

---

[127] Trata-se do primeiro artigo mencionado na presente análise, o qual foi publicado em 25/08/1873. A proposta do cônego Fernandes Pinheiro foi apresentada na sessão de 12/09/1873 do IHGB. A ata da referida sessão menciona a leitura e aprovação da proposta.

[128] *A Nação,* ano III, n. 169, 31/07/1874. História Pátria – Campanha de 1827. Consta no arquivo do barão uma minuta inacabada com a continuação deste artigo, onde retifica alguns dados dos mapas do exército e desenvolve outras questões sobre o manuscrito de Seweloh e a campanha de 1827. No entanto, não localizei a publicação deste material no jornal. AHI L871 M3 (Doc. 14)

Mais interessante ainda é o manuscrito preservado no arquivo do barão com a retificação de dados deste artigo, onde Paranhos Júnior avançou em algumas observações sobre o conflito, apresentando os motivos que atribuía ao fracasso da campanha:

> Publicamos os mapas da força total do nosso exército e das milícias em 1827 para mostrar que o principal motivo para o mau êxito da guerra que sustentamos no sul desde 1825 até 1828 foi, além da impopularidade da luta e dos esforços feitos pela oposição na câmara dos deputados e na imprensa para torná-la odiosa aos brasileiros, a ignorância em que se estava a respeito dos recursos de que dispunha o governo de Buenos Aires e o profundo desprezo com que entre nós eram olhados os nossos vizinhos depois das vitórias das sucessivas que havíamos alcançado nas campanhas de 1801, de 1811 a 1812 e de 1816 a 1820.[129]

Ao comparar os quadros dos exércitos envolvidos no conflito concluía que, apesar das derrotas que vinha sofrendo, o quantitativo da força imperial era crescente, enquanto o inimigo teria sido reduzido à metade no mesmo período.[130] Apresentava estes dados a fim de demonstrar que a situação estaria a favor do governo imperial quando "a Inglaterra impôs aos contendores o trato preliminar de paz de 27 de agosto de 1828." Por fim, destacava que ainda que o Império não tenha mantido sob seu domínio o território da Cisplatina, os argentinos também não iriam incorporar aquela região, identificando estes como verdadeiros perdedores na questão.[131] Em seguida iniciava a apreciação dos quadros dos exércitos nos anos anteriores de 1825 e 1826, no entanto, não concluiu a análise, deixando essas anotações apenas em minuta no seu arquivo.

A "Seção Histórica" do jornal estampou também um necrológio do conde de Porto Alegre, artigo provavelmente da pena de Juca Paranhos.[132] Neste período, além dos textos publicados sob a identificação "História Pátria", o jovem jornalista reservou um espaço para suas notas históricas.[133]

Iniciou o ano de 1875 apresentando aos leitores da folha as "Efemérides históricas do Brasil". Projeto efêmero que acabou se tornando em uma espécie de ensaio para das *Efemérides*

---

[129] AHI L871 M2 (Doc.14).

[130] As forças imperiais teriam alcançado a marca de 11.000 homens em 1828, enquanto os inimigos de 10.557 restariam pouco mais de 6.000 no mesmo período.

[131] O trecho destacado da citação "os negociadores argentinos vieram, não a receber a joia da Cisplatina, mas a desistir dela; não a sustentar a pretensão da república sobre ela, mas a ceder do direito com que a mesma república se supunha, de inclui-la no seu território; **não a ganhar, mas a perder**." AHI L871 M2 (Doc.14).

[132] *A Nação*, ano IV, n. 153, 19/07/1875.

[133] Em setembro de 1874 o jornal publicou uma seção "História" com a transcrição de conferências de Pereira da Silva dedicadas a temas históricos, considerando o orador um "ativo colaborador da tribuna de conferências literárias". Publicação iniciada em 05/09/1874 n. 199. Merece destaque ainda o espaço dedicado a vários artigos publicados com apreciações sobre o livro *Jerusalém* de Pinto de Campos, constando, inclusive, uma crítica de Machado de Assis. *A Nação*, ano III, n. 180, 13/08/1874.

Brasileiras que iria escrever, anos mais tarde, no *Jornal do Brasil*. Ao todo foram publicadas, nas páginas de *A Nação,* quarenta e uma efemérides, em janeiro e fevereiro de 1875. O formato das pequenas notícias históricas também era utilizado por outros órgãos da imprensa. Desde agosto de 1874, por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo escrevia os "pequenos artigos de história pátria" no jornal *Globo*, que logo foram editados em um volume.[134]

As publicações dedicadas a temas históricos conquistaram espaço considerável nas páginas de *A Nação*, o que não era incomum na imprensa da época, e estava em harmonia com os estudos prediletos de um dos seus editores, Paranhos Júnior. A história pátria marcou presença no jornal, material que pode ser atribuído à pena de Juca Paranhos, dando lustro ao seu perfil de historiador.

3.3.1. Uma história em nota de rodapé

Em fevereiro de 1874 o jornal *A Nação,* em repercussão a uma matéria do *Rio-Grandense*, divulgava a publicação do livro *A Guerra da Tríplice Aliança,* de Louis Schneider, cujo primeiro volume havia sido lançado em Berlim dois anos antes.[135] A notícia destacava a pesquisa documental realizada para elaboração do trabalho, o qual considerava "uma resposta cabal às falsidades e calúnias do coronel Thompson". A menção refere-se ao livro *The War in Paraguay*, publicado em Londres, no ano de 1869. Nesta e em outras situações Paranhos Junior contestava a história da guerra escrita por de George Thompson, militar britânico que atuou no exército paraguaio durante a o conflito.[136]

Diante das considerações sobre a contribuição de Schneider, o artigo sugeria que o ministro da guerra, o conselheiro Junqueira, prestaria um grande serviço se providenciasse a tradução e divulgação da obra. Em pleno gabinete Rio Branco, a sugestão do filho do visconde,

---

[134] Em notícia no *Gazeta de Notícias* ed. 28 de 29/08/1875, Joaquim Manuel de Macedo informava que iria editar em volume os "pequenos artigos de história pátria" que publicava desde agosto de 1874.

[135] A obra foi lançada em quatro volumes entre os anos de 1872 e 1875, sendo o quarto volume destinado a publicação do Apêndice "Schriftstücke zur geschitchte des Krigesder triple-allianz gregen den dictator Lopes von Paraguay" (Documentos sobre a história da guerra da tríplice aliança contra o ditador Lopes do Paraguai). SCHNEIDER, L. *Der krieg der triple-allianz (kaiserthum Brasilien, Argentinische Conföderation und republik Banda Oriental del Uruguay) gegen die rigierumn der republik Paraguay*. Berlin: B. Behr'sche Buchhandlung, 1872-1875. *A Nação,* ano III, n. 44, 27/02/1874. Seção "Noticiário".

[136] É justamente nesta nota do jornal que destacava outros autores alemães que dedicaram estudos a assuntos do Brasil, como Ferdinand Wolf e J. E. Wappoeus, conforme assinalado no capítulo anterior.

publicada em folha partidária, não foi ignorada pelo ministro. No ano seguinte, o jornal informava que seria publicada uma tradução do referido livro em dois volumes, contando com revisão e comentários do "colega de redação" José Maria da Silva Paranhos Júnior.[137]

É bem verdade que *A Nação* já havia divulgado o primeiro capítulo da *Guerra da Tríplice Aliança*, acompanhado dos comentários de Paranhos Júnior.[138] Para esta publicação foi utilizada a tradução feita para o *Rio-Grandense,* por Carlos von Kozeritz,[139] e aproveitada uma breve nota introdutória, que apresentava o autor e a obra.

Os dois primeiros volumes da edição brasileira do livro de Schneider vieram a público nos anos de 1875 e 1876. [140] A tradução ficou sob responsabilidade de Manoel Thomaz Alves Nogueira, que havia vertido o manuscrito de Seweloh, em 1871. O histórico desde a publicação da obra em alemão e a repercussão na imprensa brasileira é mencionado no prólogo escrito pelo futuro barão. Neste texto comenta que foi a partir da leitura do capítulo divulgado pelo *Rio-Grandense* que decidiu realizar a transcrição em *A Nação*: "julguei indispensável acompanhá-lo de notas, que, por versarem sobre acontecimentos que há mais de dez anos estudo, me animei a traçar ao correr da pena, como são geralmente compostos os trabalhos destinados à imprensa diária."[141]

Cabe lembrar que os primeiros escritos de Paranhos Júnior derivam dos seus interesses pelos conflitos no Prata. Ao se dedicar à leitura e à pesquisa sobre o tema, avançou sobre a história da região. E durante a guerra contra o Paraguai acompanhou de perto os desdobramentos do conflito, tendo contribuído com a imprensa no período. Quando tomou

---

[137] *A Nação* de 01/03/1875. Seção "Noticiário – Notícias Locais".

[138] O Capítulo I acompanhado pelos comentários de Paranhos Júnior foi publicado no jornal *A Nação* em novembro de 1874.

[139] Sobre Carlos von Kozeritz - Das experiências de jornais alemães no Rio Grande do Sul, explicado pelas colônias de imigrantes na região, Ana Luisa Martins (2008) comenta que a atividade foi promovida pelos impressores que faziam parte desse contingente que se mudou para a região. Entre os nomes consta Carlos von Koseritz', que foi redator do jornal *Deutsche Zeitung* (Jornal Alemão) publicado em alemão na cidade de Porto Alegre.

[140] Vale lembrar que desde novembro de 1875 Paranhos Júnior não estava mais à frente do jornal *A Nação*. Alteração que pode ser associada ao encerramento do gabinete Rio Branco, ocorrido poucos meses antes, mas que não mudou a orientação da folha partidária, que continuou a circular até abril de 1876. Passadas as agitações que precederam o pedido de demissão do visconde da presidência do Conselho de Ministros, e depois da saída do jornal, Paranhos Júnior pode se dedicar ainda mais à edição brasileira da *Guerra da Tríplice Aliança*.

[141] RIO BRANCO, Prólogo. In: SCHNEIDER, L. *A guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay. (1864-1860) com cartas e planos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875. p. V.

conhecimento da obra de Schneider, sem dúvida, vislumbrou a possibilidade de utilizar as informações que vinha reunindo, para tanto dispunha das páginas do jornal *A Nação*.

Em linhas gerais, consoante os padrões da escola metódica, Paranhos Júnior defendia a pesquisa documental realizada pelo escritor alemão ressaltando o compromisso com a "verdade dos fatos", apontada como garantia de uma análise imparcial. Desse modo, considerava que o conteúdo que o leitor encontraria nas páginas adensadas pelas suas anotações correspondia ao material necessário "por quem houver de tomar a si a dificultosa empresa de escrever a história da Guerra do Paraguai, incontestavelmente a mais agigantada luta ferida na América Meridional."[142] As disputas presentes nas obras dedicadas a guerra também são lembradas nas palavras iniciais de Paranhos Júnior, comprometido com a defesa da imagem do governo imperial: "Pelo menos aqui se acham registrados seus principais feitos e tirados a limpo outros muitos que escritores estrangeiros adulteraram, tomados de despeito ou dominados de ódio ao Brasil."[143]

Aproveitava o espaço para explicar o trabalho realizado e justificar possíveis erros.[144] Tarefa que alegava ter exigido a leitura de vasta bibliografia e nova pesquisa documental. O que, em certa medida, deve ter sido facilitado pelos estudos que já havia realizado, principalmente das questões do Prata que antecederam o conflito, como ele mesmo chega a sugerir nas linhas iniciais. Se já havia comentado que o capítulo inaugural foi preparado no "correr da pena", aproveitava para imprimir a mesma justificativa aos demais, desculpando-se, previamente, por falhas eventuais.

> Consola-me, porém, a esperança de que com tais repetições, nada padecesse a clareza e **verdade dos fatos**, tendo sido meu único fito desfazer conscienciosamente os enganos, muito desculpáveis, do autor e **completar a sua exposição, sem preocupar-me com a questão de forma**, a que, aliás, se para tanto as minhas forças dessem, só poderia atender dispondo de mais tempo para uma leitura geral e seguida dos originais antes de os entregar ao prelo.[145]

Os primeiros livros dedicados à guerra contra o Paraguai demonstram como o distanciamento que se professava necessário para a escrita de uma história imparcial, poderia ser relativo. Antes mesmo do final do conflito, o mencionado livro de George Thompson já

---

[142] RIO BRANCO, Prólogo. p. VI. In: SCHNEIDER, 1875.

[143] Ibid.

[144] Salienta que não dispôs de tempo para revisões detalhadas. Informa que as notas ao primeiro capítulo correspondem ao conteúdo divulgado nas páginas de *A Nação*, e que as retificações e comentários aos demais capítulos foram concluídos entre os meses de setembro e dezembro de 1875.

[145] RIO BRANCO, Prólogo. In: SCHNEIDER, 1875. p. VI.

havia sido publicado, em 1869, e nos dois anos seguintes outros títulos foram lançados por Theodore Fix, Richard Burton, Charles A. Washburn e Emílio Carlos Jourdan.[146] Do mesmo modo, o primeiro volume de Schneider foi publicado em 1872. Tempo que o autor julgou suficiente, como expos no prefácio ao dizer "Necessário foi que decorresse algum tempo depois do acabamento das hostilidades para que se pudesse pensar em uma narração inteiramente imparcial."[147] A produção imediatamente após os eventos, evidencia as disputas por esse passado que ainda era tão recente.

Em janeiro de 1876 o jornal *A Nação* divulgava a edição brasileira do livro de Schneider, considerado uma "obra patriótica da maior valia".[148] Através da transcrição de impressões de um dos mais "estimados homens de letras", sem revelar seu nome, assinalava como motivação para tal empreendimento, a forma como a guerra do Paraguai aparecia em publicações da época. Considerando, assim, que o trabalho de Schneider fazia justiça à causa brasileira, sendo o autor um "historiador discreto e imparcial". A contribuição de Paranhos Júnior aparecia em destaque, chamando atenção para a quantidade de informações acrescidas e para a erudição demonstrada com a retificação de dados topográficos e históricos.[149] Curioso notar que *A Reforma* estampou no mesmo dia uma nota com teor muito semelhante, onde o usual confronto foi substituído por elogios: "De fato as notas que abundam na tradução do Sr. Schneider são da mais alta valia, e revelam da parte do Sr. Dr. Paranhos Júnior o mais apurado estudo, as mais acertadas pesquisas nos arquivos públicos e livros antigos sobre o Rio da Prata."[150]

A tradução do segundo volume da *Guerra da Tríplice Aliança* foi publicada ainda em 1876, restava apenas o terceiro e um apêndice, que não estavam no projeto inicial autorizado

---

[146] Os referidos livros são mencionados pelo barão do Rio Branco em suas notas e constam na CBRB, estando entre os exemplares acompanhados por anotações e notas apensas: Théodore Fix. *La Guerre du Paraguay*. Paris: CH. Tanera Editeur, 1870; Richard Burton. *Letters from the Battle-Fields of Paraguay*. London: Tinsley Brothers, 1870; Charles A. Washburn. *The history of Paraguay with notes of personal observations and reminiscences of diplomacy under difficulties.* Boston: Lee and Shepard, 1871; Emílio Carlos Jourdan. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1871.

[147] SCHNEIDER, 1875, Prefácio de 1872, p. IX.

[148] *A Nação,* ano V, n. 16, 22/01/1876. Seção "Literatura".

[149] Algumas linhas à frente não poupava os elogios "Há em todo trabalho do Sr. Dr. Paranhos grande soma de erudição, leitura proveitosa da história pátria e da de nossos vizinhos, perspicuidade, entusiasmo pela importância política e militar do Brasil e inquestionável patriotismo." *A Nação,* ano V, n. 16, 22/01/1876. Seção "Literatura".

[150] *A Reforma*, ano VIII, n. 16, 22/01/1876.

pelo Ministério da Guerra.[151] Contudo, algumas novidades e imprevistos acabaram por adiar a continuidade da publicação.

Depois de muita articulação e uma longa espera, em maio de 1876, Paranhos Júnior conseguiu a sua nomeação para exercer a função de cônsul-geral em Liverpool. Entre os argumentos mobilizados para dirimir as reservas do Imperador contra a designação, estava sua atuação combativa na imprensa, em defesa do governo, e a publicação do livro de Louis Schneider.[152] Vencida a resistência, ocupou-se com as providências para a mudança e a instalação na Europa. O trabalho sobre a guerra com o Paraguai, ficou em segundo plano. Apesar de ter sido encarregado pelo duque de Caxias em 1877 para conclusão do projeto, demoraria alguns anos para que a edição do terceiro volume voltasse à pauta.

Cabe observar alguns aspectos sobre as fontes utilizadas por Paranhos Júnior para elaborar as suas notas, utilizadas nos moldes dos textos que já havia publicado.[153] Destaca-se também o debate que empreendeu com outras obras dedicadas à guerra, principalmente com o mencionado livro de George Thompson. As primeiras interpretações da guerra são contempladas e debatidas com vigor. Ao contesta-las, centrado na prerrogativa de uma história imparcial, fundamentada em exaustiva pesquisa documental, Paranhos Júnior apresentava uma nova versão para os episódios narrados, construindo um texto paralelo ao do livro. Seus comentários redundaram na escrita de uma história da guerra dispersa nas notas de rodapé que complementavam, de certo modo, a obra do escritor alemão.

A todo tempo, apontava os trechos em que Louis Schneider se baseou no trabalho de George Thompson para, então, contestar os dados apresentados. É o caso, por exemplo, da batalha ocorrida em 2 de maio de 1866, em que Paranhos redigiu extensas notas para apresentar a sua versão dos fatos. Já sobre o confronto de 24 de maio do mesmo ano, observava que o

---

[151] Quando a edição brasileira foi autorizada pelo Ministério da Guerra, só os dois primeiros volumes haviam sido publicados. Logo em seguida, ainda em 1875, Louis. Schneider concluiu a publicação do terceiro volume e do Apêndice. Para que o projeto fosse concluído, foi necessária uma nova autorização, concedida em 1877.

[152] A indicação de Paranhos Júnior encontrou grande resistência no imperador D. Pedro II. O visconde do Rio Branco, que havia deixado a presidência do Conselho meses antes, buscou todo apoio possível para conseguir a nomeação de seu filho. Empreitada que contou com a ajuda de Caxias, que presidia o Conselho à época, e de Cotegipe, que comandava os Negócios Estrangeiros. O decreto de nomeação foi assinado pela princesa Isabel, como regente, durante a ausência do imperador. Em 1919, novamente na *Revista Americana* n.11-12, foram divulgados documentos que revelavam pormenores do caso. A história que causou especulações e comentários é relatada em detalhes pelos biógrafos do barão do Rio Branco.

[153] Seus apontamentos mesclavam o material que reuniu sobre o tema, utilizando relatos de militares – tanto aqueles divulgados na imprensa ou em opúsculos quanto aqueles coligidos por ele, comunicações oficiais, correspondências e periódicos.

autor não dispunha dos documentos necessários, complementando, assim, as informações sobre o episódio.[154]

Além dos comentários, Paranhos Júnior incorporou outros elementos à publicação original. A nota explicativa sobre os mapas que acompanham a edição contribuiu para reforçar a pesquisa realizada. Ele apontava as imprecisões de Schneider e acrescentava outras referências assinalando e explicando os itens incluídos, destacando, assim, a minuciosidade do seu trabalho.

Do mesmo modo, o Apêndice formado por "documentos justificativos", foi acrescido com itens selecionados, inclusive, alguns que apareciam apenas resumidos na edição alemã, foram integralmente copiados. Entre os acréscimos destaca-se a transcrição exaustiva de documentos relacionados à Convenção de 20 de fevereiro de 1865, celebrada por seu pai. Outra inclusão que merece menção é o comentário de Lewis e Estrada, publicado na edição em espanhol do livro de Thompson. Ao reproduzir esta nota, que tratava da batalha de Curupaiti, Paranhos Júnior contestou diversos aspectos do relato, por meio de documentos fornecidos pelo barão Homem de Melo.

As edições dos livros de G. Thompson e de L. Schneider evidenciam as disputas em jogo. O primeiro, lançado em Londres em 1869, foi traduzido para o espanhol e publicado em Buenos Aires no mesmo ano. Esta edição contou ainda com anotações e um apêndice que apresentava dados informados pelos generais aliados. Publicada originalmente em inglês teve grande repercussão entre leitores estrangeiros. Em carta a Homem de Melo, Paranhos comentava:

> Não temos até hoje um só trabalho semelhante, e todos os livros estrangeiros que falam da nossa guerra do Paraguai inspiraram-se na obra do Thompson. Ainda há dias folheei de um major prussiano Von Versen: é um resumo de Thompson, Washburn, Masterman, Hutchincon, todos tomaram por guia aquele detrator do Brasil. O mesmo Burton, apesar de conhecer-nos melhor, aceitou em muitos lugares da sua obra as informações inexatas do Thompson.[155]

A observação assinalava a importância que Paranhos Júnior atribuiu à edição da obra de Schneider, que foi organizada no mesmo formato que a versão de Thompson em espanhol. Preocupação oriunda dos preceitos da escola metódica e comprometida com o patriotismo alardeado pelo comentador. Pretendia oferecer um contraponto a favor da causa brasileira. Aproveitou o espaço das notas para contestar dados apresentados pelo autor, estabelecendo

[154] SCHNEIDER, 1876, v.2, n.3 p.41.

[155] Carta de Rio Branco a Homem de Melo. Liverpool, 07/07/1882.

intenso diálogo com sua obra. Para tanto, além do material de pesquisa que vinha reunindo, pode consultar documentos que nenhum outro pesquisador conseguiria naquele momento: os documentos oficiais do Paraguai interceptados no teatro de operações.

Cabe salientar que, em agosto de 1869, ao ser informado que o exército aliado havia apreendido os "papéis" do governo se Solano López, o visconde do Rio Branco demonstrou interesse em ter acesso aos mesmos. Em ofício ao conde D'Eu "rogava que os arquivos lhe fossem enviados, para serem por ele examinados."[156] A resposta do comandante-em-chefe das forças brasileiras foi despachada quase de imediato. Poucos dias depois o conde D'eu informava que havia encarregado o major João de Oliveira e Melo de lhe apresentar "parte do Arquivo do Governo do Marechal Francisco Solano Lopez", que havia sido interceptado na povoação de Peribebiú.[157] Ministro do Brasil em Missão Especial no Rio da Prata, o visconde do Rio Branco se encontrava mais próximo das operações militares, o que deve ter facilitado a comunicação e o acesso ao arquivo para que pudesse avaliar o respectivo conteúdo e definir o seu destino.

Naquela ocasião, Paranhos Júnior havia sido designado secretário da missão chefiada por seu pai. Esta era a segunda oportunidade de acompanhar de perto a atuação do visconde em negociações na região do Prata. Cenário que predominava entre seus estudos.[158] O contato com o arquivo apreendido deve ter despertado outras possibilidades no jovem Paranhos, para além do valor estratégico alegado nas solicitações de seu pai. Aliás, naquele momento já havia ingressado no quadro do Instituto Histórico e era lembrado por seu interesse pela história militar.

Passados apenas três dias o visconde acusava o recebimento do arquivo e informava que também havia solicitado ao Comandante de Pacupê, que remetesse "os papéis de Estado que soubera ali existirem."[159] Assim, somava esforços para reunir "documentos de grande importância para os aliados" que se encontravam espalhados pelo território em guerra.

De qualquer modo, em 1881, logo após a morte do visconde do Rio Branco, os "papéis do Paraguai" e outros documentos incorporados ao seu arquivo pessoal, foram encaminhados

---

[156] Ao descrever a coleção do visconde do Rio Branco José Honório Rodrigues relata o histórico da constituição deste conjunto documental. O Ofício ao qual se refere é de 24/08/1869. RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969, p.73.

[157] O ofício do Conde D'Eu a Paranhos é de 31/08/1869. Apud RODRIGUES, 1869, p. 73.

[158] Nota-se que até aquele momento Paranhos Júnior já era sócio do IHGB e havia publicado o *Esboço biográfico do barão do Cerro Largo*, *Episódios da guerra do Prata* e havia iniciado sua experiência na imprensa tratando inclusive dos conflitos em questão.

[159] RODRIGUES, 1969, p. 73.

para Biblioteca Nacional, pelo Ministro do Império, o barão Homem de Melo. Em correspondência Paranhos Júnior agradeceria o apoio e outras gentilezas prestadas pelo amigo.[160] Os mais de 49 mil itens correspondiam em grande parte aos documentos apreendidos em 1869, agora com intervenções de leitura em muitas das suas folhas, acrescidos de outras fontes acumuladas posteriormente, constituindo, assim, o conjunto documental que passou a ser denominado Coleção Visconde do Rio Branco.[161]

Paranhos Júnior compulsou essa documentação até sua partida para Liverpool. Alfredo do Vale Cabral, um dos mais destacados correspondentes do barão, quando dirigiu a seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, foi o responsável pela organização preliminar da coleção. Em carta de julho de 1886 informava sobre andamento do trabalho e ressaltava o valor da documentação:

> Quase toda relativa à história do Paraguai, contém numerosos documentos sobre a guerra e encerra alguns autógrafos de monarcas, chefes de Estado e pessoas notáveis da Europa e da América. Nela acham-se os papéis relativos ao aprisionamento do Marques de Olinda, o 1º passo dado por López para encetar a guerra. Os papéis de Berges são em grande cópia e as cartas de López também numerosas.[162]

Pode-se imaginar a importância de tais informações para os comentários à *Guerra da Tríplice Aliança*. No prólogo, o futuro barão explica o seu processo de revisão e assinala que consultou os arquivos das Secretarias de Estado da Guerra e da Marinha, além de ter solicitado informações a "testemunhas oculares". Não há menção direta à documentação paraguaia, contudo, em seus comentários, refere-se ao "arquivo de López",[163] indicando que o teria utilizado para a formulação das suas notas. É bem provável que ele não mencionasse diretamente as origens dessas fontes porque sabia que eram documentos oficiais paraguaios que

---

[160] Inicia dizendo que há dez meses não o escrevia e pede desculpas por tal silêncio. Escreve em agradecimento e se refere a "muitas finezas e atenção, que, antes e depois da morte de meu pai, minha família e eu recebemos de V. Exa., e de que tive mais uma prova no decreto concedendo uma pensão a minha mãe." Carta de Rio Branco a Homem de Melo. Liverpool, 07/07/1882.

[161] Cf. RODRIGUES, 1969, p. 73-74. Por muitos anos, foi reclamada a devolução dos documentos que correspondiam ao arquivo do Estado do Paraguai. Reparação que só seria concluída na década de 1980, quando o governo brasileiro restituiu a documentação, deixando de ser acusado de manter o acervo como um troféu da guerra.

[162] Carta de Vale Cabral a Rio Branco. Rio, 21/07/1886. *Anais da BN*, n. 73, 1954, p. 306.

[163] SCHNEIDER, 1875, v.1, p. 89.

poderiam ser reclamados e que, assim como outros arquivos apreendidos ao longo do conflito, deveriam ter sido encaminhados e ficado sob a guarda da Secretaria da Guerra.[164]

Nos anos 1880 a colaboração do barão Homem de Melo era intensa, com quem se correspondia com frequência para tratar da conclusão da edição da obra de Schneider. Juca Paranhos pode contar com o seu auxílio para conseguir cópias de documentos além de obter informações de indivíduos que participaram da guerra. Como se não bastasse, Homem de Melo confiou a Paranhos uma "coleção de documentos originais paraguaios, tomados em Lomas Valentinas: ofícios do Vice-presidente [Domingo Francisco] Sánchez, de [Jose] Berges, de Cândido Barroso ministro paraguaio em Paris e Londres, etc."[165]

Por essa mesma época, Paranhos Júnior relatava que a revisão estava sendo finalizada. Em extensa carta de julho de 1882 informava já ter iniciado a impressão das provas do terceiro volume.[166] No entanto, enumerava os problemas que dificultavam a versão definitiva. Explicava que o crédito disponível não seria suficiente para a execução do trabalho, que já ultrapassava a marca de mil páginas, ainda mais com os apêndices que, por si, configuravam praticamente um novo livro. As dificuldades de acesso a alguns documentos também eram mencionados para justificar a demora.[167]Além das providências sobre a publicação fazia algumas projeções, que animariam seu interlocutor e aumentariam as especulações sobre as histórias que prometia publicar:

> Estou ansioso por concluir até o fim do ano este horrível trabalho do Schneider, que tanto tempo me toma. Como nestes volumes tenho resumido em notas e documentos todo o material necessário para a *História da Guerra do Paraguai*, tenciono, para o

[164] Nesse sentido destaca-se uma nota em que comenta sobre documentos paraguaios apreendidos em Uruguaiana, na época da ocupação por Estigarribia. Informa que esses documentos foram publicados no Diário Oficial em novembro de 1865 e que os originais estavam na Secretaria da Guerra. SCHNEIDER, 1875, v.1, n.4 p. 197.

[165] Carta de Homem de Melo a Rio Branco. Rio, 13/10/1882. AHI L829 M4. No arquivo do barão do Rio Branco, em um dos maços atribuídos a sua produção intelectual, consta uma pasta com documentos sem identificação. Em meio a itens que correspondem a anotações de pesquisa, há um documento original em papel timbrado da Legação do Paraguai na França, datado de Paris, 07/07/1865, endereçado a José Berges, ministro das relações exteriores do Paraguai. Possivelmente, um dos itens oferecidos pelo barão Homem de Melo. AHI L876 M1.

[166] Carta de Rio Branco a Homem de Melo. Liverpool, 07/07/1882. AHI L829 M4.

[167] Os volumosos apêndices correspondiam a *Memória de Mitre* e a *Contra Memória do Almirante,* ambos documentos enviados pelo barão Homem de Melo a Paranhos Júnior, conforme registrado em carta datada de Rio, 30/09/1879. AHI L829 M4. Reclamava dificuldades para obter cópias de ordens do dia e outros documentos do Ministério da Guerra e para obter informações do barão da Penha. Contava, então com a ajuda de Homem de Melo para resolver essas pendências.

> ano, escrever essa história, mas dizendo apenas o essencial, e resumindo tudo em um volume de 300 a 400 páginas, que será publicada em **francês**.[168]

Com a escolha desse idioma pretendia facilitar a difusão do livro, para que conquistasse maior alcance entre leitores europeus. Planejava dar forma ao conteúdo esparso nas notas de rodapé, oferecendo, assim, uma história da guerra favorável à imagem do Império, já que o trabalho mais difundido daquele lado do Atlântico era justamente o contestado livro de George Thompson. Depois desta edição, que considerava de fácil execução, planejava retornar à escrita da sua prometida *História Militar e Diplomática do Rio da Prata*, desde a fundação de Colônia 1680 até a separação da Cisplatina 1828. Acreditava que em cerca de três anos concluiria todas essas histórias. O recorte e a temática tratavam de assuntos sensíveis à fluidez dos limites meridionais do território brasileiro. As edições de 1875 e 1876 da *Guerra da Tríplice Aliança* preservadas na CBRB estão repletas de apontamentos, praticamente metade das páginas conta com algum complemento manuscrito. Segundo os registros compilados por Jango Fischer, o desenvolvimento dos seus projetos o levava a continuar compulsando dados sobre a guerra do Paraguai.[169]

Paranhos Júnior afastou-se repetidas vezes do consulado em Liverpool entre os anos de 1882 e 1886. As licenças eram concedias em virtude de "serviço do Ministério da Guerra" para conclusão da edição brasileira da obra de Schneider. A justificativa é mencionada nos seus assentamentos funcionais em diversas ocasiões. Contrastando com a execução dos dois primeiros volumes, que foram concluídos em poucos meses, o terceiro parecia não ter fim. E realmente, não teve.

Apesar das expectativas, pouco foi concretizado. No ano de 1889, já nobilitado com o título de barão do Rio Branco anunciava o lançamento do terceiro volume, a referência consta nos textos que escreveu sobre a história do Brasil. [170] No ano seguinte, ele enviou as provas do terceiro volume ao barão Homem de Melo, que as levou ao conhecimento do então ministro da

---

[168] Carta de Rio Branco a Homem de Melo. Liverpool, 07/07/1882. AHI L829 M4 (grifo nosso).

[169] FISCHER, [1945], v.2, p. 319-320.

[170] Na Bibliografia do verbete sobre o Brasil, publicado na *Grande Encyclopédie* de E. Levasseur com a colaboração de Rio Branco, em 1889, consta informação de que os três volumes da obra de Schneider anotados e comentados pelo barão já haviam sido publicados. Sendo o primeiro e o segundo em 1875 e 1876 e o terceiro com a data daquele ano, 1889. LEVASSEUR, 1889, p. 80. Do mesmo modo, na biografia de d. Pedro II, assinada por Benjamim Mossé, mas de autoria atribuída ao barão do Rio Branco, consta uma citação a uma nota do referido volume, onde se lê: "A frota paraguaia, no mês de abril de 1865, contava 39 navios e muitas chatas (ver uma nota do Barão do Rio Branco à obra de SCHNEIDER, *História da Guerra da Tríplice Aliança*, 3º volume, págs. 194-195, Paris, 1889)." Contudo na bibliografia informava que a tradução do terceiro volume ainda não havia sido concluída.

Guerra, o marechal Floriano Peixoto.[171] Com a autorização de Floriano um novo crédito foi garantido para o prosseguimento da edição. Pouco depois, em junho de 1890, Rio Branco mencionava a D. Pedro II que a conclusão da obra de Schneider viria à luz no mês seguinte, o que, contudo, parece não ter acontecido. O terceiro volume não chegou a ser publicado pelo comentador e o destino das provas encaminhadas a Floriano Peixoto permanece desconhecido.

Em 1902, *A Guerra da Tríplice Aliança* foi reeditada pela Garnier, porém apenas os dois volumes iniciais. Somente após a morte do barão as anotações finais foram publicadas, ainda que parcialmente, na *Revista Americana*.[172] A primeira edição completa só viria a público na década de 1920.[173]

A pendência do terceiro volume não ofuscou a notoriedade que o trabalho conferiu a Paranhos Júnior. A partir de então ele passaria a ser identificado como grande erudito responsável pela revisão do conteúdo e das fontes compulsadas por Schneider. Acumulavam-se, contudo, as promessas e os inacabamentos que só faziam aumentar as apostas pelos seus textos.

3.4. *Supremum vale!* Zelar e honrar a memória do seu pai

> "Por que não dá uma edição preparatória? Deixe para mais tarde o definitivo, não é justo que quem tem feito tantas descobertas e achado tantas novidades, continue com elas trancadas."
>
> Capistrano de Abreu a Rio Branco[174]

Rio Branco não deu atenção ao conselho amigo de Capistrano de Abreu. Continuou postergando a conclusão da história militar e se viu envolvido em outros projetos que

[171] Carta de Homem de Melo a Rio Branco. Rio, 02/07/1890. AHI L829 M4.

[172] A *Revista Americana* publicou parte do 3º volume da obra de Schneider, com os comentários do barão, entre setembro de 1918 e dezembro de 1919, quando deixou de circular. *Revista Americana*, ano VII, n. 11-12 (set. – out./ 1918); ano VIII n.1-12 (nov./1918 a set./1919); ano IX n. 1-3 (out./1919 a dez./1919).

[173] "Por motivos diversos a obra não foi concluída e Rio Branco só conseguiu anotar o terceiro volume publicado em três fascículos pela Imprensa Militar, em 1924, 1925 e 1926. Infelizmente nem o tenente coronel Mario Barreto, nem o general Souza Doca, nem o general Tristão Alencar de Araripe, estes dois últimos convidados pelo Itamaraty, levaram a bom termo a tarefa.". ARAÚJO, Roberto Luiz Assumpção. Rio Branco: historiador. RIHGB 364, pp.442-450, jul./set. 1989. p. 445.

[174] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco. Rio, 25/01/1890. AHI L811 M1.

motivavam buscas por novos documentos. Capturado pelo "sabor dos arquivos" parecia aguardar um momento mais oportuno para se dedicar à redação de uma obra bibliográfica de fôlego. Nem mesmo publicou a biografia que havia escrito de seu pai.

Em contraste com essa atitude, à medida em que os seus escritos foram descoberto, após a sua morte, as publicações eram organizadas, sem qualquer hesitação. O manuscrito da biografia que escreveu do visconde do Rio Branco, sem o crivo da perfeição do seu autor, foi organizada e divulgada na *Revista Americana,* por um dos secretários mais próximos, Arthur Guimarães de Araújo Jorge.[175]

O periódico, vale lembrar, foi criado em 1909 com o patrocínio de Rio Branco, e depois de sua morte, dedicou um número especial à memória do barão em 1913, exemplar analisado no primeiro capítulo. Reverência que teve continuidade a partir de outubro de 1916 com a publicação de textos inéditos do seu primeiro mecenas. Naquele momento, a *Revista Americana* voltava a ser editada, após um intervalo de pouco mais de um ano, tendo permanecido em circulação até o final de 1919, sendo que os textos do barão do Rio Branco figuraram em todos os números desta última fase.[176]

Por uma nota editorial os leitores eram informados de que o conteúdo divulgado correspondia ao material preparatório para o que chamavam de um "monumento", ou seja, a obra completa projetada por Rio Branco: "Mesmo assim, não hesitamos em dá-los à publicidade, para que se possa formar uma ideia da vastidão do plano da História Militar do Brasil, desde os primeiros anos da época colonial até hoje."[177] Desse modo, foram divulgados, pela primeira vez, os *Apontamentos para a história militar* e parte das notas ao terceiro volume da obra de Louis Schneider.

Já a publicação da biografia do visconde do Rio Branco foi dividida em diversos números, tendo iniciado em dezembro de 1916 e concluído em julho de 1918.[178] O manuscrito

---

[175] *Revista Americana,* ano VI, n.3-12 (dez./1916 a set./1917); ano VII, n.1-10 (out./1917 a jul./1918).

[176] A *Revista Americana* circulou entre os anos de 1909 e 1919, de periodicidade irregular teve períodos de interrupções e passou por sensíveis alterações, desde o formato até o conteúdo. Desse modo, passou por três fases: a primeira abarca desde o lançamento em 1909 até dezembro de 1913; a segunda corresponde aos números publicados em 1915, como periódico quinzenal acompanhada de um *Suplemento Ilustrativo*; a terceira fase inclui os números editados entre 1916 e 1919, ano em que se encerrou sua trajetória. Nota-se que foram publicados 36 números na última fase da *Revista*.

[177] *Revista Americana*, ano VI, out./1916, n.1, p.8.

[178] Publicada em série, a biografia consta em vinte números da *Revista Americana*, levando um ano e meio para que a publicação fosse concluída. No texto *Introdução às obras do barão do Rio Branco*, Araújo Jorge comenta que, posteriormente, a biografia do visconde foi editada em volume, deve se tratar de uma edição pela tipografia

saía do confinamento das gavetas do seu arquivo para ganhar as páginas da *Revista Americana*. Ao mesmo tempo em que o periódico estendia sua homenagem ao antigo chanceler, garantia um valioso elemento de publicidade com a divulgação de inéditos do barão.[179]

Em escrita objetiva, Paranhos Júnior apresenta o personagem e sua origem. Ao seu modo, incluiu uma extensa nota de rodapé com esclarecimentos sobre o percurso de José Maria da Silva Paranhos, do nascimento na província da Bahia até sua chegada à Corte. Como já era de se esperar, desde as primeiras linhas, o autor evita qualquer assunto que possa comprometer a imagem do biografado.[180]

Dos aspectos que destaca da formação do futuro visconde do Rio Branco cita todos os atos formais desde o ingresso na Escola de Marinha, ressaltando que integrou o Corpo de Engenheiros, e enumerando as atividades que desempenhou na instituição, onde lecionou e chegou a exercer as funções de diretor da Escola Politécnica, que acabou se convertendo em uma das instituições de destaque na sua história.[181]

Em paralelo, aborda o ingresso tanto na imprensa quanto na política, elementos da sua história de vida que intercala com referências de outros autores. O recurso é utilizado por Paranhos Júnior como forma de manter o texto impessoal, deixando que os elogios sejam evidenciados por outros, o que poderia parecer mais isento do que enaltecer pela reverência filial. Assim, transcreve manifestações de personagens do cenário político imperial, como é o caso do visconde do Uruguai, do marquês de Abrantes, de Quintino Bocaiúva, e até mesmo de personalidades estrangeiras como Bartolomeu Mitre e André Llamas.[182]

---

do jornal *A Noite*, que consta na BHI: RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr, o barão do. *O visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite, [s.d.]. 348 p. Classificação: 553,04,018 Ac.86014.

[179] No mesmo período foram publicados outros inéditos localizados no acervo do barão. O ministro das Relações Exteriores, Lauro Muller, encaminhou para o IHGB os manuscritos da *História da Independência*, de Francisco A. de Varnhagen e das *Efemérides Brasileiras*, ambos publicados na *Revista do IHGB*, o primeiro em 1916 e o segundo em 1917.

[180] Paranhos Júnior escreve comprometido em zelar e honrar a memória do visconde, ainda que isso significasse faltar com a verdade. Ele relata o casamento dos pais do visconde como uma união legítima, quando, na verdade, havia um impedimento legal. No Prefácio às *Reminiscências* escritas por Raul do Rio Branco, Luís Cláudio Villafañe G. Santos chama atenção para o fato ao comentar que além de encomiástico o texto é marcado pelo "sacrifício da verdade". RIO BRANCO, 2023, n. 7 p.12.

[181] O visconde do Rio Branco deixou em testamento parte da sua valiosa biblioteca para a Escola Politécnica. Conforme registros dos Autos de Partilha de Bens, foram destinados à instituição 68 volumes encadernados de obras diversas e 40 em brochuras e folhetos, avaliados em 34$000 (trinta e quatro mil réis).

[182] Em especial o texto de Quintino Bocaiúva *Os nossos homens*, do qual extrai inúmeras passagens sobre o visconde. Destaca-se também a referência a Andrés Llamas, consta na CBRB um livro de P. Pedro Lozano, *Historia de la consquista del Paraguay,* com dedicatória do representante uruguaio ao visconde. FISCHER, [1945], v.1, p. 221.

O esforço é notável, mas mera ilusão. O biógrafo não conseguiu se manter distante do seu biografado. A devoção à figura paterna define o tom do texto, em que o visconde do Rio Branco é representado como a "encarnação perfeita do homem de estado"[183]. E sua carreira política traçada como de um "ilustre estadista".[184]

Paranhos Júnior destaca o papel que a atuação na imprensa teve na trajetória de seu pai. Afinal, foram seus artigos no *Jornal do Commercio* que despertaram o interesse do político Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, e garantiram sua designação como secretário na sua primeira missão ao Prata.[185] O convite, feito em maio de 1851, selou o início de uma relação que garantiu um valioso apadrinhamento a Silva Paranhos. Marcou também a mudança de orientação política. Alinhado anteriormente aos liberais, tendo, inclusive, iniciado a prática de imprensa na folha partidária *Correio Mercantil*, passava ao círculo dos conservadores. Decisão que foi acompanhada por críticas à época e que seriam contestadas pelo filho biógrafo.

A defesa se estende nas notas em que Paranhos Júnior se manifesta a favor da separação entre as questões de política externa e das de política interna, de modo que para ele a atividade diplomática não poderia estar suscetível a diferenças partidárias. A representação do Império em questões internacionais deveria ser, acima de tudo, uma forma de servir à pátria e defender os interesses públicos. Argumentação valiosa que é articulada para justificar a atuação de Silva Paranhos. A política externa no Segundo Reinado se configurou sob a "aparência de uma política de Estado"[186] que deveria manter-se alheia às paixões das bancadas no Parlamento. Aspecto que posteriormente seria mobilizado pelo barão como orientação marcante dos seus discursos ao longo da sua gestão do Ministério das Relações Exteriores. Cabe observar que o

---

[183] A observação é de Raul do Rio Branco, que no seu livro *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, assinala que, para o barão, "o maior dos brasileiros foi Pedro II, depois do qual o Visconde do Rio Branco lhe parecia a encarnação perfeita do homem de Estado." RIO BRANCO, Raul. 2023, p.26.

[184] Termo utilizado diversas vezes ao longo do texto para se referir ao visconde do Rio Branco, assim como a outros personagens como o marquês de Paraná.

[185] Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) foi nomeado ministro plenipotenciário na região do Prata para conduzir negociações com o governo da República Oriental do Uruguai. Ao discutir os limites entre o entre as duas nações, o governo imperial oferecia apoio ao uruguaio nas disputas contra a Argentina, desde que desistisse de reivindicações quanto ao território disputado. Cf. GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 32-35. O resultado satisfatório da missão garantiu a Honório Hermeto o título de visconde do Paraná, concedido pelo imperador em 26/06/1852.

[186] Expressão utilizada por Luís Cláudio V. G. Santos no capítulo 22 *No imbróglio do Acre, no meio do fogo político do Rio, entre gente toda nova*, ao analisar a questão e demonstrar que a suposta autonomia não se sustentava na prática. Cf. SANTOS, 2018, p.282-307.

preceito defendido nem sempre correspondia à prática, mas funcionava muito bem como recurso retórico.

Por sua vez, recorre a uma manifestação de Bartolomeu Mitre para assinalar outro importante fator que o autor relaciona à missão de 1851. No comentário, o general argentino destacava o desempenho de Silva Paranhos como "a alma dessa missão" e observava que a partir dessa experiência ele "se tornou um homem identificado com as questões do rio Prata."[187] As duas citações fazem parte do editorial do jornal *La Nación,* publicado um dia após a morte do visconde. De fato, ao longo de vinte anos ele atuou em missões enviadas ao sul para negociar diferentes questões com os países limítrofes.[188]

A condução de Silva Paranhos em cada ocasião é descrita no texto biográfico, ressaltando aspectos que valorizavam o personagem e o defendiam, sempre que julgava necessário. Esta abordagem imprimiu fortes traços tanto no perfil do visconde quanto no do seu filho, configurando um importante aspecto na trajetória do primeiro, que acabaria por conduzir interesses do segundo, que, desde muito jovem, acompanhou o pai. Inicialmente, como observador, pode ensaiar seus primeiros passos em questões diplomáticas, estando sob a orientação que combinava a figura paterna com a do homem público, que alcançava destaque na política imperial.

Além da atuação na região do Prata, o biógrafo pontua outros momentos da carreira do visconde. Do cenário político brasileiro inclui algumas observações sobre a Política de Conciliação inaugurada pelo gabinete do marquês do Paraná, do qual Paranhos participou como ministro da Marinha. Nesse sentido, o autor tece alguns comentários sobre as configurações dos conservadores e liberais, comparando o caso brasileiro com a história política da Inglaterra:

> Na Inglaterra, ninguém perde tempo em censurar um homem político porque passa do partido *whig* para o *tory*, ou vice-versa. Todos sabem que isso importa apenas uma mudança de aliados, e não de princípios políticos, pois a linha que separa os dois grandes partidos constitucionais ingleses é quase imperceptível. O mesmo dá-se entre nós, quando ainda nos últimos tempos víamos liberais como o visconde do Rio Branco entre os conservadores, e, no campo liberal, homens como Zacarias, essencialmente autoritários, ultraconservadores e clericais.[189]

Tais ponderações levam à reflexão sobre a posição do visconde nesses arranjos políticos. Desse modo, longas citações de pronunciamentos no Parlamento são transcritas no texto, dando

---

[187] RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p. 157.

[188] O visconde do Rio Branco atuou em missões nos anos de 1851, 1857, 1864, 1869 e 1870. Cf. LINS, 1965, nota 14 p. 12.

[189] RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p. 168.

voz ao biografado. Entre os trechos selecionados por Paranhos Júnior, para endossar a defesa do pai, destaca-se uma passagem do discurso proferido em 20 de junho de 1859:

> Eis o que disse Canning, *whig* distinto, liberal como devem ser os conservadores do Brasil, respondendo a igual acusação: 'Respondo a meus adversários que o dever do homem de Estado consiste em manter-se entre os extremos, evitar assim as aberrações do despotismo, como a licença de uma liberdade sem freio, conciliar o poder com a liberdade, não entregar-se a experiências afoitas ou a teorias nebulosas, mas esclarecer-se na direção dos negócios com todas as luzes úteis e salutares, e adotar todo o princípio generoso e liberal com sabedoria e circunspecção.'[190]

Ainda no período da Conciliação comenta a assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 6 de abril de 1856 com o Paraguai. Todos os instrumentos diplomáticos mencionados no texto carregam elementos sensíveis de disputas da região que seriam acompanhadas de perto na narração de Paranhos Júnior. Atos que estão vinculados aos conflitos da época e às relações entre as jovens nações americanas. Abordar essas questões implicava conhecer o seu histórico para compreender as exigências e argumentos apresentados. À medida em que parte da biografia do visconde se inscreve por essas negociações é possível notar como o autor acompanhou os aspectos que envolviam a temática durante a atuação do pai.

No exame da carreira política, não deixa de enaltecer a condução de Silva Paranhos na câmara vitalícia. Afinal, desde que foi eleito senador pelo Mato Grosso, em 1862, converteu-se na voz da oposição ao gabinete liberal. Assim, ressaltava os valores que pretendia identificar no biografado que, segundo o autor, priorizava o "interesse público e a causa da pátria" em detrimento do partido.[191] A ponderação ajudava a justificar o posicionamento que, por vezes, não se alinhava a alguns conservadores.

Paranhos Júnior traça um panorama das questões do Prata que antecedem a deflagração da guerra contra o Paraguai. Apresenta as circunstâncias encontradas pela missão especial chefiada por seu pai, em novembro de 1864, de modo a ressaltar as complicações que se desenrolaram entre os diferentes governos até o momento das negociações. Vale lembrar, mais uma vez, que o assunto estava entre seus principais interesses de estudo e sobre o qual seguia reunindo muitas informações, conforme evidenciado anteriormente.

Retratava a situação entre a Confederação da Argentina, a República Oriental do Uruguai e o Império do Brasil, naquele momento. Diante deste cenário, assinalava como o

---

[190] Ibid. p. 170.

[191] RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 196.

ministro plenipotenciário atuou, justificando as negociações empreendidas e os acordos estabelecidos, delineando, assim, a condução do conflito. Um ato em particular é destacado pelo autor: a Convenção de paz de 20 de fevereiro de 1865.[192]

Diante de desacordos e questionamentos a defesa apaixonada do pai é sustentada por Paranhos Júnior com documentos do governo, e com a descrição do contexto político uruguaio, aspectos que fundamentaram a negociação e celebração da Convenção. A questão controversa é apresentada com todos os esclarecimentos que julgou necessário para justificar a forma como o visconde conduziu o assunto:

> Não se tratava, diante de Montevidéu, de uma convenção militar, mas de uma negociação essencialmente política. (...)A base principal do acordo e o grande empenho do governo imperial era que Flores fosse reconhecido como presidente da República. Ora, segundo o direito público dos três Estados, Brasil, República Oriental e República Argentina, a imposição de pessoa que deva governar a República Oriental é caso de ofensa à independência desta República.[193]

A Convenção sofreu duras críticas daqueles que eram partidários de uma intervenção imperial. Paranhos Júnior soube explorar o jogo político para realçar a figura do pai, sobretudo ao expor a rivalidade que se estabeleceu na ocasião entre ele e o almirante Tamandaré. [194] O debate se propagou de tal forma[195] que o governo imperial demitiu o plenipotenciário, emitindo documento oficial enquanto ele ainda estava em Montevidéu.[196] O biógrafo explorou o incidente da demissão para desautorizar o almirante.

---

[192] A fim de negociar os termos de um acordo entre o governo imperial e o Uruguai, eliminando, assim, um dos conflitos em que o Brasil estava envolvido, Silva Paranhos conduziu as conferências com os respectivos representantes. Concluídas as negociações em 19 de fevereiro, adiou-se a assinatura para o dia seguinte, de modo que o acordo fosse selado em dia simbólico, já que 20 de fevereiro remetia a data da batalha de Ituzaingó. A tarefa enfrentou resistência de Joaquim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré, que, à frente da força naval e tendo exercido funções diplomáticas até a chegada de Paranhos ao Prata, se ressentia dos plenos poderes concedidos pelo governo imperial ao chefe da missão especial.

[193] RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 213.

[194] Em abril de 1864 o marquês de Tamandaré havia sido nomeado comandante em chefe das forças navais no rio da Prata. Meses depois, com o agravamento da situação foi designado junto ao conselheiro José Antônio Saraiva para conduzir as negociações a fim de chegar a um acordo diplomático para a questão. Sem sucesso, Saraiva retornou à Corte, ficando Tamandaré responsável também pela representação diplomática. DORATIOTO, 2002. p.53-59.

[195] O almirante havia comemorado, junto com os demais representantes, a conclusão do caso em Montevidéu, mas acabou mudando de opinião e apresentou sua demissão, o que provocou grande repercussão na imprensa de oposição que aproveitou a oportunidade e condenou a atuação de Silva Paranhos.

[196] Vale lembrar que no momento Francisco José Furtado estava à frente do gabinete liberal. A demissão foi sugerida ao imperador por ministros deste gabinete. Em sua defesa Silva Paranhos atribuiu sua demissão à diferença partidária "(...) tomando por alvo o negociador brasileiro, que não era da mesma seita política." RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 225

O detalhamento da Convenção no texto é justificado pelo autor tanto pela importância que atribui para os desdobramentos da guerra do Paraguai, quanto pelo lugar que ocupa na trajetória do visconde,[197] que ao retornar ao Rio de Janeiro, pronunciou sua defesa em discurso no senado.[198] Posteriormente, o relato de Machado de Assis sobre este pronunciamento se tornou citação recorrente em textos que tratam do assunto. Ao retratar o "velho senado", o escritor destacava a lembrança que preservava daquele dia "Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita."[199] Aliás, mais significativa é a anotação do barão preservada em um dos seus cadernos de notas "O discurso de meu pai, no Senado, sobre a Convenção de 20 de fevereiro, deu-me a maior emoção da minha vida no período acadêmico. Vi mais do que nunca quanto havia colocado a minha existência na dele."[200]

A admiração registrada em muitas das suas anotações transparece no texto biográfico. Em outra nota das suas cadernetas Paranhos Júnior destacou a seguinte frase do visconde "Nunca aspirei nem aspiro senão legar a meus filhos o nome que devo a uma vida sempre laboriosa e honrada." [201] Menção ainda mais simbólica para o futuro barão, que não só herdou o nome completo do pai como também seria agraciado com o título de Rio Branco.

Não por acaso, entre as principais fontes utilizadas nesta parte do texto está justamente o opúsculo editado em 1865, que reunia a manifestação de Silva Paranhos no senado[202] e de

[197] Ao encerrar a questão Paranhos Júnior pondera "Estendemos talvez muito sobre os acontecimentos da Missão Especial que desempenhou então no rio da Prata o ilustre cidadão que a pátria acaba de perder, mas pareceu-nos conveniente dar nesta parte mais desenvolvimento ao presente trabalho." RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 241.

[198] A demissão foi publicada no *Diário Oficial* em 10 de março de 1865 sugerindo que Paranhos não havia atendido inteiramente às orientações que recebera "O acordo celebrado não atendeu tanto quanto devia as considerações que fizemos anteriormente." RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 223. Dada as condições de comunicação da época, Paranhos recebeu a notícia em Montevideu, apenas em 14 de março quando estava em um banquete comemorativo ao aniversário da imperatriz.

[199] ASSIS, Machado de. *O velho senado*. Brasília: Senado Federal, 2004. p.49.

[200] Apud SANTOS, 2018, p. 49.

[201] AHI – Caderno de notas n.2

[202] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, visconde do. *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguaiana*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865. No exemplar preservado na CBRB consta assinatura de Paranhos Júnior datada de 05/12/1865. Em uma das páginas o barão transcreveu uma carta de Bartolomeu Mitre de 19/05/1865, onde parabeniza a atuação de Paranhos para assinatura da Convenção de paz e lamenta o episódio da demissão. FISCHER, [1945], v.1, p. 218-219.

seus partidários, conforme publicadas em jornais da época. [203] Faz parte do folheto a carta "Aos meus concidadãos" que o conselheiro Paranhos escreveu quando tomou conhecimento da demissão e tão logo fez publicar no *Jornal do Commercio*. [204] Do acalorado debate no senado citou cada um dos nomes daqueles que condenaram e daqueles que apoiaram o ministro plenipotenciário. [205]

Se é certo que Silva Paranhos saiu fortalecido do episódio, o texto de seu filho ajudou a leva-lo à posteridade. Sua escrita que se assemelha a uma peça de defesa, onde enumera os pontos utilizados pelo governo para justificar a demissão e a cada um deles discorria, sem pressa, reunindo e apresentando as provas da sua argumentação, escrevendo como dedicado advogado.[206]

O interesse e o domínio sobre o tema da guerra do Paraguai permitiram ao autor avançar no seu relato. Desse modo, desenvolveu aspectos do conflito, abordando o papel desempenhado por Silva Paranhos tanto na fase inicial, quanto no encerramento da guerra. Afinal, tendo escrito a biografia em por volta de 1881, pode aproveitar o material de pesquisa utilizado para os comentários à obra de Schneider, além de tantos outros documentos que vinha reunindo para a escrita da história militar e diplomática do Prata. Vale lembrar que neste momento retomava o trabalho para conclusão do terceiro volume da *Guerra da Tríplice Aliança*, e planejava publicar uma história da guerra do Paraguai, conforme visto anteriormente.

Na última fase da guerra, quando os conservadores estavam de volta ao comando do governo, o conselheiro Paranhos foi designado para uma nova missão especial.[207] Como ministro plenipotenciário partiu para Assunção em 1º de fevereiro de 1869, encarregado de organizar um governo provisório, o qual ficou estabelecido em agosto daquele ano. Na ocasião, mesmo sem conseguir a designação oficial, Paranhos Júnior acompanhou o pai, tendo

---

[203] Essas edições são citadas na biografia e constam na CBRB. CASTILHO, José Feliciano de (Epaminondas). *A grande questão do dia: o acordo de 20 de fevereiro*. Pernambuco: Correio do Recife, 1865; FERREIRA, João Carlos de Souza. *A missão Paranhos, ou, A paz no Uruguai*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1865.

[204] Paranhos Júnior informa que a carta "Aos meus concidadãos" foi publicada no *Jornal do Commercio* de 21/03/1865 e que também consta no livro *A Convenção de 20 de fevereiro*, p. 260. RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, nota 139 p. 226.

[205] Mencionados os julgamentos contrários, arrola todas as manifestações favoráveis a Paranhos dos representantes estrangeiros reunidos em Montevidéu e dos brasileiros que assumiram campanha na imprensa, destes seleciona longos trechos para compor o texto, já as críticas figuram na letra miúda das notas de rodapé.

[206] Sobre o desenvolvimento desses aspectos RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p. 236-242.

[207] Fazia parte do gabinete do visconde de Itaboraí, chefiando a pasta dos Negócios Estrangeiros, quando foi designado para uma nova missão especial. Momento em que as forças paraguaias haviam recuado para o interior e os aliados haviam ocupado Assunção.

permanecido até 23 de abril, quando retornou à Corte para assumir seu primeiro mandato como deputado. No entanto, o filho não menciona sua presença na missão, citando apenas os secretários oficialmente nomeados.[208]

Merece destaque Luís de Alvarenga Peixoto, designado adido de primeira classe. Escritor que publicava poesias em revistas ilustradas, pouco depois, assinou uma biografia dedicada ao visconde. Livro que, aliás, traz uma dedicatória ao jovem Paranhos: "Dedicando-te o meu livrinho, que narra abreviadamente a vida de teu pai, é como se o dedicasse à mocidade, cheia de nobres e ardentes aspirações, que simpatiza com as grandes questões em que se agita a humanidade."[209] Os *Apontamentos* de Alvarenga Peixoto estão entre os escritos citados por Paranhos Júnior, que transcreveu muitos trechos ao redigir o seu texto biográfico.

Por ocasião da missão especial, o visconde acompanhou de perto os últimos episódios da guerra.[210] Participação celebrada por seu filho,[211] que não se furta em enaltecer também o papel desempenhado pelo conde D'Eu, considerado por ele um "ilustre vencedor" das batalhas finais, a quem "coube a glória de pôr termo à longa guerra".[212] Já as críticas, reservava para suas anotações pessoais. Nas *Ordens do Dia* de 1869-1870, repreende a referência feita pelo conde D'Eu ao visconde de Herval como "o mais ilustre, o mais benemérito dos lidadores desta guerra". Ao lado do trecho escreveu "E Caxias? Esta declaração seria um inconveniente e uma injustiça se não fosse uma infantilidade. O príncipe estava então muito moço."[213]

Centrado na atuação do seu pai, pontuou alguns aspectos do final da guerra destacando o título de visconde do Rio Branco, conferido pelo imperador, e as valiosas insígnias da ordem do Cruzeiro, cravejadas de brilhantes, que foram oferecidas por seus partidários.[214]

---

[208] Identifica apenas os secretários efetivos da missão que foram Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e Luís de Alvarenga Peixoto, adido de primeira classe.

[209] PEIXOTO, op. cit., p. I. (Dedicatória).

[210] Em função da missão especial, Paranhos partiu em fevereiro de 1869 e apenas em agosto de 1870 retomava suas atividades da pasta de Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro.

[211] "Com os restos esparsos desse povo infeliz, Paranhos reorganizou o Paraguai, salvando essa nacionalidade, e mostrando ao mundo que o Brasil não queria, como era crença geral, a conquista ou a partilha daquele país." RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p. 251.

[212] Ibid. p. 251-252

[213] FISCHER, [1945], v.2, p. 397.

[214] A carta imperial que concede o título de visconde do Rio Branco data de 3 de novembro de 1870. RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p. 253.

Homenagens que são citadas pelo autor como verdadeira redenção da demissão de 1865.[215] Nas suas palavras, o reconhecimento pelo trabalho como ministro plenipotenciário garantiu a escolha para que chefiasse uma nova missão de 1870. Diante de maior prestígio, conseguiu a designação oficial para seu filho, que pode acompanhar a negociação do tratado definitivo de paz.[216]

A biografia escrita pelo afeto filial é comprometida, em cada linha, com a imagem que pretende projetar. Leitura sedutora de uma narração que busca dissipar qualquer elemento que possa comprometer a figura do grande homem, repleta de armadilhas de uma ilusão biográfica. Fala-se dos últimos momentos da guerra sem mencionar os abusos cometidos pelos aliados, sem comentar os saques em Assunção, ou a hesitação do Conde D'Eu em assumir o comando, ou ainda sem falar sobre a composição do exército imperial, com expressiva presença de pessoas que eram escravizadas. Aliás, este seria um dos fatores fundamentais para o debate do elemento servil que predominaria na cena política posterior.

No texto de Paranhos Júnior a história segue tal qual um fluxo tranquilo e contínuo, conduzida pela atuação do visconde. Sobre o gabinete Rio Branco, considerado momento auge da sua trajetória política, buscou realçar reformas empreendidas no período, sobretudo, a reforma do "elemento servil", assunto que privilegia ao ocupar-se do legado do seu pai.

O tema já havia sido mencionado no texto ao citar os projetos de Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, apresentados em 1867.[217] Na passagem, assinalava as "ideias capitais" que propunham a "emancipação gradual dos escravos", o que fomentou intensos debates no Conselho de Estado, os quais são acompanhados de modo a ressaltar o posicionamento do conselheiro Paranhos à época. A preocupação do autor em detalhar a questão é mais uma das suas defesas à atuação do seu pai. A participação pouco expressiva do visconde nos debates de

---

[215] Afeito ao detalhe, ocupa metade da página com uma nota onde cita 91 nomes dos 300 signatários que contribuíram com as subscrições das valiosas insígnias de brilhantes. Cabe observar que a honraria havia sido concedida em 1858, à ocasião a condecoração era retomada pelo oferecimento da peça. RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, nota 158 p. 253.

[216] Projeto discutido ao longo de três meses e concluído em 25 de janeiro de 1871.

[217] O Imperador Pedro II, em nota a Zacarias em 1864 chamava atenção para o caso da guerra civil americana, e necessidade de lidar com a questão da escravidão no Brasil, a fim de evitar a exacerbação em cenário que vislumbrava não estar muito distante. A proposta da libertação do ventre da mulher escravizada seguia o exemplo pela opção mais conservadora de lidar com a questão. p. 63 Projeto de Pimenta Bueno fora encomendado pelo Imperador em 1865, entregue em 1866, discutido no Conselho em 1867. A guerra e a necessidade de libertar escravizados para atuarem no conflito pressiona o debate, torna imperativo enfrentar a questão e encontrar uma forma de equacionar o problema. Cf. Ricardo Salles. As águas do Niágara: crise da escravidão e o ocaso saquarema, de Ricardo Salles. In: GRINBERG, K., SALLES, R. (org.) *O Brasil imperial, volume III: 1870-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 39-82.

1867, ganhou outros contornos no relato do filho que destacou o alinhamento de Silva Paranhos com a maioria das propostas do projeto de Pimenta Bueno alegando que naquele momento ele estava de acordo com a opinião majoritária do Conselho, que condicionava as medidas sugeridas ao fim da guerra.[218]

Desse modo, Paranhos Júnior argumentava que com o encerramento do conflito, diante de circunstâncias mais favoráveis para avançar nas discussões, um novo projeto, fundamentado na proposta de 1868, foi aprovado e materializado na Lei de 28 de setembro de 1871. Ato realizado no gabinete Rio Branco que sucedeu justamente a breve liderança do marquês de São Vicente.[219]

Cabe observar que um dos fatores que podem ter sido decisivos para que o visconde alterasse seu posicionamento foi a sua experiência como ministro plenipotenciário no Paraguai, ocasião em que teria ficado ainda mais evidente o isolamento do Império pela manutenção da escravidão.[220] Paranhos utilizou a experiência dessa impressão negativa causada pela escravidão na sua argumentação em 1871: "O mal-estar da escravidão não era mais uma constatação genérica, mas uma vivência concreta, experimentada exatamente no momento em que a política imperial conhecia seu ápice."[221] No entanto, não há qualquer referência a esses aspectos no texto biográfico.

Paranhos Júnior menciona, mas não aprofunda sobre as discussões em torno do projeto, embora considere a aprovação da lei uma realização que tornou o visconde "o mais prestigioso e popular dos nossos estadistas".[222] Buscou manifestações de todos os lados para ilustrar um regozijo geral, preferindo muitas vezes evidenciar as palavras de oradores da oposição, a fim de conferir maior credibilidade. Assim, pelas palavras de Francisco Otaviano o visconde era aclamado como homem de estado que "dominou os obstáculos do próprio partido", o "levita da emancipação".[223] O autor destacou ainda parte de um pronunciamento do conselheiro Saraiva

[218] RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p.244.

[219] O gabinete do marquês de São Vicente foi formado em 29 de setembro de 1870 e atuou até 7 de março de 1871, quando o visconde do Rio Branco organizou um novo Ministério.

[220] A presença expressiva de negros no exército imperial evidenciava a questão e ressaltava os constrangimentos impostos pela instituição servil diante dos paraguaios, aliados e representantes diplomáticos de outras nações. Cf. SALLES,2009, p. 68

[221] Cf. SALLES, 2009, p. 69.

[222] RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 256.

[223] Ibid. p. 259.

em 1880, em que alegava que o visconde havia defendido uma demanda contra uma parte de seu partido "uma ideia generosa que teve a solução que convinha tivesse nessa época."[224] Esta apreciação sinalizava a defesa de maiores avanços para a libertação dos escravizados e procurava reforçar que o biografado teria agido de acordo com os interesses nacionais, a despeito da oposição de alguns membros do Partido Conservador.

A resistência que a proposta enfrentou é apresentada pelo autor através de uma nota com a contabilidade dos discursos proferidos nas duas câmaras. O projeto foi combatido principalmente pelos senhores de terras e escravos e seus representantes no governo. Já as manifestações favoráveis, utilizavam exemplos onde a libertação do ventre da mulher escravizada já havia sido promovida e mencionavam ainda a guerra civil dos Estados Unidos, sinalizando que a liberdade dos nascituros evitaria um possível conflito pela abolição. O projeto era proposto como forma de controlar o processo de emancipação, e que acabou por prolongar a escravidão.[225]

Ao escrever em 1881, Paranhos Júnior ponderava "Hoje, passados 10 anos, pode-se e deve-se pretender ir além do que, com tanto custo, foi obtido em 1871, pois a evolução abolicionista provocada pela lei de 28 de setembro tem feito verdadeiros prodígios nesse período."[226] Sob perspectiva conservadora, propõe que a questão avance, seguindo a orientação da "emancipação gradual", sugeria que dispositivos da lei fossem alterados, porém sem defender a promulgação de ato definitivo. Cumpre observar que a condenação moral da escravidão era quase unânime, mas nem por isso a maioria defenderia ações imediatas. A visão predominante refletia certa acomodação entre a condenação moral e a circunstância brasileira, que acabava por justificar a necessidade de manutenção da escravidão, desse modo, apelava-se para o papel civilizador do sistema.[227]

---

[224] Ibid.

[225] Artigo sobre a análise dos discursos em meio ao debate de 1871: MIRANDA, B. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil. *Anais museu paulista*. 31. 2023. (Estudos de Cultura Material). Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672023v31e8. (Acesso em 24/085/2023)

[226] RIO BRANCO, 2012, v.7- Biografias, p. 260.

[227] Argumento presente em trabalho de Joaquim Manoel de Macedo "Noções de corografia do Brasil" de 1873, obra encomendada pelo governo. Cf. SALLES, 2009, nota 41 p. 62 e 80 e SALLES, R. *Nostalgia Imperial*: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 91.

Outra questão que merece destaque, abordada ainda no contexto da Lei do Ventre Livre, é a relação do visconde do Rio Branco com a Maçonaria, da qual fazia parte desde 1840.[228] Nesse sentido, o autor comenta: "Não deixaremos de mencionar aqui a *Festa da Emancipação* celebrada na noite de 2 de março de 1872 pela maçonaria brasileira em honra do seu grão-mestre, visconde do Rio Branco."[229] Paranhos Júnior não transcreveu trechos dos pronunciamentos do visconde no processo de aprovação da lei, nem mesmo declarações quando o projeto foi aprovado. A única manifestação presente no texto foi extraída justamente do discurso proferido por seu pai na festa promovida pela maçonaria, onde defendia: "É um progresso refletido, progresso racional, que melhora conservando, e cuja divisa deve ser essa: *O movimento mantém, mas não muda o mundo*."[230]

As demais providências do gabinete Rio Branco são apresentadas pelo autor que faz um balanço do período enumerando todas as iniciativas e realizações que atribuía à gestão do visconde. Partindo da Lei de 1871, abordada como caso exemplar, segue fornecendo dados sobre melhorias implantadas no sistema judiciário, na instrução pública, na estrutura militar, no Arquivo Público, entre outros. Feitos os elogios, reserva um espaço para combater as críticas e explicar questões mais controversas como as disputas eleitorais em 1872, a política de imigração, a questão religiosa e os altos gastos do governo.

Orientado por um raciocínio cartesiano e pragmático, reúne números e elabora tabelas a fim de explicar as despesas, justificadas como custo necessário para o progresso.[231] Já a questão mais sensível, os problemas decorrentes do Banco Mauá, é tratada com o cuidado que exige. Justifica as concessões do governo e ainda mais a figura do visconde alegando que "Foi um desastre lamentável, que mortificou imensamente o ilustre estadista, mas que lhe não era dado prever."[232]

De qualquer modo, Paranhos Júnior encerra o assunto com um trecho do jornal *A Nação*, possivelmente de sua autoria, lembrando que não há fundamento para as acusações de

---

[228] Cabe observar que a Maçonaria constituía um importante meio de convívio com nomes de grande projeção no cenário político do Império e Paranhos Júnior teria começado a frequentar as reuniões no período da faculdade. MOURA, Cristina Patriota de. *Rio Branco*: a monarquia e a república. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 16.

[229] À ocasião foi inaugurado um retrato do visconde e uma medalha de ouro foi oferecida ao homenageado. RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 261.

[230] RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 263.

[231] Paranhos Júnior argumentava que o progresso da nação dependia de investimentos com os incentivos à imigração, às estradas de ferro, aos telégrafos e aos portos.

[232] RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 273.

favorecimento pessoal. O final do artigo destacado, muito lembra a anotação do seu caderno, onde copiou uma frase de seu pai. De vida modesta, o nome seria o maior legado que deixaria aos seus filhos, diante da citação e da morte recente do visconde, parece desabafar ao dizer "Os fatos vieram confirmar estas palavras. A única riqueza que Rio Branco acaba de legar a seus filhos foi o seu nome."[233]

Nas considerações finais sobre a trajetória política do personagem relata a entrega do pedido de demissão e a constituição do novo gabinete, menciona também as atividades como conselheiro de Estado e ressalta o prestígio desfrutado pelo visconde do Rio Branco nesse período. O que é exemplificado pelas manifestações a cada 28 de setembro e pelas festividades promovidas para recebê-lo quando retornou da viagem à Europa em julho de 1879.[234]

À medida em que o relato prossegue, esgotados os destaques selecionados da carreira pública, adentra um pouco pela intimidade. Para falar do agravamento da doença do seu pai recorre a um dos seus amigos mais íntimos, Gusmão Lobo.[235] E refletindo sobre o impacto que a morte pode causar, assinala que o lamento sentido por seus familiares, foi compartilhado por amigos e pela população.[236]

É a partir de uma citação de Tácito que Juca Paranhos descreve os últimos momentos do seu pai: "O fim de sua vida foi lamentável para nós, triste para os amigos e não sem receio e angústia para os estranhos e não conhecidos. A plebe também, e o povo, que entende e se ocupa além de outras coisas, veio muitas vezes à casa e, nas praças e ajuntamentos falaram disso." [237]

---

[233] Ibid. p. 274.

[234] No ABRB encontram-se exemplares de jornais ou pequenos recortes com essas manifestações que o barão tinha por hábito reunir. É comum esbarrar com esses registros ao folhear as pastas com itens avulsos.

[235] LOBO apud RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 279. Gusmão Lobo manteve-se amigo fiel dedicado à memória do visconde. Em carta de 28 de setembro a Juca Paranhos lembrava a data em homenagem ao seu pai "Enquanto eu existir e houver folha que me publique algumas linhas comemorativas, não deixarei de, no dia de hoje, prestar preito à memória do visconde do Rio Branco. Ele fez o que podia e talvez mais do que, bem ponderadas, permitiam as circunstâncias. Teve arrojo e grandeza de intuição." Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, 28/09/ [1881-1884?]. AHI L828 M1.

[236] "Nenhum brasileiro foi alvo ainda de maiores manifestações de afeto dos seus concidadãos, nenhuma morte foi mais sentida entre nós nenhum homem político tão amado pelo povo como o visconde do Rio Branco." RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 285-286.

[237] Tácito, *A vida de Agrícola*, §9, apud RIO BRANCO, 2012, v.7-Biografias, p. 279.

Em outra versão dos seus manuscritos,[238] ao invés de Tácito, recorreu à uma passagem de P. Dalloz e à expressão *Supremum vale,* de Ovídio:

> *Supremum vale!*
> Seu fim, infelizmente! estava muito previsto. No seu leito de dor, ele implorou à morte que apressasse o seu passo e, vendo os seus sofrimentos que dilaceravam o seu coração, perguntava-se, qualquer que fosse o carinho que alguém tinha por ele, se não deveria juntar as suas orações à morte. Partiu para um mundo que não terá dificuldade em ser melhor, ofereceu tanto!...[239]

A locução, extraída do clássico latino, representa a separação definitiva entre Orfeu e Eurídice, que inconformado com a morte da amada desceu ao mundo dos mortos e convenceu os deuses de que a deixasse retornar com ele. Entretanto, no caminho de volta à superfície, ao olhar para trás, infringiu uma ordem divina. Em consequência, Eurídice foi levada para sempre. O movimento de Orfeu pode ser interpretado como uma volta ao passado, um retrocesso que antecede a despedida. Ao escrever a biografia, Paranhos Júnior olhava para o passado, não para trazer seu pai à vida, mas para que pudesse dizer o seu último adeus.

Zeloso com a imagem do visconde que tanto defendera, o biógrafo demonstra querer resguardar a forma pela qual ele seria lembrado. Escrevendo apenas alguns meses após o falecimento,[240] relata os seus últimos momentos, preocupado em afirmar a figura de um grande homem. Recria cenas completas das homenagens prestadas por personalidades do mundo político e populares, descreve, assim, o funeral daquele que considerava um "grande brasileiro". Nota-se que a popularidade e o prestígio são reivindicados pelo autor como elementos para validar a sua narrativa.

Considerando o momento em que Paranhos Júnior redigiu o texto, a sua escrita ilustra o processo de luto pela perda da figura paterna. De certo modo, ele representa parte das experiências vividas transformada em memória pela escrita biográfica, uma das formas que

---

[238] Em uma das pastas que reúne documentos do visconde do Rio Branco encontra-se uma versão da parte final da biografia um pouco diferente da forma como foi publicada na coleção *Obras do barão do Rio Branco*. Com características de um capítulo final é iniciado pela citação mencionada. AHI – L867 M2 P19.

[239] "Sa fin, helás! n'était que trop prévue. Sur son lit de douler, il suppliait la mort de hâter le pas, et, en voyant ses soufrances qui déchiquetaient son coers, on se démandait, quelque affection qu'on lui portat, si l'on ne devait pas joindre ses prières à la sienne. It est parti pour un monde qui n'aura pas de peine à être meilleur, lui, tant il a sonffert!..." AHI L867 M2 P19. (Tradução nossa)

[240] Pelos indicativos presentes no próprio texto, Paranhos Júnior deve ter escrito a biografia ainda em 1881. Na página 241 se refere ao visconde do Rio Branco como "ilustre cidadão que a pátria **acaba de perder**". Em trecho sobre a Lei de 28 de setembro de 1871 comenta: "Hoje, **passados 10 anos**, pode-se e deve-se pretender ir além do que, com tanto custo, foi obtido em 1871 (...)". Na nota 164 da página 279 ao comentar o falecimento de familiares também sugere o ano em que escreve ao dizer "Sua filha solteira, Luísa faleceu a **5 de abril último [1881]**." RIO BRANCO, 2012, v. 7 – Biografias (grifo nosso).

Juca Paranhos encontrou para dar novos sentidos à perda.[241] Aspecto preponderante, considerando que decidiu não publicar o texto. Como anotou nos seus manuscritos, a biografia era seu último adeus, *Supremum vale*!

De qualquer forma, lidar com o luto pode levar a caminhos improváveis. Paranhos Júnior que não era reconhecido como um religioso praticante, mantendo-se apenas nos limites das práticas sociais do catolicismo, participou de uma sessão espírita no Rio de Janeiro. Sugestão que pode ter partido de algum dos seus familiares iniciados na religião.[242] À ocasião, o médium Dr. Sayão,[243] alegando ter encarnado o espírito do visconde do Rio Branco, transmitiu uma mensagem que o barão guardou no seu arquivo pessoal.[244] Se ele buscava por algum tipo de conforto, a experiência pode ter decepcionado. Afinal, a mensagem parecia mais comprometida em professar a fé e conquistar um novo adepto.

O perfil do visconde circunscrito à imagem do Estadista privou a biografia de outros detalhes que Paranhos Júnior poderia falar de seu pai. No último momento compartilhado entre os dois, antes do agravamento da doença, Juca havia apresentado o Velho Mundo ao visconde. Contudo, ficou devendo um relato sobre a viagem que fizeram juntos.

Em um dos cadernos de Rio Branco encontram-se anotações sobre esses dias. Entre os apontamentos, chama atenção uma citação de Alfred Musset, que se refere à lembrança da Itália como um sonho. É bem possível que Juca também se recordasse daquela viagem dessa forma. Além de ter sido um dos últimos momentos que pode estar na companhia de seu pai, este foi o

---

[241] O impulso de criar pode ser relacionado ao trabalho de luto, que, quando bem sucedido, pode promover o desejo de restaurar, desencadeando, muitas vezes, um trabalho criativo. Cf. VIEIRA, M. R. J., Cintra, E. M. de U. O trabalho criativo: perda, luto e metáfora. *Gerais*: Revista Interinstitucional de Psicologia, 9 (1), jan -jun, 2016, 50 - 66. "Consideramos que o luto bem-sucedido resulta de um processo de transformação do vivido, pelo qual a imediaticidade e a intensidade das experiências vividas são metaforizadas, isto é, transformadas em memórias, em formas poéticas, plásticas, musicais ou obras científicas, que podem levar ao surgimento de um novo sujeito psíquico, na medida em que passa a dar novos sentidos à experiência da perda." https://www.scielo.br/j/agora/a/g8mKhDtBM6pMq8cM3Q8gjYf/.

[242] A irmã de Paranhos Júnior, Maria Luísa e seu marido, José Bernardino, eram praticantes do espiritismo. Prática que acabou levando o cunhado a ser internado em um hospício para tratamento. Cf. SANTOS, 2018, p. 118.

[243] Possivelmente trata-se de Antônio Luiz Sayão (1829 - 1903), advogado, jornalista, dedicado pioneiro do Espiritismo no Brasil. Em 1880, com reuniões iniciais em seu escritório de advocacia, que funcionava na praça Tiradentes, fundou o Grupo dos Humildes, que mais tarde, com o nome de Grupo Ismael, foi incorporado à Federação Espírita Brasileira. Cf. Bíblia do Caminho. Súmulas Biográficas.

[244] Na parte superior da transcrição o barão do Rio Branco anotou "Em casa do Dr. Sayão no Rio – Um médium que dizia estar falando pelo meu pai. Uma sessão de espiritismo a que assisti." AHI L880 M3 P4 (doc.10).

seu destino preferido.[245] Como de costume, o seu guia de viagens está repleto de anotações do roteiro que fizeram pela região, testemunhando um pouco da sua peregrinação por museus e locais históricos.[246] Assim, vemos um pouco dessa história de vida além das margens estreitas do texto que escreveu.[247]

Até mesmo os registros preservados no arquivo do barão do Rio Branco correspondem à imagem oficial do visconde projetada na escrita biográfica. É curioso notar que, apesar do volume expressivo de correspondências, praticamente não há cartas entre os dois. A pasta da série biografias que reúne documentos relativos ao seu pai é onde encontram-se alguns indícios da vida pessoal. Ou ainda em algumas notas dos seus cadernos e em menções esparsas na sua correspondência com amigos. É evidente o cuidado com que escolheu o quê guardar, arquivos que conformam a representação pretendida.

Apesar de não ter publicado a biografia, manteve os manuscritos entre os seus papéis, assim como parte do material que reunia sobre o visconde que não chegou a aproveitar no seu texto, mas que guardava, talvez, para quando pudesse conclui-lo. É o caso de pequenos recortes com manifestações do imperador sobre Paranhos. Ou ainda de um artigo em russo sobre a morte do visconde onde é considerado o "libertador dos escravos", entre outros testemunhos.

A atuação diplomática do visconde do Rio Branco constitui um dos critérios que orientam a organização dos seus arquivos,[248] dada a importância atribuída na sua trajetória. Essas missões proporcionaram uma vivência marcante para Paranhos Júnior, seja nas viagens do jovem acompanhando o pai, seja mais tarde desempenhando as funções de secretário. Temporadas em Montevidéu e arredores fizeram parte da infância e juventude de Juca.[249] Não se deve ignorar essas experiências como elemento constitutivo desse sujeito. As questões que

---

[245] Assim relatou Raul do Rio Branco sobre a viagem de seu pai com o visconde. Oferecendo lembranças em cores bem mais vivas das impressões que aqueles dias teriam causado ao barão. Cf. RIO BRANCO, Raul, 2023, p. 81-82.

[246] Na CBRB está preservado o exemplar sobre Itália da *Collection des Guides-Joanne*, do ano de 1878. Cf. FISCHER, [1945], v. 2, p. 493-494.

[247] A viscondessa do Rio Branco não acompanhou o marido na viagem, mas ele a manteve informada escrevendo ao longo dos meses. Esta correspondência oferece um interessante testemunho sobre a experiência do visconde na Europa. Viana Filho trabalhou com esta documentação no capítulo "A grande desgraça". Cf. VIANA FILHO, 1959, pp. 96-117.

[248] NAPOLEÃO, Aluízio. *Os arquivos particulares do Itamaraty.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1940. p. 26.

[249] Em 1852 a família acompanhou o visconde quando foi nomeado ministro residente em Montevidéu, Juca Paranhos tinha 7 anos. Pelas anotações dos cadernos de notas do barão do Rio Branco também há indícios de que tenham acompanhado o visconde na missão de 1857, quando ele tinha 12 anos. LINS, 1965, nota 14 p. 12.

permeiam seus escritos guardam relações com essas vivências. A análise da biografia do visconde em paralelo com os textos de Paranhos Júnior, conforme apreciados, sugerem a projeção das suas experiências e da figura paterna nos seus temas de estudos.

O texto biográfico permite refletir sobre o modo como Paranhos Júnior narrou a trajetória do seu pai. A seleção de fatos e a interpretação que apresenta carregam alguns traços reforçados em torno da imagem do visconde presente em outros escritos. Elementos que também podem ser reconhecidos nas análises posteriores dedicadas ao barão, como no comentado artigo de Joaquim Nabuco datado de 1895. Rio Branco fazia questão de evidenciar essa relação, na mesma medida em que erguia um monumento, associava o seu nome ao do visconde.

Monumento que foi literalmente convertido em uma escultura do visconde do Rio Branco. Fruto de uma subscrição do *Jornal do Commercio*, o projeto que levou anos para ser executado, foi acompanhada de perto pelo filho devoto. Demonstrando total empenho, em janeiro de 1891 encaminhava, sugestões a José Félix da Cunha Meneses, presidente da comissão encarregada de executar a estátua. Em Paris, pesquisou orçamentos entre membros do *Institut de France* para confecção da peça, que deveria ser encomendada a um dos maiores artistas do seu tempo. Descontado os gastos com o escultor, com a fundição e com o transporte para o Brasil, sugeria que o saldo remanescente fosse destinado a uma edição comemorativa, que planejou da seguinte forma:

> (...) um volume em que sejam reunidos os artigos de imprensa nacional e estrangeira por ocasião da morte do visconde do Rio Branco, os discursos então proferidos no Parlamento e junto ao seu túmulo, e as manifestações de pesar que esse acontecimento motivou. Eu coligi todos esses artigos, discursos e manifestações. O livro será um monumento de outro [gênero?], destinado às Bibliotecas e à [Posteridade?].[250]

A proposta de organização de um volume com todo o material produzido pelo visconde também se manifestou na biografia que escreveu sobre o pai.[251] No entanto, não há indícios de

[250] Carta a José Felix da Cunha Meneses, 10/01/1891. BN I-3,10,39 (Coleção José Carlos Rodrigues).

[251] "Seus pareceres como consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como membro do Conselho Naval e como conselheiro de Estado, pareceres de que guardou minutas que fazem parte do precioso arquivo que deixou, forneceria matéria para muitos e instrutivos volumes." RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p. 189.

que a publicação tenha sido realizada.[252] Na verdade, até a conclusão do projeto, a proposta inicial sofreu algumas alterações.[253]

Em carta a Tobias Monteiro o barão agradecia os artigos que havia escrito no *Jornal do Commercio* e no *Correio Paulistano,* sobre a questão do Amapá, e entre outros comentários lamentava o projeto final da estátua do visconde:

> [...] a sua opinião era também a minha. **Eu desejava que meu pai fosse representado de pé, em atitude de falar, de sobrecasaca**. Fui obrigado, entretanto, a deixar inteira liberdade a Charpentier, porque o dinheiro era pouco e ele quase nada ganhava com a encomenda. Não pude durante o ano, ir a Paris, e em dezembro a estátua já estava pronta em gesso.[254]

A forma como desejava que seu pai fosse representado correspondia à imagem do "ilustre estadista" que tanto destacou na biografia. O esboço preservado no seu arquivo remete à figura do orador que delineou nos relatos sobre as sessões de 1865 e de 1871. No entanto, entre a iniciativa da subscrição e a conclusão do monumento passaram-se mais de dez anos. Apenas em maio de 1902 a estátua do visconde do Rio Branco foi inaugurada. Erigido em um pedestal acompanhado por uma figura feminina que simboliza a História, é representado sentado e trajando o uniforme de senador do Império. Inicialmente foi instalado na Glória, a despeito do desejo do barão de que ficasse no Largo da Lapa.[255]

Pouco antes da inauguração, outro colaborador do *Jornal do Commercio,* Antônio Pereira Leitão, enviou ao barão um relato sobre o lançamento da pedra do monumento. Na carta o jornalista aproveitou ainda para sugerir ao filho do homenageado "A propósito, por que não escreves uma vida do teu ilustre pai? A obra de Nabuco sobre o Conselheiro Nabuco está

---

[252] O que pode ser explicado pelos valores disponíveis à época da execução, uma vez que menciona que a quantia mal pagaria a encomenda ao artista e as despesas de transporte.

[253] O artista que por fim assinou a obra, nem mesmo constava entre os nomes que desejava inicialmente. Em correspondência com o amigo José Carlos Rodrigues já no ano de 1900, entre as notícias que encaminhava sobre a fase final da questão do Amapá, tratava também do monumento que negociava com Félix Charpentier. Carta de Rio Branco a José Carlos Rodrigues, 24/04/1900. BN I-3,4,48 (Coleção José Carlos Rodrigues).

[254] Carta de Rio Branco a Tobias Monteiro, Berlim, 24/09/1902. AHI L830 M3 (grifo nosso). Conta no seu arquivo o esboço da representação que desejava que fosse realizada do visconde. AHI L881 M2.

[255] Carta de Rio Branco a José Carlos Rodrigues, 24/04/1900. BN I-3,4,48 (Coleção José Carlos Rodrigues). Sobre as alterações da localização do monumento: "Em 1938, quando da substituição do nome da Av. Salvador Correa de Sá para Av. Princesa Isabel, por motivo do cinquentenário da Lei Áurea, o monumento foi removido da Glória para Copacabana; e na década de 1990, quando se reformou o canteiro central da avenida, o monumento foi transferido para a Praça Demétrio Ribeiro, junto à Rua Felipe de Oliveira." Disponível em: http://rio-curioso.blogspot.com/2008/08/visconde-do-rio-branco.html. Acesso em: 20/02/2023.

esgotada e o Garnier vendeu-a por um preço muito elevado. Não imaginas como subiram os homens do Império na opinião pública."[256]

A especulação também era comentada no IHGB. Além de participar das cerimônias em torno do monumento, o Instituto Histórico havia incumbido Aristides Milton de escrever uma biografia do visconde do Rio Branco. A par das notícias que circulavam nos jornais, o sócio sugere que as informações sejam verificadas, antes que prosseguisse com o trabalho. Por fim, nenhum dos dois textos foram publicados à época. Outra oportunidade de publicação foi oferecida por Max Fleiuss em 1905. À frente da revista *Século XX,* por indicação do visconde de Ouro Preto, sugeria ao barão que publicasse um artigo sobre seu pai. No entanto, Rio Branco recusou a proposta mais uma vez.[257]

Logo após a morte do visconde, Paranhos Júnior tomou cuidados necessários para que o seu arquivo fosse preservado. Fora as questões controversas relacionadas à composição do acervo, a destinação imediata para a Biblioteca Nacional e para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, contribuiu para que a documentação não fosse desmembrada ou esquecida. A manutenção desses conjuntos documentais em instituições de guarda representativas para a memória nacional, por si já constituía uma intervenção do barão para a preservação da memória do seu pai.

Ele se empenhou em incorporar ao monumento de bronze outros elementos que pudessem engrandecer a imagem do visconde e representá-lo, tal como havia planejado. Na busca por essa representação preocupou-se em preservar seu arquivo e planejou as publicações que, contudo, não chegou a concluir. Mesma sorte não teve a biblioteca do visconde do Rio Branco. Após a seleção de alguns exemplares pelos herdeiros, conforme orientação testamentária, a coleção de mais de 2000 volumes foi leiloada.[258] De acordo com os registros do inventário, Paranhos Júnior escolheu "50 livros encadernados de obras diversas, anais do parlamento e relatórios".[259]

As lacunas na documentação não permitem precisar todos os itens que foram selecionados pelo futuro barão do Rio Branco. Contudo, através de dedicatórias e do ex-libris

---

[256] Carta de Antônio Pereira Leitão a Rio Branco. Rio, 15/04/1902. AHI L827 M2.

[257] Carta de Max Fleiuss a Rio Branco. Rio, 22/10/[1905]. AHI L823 M2.

[258] Segundo os registros relativos ao inventário do visconde do Rio Branco, sua biblioteca correspondia a 2260 volumes, avaliados em 903$000. AHI Caderno de notas n.7.

[259] A biblioteca havia sido avaliada no processo de inventário e os valores dos itens e das seleções aparecem descritos junto à quantidade selecionada por cada herdeiro. AHI - L867 M2 P19.

do visconde é possível identificar muitos dos volumes incorporados à sua biblioteca.[260] Escolhas que parecem ter sido definidas pelos interesses de estudo. Além de selecionar leituras também escolheu lembranças que gostaria de guardar de seu pai. No volume *Constituição política do Império do Brasil*, o barão anotou na primeira folha de guarda "Este exemplar da *Constituição do Império e do Ato Adicional* pertenceu ao visconde do Rio-Branco. Ele o tinha sempre consigo nos últimos anos de sua vida. Trazia-o sempre no bolso.[261] Não era simplesmente um livro, era um item pessoal carregado de outros significados.

O texto de Rio Branco é representativo da projeção do visconde na sua vida, presente nas leituras que faz de si, assim como nas interpretações sobre o barão. O mesmo esmero com que cuidou da imagem do seu pai na execução do monumento e nos projetos que idealizou para preservar a sua memória, deve ter guiado a sua decisão de postergar a publicação da biografia. Tendo um esboço inicial delineado pelos textos de Luís Alvarenga Peixoto, de Alfredo d'Escragnolle Taunay e de Rozendo Moniz Barreto[262] acreditava que no futuro poderia ajustar o material para publicação. Tempo em que, junto com os outros projetos pendentes, poderia retocar e divulgar com melhor projeção possível. A constante comparação com o trabalho que Joaquim Nabuco fez de seu pai também pode ter inquietado seu espírito que esperava justamente ter tempo para um dia melhor apresentá-lo.

Enquanto esse momento não chegava utilizou os recursos ao seu alcance para zelar pela memória do visconde. Ainda que estivesse enfrentando dificuldades financeiras, encomendou a Louis Guédy uma pintura de seu pai. Paranhos Júnior negociou o pagamento oferecendo cinco pinturas da sua coleção particular.[263] A obra foi baseada na última fotografia do visconde do Rio Branco, quando estava em viagem pela Europa em 1879. O retrato ocupou sempre um lugar de destaque ao seu lado. Quando retornou ao Brasil, o barão instalou o quadro primeiro no seu escritório na casa de Petrópolis, depois no gabinete do Itamaraty, onde permanece até hoje.

---

[260] A partir da identificação de dedicatórias e/ou do ex-libris foi possível localizar praticamente todos os itens selecionados por Paranhos Júnior e preservados na CBRB. Foram identificados 24 títulos (que correspondem a 46 volumes) provenientes da biblioteca do visconde do Rio Branco.

[261] FISCHER, [1945], v.1, p. 328.

[262] No ano de 1884 foram lançados os livros de Alfredo d'Escragnolle Taunay. *O Visconde do Rio Branco*: *esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1884; e Rozendo Moniz Barreto. *José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Elogio Histórico*. Rio de Janeiro: Typ. H. Laemmert & C., 1884.

[263] No ABRB consta um documento manuscrito assinado por ambos, que registrou o acordo. A encomenda custou a Paranhos Júnior cinco pinturas que aparecem listadas com respectivo valor. O documento é iniciado pelos seguintes termos "Je propose de vous achetter le Portrait de mon pêre, en vous donnant les tableaux suivants..." AHI L882 M2.

4. USOS DO PASSADO, USOS DA HISTÓRIA

> "Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra."
>
> Martius[1]

> "Voltamos os olhos ao passado que é o pai do presente e o avô do futuro."
>
> Barão do Rio Branco[2]

4.1. Uma *Notícia sobre o Brasil*, o Império do café

Na década de 1880, Paranhos Júnior participou da comissão responsável pela Exposição Internacional do Café, realizada em maio de 1884 na cidade de São Petersburgo. As informações detalhadas que enviava do consulado em Liverpool e o relatório sobre *O Café na Grã-Bretanha,* que produziu em 1882*,* certamente, contribuíram para sua indicação.[3] Entre a designação como delegado do governo imperial e a realização do evento passaram-se poucos meses, tempo que parece ainda mais diminuto pelas demandas particulares que precisou atender naquele momento.[4]

Pouco antes, em novembro de 1883, questões familiares o trouxeram de volta à terra natal. Desde que havia partido para a Europa (1876), era a segunda vez que retornava ao Brasil. A viagem tinha como objetivo organizar a mudança da viscondessa do Rio Branco, que decidira morar em Paris, acompanhada do filho mais novo, Alfredo da Silva Paranhos, e do neto Luiz Cavalcanti. A maior parte do tempo em que esteve no Rio de Janeiro, Paranhos manteve-se ocupado com os preparativos, mas, em dias menos infaustos, reencontrou alguns amigos.[5]

---

[1] VON MARTIUS, Carlos Frederico. "Como se deve escrever a história do Brasil". *Revista do IHGB*, tomo VI, n. 24, p. 401-402, 1845.

[2] *Caderno do CHDD,* n.1 Em artigo sob pseudônimo Nemo "Confiar desconfiando", publicado no *Correio da Noite*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1910 p. 92

[3] Atento à movimentação comercial do café brasileiro e à importância do produto para a economia do Império, Paranhos Júnior encaminhou em relatório ao ministro da Agricultura, datado de 25/03/1882, com estudo detalhado sobre a questão. *Caderno do CHDD*, n. especial, 2012, p. 104. O relatório foi publicado no periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, *O Auxiliador da Industria Nacional*, v. L, p. 203-2010 e 225-228, acompanhado de outros comunicados enviados do consulado em Liverpool, por Paranhos Júnior.

[4] Em despacho de 14 de fevereiro de 1884 era informada a designação de Paranhos Júnior como delegado do governo brasileiro na Exposição Internacional de São Petersburgo. AHI L868 M1 P13. O evento, associado à Exposição Internacional de Horticultura, foi realizado entre os dias 17 de maio e 1º de junho de 1884.

[5] Paranhos Júnior havia retornado ao Brasil em outubro de 1880, em função do agravamento da doença de seu pai, que resultou na morte do visconde em novembro daquele ano. Permaneceu no país por alguns meses para

Naquela época, Gusmão lobo, o antigo companheiro do periódico *A Nação*, além da promissora carreira no *Jornal do Commercio,* atuava como Diretor do Departamento Central do Ministério da Agricultura. Nesta função, esteve envolvido com a organização da Exposição de São Petersburgo, indício de que o nome do delegado brasileiro pode ter sido sua sugestão. De todo modo, Paranhos alegava que a sua nomeação só teria ocorrido por insistência dos representantes do Centro da Lavoura e de Comercio, com intuito de conferir um caráter oficial à exposição.[6] À ocasião, conseguiu ainda que seu amigo Jules Dumontier[7] fosse designado como secretário para auxiliar a comissão com a tradução de documentos oficiais e demais comunicações durante o evento.[8]

Fundado em 1881 e sediado na Corte, o Centro da Lavoura e do Comercio,[9] reunia na sua organização os interesses dos cafeicultores e das casas de comércio do Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo promover o elo entre os produtores brasileiros e os consumidores internacionais.[10] As exposições de café constituíam o principal meio dessa aproximação, contavam com catálogos produzidos em cada edição como valioso instrumento de divulgação. Essas brochuras ofereciam informações detalhadas sobre o café e todo seu ciclo de produção, além de apresentar aspectos econômicos relativos ao comercio do grão, facilitando o acesso a dados estatísticos, às relações das casas exportadoras e dos expositores.

---

resolver todas as questões de inventário e ajudar a sua mãe com o leilão e partilha dos bens, tendo retornado ao posto em Liverpool em outubro de 1881.

[6] Paranhos Júnior repete esta versão diversas vezes na sua correspondência com Eduardo de Lemos (AHI L827 M2 P32) e com o barão de Alhandra (AHI L823 M2 P14), dizendo que hesitou do convite, mas que o aceitara por saber que contaria com o apoio de ambos.

[7] O comandante Jules Dumontier é apontado por Raul do Rio Branco como um dos amigos mais íntimos e estimados pelo barão, tendo dedicado a ele um dos capítulos das suas *Reminiscências*. Entre as características que destaca em seu texto está o conhecimento de vários idiomas, o que incluía o russo, justificando ainda mais a pertinência da sua participação na missão de São Petersburgo. RIO BRANCO, 2023, p. 103-106.

[8] A comissão contou ainda com os representantes do Centro da Lavoura, Honório de Araújo Maia e Francisco da Cunha e Souza, além do Cônsul-geral do Brasil na Rússia, A. E. Schwabe, e do vice-cônsul do Brasil em São Petersburgo, C. Gericke. Em carta a Eduardo de Lemos, Paranhos comentava o suporte prestado por Dumontier com as traduções e revisões de documentos em francês. Carta a Eduardo de Lemos, Paris, 10/09/1884. AHI L827 M2 P32.

[9] O Centro da Lavoura e do Comercio havia substituído o Clube da Lavoura de Campinas (fundado em 1876) assumindo a organização das exposições de café.

[10] Cf. TELLES, Ângela Maria Cunha da Motta. Do Rio para o mundo na rota do café: as exposições nacionais e internacionais de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio na década de 1880. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 53, ano 2020. p.45.

O material publicado pelo Centro na mostra inaugural, no Rio de Janeiro (1881), apresentava as diretrizes que nortearam o seu projeto. A produção de eventos anuais na Corte[11] e a participação nas exposições internacionais, faziam parte das estratégias de divulgação em busca de melhores garantias no mercado global, de modo que a mostra local fosse um evento preparatório para as edições previstas na Europa e América do Norte.[12] Para essas iniciativas contavam com o apoio direto do governo imperial, que deveria fornecer o transporte e desonerar os produtos que seriam expostos, enquanto os demais custos ficavam a cargo do Centro. Sem poupar investimentos, em três anos de atuação já haviam participado de dezessete exposições em outros países.[13]

A compreensão das mostras internacionais de café, organizadas pelo Centro da Lavoura, não pode ser dissociada do advento das exposições universais. A *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*, promovida pelo Império britânico no ano de 1851,[14] marcou o início de uma verdadeira "era de exposições", eventos que ofereciam espaço para divulgação de produtos e novas técnicas, uma oportunidade para estabelecer contatos e acordos comerciais, além de ter associado ao seu escopo um caráter pedagógico pela difusão do conhecimento e das inovações. Essas exibições conquistaram prestígio ao longo do século XIX, a cada nova edição um número maior de visitantes circulava pelos pavilhões construídos para a ocasião.[15]

---

[11] Desse modo, seguiam o mesmo padrão adotado desde a primeira participação oficial do Brasil nas Exposições Universais, em 1862. Primeiro era organizado um evento nacional de caráter preparatório, onde eram conhecidos e selecionados os produtos que seriam exibidos internacionalmente. Cf. GOLDMAN, F. *Exposições universais e diplomacia pública*. Brasília: FUNAG, 2016. (Coleção CAE), p.60.

[12] Entre as diretrizes do Centro da Lavoura e Comercio estava prevista a realização da edição anual no Rio de Janeiro, que poderia ocorrer no mês de outubro ou de novembro, contando, sobretudo, com a participação das províncias do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. As amostras expostas seriam então classificadas e após o encerramento dividas em séries para serem encaminhadas para as exposições internacionais, onde contariam com o apoio dos representantes diplomáticos brasileiros. CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ.e Lith.de Moreira, Maximino & C., 1882.

[13] Segundo o relatório de 1883, desde o ano da sua fundação, o Centro havia promovido a participação nas seguintes exposições: Trieste; Berlim; Amsterdã; Noruega; Dinamarca; Agen (França); Villeneuve (França); S. Louis (EUA); Zurich (Suíça); Lausagne (Suíça); Geneva (Suíça); Montreal (Canadá); Boston (EUA); Athenas; Nice (França); Museu Comercial de Bruxelas; Museu Comercial da França. CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Segunda Exposição de Café do Brasil 1882 – Relatório*. Rio de Janeiro: Typ.e Lith.de Moreira, Maximino & C., 1883.

[14] O evento realizado na capital do Império britânico é considerado o marco inicial das exposições universais, cuja origem remonta às feiras do século XVIII, que eram promovidas em âmbito local, sem participação de expositores de outras nações. Cf. GOLDMAN, 2016, p.36-42.

[15] Na segunda metade do século XIX, as cidades-sede se concentravam no território europeu, tendo alternado entre Londres e Paris nas quatro edições iniciais. A importância crescente dos Estados Unidos no comércio internacional garantiu que o evento atravessasse o Atlântico, fazendo com que as cidades da Filadélfia e de

Fortemente associadas às novidades, às descobertas e novas tecnologias, as exposições representavam à modernidade tão em voga. Fazer parte dessas exposições seria entendido por muitos governos como forma de promover projetos políticos nacionais no âmbito interno, além de proporcionar maior visibilidade no exterior.[16] Os representantes dessas elites locais buscavam garantir relações vantajosas comercialmente, do mesmo modo que almejavam um lugar no mundo civilizado, capaz de reconhecer o progresso das antigas colônias. Orientados por projetos próprios cada país forjou a representação que pretendia exibir. No entanto, as grandes potências acabavam por afirmar o discurso da sua superioridade. Através das noções de progresso e de civilização, os países periféricos permaneciam no campo do exótico e pitoresco, como países culturalmente atrasados.[17] A escravidão era um dos fatores que condenavam a imagem do Império, como um "atraso" ao seu progresso. Superar esta representação era um dos principais objetivos das comissões brasileiras que participaram de exposições promovidas com os mais variados enfoques ao longo do Oitocentos,[18] vejamos mais de perto o caso das mostras internacionais do café.

A nomeação de Paranhos Júnior como delegado do governo imperial e presidente da comissão brasileira para a exposição de São Petersburgo foi oficializada logo depois da sua partida do Rio de Janeiro. Ao chegar em Paris ocupou-se primeiramente, com a acomodação da sua mãe e familiares. [19] Envolvido nos pormenores da mudança demorou para iniciar o contato com os colaboradores da missão na Rússia. [20]

Chicago sediassem o encontro nos anos de 1876 e 1893. O quadro que acompanha o quantitativo de expositores e visitantes entre os anos de 1851 e 1900 evidencia o aumento progressivo das exposições, alcançando a marca de cinquenta milhões de visitantes na Exposição de Paris, em 1900. PLUM, Werner. *Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sociocultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 61.

[16] Cf. MARTINS, M. de S. N. América Latina nas Exposições Universais e o caso da Exposição Mundial e Centenária do Algodão em New Orleans (1884). In: SUZUKI, J. C.; NEPOMUCENO, M. M. C.; ARAÚJO, G. C. C. de. *A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina*. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2021. p. 307-332.

[17] MARTINS, 2021, p. 309.

[18] Ainda que a primeira participação oficial do Brasil nas exposições universais seja de 1862, em Londres, há registros da presença de expositores brasileiros desde o evento inaugural em 1851. O Império do Brasil enviou representantes a seis exposições ao longo do século XIX. Cf. GOLDMAN, 2016, p. 77.

[19] Naquela época, Paranhos Júnior ainda não havia oficializado a união com Marie Philomene, com quem tinha quatro filhos. Situação que tornava difícil o convívio da sua mulher e filhos com a viscondessa, para melhor equacionar a questão providenciou duas casas na capital francesa. SANTOS, 2018, p.115.

[20] Apenas no final de março Paranhos Júnior iniciou a correspondência com o português Eduardo de Lemos, representante no Centro da Lavoura que havia organizado a exposição do café em Amsterdã no ano de 1883. Por carta informava que no começo de abril passaria a se dedicar ao texto para o material de divulgação.

Buscando equilibrar as demandas da vida pessoal com as funções para as quais estava designado, encetou a correspondência com o representante do Centro da Lavoura e do Comercio, o português Eduardo de Lemos,[21] que ao lado de Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, era um dos seus idealizadores, estando envolvido com as exposições promovidas pela instituição desde a primeira edição.[22] No ano anterior, Eduardo de Lemos esteve à frente da comissão em Amsterdã, a princípio também ficaria encarregado do evento em São Petersburgo, mas um problema de saúde restringiu a sua participação, tendo contribuído à distância com os representantes brasileiros.

Uma das tarefas da comissão era promover a publicação do catálogo para divulgar o café brasileiro e apresentar o país ao público. Coube a Paranhos Júnior organizar a edição de São Petersburgo e preparar o texto introdutório com um panorama do Império, [23] em que a história é articulada como um dos recursos para elaboração dessa representação. Ou seja, como um dos recursos empenhados para aproximar o público, com o qual mantinha relações pouco expressivas, para então persuadir sobre o café.

Em carta de março a Eduardo de Lemos, detalhava a orientação que recebera do ministro da Agricultura, Afonso Pena, sobre o apoio do Centro e a organização do catálogo. Alertava que precisava, com urgência, das informações para elaboração do texto, observando que este deveria conter "dados didáticos mais recentes e mais completos". Lembrava ainda da utilidade das publicações anteriores, citando o seu trabalho para a exposição de Amsterdã no ano anterior.[24] Dispondo de pouco tempo, a correspondência entre os dois fluiu dinâmica e objetiva até a realização da exposição. As cartas ficariam mais frequentes e intensas logo após, entre junho e setembro de 1884.

---

[21] O contato entre os dois foi iniciado em março de 1884 e prosseguiu até a morte de Eduardo Lemos, em outubro daquele ano. Parte desta correspondência encontra-se no AHI, onde há inclusive minutas de cartas de pêsames enviadas à esposa de Eduardo Lemos.

[22] Ângela Telles destaca que Eduardo Lemos e Joaquim da Costa Ramalho Ortigão eram nomes vinculados tanto ao Centro quanto ao Real Gabinete Português de Leitura, evidenciando as relações dos projetos comerciais e culturais. Ambos são identificados como idealizadores e membros do Centro, tendo partido de Ramalho Ortigão a proposta das primeiras exposições. Cf. TELLES, 2020, p. 46-47.

[23] Ao tomar conhecimento da designação de Paranhos Júnior, Graciano Azambuja lhe enviou o catálogo de uma exposição brasileira-alemã realizada em 1881 em que toda seção brasileira havia sido escrita por ele. Carta de Graciano Azambuja a Rio Branco, Porto Alegre, 27/06/1884. AHI L814 M1 P2.

[24] Conforme assinalado, Eduardo de Lemos havia sido o principal responsável pela organização da exposição em Amsterdã no ano anterior, tendo organizado o material de divulgação *Le Brésil a l'Exposition Internationale d'Amsterdam 1883*. Lisboa: Typ. Castro Irmão, 1883.

Na Rússia, Paranhos Júnior contou ainda com a colaboração de José Bernardo de Figueiredo, o barão de Alhandra, que desde 1874 era o ministro brasileiro naquele país.[25] Na volumosa correspondência entre os dois é possível observar a cooperação e a cumplicidade estabelecida, o que ficaria mais evidente após o evento.[26] Amigo do visconde do Rio Branco, o barão de Alhandra ofereceu suporte a Paranhos Júnior até mesmo nos pequenos detalhes da missão. Em uma das suas cartas sugeria o hotel mais conveniente para sua hospedagem e pedia que informasse com antecedência suas necessidades de acomodação observando: "São Petersburgo não é Paris, Berlim e Viena capitais que oferecem todas as vantagens e facilidades. A Rússia é o país dos incômodos e das mortificações além da bárbara língua."[27] De fato, o idioma foi um desafio para os membros da comissão, como relatou Paranhos em uma das suas cartas "Não podemos sair à rua sem um *garçon de place* porque não sabemos ler os nomes das ruas, nem conseguimos falar com os cocheiros os endereços."[28] Nem por isso deixou de aproveitar a estadia, uma edição do *Murray's handbook* que guiou seus passeios pelas cidades russas preservou, assim, alguns vestígios daqueles dias.[29]

Em abril tratavam dos detalhes do espaço necessário para a exposição do café a ser oferecido no evento. O delegado brasileiro informava que as despesas seriam pagas pelo Centro de Lavoura, através de Honório de Araújo Maia, cafeicultor e comerciante que também fazia parte da comissão. Com as boas relações que o barão de Alhandra desfrutava com os membros do governo russo, foi garantida uma excelente colocação para o pavilhão do Brasil, que virou

[25] O barão de Alhandra residiu por 35 anos em Roma, sendo representante diplomático do Império, quando foi deslocado para a Rússia em 1874. RIHGB, T. 49, v. 73, pt. 2, p. 378-385, 1886.

[26] Nas disputas pelas condecorações, Paranhos Júnior recorreu mais uma vez ao barão de Alhandra, que parece ter se afeiçoado pelo filho de seu amigo, o visconde do Rio Branco. O contato entre os dois perdurou até os últimos dias do barão, que morreu pouco depois, em 11 de março de 1886, tendo designado Paranhos Júnior seu testamenteiro na Europa.

[27] Carta do barão de Alhandra a Rio Branco, em 22/04/1884. AHI L823 M2 P14.

[28] Carta de Rio Branco a Eduardo de Lemos, de [29/05/1884] (incompleta). AHI L827 M2 P32.

[29] Trata-se do *Murray's handbook for travelers in Russia, Poland and Finland…* (1875), de John Murray onde Paranhos Júnior assinalou os monumentos que gostaria de visitar: "Kazan, Palácio de Inverno, Ermitage, fortaleza de São Pedro e São Paulo". Junto às indicações de hotéis, ele colou uma nota da imprensa francesa divulgando a segunda edição da brochura bilíngue em russo e francês, distribuída na Exposição de São Petersburgo. FISCHER, [1945], v.2 p. 303.

sensação na exposição graças ao aroma do café que ofereciam aos visitantes, criando um espaço de sociabilidade que favorecia a propaganda.[30]

Encaminhadas as providências mais urgentes quanto ao espaço e a construção do pavilhão,[31] Paranhos Júnior se dedicou ao catálogo, que foi produzido em francês. Buscando recursos para melhor difundir as informações sobre a bebida e conquistar novos consumidores, foi distribuído, durante o evento, um folheto bilingue, em que a preparação do café também era detalhada em russo.

O delegado brasileiro produziu o material orientado pelo trabalho do Centro nas versões anteriores, prática comum na produção dessas brochuras, tendo utilizado, sobretudo o catálogo produzido em 1883 por Eduardo de Lemos. Naquela edição, o colaborador português julgou por bem incluir informações sobre o Brasil, de modo que o país fosse apresentado *pelos seus progressos materiais e morais, pelas suas riquezas naturais e pela sua indústria* "Foi sob o Domínio desta ideia que o nosso honrado amigo e colega, Sr. Eduardo Lemos, resolveu reunir ao *Catálogo* da nossa seção, **uma notícia geral sobre o Brasil e sua civilização**."[32] Em Lisboa, realizou a pesquisa necessária e contou com a ajuda de Ramalho Ortigão, que se encarregou de redigir o texto incluído como prefácio do *Catálogo de Amsterdã*.[33] O cuidado com a edição fica evidente no seguinte trecho do relatório de 1883:

> Não há a menor dúvida sobre as vantagens desta publicidade: ela representa, para os países como o Brasil, um precioso meio de elucidação real sobre as vantagens que proporcionam, pelas suas riquezas e pelo seu aumento de civilização e progresso. **Resolvem afeições, atraem a estimação de povos estranhos e fundam a reputação de uma grande pátria, feliz e próspera bastante para alimentar redobrados filhos**. Para o comercio não são maiores, mas são mais prontas as vantagens. O interesse dos comerciantes estrangeiros desperta-lhes a atenção para **o país que se coloca em evidência simpática**, alia-os facilmente ao desenvolvimento de suas relações e os constitui amigos dedicados e constantes.[34]

---

[30] A estratégia de servir xícaras de café aos visitantes não foi inaugurada em São Petersburgo. A prática passou a ser adotada em 1882 na Exposição Continental de Buenos Aires. TURAZZI, M. I. *Poses e Trejeitos. A fotografia e as exposições na era do espetáculo.* Rio de Janeiro: FUNARTE: Rocco, 1995.

[31] Diante da quantidade de mostras de café destinada à exposição (totalizavam mil amostras) e do serviço de café aos visitantes foi necessário um espaço maior, tendo sido construído um pavilhão anexo ao prédio da Exposição Internacional de Horticultura de São Petersburgo.

[32] CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Segunda Exposição de Café do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1883. p.60.

[33] Foram produzidos três mil exemplares do *Catálogo da Exposição de Amsterdã*, distribuídos pela América do Sul e Estados Unidos, além de uma quantidade reservada ao Brasil. Cf. CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO, 1883. p.62. Essas Informações também são detalhadas por Eduardo de Lemos a Paranhos em carta de 07/05/1884. AHI L827 M2 P32.

[34] CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO, 1883, p.62.

Sob a mesma orientação, a *Notícia sobre o Brasil* apareceu em versão estendida e com dados estatísticos atualizados no catálogo *Le Brésil à l'exposition Internationale de St-Pétersbourg, 1884*. Engajado à missão, Paranhos Júnior preparou a *Notícia*, em 24 de abril encaminhava quase todo o material para impressão, tendo ficado responsável também pela montagem do catálogo. Uma breve nota introdutória, com algumas linhas sobre o caráter da missão, apresentava o Centro da Lavoura e do Comercio como entidade responsável pelo evento, sem deixar de mencionar que era realizado "sob os auspícios e com a ajuda do Governo Imperial."[35] Em nota posterior, Paranhos fez questão de ressaltar que se tratava de uma associação jovem, porém muito poderosa, citando os nomes dos membros e principais colaboradores "todos grandes agricultores ou grandes negociantes."[36] Para noticiar o evento utilizou uma matéria de um jornal russo, que fornecia os dados gerais, inclusive a descrição do pavilhão brasileiro, ao mesmo tempo que demonstrava a repercussão da exposição na imprensa local.

A segunda parte do catálogo correspondia a um extrato do texto *La question du café – Le café du Brésil au Palais de l'Industrie,* escrito por Frederico José de Sant'Anna Nery, que havia sido publicado originalmente como opúsculo na exposição de Paris em 1882. O artigo, muito elogiado no relatório do Centro daquele ano, também havia sido incorporado ao mencionado catálogo de Amsterdã. O autor, anunciado como um "distinto membro da imprensa parisiense", já era considerado um importante propagandista do Império,[37] desfrutando de valiosas relações em círculos europeus. Como podemos observar, o conteúdo de catálogos anteriores orientava a produção de cada nova edição. Por vezes forneciam artigos que eram reproduzidos em diversas exposições.

As informações mais específicas sobre o comércio do café, que deveriam despertar maior interesse dos negociantes, aparecem a partir da terceira parte da brochura com os dados de *Estatística do café – Preços do Rio*. Em dez páginas são detalhados a produção cafeeira e a sua exportação, oferendo dados sobre comércio entre o Império do Brasil e a Rússia, sugerindo

---

[35] *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 121.

[36] A nota cita os nomes que compunham a mesa diretora da instituição, tendo o visconde de São Clemente, como presidente, o comendador Joaquim Costa Ramalho Ortigão, como vice-presidente, Honório Ribeiro e H. Joppert, como secretários e o barão de Quartin como tesoureiro. Ibid., p. 182-183.

[37] Ao tratar da exposição de Paris, associada ao Grande Concurso Agrícola, o relatório do Centro da Lavoura se refere ao autor como "um dos brasileiros que mais se há consagrado a divulgar a justa e merecida fama de seu país e que legitimamente conquistou um lugar na imprensa europeia". CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO, 1883, p.99.

o estabelecimento de relações diretas, sem os intermediários de outros portos. Desse modo, o valor do produto poderia se tornar mais atraente, o que ajudaria a difundir o consumo em um novo mercado.

A propaganda é complementada pela última seção *Opiniões de alguns especialistas sobre o café,* onde o recurso ao argumento de autoridade, articulado ao longo de todo texto, era enfatizado. A inclusão de manifestações de prestigiadas instituições da Europa e dos Estados Unidos, pretendia conferir maior credibilidade e caráter cientifico aos dados apresentados sobre o consumo do grão, sendo um dos aspectos utilizados para persuadir sobre o consumo do café. Os comentários destacavam as propriedades da cafeína e seus benefícios, defendendo, por exemplo, que deveria ser difundida entre militares. A qualidade do café brasileiro era reconhecida pelos especialistas que estimulavam o seu consumo, chegando a ser considerado até mesmo um "elemento de civilização".[38]

Por fim, a parte mais extensa apresentava os cafés do Brasil e a sua respectiva classificação, assim como listava os demais itens expostos como pés de café e aguardente, encerrando, os tópicos que compõem o *Catálogo de São Petersburgo*.

Vista a composição geral da publicação, cabe o exame mais detalhado da *Notícia sobre o Brasil*, que reunia informações gerais da história e formação do Império, além de apresentar aspectos econômicos e sociais, e características da geografia local. Alinhado aos interesses do evento o delegado brasileiro relacionava os recursos naturais e os respectivos locais de exploração no território brasileiro, destacando os acessos por ferrovia. A descrição geográfica avançava compondo um quadro mais completo do cenário natural de modo que esta parte ocupa um espaço bem maior do que os itens iniciais dedicados à história pátria.

De fato, não se tratava de um artigo como aqueles que Paranhos Júnior havia publicado sobre os estudos de sua predileção. Tratava-se de um trabalho que representava um projeto vinculado à compromissos específicos, orientado pelos interesses do Centro da Lavoura e do Comércio e do governo imperial. Ciente dessa delimitação e na qualidade de representante oficial manteve-se vigilante ao material de divulgação. A escravidão estava entre os assuntos que deveriam ser evitados sempre que possível e, quando extremamente necessário, deveria ser abordado com cautela.[39] No seu exemplar do *Catálogo de Amsterdã* junto ao trecho que

[38] Menção presente no discurso do barão de Teresópolis "A popularização do café é, portanto, um elemento de civilização. E pode-se julgar a temperança dos habitantes de um país pela quantidade de café que se consome como bebida." *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 204.

[39] Sobre esta questão ver o artigo de Daniel Malanski. L'anéantissement symbolique des Afro-brésiliens par l'Empire du Brésil dans les expositions universelles (1867-1889). *Caravelle*, 116, 2021. p. 187-204.

afirmava que no Brasil todas as liberdades eram plenamente garantidas, Paranhos anotou "Não falo nisto na Rússia."[40] Seus textos demonstram que procurava conhecer sua audiência, sabia que um Império escravista falando em liberdades no seio de outro Império, profundamente marcado pela servidão, não seria uma escolha inteligente.[41] E assim escreveu seu texto considerando que o fim do trabalho escravo fora decretado com a Lei de 28 de setembro de 1871, era apenas uma questão de tempo para que fosse extinto por completo. O caso da província do Ceará era utilizado como exemplo de tal perspectiva, desse modo concluía "Já se pode entrever o dia, doravante próximo, em que o Império do Brasil só contará com homens livres."[42]

Atendo à imagem que pretendia divulgar para convencer seus interlocutores a respeito da importância do Império brasileiro e do seu principal produto, o café, ao se referir à população brasileira ressaltava o incentivo à imigração, apresentando em paralelo os dados sobre a redução de escravizados, demonstrava, assim, a diminuição desse contingente nos últimos dez anos, o que seria reflexo da referida Lei, associada ao nome de seu pai, o visconde do Rio Branco, ainda que de maneira implícita.[43] Justificava o sistema escravista, associado à prosperidade agrícola, reiterando a extinção de forma gradual e controlada "Mas a promoção da emancipação, que não se pode buscar sem risco concretiza-se hoje pouco a pouco, sem choques e sem prejuízos para as fontes de produção e para a prosperidade nacional."[44] Ao longo do texto, Paranhos Júnior dissipava qualquer disputa e oposição, dando a falsa impressão de perfeita consonância de interesses "os grandes proprietários rurais e o povo brasileiro inteiro, secundando os generosos

---

[40] O trecho que Paranhos Júnior destacou e anotou é o seguinte: "Toutes les libertés sont pleinement garanties: la liberté individuelle, la liberté de conscience, la liberté de vote et la liberté de parole, la liberté de la presse, la liberté commerciale, la liberté industrielle, la liberté de voyager et d'élire D.icilie..." O exemplar preservado na CBRB tem anotações em outras páginas, provavelmente da época que elaborou o catálogo para exposição de São Petersburgo em 1884. FISCHER, [1945], v.2, p. 422.

[41] Raul do Rio Branco fornece duas informações interessantes sobre a missão de seu pai na Rússia. Primeiro comenta que, em função do interesse despertado pelo trabalho, Rio Branco teria retornado para casa com uma biblioteca sobre o país. E segundo relata que tendo conversado com o tzar Alexandre III, e com o jovem Nicolau II, ambos teriam demonstrado interesse no sistema escravista vigente no Brasil, comparando-o à servidão russa. RIO BRANCO, Raul, 2023, p. 105.

[42] *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 132.

[43] Paranhos Júnior não se refere ao visconde na parte que menciona a lei de 28 de setembro de 1871. A remissiva só seria incluída por Salvador de Mendonça ao reproduzir a tradução da *Notícia sobre o Brasil* no Catálogo da Exposição de New Orleans, em 1885 "The passage of this law due to the late Councillor of State, José Maria da Silva Paranhos, Viscount of Rio Branco, father of the author of this sketch, then President of the Council of Ministers." *The empire of Brazil at the World's industrial and cotton centennial Expositon of New Orleans*. New York: E. P. Coby & Co., 1885

[44] *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 132.

esforços do governo imperial, ajudam na promoção da emancipação."[45] O relato defendia a emancipação gradual e garantia que este processo transcorria em perfeita harmonia.

O anúncio do fim próximo da escravidão e a promessa de branqueamento da população configuravam na sua escrita verdadeira cruzada civilizadora. A imigração é apresentada como recurso complementar ao processo de emancipação, solução que seria capaz de promover a substituição de mão de obra e garantir a produção das fazendas. Não era a primeira vez que escrevia a favor deste tema. Conforme visto anteriormente, o assunto era uma das pautas do gabinete Rio Branco, que havia defendido nas páginas do jornal *A Nação*. No mesmo tom, em apenas um parágrafo resumia a situação dos indígenas, reconhecendo o número total de "índios selvagens" e ressaltando os esforços do governo em "conquistá-los para a civilização".[46]

A todo tempo, Paranhos Júnior buscava definir o Brasil pelas aproximações com a Europa, neste sentido faz o seguinte comentário sobre o clima de províncias do interior: "As províncias de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, excetuado o litoral desta última, oferecem um clima comparável ao do sul da Europa."[47] O estímulo à imigração era, naquele contexto, uma das preocupações dos propagandistas do Império, além de apresentar uma imagem de um país civilizado que merecia ser respeitado como tal, buscavam dirimir as preocupações sobre o clima e as doenças que eram associadas aos trópicos.[48] Não por acaso veremos que no ensejo das exposições esses propagandistas produziram material específico para incentivar a imigração europeia.[49]

Consoante a imagem de país civilizado que pretendia difundir, Paranhos Júnior apresentava o universo intelectual brasileiro, projetando um Brasil ilustrado, através das suas instituições cientificas e das suas respectivas publicações, dos seus museus e bibliotecas, das mais variadas associações e de uma imprensa profícua e diversificada. Assim, procurava colocar em relevo uma vida cultural digna das "grandes nações".

---

[45] *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 132.

[46] "Quanto aos índios selvagens, que formam uma população estimada em mais de 600 mil almas, o governo se esforça para conquistá-los para a civilização, com a ajuda dos missionários que os catequizam e instruem. Chega-se assim a formar povoados onde estes indígenas, abandonando a vida nômade, dedicam-se vantajosamente aos trabalhos agrícolas." Ibid., p. 134.

[47] Ibid., p. 135.

[48] Sobre esse aspecto Paranhos Júnior cita o texto de Joseph François Xavier Sigaud, *Du climat et des maladies du Brésil,* em que o autor afirmava que no Brasil não havia doenças que dizimavam populações como em outras regiões do mundo. Ibid., p. 135.

[49] Frederico de Sant'Anna Nery organizou a publicação *Guide de l'émigrant au Brésil.* Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889, igualmente financiado pelo Sindicato franco-brasileiro.

Como era de se esperar, os aspectos que interessavam diretamente às relações comerciais ganharam maior destaque na publicação. Um exemplo é a parte dedicada aos ditos "melhoramentos" promovidos no campo das comunicações e dos transportes que tinham impacto direto no escoamento dos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, eram importantes símbolos do progresso que tanto procuravam associar à imagem do Brasil. Na parte da movimentação marítima, em defesa do estabelecimento de relações comerciais diretas entre o Brasil e a Rússia, uma passagem destacava a dependência de intermediários a que estavam submetidos: "neste momento, não existem, ou quase isto, relações diretas entre os dois vastos impérios da Rússia e do Brasil. Todo o comércio, todas as trocas, ainda se fazem pela via indireta dos portos da Alemanha ou da Inglaterra!"[50]

Ao longo do texto Paranhos Júnior utilizou o argumento de autoridade como importante recurso retórico através das citações do "erudito Agassiz".[51] Em um trecho sobre a agricultura no Brasil, incluiu uma citação do referido autor com a descrição do território brasileiro em regiões de cultivo. Enumerando a variedade de produtos reiterava a representação da "terra que em se plantando tudo dá". Assim, encerrava a *Notícia sobre o Brasil* anunciando a cultura mais produtiva e que representava mais da metade da produção mundial, o que garantia ao Brasil o título de "país do café".[52] Concluída a organização e montagem, o *Catálogo de São Petersburgo* foi amplamente difundido, alcançando a tiragem de 32 mil exemplares.[53]

Além do *Catálogo* organizado por Paranhos foram distribuídos dois folhetos sobre o café brasileiro publicados em alemão, o *Der-Kafee* (1883), de Carlos Teixeira e *Brazil-Kafee* (1884), de Francisco da Cunha e Souza, ambos impressos em Viena. O Centro da Lavoura e do Comércio também enviou alguns livros oferecidos na ocasião, entre estes constava a edição da *Noções de corografia do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo. No seu relatório o delegado brasileiro não deixou de destacar que essas obras contribuíram para a disseminação das notícias

[50] *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 153.

[51] As referências são em maioria do livro *Voyage au Brésil*, tradução para o francês, publicado pela Hachette, em Paris (1869).

[52] O título "país do café" é uma associação ao folhetim de autoria de Frederico de Sant'Anna Nery publicado, primeiramente, no jornal *Le Brésil*, depois editado em livro no ano de 1882, intitulado *Le pays du café: Voyage de M. Durand au Brésil*. Cf. CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *O último propagandista do Império*: O "barão" de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa. São Paulo: USP – FFLCH, 2013. (tese de doutorado). https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06112014-163044/pt-br.php, p.128-146.

[53] Segundo informação do *Jornal do Commercio*, ano 63, n.182, de 01/07/1884 foram confeccionados 32.000 exemplares do catálogo redigido por Paranhos Júnior com o auxílio de Dumontier, sendo uma primeira tiragem de 10.000 e a segunda de 22.000.

sobre a exposição do café, notando que muitos dos artigos de imprensa estrangeira teriam sido escritos à vista desses títulos.

Durante a exposição, entre os dias 17 de maio e 1º de junho de 1884, o pavilhão brasileiro recebeu em torno de 200 mil visitantes. Na área externa da Exposição Internacional de Horticultura foi montada uma estrutura capaz de dispor o café e oferecer a degustação do produto. As amostras eram expostas de acordo com a sua origem, ressaltando as características adquiridas pelo grão em cada região e as suas classificações. A montagem dos pavilhões era pensada com o mesmo cuidado que eram produzidos os catálogos. A representação da carta geográfica e quadros com vistas do território brasileiro e suas paisagens eram expostos no espaço como forma de apresentar e divulgar o Brasil aos visitantes.[54]

O ambiente, cuidadosamente decorado, era ornado com cortinas nas cores da Casa Imperial Brasileira e em destaque era colocado um retrato do Imperador D. Pedro II. A representação imagética contava ainda com paisagens do Brasil pelas fotografias de Marc Ferrez, e um quadro da fazenda Bela Aliança de Maurice Hartoff. O retrato do país em progresso ficava a cargo de um conjunto de fotografias das ferrovias que cruzavam o vasto território, tendo um álbum de 41 vistas de estações, pontes e obras de arte oferecido pelo Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II.[55] Articulavam, assim, os recursos disponíveis para construção da imagem que pretendiam disseminar.[56] Completava a composição do pavilhão o aroma que invadia o espaço e atraia os visitantes para conhecer o grande protagonista do evento: o café, oferecido para degustação. Nada mais oportuno do que uma bebida quente em meio às baixas temperaturas de São Petersburgo.

Entre as estratégias de divulgação a comissão brasileira também organizou uma sessão especial no dia 22 de maio, apenas para jornalistas e comerciantes convidados, que foram

[54] Por vezes as exposições contavam ainda com a exposição de maquinários e apresentações de conferências. Sobre o uso de imagens, destaca-se que o pintor italiano radicado no Brasil, Nicolau Facchinetti, assinou as pinturas que ficaram expostas na primeira edição das mostras no Rio de Janeiro, em 1881. Mas foi a fotografia que conquistou lugar na montagem das exposições, conforme veremos nas publicações de 1889.

[55] Todos esses itens aparecem relacionados no catálogo da exposição de São Petersburgo. *Caderno do CHDD*, nº especial, 2012, p. 247.

[56] Sobre esta questão observa Telles (2020): "Além do aguçamento do paladar e do olfato, deveria a museografia se preocupar em mostrar vistas das fazendas de café, salientar os progressos técnicos proporcionados pela segunda revolução industrial na área dos progressos de maquinários para beneficiamento da produção de café, bem como mostrar a capacidade técnica do país em construções de grande envergadura, como pontes e estradas de ferro." TELLES, 2020, p. 55-56.

recebidos com uma apresentação do secretário Jules Dumontier explicando os benefícios do café e as vantagens de se estabelecer uma relação comercial direta entre a Rússia e o Brasil.[57]

Para divulgar a Exposição Internacional do Café e destacar a sua participação nessa empreitada, Paranhos Júnior pode contar com o dedicado amigo Gusmão Lobo, que produziu um variado conteúdo nas páginas do *Jornal do Commercio.* Apesar da irregularidade com que as cartas chegavam no Rio de Janeiro, o jornalista se empenhou em reunir todas as fontes para cobrir o evento, por vezes, recorria aos representantes do Centro da Lavoura para complementar as informações que eram divulgadas em artigos e nas "Correspondências" do jornal. Nota-se o cuidado de Gusmão Lobo para atender a contento a expectativa do amigo. Em uma das cartas explicava a forma como retratou uma reunião de negociantes promovida pela comissão: "compreendi a importância da reunião e, na correspondência que estava escrevendo, procurei com sumo cuidado pôr em relevo o fato como de importância capital."[58] Ao mesmo tempo, o jornalista media suas palavras, conforme relatava ao tratar da brochura *Le Brésil à L'Exposition Internationale de Saint Pétersbourg* "Evitei louvores exagerados porque não há quem ignore que sou o autor da notícia."[59]

Dias antes do evento a coluna "Exposições e Congressos" anunciava o início próximo da exibição em São Petersburgo e comentava outras iniciativas do Centro da Lavoura nos últimos anos, inclusive as edições anuais organizadas na Corte.[60] As menções tornaram-se frequentes acompanhando os dezesseis dias da exposição e continuaram por alguns meses, mesmo após o seu encerramento.

Nos últimos dias da exposição, antes de encaminhar a correspondência oficial, Paranhos Júnior retomou o contato com Eduardo de Lemos, justificando a ausência de cartas anteriores devido à grande demanda de trabalho: "Há quase um mês não durmo mais de três ou quatro horas por dia, e estou já sem forças. Todos os nossos companheiros se acham no mesmo estado."[61] Por algumas linhas se queixava do trabalho extra que tivera com a organização do

[57] As comunicações dessa natureza faziam parte das práticas da exposição. Constavam, inclusive, entre as diretrizes do programa inicial do Centro da Lavoura e Comercio. Era parte das estratégias para disseminar o conhecimento sobre o café e divulgar benefícios do seu consumo.

[58] Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, de Rio, 05/07/1884. AHI L828 M1 P 21.

[59] Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, de Rio, 10/07/1884. AHI L828 M1 P 21.

[60] *Jornal do Commercio*, Ano 63, n. 128, 08/05/1884.

[61] Carta de Rio Branco a Eduardo de Lemos, de 29/05/1884 (incompleta). AHI L827 M2 P32.

Catálogo e com a distribuição das cópias da *Notícia sobre o Brasil* e das brochuras bilingue sobre o café.

Afora as queixas, comentava sobre o "grande diploma de honra" concedido ao café brasileiro e o sucesso da exposição, que segundo suas palavras teria causado um verdadeiro estrondo, considerado por ele o acontecimento da estação: "Para isso influiu muito a circunstância de estarmos sós, sem concorrentes estrangeiros, e ao mesmo tempo o local da exposição de horticultura, visitado pela aristocracia e pelo mundo elegante desta grande capital, agora pela classe média, e, nos dias santificados, pelo povo."[62] Diante do relato aproveitava para valorizar o seu desempenho como presidente da comissão:

> Enfim, estou prestes a concluir a minha missão. Prometi ao Sr. Ortigão estar aqui uns 5 dias antes da abertura da Exposição: - cheguei 8 dias antes. Ele disse-me que bastava que eu aqui estivesse 15 dias. Demorar-me-ei mais de 20. Fazendo, portanto, mais do que prometi. Desculpe-me, pois, a falta de cartas, e rogo-lhe comunique a esse nosso amigo o conteúdo desta, pois não tenho agora tempo disponível para cartas.[63]

Paranhos Júnior priorizava publicizar o evento, mais do que prestar contas estava preocupado em fazer propaganda na imprensa. Quanto ao planejamento do Centro de promover novas exposições em Moscou e em Nijni Novgorod, o delegado brasileiro se manifestava contrário, alegando que o consumo de café nessas localidades era insignificante, além de considerar que não seria uma escolha estratégica, já que os negociantes do interior dependiam dos importadores do litoral. Desse modo, reiterava a importância de investir na propaganda lembrando que já estavam na 12ª edição da brochura bilingue sobre o café. Por essa perspectiva informava a Eduardo de Lemos que estavam em contato com um jornal de grande circulação para que pudessem imprimir nesta folha, senão integralmente, pelo menos parte do conteúdo da referida brochura. A escolha do jornal foi pensada com todo cuidado pelo delegado, como fica evidente na sua explicação: "É esse o periódico de mais larga circulação na Rússia europeia e asiática, jornal das famílias da classe média e do povo, jornal que não se atira ao lado depois de ler, mas que se manda encadernar, porque contém gravuras."[64]

A todo tempo sua orientação era para que aproveitassem o momento de grande repercussão do café investindo em mais divulgação e disponibilização do produto brasileiro para venda. Se dirigia de forma enfática tanto aos membros da comissão quanto àqueles

---

[62] Ibid.

[63] Carta de Rio Branco a Eduardo de Lemos, de [29/05/1884] (incompleta). AHI L827 M2 P32.

[64] Carta de Rio Branco a Eduardo de Lemos, de 29/05/1884 (incompleta). AHI L827 M2 P32.

representantes do Centro e do governo "(...) todo esse estrondo ficará perdido se desde já não procurarmos tirar o partido possível das circunstâncias do momento e da aceitação que tem tido o nosso café."[65] Do mesmo modo se posicionou no relatório ao ministro da Agricultura, Afonso Pena, chegando a sugerir como potencializar esses eventos:

> [...] sempre fui de parecer que as exposições de café não bastavam, sendo indispensável que ao mesmo tempo criássemos grandes centros de consumo, depósitos onde estivesse à venda o nosso café. Assim procederam os plantadores da América Central e da Venezuela, em Londres e em Paris. De vez em quando aparecem anúncios nos jornais ingleses e franceses indicando as casas de venda desses cafés.[66]

Paranhos não se restringia às análises gerais, sugeria cada pormenor para os próximos passos de divulgação do café na Rússia e sobre a destinação das sacas que ainda dispunham em depósito. Como parte desse café seria distribuído por diversas instituições, chega a recomendar o envio ao Asilo de Inválidos em atendimento ao pedido de um general russo que o havia procurado e ainda observava sobre a questão "Aconselhei ao Sr. Maia que oferecesse 20 sacas, porque sou contrário aos pequenos presentes."[67]

A quantidade não seria mero capricho, ele argumentava que só assim poderiam proporcionar o hábito do café, pois em grande quantidade aqueles que fossem presenteados poderiam consumir todos os dias por tempo suficiente para que se habituassem a bebida e se convertessem em consumidores do produto. Além disso, alegava que as doações só seriam notícias nos jornais caso fossem expressivas, garantindo mais divulgação como no jornal do Ministério da Guerra da Rússia, que era lido nos círculos militares da Europa. Pela sua correspondência Paranhos difundia toda a estratégia traçada para maior divulgação do café brasileiro.

O referido relatório consolidava as informações sobre o trabalho da comissão e chamava atenção para a cobertura do evento pela imprensa estrangeira, encaminhando apenso mais de 20 recortes de jornais. O relato detalhado contribuiu para a repercussão da exposição e da atuação do delegado imperial, chegando a ser vertido para o francês pelo jornal *Le Messager du Brésil*.[68] Junto à descrição do pavilhão brasileiro, que ficou pronto no dia da abertura, ressaltava que os membros da comissão: "(...) dirigiram os trabalhos de instalação das nossas

---

[65] Ibid.

[66] Ibid.

[67] Carta de Rio Branco a Eduardo de Lemos, de 29/05/1884 (incompleta). AHI L827 M2 P32.

[68] *Le Messager du Brésil*, n.11, 07/08/1884.

mil amostras de café, enquanto os operários terminavam apressadamente a decoração interna do pavilhão."[69]

No documento oficial, Paranhos Júnior fez questão de reconhecer o apoio prestado pelo barão de Alhandra para autorização do local onde foi construído o pavilhão brasileiro, mencionando-o mais de uma vez no seu relatório. Nas páginas do *Jornal do Commercio* a orientação era mesma, que buscou "honrar um tanto o velho Alhandra".[70] Do mesmo modo destacava os esforços do Centro da Lavoura e do Comércio, principalmente pela "incansável atividade do Sr. Araújo Maia". Assim, considerava o evento um sucesso "Para tornar conhecido o café e também o nosso país, penso que não era possível fazer mais do que fizeram aqui o Centro da Lavoura e a comissão brasileira."[71] Outro nome lembrado no documento é o de Eduardo de Lemos, que mesmo à distância teria colaborado com os representantes brasileiros. O ponto alto da exposição, reportado com destaque no dito relatório e na imprensa, foi a visita ilustre do Imperador Russo ao pavilhão brasileiro:

> Suas Majestades, o Imperador e a imperatriz da Rússia, acompanhados de todos os membros da família imperial, do corpo diplomático, da corte e dos primeiros funcionários deste Império, honraram com a sua visita o pavilhão brasileiro, sendo recebidos à entrada pelo Sr. Barão de Alhandra e pelos membros da comissão brasileira.[72]

Paranhos Júnior, já experimentado nas práticas de imprensa, também promovia a publicação de notícias pela Europa. Nesta empreitada destaca-se o jornal *Le Brésil: courrier de l'Amerique du Sud,* em cujas páginas as exposições de café contavam com um valioso espaço de divulgação. O periódico, fundado em 1881 por Frederico Sant'Anna Nery,[73] era editado em Paris e reunia brasileiros radicados em solo europeu comprometidos com a propaganda do Império no Velho Mundo. Entre as suas colunas prevaleciam pautas econômicas e financeiras, tornando-se importante porta-voz do Centro da Lavoura e do Comércio. De tal modo que é possível acompanhar a agenda de eventos promovidos pela associação através das suas páginas.

---

[69] Ibid.

[70] Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, Rio 09/06/1884. AHI L828 M1 P21.

[71] *Le Messager du Brésil*, n.11, 07/08/1884.

[72] *Le Messager du Brésil*, n.11, 07/08/1884..

[73] Frederico de Sant'Anna Nery dirigiu o jornal *Le Brésil* no seu primeiro ano de circulação. À época da Exposição de São Petersburgo (1884) Jayme Gomes de Argollo Ferrão era quem estava à frente do referido periódico.

Matérias dedicadas à propaganda do café e às exposições figuravam na maioria dos números desta folha.

Não faltaram notícias sobre "Les cafés du Brésil à St-Petersburgo". O jornal ofereceu uma cobertura completa desde a abertura do evento, com destaque à visita do Imperador Russo e sua comitiva ao pavilhão brasileiro, e acompanhando a repercussão na imprensa russa com transcrições de algumas das suas publicações.[74] Mesmo após o encerramento da exposição continuaram a comentar o assunto. Algumas notas da coluna "Nos Informations" se ocupavam das condecorações que, além de listar os nomes dos agraciados, citava a iniciativa do governo imperial como forma de reiterar o interesse em aproximar as relações comerciais dos dois países.[75]

O sucesso anunciado não era apenas do Centro da Lavoura e do Comercio, era também do delegado e presidente da comissão, afinal em reconhecimento pelo serviço prestado Paranhos Júnior foi nomeado Conselheiro do Imperador e ainda conseguiu garantir as condecorações daqueles que havia indicado.[76]

O mencionado relatório de Paranhos Júnior ao ministro da Agricultura também teve espaço garantido nas páginas do *Brésil*. Do mesmo modo que os editoriais do *Jornal do Commercio,* o periódico de Paris incorporou a argumentação do agora conselheiro do Império sobre a propaganda do café. O melhor exemplo é o editorial de 5 de novembro de 1884, intitulado “La propagande du café”.[77] O texto enaltecia a atuação do Centro da Lavoura e do Comercio, destacando os vários prêmios recebidos na divulgação do café pelo mundo, considerando que se encerrava uma etapa de sucesso da missão assumida pela associação.

---

[74] Parte do artigo publicado no *Journal de Saint-Pétersbourg* foi transcrito pelo *Le Brésil*, Ano 4, nº 68, Paris, 20/06/1884.

[75] Além dos membros do governo e daqueles envolvidos diretamente com o evento, chama atenção a quantidade de jornalistas que foram condecorados, sendo um total de dezoito. “Ces nombreuses nominations témoignent de l'intérêt que l'Empereur porte à la propagande entreprise en Russie pour que des relations directes de commerce s'etablissent entre les deux empires. On sait que les decorations brésiliennes sont données trés difficilement”. *Le Brésil*, Ano 4, n.73, Paris, 05/09/1884.

[76] Destaque para a indicação dos seus amigos Jules Dumontier e de Gusmão Lobo - A seção “Nos Informations” do jornal *Le Brésil*, Ano 4, n.73, Paris, 05/09/1884, consta referência às condecorações concedidas pelos Imperador D. Pedro II. Estão listados todos aqueles que foram agraciados com alguma honraria, todos os membros da comissão brasileira receberam alguma benesse. Ver também as condecorações concedidas pelo Imperador Russo *Le Brésil*, Ano 4, n. 80, Paris, 20/12/1884.

[77] “Il n’y a pas longtemps que l’Association brésilienne a remporté um succès éclatant à l’exposition d’horticulture de Saint-Petersburgo et à la foire de Nijni-Novgorod, et pourtant ses cafés sont dèjà en Route pour Odessa, pour Valparaiso, et pour l’exposition universelle d’Anvers.” *Le Brésil*, Ano 4, n. 77, Paris, 05/11/1884.

Os elogios são seguidos de certa crítica compartilhando a opinião que Paranhos expressou no relatório, de que era necessário aproveitar o cenário favorável criado pelas exposições para que houvesse ganhos reais com a venda do café nesses mercados. Caso contrário, todo o esforço da propaganda seria em vão, ou pior ainda, poderia ser aproveitado pela concorrência que, diante do interesse provocado pelos eventos e na ausência do produto brasileiro, se valeria da procura para aumentar as suas vendas.[78]

O referido editorial sugeria que todos os esforços das exposições deveriam ser seguidos pelo empenho em aproximar produtores e consumidores, e que um importante passo nesse sentido seria estabelecer depósitos do café brasileiro em um local proporcionasse melhor distribuição no território europeu, a exemplo do que outros países já haviam efetuado em Paris.[79]

A participação de Paranhos Júnior com o jornal *Le Brésil* não se restringiu à Exposição de São Petersburgo. Ainda no ano de 1884 o periódico publicou uma carta do então conselheiro sobre origens da sua família, em resposta a um artigo do jornal *Économiste Français.*[80] A questão repercutiu no Rio de Janeiro, entre as "Correspondências" do *Jornal do Commercio,* um dos tópicos comentava que o *Economiste Francais* estava publicando matérias pouco amistosas sobre o Brasil, como exemplo citava trechos do referido artigo de H. Surrel que desqualificavam o Império, criticando as condições de vida, de modo a desencorajar a imigração. Ou seja, além de conter uma informação imprecisa sobre a origem da mãe do visconde do Rio Branco, a matéria incomodava pela abordagem e conteúdo, provocando a reação nos jornais porque trazia comentários pejorativos divulgando uma imagem negativa do

[78] "Quel profit resulte-t-il pour l'Association brésilienne de distribuer des sacs de café, de le donner à boire à tout venant, si elle n'ena pas à vendre quand on veut en acheter?" *Le Brésil*, Ano 4, n. 77, Paris, 05/11/1884.

[79] "Ce qu'il faut faire maintenant pour consolider votre oeuvre, pour la rendre utile, pour lui donner le cachet de notre époque, c'est de rapprocher le producteur du consommateur. L'Amérique Centrale, le Guatemala, le Zanzibar ont des dépôts de leurs cafés à Paris où le consommateur peut s'approvisionner." *Le Brésil*, Ano 4, n. 77, Paris, 05/11/1884.

[80] A manifestação foi provocada por um pequeno trecho em que H. de Surrel afirmava que a mãe do visconde do Rio Branco era uma escrava liberta. Nos moldes da extensa nota que Paranhos Júnior incluiu na biografia de seu pai sobre a sua origem familiar, conforme visto no capítulo anterior, o filho zeloso fez questão de esclarecer a questão. O texto intitulado "Le vicomte de Rio Branco et sa famile" atendia ao pedido de "Notre ami, M. le conseiller Paranhos". No mesmo número, foi reproduzido o artigo em questão do *Économiste Français*, de 29 de novembro de 1884, intitulado "L'État économique du Brésil", sendo acompanhado de notas e comentários. *Le Brésil*, Ano 4, n. 79, Paris, 05/12/1884. O artigo escrito por Paranhos Júnior está transcrito no Apêndice.

Brasil e se manifestando contrário a imigração.[81] Alguns dias depois a questão tornou a aparecer no *Jornal*, agora em menção cheia de ironia no folhetim "Ver, ouvir e falar".[82]

O caso é ilustrativo da colaboração de Paranhos Júnior com o jornal *Le Brésil*, dirigido por Argollo Ferrão desde 1882, que representava um dos canais que dispunha de espaço para suas manifestações e que o aproximava da colônia de brasileiros em Paris.[83] Essa cooperação permaneceu ativa por muito tempo através de contato direto com Louis Guilaine, redator principal daquela folha no final do Oitocentos e ainda pelos anos seguintes. [84]

Curioso observar que tanto a correspondência quanto as notas na imprensa se intensificaram após o encerramento da Exposição de São Petersburgo. O fato se deve mais a incidentes entre os envolvidos do que ao evento em si. As relações entre Paranhos Júnior e Araújo Maia não foram as mais amistosas, o que só piorou com as disputas pelas honrarias concedidas pelo governo. As diferenças entre os dois, dissimuladas ao longo da Exposição, ficaram evidentes posteriormente com acusações trocadas e insinuações publicadas no "A Pedidos" do *Jornal do Commercio*.

Entre os meses de junho e setembro, as querelas predominaram nas cartas de Paranhos Júnior endereçadas a Eduardo de Lemos, principalmente por controvérsias em torno das condecorações. O delegado brasileiro travou uma verdadeira batalha pelo secretário Jules Dumontier, chegando a enviar uma carta de vinte e duas páginas em defesa da condecoração ao amigo. Foi tão insistente no assunto que chegou a ser repreendido por Gusmão Lobo "Não me

---

[81] No *Jornal do Commercio* foi publicada uma nota na seção "Exterior - Correspondência do Jornal do Commercio" onde se lê: "O sr. conselheiro Paranhos respondeu, no *Économiste Francais*, publicado à 6 do corrente, ao trecho do artigo do jovem H. do Surrel, que dizia ser o finado visconde do Rio Branco, 'filho de uma escrava liberta'. A fim de restabelecer a verdade, demonstrou que os ascendentes maternos do ilustre estadista brasileiro pertenciam a uma família modesta e honrada de militares." *Jornal do Commercio*, ano 63, n. 360, Rio, 28/12/1884.

[82] O autor satirizava a reverência que muitos pareceriam prestar naquele tempo a Paul Leroy-Beaulieu, e no mesmo tom desqualifica Surrel chamando-o de "mero amanuense", de modo que considerando o erro primário em relação à origem da mãe do visconde, nada mais poderia ser considerado válido deste autor *Jornal do Commercio*, ano 63, n. 363, Rio, 31/12/1884

[83] Outra contribuição expressa de Paranhos Júnior foi publicada no número em homenagem a Victor Hugo, em que o conselheiro encaminhou a cópia de uma carta do poeta aos brasileiros, escrita quando este remeteu um epitáfio para o monumento fúnebre de Ribeyrolles. "Victor Hugo aux brésiliens" - *Le Brésil*, Ano 5, n. 91, Paris, 09/06/1885. Ver também menções na secão "Echos de partout". *Le Brésil*, Ano 5, n.98, Paris, 21/09/1885 e *Le Brésil,* Ano 5, n.101, Paris, 09/11/1885. Não cabendo a análise detalhada da colaboração de Rio Branco com o jornal *Le Brésil* no momento, me limito a tais referências.

[84] *Caderno do CHDD*, n.5 p. 351 e 359-360.

aborreças mais com as suas coisas do conflito Maia. *Per pietá*! Leia a carta Ramalho; desabafe com o Dumontier e não me fale mais disso."[85]

Contudo, fica evidente a sua preocupação em manter boas relações com os líderes do Centro, assinalando em uma das suas missivas "Eu não me considerava na Rússia delegado do governo somente, mas também delegado do Centro."[86] Enquanto isso, as críticas a Araújo Maia ficavam mais severas, de forma enfática afirmava seu descontentamento "Tive a desgraça de conhecer o Sr. Maia quando atravessava uma crise difícil. Estava possuído da ambição sôfrega de grandezas, e julgou descobrir em mim um rival ou competidor."[87]

Uma fatalidade acabou apaziguando a questão. Em 14 de outubro de 1884, Eduardo de Lemos faleceu em Viana Castelo. Paranhos Júnior trocou algumas cartas com Joaquim José Cerqueira, que era sócio e amigo do falecido, a fim de tentar reaver parte da correspondência remetida ao representante do Centro da Lavoura. Nessas missivas recomendava que mantivessem o caráter reservado da correspondência, e sugeria que entregassem apenas a Ramalho Ortigão, já que tratavam de aspectos da Exposição do Café, esclarecendo "V. Sa. sabe, por exemplo, que o Governo Imperial tem prestado reservadamente certos auxílios à obra da propaganda do Centro, e isso consta de mais de uma carta do Sr. Lemos."[88] A preocupação com o destino dessa documentação devia-se ainda ao fato de registrarem os desentendimentos entre os membros da comissão, queria assegurar que não cairiam em mãos erradas.

Apesar das intrigas, Paranhos Júnior garantia que a cordialidade havia prevalecido comentando, inclusive, sobre o texto que escreveu em homenagem a Eduardo de Lemos, publicado no jornal *Le Brésil*.[89] Pouco depois o necrológio apareceu traduzido nas páginas do *Jornal do Commercio* assinado pelas suas iniciais S. P.[90] Este artigo destacava a atuação de Eduardo de Lemos junto ao Centro da Lavoura e do Comercio, assim como sua participação no

---

[85] Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, Rio, 21/08/1884. AHI L828 M1 P21.

[86] Carta de Paranhos Júnior a Eduardo de Lemos. Paris, 10/09/1884. AHI L827 M2 P32.

[87] Ibid.

[88] Carta de Paranhos a Joaquim José Cerqueira, Paris, 31/10/1884. AHI L819 M1 P2.

[89] O necrológio foi publicado no jornal *Le Brésil* sem autoria. *Le Brésil*, Ano 4, n. 76, Paris, 20/10/1884.

[90] Além da carta à Cerqueira e das iniciais que acompanharam a tradução divulgada no *Jornal do Commercio (Jornal do Commercio,* ano 63, n. 315, 12/11/1884), um trecho do texto também confirma que Paranhos Júnior foi o autor da homenagem. Nesta mencionava que havia conhecido Eduardo de Lemos no funeral do seu pai, o visconde do Rio Branco, tal como escreveu na referida carta a Cerqueira. As iniciais podem ter sido incluídas por Gusmão Lobo, visto que procedeu da mesma forma em outras situações. Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, Rio, [2º semestre 1888]. AHI L828 M1 P21.

Gabinete Português de Leitura, enaltecendo suas iniciativas à frente de ambas as instituições. Reconhecendo nele uma personalidade de grande destaque da colônia de portugueses no Brasil e uma figura importante para a propaganda do café brasileiro na Europa.[91]

A *Notícia sobre o Brasil,* redigida por Rio Branco, e extratos do artigo de Frederico Sant'Anna Nery sobre o café, que constavam no material da exposição internacional de 1884, foram traduzidos para o inglês e incluídos no Catálogo da Exposição Internacional e Centenária do Algodão, em New Orleans (1885).[92] A iniciativa foi do delegado imperial na ocasião, Salvador de Mendonça, a quem o cônsul de Liverpool agradeceu pela lembrança: "Fico-lhe muito obrigado por ter associado o meu nome ao seu nos trabalhos de Nova Orleans, fazendo traduzir a *Notícia* que publiquei em São Petersburgo, e muito agradeço a dedicada atenção com que v. recordou em uma nota o serviço que ao nosso país prestou o meu Pai em 1871."[93]

A produção do texto sobre o Império e a organização do catálogo, associados ao trabalho de divulgação na imprensa, garantiram reconhecimento e certa visibilidade a Paranhos, que inscreveu seu nome entre os colaboradores das exposições internacionais. Gusmão Lobo comemorava o feito contando ao amigo que Albert Henschell havia colocado uma fotografia sua ao lado de outros "figurões", na vitrine da sua loja na movimentada rua do Ouvidor:

> Teu retrato continua a brilhar na rua do Ouvidor. É um figurão, o conselheiro. Estás em lugar distinto, num grande quadro. Falarei alguma vez ao Henschell, mas como privaria o público da recordação do seu jovem conselheiro, o **conselheiro do café**, o homem especial do Centro, o *fac totum* do Ortigão? [94]

No mesmo ano em que Paranhos Júnior esteve envolvido com a exibição do café brasileiro em São Petersburgo, a próxima exposição universal era anunciada para 1889. O grande evento seria realizado em Paris entre os dias 6 de maio e 31 de outubro, sendo parte das

---

[91] Cabe observar que este é mais um artigo escrito por Rio Branco que identifiquei ao longo da pesquisa e que não localizei menção anterior nas biografias nem nas *Obras do barão do Rio Branco*, 2012.

[92] *The empire of Brazil at the World's industrial and cotton centennial Expositon of New Orleans*. New York: E. P. Coby & Co., 1885.

[93] *The empire of Brazil at the World's industrial and cotton centennial expositon of New Orleans*. 1885, p.23. Na carta Paranhos comenta da possibilidade de participar de outra exposição que aconteceria em Liverpool, mas parece que não se concretizou "Pensei ficar livre de exposições com a minha campanha da Rússia, mas, infelizmente, estou ameaçado de outra. Para o ano temos aqui uma grande Exposição Internacional de Navegação, Meios de Transporte terrestres e aéreos, Comércio e Industria em Liverpool." FBN I 4,19,4. Coleção Salvador de Mendonça

[94] Essa era a segunda carta em que comentava sobre a fotografia em exposição na vitrine de Henschel, poucos dias antes já havia comemorado o fato dizendo que aparecia fardado em "lugar distinto num quadro de numerosos figurões." Cartas de Gusmão Lobo a Rio Branco. Rio, 28/08 e 01/11/1884. AHI L828 M1 P21.

celebrações do centenário da Revolução Francesa.[95] Desde o primeiro momento houveram esforços para que o Brasil fosse representado Em setembro de 1885, Antônio Prado, à frente do Ministério das Obras Públicas, anunciava a participação do Império, mas a efeméride causava certo mal-estar entre governos monárquicos, de modo que, apenas em março de 1888 a participação do Brasil foi confirmada.[96]

4.2. Um Império resplandecente no apagar das luzes

Assim como observado na experiência de 1884, o país foi representado de diferentes formas na Exposição Universal de Paris em 1889. O Império do Brasil ocupou um espaço total de 2.500 metros quadrados,[97] onde foi construído o pavilhão com uma destacada torre de 45 metros, montado para a exibição de máquinas e demais itens selecionados, em um ambiente ornado com fotografias do "progresso nos trópicos"[98], além de publicações especialmente produzidas para a ocasião.

O *Catálogo Oficial do Império do Brasil*[99] estampava nas suas páginas iniciais alguns títulos lançados pelo Sindicato Franco-Brasileiro, conforme mostra a ilustração IV. A edição dessas obras tinha um propósito claro: a divulgação do Brasil como um país ilustrado em pleno progresso, muito além da imagem pitoresca de outrora.[100] O barão de Marajó explicou o projeto

[95] Cf. GOLDMAN, 2016, p.72.

[96] Com a alteração dos Ministérios em maio de 1887 o governo deixou de apoiar a participação na Exposição de Paris. Apenas em março de 1888, quando Antônio Prado estava à frente do Ministério de Negócios Estrangeiros, que a presença do Brasil foi confirmada. Em função da questão política que a comemoração da Revolução Francesa evocava, a maioria das monarquias europeias boicotaram o evento. Cf. CARNEIRO, 2013, p. 152.

[97] Na Exposição de Paris o Brasil ocupou 2500 metros quadrados da seguinte forma: "um pavilhão principal projetado pelo arquiteto francês Louis Dauvergne; uma estufa complantas tropicais e um lago com autênticas vitórias-régias, um pavilhão de degustação do café e um pavilhão do Amazonas com uma exposição de 'arqueologia e etnografia do Brasil', organizada pelo cientista Ladislau Neto; além da reconstituição do habitat típico da Região Amazônica, como representante do Brasil na exposição sobre a 'história da habitação humana', conjunta à Exposição Universal." TURAZZI, 1995, p.152

[98] A expressão é de TURAZZI, 1995.

[99] *Empire du Brésil: Catalogue Officiel, Exposition Universelle de Paris 1889*. Paris: Imprimerie Chaix, 1889.

[100] No entanto, através da exploração das populações indígenas e da diversidade natural, certos aspectos de um "Brasil pitoresco" persistiam na composição dessa imagem. Auguste Glaziou projetou um jardim no pavilhão brasileiro, onde figuravam exemplares de plantas exóticas, o que acabou sendo alvo de críticas por associar a imagem do Império à grandes plantações ou às florestas tropicais em meio ao evento que se pretendia uma ode ao progresso e inovações. Cf. HEYNEMANN, C. B. *Paris, 1889: o álbum do Brasil na exposição universal*.

no seu relatório ao governo imperial: “diferentes publicações de alto interesse que eficaz influência hão de ter para tornar conhecido o rico território que habitamos, os elementos naturais que nos asseguram o porvir e o grau de civilização e de progresso que temos atingido.”[101]

No apagar das luzes, o Império era representado de forma resplandecente, muito distante da realidade de um sistema que estava em decadência. Os denominados *homme de letres,* comprometidos com tal propaganda, assinavam os textos e participavam ativamente do evento. Assim, aparecem os nomes de Frederico de Sant’Anna Nery, Eduardo Prado, do visconde de Ourém, Ladislau Neto entre tantos outros que compõem as extensas listas de colaboradores impressas no catálogo.

Figura 3 – Capa do Catálogo Oficial do Brasil na Exposição Universal em Paris (1889)

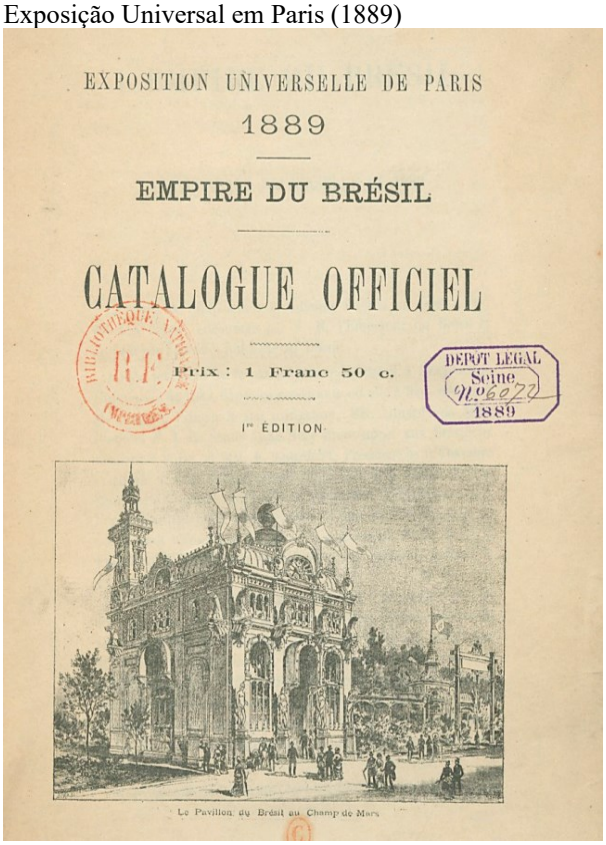
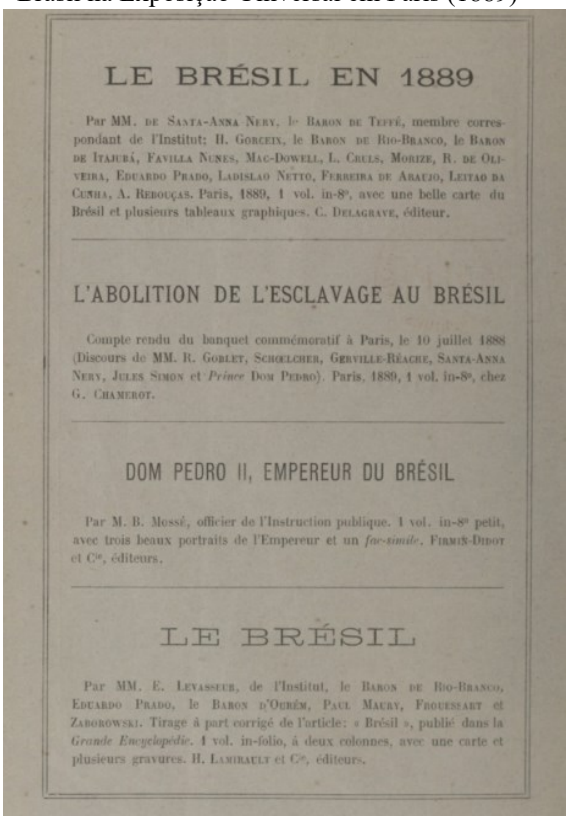


Figura 4 – Contracapa do Catálogo Oficial do Brasil na Exposição Universal em Paris (1889)



Brasiliana Fotográfica. Publicado em 27/0/2018. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=12604#_ftnref3 Acesso em: 04/01/2023.

[101] MARAJÓ Apud TURAZZI, 1995, p.153.

A Comissão Brasileira de Estudos era a mais numerosa, figurando o barão do Rio Branco entre seus membros.[102] Se àquela época não ficou tão evidente, hoje, a partir dos títulos listados, sobressai o seu protagonismo nessas obras. Aos poucos conquistou espaço e prestígio, ainda mais depois de ter atraído a atenção do Imperador que contribuiu diretamente para a produção de parte destas publicações. O barão soube aproveitar a oportunidade tanto para divulgação do Brasil quanto do seu próprio nome.

Conforme visto no capítulo anterior, Paranhos Júnior havia retomado as anotações à obra de Louis Schneider nos anos de 1880. Continuava reunindo relatos e depoimentos, além de tantos outros documentos sobre a guerra contra o Paraguai. Neste momento, também estabeleceu intensa troca de informações com Capistrano de Abreu e Vale Cabral e recebia a colaboração de Graciano Azambuja e do barão Homem de Melo para suas pesquisas. Aprofundava, assim, seus estudos sobre a história do Brasil. Anotava exaustivamente, complementando e corrigindo tudo que lhe interessava. E seus interesses eram muitos! Sua pretensão inicial se desdobrava em tantos outros projetos, eram as promessas que se acumulavam como vimos acompanhando ao longo dos capítulos.

Diante de todas as "histórias" que planejava escrever e do material que reunia, apesar de não ter aceitado as propostas de Capistrano de Abreu, mencionadas no capítulo anterior, decidiu aproveitar a oportunidade que a exposição de 1889 oferecia. Além da chance de publicar resultados parciais dos seus estudos, o evento e a natureza dessas publicações garantiam visibilidade e prestígio. Parte dos estudos em que esteve envolvido lhe proporcionou particular satisfação por permitir que se correspondesse diretamente com D. Pedro II, por quem nutria grande admiração.[103] Na primeira carta que enviou ao Imperador, o barão listava todos seus afazeres em meados de 1889:

> Tenho estado estes últimos tempos muito sobrecarregado de trabalho, deitando-me quase sempre às 3, 5 e 6 horas da manhã, e só para tomar repouso insuficiente pois preciso acudir à revisão de provas que me chegam de diferentes lados: as da tiragem à parte do **Brésil**; as de um resumo mais desenvolvido da nossa história para o livro ***Le***

[102] A comissão era composta por 34 membros, tendo como presidente o visconde de Cavalcanti e secretário Fernandes Pinheiro. Além dos já mencionados Sant'Anna Nery e Eduardo Prado, também faziam parte dela Domício da Gama, Rodolfo Dantas, Argolo Ferrão e Ladislau Neto, personagens que mantiveram contato com Rio Branco, sendo Eduardo Prado, Domício e Dantas considerados seus amigos próximos. Junto à relação de nomes consta a nota: "Les classes de l'exposition on été divisées en 32 sections dont l'étude a été confiée comme suit aux membres de la Commission." *Empire du Brésil: catalogue Officiel. Exposition universelle de Paris*. Paris: Imprimerie Chaix, 1889. p.12.

[103] Para esta correspondência utilizarei como referência o livro organizado por Miguel do Rio Branco a partir das cartas preservadas pela sua tia e filha do barão, Hortência Hamoir do Rio Branco. Publicação já mencionada no primeiro capítulo desta tese. RIO BRANCO, Miguel do. *Correspondência entre d. Pedro II e o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Coleção Brasiliana, 294).

> ***Brésil en 1889*** que o Comité franco-brésilien da Exposição vai publicar; as da **Biografia de Vossa Majestade**, que entreguei todas há dias ao editor Firmin Didot para que o volume possa ficar pronto no dia 12 do corrente; as dos **artigos biográficos e geográficos referentes ao Brasil** que redigi para o VIII volume da Enciclopédia; finalmente, as provas do **folheto** dando conta do banquete comemorativo da abolição.[104]

Todos os trabalhos mencionados por Rio Branco correspondem aos títulos divulgados nas páginas iniciais do catálogo (Ilustração IV): em primeiro lugar se refere à separata do verbete *Le Brésil* da *Grande Encyclopédie*; na sequência aparece o capítulo "Esquisse de l'histoire du Brésil" do livro *Le Brésil en 1889;* depois menciona a biografia *D. Pedro II: Empereur du Brésil*; comenta ainda sobre outra parte da sua contribuição com a enciclopédia francesa que aparece parcialmente no *Spécimen* da segunda edição da separata; e, por fim, fala do folheto *L'Abolition de l'Esclavage au Brésil: loi du 13 mai 1888.* O trecho assinalava, assim, os projetos que estavam em andamento, fator que não deve ser ignorado ao analisar cada um desses textos, afinal, sendo produzidos ao mesmo tempo e tendo pontos em comum, é de se esperar que compartilhem muitos dados, mas à medida que atendem a gêneros diferentes (verbete enciclopédico, capítulo de livro, biografia, folheto/opúsculo), assumem características diversas. Estas características serão abordadas a seguir de forma mais ou menos detalhadas, de acordo com a participação do barão na concepção da obra. Nesse sentido, as separatas do verbete *Le Brésil* se destacam dos demais. Além de ter escrito diversas partes do texto, Rio Branco orientou toda a composição da brochura e ainda organizou o *Album de vues du Brésil*.

Considerando que foram publicados no ensejo da Exposição Universal de 1889, formam um conjunto de textos organizados para o evento, em que os exemplares seriam distribuídos e vendidos no pavilhão do Brasil.[105] Com essas edições a comissão responsável pretendia oferecer uma imagem promissora do Brasil, de modo que pudesse motivar investimentos e parcerias lucrativas. Além dos títulos listados no catálogo, outros trabalhos faziam parte dessa série de publicações, como é o caso do próprio *Catalogue Officiel e* dos livros *Le Folk-lore Brésilien* e *Le guide de l'émigrant au Brésil,* de Sant'Anna Nery.[106]

---

[104] RIO BRANCO, 1957, p. 58. Carta de Rio Branco a D. Pedro II. Paris, 07/06/1889.

[105] Cf. CARNEIRO, 2013, p. 166.

[106] Na tese de Carneiro estão reunidas informações importantes para conhecer a obra de Frederico de Sant'Anna Nery. Sobre estes livros observa que o primeiro corresponde a um trabalho inicial do autor sobre tradições populares, originalmente publicado como folhetim, e o segundo engajado diretamente à defesa da imigração apresentava dados sobre o Brasil e estimulava a opção pelo Império apresentando uma descrição das suas províncias. Cf. CARNEIRO, 2013, n. 188 e 189, p. 167.

4.2.1. *Le Brésil* na *Grande Encyclopédie*

A participação de Rio Branco com as referidas publicações iniciou-se pelo convite de Émile Levasseur para produção do verbete sobre o Brasil. Produzido originalmente para *La Grande Encyclopédie*,[107] o texto ganhou duas edições ainda no ano de 1889, sendo intitulado apenas *Le Brésil*, [108] e contando, inclusive, com uma tiragem especial de 50 exemplares numerados. A versão inicial da separata começou a ser distribuída nas primeiras semanas da Exposição em Paris, já a edição revista e aumentada, só ficaria pronta no final daquele ano.[109]

Ao seu modo, Rio Branco corrigiu e sugeriu sucessivos acréscimos ao verbete, conseguindo que as quinze páginas iniciais se convertessem em cinquenta e uma.[110] Levasseur não deixou de reconhecer sua participação na composição da obra, lembrado no prefácio da primeira edição "pelas pesquisas de erudição ao que se dedicou com numerosas notas que redigiu, e pela correção que fez, diversas vezes, nas provas."[111] Esta versão final foi ainda mais modificada pelo barão na segunda tiragem, destacando-se, assim, dos demais colaboradores, conforme ficou evidente, quando seu nome apareceu no novo prefácio equiparado ao de Levasseur.[112]

Além do capítulo dedicado à história do Brasil, o barão assinou outros conteúdos nas três partes que compõem o verbete. Em um deles apresentava as explorações científicas através de um breve levantamento, citando nomes daqueles que embarcaram nessas missões pelo

---

[107] O verbete sobre o Brasil foi publicado no tomo 7 da enciclopédia. *La Grande Encyclopédie: inventaire raisonné des sciences, de letres et des arts*. *Par une société de savants et de gens de letres*. Paris: H. Lamirault, 1889. Tome 7. (Brice – Canarie). p. 1077-1127.

[108] Vale lembrar que se trata do verbete mencionado no capítulo inicial na análise do perfil de Rio Branco como "um erudito a serviço da pátria".

[109] Para esta primeira edição foram impressos 500 exemplares. Informações sobre a quantidade de exemplares impressos descritas na correspondência com D. Pedro II. A tiragem especial, por exemplo, foi uma das sugestões do Imperador, que foi presenteado com um exemplar impresso em papel do Japão. RIO BRANCO, 1957, p. 60. Carta de Rio Branco a D. Pedro II. Paris, 07/06/1889.

[110] Essa paginação corresponde ao formato original da enciclopédia, o que Rio Branco dizia que equivaleria de 200 a 300 páginas in-8º. Sobre os repetidos ajustes comentava: "A força de muita tenacidade, pouco a pouco, intercalando aqui e acolá, corrigindo e aumentando, sem sete ou oito sucessivas revisões de provas consegui dar ao trabalho esse desenvolvimento…" RIO BRANCO, 1957, p. 62. Carta de Rio Branco a Pedro II. Paris, 07/06/1889.

[111] LEVASSEUR, E. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto Ed.; Letras & Expressões, 2001. 2ed. p.10.

[112] No prefácio da segunda edição já na primeira linha era referenciado ao lado de Levasseur "A segunda edição de *O Brasil* foi revista e corrigida por E. Levasseur e pelo Sr. barão do Rio Branco". LEVASSEUR, 2001, p. 10.

território brasileiro, conferindo maior destaque aos trabalhos produzidos por estrangeiros, o que o levava a lamentar a carência de tradução de muitos destes livros.[113]

Em outra parte do texto apresentava dados das forças militares enumerando os quadros do contingente efetivo. Ao explicar aspectos da legislação sobre o serviço militar, tratava da composição da Guarda Nacional, lembrando que a lei de 1873 "suprimiu para as províncias não fronteiriças o serviço de que ela estava encarregada", e então observava: "Ela prestou outrora serviços notáveis, não só nas guerras civis, mas nas guerras exteriores, e os homens de Estado do Brasil sentem a necessidade de organizá-la para dela fazer uma verdadeira reserva."[114] Atento à questão já havia mencionado o caso na *Notícia sobre o Brasil* (1884) e, posteriormente, depois da instauração da República, chegou a comentar, em correspondência ao conde D'Eu: "desde 1887 eu receava que o estado de indisciplina de uma parte do exército, e a circunstância de achar-se o povo desarmado sem a Guarda Nacional, que foi sempre entre nós um elemento de ordem, produzissem este resultado."[115] Comentários similares sobre indisciplina militar e a Guarda Nacional eram recorrentes em seus textos, sobretudo após o 15 de novembro de 1889. Em outro capítulo o barão enumerava os principais órgãos da imprensa periódica no Brasil, assinalando a liberdade e diversidade das folhas em circulação. Ao descrever o cenário geral da imprensa no final do século XIX, ele chamava atenção para a seção "A Pedidos", onde, segundo suas considerações, eram publicados os melhores artigos de publicistas do governo e da oposição. Sobre os jornais que considerava de maior projeção em seu tempo comentava:

> *O Paiz*, que, antes de tornar-se um jornal republicano tinha tido a colaboração do deputado Nabuco, e o *Diário de Notícias*, que foi dirigido por Mendes de Almeida, hoje redator do *Diário do Comercio*, são, como os três que acabamos de citar e o *Jornal do Commercio*, os maiores jornais do Rio; mas este último, que data de 1827, é de muito o mais considerável, por suas dimensões, em toda a América do Sul, e conta entre seus redatores, (Sousa Ferreira, Gusmão Lobo etc.) e correspondentes (Nery, Rodrigues etc.) com alguns dos melhores escritores do Brasil. Ele é propriedade do conde de Villeneuve, ministro do Brasil em Bruxelas.[116]

---

[113] Como é o caso dos trabalhos que foram publicados por Spix e Martius, Pohl, Eschwege, Nieuhof e Montanus. O barão do Rio Branco tinha grande interesse por esse tipo de publicação, todos os nomes citados constam na CBRB. Entre os seus materiais de estudo é possível identificar algumas traduções de parte destes trabalhos, como é o caso da cópia do capítulo sobre o Brasil da obra *De Nieuwe em Ondekende Weereld: of Beschryving von America em 't Zuid-Land* (1671), de A. Montanus. AHI L884 M1.

[114] LEVASSEUR, 2001. 2ed. p. 102.

[115] Carta de Rio Branco ao Conde D'Eu. Paris, 06/03/1890. AHI L821 M3 P10. A seção "Forças armadas – Arsenais – Colônias militares" da *Notícia sobre o Brasil* é muito similar ao texto sobre as "Forças Armadas" que Rio Branco escreveu para o verbete. Neste último o conteúdo aparece com dados atualizados e um pouco mais desenvolvido do que no *Catálogo de São Petersburgo* (1884).

[116] LEVASSEUR, 2001. p. 121.

Entre os itens escritos pelo barão na *Grande Encyclopédie,* também merece destaque o texto sobre Belas Artes, um dos maiores e mais detalhados. Ao arriscar alguns comentários, demonstrava desenvoltura e conhecimento sobre o tema.[117] No entanto, essas colocações condenavam qualquer expressão que fugisse aos cânones clássicos.

A sua contribuição não parou por aí, também ficou sob seus cuidados a organização de boa parte da Bibliografia,[118] contendo referências que estavam em sintonia com seus interlocutores de pesquisa e com os seus textos, anteriormente publicados. Assim, podemos identificar muitos dos trabalhos que eram objeto da sua correspondência com Capistrano de Abreu e Vale Cabral, inclusive aqueles que ainda não haviam sido lançados, como é o caso da *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador e a tradução da *Geografia física do Brasil*, do Wappäus. Nota-se que a primeira referência na seção de "Literatura e Belas Artes" foi justamente o já comentado *Le Brésil Litteraire* de Ferdinand Wolf, obra que também apareceria em destaque na biografia de D. Pedro II, produzida naquele mesmo ano.

Do mesmo modo, mais de dez títulos de Francisco A. de Varnhagen foram relacionados,[119] sendo o maior destaque a menção ao manuscrito da *História da Independência do Brasil*, obra inédita que até aquele momento, era desconhecida do público leitor, salvo pela referência na 2ª edição da *História Geral do Brasil*.[120] No processo de revisão do verbete, Rio Branco chegou a argumentar com o Imperador sobre um aspecto do texto, justificando ter se

---

[117] O seu interesse por obras de arte é mencionado por seus biógrafos e também aparece em destaque nos comentários de Jango Fischer que identifica a obra *Dictionnaire des Peintres* de Théodore Guédy como um dos livros mais anotados na sua biblioteca. Vale lembrar também que o barão detinha uma coleção expressiva de quadros e outras obras que foram adquiridas pelo governo brasileiro após a sua morte. Os catálogos de leilões e outros presentes na CBRB, repletos de anotações, testemunham um pouco da sua prática para reunir essas peças.

[118] A bibliografia está organizada de forma temática tanto na composição dos itens, que não correspondem necessariamente aos capítulos, quanto em cada um deles. Na parte sobre história, por exemplo, os títulos são listados de acordo com o assunto, de modo que estão agrupadas todas as referências sobre as guerras com os holandeses, sobre a independência e o Império, as obras de história do Brasil, ou ainda aquelas dedicadas à guerra contra o Paraguai.

[119] Os seguintes títulos associados a Francisco A. de Varnhagen são mencionados na bibliografia: *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares; *História Geral do Brasil* (2a ed., 1877); *Examens de quelques points* (1858); *Amerigo Vespucci* (1865); *Le premier voyage* (1869); *Nouvelles Recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin* (1870); *Ainda Amerigo Vespucci* (1874); *História das lutas com os holandeses* (2a. ed., 1872); *História da Independência do Brasil* (manuscrito); *Em servico no norte da Europa* (1874); *Etnografia indígena* (1849-1858); *L'Origine touranienne des tupis-caribes* (1876); *A arte de la lengua guarani*, de Ruiz Montoya (1876).

[120] Na edição de 1876, dois anos antes de sua morte, Varnhagen explicava que a história da independência seria objeto de outra obra, em que iniciaria a análise pelo ano de 1820 e anunciava "Essa nossa 'História da Independência' se acha escrita e será publicada, apenas consigamos elucidar algumas poucas dúvidas que ainda temos." VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, 1876.

baseado no relato de Varnhagen que estava sob seu poder. No entanto, não explicou de que forma obteve esse original.[121]

Além de anunciar os inéditos consultados, mesclava referências de fontes primárias e incluía algumas observações como, por exemplo, ao relacionar as obras que contribuíram com a *Histoire du Paraguay* de Charlevoix.[122] Já na parte sobre a guerra contra o Paraguai dois aspectos merecem destaque: primeiro a menção ao terceiro volume da *História da guerra da Tríplice Aliança*, e segundo o fato de ter excluído o livro de George Thompson desta relação, escolha que, afinal, era condizente com a sua intenção de oferecer outra obra de referência sobre o conflito.

Ganhava destaque também os trabalhos que já havia produzido. Assim como citava os comentários que escreveu à obra de Louis Schneider, também mencionava a sua contribuição com o *Le Brésil en 1889* e incluía o folheto *L'Abolition de l'Esclavage au Brésil et comte rendu du banquet commémoratif à Paris*, o qual informava conter um histórico sobre a emancipação. O destaque final da bibliografia deve-se à menção à *Revista do IHGB*: "O número dos trabalhos históricos, geográficos, científicos e políticos publicados sobre o Brasil é considerável." E por conta desse aspecto observava a significância desse periódico no *Catálogo de História do Brasil da Biblioteca Nacional*.[123]

A ideia de divulgar o Brasil em uma publicação francesa, organizada por um membro do *Institut de France*, foi tão bem acolhida pelo Imperador, que entusiasmado com o projeto, contribuiu diretamente com a separata, chegando a reorientar aspectos da montagem desta brochura.[124] A proposta de inserção de imagens intercaladas no texto e a confecção de um álbum, parece derivar de sugestões que encaminhou através da correspondência com o barão.[125]

---

[121] Em resposta a uma correção sugerida pelo conselheiro Olegário Herculano de Aquino Castro, enviada através do Imperador, o barão justificava sua abordagem sobre a retirada dos ministros Andradas em 1823 dizendo "tenho em meu favor a autoridade do visconde de Porto Seguro, na sua História da Independência, manuscrito em meu poder." RIO BRANCO, 1957, p. 65. Carta de Rio Branco a Pedro II, de 07/06/1889.

[122] "Foi com essa obra [*Historia provinciae Paraquariae Societatis Jesu* de Nicolas du Toic], com a *Historia Arjentina*, de Rui Diaz de Guzman, terminada em 1612, a *Conquista Espiritual*, de Montoya, e as duas obras de Xarque sobre os missionários do Paraguai que Charlevoix compôs em grande parte sua *Histoire du Paraguay*." LEVASSEUR, 2001, p. 181.

[123] LEVASSEUR, 2001, p. 182.

[124] A leitura da correspondência entre o Imperador e o barão permite observar o entusiasmo de Pedro II que, a partir de maio de 1889, enviou diversas notas para ajustes dos textos e fotografias para complementar a publicação. Além de ter incentivado uma tiragem especial. RIO BRANCO, 1957.

[125] O item contou com a participação do Imperador D. Pedro II, conforme assinalado no prefácio do álbum ao dizer que "Foi formado em grande parte com a ajuda de fotografias enviadas a este estudioso por **um ilustre**

A participação do monarca, intelectual reconhecido em círculos europeus, conferia certo prestígio à publicação, o que valorizava ainda mais o trabalho do barão, a quem era atribuído o mérito pela elaboração do *Album de vues du Brésil*, que acompanhava a segunda edição.[126]

Instigado pelas primeiras fotografias que recebeu, Rio Branco decidiu expandir o projeto e contratou desenhistas para a execução de "vistas do Brasil", o que enriqueceu a obra, mas em contrapartida, retardou a sua publicação. À medida em que o barão recebia as provas, encaminhava para apreciação do Imperador, que acompanhou de perto cada passo, desde a seleção inicial de imagens para compor o texto até a decisão de organizar o álbum. Sobre a inclusão das fotografias, mapas, tabelas e gráficos Rio Branco comentava: "Ver-se-há assim mais facilmente quanto temos progredido desde 1840 e, principalmente, a partir de 1850 com a pacificação do império."[127]

Na apresentação desta coleção nota-se a preocupação em demarcar a diferença em relação ao trabalho anterior realizado por Charles de Ribeyrolles,[128] buscando substituir a imagem de um "país pitoresco" pela imagem de um país em progresso, o que era mais pertinente ao contexto das exposições:

> O último álbum brasileiro do gênero foi executado em 1859, em Paris, sob a direção do escritor francês Victor Frond, para acompanhar *Le Brésil Picturesque*, de Charles de Ribeyrolles. Mas grande parte das placas que o compõem representam cenas de costumes e vistas do interior do país. Neste procurei sobretudo mostrar **a fisionomia atual das principais cidades do Brasil e seus arredores**. A este respeito, a presente coleção é a mais completa publicada até agora.[129]

---

brasileiro, a quem pertence a primeira ideia para tal coleção" RIO BRANCO, J. M. da S. P. Júnior, barão do. *Album de vues du Brésil*. Paris: Imprimerie A. Lahure, 1889. (Introdução). Aspecto que pode ser confirmado pelo teor das cartas trocadas entre ambos. Cf. RIO BRANCO, 1957.

[126] O prefácio da segunda edição anunciava que Rio Branco, sozinho, teria se encarregado dessa parte do trabalho. LEVASSEUR, 2001, p. 10. Prefácio 2ª edição.

[127] Carta de Rio Branco a D. Pedro II. Liverpool, 16/08/1889. RIO BRANCO, 1957, p. 86-87.

[128] RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco. Album de vistas, panoramas, paisagens, monumentos, costumes, etc. com os retratos de Sua Magestade o Imperador D. Pedro II et [sic] da familia imperial, photografados por Victor Frond, litographados pelos primeiros artistas de Paris [...] e acompanhados de três volumes in-4º sobre a história, as instituições, as cidades, as fazendas, a cultura, a colonização, etc. do Brasil.* Paris: Lemercier, 1861.

[129] RIO BRANCO, J. M. da S. P. Júnior, barão do. *Album de vues du Brésil*. 1889. (Introdução).

A maioria das imagens foi produzida a partir das fotografias de Marc Ferrez, Rodolpho Lindermann, Alfred Ducasble, e Bernhard Luschnath, [130] correspondendo, em grande medida, à uma representação do Império devedora do enquadramento pelo olhar estrangeiro.[131] Profissionais e imagens que não foram selecionadas ao acaso, ambos estavam inseridos na pauta das exposições.[132]

Como se sabe, a fotografia era considerada a "síntese do cosmopolitismo", um expoente das inovações técnicas que movimentam as exposições no século XIX e caracterizavam esse contexto de "Um mundo que se agita na pressa da vida moderna e se deslumbra na monumentalidade de suas realizações materiais."[133] A sua difusão ampliava os recursos disponíveis para divulgar o Brasil "Com uma linguagem própria, a fotografia consolidava o seu espaço no interior das exposições - industriais ou não - atestando melhor do que qualquer outro expediente, as riquezas e as potencialidades da nação."[134]

Desse conjunto, os registros de construções de pontes, estradas de ferro e vistas das cidades delineavam uma representação do Império mais ligado à promessa de um futuro que se anunciava grandioso do que ao passado colonial.[135] O álbum, assim, reunia quase cem imagens distribuídas por localidades, sendo representadas oito províncias: Rio de Janeiro (33 imagens); Bahia (23 imagens); Pernambuco (14 imagens); Pará (1 imagem); Espírito Santo (2 imagens); Rio Grande do Sul (1 imagem); Minas Gerais (7 imagens) e São Paulo (8 imagens).[136] A última parte apresentava cinco paisagens de florestas e outros cenários naturais. Da coletânea, destaca-

---

[130] Rio Branco também utilizou fotografias de Auguste Riedel (MG – Sabará e Diamantina) e Joaquim Insley Pacheco, assim como reproduziu gravuras Rugendas e dos livros *The Highlands of Brazil*, de Burton e *Album de Voyage* do Príncipe Maximilien de Neuwied.

[131] Cabe observar que faziam parte do álbum alguns dos trabalhos dos referidos fotógrafos que estavam em exposição, como é o caso do panorama de Pernambuco de Duscable e das vistas do Rio de Janeiro e outras paisagens de Marc Ferrez, ambos premiados na ocasião. Cf. "Nudez na Galeria Ducasble causa polêmica no Recife do século XIX" publicado na *Brasiliana Fotográfica* em 7 de maio de 2019. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=rodolpho-lindemann. Acesso em: 10/01/2023.

[132] Conforme visto na seção anterior as fotografias de Marc Ferrez com paisagens do Brasil foram expostas no pavilhão brasileiro em São Petersburgo. Marc Ferrez passou a marcar presença constante desde a exposição de 1876, Ducasble a partir de 1881 também contribuía com suas fotografias. Cf. TURAZZI, 1995.

[133] TURAZZI, 1995. p. 17.

[134] Ibid. p. 151.

[135] MAUAD, 1997, p. 187.

[136] Mais uma vez Rio Branco contou com a colaboração de Graciano Azambuja. A província do Rio Grande do Sul era representada por uma fotografia enviada pelo amigo anos antes. Carta de Graciano a Rio Branco, Porto Alegre 24/09/1885. AHI L814 M1 P2.

se a preponderância das imagens da Corte, usualmente apresentada como uma síntese do Império.[137]

O barão demonstrou grande preocupação em fornecer imagens atualizadas, para tanto acompanhou de perto a produção dos panoramas das principais cidades, a fim de que reproduzissem tudo que pudesse contribuir para demonstrar o progresso que anunciavam. Nesse quadro, um aspecto, sobretudo, deve ter inspirado a maior cautela na produção do álbum: o temido retrato da escravidão. O que, aliás, sempre foi evitado pelas comissões brasileiras nas exposições internacionais, conforme Maria Inez Turazzi observa "A imagem do negro - quando presente - havia estado de modo geral, dissociada da escravidão e, em muitos casos, francamente impregnada por um eurocêntrico interesse etnográfico pelas raças consideradas inferiores."[138]

Considerando que o evento teve lugar apenas um ano após a assinatura da lei que aboliu o trabalho escravo, era de grande importância que a imagem projetada na ocasião suplantasse a ideia de país escravista. Os escravizados apareciam apenas na reprodução da gravura *Lavage du minerai d'or a Minas-Gerais,* de Rugendas, como um retrato do passado, enquanto as colônias de imigrantes europeus e as colheitas de café realizadas por estes colonos ganhavam espaço nas suas páginas.[139] Essas imagens tinham uma relação direta com aquilo que vinha sendo promovido pelas exposições internacionais agenciadas pelo Centro da Lavoura. Não por acaso, Rio Branco também utilizou fotografias que circulavam nesses eventos e ajudavam a compor a figura que buscavam difundir do Império grandioso e em vertiginoso progresso.

Mas vale lembrar que antes da ideia de produzir um álbum a proposta era inserir "comentários iconográficos" na edição da separata.[140] Gravuras, cartas e gráficos foram intercalados ao longo do texto, mais do que mero efeito ilustrativo tinha a pretensão de complementar as informações, os desenhos de artefatos indígenas, por exemplo, estão articulados ao capítulo sobre antropologia e as telas de Victor Meireles e Pedro Américo ao

---

[137] MAUAD, 1997, p.185.

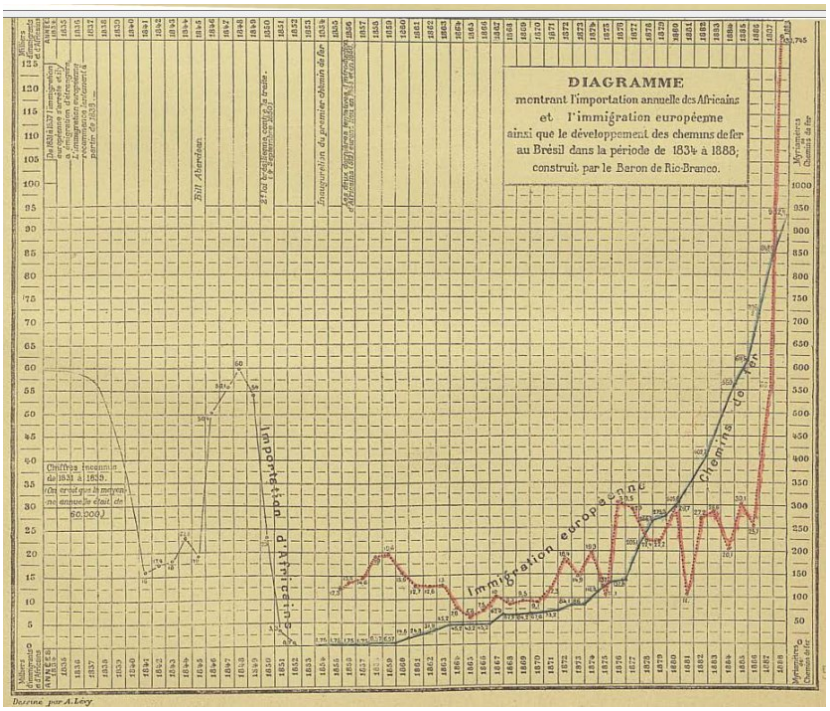
[138] TURAZZI, 1995. p. 151.

[139] A presença dos colonos europeus é retratada no álbum pela imagem de Cachoeira de Santa Leopoldina, uma colônia de alemães, suíços e italianos a beira do rio Santa Maria, por uma fotografia da vila de Nova Friburgo, identificada como antiga colônia de suíços, pela plantação de café na colônia Paulicéia e pela colheita de café por colonos europeus, em uma fazenda da província de São Paulo. Cabe ressaltar que estas duas últimas fotografias estavam expostas no pavilhão brasileiro na Exposição de Paris.

[140] No prefácio menciona que as imagens são utilizadas como "comentário iconográfico", a fim de complementar o texto.

texto dedicado às Belas Artes.[141] O barão foi responsável pela autoria de pelo menos sete itens, entre eles os mapas das cidades do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife, que acompanhavam o capítulo sobre o *Governo e Administração*, e três diagramas. Destes um merece particular atenção: *Diagramme montrant l'importation annuelle des Africains et l'immigration européenne, ainsi que le developpement des chemins de fer au Brésil dans la période de 1834 à 1888, par le baron de Rio-Branco*.

Figura 5 – Diagrama presente no verbete Le Brésil (1889)



O traçado reforçado na cor vermelha sinalizava a crescente imigração de europeus, desde 1856 até a extraordinária marca alcançada em 1888. Observa-se que os contornos sugerem as mesmas relações presentes no texto. A linha que registra o movimento do tráfico de escravos parece continuar pela linha da imigração de europeus, sendo que esta é acompanhada pela da expansão das estradas de ferro, que aparece destacada na cor azul. Nota-se que, sintomaticamente, apenas o traçado da "importação de africanos" não foi colorido. O autor evitou utilizar a palavra "escravo" e preferiu o tom mais discreto para sinalizar os dados incovenientes. O diagrama reforçava a forma como a imigração era abordada, como recurso

[141] Os desenhos dos trabalhos de Victor Meirelles (*A primeira missa do Brasil*; *A primeira Batalha dos Guararapes; A Batalha Naval do Riachuelo*) e Pedro Américo (*Ypiranga*; *A Batalha do Avahy*) aparecem estampados junto ao capítulo sobre Belas Artes.

complementar à extinção da escravidão, e que, por fim, ao lado das estradas de ferro, conduziam o Brasil rumo ao progresso.

Outro importante elemento que faz parte do volume é a *Carte des chemins de Fer* que abarca as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O mapa, atualizado pelo barão com informações de outubro de 1889, apresentava um traçado em vermelho que reforçava toda a malha ferroviária, sem manter a diferenciação original da carta entre as vias concluídas e aquelas ainda em construção. Através da imagem o colaborador demonstrava o avanço das linhas férreas nesta parte do território brasileiro. Para tanto, também contou com a contribuição do Imperador que ajudou a obter dados recentes presentes nos relatórios ministeriais.

Além do álbum, a segunda edição da brochura *Le Brésil* contava ainda com outras novidades, de modo que foi acrescida de vinte páginas. Este aumento deve-se principalmente à inclusão das dissertações *Les institutions primitives du Brésil*, de E. Glasson, e do *Quelques notes sur la langue tupi*, cuja autoria é identificada apenas como de "um membro do *Institut de France*, que sabe dividir seu tempo entre as grandes preocupações da política e o culto às letras."[142] Apesar do trecho sugerir que o autor fosse o Imperador, na verdade, o estudo foi escrito por seu professor de línguas orientais, Carl Fritz Seybold, tendo D. Pedro II apenas feito algumas notas e encaminhado a Rio Branco, que decidiu incluí-lo como apêndice.[143]

Um aviso ao final do álbum chamava atenção dos leitores para o *Spécimen,* a última parte incluída na publicação: "C'est important recueil, qui est l'inventaire raisonné des connaissances humaines à la fin du XIX siècle, est au point de vue des choses et de faits purement brésiliens, d'une exactitude et d'une richesse de détails au-dessus de tout éloge."[144] O extrato anunciado seria uma forma de reconhecer importância à *Grande Encyclopédie* e fazer propaganda dos seus volumes.[145]

---

[142] LEVASSEUR, 2001, p. 10. Prefácio a 2ª edição. Em carta de novembro de 1889 Graciano Azambuja dizia a Rio Branco "Aguardo a remessa da 2ª edição ilustrada do Brasil da Enciclopédia. Desconfio que adivinhei quem é o ilustre brasileiro que muito aplaudiu o trabalho teu e dos teus companheiros." Carta de Graciano Azambuja a Rio Branco. Porto Alegre, 01/11/1889. AHI - L814 M1 P2. Do mesmo modo outros atribuíram o referido texto ao Imperador, como é o caso do visconde de Taunay, no livro *O grande Imperador*, e de Aluízio Napoleão, em *O Segundo Rio Branco*. Cf. RIO BRANCO, 1957, p. 15-16.

[143] Logo nas primeiras linhas os autores deixam registrado a contribuição do monarca: "Os autores dirigem seus mais respeitosos agradecimentos à Sua Majestade D. Pedro II, membro do Institut de France, que, em vista desta nova edição, lhes deu a honra de enviar-lhes notas retificadoras e documentos complementares sobre a geografia física e econômica, sobre a antropologia e a linguística, assim como um grande número de vistas fotográficas do Brasil." LEVASSEUR, 2001, p. 10. Prefácio a 2ª edição.

[144] LEVASSEUR, E. *Le Brésil*. Paris: Lamirault et Cie., Éditeurs, 1889. 2ª ed.

[145] O projeto da *Grande Encyclopédie* produziu trinta e um volumes, publicados entre os anos de 1885 a 1902.

Este conteúdo correspondia, pelo menos em parte, aos "artigos biográficos e geográficos referentes ao Brasil" que Rio Branco havia comentado na mencionada carta ao Imperador, tendo redigido pelo menos trinta verbetes dedicados a personagens brasileiros, em maioria militares e políticos, e trinta e dois artigos geográficos.[146] Nestes últimos reiterava aspectos que a publicação buscava colocar em evidência. A vila de Campos, por exemplo, era lembrada como centro de várias linhas férreas, observando a sua importância para a exportação de açúcar e de café. Do mesmo modo Cantagalo era descrito como importante centro de produção de café. Sem esquecer, é claro, de mencionar aspectos da história militar.[147] O *Spécimen,* que acabou suprimido nas edições mais recentes do verbete, apresenta mais uma parte do conteúdo que Rio Branco redigiu para *La Grande Encyclopédie*. A contribuição do barão não se restringiu ao artigo sobre o Brasil, seu nome aparece entre os colaboradores de diversos tomos da coletânea.[148]

Cabe observar que o verbete biográfico do poeta Castro Alves foi assinado por Domício da Gama. Naquele ano o jovem jornalista havia sido apresentado ao barão por seu amigo Eduardo Prado, logo que chegou à capital francesa para cobrir a Exposição Universal como representante da *Gazeta de Notícias*. Antes disso, porém, Capistrano de Abreu já havia recomendado o companheiro de redação a Rio Branco, anunciando-o como um escritor de grande talento que considerava uma das vocações literárias mais brilhantes daquele momento. Iniciava assim uma parceria que perduraria por longos anos.[149]

---

[146] Para os verbetes mais extensos o barão incluiu uma pequena bibliografia, como é o caso dos textos sobre duque de Caxias e Pedro Álvares Cabral. Os verbetes assinados por Rio Branco no *Spécimen* estão listados no Apêndice. Cabe destacar que o conteúdo sobre Castro Alves foi assinado por Domício da Gama, Nota-se que o barão redigiu ainda outros artigos para a *Grande Encyclopédie*, é o caso do texto biográfico sobre o barão de Cotegipe que consta no tomo 12 e que foi traduzido e publicado pela revista *Ilustração Brasileira*, ano I, nº 6, Paris, 01/01/1902. No seu arquivo consta o material relacionado à notícia biográfica. AHI L862 M1.

[147] No verbete sobre Campo Grande cita a batalha travada durante a guerra contra o Paraguai na região (próximo ao rio Peribebuí). Enquanto recordava uma vitória das forças brasileiras, deixava de comentar a controversa "batalha" de Camaquã no verbete dedicado ao local. Cabe lembrar que este episódio foi comentado no terceiro capítulo por ter sido objeto de um dos artigos de "História Pátria" que Paranhos Júnior publicou no jornal *A Nação*.

[148] Conforme anunciado no texto introdutório do primeiro tomo da *Grande Encyclopédie* a listagem de colaboradores era atualizada a cada novo volume, de acordo com as contribuições daquela edição. O nome de Rio Branco passou a constar justamente quando foi publicado o verbete do Brasil, permanecendo entre os colaboradores até o último número em 1902. Logo se vê que produziu para aquela publicação um material para além do usualmente comentado.

[149] Raul do Rio Branco relata a apresentação por Eduardo Prado em 1889 e comenta que Domício da Gama se tornaria o predileto companheiro de trabalho de seu pai. RIO BRANCO, 2023, p.111-112.

4.2.2. *Le Brésil en 1889*

Frederico de Sant'Anna Nery, reconhecido à época como *homme de lettres* e engajado na propaganda do Império,[150] participou ativamente da Comissão Franco-Brasileira, tendo organizado o livro *Le Brésil en 1889*, em que era apresentado como um "écrivain brésilien bien connu, un collaborateur d'un dévouement à toute épreuve."[151] Esta coletânea reuniu diferentes autores, entre brasileiros radicados na Europa e estrangeiros, que contribuíram para desenhar uma imagem do Brasil em vinte e cinco capítulos,[152] que se estruturavam de forma semelhante ao verbete da *Grande Encyclopédie*.

> Chacun des chapitres de ce volume, écrit et imprimé en quelques mois, a été traité par un spécialiste, et, grâce à cette collaboration variée et désintéressée, nous osons nous flatter d'avoir réussi à donner **une idée assez exacte de la nouvelle évolution qu'accomplit en ce moment le grand empire de l'Amérique du Sud**.[153]

O barão do Rio Branco era justamente um dos especialistas mencionados na nota acima, tendo assinado o capítulo mais extenso, intitulado "Esquisse de l'histoire du Brésil". Sua colaboração corresponde a um desdobramento do texto que redigiu para a enciclopédia francesa, tendo aproveitado para este trabalho muitas das pesquisas que já havia realizado.[154] Isto fica evidente pelos assuntos abordados no texto, deixando entrever a conhecida preferência pela história militar. Não por acaso os confrontos travados por mar e terra no período colonial

---

[150] A organização do livro *Le Brésil en 1889* é uma das obras que contribuiu para que Sant'Anna Nery fosse considerado o "último propagandista do Império". Cf. CARNEIRO, 2013. Tânia de Lucca ressalta os seguintes aspectos a seu respeito: "Sant'Anna Nery transitava com desenvoltura nos meios intelectuais europeus, colaborava com diferentes jornais italianos e franceses, dirigiu, entre 1881 e 1882, *Le Brésil. Courrier de l'Amérique du Sud* (Paris, 1881-1922) e, em 1883, esteve à frente da *Revue du Monde Latin* (Paris, 1883-1896), além de contribuir com a *Revue Sud-Americaine* (Paris, 1882-1890), dirigida pelo diplomata argentino Pedro Lamas." LUCA, T. R. de. Le Messager du Brésil (RJ, 1878-1884): trajetória em três movimentos. *Anais do Museu Paulista*. n. 30, 2022. (Estudos de Cultura Material).

[151] NERY, *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.Au lecteur, p. VII.

[152] Os capítulos que compõem o livro estão descritos no Apêndice.

[153] NERY, *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889. Au lecteur, p. VIII. (grifo nosso)

[154] Conforme ele mesmo comentou em carta ao Imperador: "No trabalho que fiz para o *Brésil en 1889* trato com mais algum desenvolvimento da nossa história em 80 e tantas páginas, de que estou fazendo edição separada, e em que aproveitei muitas das minhas pesquisas." RIO BRANCO, 1957, p. 66. Carta de Rio Branco a Pedro II. Paris, 07/06/1889.

e, posteriormente, nas disputas ao sul do Império, ganharam espaço no esboço da história do Brasil.[155]

Assim como havia procedido no caso anterior, Rio Branco logo providenciou uma tiragem de uma separata do capítulo de sua autoria.[156] Tanto assim que em sua correspondência com o Imperador não deixou de comentar a iniciativa, anunciando a tiragem de mil exemplares do seu "trabalho histórico" fazendo constar entre as referências bibliográficas dos demais.[157] A brochura vinha precedida de uma breve apresentação, em que se destaca a seguinte passagem:

> Invité à se charger de ce chapitre dans un moment ou d'autres travaux également pressants l'occupaient, l'auteur a dû se borner à reproduire, avec quelques modifications et un peu plus de développement, le chapitre *Histoire*, qu'il avait rédigé sous la direction du savant M. E. Levasseur, de l'Institut, pour l'article Brésil de la Grande Encyclopédie.[158]

Embora breve, nela Rio Branco explicitava aspectos importantes da sua escrita. Ainda que correspondesse a uma edição revista e aumentada, continuava sendo um resumo da história do Brasil.

> L'*Esquisse de l'Histoire du Brésil* est donc une nouvelle édition, corrigée et augmentée, de ce travail. C'est un abrégé, **sans prétentions littéraires**, et qui n'aspire à d'autre mérite qu'a celui de pouvoir donner des notions exactes aux étrangers qui voudraient acquérir une **connaissance sommaire de l'histoire du Brésil** jusqu'à nos jours, pour l'étudier en détail dans d'autres livres. L'auteur s'est appliqué à présenter la plus **grande somme de faits et de dates** qu'il lui était possible de réunir en quelques pages, à **corriger des erreurs** qui se reproduisent presque toujours dans les ouvrages étrangers sur le Brésil, et à traiter avec un peu plus de développement les événements qui intéressent en même temps l'histoire coloniale et maritime de la France.

---

[155] Em 1958 o Instituto Rio Branco lançou uma edição do *Esquisse de l'histoire du Brésil.* A publicação contém um interessante prefácio de José Honório Rodrigues em que chama atenção para o valor do texto como uma síntese da história do Brasil, particularmente quanto aos aspectos diplomáticos e militares, destacando o caráter da produção como um texto de divulgação sobre o país no estrangeiro. RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958. (José Honório Rodrigues. Prefácio. p.6)

[156] Sendo publicações engajadas no projeto de divulgação do Império no exterior, todo esse material era produzido em francês, inclusive as separatas.

[157] RIO BRANCO, 1957, p. 66. Carta de Rio Branco a Pedro II. Paris, 27/07/1889. José Honório Rodrigues informava que havia consultado três exemplares para edição de 1958: a PRIMEIRA publicação corresponde ao capítulo do livro organizado por Sant'Anna Nery *Le Brésil en 1889;* a SEGUNDA a uma edição separada que levou o título do livro tendo consultado o exemplar de Joaquim Nabuco que conta com notas e correções do próprio Rio Branco; a TERCEIRA corresponde à edição com o título *Esquisse de l'Histoire du Brésil* que teve tiragem de 1000 exemplares, tendo consultado o exemplar também anotado pelo barão oferecido a Biblioteca Nacional.

[158] RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Paris: Librairie Charles Delagrave 1889, p.23.

> S'occupant depuis de longues années de l'histoire de son pays, l'auteur a puise aux meilleures sources, et a pu introduire dans cet abrégé un certain nombre de **renseignements inédits**.[159]

Este é dos poucos casos em que Rio Branco discorre sobre questões metodológicas, manifestando concepções da sua escrita, claramente orientada por preceitos da escola metódica. Como é possível observar, os termos destacados na passagem sinalizam características do texto, que, segundo defendia, deveria ser claro e objetivo sem pretensões literárias. Reforçava ainda que a sua síntese da história do Brasil era baseada na pesquisa documental.

Ao comparar a separata do verbete e o livro *Le Brésil en 1889* é possível observar as semelhanças na concepção das duas obras, tendo, inclusive, muitos temas que se repetem, como é o caso dos capítulos dedicados à imprensa e à imigração. Enquanto a *Grande Encyclopédie* impunha um modelo mais sumário, o projeto organizado por Sant'Anna Nery permitiu a produção de um material mais minucioso, de modo que resultou em quase 800 páginas.[160] Nos dois casos a história do Brasil aparece articulada como um dos elementos que definiam uma imagem geral do Império para divulgação internacional, como um recurso que ajudava a elaborar um *Brésil* para ser visto e conhecido, em que era reforçada a imagem de progresso que pretendiam divulgar.

Diferente das edições do verbete que passaram a explorar a representação imagética, a "síntese monárquica" oferecida pelo livro *Le Brésil en 1889* ficou circunscrita ao texto intercalado por tabelas e gráficos, esses sim, em grande quantidade, sendo a análise estatística uma marca da maioria dos artigos. Sant'Anna Nery tinha em E. Levasseur uma das suas principais referências, tendo incorporado nas suas análises modelos de quadros estatísticos e econômicos, utilizados como forma de comprovação das ideias que defendiam sobre o Brasil. Este aspecto está presente nos textos que produziu para o livro de 1889. Na verdade, até mesmo a estruturação das duas obras, podem ser compreendidas a partir desta relação, de modo que compartilham aspectos da linguagem utilizada em ambos os casos.

Ainda que os capítulos do livro de Sant'Anna Nery não estejam organizados em seções como aparecem no verbete, nota-se que seguem a mesma orientação.[161] A coletânea identificava

---

[159] RIO BRANCO, 1958, p. 23-24 (grifo nosso).

[160] Consta no Apêndice um quadro com a relação dos capítulos das duas publicações.

[161] De modo que inicia pela geografia física (Capítulos 1 ao 4), passando pela história, população e trabalho (Cap. 4 ao 7) e seguindo pela economia política (Cap. 8 ao 25). Para apreciação da estrutura do livro *Le Brésil en 1889* em comparação a do verbete *Le Brésil*, da *Grande Encyclopédie*, utilizei o capítulo sobre o livro de Sant'Anna Nery, presente na já mencionada tese de João Paulo J. Carneiro. CARNEIRO, 2013, p.165-185.

o cenário brasileiro descrito em plena marcha para o progresso e, através das diferentes temáticas, reforçava a aposta de um futuro promissor, onde a análise estatística é articulada como importante fundamento da argumentação. A relação dos colaboradores das duas obras também permite traçar algumas aproximações. Assim como os textos de Rio Branco, que tem relação explicitada pelo próprio autor, ambas contam com textos de Henri Gorceix e Eduardo Prado.[162]

Além do capítulo sobre história que escreveu, Rio Branco revisou e o mapa *L'Empire en Chromolitographie,* publicado com o livro, que apresentava o território brasileiro e oferecia informações sobre rotas marítimas que conectavam o Brasil a outras regiões do globo.[163] Embora não tenha tido o mesmo protagonismo que conquistou nas edições das separatas da enciclopédia francesa, o *Esboço de história do Brasil* se tornaria o texto mais difundido do barão, sendo vertido para o português pela primeira vez em 1894.[164]

O Sindicato Franco-Brasileiro apresentava e oferecia o Império em diferentes gêneros de texto, utilizando todos os recursos que poderiam dispor e compunham o espetáculo das exposições internacionais. No âmbito das publicações, além das edições do verbete e do livro, também era anunciada a biografia de D. Pedro II.

4.2.3. *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*

A biografia do Imperador já estava concluída quando Rio Branco começou a se corresponder com D. Pedro II. No início de junho de 1889 ele havia entregue as últimas provas

[162] Eduardo Prado, que ao lado de Sant'Anna Nery assumiu lugar de destaque na participação brasileira na exposição, escreveu para o verbete os capítulos sobre "Língua e Literatura" e "Música", enquanto para o livro assinou os textos "Immigration" e "L'Art".

[163] Conforme informa Carneiro, o mapa fazia parte do Atlas organizado pelo coronel Niox e foi inteiramente revisado por Rio Branco. Cf. CARNEIRO, 2013, n. 192, p. 168.

[164] Foram produzidas nove edições do texto desde a publicação em 1889. A primeira tradução para português é do filólogo João Vieira de Almeida (São Paulo, Teixeira & Irmão, 1894), a qual chegou a ser revista em 1964 por Hélio Damante e reeditada pelo Conselho Estadual de Cultura de São Paulo. Uma nova edição de 1930 apresentava a segunda tradução do texto, feita por José Bernardino Paranhos da Silva, sobrinho do barão. A esta versão foi acrescido um capítulo escrito por Max Fleiuss que complementava o conteúdo com informações do período republicano até 1930. As publicações organizadas em 1948, na coleção *Obras Completas*, e em 1858, pelo Instituto Rio Branco, ofereciam o texto no formato original em francês. A terceira tradução, feita pelo embaixador Sérgio F. Guarischi Bath, foi promovida pelo MRE em 1992. Na reedição das *Obras do Barão do Rio Branco* em 2012 foi utilizada esta última tradução para o texto "Esboço da história do Brasil" do volume Estudos Históricos.

corrigidas ao editor e aguardava que o livro estivesse pronto até o dia 12 daquele mês. Apesar de alguns últimos ajustes, tudo deve ter transcorrido conforme o previsto, pois, em agosto de 1889, o autor oficial da obra, o rabino Benjamin Mossé, remetia o exemplar destinado ao biografado. Antes do final do mês já circulavam notícias sobre o livro no *Jornal do Commercio*[165] e na imprensa internacional.[166]

A escolha do francês para biografar o monarca certamente mirava nas estratégias de divulgação da obra. Mas para garantir que atenderia aos objetivos da encomenda, o barão do Rio Branco teria sido convidado para auxiliar o trabalho. O convite acabou se convertendo em nova possibilidade para os esboços de história do Brasil. Uma breve nota na bibliografia da *Grande Encyclopédie* assinalava que a biografia de D. Pedro II, oferecia "um resumo da história do reinado atual." Do mesmo modo o mencionado artigo do jornal no Rio de Janeiro, ressaltava que a obra pouco poderia acrescentar aos leitores brasileiros, mas que atendia ao seu principal objetivo de propagar e vulgarizar fatos da história nacional.

Ainda que Rio Branco demarcasse diferenças entre os dois gêneros históricos, em mais de uma ocasião, ele acreditava na possibilidade de abordar fatos históricos através das histórias de vida. Neste sentido, teria comentado com o Imperador: "(...) estou preparando um volume em que tratarei das nossas campanhas navais no Rio da Prata de 1826 a 1828. Não é o meu trabalho definitivo, mas uma biografia de Norton, que me dará ensejo para tratar dos principais episódios dessa guerra."[167] Neste caso, o escrito biográfico seria uma forma preliminar de contemplar aspectos da história militar que pretendia escrever.

No caso da biografia de D. Pedro II a própria figura do monarca parecia se confundir com a do Estado Imperial, falar da sua vida era, de certa forma, escrever a "história do segundo reinado". Desse modo, o livro mesclava trechos dos esboços de história do brasil com particularidades sobre o Imperador.[168]

---

[165] *Jornal do Commercio*, ano 67, nº 240, 29/08/1889.

[166] Ainda no mês de agosto de 1889 foram publicadas notas sobre o lançamento do livro no *Journal des Débats* (07/08/1889), no *Gazette de France* (07/08/1889) e no *Liverpool Daily Post* (14/08/1889). Rio Branco encaminhou recortes desses jornais ao Imperador. Estes itens foram transcritos na edição da correspondência entre os dois, contando entre os anexos. RIO BRANCO, 1957, p. 119-127.

[167] No trecho completo comentava que estava preparando a biografia de Norton ao mesmo tempo em que encerrava o 3º volume de Schneider, o qual estimava concluir em um mês. Carta de Rio Branco a D. Pedro II, Paris, 03/06/1890. RIO BRANCO, 1957, p. p.98-99. Cabe lembrar que nenhum dos dois projetos foram lançados à época. Apenas em 1911 publicou no *Jornal do Commercio* um artigo sobre Norton, e o 3º volume não foi publicado, conforme visto no capítulo anterior.

[168] Rio Branco publicou um artigo no jornal *Le Brésil* em que respondia a uma crítica, divulgada dias antes na dita folha, por não ter mencionado o general Argollo na parte dedicada à guerra do Paraguai no verbete da

Como já se viu, a autoria deste livro é atribuída ao barão desde a sua publicação, mas, formalmente, o autor sempre foi Benjamin Mossé. Sobre a questão há diversos registros na correspondência de Rio Branco, documentos usualmente mencionados por seus biógrafos. À época da publicação ele fez a informação circular entre seus amigos, que propagavam a notícia sobre o verdadeiro autor da obra.[169] Afirmava que pouco se aproveitou do trabalho inicial do rabino, tendo reescrito praticamente tudo, no entanto, não é possível precisar o que de fato foi escrito por cada um. Ao analisar a biografia foi possível identificar que o texto carrega indícios explícitos da sua escrita, corroborando a autoria para além das manifestações do próprio barão.

Dada a correspondência entre as publicações de 1889, ao compará-las sobressaem inúmeros trechos similares ou até mesmo idênticos. A forma como o barão aborda a ação das Cortes de Lisboa em relação ao Reino do Brasil, no capítulo inicial do livro, é um bom exemplo dessa correlação, que pode ser observado pelas seguintes citações:

> [Biografia - *D. Pedro II*] "Empreenderam as Cortes destruir a obra de D. João VI. Decretaram a supressão dos tribunais e das escolas, a volta a Portugal do príncipe D. Pedro e a divisão do Brasil em muitos governos distintos, dependendo todos diretamente da metrópole."[170]
> [Verbete – *O Brasil*] "As Cortes de Lisboa seguiram, a respeito do Brasil, uma política contrária a que o rei tinha seguido; votaram a supressão das escolas, dos tribunais superiores, ordenaram a dissolução do governo central do Rio, a volta de D. Pedro e procuraram romper com a unidade brasileira pela ligação direta de cada província com a metrópole."[171]
> [Capítulo – *Esboço de História do Brasil*] "Com respeito ao Brasil, as Cortes de Lisboa adotaram uma política contrária à do rei: votaram a supressão das escolas e tribunais superiores, a dissolução do governo central, no Rio de Janeiro, e a convocação de d. Pedro à Portugal. Procuraram romper a unidade brasileira vinculando as províncias diretamente à metrópole…"[172]

Outro bom exemplo encontra-se na referência a Henrique Dias, retratado como um dos chefes brasileiros que adquiriram notoriedade nas guerras contra os holandeses, que também

---

Grande Encyclopédie. O artigo reclamava que o general deveria ter sido mencionado observando aspectos da sua formação e carreira, ao que o barão respondeu "Particularidades tais pertencem ao Domínio da Biografia e não da História." *Le Brésil*, Ano 9, n. 246, Paris 05/10/1889.

[169] Em carta de outubro de 1889 Rodolfo Dantas dava notícias ao amigo e comentava a questão "Discretamente o público saberá de quem o livro é. Particularmente e entre muitos outros ao nosso amigo Homem de Melo, já eu o disse, informando também sobre quem é o pobre Mossé." Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, de 14/10/1889. AHI L821 M3 P18.

[170] MOSSÉ, B. *D. Pedro II, Imperador do Brasil*: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco. Brasília: FUNAG, 2015, p. 39.

[171] LEVASSEUR, 2001, p. 62.

[172] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, p. 98.

exemplifica a questão. Este personagem é mencionado no *Esboço da história do Brasil* e aparece quase nas mesmas palavras na biografia de D. Pedro II:

> [Biografia - *D. Pedro II*] No século XVII, na guerra contra os holandeses, (1630-1654) um regimento composto de negros, sob o comando do célebre Henrique Dias, cobriu-se de glória. Sua fama chegou a Paris. Encontra-se o nome desse negro ilustre em um número extraordinário da *Gazette de France*, de 3 de julho de 1648, em artigo intitulado: "Défaite des Hollandais au Brésil par les Portugais."[173]

> [Capítulo – *Esboço de História do Brasil*] Henrique Dias foi feito coronel de um regimento composto de negros. Sua fama chegou a Paris, nessa época; seu nome consta de um número extraordinário da *Gazette de France*, de 3 de julho de 1648 (nº 97), no artigo "Défaite des Hollandois au Brésil par les Portugais"[174]

Os exemplos que corroboram a atribuição de autoria se repetem ao longo do livro,[175] em alguns casos a referência nas notas de rodapé ajudam a traçar as remissivas.[176] A análise conjunta do conteúdo das publicações de 1889 acaba por evidenciar ainda outras passagens, conforme ficará explícito mais adiante. Uma das notas mais significativas para o reconhecimento de autoria é a que menciona o manuscrito inédito de Francisco A. de Varnhagen que, como sabemos, já estava com Rio Branco.[177]

A composição da biografia reflete a relação com os demais textos e sinaliza para os temas que pretendia ressaltar, orientada pela história do Império, iniciava pela independência e logo passava ao reinado de D. Pedro II, atento em apresentar a "geografia física e política", ou seja, aspectos do território e da organização política. Sem se deter muito sobre as regências mencionava as agitações do período, seguida pela pacificação após 1840 com a proclamação da maioridade do Imperador. O Império pacificado abriria o caminho para "civilização e progresso" definidos no sexto capítulo pela estabilidade política do Segundo Reinado, pelo fim do tráfico negreiro e pela exposição de dados sobre construções de estradas de ferro, da expansão do telégrafo e pelos números crescentes da imigração europeia.

---

[173] MOSSÉ, 2015, p. 129.

[174] RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, n.71, p. 55-56.

[175] Além das relações com os textos de 1889, há uma referência direta à *Notícia sobre o Brasil*, escrita para o Catálogo da Exposição de São Petersburgo de 1884. A nota 20 na página 59 da biografia de D. Pedro II Rio Branco destacou a mesma passagem do texto *Du climat et des maladies du Brésil*, de Sigaud.

[176] Como na passagem em que mencionava que D. Pedro I teria manifestado ao Conselho de Estado a intenção de abdicar. Tanto na biografia quanto no capítulo *Esboço da História do Brasil* consta uma nota de referência às *Memórias do visconde de São Leopoldo.* MOSSÉ, 2015, n. 6, p. 41; RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, n.127, p. 103.

[177] MOSSÉ, 2015, n. 13, p. 50.

O texto elaborado por Rio Branco buscava definir a personalidade do Imperador pelas palavras de variadas personalidades, majoritariamente estrangeiras. Mais uma vez aparecem extratos do "sábio Agassiz", de Ferdinand Wolf, de Charles Ribeyrolles e do poeta Victor Hugo. Além de figurarem ao longo do livro, nos dois capítulos finais, que são dedicados ao perfil do Imperador como amante das artes e da ciência, as opiniões "ilustres" aparecem junto a cada tópico a fim de validar a característica que está sendo ressaltada. Parece não haver excesso quando se trata de manifestações sobre o monarca, assim transcrevia algumas palavras de Charles Darwin, Pasteur, Alexandre Herculano, Alexandre Dumas Filho entre outros.

A biografia do Imperador também se revelou uma possibilidade de reverência ao seu pai, o visconde do Rio Branco, que é lembrado em algumas passagens ao tratar das questões do Prata e da guerra contra o Paraguai. O gabinete Rio Branco é mencionado pelo impulso à construção de estradas de ferro e principalmente pela Lei de 28 de setembro de 1871, identificada como marco do início da reforma do elemento servil, ao que atribuiu notas com os opúsculos que reúnem as manifestações do visconde à época, além de referências que enalteciam a "lei Rio Branco".[178]

Ao final do livro constam duas "Notas" que, na verdade são dois apêndices, sendo o primeiro similar ao texto *Maison impériale du Brésil* que Rio Branco escreveu para a *Grande Encyclopédie*.[179] A segunda "Nota" corresponde ao *fac-símile* de uma carta do Imperador ao conselheiro Silva Paranhos, quando este era ministro dos Negócios Estrangeiros, e estava de partida para região do Prata e Paraguai, no período final da guerra. A escolha do documento é justificada nos seguintes termos: "Pela leitura desse documento, vê-se a confiança que D. Pedro II alimentava sobre o feliz desenlace da guerra encetada contra o Brasil pelo ditador do Paraguai."[180] O que não é mencionado, mas fica subentendido pelo documento selecionado é que o "feliz desenlace" era atribuído justamente ao seu pai, o conselheiro Paranhos. O barão

[178] Rio Branco não utilizava a expressão *Lei do Ventre Livre*, ele preferia se referir ao ato como "Lei de 28 de setembro de 1871" ou "Lei Rio Branco" ou ainda, como aparece no verbete, "1ª Lei da abolição" considerando a "2ª" a lei de 28 de setembro de 1885, conhecida como *Lei dos Sexagenários*, e, por fim, a lei definitiva de 13 de maio de 1888, "ato final da evolução começada em 1871" (MOSSÉ, 2015, p. 159). Desse modo, evidenciava o processo gradual, o qual defendia, e reforçava a associação do seu pai com a abolição.

[179] Originalmente o texto corresponde a um verbete escrito pelo barão do Rio Branco para a Grande Encyclopédie. Desde a 1ª edição da separata em 1889 o artigo *Maison impériale du Brésil* foi incluído como apêndice.

[180] MOSSÉ, 2015. p. 255.

aproveitou a oportunidade para reunir informações em tom de homenagem sobre aqueles que considerava os dois "maiores brasileiros", primeiro o Imperador e segundo seu pai.[181]

4.2.4. A história do Império segundo Rio Branco

A *Notícia sobre o Brasil* escrita para o Catálogo de São Petersburgo, ou ainda as sínteses históricas de 1889, possuíam um valor auxiliar. Nesse material a história aparecia como elemento para validar uma imagem do Império que pretendiam difundir. Assim ela foi pensada por Rio Branco como um recurso para sua argumentação, uma história pragmática, tal como concebeu Hegel, escrita de forma clara com a devida apresentação de fatos e fontes que buscavam atestar uma verdade histórica.

A documentação que estava reunindo para seus pretendidos projetos foi fundamental para a elaboração desses textos, produzidos sobretudo com o objetivo específico de tornar o Império conhecido. Sem ter levado avante seus propósitos, o barão acabou encontrando usos práticos para além daqueles que inicialmente haviam motivado as respectivas pesquisas.

A síntese que oferecia ao público europeu colocava em evidência o Império independente, sem, contudo, deixar de lado o período colonial. A perspectiva de Rio Branco não divergia daquela que orientou seus escritos anteriores. O Brasil correspondia à imagem da "pátria grande, poderosa e respeitada", associada ao projeto da independência, que teria encontrado no Segundo Reinado o seu momento de estabilidade e consolidação.[182] Os esboços de história que escreveu estavam, assim, profundamente alinhados com o projeto de construção de identidade nacional formulada pelo IHGB, que criava um *pantheon* de heróis e que tornava-se capaz de apaziguar o passado colonial.

Na parte inicial dos textos, que compreende o período entre as "descobertas" e o processo de independência, destaca-se a associação com a obra de Francisco A. de Varnhagen. Afinal o trabalho do historiador fazia parte da sua formação e havia orientado seus estudos e

[181] Assim declara Raul do Rio Branco em suas *Reminiscências*, conforme visto anteriormente. RIO BRANCO, Raul. 2023, p.26.

[182] Destaca-se o seguinte trecho da biografia de Pedro II "A partir de 1849, estava a ordem restabelecida em todo o Império. Cumprira-se a primeira parte do programa de D. Pedro II, ficando assegurada a unidade nacional como a haviam desejado D. Pedro I, José Bonifácio, Ledo e todos os varões enérgicos que colaboraram na obra da independência do país. As vistas largas desses homens superiores abrangiam horizontes de uma pátria grande, poderosa e respeitada. Não se limitavam ao círculo restrito de uma província. Haviam desejado construir um Brasil e não Guatemalas e Costa Ricas." MOSSÉ, 2015, n. 6, p. 83.

algumas das suas pesquisas. Soma-se ainda o fato de que, naquele momento, tal como foi visto, o barão já detinha o manuscrito inédito *A História da Independência do Brasil*, mencionado em todas as publicações de 1889.

As notas de rodapé que aparecem no *Esboço da história do Brasil* dão pistas desta influência, que no verbete aparece menos explícita, por ter ficado circunscrita à Bibliografia. Ao tratar das primeiras explorações, o barão iniciava o diálogo com o trabalho do historiador sorocabano. Ainda que muitas vezes as notas apontassem imprecisões ou corrigissem dados,[183] tais ajustes não comprometiam a interpretação pretendida.[184] Antes assinalavam o exercício contínuo de crítica às fontes que caracterizavam os seus escritos.

Desse modo, as notas do capítulo de história forneciam um quadro ainda mais completo das referências utilizadas pelo barão, demonstrando também como procurava persuadir baseado na escrita de outros historiadores. Ao mesmo tempo em que conferia rigor ao seu texto se pautava nesses trabalhos como um valioso argumento de autoridade. Através das observações incluídas nos rodapés, além de referenciar as obras e os documentos pesquisados, Rio Branco assinalava correções e complementava informações.[185] Memórias e relatos de viagens, por exemplo, assim como publicações da *Revista do IHGB*, eram mencionados pelo autor em diversas passagens. [186]

Outro exemplo interessante desta prática é a nota em que considerava o trabalho de Joaquim Caetano da Silva "um monumento de erudição,"[187] incluída ao abordar a ocupação da Amazônia. Aliás, mais tarde, esta obra seria peça fundamental na solução do litígio sobre

---

[183] Nota-se que a correção de dados presentes em obras anteriores dedicadas a história do Brasil foi possível porque Rio Branco buscou esclarecer referências imprecisas de algumas fontes, assim como reviu muitos desses documentos, o que permitiu que corrigisse falhas de tradução e transcrição. RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, n.46, p. 41.

[184] A assimilação de tal narrativa pode ter contribuído, inclusive, para que Sacramento Blake mencionasse em 1893 que Rio Branco havia publicado partes da obra de Varnhagen em Paris. Na descrição do livro *História da Independência do Brasil*, presente no verbete de Francisco A. de Varnhagen, publicado no Dicionário de Sacramento Blake, após transcrever a nota com a remissiva da segunda edição do *História Geral*, comentou "Alguns trechos deste livro foram publicados em Paris pelo barão do Rio Branco." BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliográfico brasileiro* (v.2 Letras C-Fr.). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

[185] Sobre esse aspeto sobressai o material que estava sendo editado por Capistrano de Abreu e Vale Cabral, com o qual havia contribuído, conforme visto no segundo capítulo. Aproveitava também o espaço de rodapé para relacionar o texto com obras em exibição na Exposição, como é o caso do "Panorama do Rio de Janeiro" de Vitor Meireles. RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, n. 56, p. 48.

[186] Como era de se esperar, grande parte das referências constam na CBRB, estando entre os itens consultados por Jango Fisher no levantamento que realizou sobre as anotações do barão do Rio Branco nos livros da sua biblioteca particular.

[187] RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, n. 67, p. 54.

limites com a Guiana Francesa. As observações de Rio Branco sobre a ocupação do território estavam sempre atentas às disputas que suscitaram. Questões ainda pendentes de solução definitiva, seriam abordadas com a cautela de quem sabia que o histórico da formação territorial poderia ser um valioso argumento para as negociações de fixação de fronteiras do Brasil.[188]

Dispondo de mais espaço no livro de Sant`Anna Nery, Rio Branco incluiu um subcapítulo intitulado "Desenvolvimento e progresso", em que apresentava um balanço do período entre a exploração das minas e o início do século XIX, destacando aspectos da administração local. A partir da exposição ressaltava: "Os brasileiros souberam compreender toda a importância desse acontecimento, que marcava o fim do regime colonial e o início da sua independência comercial e política."[189] Para tanto enumerava todas as ações do governo, vislumbrando apenas vantagens desde a instalação da Corte no Rio de Janeiro. Assim, abordava a proclamação da independência: em meio a viagem à planície do Ipiranga o príncipe "regente afirmou então a independência do Brasil (em 7 de setembro de 1822) e, depois de chegar ao Rio, foi proclamado Imperador constitucional (12 de outubro)."[190]

Outros elementos permitem configurar aspectos importantes da história do Brasil escrita por Rio Branco. Neste sentido destacam-se os seus comentários acerca do federalismo, as informações sobre a guerra contra o Paraguai e por fim a abordagem da abolição da escravidão.

Ao tratar das regências, considerava o período "uma época de distúrbios,"[191] "o mais agitado, o mais perigoso para a vida nacional"[192] ou ainda "uma época tormentosa, em que correligionários do federalismo e reacionários, partidários de D. Pedro I, agitaram as províncias e tentaram muitas vezes derrubar a Regência"[193] Ao apresentar a organização de partidos e a dinâmica política deste momento, relatava a tentativa de trazer de volta o Imperador, sendo esta a única vez que faz uma referência direta à inédita *História da Independência* de Varnhagen.

O barão, que sempre alegou manter-se distante ou afastado das questões de política interna, contraditoriamente, defendeu o sistema monárquico contra o que considerava uma

---

[188] Ao longo do esboço são acompanhadas assinaturas de tratados e suas alterações, de modo que sinaliza questões de fronteiras, como é o caso da Guiana Francesa. Cf. RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, p. 90-92.

[189] RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, p. 88.

[190] Ibid., p. 98.

[191] LEVASSEUR, 2001, p. 64.

[192] MOSSÉ, 2015, p. 48.

[193] RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, p. 103.

ameaça federalista, ainda que o fizesse falando sobre o passado. Recorrendo às palavras de Saint Hilaire[194] sentenciava que a anarquia e outras adversidades poderiam ter sido instauradas se o Brasil tivesse cedido ao federalismo naquele momento. De acordo com a sua exposição a monarquia havia garantido a integridade do território no movimento de independência e era a sua manutenção que poderia assegurar a unidade nacional. Assim, identificava a proposta federalista como uma ameaça à unidade.[195] Para ele, as repúblicas sul-americanas exemplificavam a questão, além de associar o sistema político à instabilidade dos países vizinhos, ainda considerava que, desse modo, atravancavam os progressos nesta região.[196] [197]

No auge das suas pesquisas e anotações sobre a guerra contra o Paraguai, [198] Rio Branco pode apresentar uma síntese concisa repleta de números e detalhes que ajudavam a escrever a história como gostaria de difundir.[199] Ainda que não citasse a documentação de onde coletava os dados sobre as movimentações militares, procurou garantir que não eram provenientes apenas de um dos lados, [200] com isso mencionava entre as suas fontes "os documentos de López"[201] como forma de afirmar a imparcialidade do seu texto.

---

[194] LEVASSEUR, 2001, p.65; MOSSÉ, 2015, p. 46-47.

[195] Ao tratar do período regencial como o mais perigoso da história do Império assinalava: "Partiam estes perigos, em particular, da propaganda federalista que ameaçava a unidade do Brasil." MOSSÉ, 2015, p.48.

[196] LEVASSEUR, 2001, p.65.

[197] Ainda mais interessante é uma nota presente na biografia do Imperador que anunciava a opinião do barão do Rio Branco a quem o autor teria consultado sobre a questão da autonomia provincial. O mote para a explicação seria uma passagem do verbete *Le Brésil*, em que o Ato Adicional de 1834 era tratado como uma alternativa encontrada para atender demandas dos federalistas à época, sem que tivesse comprometido a unidade nacional. "O barão do Rio Branco louva muito a autonomia provincial, mas entende que ela já existe nas províncias mais ricas e populosas, sendo sobretudo a organização federal das possessões inglesas o que conviria imitar e que isto se pode fazer nos limites do Ato Adicional." MOSSÉ, 2015, p. 63.

[198] Cabe observar que nos três textos publicados em 1889, o verbete, o capítulo, e a biografia do Imperador, constam referência ao 3º volume da obra de Schneider, chegando até mesmo a citar em uma das notas de rodapé informações com a referências das páginas do dito volume. MOSSÉ, 2015, n. 45, p. 106.

[199] Foi no *Esboço da História do Brasil* que pode desenvolver melhor alguns desses aspectos. Desde as explicações para o envolvimento nas disputas políticas do Uruguai até a declaração de guerra e assinatura do Tratado da Tríplice Aliança nota-se a preocupação em justificar a atuação do Brasil que aqui era representado pelos líderes dos partidos e pelo Imperador.

[200] Em uma das suas notas fez uma observação sobre estas fontes "Estes números resultam do exame dos documentos dos aliados e dos de López, bem como das declarações de muitos oficiais paraguaios." RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, n. 149, p. 114.

[201] Referência que poderia incluir o arquivo paraguaio interceptado em 1869, conforme visto no capítulo anterior, sem, no entanto, deixar explícito sobre quais documentos esta falando.

Em meio à descrição de movimentos militares no teatro de operações no *Esboço de história do Brasil*, Rio Branco incluiu uma citação que preferiu colocar no rodapé, para não comprometer a exposição de dados. Mais uma vez transcrevia uma citação do "sábio Agassiz" que defendia a atuação do Império, considerando o povo brasileiro um "porta-estandarte da civilização" e ainda declarava:

> Nessa luta, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é uma organização tirânica semiclerical e semimilitar que, adotando o título republicano, desonra o belo conceito que usurpou.[202]

Por sua vez, na biografia do Imperador no capítulo específico sobre a guerra, seguiu o mesmo roteiro dos demais textos, com pequenas alterações. Algumas partes apareciam no rodapé, enquanto certas notas ganharam maior destaque, como é o caso da citada passagem de Agassiz que foi incorporada ao texto, integralmente transcrita.[203] Neste sentido, cabe observar que o barão reordenava o conteúdo de acordo com as características de cada publicação, dando maior ênfase ao que escolhia destacar em cada um dos casos.

Outro tema preponderante nas publicações de Rio Branco em 1889 é o fim do trabalho escravo. Nota-se que os dados e as informações apresentados tratavam da extinção do sistema escravista e não da sua implantação e funcionamento. A intenção era ressaltar que não havia mais escravidão no Brasil e não reconhecer esse aspecto no seu passado, que desde já deveria ser esquecido.[204]

Além do tema ser mencionado por Rio Branco na parte dedicada à história pátria, no verbete *Le Brésil* há um capítulo específico sobre a abolição. Assinado apenas por E. Levasseur, o texto correspondia a uma versão revista do seu pronunciamento na *Académie des Sciences Morales et Politiques de l'Institut de France*, realizado pouco depois da assinatura da Lei Áurea, em 9 de junho de 1888. A exposição estava em consonância com aqueles que haviam defendido uma solução gradual para a questão, destacando as leis, desde 1831, como atos progressivos que haviam propiciado a solução definitiva.[205]

---

[202] RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, n. 151, p. 116.

[203] MOSSÉ, 2015, p. 107.

[204] Na parte dedicada à história colonial, a escravidão era citada apenas como um dado daquele contexto, em que localizava o início da utilização da mão-de-obra escrava, identificando o "primeiro grande contrato para importação de africanos" realizado no ano 1583 entre o governador do Rio de Janeiro, Sá e Gutierres Valério. RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, p. 51.

[205] Assim era exposto em uma das notas do *Jornal do Commercio* que comentava a publicação do texto de Levasseur no *Economiste Français* "Depois de narrar de que modo o Império se preparou por uma série de leis progressivas, para essa grande reforma, descreveu o entusiasmo com que a ideia foi acolhida pelo parlamento e

À época do pronunciamento, o discurso de Levasseur foi estampado no *Jornal do Commercio*.[206] Atendendo ao pedido do barão do Rio Branco, seu amigo Gusmão Lobo havia traduzido o texto para divulgação. A publicação foi realizada sob alguns protestos de Gusmão, que criticou trechos em que o autor se manifestava a favor da indenização aos proprietários, como aparecia na seguinte passagem:

> (...) se a escravidão é crime de *lesa-humanidade*, o Estado que fez do cativeiro uma instituição e garante a propriedade servil, é mais culpado e mais diretamente responsável do que o particular que, conformando-se às leis, possui propriedade de tal gênero, provenha ela de compra, de doação ou de herança. Parece, pois, que, se o Estado tem o dever de abolir a instituição como iniqua, é justo que suporte os meios da supressão, pois que autorizou a iniquidade: tal é a razão da indenização.[207]

Além da tradução, Gusmão Lobo se encarregou de incluir algumas notas explicativas apontando imprecisões de Émile Levasseur. Cabe ressaltar que na edição do verbete para a *Grande Encyclopédie* os referidos dados foram corrigidos e a parte que defendia as indenizações foi suprimida. Ainda mais interessante é comparar o pronunciamento Levasseur no *Institut de France* com um artigo publicado por Rio Branco dias antes, intitulado *A abolição da escravidão no Brasil*. Originalmente divulgado pelo *Liverpool Daily Post* ganhou espaço no *Jornal do Commercio* ainda no mês de junho, tendo sido reproduzido por outros periódicos na Corte.[208]

De qualquer modo, a exposição de Levasseur e o artigo de Rio Branco são tão semelhantes que parecem versões de um mesmo texto. Nota-se a utilização de exemplos iguais, como no caso dos proprietários que haviam libertado seus escravos antes da lei de 13 de maio.[209] Também há similitudes na forma como se referem ao movimento abolicionista a partir de 1880,

---

pelo povo, acrescentando que graças à supressão do tráfico e à lei do ventre livre, o Brasil estava em situação de encarar sem receios a abolição." *Jornal do Commercio*, ano 66, n. 190, Rio, 09/07/1888.

[206] Originalmente intitulado *L'abolition de l'esclavage au Brésil*, foi traduzido como *A extinção do cativeiro no Brasil*. Nota-se a utilização do termo **cativeiro** que era uma das escolhas de Gusmão Lobo conforme comentava com Rio Branco ao se referir da sua atuação na imprensa pela causa abolicionista "Só a minha campanha dentro dos muros do *Jornal* foi admirável de tenacidade. A princípio nem queriam que eu desse notícias desenvolvidas do Fundo de Emancipação e escrevesse a palavra – cativeiro! Quanta *Gazetilha* me ficou por ser publicada! Quanto período ajeitado por Luís de Castro!" (Carta a Rio Branco, Rio, 19/10/1889. AHI L828 M1 P21). Já no verbete da *Grande Encyclopédie* o título do capítulo sobre o tema é *L'émancipation des esclaves*, traduzido posteriormente como *A emancipação dos escravos*.

[207] *Jornal do Commercio*, ano 66, n. 195, 14/07/1888.

[208] Publicado no editorial do *Liverpool Daily Post* em 06/06/1888, foi traduzido e divulgado na seção Exterior do *Jornal do Commercio*, ano 66, n. 180, Rio, 29/06/1888.

[209] Em ambos consta menção ao caso da viscondessa do Rio Novo que alforriou seus escravos e deixou em testamento plena propriedade das terras onde trabalhavam.

destacando praticamente os mesmos nomes de jornalistas engajados à causa, onde, vale assinalar, mencionava o nome de Gusmão Lobo.[210]

Por fim, cabe ressaltar que o texto de Levasseur também consta na segunda parte do folheto *L'Abolition de l'esclavage au Brésil*, organizado pelo barão do Rio Branco.[211] A publicação comemorava a assinatura da Lei Áurea que era igualmente representada como a conclusão de um processo que, iniciado pela lei de 28 de setembro de 1871, teria encerrado na mais perfeita ordem em maio de 1888.[212] Assim, anunciava-se no convite da festa da abolição na capital francesa.

O evento, presidido pelo senador Victor Schoelcher, que em 1884 havia desempenhado a mesma função no banquete promovido à ocasião da abolição no Ceará, foi organizado por uma comissão mista formada pelo barão de Mamoré, Rodolfo de Souza Dantas, barão de Estrela, Eduardo Prado e Sant'Anna Nery. Duzentos convidados compareceram aos salões do Hotel Continental, onde acompanharam a execução do hino nacional brasileiro e da Marseillaise, que foram entoados na recepção do Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo, neto de D. Pedro II, e do ministro dos negócios estrangeiros da França, Globet, dando o tom da formalidade que presidiu aquela noite.

Uma manifestação de Victor Hugo dedicada aos brasileiros, inaugurava a primeira parte do referido folheto. O trecho correspondia à frase que se encontrava no lugar de cada convidado à mesa no banquete:

---

[210] Esta referência também pode ser identifica na biografia de D. Pedro II. Contudo com um detalhe notório que, mais uma vez, reforça a autoria deste trabalho atribuída ao barão. Além de colocar o nome de Gusmão Lobo ao lado de José do Patrocínio, identificado entre os escritores engajados na campanha abolicionista, incluiu uma extensa nota sobre seu amigo jornalista com tom de homenagem desvelada: "Gusmão Lobo foi outro combatente, de 1879 a 1888. Nunca o viram nas festas e *meetings* abolicionistas. (...) Tornou-se, desde então, jornalista infatigável, trabalhador silencioso, de uma fecundidade e tenacidade notáveis e, no seu retiro, prestou os mais relevantes serviços à causa dos escravos." MOSSÉ, 2015, n. 77, p.142. Esta menção muito agradou o jornalista que desde a assinatura da lei áurea vivia lamentando com Rio Branco sobre a falta de reconhecimento pelo serviço que julgava ter prestado nas páginas do *Jornal do Commercio*.

[211] Apesar de não haver referência a este folheto na bibliografia dedicada ao barão, acredito que Rio Branco tenha sido o responsável pela organização da publicação. Além dele ter mencionado na carta ao Imperador que estava organizando um "folheto dando conta do banquete comemorativo da abolição", seu nome foi identificado como autor do folheto *L'Abolition de l'Esclavage au Brésil et compte rendu du banquet commémoratif à Paris* no livro de Anatole Louis Garraux publicado em 1898. GARRAUX, A. L. *Bibliographie brésilienne: catalogue des ouvrages français & latins relatifs au Brésil (1500-1898).* Paris: CH. Chadenat; Jablonski, Vogt & Cie. 1898, p. 326.

[212] Assim estava escrito no documento que abria a publicação: "Cette réforme radicale, digne couromment de l'oeuvre d'emancipation commencée il ya a dix-sept ans pour élever au rang de citoyens près de deux millions d'hommes, s'est accomplie au milieu de l'ordre le plus parfait et par l'accord de tous les partis."

> Vous étes des hommes de sentiments élevés, vous êtes une généreuse nation. Vous avez le double avantage d'une terre vierge et d'une race antique. Um grand passé historique vous rattache au continente civilisateur. Vous réunissez la lumière de l'Europe au soleil de d'Amérique. C'est au nom de la France que je vous glorifie.[213]

Assim, a publicação buscava reconstruir aquele momento, reunindo nas suas páginas vestígios da comemoração estampando ainda a reprodução do menu do jantar, de todo o programa da festa e os brindes pronunciados. A segunda parte era composta por documentos e extratos de manifestações que reforçavam a ideia de que o ato de 13 de maio de 1888 era a conclusão do processo iniciado com a Lei do Ventre Livre, não por acaso o item que encerrava o folheto apresentava os votos das duas leis nas câmaras brasileiras, onde mais uma vez colocava em evidência o nome de seu pai.[214]

Na biografia de D. Pedro II, o tema da abolição orientava boa parte da obra, de modo que Rio Branco chegou a reconhecer que teria se estendido demais no assunto, mas justificava o fato por considerar que o fim da escravidão correspondia ao acontecimento de maior importância do Segundo Reinado. Desse modo, foram delineados seis capítulos: IX. *A emancipação dos escravos, começo da reforma*; X. *A abolição completa*; XI. *Depois da abolição*; XII. *Papel de Pedro II e da Princesa Imperial na reforma emancipadora*; XIII. *Os protestos*; XIV. *Banquete francês comemorativo da emancipação dos escravos*. Seu relato, se iniciava pelo fim do tráfico, com a lei de 1850, onde o sistema era tratado como triste herança do colonialismo português que teria encontrado na figura do Imperador o maior defensor da sua extinção.

Já no capítulo intitulado "Protestos" defendia a abolição sem o pagamento de indenização aos proprietários. Além de utilizar o argumento de autoridade, valendo-se de autores dedicados ao tema, inseria uma nota em que descrevia valores sobre compra de um escravizado e o rendimento gerado pelo seu trabalho para demonstrar que o lucro proporcionado aos senhores tornava a questão uma exigência sem cabimento. Neste capítulo apresentava ainda um apanhado de informações sobre como a abolição e a aplicação, ou não, de indenização foi conduzida em outros países para então argumentar que a compensação financeira não era um padrão, mas havia sido realizada em casos específicos. Através do contexto de cada caso

---

[213] O trecho corresponde a um extrato da Carta de Victor Hugo aos brasileiros, datada de 4 de novembro de 1860. *L'Abolition de l'Esclavage au Brésil et compte rendu du banquet commémoratif à Paris*, 1889, p. 7.

[214] Nesta última parte do livro, identifica o ato de 28 de setembro de 1871 como Lei Rio Branco, sendo considerada a "Primeira lei pela abolição gradual da escravidão". O visconde e a lei de 1871 também são mencionados em outras partes do folheto. Aparecem em alguns brindes do banquete, no já comentado artigo de Levasseur, no discurso do visconde de Inhomirim pronunciado no senado em meio ao debate do "projeto Rio Branco" (pp.115-122).

buscava explicar a forma como foi conduzida e, então, justificar o caso brasileiro justamente pelas suas especificidades. Este raciocínio permitia que se posicionasse sempre contra a escravidão, ao mesmo tempo em que argumentava ser vital à estrutura do Império, de modo que a emancipação só poderia ser realizada de forma gradual.

Em resumo o banquete realizado em 10 de julho de 1888, na capital francesa, encerrava os capítulos dedicados à abolição da escravidão. Ao reproduzir extratos de muitos dos itens que faziam parte do dito folheto *L'Abolition de l'esclavage*, indicava-se a sugestão de leitura, anunciando onde poderiam encontrar na íntegra os documentos citados.[215] Em uma nota descrevia a ilustração presente nas páginas iniciais da referida publicação.

Figura 6 – Ilustração presente nas páginas de abertura do folheto L'Abolition de l'esclavage (1889) e ao lado a descrição sobre esta representação, conforme nota presente na biografia de D. Pedro II.



"Na descrição do banquete vê-se uma formosa alegoria. Em baixo, a vista da entrada do Rio, tendo à esquerda a bela colunata formada pela aleia de palmeiras do Jardim Botânico. No alto da página, no meio das nuvens, veem-se as armas da cidade de Paris, o zimbório do Panthéon, e as torres de Notre-Dame. O Gênio do Brasil, tendo às mãos as cadeias quebradas, leva a grande notícia a Paris. O escudo brasileiro, sustido pelos dragões da família de Bragança, está preso às árvores. Sobre as montanhas do Rio, raia um sol com a data de 13 de maio de 1888. Leem-se estas palavras de um verso de Virgílio: (Ecl. I, v. 27): **"Libertas... sera tamen respexit..."** Sim!... **sera tamen..."**[216]

[215] A referência completa constava em nota junto ao seguinte trecho: "Indicamos ao leitor a brochura luxuosamente impressa em que estão reunidos todos os discursos pronunciados nesse grande banquete." MOSSÉ, 2015, p. 187.

[216] RIO BRANCO, 2015, n. 115, p. 194.

Quanto as referências que utilizava sobre o tema, o trabalho de Louis Couty era mencionado com frequência nos textos produzidos por Rio Branco. Nada mais contundente, visto que o autor é reconhecido por "falar sobre o Brasil aos estrangeiros, fazendo anteparo às ácidas críticas proferidas pelo abolicionismo francês diante da manutenção da instituição escravista no Brasil."[217] Outro motivo ainda mais sugestivo aparece na biografia de D. Pedro II. Ao comentar o progresso das estradas de ferro construídas durante o Ministério do visconde do Rio Branco, o barão incluiu a seguinte nota: "Ver, sobre a política larga e empreendedora deste ministério (1871-75), vivamente apoiada por D. Pedro II, as belas páginas do dr. Louis Couty, em sua obra: *l'Esclavage au Brésil*, p. 33-39. (Paris, 1881, Guillaumin et Cie.)" O que poderia agradá-lo mais do que manifestações favoráveis ao legado do seu pai?

Outro texto que merece destaque é o *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado,* de Manoel Ribeiro Rocha, cuja publicação data de 1758.[218] O barão mencionava a defesa do autor de que "todo escravo devia ser liberado após o tempo de serviço necessário para indenizar o dono, e que os filhos de escravas, nascidos livres ('ingênuos'), só tivessem que servir os donos das suas genitoras até atingir a idade de 14 ou 15 anos."[219] O exemplar deste livro preservado na CBRB além de algumas marcações preserva uma carta do visconde Ourém que respondia questionamentos de Rio Branco sobre o tema. Na missiva o visconde, que também contribuiu com o verbete da *Grande Encyclopédie*, mencionava o estudo *Instituições do Direito Civil* em que Mello Freire considerava a utilização da mão de obra escrava nas atividades da colônia, mas questionava a escravidão "os negros escravos no Brasil e possessões são tolerados, mas por que título e com que direito, confesso que ignoro completamente. (...) uma coisa é o trabalho e o serviço deles e outra o conserva-los como escravos e em propriedade."[220] Parte desta citação aparece na biografia do Imperador, onde Mello Freire era considerado o maior jurisconsulto português.[221]

---

[217] STAHL, M. *Louis Couty e o Império do Brasil*: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891) [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2016. Prefácio, de Wilma Peres Costa p. XI.

[218] ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. *Discurso Teológico-jurídico, em que se propõem o modo de comerciar, haver e possuir validamente, quanto a um e outro foro, os pretos cativos africanos, e as principais obrigações que correm a quem deles se servir.* Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758. Citado por FISCHER, [1945], v.2, p. 312-314.

[219] RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, n. 108, p. 83. Ver também MOSSÉ, 2015, p. 136 e 172.

[220] Carta do visconde de Ourém a Rio Branco transcrita por FISCHER, [1945], v.2, p. 312-314.

[221] MOSSÉ, 2015, p. 174. Outra referência mencionada pelo visconde de Ourém que também é citada na biografia do Imperador é *Réflexions sur l'esclavage des nègres*, de Condorcet.

Para chamar atenção da repercussão sobre a abolição no Brasil e para reafirmar que se tratava de um marco na história da civilização, e não apenas do Império, além dos artigos de imprensa citados, Rio Branco incluiu uma nota à biografia do Imperador em que mencionava que Eduardo Prado havia reunido mais de 400 publicações de jornais e enviado para a Biblioteca Nacional.[222]

4.2.5. No apagar das luzes

Rio Branco cultivava o hábito de providenciar a distribuição dos exemplares dos seus trabalhos logo que dava por concluída a revisão das provas e impressão. Presenteado com o livro *Le Brésil en 1889*, Gusmão Lobo parabenizou seu amigo Juca: "Magnífica a sua colaboração no livro do Nery. Que imenso trabalho tem sido o seu."[223] Rodolfo Dantas, por sua vez, diante da segunda edição do verbete *Le Brésil,* exclamava "Belíssima a edição ilustrada! V. brilhou!", e mais tarde complementou: "Que esplêndido volume! Mil graças por tão belo presente!"[224] De Porto Alegre, o gaúcho Graciano Azambuja, que tanto colaborava com as suas pesquisas, respondeu-lhe: "À medida que a leitura do livro me sugerir te transmitirei minhas impressões, restando-me desde já felicitar-se pelo importante serviço que prestastes à nossa pátria com o artigo sobre o Brasil, do qual desde logo vi que eras o *Deus ex-machina*."[225] Afora o elogio comprometido pela amizade, a utilização da expressão latina é bem coerente neste caso. De fato, a edição das separatas transformou o verbete enciclopédico em uma publicação bem mais interessante.

---

[222] MOSSÉ, 2015, p. 193. O barão também produziu um encadernado com trinta e dois recortes de jornais publicados em 1888, mas nesse caso não se tratava da edição de um opúsculo, era apenas uma das brochuras utilizadas para seus estudos, onde reunia as informações divulgadas pela imprensa e fazia suas anotações. FISCHER, [1945], v.1, p. 49-53. No seu arquivo também há recortes de jornais avulsos em pastas com outros itens relacionados ao tema. AHI L881 M3.

[223] Ao elogio segue uma pequena queixa. Gusmão se ressentia por não ver no capítulo escrito por Rio Branco, o seu nome mencionado entre os jornalistas da emancipação. Talvez por isso, o barão tenha incluído a referência e nota em homenagem ao amigo na biografia do Imperador, conforme visto anteriormente. Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, de 22/09/1889. AHI L828 M1 P21.

[224] Cartas de Rodolfo Dantas a Rio Branco, de 17/02 e 17/04/1890. AHI - L821 M3 P18.

[225] A expressão latina *deus ex machina* tem origem no teatro da Grécia Antiga quando, diante de um impasse ou um grande problema, um deus surgia em cena e resolvia a questão que parecia sem solução, encerrando com um final inesperado. Carta de Graciano Azambuja a Rio Branco. Porto Alegre, 01/11/1889. AHI - L814 M1 P2.

Além dos elogios, Capistrano de Abreu, animado com o *Esquisse de l'hisoire du Brésil*, sugeriu a Rio Branco "Veio-me a ideia de traduzi-la, acrescentando-lhe alguns capítulos e notas."[226] Na mesma carta comentava que estava concluindo a tradução do verbete *Le Brésil*: "Como lhe comuniquei, já estou traduzindo o artigo do Brasil para o Garnier, e parte já está impressa."[227] Por alguns meses Capistrano dedicou-se ao projeto que incialmente parece ter tido o apoio do barão.[228] Em abril de 1890, informava a respeito da impressão da parte relativa à geografia e planejava sobre as demais "Na parte histórica, pretendo juntar largos excertos de sua *História* no livro de Santana Nery, e desenvolver um pouco mais o que diz respeito ao povoamento; é possível mesmo que acrescente uns três capítulos. A esta parte juntarei os dois apêndices e o posfácio de Levasseur." O historiador também pretendia complementar a obra com a proclamação da República.[229] Seja como for, tudo indica que alguma sugestão de Capistrano não deve ter agradado Rio Branco, pois o projeto foi deixado de lado.[230]

Os amigos não polpavam elogios ao seu trabalho, o que, sem dúvida, muito o envaideceu. O barão, porém, parecia ansiar por uma repercussão maior. Como de costume, buscou apoio na imprensa para divulgação das obras, assim foram publicados os comentados artigos de Capistrano de Abreu e de Rui Barbosa, apreciados no primeiro capítulo desta tese. Vaidoso, para que essas impressões não se perdessem na efemeridade dos jornais, reuniu os

---

[226] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 25/01/1890. AHI L811 M1.

[227] Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 25/01/1890. AHI L811 M1.

[228] Em abril de 1890 Capistrano de Abreu agradecia as notas que Rio Branco teria enviado para a edição em português. Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 17/04/1890. AHI L811 M1.

[229] Sobre este aspecto Capistrano de Abreu planejava: "Como ficaria, muito grosso o livro em um volume, provavelmente dividi-lo-ei em dois. o segundo compreenderá tudo que se refere ao Brasil político e ao Brasil econômico. Para substituir alguns capítulos da política, que ficam inutilizados, tenho planos de escrever a proclamação da república, de modo que não faça *double emploi* com a de Levasseur. Uma noite das passadas, em que não tive sono, rabisquei umas oito páginas; pretendo que sejam umas vinte." Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 17/04/1890. AHI L811 M1.

[230] A questão está nas entrelinhas da seguinte passagem: "Está claro que nunca alteraria o texto, de modo a dar a outrem responsabilidade que não lhe competia. Tenho feito acréscimos, uns no texto, outros em nota, mas os do texto desentrelinhados, de modo que qualquer pessoa conhecerá facilmente a diversidade da procedência, que aliás seria explicada no prólogo. As modificações de texto até agora feitas, consistiam no capítulo de antropologia, onde, não havendo desenho, tornou-se preciso dar outro jeito à frase. Em alguns lugares, irrefletidamente corrigi província em estado.

Na parte política, em que vou entrar, parece-me que devo reservar para o apêndice o texto, e pôr, sob minha responsabilidade e nome o estado atual de nosso país. Sei como é este povo; se fizesse de outro modo, imediatamente ficava o trabalho inutilizado." Carta de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 15/07/1900. AHI L811 M1.

dois textos e outras notícias do Rio de Janeiro em um opúsculo.[231] Contou ainda com colaborações em Paris no jornal *L'Amerique*[232] e na folha *Le Brésil*.[233]

A divulgação das obras poderia ter sido mais fácil em outras circunstâncias. Afinal, apenas quinze dias após o encerramento da Exposição de Paris a imagem resplandecente do Império foi ofuscada. Se Rui Barbosa tivesse demorado um pouco mais para atender ao pedido de Rodolfo Dantes, talvez o artigo nem tivesse sido publicado. Após o 15 de novembro, Gusmão Lobo mudara de tom. Ao receber a segunda edição do verbete desabafava "Estou com o seu *Brésil* e o álbum à vista. Aguardo as suas ordens, mas não conte com grande coisa. Eu ando atordoado e naturalmente com desamor por estas coisas do nosso Brasil."[234]

A ode ao Império estava muito evidente nessas publicações para que, diante de um cenário de tamanha instabilidade com a mudança do regime, insistisse em divulgações dos livros. Antes, talvez, fosse necessário encontrar um lugar na nova ordem, sem deixar que a associação com a monarquia comprometesse suas pretensões futuras. Sem um grande patrimônio familiar que pudesse lhe garantir segurança e estabilidade financeira media seus passos, calculando, literalmente, cada movimento.[235]

Em dezembro de 1889, a segunda edição do *Le Brésil* estava sendo finalizada quando Rio Branco retomou o contato com o Imperador, já no exílio. Na carta o barão manifestava todo

---

[231] O opúsculo, intitulado *Opiniões de alguns jornais do Rio de Janeiro sobre a primeira edição avulsa do Brésil da Grande Encyclopédie*, foi editado em Paris e além dos artigos de Rui Barbosa (*Diário de Notícias*, 14/10/1889) e de Capistrano de Abreu (*Gazeta de Notícias*, 05/09/1889) reunia as notícias publicadas por Charles Morel (*L'Étoile du Sud*, 07/09/1889), Carlos de Laet (*A Tribuna Liberal*, 01/04/1889) e pela "Gazetilha" do *Jornal do Commercio* (22/08/1889), provavelmente redigida por Gusmão Lobo. Outras notícias haviam sido publicadas, mas não foram incluídas na edição, como um artigo de Domício da Gama no *Gazeta de Notícias* de 19/03/1889, outro de Gusmão Lobo no *Jornal do Commercio* de 17/03/1889 ou ainda um publicado na primeira página do *Diário do Comercio*. AHI L862 M1

[232] O jornal *L'Amerique,* dirigido por Sant'Anna Nery, publicou uma notícia em 08/10/1889. Rio Branco não chegou a produzir um opúsculo com estas manifestações, mas reuniu alguns recortes de jornais preservados no seu arquivo. AHI L862 M1.

[233] O jornal *Le Brésil*, dirigido por Argollo Ferrão, apesar de publicar notas de divulgação das obras, e chegou a imprimir uma crítica a Rio Branco. Em junho de 1889 Argollo Ferrão havia escrito ao barão pedindo que remetesse a separata assim que estivesse concluída, para que o seu jornal fosse o primeiro a divulga-la. No entanto, ao invés da notícia prometida o jornal publicou o artigo "Un héros oublié" de 15/09/1889. O texto queixava-se da ausência do nome do general Argollo Ferrão no relato sobre a guerra contra o Paraguai. Dias depois foi publicada a resposta de Rio Branco, que justificava a ausência. *Le Brésil*, 05/10/1889.

[234] Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, de 05/02/1890. AHI L828 M1 P21.

[235] Além dos comentários na sua correspondência, que evidenciavam as suas preocupações financeiras, as suas cadernetas estão repletas de anotações com cálculos de gastos e planejamentos de economias e investimentos, conforme salientou Villafañe (2018) em seu livro.

pesar possível pelos acontecimentos e assegurava manter a mesma dedicação e reconhecimentos de sempre. Sobre a publicação informava:

> A Typographia Lahure remeterá amanhã a Vossa Majestade as folhas completas do *Brésil*, 2ª edição, e do *Álbum de vistas*. Começam a ser brochados os primeiros exemplares e os que se destinam a Vossa Majestade estão no encadernador. No segundo **prefácio** há referências a Vossa Majestade.[236]

A menção no referido Prefácio foi cuidadosamente conduzida pelo barão, que enviou versões para aprovação do Imperador.[237] O mesmo não parece ter se repetido quanto ao Posfácio, acrescentado na tiragem desta edição em fevereiro de 1890. Desta vez, Rio Branco buscou a aprovação de Rui Barbosa por intermédio de seu amigo Rodolfo Dantas.[238]

Depois de E. Levasseur ter afirmado que o Brasil era um dos Estados mais florescentes pelo conjunto da sua situação política e econômica, foi necessário incluir um Posfácio para explicar os últimos acontecimentos políticos, anunciando que "a monarquia foi suprimida e com a proclamação da república, a história do Brasil entrou em uma nova era."[239] Em linhas gerais o texto explicava o ocorrido através dos relatos da imprensa e transcrição de trechos dos principais documentos emitidos naqueles dias. Ao informar sobre a mudança do regime também descrevia o posicionamento dos setores políticos do país:

> La République fut proclamée sans résistance dans toutes les provinces du Brésil, et, après le départ de la famille impérialle, les principaux chefs des partis monarchiques, libéraux et conservateurs, conseillèrent publiquement à leurs partisans de respecter les faits accomplis, em acceplant le nouveau régime, et de collaborer avec le governement provisoire au maintien de l'ordre et à la réorganisation politique du pays.[240]

A mensagem aos leitores era clara. Apesar dos eventos de 15 de novembro, não deveriam temer por um cenário de instabilidades.[241] Aproveitava para reiterar que o Império havia passado por um momento inicial de agitações políticas seguido pela paz e unidade, que

---

[236] RIO BRANCO, 1957, p. 89 (grifo nosso). Carta de Rio Branco a D. Pedro II, Paris, 07/12/1889.

[237] RIO BRANCO, 1957, p. 15-16. Sugestões encaminhadas em anexo à Carta de Rio Branco a D. Pedro II, Paris, 07/06/1889.

[238] Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco. Nova Friburgo, 17/02/1890. AHI 821 M3 P10.

[239] LEVASSEUR, 1889, Posfácio p. 1.

[240] LEVASSEUR, 1889, Posfácio p. 2.

[241] A intenção fica ainda mais evidente ao reforçar que a revolução aconteceu pacificamente e que cada vez mais eram divulgadas adesões ao governo provisório "La révolution s'est accomplie pacifiquement. L'ordre règne aujourd'hui dans le pays et les journaux contiennent depuis les premiers jours de nombreuses adhésions au nouveau régime." LEVASSEUR, 1889, Posfácio p. 3.

por quarenta anos teriam permitido o desenvolvimento econômico e o progresso, ressaltando: "Le volume que nous publions est en quelque sorte un inventaire de l'état social et économique de ce pays dressé à la clôture de la période monarchique."[242]

Em referência direta ao Segundo Reinado, como fase de estabilidade política que teria proporcionado prosperidade econômica ao Império, o texto alertava sobre os riscos da nova ordem representados pelas instabilidades das outras repúblicas da América do Sul, de modo que, países como a França e a Suíça, deveriam ser o exemplo a seguir. Escrito com cautela o Posfácio evitava demonstrar grandes paixões, enquanto queria garantir que a situação estava sob controle, porém não conseguia esconder certo receio. A mensagem encerrava desejando a manutenção e continuidade de aspectos do período monárquico que havia ressaltado:

> Les amis de la nations brésilienne, qui la suivront toujours avec sympathie, espèrent de son patriotisme que, sous la République fédérative, comme sous l'Empire liberal qui vient de disparaître, elle saura poursuivre sa **marche dans la voie du progrès**, par le **respect de la liberté** et par le **maintien de la paix intérieure et de l'unité politique**.[243]

É bem provável que Rio Branco tenha contribuído na redação desse texto, se não o redigiu, pelo menos sugeriu os costumeiros ajustes a Levasseur. Assinar uma manifestação sobre o regime recém instaurado, poderia ser deveras arriscado. Diante dessa situação não se furtou de garantir a aprovação de um dos membros do governo provisório para tal publicação.

A notícia da instauração da República foi um grande revés naquele momento, em que o barão desfrutava de prestígio e reconhecimento com a publicação dos seus trabalhos na Exposição de Paris. Por outro lado, isto não significa que estivesse alheio ao cenário político, ou que a queda da monarquia fosse absolutamente inesperada. Pelo contrário, as mesmas cartas que transmitiam as felicitações também compartilhavam os receios pelo futuro do Império. Gusmão Lobo, por exemplo, contrário à propaganda republicana, mas ao mesmo tempo extremamente crítico à princesa Isabel, manifestava seus temores questionando as chances de um Terceiro Reinado.[244]

---

[242] LEVASSEUR, 1889, Posfácio.

[243] LEVASSEUR, 1889, Posfácio. grifo nosso.

[244] Em carta de setembro comentava sobre recepção das publicações ao dizer: "O livro Mossé (?) tem tido grande aceitação. Dou-lhe os meus parabéns assim como pelo seu ingente trabalho na 'Enciclopédia." Logo em seguida respondia sobre a situação política: "De federação, de república, o que lhe hei de dizer? Estou de inteiro acordo com V.; rezo pela mesma cartilha; mas confesso que estou muito temeroso. O 3º Reinado não poderá manter-se senão à força de lutas sangrentas. Vai ser um período medonho." Carta de Gusmão Lobo a Rio Branco, de 06/09/1889. AHI L828 M1 P21.

A ameaça federalista que Juca Paranhos tanto mencionara em seus artigos, tornava-se um assunto cada vez mais frequente na sua correspondência. Em carta de agradecimento ao barão Homem de Melo pela oferta da biografia de D. Pedro II, Rio Branco assinalou:

> (...) livrinho, filho meu muito dileto e homenagem que mui desinteressadamente prestei ao nosso velho Imperador nos dias agitados que atravessamos em que um vento que insânia parece ter passado em nossa terra. Os moldes antigos que a geração nova quer hoje quebrar imprudentemente deram-nos 40 anos de paz, de prosperidade e de glória que hão de avultar muito no futuro quando a obra de nossos pais puder ser comparada com os resultados das reformas que a geração nova anda a reclamar.[245]

Tal comentário converteu-se em acalorada defesa da monarquia e crítica aos países vizinhos, considerados "ridículas repúblicas hispano-americanas que quiseram macaquear os Estados Unidos da América." Mais adiante Rio Branco lamentava:

> Agora que o desenvolvimento da nossa rede de **caminhos de ferro** e da **imigração europeia** iam completar a grande obra da **unificação da pátria** brasileira vamos nós despedaça-la imprudentemente, revivendo a questão federal que já nos custou muito sangue e muitos anos de atraso, e vamos fazer isso com a divisão política e administrativa que temos...[246]

Diferente de Gusmão Lobo, o barão Homem de Melo não compartilhava da mesma opinião. Sua resposta, enviada pouco depois da instauração do novo regime, evidenciava sua posição ao relatar que se incorporou a tropa no "glorioso dia" tendo tomado parte da "marcha triunfal" daquele que teria sido o maior acontecimento da sua vida pública. E respondendo a manifestação anterior de Rio Branco, de que a paz e a integridade eram conquistas da monarquia e por ela garantidas, Homem de Melo anunciava "O Governo Provisório é de plena confiança e em 6 dias apenas, já lhe devemos um imenso resultado: está assegurada a unidade da República Federal Brasileira."[247]

Na mesma carta o remetente, depois de conversar com o ministro dos Estrangeiros, tentava tranquilizar o cônsul em Liverpool quanto a sua permanência no cargo, aliás, tratava-se do posto mais bem remunerado pelo Estado, o que devia provocar a cobiça de muitos.[248] Outros correspondentes se manifestariam da mesma forma, mas o período que sucedeu o 15 de

---

[245] Carta de Rio Branco ao barão Homem de Melo. Londres, 12/09/1889. AHI L829 M4.

[246] Carta de Rio Branco ao barão Homem de Melo. Londres, 12/09/1889. AHI L829 M4.

[247] Carta do barão Homem de Melo a Rio Branco. Rio, 22/11/1889. AHI L829 M4.

[248] O barão Homem de Melo informa sobre conversa que teve com Quintino Bocaiuva, a quem se refere como amigo e esclarece a Rio Branco "com quem me fui entender sobre o cônsul de Liverpool, cujos serviços eu desejava, que ele conhecesse também como eu." Carta do barão Homem de Melo a Rio Branco. Rio, 22/11/1889. AHI L829 M4.

novembro foi acompanhado por incertezas e angústias.[249] Rio Branco, por sua vez, evitava se expor e procurava se informar sobre possíveis movimentações de cargos do governo. Temendo pelo posto diplomático, seguiu com grande cautela...

4.3. Lições diárias de história pátria

Em setembro de 1889, Rio Branco havia oficializado, finalmente, o seu casamento com Marie Philomène Stevens. Rodolfo Dantas parabenizou o amigo demonstrando o quanto a situação do casal era uma questão delicada para a sociedade da época.[250] Além disso, entre outros assuntos, Dantas mencionava que em breve escreveria sobre a "criação do jornal". Era o esboço inicial do projeto que seria concretizado em pouco mais de um ano com o lançamento do *Jornal do Brasil*.

Pensado antes da proclamação da República, o diário só começou a circular, em nove de abril de 1891, quando o novo regime, estava às vésperas de atravessar um período de grande turbulência. O planejamento do jornal deve ter dado um pouco de ânimo àquele que foi considerado por Rio Branco um *année térrible*.[251] Desse modo, assumiu um papel de grande importância na execução do projeto, tendo atuado como um verdadeiro "profissional da imprensa"[252] intermediando colaborações estrangeiras. Relações que seriam facilitadas pelo

[249] Através da correspondência do barão do Rio Branco é possível acompanhar a insegurança e os temores do período. Do mesmo modo, seu epistolário registra a cautela com que se manifestava à época assim como evidencia a abrangência da sua rede de contatos. Sobre esta questão ver o capítulo "Enfrentar a República ou aderir a ela?" SANTOS, 2018, p. 144-160.

[250] "Em toda sua vida, tão provada no cumprimento dos mais árduos deveres de família, não há ação que mais o eleve, que tanto deve o reconciliar consigo próprio e que mais possa torná-lo querido dos amigos e de estranhos." Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, de 14/10/1889. AHI L821 M3 P18.

[251] Assim, Rio Branco havia se referido sobre o período em carta ao Imperador: "Faço os mais ardentes votos para que este ano de 1891 seja mais feliz que o que agora terminou. Para mim, o ano de 1889-90 foi *l'année térrible."*. RIO BRANCO, 1957, p. 92. Carta de Rio Branco a D. Pedro II, Paris, 04/01/1890.

[252] Na apresentação do volume X das *Obras do barão do Rio Branco*, Álvaro da Costa Franco destaca as contribuições de Rio Branco citando os colaboradores que angariou na Europa: "Coube-lhe sugerir e contratar, como colaboradores do nascente diário, Paul Leroy-Beaulieu, economista e professor do Collège de France; o economista belga Emile de Laveleye; Edmundo de Amicis, o grande romancista italiano; e Andreas Schimper, botânico e geógrafo, professor da Universidade de Bonn, que deveria cobrir o movimento científico da Alemanha. (...) Agia como um profissional de imprensa." RIO BRANCO, 2012, v.10 – Artigos de Imprensa, p. 20.

contato que havia estabelecido com estudiosos e homens de imprensa, ao longo dos anos residindo em território europeu.

A correspondência entre Dantas e Rio Branco oferece registros dessa cooperação. O volume expressivo de itens relativos ao ano de 1891 assinala a intensificação da comunicação entre o idealizador do *Jornal do Brasil* e o seu amigo e grande colaborador. [253]

Além de atuar como um representante do jornal na Europa, Rio Branco também contribuiu como jornalista. Perspicaz, manteve as participações de forma discreta. Apenas parte do que escrevia para o jornal levava sua assinatura. Assim como já havia feito em outras ocasiões, alguns dos seus artigos eram protegidos por pseudônimos. O grande destaque da sua contribuição contudo, foi a coluna intitulada "Efemérides Brasileiras", publicadas desde o número inaugural do *Jornal do Brasil*. Uma breve apresentação identificava o autor – "incansável pesquisador", que vinha demonstrando o seu conhecimento da história nacional. As anotações à obra de Louis Schneider eram citadas para exemplificar a sua competência e assinalar que na qualidade de "eminente historiógrafo" seria um colaborador assíduo. Ressaltava-se, ainda, que o material a ser publicado derivava dos estudos em que havia identificado "erros a corrigir, lacunas a preencher e reivindicações a sustentar", assinalando que parte do conteúdo correspondia a "narrações de feitos militares do Brasil".[254]

Ora o aparecimento das *Efemérides* deu-se, justamente, quando os próceres do novo regime pretendiam "passar uma borracha no passado recente."[255] O novo jornal passou a estampar doses diárias de fatos históricos. É notório que tal publicação detinha um caráter didático, afinal, o que poderia ser mais instrutivo do que a leitura cotidiana? Diante da República recém instaurada, as *Efemérides*, imbuídas de certa pedagogia cívica, pretendiam oferecer uma unidade histórica aos seus leitores, através da vulgarização do conhecimento, em proposta similar à edição dos dicionários históricos.[256]

---

[253] Apesar de haver indícios de que muitas cartas e telegramas eram destruídos logo após a leitura "Vou ler amanhã sua carta ao Leopoldino e, depois, rasgá-la-ei." Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, de 09/09/1891. AHI L821 M3 P10. Do mesmo modo Gusmão Lobo dizia em uma das suas cartas "Rasga esta e todas que lhe forem parecidas." Carta a Rio Branco, 21/08/1884. AHI L828 M1 P21.

[254] *Jornal do Brasil*, ano I, nº 1, 09/04/1891.

[255] GUIMARÃES, 2007, p. 79.

[256] Sobre este aspecto ver o capítulo "O Brasil de A a Z: o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico", do livro *Da Escola Palatina ao Silogeu*, em que Lucia Guimaraes compara o empreendimento do IHGB à publicação do *Grand Dictionnaire Uniservel du Siècle XIX*, editado por Pierre Larrousse, assinalando a proposta de vulgarização do conhecimento em tais projetos. Cf. GUIMARÃES, 2007, p. 95-104.

O formato de breves notícias históricas não era nenhuma novidade na imprensa. Na década de 1860 Joaquim Norberto de Souza Silva, sob o pseudônimo Fluviano, redigia as "Efemérides Nacionais" para a *Revista Popular*, a mesma publicação em que o jovem Paranhos Júnior havia divulgado seu texto sobre Luís Barroso Pereira. Outro caso similar ocorreu nos anos de 1880 com o funcionário da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Mello, que escrevia na *Gazeta de Notícias*. Em 1884 o jornal *A Federação,* do Rio Grande do Sul, também publicava efemérides, na mesma época em que Antônio Álvares Pereira Coruja reuniu em livro as notícias históricas sobre o Rio Grande do Sul.[257] Capistrano de Abreu*,* ao escrever para o barão no ano do lançamento do *Jornal do Brasil*, comparava-o a outros exemplos:

> Tenho lido suas Efemérides no *Jornal do Brasil* e apreciado devidamente. Pela primeira vez aparece nesse gênero **trabalho sério e fundado nas fontes**. Abreu e Lima, Perdigão Malheiro não tinham ideia clara de crítica histórica. Menos ainda José de Vasconcelos. Teixeira Melo fez em grande parte simples compilação; quando Cabral e eu quisemos ajudá-lo já era tarde.[258]

Cabe lembrar que Rio Branco já havia realizado algo semelhante no jornal *A Nação*.[259] Ao recuperar a proposta para a nova folha, o barão aproveitou o material que havia escrito em 1875 e deu prosseguimento às notícias diárias do passado nacional. [260] Comparando-se o conteúdo dos dois periódicos é possível observar que, na maioria dos casos, as anotações foram incorporadas apenas com algumas correções.[261] Por outro lado, há itens que foram

---

[257] CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Anno historico sul-rio-gran-dense em forma de efemérides.* Rio de Janeiro, 1888.

[258] RODRIGUES, J. H. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 133. Carta de Capistrano a Rio Branco, de 05/08/1891 (grifo nosso).

[259] Conforme visto no capítulo anterior, ao tratar do período em que Paranhos Júnior esteve à frente do jornal *A Nação,* foram mencionadas as "Efemérides Históricas do Brasil" que ele publicou naquela folha, nos meses de janeiro e fevereiro de 1875. Nota-se que também naquela época Joaquim Manoel de Macedo escrevia pequenas notícias históricas no *Globo.*

[260] No texto dedicado ao dia 1º de janeiro, Rio Branco mencionava o trabalho anterior ao corrigir um dado divulgado no jornal *A Nação* sobre a fundação da Colônia de Sacramento "1º de janeiro. 1680 - Em outro trabalho deste gênero, publicado em 1875, dissemos, com os nossos cronistas, que nesta data fora fundada a Colônia do Sacramento. Foi no dia 22 de janeiro (ver esta data) que D. Manuel Lobo chegou à enseada de São Gabriel e deu começo a fundação deste estabelecimento português no rio da Prata." RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras. p.28.

[261] Analisando a efeméride dedicada a Salvador Correa de Sá observamos que o texto de 1875 foi reduzido e foi subtraída a referência às obras consultadas. Consta no texto publicado no diário *A Nação* de 04/01/1875: "A biografia de Salvador Correa foi escrita pelos senhores Pereira da Silva e visconde de Porto Seguro. Seu retrato apareceu no jornal ilustrado *Ostensor Brasileiro*".

completamente reescritos.[262] Além do material aproveitado houve um aumento expressivo, com a inclusão de muitas efemérides, demonstrando a continuidade da coleta de dados e compulsão de notas, característica da atividade intelectual de Juca Paranhos.

Em carta ao autor, no primeiro mês de circulação, Rodolfo Dantas informou ao barão sobre a recepção positiva do conteúdo produzido, e com grande entusiasmo comentou "Já lhe disse que vamos dar as *Efemérides* em mui bela edição, quando terminar a publicação?"[263] Para além disso, em janeiro daquele ano, lhe apresentou outra sugestão "que lhe pareceria propormos à família do Varnhagen (visconde de Porto Seguro) a impressão daquela história inédita, de que você me deu cópia alguns capítulos, mas isso bem entendido, depois de publicarmos a obra no jornal?"[264] Dantas se referia ao já mencionado manuscrito inédito da *História da Independência do Brasil,* ideia que, afinal, acabou não se concretizando.[265]

Já a organização em livro das *Efemérides Brasileiras* avançava nas conversas entre os dois. Através das cartas trocadas é possível observar que em setembro de 1891 preparavam a edição. Nesta foram incluídas informações de datas que não haviam sido publicadas em tempo no jornal, devido às dificuldades impostas pela distância do remetente.[266]

Em dezembro de 1891 o projeto parecia tomar forma com o anúncio da coleção *Biblioteca do Jornal do Brasil* que produziria livros editados pelo periódico e impressos na sua tipografia. A iniciativa visava divulgar as colaborações nacionais e internacionais publicadas na folha, reunindo em volume, por exemplo, os artigos sobre a Amazônia, escritos por José Veríssimo, as crônicas italianas de Edmondo de Amicis e os textos de Paul Leroy-Beaulieu sobre problemas econômicos e financeiros. Para o lançamento da série planejava-se editar um livro dedicado a D. Pedro II, o qual reuniria os artigos sobre a morte e os funerais do ex-

---

[262] Vide a efeméride de 1º de janeiro de 1763 dedicada a nota biográfica de Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadella. O conteúdo foi totalmente reescrito, alterando por completo o texto.

[263] Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, 05/05/1891. AHI L821 M3 P10.

[264] Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, 13/01/1891. AHI L821 M3 P10.

[265] Apesar de Rio Branco ter incluído a referência ao manuscrito inédito nas publicações de 1889, ele manteve esse material sob certo sigilo mesmo entre seus colaboradores de pesquisa. Homem de Melo, por exemplo, se manifestou surpreso com a informação no verbete *Le Brésil*.(Carta de Homem de Melo a Rio Branco, 19/09/1889. AHI L829 M4). O barão teria compartilhado apenas com amigos mais próximos, como Eduardo Prado e Rodolfo Dantas. Este mencionava em uma das suas cartas "Logo que v. voltar de Liverpool avise-me para eu ir vê-lo logo e **para tomar-lhe nova porção de Varnhagen**. O que tomei para copiar está próximo do fim." Carta a Rio Branco, 19/03/[?]. AHI L821 M3 P10.

[266] Em carta de 09/09/1891 Dantas se queixava que não havia recebido os dias 8 e 9 de setembro para publicar no jornal, mas as referidas efemérides foram incluídas depois no volume, estão às págs. 314-317 da edição de 1892. Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, 09/09/1891. AHI L821 M3 P10.

Imperador, uma verdadeira reverência ao antigo monarca.[267] Faziam parte desta coletânea algumas das "Cartas de França" redigidas por Rio Branco, mas assinadas com o pseudônimo Ferdinand Hex,[268] além de artigos de Joaquim Nabuco.[269] Enquanto os representantes do novo regime pretendiam condenar o passado recente ao "deserto do esquecimento" as publicações organizadas pelo jornal, ao invés de apagar a figura do antigo Imperador, colocava-o em evidência.[270] O que sem dúvida, era considerado uma grande afronta!

O trabalho de edição do livro *Efemérides Brasileiras* ainda não havia sido concluído quando Rodolfo Dantas precisou abandonar o país e se exilar na Europa.[271] O agravamento da situação política e a perseguição sofrida nos anos do governo de Floriano Peixoto ameaçavam a integridade do *Jornal do Brasil*, devido a sua orientação monarquista. Diante de muitas incertezas, mas já em Lisboa, Dantas escrevia ao amigo dando notícias e pedindo que Rio Branco continuasse a redação para que não comprometesse o volume planejado. No entanto, a coluna logo seria interrompida, retornando apenas em agosto de 1892, entretanto com periodicidade irregular.[272] Apesar de já dispor de muitas informações de pesquisas anteriores,

[267] Conforme registro em nota do *Jornal do Brasil,* ano I, nº 265, de 30/12/1891.

[268] A coluna encomendada por Rodolfo Dantas ao amigo oferecia notícias variadas do cotidiano político e social francês, abordando ainda assuntos que pudessem interessar a colônia de brasileiros em Paris. Foi publicada de 12 de abril a 18 de junho de 1891.

[269] O volume era iniciado por dois textos introdutórios sobre o projeto da coleção e sobre o *Jornal do Brasil*. Os demais artigos reunidos são os seguintes: D. Pedro II; Segundo Reinado; Dia a dia, por C. A.; O que se argui ao Imperador; As segundas-feiras (Folhetim hebdomadário) D. Pedro II, por José Verissimo; Os funerais de D. Pedro II – I. O Funeral, II. O Préstito Fúnebre, III. Em S. Vicente de Fora, por Joaquim Nabuco; Cartas de França. A morte e os funerais de D. Pedro II, por Ferdinand Hex.

[270] A expressão é de Joaquim Nabuco, que em seu discurso de posse no IHGB advertia: "A ideia é que entre Tiradentes e Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento." NABUCO, 1896 apud GUIMARÃES, 2007, p. 79.

[271] Em 16 de dezembro de 1891 a redação do *Jornal do Brasil* sofreu um atentado a tiros, tendo levado a partida de Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco para a Europa.

[272] Em janeiro de 1892 o *Jornal do Brasil* estampava as Efemérides relativas ao mês de dezembro. Tendo sua publicação interrompida no final deste mês, apenas em agosto retornaram para as páginas da folha. Desse modo as notas sobre o mês de janeiro começaram a ser publicadas em agosto de 1892 e só foram concluídas em janeiro de 1893. Em agosto de 1892 uma chamada intitulada "História Pátria" anunciava que o jornal retomava a publicação das Efemérides Brasileiras mencionando que até aquele momento já haviam publicado as notas relativas aos dias 1º de abril a 31 de dezembro. *Jornal do Brasil*, ano II, nº 227, 15/08/1892.

a elaboração dos "pequenos artigos diários"[273] não seria assim tão simples, levando o seu autor a se queixar das "maçantes Efemérides".[274]

Ainda que a publicação da coluna no jornal tenha sido comprometida, a edição do livro seguia a todo vapor. Passado pouco tempo, em 1º de fevereiro de 1892, o *Jornal do Brasil* anunciava que o primeiro volume das *Efemérides Brasileiras* já estava à venda.[275] O exemplar reunia as notas históricas do período entre 1º de abril e 30 de setembro, as demais datas formariam o segundo volume, conforme previsto por Dantas e Rio Branco.[276] O projeto, entretanto, não foi concluído pelos dois.[277] A publicação organizada à época permaneceu inacabada, embora seja a única editada sob a supervisão do autor.

Após a morte do barão as *Efemérides Brasileiras* ganhariam novas edições revistas e complementadas. A primeira foi organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir dos manuscritos pertencentes ao acervo do autor, que foram confiados ao reduto intelectual em 1916, depois de adquiridos pelo governo. Para desbravar a documentação foi designada uma comissão encarregada por organizar, revisar e editar as *Efemérides* para publicação na *Revista do IHGB*. Os membros escolhidos para o trabalho foram os mesmos que haviam sido designados para rever os manuscritos da *História da Independência*, de Varnhagen, igualmente entregues ao IHGB, após serem "descobertos" em meio à papelada do barão, sendo eles: Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Vieira Fazenda, Max Fleiuss e Basílio de Magalhães. A publicação das Efemérides pelo Instituto deu-se justamente num contexto de forte apelo patriótico, momento em que "Descortinar o Brasil para os brasileiros estava na ordem do dia nos círculos beletristas."[278] Nesse sentido, o cunho pedagógico das notícias diárias, encontrava

---

[273] Assim Rio Branco se referia à sua contribuição ao *Jornal do Brasil* com o visconde de Ourém "um pequeno artigo diário comemorando ou indicando os nossos principais acontecimentos históricos, isto é, uma espécie de efemérides." RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 23. (Explicação, de Rodolfo Garcia).

[274] Ao retomar o trabalho para continuidade das *Efemérides,* Rio Branco assim se manifestou em carta a Capistrano de Abreu "Mandei agora, ou antes, comecei a mandar para o *Jornal do Brasil* a continuação das maçantes Efemérides em que Rodolfo Dantas me meteu". RODRIGUES, 1977. Carta de Rio Branco a Capistrano de Abreu, de 12/07/1892.

[275] *Jornal do Brasil*, ano II, nº 32, de 01/02/1892. Nota-se que a coletânea de artigos sobre D. Pedro II só foi publicada dias depois, em 13 fevereiro de 1892, logo, foi a edição das *Efemérides Brasileiras* que lançou a coleção *Biblioteca do Jornal do Brasil*. *Jornal do Brasil*, ano II, nº 44, de 13/02/1892.

[276] Carta de Rodolfo Dantas a Rio Branco, 21/10/1891. AHI L821 M3.

[277] Em carta a Capistrano, Rio Branco comentava que estava encerrando o material para o segundo volume informando que este seria acompanhado por uma introdução, errata e índice. No entanto, o volume não foi publicado e se ele concluiu todos esses itens, permanecem desconhecidos.

[278] GUIMARAES, 2007, p. 81.

um cenário altamente oportuno, já que, em plena "onda de culto à nacionalidade"[279] que estimulava publicações dessa natureza.

Diga-se de passagem, ao mesmo tempo em que o Instituto Histórico publicava as *Efemérides Brasileiras,*[280] com acréscimos do autor e seus revisores, a *Revista Americana* divulgava outros inéditos do barão.[281] Vale lembrar que Capistrano de Abreu, que tanto havia insistido para que Rio Branco publicasse seus resultados de pesquisa, ao receber o seu exemplar da *Revista do IHGB*, comentou com seu amigo João Lúcio de Azevedo "Rio Branco tinha o gênio da minucia, da paciência e da exatidão. Assim, muita coisa vai ficar apurada agora."[282]

Em 1945, nas comemorações do centenário de nascimento do barão, houve uma nova edição das *Efemérides*. Rodolfo Garcia, encarregado da revisão, foi o responsável pelo seu formato definitivo, consolidado como parte integrante das *Obras do barão do Rio Branco*. Na "Explicação" que redigiu para a publicação, Rodolfo ressaltava a importância das coleções do barão para realização do trabalho, o que não se restringia aos manuscritos das notas históricas, mas se estendia a outras anotações que, por vezes, se encontravam até mesmo em exemplares da biblioteca de Rio Branco.

Como é o caso do livro *Efemérides Nacionais* de Teixeira de Melo[283] preservado na CBRB, o qual apresenta um conjunto expressivo de notas escritas por Rio Branco, que auxiliaram o trabalho do revisor.[284] Este livro foi submetido ao crivo do barão que chegou até a encaderná-lo intercalando folhas em branco para facilitar as suas anotações, preenchendo assim em torno de trezentas páginas em cada volume.

---

[279] GUIMARAES, 2007, p. 95.

[280] RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. Efemérides brasileiras. *RIHGB*, nº 82, 1917, p. 1-618.

[281] Conforme visto no capítulo anterior, a *Revista Americana* publicou a *Biografia do visconde do Rio Branco*, os *Apontamentos a História Militar* e parte das Anotações ao terceiro volume da *Guerra da Tríplice Aliança* de Louis Schneider. Todo esse material foi divulgado de acordo com os manuscritos encontrados no arquivo particular do Barão. Em todos os números da *Revista* publicados entre outubro de 1916 até dezembro de 1919, quando deixou de circular, constavam partes de textos escritos por Rio Branco.

[282] RODRIGUES, 1977, p. 96.

[283] Teixeira de Melo, antigo funcionário da Biblioteca Nacional, iniciou a publicação das suas efemérides na *Gazeta de Notícias* e organizou o conteúdo em livro no ano de 1881.

[284] "Não passe sem especial menção o proveitoso adminículo que para seu trabalho teve o revisor com a consulta das *Efemérides nacionais*, de Teixeira de Melo, no exemplar que pertenceu a Rio Branco, todo ele referto de notas, correções e aditamentos, escritos por sua letra." RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 26. (Explicação, Rodolfo Garcia)

Aliás, cabe ressaltar que a montagem das *Efemérides Brasileiras* foi um verdadeiro quebra-cabeça que partiu da publicação inicial de 1892, complementada depois pelos manuscritos e pelas notas esparsas que foram encontradas no arquivo e nos livros do barão. Para se ter uma ideia, no levantamento que realizou, Jango Fischer apontou a existência de algumas efemérides encontradas na sua biblioteca particular. Os livros de Pereira da Silva, que aparecem entre as referências recorrentes dos textos de Rio Branco, por exemplo, estão repletos de marcações e apontamentos. Entre estes, destacam-se algumas efemérides que anotou nos espaços disponíveis.[285] Por sua vez, a obra de Alexandre José de Melo Moraes, *Crônica Geral do Brasil,* também foi alvo do crivo do barão que a partir de correções acabou por reunir outras informações e produzir outras efemérides.[286] Registros similares se multiplicam por outras peças do seu espólio, associando leituras e pesquisas à elaboração das notas que foram reunidas nas *Efemérides Brasileiras*.

A "Explicação" de Rodolfo Garcia revela algumas imprecisões no trabalho de pesquisa, sugerindo que o revisor não consultou a coleção do *Jornal do Brasil*. Diferente do que assinalou no seu texto introdutório, as *Efemérides* relativas às datas de dezembro só foram concluídas em janeiro de 1892, e não "até o último dia de 1891". Do mesmo modo, Rodolfo alegava que não havia sido publicada nenhuma nota histórica do primeiro trimestre, quando, na verdade, a publicação referente aos dias de janeiro foi retomada em agosto de 1892, embora de forma irregular. Isto ajuda a explicar as discrepâncias entre as efemérides que apareceram originalmente no jornal e aquelas das edições posteriores.[287]

---

[285] No exemplar da *História da fundação do Império Brasileiro,* de Pereira da Silva constam anotações com efemérides da guerra contra o Paraguai e ainda foi encontrada uma folha apensa com efemérides militares de 1823. Do mesmo modo no livro *História do Brasil-Reino e Brasil Império* de Alexandre José de Melo Moraes também constam folhas apensas com efemérides e outras anotações. Por vezes, essas notas contestavam o autor, no exemplar da *História do Brasil de 1831 a 1840,* depois de assinalar "Inexato" e questionar as fontes utilizadas, Rio Branco escreveu sobre Pereira da Silva: "(...) escritor que improvisa e inventa em todas as intituladas Histórias que publica. Não quero dizer que seja isso inexato, e simplesmente que só aceito o que diz este autor quando acho documento confirmando os seus acertos." FISCHER, [1945], v.1, p. 147-149

[286] Sobre o livro *Crônica Geral do Brasil* Jango Fischer destacou: "Na página XV, onde se lê que a *Crônica Geral do Brasil* revela a possante celebração de um escritor, cujo perfil avultará no futuro como uma das mais rutilantes glórias nacionais, o barão observa: 'Muito pode a piedade filial." O tom de crítica ao autor também prevalece nas anotações ao livro *História do Brasil-Reino e Brasil Império* em que condena a postura de Melo Morais quando sugeriu ao governo a compra de seus manuscritos e livros. FISCHER, [1945], v.1, p. 172-176.

[287] A comparação do conteúdo relativo ao dia 8 de fevereiro em cada uma delas evidencia a questão. Tendo como referência o material enviado por Rio Branco e publicado no *Jornal do Brasil (Jornal do Brasil*, ano III, nº 39, 08/02/1893), nota-se que a edição do IHGB alterou algumas notas (1615; 1629; 1661; 1827; 1844; 1846), tendo modificado da maneira significativa as informações dos anos de 1827, onde excluiu um texto extenso com a descrição do primeiro dia da batalha de Juncal, e de 1846, desta vez acrescentando informações à nota biográfica de Leandro Teixeira de Carvalho. Além de ter subtraído duas efemérides (1647; 1837) e incluído outras seis (1552; 1635; 1687; 1730; 1847; 1862). Já na edição organizada por Rodolfo Garcia foram retiradas as

No fundo, Rodolfo discordou do trabalho da comissão do IHGB, observando que seus membros teriam redigido as notas históricas complementares "sem recorrer à obra suplementar do barão."[288] Sugeria que nos demais textos produzidos por Rio Branco seria possível encontrar o material necessário para suprir as lacunas apontadas. Sem dúvida há inúmeras relações entre as publicações anteriores e as *Efemérides Brasileiras*, afinal, ao escrever para o *Jornal do Brasil* o autor utilizou o "mundo de notas" acumulado ao longo dos anos. Mas antes desse recurso, a consulta à coleção do periódico teria auxiliado de forma mais eficiente às reedições.

De qualquer modo, o volume produzido por Rodolfo Garcia para a coleção *Obras do barão* excluiu partes que foram redigidas pela comissão do Instituto Histórico e inseriu trechos identificados nos manuscritos que não constavam na edição da *Revista do IHGB*. Entre as publicações diárias no *Jornal do Brasil,* iniciadas em abril de 1891, a primeira edição em livro, lançada em fevereiro de 1892, e as publicações póstumas em 1917 e 1945, há diferenças que não devem ser ignoradas. Porque fica evidente a relação do contexto de publicação com certas escolhas do que escrevia e do que omitia ao redigir as *Efemérides*.

Os artigos diários produzidos por Rio Branco para serem estampados no *Jornal do Brasil* ofereciam uma gama variada de informações, pílulas de história que deveriam contribuir para formação patriótica. Por vezes menciona uma nova estrada de ferro, ou inaugurações de instituições de ensino, artes ou ciências, assim como registrava dados sobre a imprensa, livros e livreiros. Em meio a essa diversidade destaca-se a narração dos feitos militares e as notas biográficas, estampadas desde o primeiro dia de publicação.

Na sua origem as *Efemérides Brasileiras* acabaram se configurando na melhor forma de divulgar a pesquisa sobre história militar que Rio Branco havia empreendido. Já na primeira efeméride de 1º de abril constava, por exemplo, a notícia histórica sobre um combate travado no Rio Grande em 1776, que era seguida por notas biográficas de João Vieira de Carvalho, o marquês de Lages, e João Crisóstomo Calado,[289] ambos destacados pela sua atuação nas armas. Rio Branco privilegiou uma história que mesclava o relato de batalhas e trajetórias de personagens envolvidos nesses episódios. Do mesmo modo, as efemérides do período de 1825

notas acrescentadas pelo IHGB e os dados de três anos que constavam no *Jornal do Brasil* (1615; 1844; 1846), assim como também reduziu alguns conteúdos (1629; 1661; 1827) e incluiu outros (1711 e 1749; 1822; 1855 e 1891).

[288] RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 25.

[289] Vale lembrar que João Crisóstomo Calado é um dos personagens dos verbetes biográficos que escreveu para a *Grande Ecyclopédie*, presente no *Spécimen* da separata do verbete.

a 1828, que acompanhavam a disputa pelo território da província da Cisplatina, oferecem uma cronologia detalhada em que são destacados fatos e personagens.

Aliás, sobre a guerra da Cisplatina, ao todo, o barão redigiu em torno de 140 notas que descreviam o conflito acompanhando as movimentações militares, em que sobressaem os confrontos navais. Ele seguia o padrão dos seus escritos dedicados ao tema, tendo adaptado o formato a um modelo mais sucinto destinado à vulgarização no jornal, de modo que há menos referência às fontes, salvo casos específicos.

A quantidade expressiva de efemérides relativas ao ano de 1827 demonstra a intensificação das ações. Algumas notas breves registravam a tomada de navios ou a troca de comando do exército. Outras mais extensas ofereciam relatos detalhados sobre determinados combates.[290] Um caso, em especial, merece atenção: a batalha de Ituzaingó.

Há anos Rio Branco acompanhava as discussões travadas em torno deste episódio,[291] até hoje controverso na historiografia brasileira e argentina, de modo que se converteu em uma das questões que buscava continuamente por novas informações.[292] Pretendia escrever de forma mais detalhada uma "notícia circunstanciada" desta batalha na sua obra sobre as disputas pela província da Cisplatina.[293] Suas anotações, inclusive os registros que deixou nos livros da sua biblioteca demonstram que ele relia e corrigia insistentemente os dados sobre o combate. Em alguns casos o seu único apontamento em um exemplar correspondia à questão de Ituzaingó,

---

[290] Os combates descritos são os seguintes: Combate de Rincón de las Gallinas ou de Haedo; Combate de Sarandí; Combate naval de Lara Quilmes; Combate naval do banco de Santa Ana; Combate naval de Monte Santiago; Combate naval de Barracas.

[291] Esta efeméride permite relacionar outros textos produzidos por Rio Branco, em diferentes momentos. Os debates travados na imprensa anos antes, também foram contemplados na efeméride, sendo mencionados os episódios que figuraram nos seus artigos de "História Pátria" no jornal *A Nação*. Contestando a importância desses eventos, Rio Branco, atento ao uso das palavras, denomina de Ação de Vacacaí e não "batalha". RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 116. Atento ao argumento da imparcialidade buscava fontes de ambos os lados e ressaltava as manifestações estrangeiras, principalmente dos inimigos, como certificado de isenção. Assim ele se manifesta antes de transcrever uma passagem de Seweloh sobre as peças de artilharia: "Como o testemunho dos oficiais estrangeiros que estiveram na batalha será considerado mais imparcial e verídico, transcreveremos aqui o que eles dizem sobre esta questão da artilharia." RIO BRANCO, 2012, v.6 - Efemérides Brasileiras, p. 168.

[292] Além da imprensa, o IHGB também protagonizou muitos desses debates, tendo impresso nas páginas do seu periódico memórias de pessoas envolvidas no combate e estudos sobre o tema. Não por acaso a comissão do Instituto incluiu a seguinte nota junto à efeméride na edição que organizou: "Documentos posteriormente estudados provam que a batalha de Passo do Rosário foi de resultado indeciso. Não houve vencedores nem vencidos." RIO BRANCO, Efemérides Brasileiras. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, 169.

[293] No *Esboço biográfico do barão do Cerro Largo*, Rio Branco planejava: "Talvez o façamos mais tarde [notícia circunstanciada da batalha de Ituzaingó], se, como desejamos, pudermos escrever a história dessa guerra desgraçada, cuja direção foi uma série não interrompida de desacertos fatais." RIO BRANCO, 2012, v.7 - Biografias, p.24.

como se observa na *Historia de Rosas* de Manuel Bilbao, em que assinalou "Inexato" e retificou os números perdas brasileiras.[294] Seja como for, o debate acerca da batalha de Ituzaingó, também chamada Passo do Rosário, está presente em diferentes momentos da sua trajetória de historiador, conforme visto nos capítulos anteriores. Sintomaticamente o tema é objeto de um dos textos mais extensos das *Efemérides* e constitui o relato mais completo que redigiu sobre o episódio.[295]

O barão explicava o fracasso das forças imperiais a partir de dois aspectos: primeiro pela desvantagem brasileira, em número inferior de combatentes e de poder de fogo; e segundo por atos de indisciplina militar de alguns oficiais envolvidos nas operações.[296] Partindo desses argumentos apresentava os números em campo, a sua organização e os nomes dos oficiais em comando, passando, então para a descrição da ação que encerrava com a contabilização de perdas dos dois lados. É justamente desses últimos dados que advém algumas questões controversas sobre a batalha.[297] Mais uma vez arrolava a documentação pesquisada sobre o assunto, de modo que o artigo se diferenciava pela quantidade de referências que incluiu. Dentre estas utilizou largamente testemunhos de oficiais que tomaram parte do confronto, a maioria desses documentos corresponde aos manuscritos que preservava no seu arquivo pessoal.[298]

Por fim, cabe uma última observação sobre o tema. Rio Branco não mencionou na efeméride a atuação do marques de Barbacena, que comandava a operação. A escolha pode ter

---

[294] Do mesmo modo, corrige em todas as ocasiões o contingente das forças imperiais baseado nas referências de Titara em alguns casos e posteriormente nos dados do manuscrito de Seweloh. Vale lembrar que já havia feito críticas a este livro em um dos seus artigos de "História Pátria" no jornal *A Nação*. FISCHER, [1945], v.1 p. 240 – Manuel Bilbao. *Historia de Rosas*. Buenos Aires, 1868. Segundo Jango Fischer, consta apenas esta nota no livro.

[295] Além de referências que já havia utilizado nos escritos anteriores, como o manuscrito de Seweloh, os boletins e a Exposição de Alvear, este relato apresentava novas fontes, *como O marechal Leitão Bandeira a seus caros filhos*, Niterói, 1854, *Observaciones sobre las Memorias Póstumas del general Paz*, de La Madrid, a *Biografia de Brandzen, de* Wright, e *Beitrage zur Geschichte des Krieges Zwischen Brasilien und Buenos Ayres in den Iahren 1825- 1828 von einem Augenzeugen*, atribuído ao capitão barão Carl de Leenhof.

[296] Rio Branco contestava a atuação de alguns oficiais, o que considerava decisivo para o desfecho da batalha, como sugeria na seguinte passagem: "Bento Gonçalves e Bento Manuel já eram por esse tempo caudilhos influentes no Rio Grande do Sul, e o governo e os generais fechavam os olhos aos seus atos de indisciplina." RIO BRANCO, 2012, v- Efemérides Brasileiras, p. 164. Argumentação que estava presente no *Esboço biográfico do barão do Cerro Largo*.

[297] As diferentes informações sobre a quantidade de peças de artilharia brasileira que teriam caído em poder dos inimigos provocaram discussões intermináveis. Faz parte deste debate o artigo "História Pátria – A batalha de Ituzaingó" publicado no jornal *A Nação,* ano II, n. 173 e 174, 25 e 26/08/1873.

[298] Rio Branco cita ao longo do texto os seguintes manuscritos: *Batalha do Rosário*, do barão de Caçapava*; A batalha do campo do Rosário*, de Elisiário Brito; *Campanhas de 1825 a 1828*, de Luís Manuel de Lima e Silva; e informações de 29 de outubro de 1874, do general E. l. Mallet fornecidas ao visconde do Rio Branco. Lembrando que por vezes havia recorrido ao seu pai para obter informações com mais facilidade.

sido uma forma de evitar estampar a crítica, visto que condenava o seu desempenho naquele episódio. No seu exemplar da *História da campanha do sul de 1827*, de Eunápio Deiró, escreveu a seguinte avaliação, que apesar de extensa merece a transcrição:

> Não é uma História da Campanha: é uma Defesa do Marquês de Barbacena, que pretendeu justificar-se do revés de Ituzaingó lançando toda a responsabilidade sobre os chefes riograndenses e sobre a cavalaria da mesma província. O marquês, que era general-em-chefe, defende-se dizendo que, até a batalha, se deixou levar pelos mesmos chefes, isto é, foi dirigido em vez de dirigir, e perdeu a batalha porque quase toda a cavalaria riograndense portou-se mal. Lendo-se, porém, nos seus próprios documentos vê-se que essa acusação só pode ser e foi formulada por ele contra os seguintes corpos.
> (...)Esses corpos, porém, foram lançados fora do campo de batalha por forças muito superiores, e muitos dos seus oficiais e soldados ficaram mortos ou feridos no campo. Em notas marginais mostro que muitos dos documentos publicados aqui foram truncados e adulterados.[299]

A anotação deixa clara a sua opinião, condenando não apenas a atitude do marquês no teatro de operações, mas também o modo como tentou justificar o fracasso. A ponto de afirmar: "Nunca se viu um general desculpar assim os seus erros, enxovalhando as tropas do seu país."[300] Ao fim e ao cabo incluiu nas *Efemérides Brasileiras* apenas que Barbacena era o "general em chefe do Exército brasileiro em operações no Rio Grande do Sul em 1827 e, nessa campanha, **perdeu a batalha de Ituzaingó**".[301]

Os personagens sobre os quais Rio Branco já havia produzido "biografias militares"[302] também figuravam nas notas que se ocupavam desses episódios. Luís Barroso Pereira, por exemplo, foi citado na descrição da batalha em que sofreu um ferimento fatal, em 28 de abril de 1826. Em diversos trechos nos artigos sobre as campanhas ao sul, o nome de José de Abreu, o barão do Cerro Largo, foi lembrado, inclusive ao tratar da Batalha de Ituzaingó. Do mesmo modo a atuação de James Norton[303] era mencionada nos relatos dos combates que participou na

---

[299] Esta nota, datada de 1886, está na folha de rosto da publicação que corresponde a uma separata da *Revista do IHGB*, tomo 49, parte II, 1886, pp. 289-554, intitulada *História da campanha do sul de 1827. Batalha de Ituzaingó, manuscrito oferecido pelo visconde de Barbacena.* Rio Branco atribuiu a autoria a Pedro Eunápio da Silva Deiró. FISCHER, [1945], v.1, p. 44-46. Informação dada inclusive por Vale Cabral que ofereceu o exemplar a Rio Branco.

[300] FISCHER, [1945], v.1, p. 46.

[301] RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 350, (13 de junho de 1842). (Grifo nosso).

[302] Rodolfo Garcia se refere aos textos dedicados a Luís Barroso Pereira, ao barão do Cerro Largo e a James Norton como "biografias militares" na sua Explicação à edição das *Efemérides Brasileiras* de 1945.

[303] Consta uma nota biográfica no dia em que James Norton faleceu, 29/08/1835. RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 489.

guerra da Cisplatina.[304] No artigo sobre James Norton que publicaria anos depois, o barão comentava que desde os anos de estudante estava reunindo "preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval."[305]

Por outro lado, cabe salientar que as *Efemérides* com notas biográficas não se restringiam a personagens das guerras do Prata e da Cisplatina, ou ainda do conflito contra o Paraguai, também apareciam em diferentes contextos, similares aos verbetes de dicionários biográficos. Em alguns casos restringia-se a uma simples nota de nascimento ou de falecimento, em outras enumerava os feitos daqueles considerados por ele "ilustres Estadistas do Império". *Contra o deserto do esquecimento* as notícias históricas povoavam o passado para além da história nacional reduzida à tríade formada por Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant, conforme assinalaria Joaquim Nabuco.[306]

Os nomes destacados além daqueles associados aos episódios da história militar também correspondiam a figuras do cenário político brasileiro e do mundo das letras. Em número menos expressivo, Rio Branco incluiu informações sobre religiosos, poetas, artistas, entre outros que atuaram em diferentes campos das "belas artes" e das ciências, como naturalistas e exploradores.[307]

Mencionado em mais de vinte entradas, o visconde do Rio Branco é sem dúvidas um dos destaques das *Efemérides Brasileiras*. As referências intercalam principalmente a sua atuação na região do Prata e a sua carreira política, ressaltando marcos do período que presidiu

---

[304] Sobre os *Combates navais diante de Montevideu* (11 de abril de 1826), *de Monte Santiago* (7 de abril de 1826), de *Lara Quilmes* (30 de Julho de 1826) e *de Barracas* (17 de fevereiro de 1828).

[305] Vale lembrar que, apesar de ter publicado o artigo sobre James Norton apenas em 1911, já em 1889 comentava com o Imperador que este texto estaria em fase de conclusão. Tendo publicado sob pseudônimo se autorreferenciava ao falar do material de pesquisa "(...) o senhor Barão do Rio Branco, que no seu arquivo particular, em Petrópolis, possui como é sabido, preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888." RIO BRANCO, 2012, v.7 – Biografias, p. 121.

[306] A Expressão "Contra o deserto do esquecimento" corresponde ao título de um subcapítulo do mencionado livro *Da Escola Palatina ao Silogeu*, em que faz referência ao discurso de posse de Joaquim Nabuco no IHGB em 1896. Cf. GUIMARÃES, 2007, p. 79-94.

[307] Algumas figuras femininas também foram lembradas nas *Efemérides Brasileiras*: Delfina Benigna da Cunha, poetisa (RS, 1791-1857); Maria Angélica Ribeiro, poetisa e escritora teatral (RJ, *-1880); Maria Quitéria de Jesus, condecorada como cavaleiro da Ordem imperial do Cruzeiro em 1823 (1792-1853); Maria Úrsula de Abreu Lencastre (Baltazar do Couto Cardoso), "heroína brasileira" (1682-1730); Catarina Álvares, a Paraguaçu (*-1583); Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, a *Marília de Dirceu* (1769-1853); Ana Justina Ferreira Néri, a "mãe dos brasileiros" (1815-1880); Ana Pimentel; condessa do Rio Grande (1665-1759); marquesa de Santos (nota de falecimento – 1867); condessa da Piedade dona Engrácia Maria da Costa Ribeiro Pereira. Outros nomes são apenas citados em algumas notas, como da abadessa Joana Angélica. Constam ainda referências à mulheres da família imperial que não foram incluídas nesta relação.

o Conselho de Ministros, aspectos que aparecem reunidos de forma condensada na nota biográfica que o autor escreveu sobre seu pai.[308] É curioso notar que pela primeira vez o barão não mencionava o nome do visconde ao citar a lei de 28 de setembro de 1871, associando apenas a princesa Isabel à efeméride. A relação entre seu pai e a abolição só fica evidente no texto dedicado ao projeto de Pimenta Bueno, em que se manifesta para defender o posicionamento do conselheiro Paranhos à época,[309] do mesmo modo que havia escrito na biografia de seu pai que não publicou.

O projeto da Lei de 1871 deu origem a uma efeméride que mais parecia uma nota bibliográfica, dedicada a uma obra já comentada neste capítulo, *Etíope resgatado...* de Manoel Ribeiro Rocha, que Rio Branco elege como "o mais antigo abolicionista do Brasil (...) Todas as ideias que triunfaram em 1871 e 1888, ele as pregou desde o século XVIII naquele livro precioso".[310]

Outros fatos foram tangenciados nas *Efemérides* por meio de relatos históricos, [311] como é o caso da *Crônica da Rebelião Praieira* publicada por Jerônimo Martiniano Figueira de Melo em 1850. Livro que Rio Branco informava ter sido escrito em resposta ao *Apreciação da Revolta Praieira*, de Urbano Sabino Pessoa, datado de 1849. Além de ter redigido um breve texto para cada autor ainda incluiu as duas referências na efeméride que tratava da Revolta Praieira.[312]

Tal como ocorre com os textos de 1889, o relato das primeiras expedições destinadas à América e do início da colonização do Novo Mundo, é baseado nas obras de Francisco A. de Varnhagen, na maioria das vezes identificado apenas pelo título de visconde de Porto Seguro. O barão mencionava informações e documentos presentes nos livros do historiador sorocabano

---

[308] RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 212. (16 de março de 1819)

[309] "Disse-se em 1871 — e tem sido muito repetido desde aí — que o visconde do Rio Branco, nas reuniões secretas do Conselho de Estado, fora oposto à reforma. As discussões do Conselho de Estado foram impressas depois, e esta publicação veio mostrar que aquele estadista defendera em 1871 as mesmas ideias que havia defendido em 1867 e 1868." RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 80. (23 de janeiro de 1866)

[310] RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 647. (18 de novembro de 1757)

[311] Outras referências que já vimos em textos anteriores do barão também eram mencionadas. O livro *Du climat et des maledies du Brésil*, aparecia citado em nota sobre o autor, José Francisco Sigaud. Do mesmo modo mencionava a edição da *História do Brasil*, do Frei do Salvador, revista por Capistrano de Abreu. Ou ainda a biografia de D. Pedro II escrita por Pinto de Campos que era lembrada na efeméride dedicada ao monsenhor que havia acolhido Paranhos Júnior no Recife e na redação do *Vinte e Cinco de Março* nos anos de 1860. No entanto ao relacionar os trabalhos de Pinto de Campos não faz referência ao periódico ultraconservador.

[312] Os livros selecionados correspondiam a uma opção de um autor conservador e outro liberal, conforme identificado pelo barão. RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 630. (7 de novembro de 1848)

tanto para fundamentar os seus pequenos artigos, quanto para confrontar tais contribuições com outros autores, ou ainda para corrigir dados. A maior parte trata dos conflitos com os holandeses no século XVII, mas também merece destaque, ainda que em menor número, as notas sobre a independência em 1822, onde cita o já referido "manuscrito inédito da *História da Independência do Brasil*". O seu relato sobre a aclamação e sobre a coroação do Imperador D. Pedro I utilizou como referência esses originais de Varnhagen. [313] Mas era o conteúdo da *História Geral do Brasil* que predominava nas citações, considerada a principal obra do estudioso na sua nota biográfica.[314]

O predomínio do século XIX nas *Efemérides*, traz para o primeiro plano as figuras dos dois Imperadores. Contudo é notável a cautela na forma como se referia aos monarcas. A atuação de D. Pedro I no processo de independência aparece de forma destacada, reconhecendo na sua participação a garantia da unidade nacional:

> Morreu com 36 anos apenas esse príncipe ilustre, que facilitou e dirigiu a evolução da independência política do Brasil, conseguindo, então, a unificação nacional, que não teria sido obtida sem o prestígio do seu nome e o apoio que, na qualidade de herdeiro da coroa, encontrou em todas as classes conservadoras.[315]

No que diz respeito à abdicação e aos conflitos do período regencial contrapôs a estabilidade que buscava ressaltar no Segundo Reinado. Assim, dedicou algumas efemérides à guerra civil do Rio Grande do Sul (1835-1845), abordada como uma questão local, sem que tivesse comprometido a ordem que considerava estabelecida a partir de 1850. As notas relativas ao período acompanhavam mais de perto a orientação do governo por meio da dissolução e formação dos gabinetes. Curiosamente D. Pedro II não é contemplado com uma nota biográfica nas *Efemérides*, Rio Branco se limitou a destacar as datas de nascimento e morte. A presença do Imperador, entretanto, é bastante referida em fatos políticos e nas histórias de vida de pessoas

---

[313] Algumas dessas pequenas notas históricas são exemplares do seu procedimento de pesquisa. Sobre o *Combate do Pirajá* (Guerra da Independência, na Bahia), ocorrido em oito de novembro de 1822, Rio Branco arrolava as fontes que apresentavam dados diferentes sobre o conflito. Exemplo das confirmações que buscava, comparando informações divulgadas por periódicos e aquelas registradas em documentos oficiais. (RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 632) Dedicou especial atenção na seleção de episódios que aparecem identificados como "guerras da independência" de modo que também produziu notas biográficas de personagens que atuaram naquele contexto, o conteúdo sobre Pedro Labatut é um desses exemplos. Outros episódios que também são destacados: Combate naval da Olaria (22 de maio de 1823); Capitulação de Caxias (31 de julho de 1823).

[314] "29 de junho de1878 - Morre em Viena o ministro do brasil Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto seguro, autor da *História geral do Brasil* e de muitas outras obras e monografias, quase todas referentes ao Brasil. Nasceu em Ipanema a 17 de fevereiro de 1816." RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 376.

[315] RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 549. (24 de setembro de 1834)

da família imperial, além de ser associado a questões que reforçavam a imagem de erudito, defensor da instrução pública e incentivador do desenvolvimento das letras e das ciências nacionais.[316]

Ao tratar dos episódios da guerra contra o Paraguai, D. Pedro II só foi mencionado nas efemérides que comentavam a sua ida ao acampamento de Uruguaiana. O barão restringiu as notas sobre o conflito ao relato militar, evitando adentrar nas questões políticas, como havia escrito à época nos jornais. Do mesmo modo, redigiu algumas notas que registravam a viagem do Imperador à província do Rio Grande do Sul em 1845, após o encerramento da revolta federalista.

Assim como nas referências ao visconde do Rio Branco, o barão também buscou reforçar a associação de D. Pedro II com o processo de emancipação dos escravos. Ele ressalta as propostas que já haviam sido apresentadas ainda no Primeiro Reinado, e as ações dos conservadores principalmente após 1866, chamando atenção para o papel desempenhado pelo imperador, aspecto que havia desenvolvido na biografia escrita em 1889.

Por fim, cabe destacar que nas *Efemérides* de nascimento e falecimento de D. Pedro II, Rio Branco se restringiu a simples menção em uma única linha, contrastando com as "Cartas de França" que relatavam exaustivamente a morte e os funerais do monarca exilado.

Do mesmo modo, na época em que se dedicou às *Efemérides*, o barão manteve sua contribuição à *Grande Encyclopédie* com um material semelhante ao que produzia para o *Jornal do Brasil*. Uma notícia desta folha sobre o lançamento de novos tomos da enciclopédia (XII e XIII), destacava a colaboração de Rio Branco e informava sobre os verbetes biográficos de personagens da história do Brasil que estava escrevendo para a publicação.[317]

Assim como os demais temas dos seus estudos anteriores, a guerra contra o Paraguai marcou presença em inúmeras *Efemérides*. Mais uma vez, enquanto não redigia os textos definitivos, se valia do gênero para divulgar suas notas históricas.

---

[316] Em algumas passagens, por exemplo, associava D. Pedro II ao poema *A Confederação dos Tamoios*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, que foi impresso a expensas da mordomia imperial. A epopeia seria considerada, posteriormente, um marco do romantismo no Brasil. Rio Branco registrou nas efemérides a chegada do escritor ao Rio de Janeiro, em 24/01/1855, a leitura da epopeia ao Imperador em 30/01/1855 e a confecção dos primeiros exemplares entregues a D. Pedro II em 20/05/1856, tendo escrito ainda uma nota biográfica do escritor na data de seu falecimento 08/07/1882. RIO BRANCO, 2012, v.6 – Efemérides Brasileiras, p. 84; 94; 310; 395.

[317] A notícia informava que Rio Branco havia redigido os seguintes verbetes biográficos nos tomos XII e XIII da enciclopédia: Lino Coutinho, dos generais Curado, Francisco Cunha e Cunha Mattos, do cônego Januário da Cunha Barbosa, dos ex-senadores Dantas e visconde do Cruzeiro, do conselheiro Rodolfo Dantas, de Félix da Cunha e do seu irmão. *Jornal do Brasil*, Ano I, n. 124, 10/08/1891.

Também convém assinalar que as questões relacionadas às fronteiras figuram entre os temas que se destacam nas *Efemérides*. A divulgação de um conteúdo dessa natureza no *Jornal do Brasil*, no período em que o barão ainda morava na Europa, talvez fosse um dos meios de divulgar o conhecimento que detinha sobre esses assuntos. Enquanto permanecia distante encontrava formas de estar presente, mesmo que fosse por escrito.

Das volumosas notas históricas, alguns silêncios chamam atenção. Enquanto passava a limpo certos episódios, corrigindo e acrescentando cada pequeno detalhe sobre poder de fogo e movimentações militares, a outros reservava nítido desprezo. É o caso da efeméride do 15 de novembro de 1889. Rio Branco teria escrito a seguinte nota sobre a proclamação da República no seu exemplar das *Efemérides Nacionais* de Texeira de Melo:

> **15 de novembro de 1889** – sedição militar no Rio de Janeiro. O general Deodoro da Fonseca, à frente de uma parte da guarnição marcha contra o ministério do Visconde de Ouro Preto, reunido na Secretaria da Guerra. As tropas que aí estavam foram colocadas pelo ministro da guerra, visconde de Maracaju, sob o comando do general José de Almeida Barreto que se veio oferecer, apesar de estar de acordo com os sublevados. Este saiu do quartel com essas tropas e pôs-se às ordens do general Deodoro. O ministério foi deposto. Horas depois foi proclamada pelas tropas a República dos Estados Unidos do Brasil.[318]

Apesar de Rodolfo Garcia ter utilizado este material para ajustar e incluir outras efemérides, esta nota não foi aproveitada por ele, que seguiu a forma adotada na edição organizada pelo IHGB, em que o dia 15 de novembro de 1889 era descrito pela simples menção: "Proclamação da república dos Estados Unidos do Brasil".

Do mesmo modo, nota-se a ausência de notas biográficas sobre alguns personagens, como é o caso do almirante Tamandaré. Parece ter prevalecido o ressentimento pelos desentendimentos de 1865 com o visconde do Rio Branco.[319] Além disso, enquanto nos textos lançados por ocasião da Exposição de Paris havia aproveitado algumas oportunidades para manifestar suas impressões sobre o federalismo, nas *Efemérides* evitou mencionar o assunto. As palavras federalista e federalismo praticamente não foram utilizadas pelo autor.

---

[318] A anotação estava acompanhada por uma típica citação de Tácito "Nec cuiquam ultra fides aut memoria prioris sacramenti, sed quod in seditionibus accidit, unde plures erant, omnes fuere. (Hist. Liv. I § LVI)". FISCHER, [1945], v. 1, p. 8.

[319] Em 1865 havia escrito sobre o oficial ao tratar dos antecedentes da guerra contra o Paraguai, em artigos do jornal *Vinte e Cindo de Março*. Ainda próximo dos episódios controversos que marcaram o início do conflito, e já amargando os dissabores do envolvimento na guerra, dirigia duras críticas aos liberais e especificamente ao visconde de Tamandaré. Anos mais tarde ao escrever a biografia do visconde do Rio Branco, abordava os desentendimentos entre seu pai e o visconde de Tamandaré, em tom bem mais ameno. Fora do espaço de combate dos jornais e depurado os desentendimentos, Paranhos Júnior acabou por flexibilizar a crítica, mas nem por isso o incluiu entre os personagens que figuravam nas *Efemérides Brasileiras*.

A publicação dos trabalhos de Rio Branco, sobretudo aqueles de 1889, permitiram manifestações como a de Pedro Américo Câmara que, em pronunciamento na Câmara dos Deputados no ano de 1892, considerava o cônsul de Liverpool uma "entidade intelectual" e "incansável propagador" dos interesses nacionais e do nome brasileiro, definindo-o da seguinte forma: "O Barão do Rio Branco não é somente um exemplar servidor do Estado; ele é também um literato de mérito, um esclarecido pesquisador dos fatos históricos que nos ilustram, e um incansável propagador do que convém propagar na Europa para tornar respeitado o nome brasileiro."[320]

O que se depreende dessa menção é que o barão do Rio Branco não estava tão obscuro assim, e conforme visto mantinha intenso contato com amigos no Brasil, inclusive aqueles atuantes na imprensa, que tanto ajudavam a imprimir seu nome nas páginas dos jornais. Ao mesmo tempo, não pode se comparar à notoriedade que alcançaria após 1895, mas, ainda assim, era conhecido e reconhecido por muitos vinculados ao cenário político brasileiro, mesmo após o 15 de novembro.

O exame dos textos que assinou, principalmente a comparação entre aqueles da Exposição Universal de Paris e as publicações no *Jornal do Brasil*, demonstram como Rio Branco articulava o conhecimento histórico atento ao contexto em que estava inserido. Anos antes de receber o conselho de Joaquim Nabuco, que diria "Vá com 'a unidade nacional acima de tudo' para diante e através de tudo, e Você terá uma chave mágica para entrar e sair em todas as questões", Rio Branco já havia encontrado a "chave mágica". A unidade nacional e a integridade do território eram os caminhos que o levaria da monarquia à República.[321]

[320] Anais da Câmara dos Deputados, 1892. Disponível em: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=inu.30000088290311&seq=162&q1=%22rio+branco%22

[321] Em 1902, Joaquim Nabuco aconselhava ao amigo sobre o convite para assumir o Ministério das Relações Exteriores, feito pelo então presidente eleito, Rodrigues Alves. Diante da indecisão de Rio Branco, Nabuco tentava convencê-lo, quando disse a referida frase. LINS, 1965, p. 265.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Eu era como um minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado: estava esmagado sob o peso de minhas notas e não sabia mais como sair dali com meu tesouro."
>
> Tocqueville

Para além do que foi tratado nesta tese, a história de vida do barão do Rio Branco avançou por outros capítulos, mas, seja como for, ele não chegou a concluir os trabalhos históricos que teria planejado. Envolvido nas questões de fronteiras e posteriormente no Ministério das Relações Exteriores, continuou adiando seus projetos historiográficos, acreditando que um dia, talvez, pudesse retomá-los. Na verdade, a vida havia seguido por caminhos que ele não teria imaginado.

Assim, grande parte das suas pesquisas permaneceu registrada em esboços ou notas, sempre aguardando o momento oportuno para redação final. A sua morte em 10 de fevereiro de 1912, selou o destino desse material. A frase de Tocqueville em destaque é representativa desse desfecho. Sob o peso das suas notas, Rio Branco não conseguiu escrever as histórias que anunciava. Ele mesmo teria se pronunciado nesse sentido. Em certa ocasião, quando presidia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em um dos seus discursos, fez a seguinte reflexão:

> O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão absorvente para os que por ele se apaixonam, que, às vezes, uma vida inteira se passa (...) em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas.[1]

De forma menos explícita, ao comentar o trabalho *Quadro Chorográphico de Sergipe,* de Laudelino Freire, ele também parecia se referir às suas pesquisas quando se queixou da falta de incentivo e reconhecimento daqueles que se dedicavam a tais empreitadas:

> A indiferença geral dos nossos compatriotas pela sua casa física, pelos elementos da sua vida orgânica, pelos fatos remotos da sua história social, põe à prova a dedicação cientifica do que, uma vez empenhado nesse gênero de estudos, não desanima e não consente em adiar o seu trabalho para tempos melhores.[2]

De qualquer modo, após a sua morte não tardou para que surgissem publicações parciais dos seus estudos. Afora os casos privilegiados no terceiro e no quarto capítulo deste trabalho,

---

[1] RIO BRANCO, 2012, v.9 – Discursos, p. 231. (*Discurso no IHGB em 21/10/1908)*

[2] Prefácio ao livro *Quadro Chorográphico de Sergipe,* de Laudelino Freire - professor do Colégio Militar, [1898] p. XV.

foram publicados ainda os *Apontamentos para história militar*.[3] No fundo, grandes expectativas eram depositadas no acervo de Rio Branco. Afinal, como havia dito seu amigo Eduardo Prado, o barão teria sempre, em alguma das suas gavetas, a última palavra sobre qualquer assunto brasileiro.

No entanto, engana-se o pesquisador que se lança em busca de uma peça mágica como se pudesse encontrar um tesouro perdido em meio ao arquivo pessoal de Rio Branco. Diante desses fragmentos é necessário que se dê alguns passos para trás, de modo que se possa ter uma visão ampla, a contemplar todo o conjunto que ele colecionou. O verdadeiro tesouro está nas relações desses vestígios entre si e a trajetória do seu titular. Tais apontamentos teriam pouca importância se não pudessem ser associados às pesquisas que ele realizou.

Assim, esta tese devassou a trajetória de Paranhos Júnior, relacionando a sua produção intelectual com o seu "mundo de notas". Por outro lado, os escritos de Rio Branco contam algumas páginas da sua história de vida e refletem as incertezas e subjetividade do personagem. A escrita da história, que chegou a figurar entre os seus maiores objetivos, permaneceu postergada para um futuro incerto, tornando-se recurso valioso para outros projetos.

Conforme se demonstrou, a imagem moldada no período de atuação de Rio Branco ganhou tons mais fortes de símbolo cívico com a sua morte, tendo sido incorporada e consolidada na escrita biográfica. Posteriormente, um novo contexto contribuiu para uma leitura um tanto renovada do personagem, desenvolvendo aspectos até então pouco explorados e contestando características em torno do mito.

Assim, ao analisarmos os primeiros textos de Paranhos Júnior, considerando o contexto de publicação, foram abordados aspectos da sua formação intelectual, em que se destacam os anos da Faculdade de Direito, primeiro em São Paulo e depois no Recife, e o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Momento em que o interesse pela História parece direcionar as suas escolhas de estudos e atuação. Refletindo-se sobre a ambiência dos artigos que publicou, configura-se a juventude de Juca Paranhos identificado com a elite letrada do Império.

---

[3] Publicado pela primeira vez na *Revista Americana, ano VI, outubro e novembro de 1916, nº 1 e 2. Texto reeditado* no volume "Estudos Históricos" da coleção *Obras do barão do Rio Branco*, em 1945 e na segunda edição da coletânea em 2012. Corresponde a dois esboços inacabados: "Primeiras lutas no Brasil" e "Guerras Cisplatinas". Ambos preservam notas de revisão inconclusa. O primeiro Mais uma vez aparece o diálogo com a obra de Francisco A. de Varnhagen, chegando a dizer "a quem devemos tantos trabalhos de investigação histórica e o descobrimento de muitos e preciosos documentos que se supunham perdidos." RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, n. 173, p. 147. E do mesmo modo algumas notas sobre o trabalho de Capistrano de Abreu, tendo anotado em uma parte dos originais "Modificar tudo depois dos trabalhos de Capistrano de Abreu." RIO BRANCO, 2012, v. 8 – Estudos Históricos, n. 180, p. 150.

As expectativas em torno das "histórias" de Rio Branco, conforme ele mesmo se refere, já eram grandes no início dos anos de 1880. Para se ter uma ideia Capistrano de Abreu manifestava-se sobre a promessa a ser caracterizada em um eterno porvir. Conhecendo seu interlocutor, Capistrano tentava encontrar meios de convencê-lo a publicar, contornava as costumeiras justificativas, oferecia alternativas e se dispunha a ajudá-lo. A correspondência entre ambos demonstra que compartilhavam interesses e acompanhavam de perto os avanços, as descobertas, os planos de estudo e as projeções de trabalho um do outro. Alguns destes projetos tiveram grande notoriedade, outros permaneceram inacabados.

Tinham em comum o gosto pela pesquisa, característica que também é associada a Francisco A. de Varnhagen. Afinidade que muito depõe sobre os métodos utilizados e sobre a missão que assumiram com a pesquisa documental, longe de formatar todos em um mesmo molde, mas um dos meios de aproximá-los. O padrão de apontar imprecisões e corrigir dados da obra de Varnhagen e de outros autores que utilizava como referência se repete nos textos publicados pelo barão. A leitura da história do Brasil pelos textos de Varnhagen orientava as investigações de Paranhos Júnior, o que permitiu complementar e aumentar a obra, sem, contudo, alterar a interpretação que apresentava.

Conforme se observa nos seus primeiros textos, a sua produção se restringiu a aspectos isolados, adquiriu um caráter fragmentário, que apesar dos esforços anunciados não conseguiu superar. Embora Rio Branco se manifestasse quanto a importância de uma análise geral e até projetasse a escrita de uma história nesses moldes, para a qual permaneceu pesquisando por anos. Nesse sentido, vale lembrar um dos trechos iniciais do *Episódios da guerra do Prata* em que ele afirma: "Alguns trabalhos parciais têm aparecido entre nós, é certo; mas, se eles lançaram luz sobre alguns pontos dessa guerra, o seu aparecimento só serviu para mostrar-nos ainda mais a necessidade de escritos mais completos, que abrangessem toda a guerra."[4]

Além do interesse pela História, a escrita periódica define muitos aspectos da sua história de vida. A utilização da imprensa como recurso político pode ser considerada uma das lições da sua época. Paranhos Júnior estava atento à grande valia de manter uma opinião pública favorável, às causas que defendia. Neste sentido, estando em segundo plano do concerto político, onde seu pai era o chefe de gabinete 1871-1875, pode iniciar sua atuação política possibilitada pela circulação dos periódicos. Assim, praticou e desenvolveu a escrita circunstanciada, produzida no afã dos acontecimentos, engajada e comprometida com uma pauta política muito clara, àquela representada pelo visconde do Rio Branco. Mas, ao mesmo

[4] RIO BRANCO, 2012, v.8 – Estudos Históricos, p. 24.

tempo, maturada no processo de produção, em que o jovem Paranhos demonstrava mais habilidades do que na oratória típica da tribuna.

A retórica em Rio Branco não se caracterizou pelo emprego de ornamentos estilísticos excessivos que notabilizavam o discurso brasileiro em boa parte do Oitocentos. Mas, sim, pela perspectiva da "arte de persuadir pelo discurso"[5], que congrega a articulação de argumentos e de estilo, em que a retórica se transforma em um "instrumento cotidiano de argumentação e persuasão."[6] Sem dúvida, uma das chaves de leitura possíveis para outros estudos que se debrucem sobre o tema. Em pequenas notas ou em textos mais estendidos acompanhava o momento político. Respondia críticas lançadas pela oposição ou repercutia notícias favoráveis ao gabinete Rio Branco. O formato dispensava a reflexão mais longa necessária aos trabalhos de história, obstáculo que o impedia a dar continuidade aos seus projetos de estudo como desejava.

Entretanto, ele conseguiu unir os dois elementos e trouxe para as páginas dos periódicos os estudos históricos. Assim, escreveu os artigos de "História Pátria" e publicou as notas ao primeiro capítulo da *Guerra da Tríplice Aliança*, nas páginas do jornal *A Nação*. Além dos argumentos históricos articulados nas apreciações sobre as questões dos conflitos ao sul e das negociações de acordos firmados com os países vizinhos presentes no *Vinte e Cinco de Março*.

A par disso, as notas à obra de Louis Schneider contribuíram para consolidar a imagem do erudito e, de tal forma, passou a ser reconhecido, no "pequeno mundo" da elite letrada da Corte. O trabalho sobre a *Guerra do Tríplice Aliança* virou, então, a referência que o definia como estudioso, e assim seria até a divulgação daquelas contribuições nesta tese denominados "os textos de 1889".

Se Paranhos Júnior não encontrou lugar naquele estilo teatral que animava as galerias das Câmaras, ao menos garantiu o seu espaço ao desenvolver a sua escrita. A sua performance encontrava expressão na palavra impressa.

A participação de Rio Branco na Exposição Internacional do Café em São Petersburgo, revela as relações que estabeleceu e a forma como transitava entre diferentes grupos, utilizando

---

[5] REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. XIV.

[6] Noção que se aproxima do entendimento de Silvestre Pinheiro Ferreira exposto no seu trabalho *Prelecções philosophicas*: "(...) a retórica não deveria separar-se da lógica e da gramática, a teoria do raciocínio não deveria separar-se da teoria da linguagem. Isto é, a arte de pensar não se devia separar da arte de falar com clareza, a retórica não devia ser enfeite, mas instrumento cotidiano de argumentação e persuasão.". CARVALHO, 2000, p.134.

a imprensa, revelando as suas estratégias de atuação como intelectual em defesa da monarquia, o que ficaria ainda mais evidente com as referidas produções de 1889.

A escrita dessas sínteses históricas sobre o Brasil constitui um entrecruzamento da *História Geral e da Independência* de Franciso A. de Varnhagen e os *Capítulos de História* de Capistrano de Abreu. Porque se a formação de Rio Branco foi orientada pelos "quadros de ferro" do primeiro, sua pesquisa e crítica às fontes puderam desfrutar do diálogo com o segundo. Essa inter-relação está exposta nas notas de rodapé, nas bibliografias e na composição dos seus textos. Ele sabia que a escrita da história ia além da erudição, além da pesquisa de fontes, mas também reconhecia que não poderia ficar sem ela porque a "verdade histórica" era o seu Norte e assim compulsava documentos, anotava, reunia, mas esse "além" parecia lhe escapar. Era como se estivesse condenado a uma das etapas do trabalho, sem nunca a concluir.

Essa história foi instrumento, foi recurso, pensada de forma pragmática para atender determinadas demandas circunscritas a sua trajetória. Mas é uma história que obedece a procedimentos específicos de uma investigação detalhada, exaustiva, norteada pela busca da "verdade histórica", moldada pelo método, pelo rigor.

Rio Branco conciliava a concepção de *história mestra da vida* com o paradigma moderno. Enxergava um passado "avô do futuro" povoado por vidas exemplares, tendo escrito em diferentes tempos e formatos sobre personagens selecionados. Por vezes, essas histórias de vida eram um meio para abordar episódios militares. Essa seleção também refletia os nomes que julgava dignos de serem lembrados, com especial atenção àqueles que morreram em batalha, o que considerava "a suprema glória para o soldado".[7] Ao mesmo tempo, apaziguava o passado colonial, reconhecia na antiga metrópole a "pátria mãe", e narrava o período imperial assinalando as instabilidades e a posterior consolidação por volta de 1850 o que, segundo Rio Branco, permitia ao Império avançar a passos largos rumo ao progresso para então alcançar o lugar devido ao lado das grandes nações.

Se, como ele lamentou no discurso do IHGB (1908), o trabalho não chegou a alcançar a forma final pretendida, o universo de notas, pelo seu caráter fragmentário, encontrou uma feliz expressão nas *Efemérides Brasileiras*. Ainda que o "peso das notas" o tenha deixado submerso, o trabalho hercúleo das *Efemérides* pode, se não por completo, pelo menos em parte, demonstrar o "tesouro" que reuniu. E essas lições diárias de história refletem o interesse pelo relato militar e a sua visão do passado nacional. Em uma das suas notas manuscritas comentava:

[7] *Le Brésil*, Ano 9, n. 246, Paris 05/10/1889.

> Tivemos no princípio deste século as guerras do Rio da Prata e **da independência até o ano de 1828** e no mesmo período várias guerras civis. Depois, desde 1831 até 1848 o Império infelizmente, nada teve de pacífico, sucedendo-se as guerras civis. Veio em seguida a guerra de 1851 e 1852...[8]

Por outro lado, o fato de Rio Branco assinar as *Efemérides* e recorrer a pseudônimos nos artigos sobre os funerais de D. Pedro II, assinala a cautela que orientava o seu posicionamento público, sobretudo naquele momento de instabilidade política. O material preparado e selecionado por ele para compor a coluna do *Jornal do Brasil* e o que foi reunido em volume em 1892 estava inserido neste contexto. Vale lembrar que as anotações do seu acervo não atendem aos mesmos critérios, pois pertencem ao âmbito particular do seu processo de pesquisa e correspondem a escritos inacabados.

Reconstituir os percursos cumpridos por Rio Branco, acompanhando a sua produção e os contextos correlatos, ajuda a demonstrar o quanto o caminho até o Ministério não foi uma linha reta em sentido ascendente, inclusive durante os quase dez anos de gestão. Ele também se fez de tropeços, indecisões e apostas.

Talvez o leitor tenha sentido falta de algum detalhe sobre a vida de Rio Branco. Algumas omissões foram propositais, buscou-se sobretudo realçar alguns nomes menos comentados. O fato é que apesar do esforço de pesquisa empreendido, esta tese não está imune ao peso das notas do senhor barão.

Quanto à expressão "histórias inacabadas" no título deste trabalho, seu uso contém duplo sentido. Em primeiro lugar, está relacionada à escrita biográfica, conforme assinalado pela citação de Paul Ricoeur: "Sob a história, a lembrança e o esquecimento. Sob a lembrança e o esquecimento, a vida. Mas escrever a vida é uma outra história. Uma história inacabada."[9]

Em segundo lugar, a referência às histórias inacabadas também se relaciona diretamente com o enfoque deste trabalho, uma vez que os textos que o barão produziu, projetavam a escrita de obras que não foram concluídas. Como, por exemplo, o desejo de escrever uma história militar e diplomática brasileira. Assim, permanecem em aberto, tanto o relato de vida sobre Rio Branco quanto seu projeto de escrita histórica. Quem sabe o leitor possa contribuir com mais um capítulo para esta história inacabada?

---

[8] Esta nota encontra-se em uma pasta com anotações sobre a revisão do livro de Louis Schneider. AHI L865 M2.

[9] RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Seuil, 2000, p. 657.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

AMARAL, Luís Gurgel do. *O meu velho Itamarati* (de amanuense a secretário de legação 1905-1913). Brasília: FUNAG, 2008.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá e SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Grafia da vida*. *Reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012

ASSIS, Machado de. *O velho senado*. Brasília: Senado Federal, 2004. p.49

BAGGIO, Katia Gerab. *A "outra" América*: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. Teses de Doutorado. Departamento de História do FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BESSONE, Tânia. *Palácios de destinos cruzados:* bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BITTENCOURT, Feijó. Quem escreveu e como escreveu acerca do Barão do Rio Branco. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 187, abr./jun. 1945. pp. 3-60 (Seção: Trabalhos Originais)

BITTENCOURT, Liberato. Psicologia do barão do Rio Branco. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 75 (125), 1912. pp. 9-113.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. pp. 183-192.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902).* Marília: Unesp, Tese de Livre Docência, 1984, 2v.

_____. *Política externa da Primeira República: anos de apogeu (1902-1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. *The unwritten aliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Política Exterior do Império.* Brasília: Senado Federal, 1998. 3v

CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *O último propagandista do Império*: O "barão" de Santa-Anna Nery (1848-1901) e a divulgação do Brasil na Europa. São Paulo: USP – FFLCH, 2013. (tese de doutorado).

CARVALHO, Carlos Delgado. *História diplomática do Brasil*. Ed. fac-similar, Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, Elizabeth S. *Revista Americana*: caminhos e descaminhos de um projeto cultural para o continente. Rio de Janeiro: PPGH-UERJ. Dissertação de Mestrado, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi* (Rio J.) 1 (1). Dez 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Rio Branco em Liverpool (1876-1896)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1970.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. *Pensando um continente*: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *O barão do Rio*

Branco visto por seus contemporâneos. Brasília: FUNAG, 2012

CERVO, Amado Luís & BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985).* São Paulo: Ática, 1986.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil XIX. *Métis: história & cultura*, v.2, n.3 jan.-jun. 2003, p.75.

DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: Ibrasa, 1987.

DORATIOTO, Francisco F. M. "A política platina do barão do Rio Branco". *Revista Brasileira de Política Internacional.* ano 43/2. Brasília: IBRI, 2000.

_____. *Maldita guerra*: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

DOSSE, François. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

DRUMMOND, João da Costa Lima. Rio Branco, discurso pronunciado no clube Acadêmico em 1903 pelo desembargador João da Costa Lima Drummond. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 75 (125), 1912. pp. 131-138.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris.* RIHGB (266) 64-148. 1965.

FAZENDA, José Vieira. Rio Branco e o Instituto Histórico. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 75 (125), 1912. pp. 123-130.

FLEIUSS, Maria Carolina M. Os sócios do Instituto: José Maria da Silva Paranhos Junior (barão do Rio Branco). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 187, abr./jun. 1945. pp. 191-201. (Seção: Bio-bibliografia).

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos*. Brasília: Funag: CHDD, 2002.

GALVÃO, Ramiz. *Breves palavras junto ao túmulo do barão do Rio Branco proferidas em 13 de fevereiro*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 75 (125), 1912. pp. 139-142.

GANNS, Cláudio. Contribuição para o estudo de Rio Branco. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 187, p. 186-246, 1945.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2000.

GAUKROGER, Stephen. *Descartes*: uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDMAN, F. *Exposições universais e diplomacia pública*. Brasília: FUNAG, 2016. (Coleção CAE)

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 32-35.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço*: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

_____. História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940. *ArtCultura*. Uberlândia, v.13, n. 22, jan.-jun./ 2011, p. 119-135.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, pp.15-36, 2010.

GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, 156 (388), 1995.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

_____. Colaboradores de Rio Branco: fiéis escudeiros do Barão do Rio Branco. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*, Brasília: FUNAG, 2012.

_____. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul.-dez. 2012.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

HEYNEMANN, C. B. *Paris, 1889: o álbum do Brasil na exposição universal*. Brasiliana Fotográfica. Publicado em 27/0/2018. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=12604#_ftnref3 Acesso em: 04/01/2023.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Introdução às obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia 1822-1889*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2008

LEVASSEUR, Émile. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto E.; Letras & Expressões, 2000.

LEVI, GIOVINNI. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 167-182.LINS, Álvaro. *Rio Branco (biografia)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1995.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (biografia).* 3. ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1995.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: Jaques Revel (org.). *Jogos de escala:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-250.

_____. *O pequeno X*: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCA, Tânia Regina. Ilustração Brasileira (Bordeaux/Paris, 1901-1902): em busca do projeto e de seus idealizadores. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.13, n.32, jan./abr 2021.

MALANSKI, Daniel. L'anéantissement symbolique des Afro-brésiliens par l'Empire du Brésil dans les expositions universelles (1867-1889). *Caravelle*, 116, 2021. p. 187-204.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.59.

MARTINS, M. de S. N. América Latina nas Exposições Universais e o caso da Exposição Mundial e Centenária do Algodão em New Orleans (1884). In: SUZUKI, J. C.; NEPOMUCENO, M. M. C.; ARAÚJO, G. C. C. de. *A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina*. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2021. p. 307-332.

MAUAD, A. M. Imagem e autoimagem do segundo reinado. In: NOVAIS, F. A. (org.) História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MIRANDA, B. A Lei do Ventre Livre e a administração do tempo histórico no Império do Brasil. *Anais museu paulista*. 31. 2023.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOURA, Cristina Patriota de. "Herança e metamorfose: a construção social de dois Rio Branco". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol.14, 2000.

NAPOLEÃO, Aluízio. *Os arquivos particulares do Itamaraty.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1940.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Narrar vidas, contar a história*. *A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. A história da historiografia brasileira e suas evidências. *História da historiografia*. Ouro preto, n. 10, dez./2012, p. 274-278.

_____. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90*, 22(42), 273–294, 2015. https://doi.org/10.22456/1983-201X.48408

PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº56, pp. 487-506, 2008.

PEREIRA, Manoel Gomes (org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

PEREIRA, M. S. *A crítica que fez história*: as associações literárias no Oitocentos [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.) *Pensamento Diplomático Brasileiro*: *formadores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: FUNAG, 2013.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias (1863-1878)*: dois empreendimentos de Garnier. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2002.

PIZA E ALMEIDA, Gabriel de Toledo. L'Incident Piza-Rio Branco: grave situation politique au Brésil. Paris: [s.n.], [s.d.].

PORTO, Ângela (org.). *Barão do Rio Branco e a caricatura*: coleção e memória. Rio de Janeiro: FUNAG, 2012.

QUINTA, Hugo; SILVA, Wilton C. L. Dossiê: O espaço (auto)biográfico: indivíduo, memória e sociedade. *Revista NUPEM*, v. 14 n. 32, 2022.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RÉMOND, Réne. (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. "A biografia com problema historiográfico". In *História e historiografia. Exercícios críticos*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2010, p. 235-248.

RICOUER, Paulo. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil e o mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Petrobras, 2000.

_____. Um personagem da República. In: Ricupero, R. & Araújo, J.H. P. *José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 1995.

RIO BRANCO, Miguel do. *Correspondência entre d. Pedro II e o barão do Rio-Branco*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957. (Coleção Brasiliana 294).

RIO BRANCO, Raul. *Reminiscências do Barão do Rio Branco por seu filho, o Embaixador Raul do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2023.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. *Correspondência de Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara: crise da escravidão e o ocaso saquarema, de Ricardo Salles. In: GRINBERG, K., SALLES, R. (org.) *O Brasil imperial, volume III: 1870-1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 39-82.

_____. *Nostalgia Imperial*: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *O evangelho do barão: rio branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____. *Juca Paranhos*: o barão do Rio Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. As notas de rodapé de Capistrano de Abreu. *Revista de História*, São Paulo, n. 163, p. 015-052, jul./dez. 2010

_____. Um "distinto bibliógrafo e bibliófilo": Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *História.* São Paulo. v. 29, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/xYJyNngDkw53jc4cYXjCqnq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07/08/2022.

SCHMIDT, Benito e GOMES, Ângela C. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SENA, Ernesto Barão do Rio Branco. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 75 (125), 1912. pp. 115-122.

SILVA, Wilton C. L. Rui Barbosa: mito, memória e esquecimento. *Diálogos* (Maringá. Impresso), v. 16, p. 1111-1135, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias*: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STAHL, M. *Louis Couty e o Império do Brasil*: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891) [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2016.

TELLES, Ângela Maria Cunha da Motta. Do Rio para o mundo na rota do café: as exposições nacionais e internacionais de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio na década de 1880. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 53, ano 2020.

TURAZZI, M. I. *Poses e Trejeitos. A fotografia e as exposições na era do espetáculo.* Rio de Janeiro: FUNARTE: Rocco, 1995

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: FUNAG, 2017.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins, 1959.

VIANNA, Hélio. *A história diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

VIEIRA, M. R. J., Cintra, E. M. de U. O trabalho criativo: perda, luto e metáfora. *Gerais*: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9 (1), jan -jun, 2016, 50 - 66.

FONTES

Periódicos[10]

Correio da Manhã (RJ)

Diário da Noite (RJ)

Diário de Notícias (RJ)

A Federação

Gazeta de Notícias (RJ)

Jornal do Brasil (RJ)

Jornal do Commercio (RJ)

Le Brésil: courrier de l'Amérique du Sud (Paris)

L'Illustration (Paris)

[10] Os periódicos foram consultados através da Hemeroteca Digital Brasileira da FBN, exceto dois casos: o jornal *Le Brésil: courrier de l'Amérique du Sud*, que foi consultado presencialmente nesta instituição, já que os exemplares que dispõe não estão digitalizados; e a coleção da revista *L'Illustration: journal universel* que foi acessada através do site https://www.hathitrust.org/.

A Nação (RJ)

Revista Americana (RJ)

Revista do IHGB (RJ)

Revista Mensal do Instituto Científico (SP)

Revista Popular (RJ)

Vinte e Cinco de Março (PE)

Manuscritos

Arquivo pessoal do Barão do Rio Branco

Edições das Obras do Barão do Rio Branco

Luís Barroso Pereira

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Revista Popular*, Tomo13, 1862, pp. 206-212. (Rio de Janeiro, B. L. Garnier)

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. v.7 – Biografias.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. v.7 – Biografias.

Episódios da guerra do Prata

Revista Mensal do Instituto Científico, 2ª série, junho de 1864, ano II, nº 5, p.83-89; 3ª série, agosto de 1864, ano II, nº 1, p. 8-13.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. v.8 – Estudos Históricos.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. v.8 – Estudos Históricos.

Esboço biográfico de José de Abreu, o barão do Cerro Largo

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 31, 1868, 2ª parte, pp. 62-135.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. v.7 – Biografias.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. v.7 – Biografias.

Notas e comentários ao livro *A Guerra da Tríplice Aliança*, de Louis Schneider (1872-1875)

SCHNEIDER, L. *A guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay. (1864-1860) com cartas e planos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875-76. 2 vols.

SCHNEIDER, L. *A guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay. (1864-1860) com cartas e planos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. 2 vols.

A *Revista Americana* publicou parte do 3º volume da obra de Schneider, com os comentários do barão, entre setembro de 1918 e dezembro de 1919, quando deixou de circular. *Revista Americana*, ano VII, n. 11-12 (set. – out./ 1918); ano VIII n.1-12 (nov./1918 a set./1919); ano IX n. 1-3 (out./1919 a dez./1919)

SCHNEIDER, L. *A guerra da Tríplice Alliança (Imperio do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay*. (1864-1860) com cartas e planos. Rio de Janeiro: [Imprensa Militar], 1928. v.3 e v.4 (tradução por José Bernardino Bormann e anotado pelo tenente-coronel Mario Barreto)

SCHNEIDER, L. *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.* Porto Alegre: Pradense, 2009.

José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco

Revista Americana Ano VI n.3-12 (dez./1916 a set./1917); Ano VII n.1-10 (out./1917 a jul./1918)

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. v.7 – Biografias.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. v.7 – Biografias.

Le Brésil à L'Exposition Internationale de Saint Pétersbourg

Le Brésil à L'Exposition Internationale de Saint Pétersbourg. Saint Pétersbourg: Trenké e Fusnot, 1884.

Cadernos do CHDD, Rio de Janeiro, Ano 11, n. especial, segundo semestres, 2012.

***Le Brésil* (*Grande Encyclopédie*)**

LEVASSEUR, E. et al. Le Brésil. In: *Grande Encyclopédie*. Paris, Tome VII, pp.1077-1127.

LEVASSEUR, E. et al. *Le Brésil*. Paris, H. Lamirault et Cie., 1889. 1ª ed.

LEVASSEUR, E. et al. *Le Brésil*. Paris, H. Lamirault et Cie., 1889. 2ª ed. (*Album des vues du Brésil*)

LEVASSEUR, E. et al. *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto Ed.; Letras & Expressões, 2000.

***Esquisse de l'histoire du Brésil* (*Le Brésil en 1889*)**

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esquisse de l'histoire du Brésil*. In: SANT'ANNA NERY, F. S. *Le Brésil en 1889*. Paris: Librarie Charles Delagrave, 1889.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esquisse de l'histoire du Brésil*. Paris: Charles Delagrave, 1889.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esboço da História do Brasil*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1894. (trad. João Vieira de Almeida)

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1930. (trad. José Bernardino Paranhos da Silva)

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. v.8 – Estudos Históricos.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esquisse de l'histoire du Brésil* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esboço da História do Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1964. (revisão de Hélio Damante)

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Esboço da História do Brasil*. Brasília: MRE-FUNAG, 1992. (trad. Sérgio Bath)

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. v.8 – Estudos Históricos.

Dom Pedro II, Empereur du Brésil

MOSSÉ, B. *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*. Paris: Librarie de Firmin-Didot et Cie, 1889.

MOSSÉ, B. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1890.

MOSSÉ, B. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1930

MOSSÉ, B. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil*: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco. Brasília : FUNAG, 2015.

Efemérides Brasileiras

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Brasil, 1892.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. Efemérides Brasileiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo 82, 1917, pp. v-xix, 1-618.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. Efemérides Brasileiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo 168, 1933, pp. 5-709, 817-996.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948. v.6 – Efemérides Brasileiras.

RIO BRANCO, J. M. da S. P. J., barão do. *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2012. v.6 – Efemérides Brasileiras.

ANEXO A - Escritos

Ao longo da pesquisa foram identificados textos escritos pelo barão do Rio Branco que não aparecem na bibliografia dedicada ao tema nem constam na coleção Obras do barão do Rio Branco. Alguns destes artigos foram transcritos e incluídos no presente trabalho, a fim de disponibilizar parte do material localizado. O conteúdo publicado em francês, sem dispor de tradução para o português, está transcrito no idioma de origem.

1. *Jornal do Commercio*, ano 50, n. 229, 19/08/1871.

Publicações a pedidos

José Bonifácio.

A *Reforma* começou a publicar ontem a notável *Memoria sobre a escravidão no Brasil*, escrita em 1823, pelo grande José Bonifácio de Andrada, um dos patriarcas da nossa independência.
É um eminente serviço que a folha liberal presta ao país. Partidário sincero da grande causa da emancipação, recomendamos ao povo a leitura dessa bela *Memoria*.
A questão que ora se debate, como muito bem disse na câmara o nobre Visconde do Rio Branco, não é uma questão mesquinha do partido. Trata-se de uma grande e urgente reforma social, de uma questão de que depende a prosperidade e o engrandecimento futuro de nossa pátria. Ideias dessas estão muito acima das conveniências partidárias.
Os dissidentes sustentam que é cedo ainda para resolver o problema de emancipação. Entretanto, já em 1823, José Bonifácio, com o seu olhar de águia, com os sentimentos de puro patriotismo que sempre inspiraram seu grande coração e sua brilhante inteligência, pretendia apresentar a assembleia constituinte um projeto extinguindo o tráfico e acabando *gradualmente com a escravidão* "pois o Brasil, qualquer que seja a sua sorte futura (diz à introdução que precede a *Memoria*) *não pode progredir e civilizar-se sem cortar, quanto antes, pela raiz este cancro mortal, que lhe rói e consome as últimas potências da vida, e que acabará por lhe dar morte desastrosa*".
A dissolução da constituinte e o desterro do grande cidadão impedirão no de fazer vingar nessa época sua generosa ideia. Na terra do exílio escreveu ele essa interessante *Memoria* em que justifica, com todos os recursos de sua inteligência e de seu saber, o projeto que tencionava apresentar.
Não é tempo! Gritão hoje, *depois de meio século de inércia*, os retardatários, os espíritos tímidos, os homens marcos, que tremem de terror diante de qualquer nobre cometimento, que cerram os olhos deslumbrados pela luz das grandes ideias.
Não é tempo! Exclamam os grandes estadistas cuja atividade se consome esterilmente na vida inglória do expediente ministerial.
Pois bem! Ouça o povo o que em 1823 dizia um espírito privilegiado, um desses homens que tem o dom de caminhar adiante dos seus contemporâneos, porque seus olhos rasgão horizontes imensos do futuro, inacessíveis à vista das mediocridades rotineiras.

> *É tempo*, dizia José Bonifácio, *é tempo e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro, é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes*.

A dissidência grita contra a ideia da liberdade do ventre. Ouçamos ainda o ilustre patriarca que, repetimos, não falava em 1871, mas em 1823:

> *E porque continuarão e continuam a serem escravos e filhos desses africanos*? Cometerão eles crimes? Foram apanhados em guerra? Mudarão de clima mau para outro melhor? Sairão das trevas do paganismo para a luz do Evangelho? *Não, por certo, e todavia seus filhos, e filhos desses filhos, devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre!*.

E em outro ponto acrescenta:

> Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais, se sentem e pensam como nós, que quadros de dor e de miséria não os apresentam à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos, mas é tal efeito de costume, e a voz da cobiça, que veem homens correr lágrimas de outros homens, sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura! A cobiça não sente, nem discorre, como a razão e a humanidade.

Mais adiante diz: "Que educação pode ter as famílias que se servem destes entes infelizes, sem honra, nem religião? De escravas que se prostituem ao primeiro que as procuram? Tudo, porém, se compensa nesta vida, tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e eles nos inoculam toda a sua imoralidade e todos os seus víeis".

> E na verdade, se a moralidade e a justiça social de qualquer povo se fundem parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na filosofia, para dizer assim, domestica de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil, quando o consideramos debaixo destes dois pontos de vista? Qual é a religião que temos, apesar da beleza e santidade do Evangelho que dizemos seguir? A nossa religião é pela maior parte um sistema de superstições e de abusos antissociais, o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraças escravas, um harém turco. As famílias não têm educação, nem a podem ter com escravos, nada as podem habituar a conhecer, e amar a virtude e religião. Riquezas e mais riquezas, gritam os nossos pseudos estadistas, os nossos compradores e vendedores de carne humana... E então, senhores puderam grelar a justiça e virtude, e florescerem os bons costumes entre nós? Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quase que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil um dia regenerado e feliz, mas se me antolha, que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a corrupção nascerão entre nós antes da civilização e da indústria, e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si...

Em outro lugar fala ainda sobre a questão de liberdade do ventre:

> A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens, mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, *e o que é pior, dos filhos desse homem, e dos filhos destes filhos*? Mas dirão talvez que, se favorecesse a liberdade dos escravos, será atacar a propriedade. Não vos iludes senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de *pessoa à coisa*, na frase dos jurisconsultos?
>
> Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém, sem atacar os direitos da Providência, que fez os homens livres e não escravos, sem atacar a ordem moral das sociedades, que é a execução estrita de todos os deveres prescritos pela natureza, pela religião e pela sã política: ora, a execução de todas estas obrigações é o que constitui a virtude, e toda a legislação e todo o governo (qualquer que seja a sua forma) que a não tiver por base, é como a estatua de Nabucodonosor, que uma pedra desprendida da montanha a derribou pelos pés, é um edifício fundado em área solta, que a menor borrasca abate e desmorona.

Eis as sublimes palavras que caíram dos lábios do venerando patriarca da nossa independência, quando afogava-se-lhe o coração em lágrimas, à vista dos quadros horrorosos da escravidão, quando o seu espírito profético, devassando as sombras do futuro, soltou o primeiro grito contra o mal que se apegava ao corpo da nossa sociedade nascente.

Le monde marche, diz Pelletan, assinalando os progressos que as nações têm fatalmente de realizar a cada instante no seu caminho para o por vir.

O Brasil não podia ficar parado, ao passo que a humanidade seguia o roteiro da civilização, e caminhou.

Em 1823, como o Lazaro convulso, que rasga sedento as dobras da mortalha, surge o nosso espírito público à voz do imortal José Bonifácio e escreve na sua bandeira o lema sagrado da emancipação do escravo.

Em 1850, o grande estadista Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara realiza a abolição do vergonhoso tráfico que despovoa as praias africanas.

Em 1867, o ilustre conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos consigna pela primeira vez na fala do trono a ideia de emancipação do elemento servil.

É também nesse tempo que sabem do conselho do estado o luminoso parecer dos distintos conselheiros Nabuco, Visconde de S. Vicente e Paranhos, que traçam o caminho a seguir na difícil questão da emancipação.

E, finalmente em 1871 põe a Providência nas mãos do nobre Visconde do Rio-Branco a governação do país, e inspira-lhe a proposta salvadora que ora se discute na câmara dos Srs. deputados da nação, a proposta da libertação do ventre escravo que estanca em sua origem o mal tremendo da escravidão.

Spartacus.

José Bonifácio, artigo publicado no *Jornal do Commercio*, de 19/08/1871. Artigo assinado por pseudônimo Spartacus, autoria atribuída ao barão do Rio Branco por Alvarenga Peixoto.

2. *A Nação: jornal político e comercial*, ano II, n. 173, 25/08/1873.

HISTÓRIA PÁTRIA

A batalha de Ituzaingó

(20 de Fevereiro de 1827)

O CAPITÃO ARGENTINO D. LÁZARO GARAY, E… "Y LOS TANTOS CAÑONES ARREBATADOS POR LOS BRAVOS Y MODESTOS ARGENTINOS EN ITUZAINGÓ".

Todos os dias chegam notícias da simpatia e amizade com que nós, os brasileiros, somos tratados pelos nossos bons vizinhos e aliados do Rio da Prata. Ontem ainda, dava o *Jornal do Commercio* notícia de uma publicação feita no Rosario por certo oficial da poderosa e brilhante esquadra argentina, publicação em que esse distinto republicano, apostolo da igualdade, fraternidade e liberdade, dizia que "entre os oficiais brasileiros haviam negros e mulatos, mas que ele nunca abaixara os olhos para saber se nesses rostos tisnados havia brio".

Hoje chega-nos a notícia de que na *Nacion* de Buenos Aires, folha de que é proprietário o general Mitre, um Sr. capitão D. Lázaro Garay, respondendo ao correspondente de Buenos Aires para o *Jornal do Commercio*, fez, como o Sr. Tejedor, na célebre nota de 27 de abril, uma referência à batalha de Ituzaingó, com o fim único de ofender os nossos brios nacionais.
O correspondente do *Jornal do Commercio* havia dado notícia de uma experiência que se fez *del cañón Garay*. Era esse canha um invento do tal artilheiro argentino com que os periódicos se ocuparam muito. Infelizmente, no dia da experiência e diante de um grande concurso do povo, *el cañón-Garay* estourou ao primeiro *cañonazo*, pondo em perigo a vida das pessoas presentes. Ao susto da explosão, sucederam logo as risadas, e a experiência *del cañón* e *dos cohetes-bombas* (foguetes bombas) do Sr. Garay finalizou pela morte da infeliz peça e pelas estrepitosas gargalhadas dos circunstantes.
Irritou se o hábil capitão de artilharia com a correspondência de Buenos Aires para o *Jornal do Commercio*, e fez publicar na *Nacion* uma carta em que se encontram os seguintes trechos:

> (...) Hubiera sabido, si, [refere-se ao correspondente do *Jornal do Commercio*] que ese *cañón* era UNO DE LOS TANTOS que *nuestros bravos y modestos soldados arrebatáron en* ITUZAINGÓ… Hubiera sabido, enfin, que ese cañón era de fierro, de fundicion blanca granulosa, modelo del siglo XVII, descalibrado y tan oxidado como apolillados quedan *los tronos de los monarcas* que obedeciendo á la voluntad de Dios, abandonan su posicion para igualar-se en condiciones a los hombres que viven de las ciencias, de las artes y de los oficios, donde la virtud *siempre* reina…
> (...) Resulta, pues, que *quien pasó á mejor vida es* UN BRASILERO REFORMADO…

O que *resulta* desse artigo é que o Sr. Lázaro Garay *ignora completamente* a história militar da sua pátria. Ou só conhece a guerra que o Brasil sustentou com a República Argentina pelas notícias falsas das gazetas do tempo e pelos *boletins romances* de Alvear, do almirante Brown e outros generais seus compatriotas.
Se o ilustre artilheiro soubesse que foi Ituzaingó, não falaria nos "*canhões arrebatados nessa batalha*", porque saberia que NEM UM *só tomou o exército de Alvear*, exército que, entretanto, compunha-se de 10.557 homens com 24 bocas de fogo (segundo um mapa dos próprios

argentinos) ao passo que apenas tínhamos 12 peças e 5.564 homens fatigados por marchas forçadas.

Pelo artigo do Sr. Garay, vê-se que ele ignora a destituição do general Alvear, e não tem notícia das censuras que lhe fez o governo argentino na *Mensagem* que dirigiu ao Congresso da República. O general Alvear *teve de defender-se dessas acusações*, mas não conseguiu explicar as falsidades do seu boletim, e entre outras, a de haver dito que nos tinha tomado 10 peças, das 12 que tínhamos, quando não pôde apresentar um só desses troféus. A única coisa que o *general vencedor* mandou para Buenos Aires, foram 2 estandartes de cavalaria que encontrou nas bagagens no exército imperial, saqueadas e abandonadas pelos nossos próprios condutores, que eram todos guaranis da fronteira de Missões.

Eis o que diz marquês de Barbacena na sua parte oficial, escrita do Vacacaí em 25 de fevereiro:

> Os lanceiros do Uruguai (Guaranis) portaram-se mal, lançaram-se sobre nossas bagagens, que roubaram.
> Com tais acontecimentos, com a paz fatigada, com seis horas de continuado fogo, e o inimigo dispondo cercar-nos, forçoso foi retirar-me, posto que até então tivéssemos vencido em todos os ataques feitos ou recebidos. Os cinco batalhões fizeram prodígios de valor, à ele se deve a respeitável atitude que o exército pode conservar na retirada. Eu só perdi UMA PEÇA de artilharia por causa dos condutores[11] e 242 homens entre mortos e prisioneiros…[12]

O general Gustavo Brown, chefe do estado maior do exército imperial, também fala apenas de uma peça:

> (...) Pela falta total de carretas para transportar feridos, foram deixados alguns sobre o campo em poder do inimigo, UMA PEÇA de artilharia, que ficou em poder do inimigo,[13] tive, segundo consta, uma roda quebrada, sem meios de ser concertada, e o mal estado das bestas, que puxavam a artilharia, fez com que alguns carros e forjas fossem igualmente abandonados.

Que a peça abandonada (e não as 10 peças de que fala Alvear, em cujas palavras jura o Sr. Garay) não podia servir na ocasião, prova-o ainda o seguinte trecho da parte oficial do tenente-coronel Eliziario de Miranda e Brito (depois general e barão de Tramandaí), então quartel-mestre general do exército:

> (...) porém, sucedendo-se as cargas do inimigo, *tendo o fogo posto* UMA PEÇA *fora do serviço*, 2 carros manchegos e 2 forjas, tendo nós, além disso, poucas munições, e estando as parelhas de artilharia incapazes de manobrar, o Sr. general em chefe, vendo uma força enorme, que carregou a esquerda, mandou retirar a direita à 1 hora da tarde, e foi em retirada para o lado de S. Sepé… Não há indivíduo que não mostrasse firmeza no combate, apesar das nossas forças regulares não passarem de 5,000 homens (sem falar nos 500 e tantos voluntários do Barão de Cerro Largo) e o inimigo exceder de 10,000…

---

[11] Depois ver se há que essa mesma peça não caiu em poder do inimigo.

[12] A nossa perda total, incluindo os feridos foi de 334 homens, a do inimigo, muito maior, andou por uns 1,500 homens. No seu boletim Alvear confessou haver tido a perda de 500.

[13] Veja-se adiante.

E já que o Sr. Garay com os seus *cohentes-bombas*, e as recordações de Ituzaingó, levou-nos a fazer citações, pedimos licença para publicar aqui alguns trechos de um manuscrito inédito do major Seweloh, oficial prussiano, que servia no nosso exército, e que não simpatizava muito com os brasileiros. Eis o que diz Seweloh sobre a nossa retirada e sobre *los tantos cânones* que Alvear tomou-nos[14]:

> O marquês de Barbacena ordenou então à 1ª divisão (general Sebastião Barreto), que regressasse à sua posição anterior, e, sendo esta posição insustentável, ordenou a retirada. Esta retirada foi executada à custa de muitos esforços, *na melhor ordem e com tal serenidade e sangue frio como eu nunca esperava ver no Brasil*, e se Buenos Aires era muito superior em patriotismo, tática, número, organização, equipamento e meios de ataque, *nós não nos mostramos inferiores na brilhante disposição da nossa retirada, para a qual muito concorreu a tranquilidade e coragem inexcedível do general em chefe...* Seriam duas horas quando principiamos a retirada. Fazia um calor abrasador, nenhuma gota no terreno envio, nenhum alimento desde ontem à tarde. O inimigo começou a expedir várias colunas para acossar a nossa retirada.
>
> O general em chefe mandou-me procurar o general Callado (2ª divisão) para lhe dizer que não arriscasse muita tropa para *salvar as peças*[15] e que antes inutilizasse os canhões do que sacrificasse gente e peças ao mesmo tempo. O general Callado respondeu-me que tinha esperanças de salvar a artilharia e até não duvidava do sucesso… Como já ficou dito, perdemos toda a bagagem (saqueada pelos nossos próprios lanceiros guaranis),[16] as boiadas, cavalhadas, carros e hospital, caixa militar, tudo enfim, mas o que tornou todas as perdas mais sensíveis foi terem-nos tomado todas as munições: a infantaria não tinha mais um cartucho. Uma carreta que salvamos perto do campo de batalha, podia fornecer alguma munição para a infantaria, mas em vez dos cartuchos, só encontramos pólvora. Não se podia mais pensar em resistência, nossa situação era bem triste. O general em chefe tornou-se credor de muitas consideração e respeito por sua firmeza diante de vários alvitres que foram apresentados, e um oficial superior aconselhou que ele tomasse o melhor regimento de cavalaria, resguardasse sua pessoa, e sendo uma capitulação inevitável, se ele mesmo a não subscrevesse, ela seria nula e o governo a não aprovaria. O marquês rejeitou a proposta com desprezo, declarando que antes queria sucumbir com os últimos soldados do que acarretar uma tal ignomínia sobre o seu nome.
>
> *Retiramo-nos combatendo, soldados do batalhão 27 puxavam as peças que tínhamos de salvar*, porque as bestas mostraram neste dia sua completa inutilidade para o transporte da artilharia nesta região. Desviados da estrada, tivemos de passar barrancos e abismos, de subir *coxilhas*. *A intrépida, muito intrépida infantaria brasileira*, que foi a nossa arma ofensiva e defensiva, teve de percorrer, no meio de fadigas e descalça, os ardentes campos de capim,[17] em nossa direção para o Passo de

[14] "*Recordações da Campanha de 1827 contra Buenos Aires*". O manuscrito alemão, é um diário, contendo muitas plantas e apreciações. Foi traduzido em 1871 por ordem do Sr. conselheiro Jaguaribe, então ministro da guerra. Nunca foi publicada essa tradução, cuidadosamente feita pelo Sr. bacharel Thomaz Alves Nogueira.

[15] Tínhamos 12 peças, como já ficou dito.

[16] Aí é que estavam os dois estandartes de cavalaria, que Alvear não tomou, mas achou no campo. Todos os estandartes da cavalaria estavam na bagagem. Com a surpresa da manhã, sendo preciso entrar logo em fogo, não houve tempo para que os regimentos tomassem seus estandartes. A bagagem estava atrasada, e, apenas começou a batalha, os guaranis, que a guardavam, saquearam-na e fugiram. Muitas bandeiras argentinas tomamos nós, os brasileiros, nos navios apresados pela esquadra do Rio da Prata, e, em terra, um em Conventos, na Taquary (7 de dezembro de 1825, tomado em combate por Bento Gonçalves), outro no Meriñay (em 1826, tomado por Bento Manoel) e outro em Cerro Largo (maio de 1827, tomado por Calderón), nenhuma dessas bandeiras figura nos nossos templos, como os 2 estandartes achados, que ainda hoje podem ser vistos na catedral de Buenos Aires.

[17] Partidas inimigas haviam incendiado o campo durante a batalha.

> S. Lourenço, no Jacuhy. *Encravamos e abandonamos* UMA PEÇA*, cujas rodas se quebraram*.[18]
> Pelas 4 horas da tarde deixou o inimigo de seguir-nos e nossa marcha foi até o Passo do arroio Cassiky, isto é, 5 ou mais léguas distante do campo de batalha, e aí nós, mortos de fadiga, caímos da sela à margem do rio na escuridão da noite. O próprio general-em-chefe não podia mais e adormeceu morto. Seguramos os cavalos pelas rédeas, e cada movimento, o mais ligeiro rumor nos fazia estremecer e levava-nos a pegar na espada para defender com a vida o pequeno espaço onde repousávamos. *Eram 2 horas da madruga quando os pobres soldados de artilharia trouxeram a* ÚLTIMA PEÇA, de sorte que o arroio Cassiky, com as suas elevadas margens ficou entre nós e o inimigo como uma barreira...

Ainda sobre *los cañones* de que fala o Sr. Garay, transcrevemos outro trecho de uma *Memória*, também inédita escrita pelo marechal de campo Luíz Manoel de Lima e Silva:[19]

> (...) À retaguarda da 1ª divisão tinham ficado 2 companhias do 3º batalhão (1ª e 4ª) afim de conduzirem e arrastarem UMA BOCA DE FOGO da brigada de artilharia de Santa Catarina, que tinha tido no combate uma roda quebrada, e que não se queria deixar no poder do inimigo (*como não ficou*). *Esta peça foi arrastada até certa distância, porém, sendo impossível conduzi-la mais, foi deixada escondida dentro de uma 'sanga'*, para que o inimigo não a pudesse ver e levar. *É essa a peça que as partes dos nossos generais declaram que perdemos, quando o inimigo* NEM SEQUER SOUBE DELA.[20] Se a tivesse achado tê-la-ia conduzido a todo o custo para ser colocada em seus museus de Buenos Aires, assim como fez colocar na Catedral da mesma cidade 2 estandartes de cavalaria apanhados dentro de canastras... As nossas cavalarias não entraram com estandartes na batalha, pois em S. Gabriel se deu ordem para os ditos estandartes serem guardados na bagagem dos corpos e só conduzir-se as hastes. *É, pois, fanfarronada castelhana a tomada desses troféus e mais revoltante ainda o que Alvear participou ao seu governo de – haver-nos tomado toda a artilharia, quando não apresentou nem um carro nosso da mesma artilharia*. A MESMA PEÇA QUE FICOU OCULTA, O INIMIGO NÃO TEVE DELA CONHECIMENTO, E DEPOIS QUE ESTE DEIXOU OS CAMPOS DO SANTA MARIA, VEIO PARA O EXÉRCITO ALGUNS DIAS LOGO, CONDUZIDA EM UMA CARRETA. Foi concertada e continuou a servir...
>
> (*Continua*)

[18] Foi a única que abandonamos na retirada, mas essa mesma, como verão adiante os leitores, não caiu em poder do inimigo, e voltou, depois, para o nosso exército, quando acampado no Passo de S. Lourenço.

[19] "Anais do exército brasileiro sobre a guerra com a República das províncias unidas do Rio da Prata, e campanhas de 1825 a 1828 na província de S. Pedro do Sul, pelo general Lima e Silva (Luiz Manoel de)." Este foi manuscrito oferecido pelo autor a S. M. o Imperador.

[20] Há engano. O inimigo encontrou-a, mas deixou, por estar encravada e com as rodas quebradas. Na verdade, admira que houvessem assim abandonado esse troféu. Como diz o sr. Marechal de campo Lima e Silva, foi depois essa peça conduzida até nosso acampamento do S. Lourenço.

3. *A Nação: jornal político e comercial*, ano II, n. 174, 26/08/1873.

HISTÓRIA PÁTRIA

A batalha de Ituzaingó (*)

(20 de Fevereiro de 1827).

O CAPITÃO ARGENTINO D. LÁZARO GARAY, E… "Y LOS TANTOS CÂNONES ARREBATADOS POR LOS BRAVOS Y MODESTOS ARGENTINOS EN ITUZAINGÓ".

(Artigo continuado)

Sobre a mesma questão das peças de artilharia diz o capitão Ladislau dos Santos Titára:[21]

> Não tendo resultado da batalha de 20 de Fevereiro de 1872 uma vitória importante, decisiva, e completa, com vantagens e grandes resultados para os argentinos; … não sendo preciso que, para salvar-se, o exército brasileiro recorresse a capitulação, e, pelo contrário, *sendo reavida a artilharia*, que o general Alvear, antes da finda a ação , e quando ainda o seu exército se disputava com a 2ª divisão, mais que heroica na retirada, comunicou ao seu governo haver apreendido, sendo finalmente a nossa perda pela metade, ou ainda menos no pessoal, foi por tudo acusado o dito Alvear na Mensagem do governo argentino à Sala dos Representantes, de onde procedeu pretender ele, em transe tal, por meio da *Exposición*, que fez imprimir, atabucar quantos não estavam em dia com os acontecimentos, só daguerrotipando-os falsa e injustamente, a seu jeito, eis porque ainda não se pejou de sustentar a página 15 da dita *Exposición*, que a artilharia, parque, bandeiras, bagagens e carros do inimigo ficaram em seu poder…! Astúcias tais não valeram a eximi-lo de ser mandado a um conselho de guerra, onde com toda a razão deveria recair sobre aquele general justíssima punição, que por tantas vezes faltar a verdade, quer pelo inqualificável proceder de a frente de mais de 8,000 homens, que lhe restaram, depois da batalha, e querendo se atribuir a vitória, não conseguir tolher, como vencedor, que uma divisão, então apenas de 4.200 combatentes, se retirasse conduzindo consigo os feridos, e a artilharia retomada, carros de munição, etc…

Ainda em outra obra publicada pelo Sr. Pascual em 1834[22] poderá o Sr. Garay encontrar o seguinte:

> (...) Lo positivo és que los partes brasileños, redactados pocas horas después de la batalla, no respiran ni miedo ni fanfarronada; que los argentinos no los persiguieron, como haria un vencedor al ver huir el enemigo en precipitada fuga; que la 2ª division brasileña, furte apénas de 2,000 hombres,[23] pudo retirarse, poniendo y a salvo sus heridos, LA ARTILLERIA, TOMADA DE NUEVO, los carros de municiones y caballada, á la vista del enemigo victorioso; que la excusa dada por Alvear para no

(*) Vide o número de ontem.

[21] "Memória do Grande Exército Aliado libertador do Sul da América, na guerra de 1851 a 1852 contra os tiranos do Prata, incluindo-se também noções exatas, e documentos da batalha de Ituzaingó, em 1827, por Ladislau dos Santos Titara, capitão da 2ª classe do estado maior do exército."

[22] *Apuntes para a história de la República Oriental del Uruguay, desde el año de 1810 hasta el de 1852, por A. D. P*. Paris, 1864, 2 tomos. Cumpre notar que tanto esta obra, como a do Sr. Conselheiro Pereira da Silva, na parte relativa à guerra do Rio da Prata, é muito incompleta e inexata. Nenhum desses autores deu-se ao trabalho de estudar com cuidado os acontecimentos: limitaram-se a reproduzir a conhecida *História de Armitage*, convertendo muitas vezes em derrotas as nossas vitórias. Como se sabe, Armitage guiou-se sempre, quanto aos acontecimentos do sul, pelos documentos e informações que colheu no Rio da Prata.

[23] Aliás 1.200, no fim da batalha, porque parte da cavalaria dessa divisão foi destacada para a 1ª.

> perseguir à sus adversarios, á saber, el cansado de los caballos republicanos, militaba lo mismo en favor de los imperiales, los cuales con caballos y hombres cansados se retiraron en orden, y fueron á tomar posiciones esperando de nuevo al ejército republicano; y por fin, que una retirada como la de Ituzaingó cuentase entre los hechos de armas de los pueblos, como la de Carabolo en Costa-Firme, que es el orgulho de los militares españoles en esta su ultima campaña en tiempo de Bolívar, y la admiración de los mismos patriotas venezuelanos.

Ainda vamos dar ao Sr. Garay o testemunho insuspeito de outro oficial brasileiro que assistiu a essa batalha, o general Machado de Oliveira, que era então major e secretário militar do exército do sul.

Eis o que ele diz em uma interessante *Memória* que publicou em 1860:[24]

> (...) O retrocedimento do exército foi tomado pelo inimigo com uma retirada forçada em consequência de derrota: e nesta persuasão fez avançar sua infantaria apoiada por numerosa cavalaria, a qual em ordem estendida, e desde que rompeu da sua linha, começou um cerrado tiroteio sobre o exército, sem que por isso deixasse este de prosseguir em sua marcha lenta e bem ordenada, guardando os corpos e armas as distâncias que lhe eram proporcionais: e por duas vezes que fôra este movimento interrompido pelo cansaço das bestas de tiro que puxavam a artilharia, o general em chefe o fazia prosseguir, apeando-se, e o seu estado maior, e ajudando á mão a rolar a artilharia; sendo que a última vez que prestara este socorro foi sob um chuveiro de balas da infantaria inimiga que seguia após o exército, e que nesse momento mais se lhe aproximara. Só UMA PEÇA de artilharia de calibre três ficou abandonada no campo por se lhe haver quebrado o reparo; e levando-a o inimigo[25] com ela pretextou A FALSA INFORMAÇÃO *que dera oficialmente ao seu governo, dizendo que houvera caído em seu poder toda a artilharia do exército brasileiro*.
>
> O vagar com que marchava o exército *por causa da sua artilharia*, e por não dever abandonar a nenhum dos seus feridos, fez com que se lhe avizinhasse mais a infantaria inimiga, que em ordem estendida lhe picava a retaguarda, e que era protegida por cavalaria nos seus flancos; e para baldar-lhe a ousadia cobriu-se esse lado com uma linha de atiradores, *que fez retroceder a do inimigo e desaparece-la completamente*.
>
> Pela esquerda do inimigo deslocou-se uma forte coluna de cavalaria, que, se guiando pelo lado esquerdo do exército, já posto em marcha, foi tomar-lhe a frente, e aí manobrou por algum tempo com aparências de obstar sua retirada; mas como observasse que nenhuma atenção se prestava a isso, e que o exército, prosseguindo em seu movimento vagaroso e bem regulado, tinha disposição e suficiente força dessa arma para carrega-lo logo que estivesse a seu alcance, dissuadiu-se dessa tentativa, ou de outra qualquer que ela fosse, e, *retirando-se*, contentou-se apenas com dar vivas à pátria.

Isso quanto à artilharia; quanto às bandeiras, eis o que diz o mesmo general Machado de Oliveira, à pg. 558 da sua *Memória*, referindo-se à perda da nossa bagagem, abandonada e saqueada, como já dissemos, pelos guaranis das Missões:

> *Foi nesses transportes que o inimigo encontrou as bandeiras, aí guardadas com sua bagagem* e o instrumental das suas bandas de música*, e que por cúmulo do ridículo ostentou se hoje abatidas na catedral de Buenos Aires, como troféus adquiridos em combate, e com elas festeja se o aniversário da batalha de Ituzaingó, como se ela fosse em rigor ganhada pelo inimigo.*

---

[24] *Recordações históricas que se prendem especialmente à campanha de 1827*. Foi publicada esta memória no Tomo XXIII da *Revista do IHGB*.

[25] Já ficou dito que nem mesmo essa peça o inimigo levou.

Se essas transcrições não bastarem para convencer o Sr. Garay, temos um outro documento que deve impor lhe silêncio a todos os fanfarrões ignorantes do seu país: - É O TESTEMUNHO DO GENERAL JUAN ANTONIO LAVALLEJA, que comandava em Ituzaingó o 1º Corpo do exército republicano, ou divisão de vanguarda.

Em uma coleção de manuscritos e cartas que possui a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, coleção comprada pelo governo imperial ao falecido Pedro de Angelis, encontra-se uma carta de Lavalleja, escrita a Trapani, em 26 de Março de 1827. E toda escrita pelo punho desse general. Lê-se aí o seguinte trecho:

> (...) Dije a Vd. en mi anterior que se habían tomado al enemigo 5 piezas de artillería, pero esta noticia fué *por la relación que me hizo el general*[26] *al dia seguiente de la accion.* Es verdad que nosotros en varias cargas dejamos a nuestra retaguardia piezas de artillería, *pero probablemente deben haberlas buelto a tomar los enemigos pues no aparece más que* UNA…

E essa mesma não foi aproveitada pelo inimigo, como acima dissemos, ou antes, como assevera o Sr. general Lima e Silva, que a viu chegar em uma carreta ao acampamento do S. Lourenço.

Vê, pois, o Sr. Garay, que com seu gracejo relativo a *los cañones* de Itugaingô, só mostrou ignorância e fanfarrice. - NEM UMA SÓ DAS DOZES PEÇAS QUE TÍNHAMOS NESSA BATALHA CAIU EM PODER DOS SEUS COMPATRIOTAS.

Convença-se o ilustre artilheiro que a história dessa guerra não há de ser escrita a vista dos boletins do general Alvear, que inventou vitórias como as del *Bacacahy*, del *Ombú* e del *Camacuã*, e não pôde, com uma força duas vezes superior, destruir o nosso pequeno exército em Ituzaingó.

A recordação dessa batalha, em vez de envergonhar-nos, como supõe os nossos vizinhos, ignorantes da história do seu próprio país, deve encher-nos e enche-nos, a nós brasileiros, de verdadeiro e justo orgulho.

Alvear estava em descanso à nossa espera, tendo uma força muito superior, como já mostramos. Depois de muitos dias de marchas forçadas, quase sem repouso, em uma estação ardente, fomos surpreendidos pelo exército inimigo que suponhamos estar na margem direita do Santa Maria. Desde a 1 hora da madrugada que marchavamos, depois de uma pequena parada. Entramos, não obstante, em combate; pelejamos sem cessar desde às 6 da manhã até às 2 da tarde, e quando se esgotaram as munições pela perda da bagagem, que os nossos próprios guaranis saquearam e abandonaram, empreendemos uma heroica e brilhante retirada.

Durante a batalha *todos os ataques trazidos pelo inimigo foram repelidos*, e a nossa 1ª divisão, apesar da inferioridade numérica, conseguiu, tomando a ofensiva, levar o inimigo de rojo, e ocupar as suas posições. Retiramo-nos *sem ser perseguidos*, e poucos dias depois da batalha os argentinos retiraram se também, abandonando a província do Rio Grande do Sul.

Que esplêndida vitória para os nossos contrários!

Da própria parte de Alvear, cheia de inexatidões e de escandalosas mentiras, se infere que ele sofreu grandes perdas e que seus ataques foram repelidos, Eis o que ele diz:

> (...) Y apezar del vivo ataque del 1º cuerpo, *el enemigo se dirigió de un modo formidable* sobre *el tercero*… Un fuerte cañoneo se hizo sentir entonces en toda la

[26] Na parte oficial e no boletim disse que tomara 10, e a Lavalleja, que tomara 5.

> linea, y el combate se empeñó por ambas partes con *tenacidad y viveza*, a la derecha y a la izquierda. Las cargas de caballeria *fueron rapidas, bien sostenidas, y con* ALTERNADOS SUCESSOS.[27]

O que é certo é que o empenho com que o inimigo procurou destruir a nossa infantaria, o reduziu a inação. As cargas, sempre repelidas pelos nossos quadrados, puseram a pé a cavalaria inimiga, de sorte que na exposição ou defesa de Alvear pôde-se encontrar a declaração de todos os chefes argentinos e orientais de que era *impossível perseguir os brasileiros*.

Naturalmente o Sr. Garay nunca leu a defesa desse general.

Parte da artilharia (a que caíra em poder do inimigo) foi retomada e salva pela divisão do general Callado, última a retirar-se do campo de batalha. Esta divisão que antes de começar a batalha tinha apenas 1.512 homens, retirou-se *diante de todo exército argentino, sem ser incomodada, salvando peças, vários carros e parte da cavalhada e boiada do exército*.[28]

Alvear, que teve a habilidade de inverter tudo, não se pejando até dizer que tínhamos 11,000 homens e ele apenas 6,200, quando em nosso poder caíram dias antes mapas do seu exército pelos quais se verificava que a força que possuía era muito superior[29] soube, entretanto, fazer

---

[27] Entre as muitas inexatidões da parte de Alvear há uma que podemos destruir com o testemunho de um argentino insuspeito como o general Gregório Araoz de La Madrid. Refereindo-se ao coronel (depois general) J. M. Paz, comandante do regimento de cavalaria argentina n.2, diz o boletim, assinado pelo general Lucio Mancilla, chefe do Estado-Maior do exército de Alvear: "... El coronel Paz à la cabeza de su division, despues de haber prestado servicios distinguidos desde el principio de la batalha, dió la ultima carga a la caballeria del enemigo, que se presentaba sobre el campo, y obligó al ejercito imperial a precipitar su retirada."

Eis o que a tal respeito diz o general *argentino* La Madrid, à pag. 127 das suas *Observaciones sobre las memorias póstumas del brigadier general D. José M. Paz*. (Buenos Aires, 1855): "*...En la carga que dió el general Paz em esa batalha* FUÉ RECHARZADO Y SE VIÓ OBLIGADO À RETIRAR-SE À UNA LARGA DISTANCIA..." Bem se vê que esses boletins são *romances*.

[28] Veja-se a parte oficial do general Callado, na obra de Titara.

[29] Eis a força do exército brasileiro que pelejou em Ituzaingó:

	Cavl.	Inf.	Art.
1ª Divisão (general Sebastião Barreto)	1.406	1.139	
2ª Divisão (general Callado)	645	897	
2ª Brig. Lig. (coronel Bento Gonçalves)	590		
Artilharia (12 peças)			240
	2734	2036	240
Total	5.007		

Deve-se adicionar a esta força um corpo de 560 voluntários de cavalaria ao mando do general barão do Serro Largo, o que eleva aquele algarismo ao de 5.567 homens.

Eis agora a força do exército republicano segundo um mapa de Alvear:

Cavallaria – 1º corpo (coronel Brandzen) (províncias de Cuyo e Cordova)	460

justiça à bravura dos brasileiros, coisa que não costumam fazer os nossos *bons amigos* e vizinhos do Rio da Prata. Eis o que ele diz da nossa infantaria a pag. 116 da sua defesa:
"En cuanto a la infantería enemiga, no puede ser destrui la si só por otra infantería, por lo quebrado y cortado del paiz, *y es preciso decir, en obsequio de la justicia, que la infantería enemiga és biens mandada que ha mostrador tenes una instrucción muy brilhante, y una serenidad, que le hae honor.*"
Os batalhões de infantaria que tomaram parte na batalha de Ituzaingó foram os ns. 3, 4 e 27 (brigada do general, então coronel Leitão Bandeira) e 13 e 18 (brigada do general, então coronel Leite Pachec). Esses cinco batalhões tinham apenas a força de 2,036 homens. O batalhão 27 compunha-se de alemães, os outros de tropas da côrte ou do norte, que haviam feito a guerra da independência na Bahia e a campanha de 1824 em Pernambuco.

2º dito (coronel J. M. Paz)	444
3º dito (coronel Angel Pacheco)	466
4º dito, couraceiros (coronel J. Lavalleja) (de Buenos Aires)	509
8º dito, lanceiros (coronel J. Zefriategui)	520
9º dito (coronel M. Oribe) (orientais)	560
16º dito, lanceiros (coronel J. Olavarria) (de Buenos Aires)	475
Couraceiros (coronel Anacleto Medina)	495
Colorados de Conchas (coronel J. M. Villela) (de Buenos Aires)	500
Esquadrão de Alemães (comandante barão Hein)	260
Divisão de vanguarda (general Lavalleja) (orientais)	3.690
	8379
Artilharia, com 24 peças (coronel Iriarte)	600
Infantaria: - 1º batalhão (coronel M. Correa) (de Buenos Aires)	400
2º dito (coronel Vicente Alegre) (orientais)	470
3º dito (coronel E. Garzon) (Entre-Rianos)	300
5º dito (coronel Olazabal) (províncias de Salto e Jejuy)	408
	2.178
Total	10.557

Na mesma obra de Titara encontra-se um outro mapa argentino datado de Ballé (Bagé) em 22 de Abril, e assinado por Geronimo Espejo, pelo qual se vê que, com as perdas de Ituzaingó, o exército inimigo estava reduzido a 8.847 homens. Pouco mais ou menos na mesma época (1º de maio), com a junção de Bento Manoel, e com outros reforços, tínhamos 7.064 homens.

Escrevemos este artiguinho às pressas somente para que chegasse quanto antes ao conhecimento do Sr. *Lázaro Garay.* Esperamos que o ilustre cavalheiro não fale mais *en los tantos cañones de Ituzaingó*, o desejamos que seja mais feliz com seus novos inventos e com as suas experiências de *cañones*-*Garay* e *cohetes bomba*.

4. *A Nação: jornal político e comercial*, ano II, n. 274, 27/12/1873.

HISTÓRIA PÁTRIA

As vitórias argentinas de 1827.

Vacacahy - Ombú - Ituzaingó - Camacuã - Herval

O aparecimento de um livro que acaba de publicar em Buenos Aires o Sr. coronel Geronimo Espejo [*San Matin y Bolivar. Entrevista de Guayaquil*], e que ainda não tivemos a fortuna de ler, deu lugar a que um dos periódicos dessa capital ainda uma vez falasse n*as esplêndidas vitórias del Bacacahy, del Ombú, de Ituzaingó, del Camacuã e del Yerbal.*

Não há quem entre nós desconheça o que foi a batalha de Ituzaingó, sobretudo depois que o major Titara, na sua obra - *Campanha do Grande Exército Aliado Libertador*, consagrou-lhe um capítulo especial, publicando todos os documentos oficiais, além do excelente plano levantado por Sewelch; e depois ainda que o general Machado de Oliveira em 1860, deu a lume na Revista do Instituto Histórico, a sua interessante *Memória* sobre a 1ª campanha de 1827. Não sucede, o mesmo porém com os choques de Vacacahy e Ombú, e os de Camaquan Chico e Pedras Altas (ou Herval), de que nenhum escritor brasileiro dá notícia pela nenhuma importância desses feitos de armas.

Tão insignificantes foram eles, que, muitos militares que serviam nesse tempo chegam a negar completamente que tais encontros se houvessem dado; o que é fácil de compreender em uma guerra em que muitos outros combates de mais vulto foram pelejados.

O general argentino Alvear, entretanto, teve a habilidade de dar a esses insignificantes reencontros as proporções de grandes combates, e desde então não se tem cessado de falar no Rio da Prata n*as duas vitórias que precederam a batalha de Ituzaingó, e nas duas outras que se lhe seguiram*.

Seja-nos, pois, permitido dar aos nossos leitores uma ligeira idéia do que foram as tão faladas e tão famosas vitórias argentinas *del Bacacahy, del Ombú, del Camacuan, e del Yerbal.*

- VACACAI (Bacacahy dos argentinos).

- Este pequeno é que deu-se no dia 13 de Fevereiro de 1827.

Marchava então do Arroyo da Palma sobre S. Gabriel o nosso exército, ao mando do general marquez de Barbacena, em procura do exército argentino, comandado por Alvear.

Compunha-se todo o exército brasileiro de 6,480 homens, e 12 bocas de fogo[30]. O exército argentino, muito superior em número, constava de pouco menos de 11,000 homens e 24 bocas de fogo.[31]

Não se tendo animado Alvear a atacarnos na vantajosa posição que ocupávamos no Arroyo da Palma, simulou uma retirada, o seguiu para os campos do Santa Maria, no centro da província do Rio Grande do Sul, a fim de atrair-nos para um ponto em que a sua cavalaria pudesse manobrar mais livremente.

---

[30] Mapa assinado pela ajuda te-general barão de Caçapava, e organizado no dia 11 de Fevereiro de 1827.

[31] Veja-se o mapa na obra de Titara; Memórias do grande exército aliado ect. pag. 121 (Livraria Garnier). Na batalha de Ituzaingó apresentaram os argentinos 10,557 homens.

Acreditavam geralmente os chefes brasileiros que a força inimiga era igual ou inferior à nossa, e por isso pôs se o marquez de Barbacena em movimento, fazendo marchas forçadas no rigor da estação calmosa, para obrigar o general argentino a aceitar uma ação geral.

Com o fim de descobrir a direção que levava Alvear foi destacado Bento Manoel com a 1ª brigada ligeira, forte de 863 homens de cavalaria.[32]

O inimigo ocupou S. Gabriel, saqueou a povoação, que estava deserta, e apoderou-se aí de algumas carretas com generos e fardamento.

No dia 13 de Fevereiro estava Alvear acampado nas imediações de S. Gabriel. Dias antes havia ele destacado o coronel Lavalle com o 4º regimento (couraceiros), que se compunha de mais de 500 homens[33], o comandante Brito com um esquadrão do 1º, o major Perdriel com 100 homens do 2º, e o major Alvin com 200 do 1º e do 8º[34] em diferentes direções a fim de chamar para outros pontos a atenção das nossas forças.

À margem do *Vacacai* tinha o inimigo um piquete de 100 homens. Nesse mesmo dia 13 foi essa força surpreendida e derrotada pelo tenente Marcellino Ferreira do Amaral e pelo alferes Antonio Corrêa de Mello, que apenas tinham 70 homens do 22º regimento de milícias, pertencente à brigada de Bento Manoel. O píqueto inimigo nem sequer resistiu: dispersou-se, fugindo precipitadamente, e deixou no campo 2 oficiais e 20 soldados mortos. Enquanto os nossos perseguiram os fugitivos, acudiu Lavalle com o seu regimento e outras forças, formando um total de mais de 700 homens. Então retrogradou o tenente Marcellino do Amaral, e recolheu-se à vanguarda de Bento Manoel, que se compunha de 200 homens ao mando do major Gabriel Gomes Lisboa, o qual fez uma brilhante retirada, resistindo a força muito superior e tendo apenas 2 mortos e 3 feridos. Na mesma ocasião o célebre guerrilheiro José Theodoro apoderava-se de 3 carretas do inimigo e de alguma cavalhada, fazendo 8 prisioneiros.

Apenas Gabriel Gomes reuniu-se a Bento Manoel, pôs se Lavalle em retirada.

Tal foi o pequeno combate a que os argentinos chamam - *vitória del Bacacahy.*

A nossa perda foi de 2 mortes e 3 feridos, a deles de 22 mortos deixados no campo, além de 8 prisioneiros, ficando quase completamente destruído um piquete de 100 homens por uma força nossa que não excedia de 70.

Em seu boletim contou Alvear este sucesso de modo muito diverso, assegurando que havíamos tido 30 mortos, ao passo que os argentinos só tiveram 5, sendo completamente baido Bento Manoel.

Eis como no boletim nº 3 do exército imperial é referido esse encontro:

> No dia 13 muito se distinguiram o major Gabriel Gomes, o tenente Marcellino Ferreira do Amaral e o alferes Antonio Corrêa de Mello, porque com a perda de 2 homens resistiram a muito superior força inimiga, matando-lhe 2 soldados e 2 oficiais. O tenente José Theodoro também tomou 8 carretas do inimigo, todo o gado que havia roubado da estância de Rolhano, 150 cavalos, 7 clavinas, 6 pistolas e 7 espadas, fazendo 8 prisioneiros. Entre eles veio o infame e conhecido traidor Américo, que será julgado em comissão militar.

---

[32] E não 1,200 homens como se tem dito até aqui. Veja se o mapa original assinado pelo general Andréa, barão de Caçapava, e o manuscrito do coronel Seweloh. (Secretaria da guerra e coleção do Inst. Hist.)

[33] Dias depois, em Ituzaingó, esse regimento, segundo o mapa do exército argentino, tinham 509 homens.

[34] Boletim nº 4 do exército argentino.

A linguagem desse boletim mostra que pouca importância demos à pequena vantagem do dia 13 de Fevereiro. Hoje, porém, que se insiste em convertê-la em *derrota*, julgamos dever adicionais as palavras do boletim brasileiro o testemunho do ilustre tenente-general Osório, marquez do Herval, que então servia no exército do Sul.
Eis o que ele diz sobre a ação do Vacacahy:

> Nesta segunda campanha não servi na coluna de Bento Manoel, porém, estando no exército do general Barbacena, sei que ao sair o exército de Alvear de Bagé para S. Gabriel, foi mandado Bento Manoel com os regimentos 22 e 28 e paisanos e guerrilhas, a flanquear o exército inimigo, que parou alguns dias em S. Gabriel e tinha um piquete de 100 homens sobre o Vacacahy. Esse piquete foi atacado de surpresa pelo tenente Marcellino do regimento 22. Este Marcellino era da vanguarda de Bento Manoel, comandada pelo major Gabriel Gomes, e nessa surpresa foram mortos 2 oficiais e 20 soldados do inimigo, perdendo nós apenas 2 homens mortos e tendo 3 feridos. Também nestes momentos do conflito veio sobre os nossos uma força de cavalaria muito superior, mas Gabriel Gomes, manobrando com coragem e precisão, fez uma brilhante retirada.

Eis agora uma carta de Gabriel Gomes escrita a Bento Gonçalves no dia 14:

> (...) Ontem demos uma boa esfrega nos castelhanos; com 70 homens fizemos em postas quase 150 que eles tinham de observação, quando íamos perseguindo os dispersos apareceu uma forte divisão de cavalaria, e não podendo eu fazer lhe frente porque só tinha 200 homens e eles eram bem perto de 800 me pus em retirada até me incorporar com o resto da brigada, com o que a gente d *la pátria* se pôs em retirada a galope. Tivemos 2 homens mortos e 3 feridos e eles 2 mortos deixados no campo quando o tenente Marcellino fez a surpresa, e, destes, dois são oficiais, devendo ser muitos os feridos, porque aquela gente não soube resistir e disparou pensando que nós éramos em grande número. A nossa gente era toda do 22." (Documentos da secretaria da guerra).

Isto quanto a Vacacahy.

OMBÚ (15 de Fevereiro). - Vejamos agora em que consistiu a outra famosa vitória do Ombú, ou mais propriamente as ações de SANGA FUNDA e OMBÚ.
O pequeno contraste do Vacacahy levou Alvear a destacar uma forte coluna para *a atacar decididamente* (diz o boletim argentino) a divisão de Bento Manoel. Sahio para esse fim o general Mancilla com a seguinte força:

300 lanc. do reg. 8 Zufriategui (coronel)
200 >> >> >> 16 Olavarria (idom).
100 >> >> >> 2 Cortinas
100 >> >> >> 2 S. Martin. Albarracain.
490 couraceiros ……. Anacleto Medina (idem).
1.190

A brigada de Bento Manoel, composta dos regimentos de 2ª linha ns. 22 e 23, vários guerrilhas e 2 companhias de lanceiros, constava então de 858 homens. Bento Manoel, iludido pelos movimentos de Alvear, aproximava-se da margem esquerda do Ibicuhy, quando na manhã de 15 de Fevereiro apareceu o general Mancilla. Havia o chefe brasileiro recebido do marquez de Barbacena ordem para observar o inimigo e evitar encontro com forças superiores, e por isso pôs-se em retirada, determinado que a cavalhada e a pequena bagagem da brigada do seu

comando fossem postas a salvo na margem direita do Ibicuhy, e no lugar denominado Passo do Ombú.

Essa operação deu lugar a que se aproximasse um tanto o inimigo, começando então um renhido combate de atiradores até o lugar denominado *Sanga funda*, antes do passo. Chegando a Sanga funda, para deter o inimigo e facilitar a passagem, ordenou Bento Manoel que o bravo coronel Medeiros Costa e o major Gabriel Gomes, com três esquadrões de lanceiros do 22, carregassem a vanguarda de Mancilla. Os nossos, voltando repentinamente, caíram sobre a divisão inimiga vanguarda, causando-lhe grande perda entre mortos e feridos.

A nossa perda consistiu no alferes José Xavier de Azambuja e 9 soldados mortos, além de 11 soldados feridos. O inimigo, surpreendido com esse choque, recuou, e Bento Manoel, atravessando o rio, fez-se forte no Passo de Ombú. Avançou de novo Mancilla, e tentou forçar o passo, mas, perdendo logo aos primeiros tiros 11 mortos e vários feridos, e sendo muito vantajosa a nossa posição, pôs-se em retirada. À noite Bento Manoel marchou na direção de Jaguary.

Essa é a verdade, mas segundo os generais Alvear e Mancilla "Bento Manoel fugiu vergonhosamente" e perdem 40 *mortos*, ao passo que o *vencedor* Mancilla só teve 10 soldados mortos e 2 oficiais e 10 soldados feridos.

Não nos foi possível, infelizmente, encontrar o boletim do nosso exército que trata desse encontro, nem a parte oficial de Bento Manoel. Em compensação temos as seguintes informações do ilustre general Osorio:

Em carta de 27 de Março de 1871, dirigida a um amigo nosso: - "Em Ombú Bento Manoel, muito o perseguido, mandei o coronel Medeiros dar uma carga com regimento 22 de lanceiros, que rechaçou a vanguarda inimiga, perdendo 9 praças mortas e mais um alferes, e o inimigo parou de perseguir."

Em carta de 9 de Janeiro de 1872:

> Bento Manoel então colocou-se ao norte de S. Gabriel (depois da ação do dia 13), e, sentindo pelo inimigo, mandou Alvear sobre ele uma força, que foi calculada em 3,000 homens de cavalaria, comandada pelo general Mancilla. Essa força no dia 15 de Fevereiro alcançou ao general Bento Manoel perto do Passo do Ombú no Ibicuhy Grande. Bento Manoel pôs-se em retirada mandando as suas cavalhadas e poucas bagagens para além do mesmo rio, o que motivou o aproximar-se mais o inimigo e começar um forte combate de atiradores até o lugar denominado Sanga Funda. antes do Passo. Bento Manoel mandou aí, para deter o inimigo e facilitar a passagem, carregar três esquadrões sobre a vanguarda inimiga, e com efeito o inimigo parou, perdendo-se de nessa parte o alferes José Xavier de Azambuja, e ali, em toda jornada, 20 praças mortas e feridas.
>
> A nossa força passou o Passo e ali se fez forte; o inimigo não passou apesar de tentar À noite B. Manoel marchou na direção de Jaguary, e o inimigo retrocedeu No dia 19 do mesmo Fevereiro retrocedeu B. Manoel de Jaguary para o Passo de Santa Vitória, de onde foram ouvidos no dia 20 os primeiros tiros de peça da batalha de Rosário (Ituzaingó) e Bento Manoel, que não supunha a batalha naquele dia, nem tinha recebido ordens do general em chefe a respeito, mandou o porta estandarte Zeferino Teixeira de Carvalho a reconhecer a causa do fogo que havia, e foi seguindo na direção de Cacequey, onde o dito porta-estandarte já encontrou dispersos do nosso exército."
>
> Bento Manoel, pois, fez uma boa e feliz retirada, na qual muito bons serviços prestou o major Gabriel Gomes.
>
> Mais tarde, voltando força nossa ao campo da ação de Ombú, encontrou 9 cadáveres do inimigo no campo e 2 no mato, na margem esquerda do Passo, e várias sepulturas.

ITUZAINGÓ (20 de Fevereiro). - Já em Agosto deste ano[35], respondendo a um artigo do capitão argentino Lazaro Garay, ocupamo-nos detidamente desta batalha, mostrando com o testemunho insuspeito do general Lavalleja, e diante de muitos documentos, e manuscritos inéditos de oficiais que tomaram parte na referida ação, que Alvear, na parte oficial que dirigiu ao seu governo, e na *Defesa* ou *Exposición* que publicou posteriormente, faltou a verdade dizendo que nos havia tomado artilharia e bandeiras, e alcançando uma vitória completa sobre forças superiores.

Não voltaremos, pois, sobre estes pontos, a limitar nos hemos a remeter o leitor - para os dois artigos que então publicamos, - para a obra de Titara, já citada, onde se encontram todos os documentos oficiais relativos à batalha, - e para a *Memória* publicada na *Revista* do Instituto Histórico pelo general Machado de Oliveira.

Diremos apenas em resumo:

Que a parte oficial de Alvear não passou de um *romance* cheio de inexatidões, reconhecidas pelo próprio governo argentino de então;

Que ele faltou a verdade quando disse que nos tomou toda a artilharia, como ficou provado por uma declaração do general Lavalleja;

Que apenas uma peça de artilharia, por estar quebrada, foi por nós abandonada na retirada, como declaram as nossas partes oficiais, e, em suas *Memórias*, os generais Machado de Oliveira e Lima e Silva, e o coronel Seweloh, assim como o mesmo general Lavalleja em uma carta que existe na Biblioteca Pública do Rio do Rio de Janeiro;

Que não nos foi tomada bandeira alguma na batalha, e que as que se acham na catedral de Buenos Aires foram achadas na bagagem do nosso exército, saqueada e abandonada pelos nossos próprios lanceiros *guaranis*, que a escoltavam;

Que nenhum quadrado nosso foi roto, como diz Alvear;

Que repelimos todas as cargas do inimigo, sendo que a 1ª divisão brasileira, composta apenas de 1,496 homens de infantaria e 897 de cavalaria, chegou a ocupar as primeiras posições da esquerda e centro inimigo, fazendo recuar os generais Soler e Julian Laguna;

Que e marquez de Barbacena fez tocar a retirada, depois de 6 horas de combate, por estarem esgotadas as munições e terem caído em poder do inimigo as carretas da bagagem e munições, depois do saque feito pelos guaranis;

Que o general Callado com a 2ª divisão que no princípio do combate, constava de… de infantaria e.. de cavalaria, foi o último a retirar-se do campo, marchando lentamente, e conduzindo toda a nossa artilharia, sem que o inimigo se atrevesse a persegui-lo;

Que é ainda in xacto Alvear, na sua *Exposicion*, quando diz que só tinha 6.200 homens e nós mais de 10.000, pois, como se vê dos *mapas argentinos* e brasileiros publicados na obra de Titara, e que existem em original na secretaria da guerra, e exército argentino em Ituzaingó compunha-se de 10,557 homens e 24 bocas de fogo, sendo 8,379 homens de cavalaria, 1,578 de infantaria e 600 de artilharia, ao passo que o brasileiro só constava de 5,567 homens e 12 bocas de fogo, sendo 3,186 homens de cavalaria, 2141 de infantaria e 240 de artilharia;

Que tanto isto é verdade, que, dois meses depois, segundo um mapa que Titara copiou, organizado em Bagé em 22 do Abril de 1827 (e assinado pelo Sr. *Geronimo Espejo*, que

[35] Veja-se a Nação de 26 e 27 de agosto.

supomos ser o mesmo autor da obra recentemente publicada) o exército argentino, não obstante as grandes perdas que sofreu, ainda constava de 8,847 homens;
Que a nossa perda não foi de 1,500 homens como disse Alvear, mas apenas de 334 homens, entre mortos, feridos e prisioneiros;
Que o exército inimigo, não obstante ficar senhor do campo de batalha, e ser muito superior em número, não se animou a hostilizar a retirada do nosso, *retirando-se* por sua vez dias depois, e evacuando a província do Rio Grande do Sul para ocupar Corrales, na Banda Oriental;
Finalmente, que o procedimento das nossas tropas, apesar de surpreendidas, e inferiores em número, foi tal, que mereceu os maiores elogios do coronel Seweloh, alemão, e do próprio Alvear, que, em sua *defesa* disse: "*es preciso decir, en obsequio à la justicia que el enemigo ha mostrado tener una instrucción muy brillante, y una serenidad, que le hace honor.*"[36]
Não nos demoraremos sobre essa batalha porque os principais documentos relativos a ela já estão publicados.
Os argentinos cantaram vitória só porque ficaram senhores do campo de batalha, mas a verdade é que o nosso pequeno exército soube manter a sua reputação de bravura, lutando com uma força duas vezes superior em número, repelindo todos os ataques do inimigo, e retirando-se sem ser destruído, como poderia tê-lo sido.
CAMAQUAN (23 de Abril). - *Este combate de Camacuan* foi tão importante que não mereceu no nosso exército do Sul, senão o nome de - *guerrilha do Rufino*.
Depois da batalha de Ituzaingó o exército imperial retirou-se para o Passo de S. Lourenço no Jacuhy, ficando o general Sebastião Barreto, com a maior parte da cavalaria, de observação ao inimigo.
O exército argentino demorou se dois dias de campo de batalha, e, seguindo lentamente, ocupou S. Gabriel no dia 24, de onde marchou para Corrales, evacuando a província do Rio Grande do Sul, e gastando 18 dias para fazer as 24 léguas que separam Corrales de S. Gabriel.
Colocou-se Sebastião Barreto entre Ragé e S. Gabriel, cobrindo a estrada de Caçapava.
Em 13 de Abril os argentinos abrem a sua segunda campanha, marchando sobre Bagé. O boletim de Alvear assegura que "os cavalos que o exército republicano possue são suficientes para dar novos triunfos à República" (Boletim nº 7).
No dia 16 a vanguarda inimiga, ao mando de Manoel Oribe, ocupa Bagé. Uma partida nossa carrega outra de Oribe e obriga-a a debandar, com o que evacuou o intuago a povoação. No dia 18 todo o exército inimigo avançou, acampando em Bagé, e sustentando um animado tiroteio com alguns pequenos destacamentos nossos.
Sebastião Barreto tinha apenas 1,050 homens de cavalaria miliciana, pois Calderon e outros oficiais estavam destacados em diferentes direções. O exército de Alvear compunha-se no dia 22 de Abril (segundo o mapa assinado por Geronimo Espejo) de 8,847 homens das três armas[37].
No dia 21 o traidor Elesbão Alves descobriu a Alvear a verdadeira posição do Sebastião Barreto, e a diminuta força que este comandava. Resolveu, por isso, o general argentino surpreender e atacar a nossa pequena coluna, escolhendo para essa empresa os seguintes oficiais e soldados:

[36] Pág. 116 da *Exposición* de Alvear em resposta às acusações da Mensagem do governo Argentino.

[37] Titara pág. 124.

General Lavalleja	800 h. do 1º corpo.
-- Lavalle	434 (1º regimento).
Coronel Zufriategui	441 (8º “)
-- Pacheco	426 (8º “)
-- Oribe (Manoel)	429 (º “)
-- Medina	200 (Couraceiros)
Comandante Raña	200 (?)
	2.483

Alvear tomou o comando dessa coluna, e levando consigo os generais Mancilla e Paz, partiu em procura de Sebastião Barreto no dia 22 de Abril ao pôr do sol.
O chefe brasileiro, porém, mudara de acampamento às 10 horas dessa noite, indo situar-se nas vizinhanças do Rincão de Camaquan Chico, perto de um banhado, e deixando alguns fogos no suio do acampamento abandonado.
Alvear cercou este sítio pela madrugada, mudou de cavalos, e esperou que amanhecesse para atacar. Ás 8 da manhã havia ainda uma névoa espessíssima, e o inimigo estava já em marcha, procurando a nossa coluna pelos rastros que descobrira[38].
Sebastião Barreto , porém, havia destacado ao romper do dia, uma partida de 50 praças e 3 oficiais, ao mando do capitão Jacintho Guedes de Siqueira, para explorar o campo. Constava essa partida de 25 atiradores do regimento nº 40, dirigidos pelo então tenente David Canavarro[39], e de 25 lanceiros comandados pelo alferes Pedro Marques.
Essa pequena força avistou, no meio da cerração, os dois primeiros esquadrões da vanguarda inimiga, e, sem perder tempo, carregou-os, desbaratando-os completamente. O fim que teve em vista o capitão Guedes de Siqueira foi dar aviso com os tiros ao general Sebastião Barreto, que estava apenas a 16 quadras de distância.
Reforçada a vanguarda inimiga, começaram a retirar-se em ordem os nossos exploradores, cuja intrepidez e presença de espírito salvou a coluna de Sebastião Barreto.
Este, ouvindo os tiros, montou a cavalo e transpus o banhado que tinha à retaguarda, abandonando alguns cavalos magros e duas canastras do coronel José Rodrigues Barbosa.
Do outro lado do banhado pretendeu resistir o nosso general, mas desde logo compreendem que não deveria sacrificar a sua coluna em um combate desigual e limitou-se a aguardar a junção do destacamento de Guedes de Siqueira.

[38] Boletim 9º do exército argentino, e *Exposicion* de Alvear.

[39] Nesse tempo o famoso David Canavarro depois general, usava do nome de *David José Martins.* [ilegível]

Alvear, irritado com a inesperada carga de que foram vítimas os dois esquadrões da vanguarda, empenhou-se pessoalmente na perseguição dos nossos exploradores. Estes, porém, reduzidos a 45 praças e 3 oficiais, conseguiram escapar a ativa perseguição de toda a coluna inimiga, e aos esforços que fizeram os generais Lavalleja, com 300 homens do 1º corpo, Mancilla, com os 426 homens do 3º regimento, e Paz, com os 444 do 8º regimento, para flanquea-los.

Quando Guedes de Siqueira aproximou-se do banhado, Sebastião Barreto adiantou fortes guerrilhas para protegê-lo, e os intrépidos exploradores puderam operar a passagem a salvo, pondo se então em retirada toda a nossa coluna depois de sustentar um curto tiroteio com o inimigo junto aos dois passos que dava o banhado.

A retirada de Sebastião Barreto fez-se pelo Rincão de Camaquan Chico, através de um desfiladeiro, que tornava impossível aos contrários o flanquear-nos.

Estes perseguiram-nos por espaço de légua e meia, e afinal fizeram alto. O boletim nº 9 do exército inimigo diz que "favoreceu a Barreto a bondade dos seus cavalos e a esperança de uma serra cortada de desfiladeiros." É preciso, entretanto, convir que, se o terreno era mau para a cavalaria inimiga não deixava de sê-lo também para a nossa.

Quanto aos cavalos, já transcrevemos acima um trecho do boletim nº 7 de Alvear pelo qual se vê que também ele tinha bons cavalos quatro dias antes. Em tão curto espaço de tempo não poderiam estar arruinados.

Segundo o boletim de Alvear a sua perda foi de um oficial e 11 soldados feridos, e a nossa 53 *mortos.* Não sabemos se é verdadeiro o primeiro algarismo: o segundo é falsíssimo, pois apenas tivemos 5 soldados mortos e 8 levemente feridos.

Eis aí o que foi *el brillante combate del Camacuan* ou antes *la brillante victoria del Camacuan*: um insignificante choque em que 3 oficiais e 50 soldados brasileiros desbaratam seus esquadrões inimigos, e, perseguidos por 2,433 homens conseguiram salvar-se com a única perda de 5 mortos e 8 feridos! Como troféus ficaram ao inimigo alguns cavalos magros e 2 canastras do coronel Rodrigues Barbosa, na retirada que fez Sebastião Barreto com os seus 1,050 soldados milicianos.

O sucesso foi tão importante, que nem mesmo ofício especial encontramos nos nossos arquivos sobre ele. Denota semelhante falta e nenhum valor que os chefes brasileiros deram ao feito de armas do dia 23 de Abril de 1827, em que aliás tanta glória alcançaram os três valentes oficiais capitão Guedes de Siqueira, tenente Canavarro e alferes Moraes, batendo se em retirada com os generais Alvear, Mancilla, Lavalleja, Lavalle e Paz, com os coroneis Zufriategui, Pacheco, Oribe e Medina e com o comandante Raña. Cinquenta e três homens contra 2.433!...

O único documento oficial que pudemos encontrar foi um ofício do presidente da província do Rio Grande do Sul ao ministro da guerra, em que diz o seguinte: "Neste instante acaba de me participar o general em chefe que a 23 foi atacado pelo inimigo o brigadeiro Barreto, com insignificante perda, e retirou-se para Camaquan. Alvear com 7,000 homens marcha sobre o nosso exército".

O seguinte ofício de Sebastião Barreto antes do choque do dia 23 mostra a resolução em que estava de não aceitar combate com o inimigo pelas diminutas forças de que dispunha:

> Ontem entrou o exército inimigo em Bagé, e ainda se diz que seu destino é S. Francisco de Paula (hoje Pelotas). Hoje fiz seguir uma força para colocar-se na sua frente. Eu com o resto da tropa estou no flanco esquerdo, e apenas marcharem os inimigos irei na sua retaguarda. As avançadas estão quase sempre em fogo, e o

> regimento de Lunarejo (40 de 2ª linha) está por isso sem munições. Espero que V. Ex. me socorra com este artigo, que pode vir por Caçapava, passando nos Enforcados. Será bom examiná-las para que não venham cartuchos arruinados como os que vieram a S. Sepé. *Se o inimigo por aqui se conservar e não me atacar em força, por aqui ei de estar, retirando-me no último caso*. O inimigo não tem desmembrado partidas para esta parte: está tudo em massa. Pessoa de confiança me avisou que tinham mandado para a Lagoa Mirim algumas balseiras, o que hoje comuniquei ao Sr. marechal de campo Gustavo Brown - Deus Guarde a V. Ex. - Campo sobre S. Teca. O de abril de 1827. - Iiim. e Exm. Sr. marquez de Barbacena, general em chefe. - (assinado) *Sebastião Barreto Pereira Pinto*, brigadeiro.

Na falta de documentos oficiais sobre *el brillante combate del Camacuan* recorremos aos militares que serviram naquele tempo, e as informações que nos deram combinam em tudo com a seguinte exposição que devemos ainda ao bravo general Osório, que então servia às ordens de Sebastião Barreto:

> -*Combate de Camacuan* (por nós chamado *guerrilha do Rufino*). - O general Barbacena resolveu ainda retirar-se de S. Sepé para as imediações da vila da Cachoeira, margem esquerda do Jacuhy. O general Barreto, e os coronéis Bento Manoel e Bento Gonçalves, desaprovam esse movimento, que entregava toda a campanha da província ao inimigo, e então ficaram estes chefes na campanha, marchando para as pontas do Camaquan fronteiras às do Jaguary e Taquarembó, entre as povoações de Bagé e S. Gabriel, cobrindo a entrada de Caçapava.
>
> O exército inimigo marchou do Passo do Rosário para os pontas dos Corrales, e projetou operar contra Pelotas e Rio Grande, fazendo reunir por Ignacio Oribe, em Serro Largo, gente e cavalhadas. O traidor Elesbão Alves, tinha descoberto a nossa força comandada pelo general Barreto, e esta carência de notícias do inimigo.
>
> Na noite de 22 de Abril, mudou de campo a nossa força, e ao romper do dia 23, debaixo de uma forte cerração, partiu a descobrir uma força de 50 praças e 3 oficiais, 25 daquelas atiradores, comandadas pelo tenente David Canavarro do regimento 40, e 25 lanceiros comandados pelo alferes Pedro Marques, sendo comandante geral o capitão Jacintho Guedes de Siqueira.
>
> Quando a nossa força mudou de campo às 10 da noite, deixou fogos acesos. O inimigo, em número de 3,000 homens de cavalaria, chegou e cercou o acampamento deixado, para atacá-lo ao amanhecer. Pesquisava o campo à hora em que os nossos descobridores chegavam aquelas imediações, e já o inimigo buscava a nossa coluna pelo rastro que pode descobrir de dia, quando os nossos 50 bravos viram primeiro a vanguarda argentina, e, sem parar nem reflexionar, carregam sobre o inimigo, levando-lhe de vencida os 2 primeiros esquadrões. O fim dos nossos oficiais era avisar a nossa coluna, pelo estrépito dos tiros da proximidade do inimigo.
>
> Este protegeu a sua vanguarda e os nossos descobridores se puseram em retirada, ativamente perseguidos, porém combatendo em ordem. Os 50 tiveram 5 mortos dos seus, e 8 levemente feridos.
>
> Nessa coluna, que estava a 16 quadras, montou a cavalos e passou o banhado, que tinha por sua retaguarda, deixando no campo uma porção de cavalos magros e um par de canastras do coronel José Rodrigues. A nossa força tomou posição além do banhado, destacou para a margem esquerda deste fortes guerrilhas, e, protegidos por estas também passaram e se reuniram os valentes descobridores de Canavarro. Marques e Guedes de Siqueira. Então viram os nossos chefes a força superior que os buscava. O inimigo transpôs os passos, e os nossos se puseram em retirada pelo Rincão de Camaquan Chico cujo terreno [ilegível] que a coluna brasileira fosse flanqueada. Operou-se [ilegível] guerrilha até muito mais de meio dia, retirando-se o inimigo depois.
>
> Não se soube aí que o prejuízo teve o inimigo.

Com esta exposição, deixamos de parte *la brillante y incomparable victoria del Camacuan*, para tratar da *mais que brilhante victoria del Yerbal*. Também há em Buenos Aires, se não nos enganamos, uma *calle del Yerbal.*

HERVAL ou antes PEDRAS ALTAS (24 de Maio de 1827.) - Esta *vitória* é mais curiosa ainda. Se a *guerrilha* de 24 de Maio merece o nome de combate, então será preciso convir que foi para os argentinos uma *derrota* perfeita e completa, embora em pequena escala.

Quando Alvear abriu a sua segunda campanha pretendia, segundo os seus boletins, derrotar a cavalaria de Sebastião Barreto, - o que não conseguiu, como acabamos de ver, - e apoderar-se em seguida de Jaguarão (então *Serrito*), Pelotas (então *S. Francisco de Paula*) e Rio Grande, - o que também não conseguiu, - sendo afinal obrigado de novo a evacuar a fronteira da província, e a recolher-se ao Serro Largo.

Na sua primeira campanha falou nas *vitórias de Vacacahy, Ombú e Ituzaingó*; na segunda fala apenas nas de *Camacuan* e *Herval* (ou Yerbal). O encontro de Herval deu-se no dia 24 de Maio, porém dias antes, em 10 de Maio, houve outro no *Serro Largo* de que nem sequer fez menção o general argentino. Foi, entretanto, um sucesso, esse, mais importante do que os outros, exceptuando a batalha de Ituzaingó, que perdemos. Não o mencionou, porém, Alvear porque seria por demais escandaloso converter também em vitória um feito d'armas do qual não escaparam se não muito poucos dos seus soldados.

Como não tratamos aqui se não de descrever as 5 *grandes vitórias* de Alvear, bastará dizer que no dia 10 de Maio o tenente coronel Bonifacio Isaz Calderon, auxiliado pelo valente guerrilheiro José Theodoro, derrotou, com uma parte do 39º regimento de 2ª linha, uma força considerável do inimigo em Serro Largo, e cercando o quartel em que se entrincheirara o coronel Ignacio Oribe, obrigou-o a render-se à discrição, depois de algumas horas de fogo.

A nossa perda foi de 1 alferes e 9 soldados fora de combate, e a do inimigo de 1 alferes e 40 soldados mortos, e 1 coronel (I. Oribe), 1 major (Lavalleja), 3 capitães, 1 ajudante, 2 tenentes, 4 alferes, 3 porta-estandartes e 99 soldados prisioneiros.

Depois de levar a marchas forçadas até Pelotas os prisioneiros do Serro Largo, voltou Calderon a fim de reunir-se ao coronel Bento Gonçalves. - Silva Tavares (barão de Serro Alegre) foi encarregado de fazer retirar para Piratinim as famílias e os moradores da fronteira, enquanto a nossa cavalaria, habilmente dirigida por Sebastião Barreto, Bento Manoel e Bento Gonçalves, fatigava o inimigo com guerrilhas e tiroteios continuados, arrebatando-lhe cavalos e obrigando-o a marchas e contramarchas que o puseram quase inteiramente a pé.

No dia 16 de Maio o exército inimigo chegou ao Rincão do Contrato, e o general Lavalle com os regimentos nº 4 e 16[40], fortes de 891 homens, seguiu em direção ao Herval, enquanto o coronel Vilella com os Colorados de Conchas (436 homens) foi destacado para a margem direita do Jaguarão[41].

Pouco depois de partirem eles, chegou a marchas forçadas, vindo de Pelotas, o tenente coronel Calderon (depois general) com o regimento 39º de segunda linha. Fazia a sua vanguarda o célebre tenente José Theodoro.

Para darmos idéia dos serviços que então prestou este oficial pedimos licença para abrir um pequeno parênteses, cedendo a palavra ao general Lavalleja, distinto chefe oriental, que, melhor do que ninguém conhecia as *caraminholas* que Alvear soube impingir aos argentinos nos seus

[40] Boletim nº 10 do exército de Alvear.

[41] Mesmo boletim.

boletins e na *Exposição* que publicou, defendendo-se das acusações que lhe foram feitas por faltar escandalosamente à verdade.

- Este José Theodoro, depois de praticar durante as duas campanhas de 1827 as maiores façanhas, caiu afinal, graças a sua imprudência, em um laço que armou-lhe Lavalleja no ano seguinte. Em 23 de Janeiro de 1828, estando ele com 25 homens apenas, foi cortado pelo tenente coronel Araujo, do exército inimigo (que então era dirigido por Lavalleja), e atacado no Serro de Maria Pinta, teve de render-se a forças superiores, depois de uma larga e obstinada resistência.

Dando conta desse sucesso ao seu amigo Trapani, em carta de 31 de Janeiro (que existe, em original, na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro), diz Lavalleja: "*En 23 fue hecho prisionero el famoso Juca Theodoro, que tantos malos ratos le dio al Grál, Alvear en la campanã anterior*."

No boletim do seu exército disse ainda Lavalleja:

> *El ejercito ha reportado una ventaja en la toma de este oficial*. Era el mas a proposito para cualquier golpe de mano, y su mucha pratica y conocimiento del terreno por donde el ejercito ha caminajo, y por los parages donde probablemente puede llevarse la guerra *lo hacian muy peligroso*.
> *En la campanã pasada siempre infatigable*, estabaya à los flane s. ya a retaguardia del ejercito, apoderandose de todos los que se separaban, o quedaban atraz. Era el unico oficial que estaba siempre descubriendo nuestra posicion, y nuestras avauzadas.

Tantos louvores feitos pelo inimigo, em um *boletim*, denotam o merecimento desse oficial, que era apenas *tenente* de milícias.

- Fechado agora o parênteses, voltemos à *la victoria del Yerbal*.

Calderon, regressando de Pelotas, onde deixara os prisioneiros do Serro Largo, correu a incorporar se a Bento Gonçalves, que se aproximava do Jaguarão no intuito de atacar o coronel Vilella. José Theodoro com 40 homens do regimento 39, e pouco mais de 60 voluntários que se lhe reuniram, fazia a vanguarda de Calderon.

No dia 24 de Maio caiu ele sobre uma partida avançada do general Valle, que, como já vimos, comandava dois regimentos, ou 891 homens.

Esse choque deu-se na Estância de Oliveira, perto da Coxilha das Pedras Altas. Nenhuma perda tivemos. O inimigo debandou, deixando 20 homens entre mortos e prisioneiros.

Ouvindo os tiros, e avisado da aproximação de Calderon e José Theodoro, que apenas tinham uns 400 homens, incluindo os paisanos armados que se reuniram ao regimento 39, o general Lavalle pôs se em retirada. Apesar de ter uma força mais que dobrada, o general argentino empreendeu esse movimento porque os seus cavalos estavam em lastimável estado, e a maior parte da sua coluna se havia dispersado, supondo que vinham contra ela forças consideráveis.

Calderon e José Theodoro alcançaram logo o general inimigo, e, não podendo atacá-lo, limitaram-se a hostilizá-lo até o Passo dos Carros no Candiota. Lavalle ao atravessar a coxilha das Pedras Altas, adiantou-se para animar as guerrilhas argentinas, que cumpriam fracamente seu dever ela nenhuma confiança que tinham nos cavalos, e sendo nessa ocasião ferido em uma perna, circunstância que desanimou ainda mais os seus soldados.

Calderon perseguiu-o ativamente até à noite, em que os dois regimentos argentinos transpuseram em confusão o Passo de Carros, perdendo ainda aí alguns homens e armamento.

Não tivemos perda alguma nessas guerrilhas, desde a Coxilha de Pedras Altas até o Passo dos Carros. Os argentinos tiveram: o general Lavalle, que, ferido gravemente, teve de ir restabelecer se em Buenos Aires; 1 capitão e 8 soldados mortos na Estância de Oliveira, e 11 soldados prisioneiros nesse mesmo lugar; no Passo dos Carros perderam ainda alguns homens.

No dia seguinte apresentaram-se aos nossos 5 dispersos do inimigo, trazendo a notícia do ferimento de Lavalle, que correu a incorporar-se ao grosso do exército de Alvear.

É a isso que se chama - *la brillante victoria del Yerbal*.

Na mesma ocasião o coronel Bento Gonçalves, com 220 homens, derrotava junto ao *Passo de S. Diogo* uma partida inimiga, que naturalmente pertencia ao regimento de Vilella. Essa partida ficou inteiramente destruída, perdendo todos os cavalos encilhados que montava, e mais 500 que havia tomado das estâncias vizinhas. O inimigo deixou muitos mortos e quase todo o armamento, lançando-se a nado, os que escaparam, no rio Jaguarão. Ofício de 6 de Junho, do coronel Alves Porto, ao general Corrêa da Câmara, noticiando os choques de Pedras Altas, a que chama do "Rincão de Candiota. - e do Passo de S. Diogo".

Correu em seguida Bento Gonçalves para o Candiota a fim de perseguir Lavalle, e no dia 2 de Junho derrotou outra partida inimiga junto à *Estância do Sego*, fazendo 11 prisioneiros e matando-lhe 8 homens. No dia 3 de Junho dispersou um novo destacamento argentino na Veleda (Ofício do major José Lucas de Oliveira, comandante do distrito de Piratinim, de 3 de Junho, ao comandante das Torrinhas, Antonio José de Paiva; ofício do general Bento Corrêa da Câmara, comandante da fronteira do Rio Grande, escrito em 11 de Junho, ao presidente da província).

Como se vê não passaram de pequenos encontros o que então houve, e se no dia 24 de Maio houve *vitória* ela nos pertence indisputavelmente.

Alvear retirou-se lentamente para o Serro Largo, contentando se com o saqueio das estâncias por onde passou, e ainda no dia 21 de Junho teve o desgosto de ver o seu próprio piquete atacado em *Aceguá* pela guerrilha de José Theodoro, que matou-lhe 6 homens e fez-lhe 10 prisioneiros (ofício do general Corrêa da Camara de 23 de Junho).

Sobre *la victoria del Yerba*l eis o que diz o distinto general Osorio, também neste ponto de acordo com os demais militares que fizeram a campanha, e que ainda existem:

> Entregues em Pelotas os prisioneiros do Serro Largo deu volta Calderon, levando de seu comandante de vanguarda o tenente José Theodoro com 40 homens, aos quais reuniu mais alguns vizinhos dos que se tinham retirado José Theodoro encantou na Estância de Antônio de Oliveira uma partida do general Lavalle, que foi surpreendida, e da qual poucos escaparam, porque deixou 20 mortos e prisioneiros.
>
> A nossa força seguiu buscando o general Lavalle, que comandava 2 regimentos de cavalaria, porém montando muito mais cavalos. Sentindo os tiros, e avisado logo da presença dos nossos, o general Lavalle se pôs em retirada vagarosa, porém foi logo alcançado pela força de José Theodoro, que já tinha mais de 100 homens com os vizinhos reunidos. Lavalle foi perseguido até à noite, à costa da Candiota; porém antes, ao descer a coxilha das Pedras Altas, vindo animar as suas guerrilhas, e estando nelas de oculo na mão, animando os seus soldados, foi aí ferido, e a sua força passou à noite a passo dos Carros, no Candiota, onde ele perdeu alguns homens e armas, que os vizinhos brasileiros acharam quando baixou o rio. Em todo esse combate de guerrilhas não tivemos um só ferido ou morto.
>
> Bento Gonçalves não estava com Calderon e José Theodoro, na guerrilha do dia 24.
>
> Não me parece que o valente e audaz general Lavalle, que aliás não tinha meios de mobilidade, se vangloriasse nunca com esse ato de guerra.

Entretanto, Alvear escreveu para Buenos Aires dizendo que isso foi um *combate* e uma *vitória*, e semelhante invenção ainda hoje é repetida!
Se o general Lavalle nunca se considerou, nem podia considerar, *vencedor*, não sucede o mesmo com os argentinos que juram nas palavras de Alvear.
Eis aqui o que diz o Sr. P. Lacasa na sua *Biografia del General Lavalle*:

> (...) Fué destinado à operar sobre las márgenes del Yaguaron; después del sin numero de difficultades que superó en esta campanha, que tenia por objecto buscar recursos em aquella zona riquisima del Imperio (*)[42], *tuvo lugar el combate del Yerbal, en el cual derroté una division de 600 hombres al mando del general Bento Gonzalez e del celebre guerrilero Lucas Theodoro, quedando* herido en la refriega.

Depois de saberem os leitores o que foram os tiroteios de 24 de maio de 1827 desde Pedras Altas até o Candiota, pedimos licença para acrescentar a este trecho do Sr. Lacasa um pequeno ponto de admiração…
Que vitória!..
Ainda sobre a ação de Vacacahy, em 13 de Fevereiro, na qual a vanguarda de Bento Manoel, ao mando de Gabriel Gomes, derrotou completamente a vanguarda de Lavalle, diz o mesmo Sr. Lacasa:

> No hacian dos meses à que el ejercito argentino habia roto sus marchas de la costa del Uruguay, à las ordens del brigadier general D. Carlos M. de Alvear, cuando estaba pisando ya el territorio de la provincia de Rio Grande y *el general Lavalle batia en las margenes des Bacacahy à una columna enemiga de 1,200 hombres de caballeria,* con el regimento nº 4 de Coraceros y los celebres Colorados de las Conchas mandados por el coronel Vilela.
> Este combate, que tuvo lugar el 13 de Febrero de 1827, siete dias antes de la gran batalla de Ituzaingó, fué para el ejercito republicano de una imensa consecuencia; por el Bento Manoel, el más fuerte de los generales del Imperio (nem siquer sistiu à acção!) quedó arrojado a gran distancia del centro de las fuerzas brasileras, que estaban en operaciones; levantando el espiritu militar de nuestros cuerpos, que no tenian mas de 60 dias de organisacion (estes 60 dias devem ser contados desde 1827 em que se organisou o exercito argentino de observação no Uruguay): asi como restabelecida la superioridad de la caballeria argentina.

Eis como se escreve na República Argentina!

[42] Não há tal: - tinha por objeto ocupar as povoações de Jaguarão e Pelotas e a vila do Rio Grande, como confessa Alvear na sua *Exposicion*.

5. *A Nação: jornal político e comercial*, ano II, n. 275, 29/12/1873.

HISTÓRIA PÁTRIA

As vitórias argentinas de 1827.

Retificamos os principais erros e omissões que escaparam em o nosso artigo de sábado que traz esse título.

Ei-los:

1ª coluna, 5ª linha: - em vez de *ainda*, leia-se *mais*.

3ª página, 1ª coluna, 5ª linha: leia-se *constava de 645 homens de infantaria e 439 de cavalaria.*

Os outros erros de menor importância terão sido supridos pelo leitor.

6. Prólogo do livro *A Guerra da Tríplice Aliança*

PRÓLOGO

Não obstante a boa vontade e diligencia com que o Sr. Louis Schneider procurou coligir as informações que serviram de base á suã *História da Guerra da Tríplice Aliança,* escrita em alemão e agora, por ordem do governo imperial, trasladada a português, tão completas e exatas não puderam elas ser, que ao autor fosse dado ultimar uma obra perfeita.

Esta reflexão me acudiu ao espirito- logo que percorri, nas colunas do *Rio-Grandense,* jornal de Porto Alegre, os dois primeiros capítulos; e, fazendo transcrever o primeiro deles na *Nação,* julguei indispensável acompanha-lo de notas, que, por versarem sobre acontecimentos que há mais de dez anos- estudo, me animei a traçar ao correr da pena, como são geralmente compostos os trabalhos destinados à imprensa diária.

Seria, talvez, essa transcrição assim corrigida que movesse o ilustrado ex-ministro da guerra Sr. conselheiro Junqueira a convidar-me para rever e anotar o livro inteiro, tarefa sem dúvida honrosa, mas de que só me incumbi, já por não avaliar a esse tempo quão penosas diligencias me custaria, já porque esperei não figurar o meu nome nesse trabalho, circunstância este que se não verificou, visto haver sido publicado, contra os meus desejos, o aviso em que me fora dirigido aquele convite.

Com efeito, tão fácil me havia sido retificar a matéria do primeiro capitulo, como árduo me tem sido rever os seguintes, desde que o autor descreve a intervenção brasileira no Estado Oriental em 1864, os importantes sucessos que a prepararam é se lhe seguiram, e a guerra a que logo depois foi constrangido o Império pelo ditador do Paraguai.

Bem que às pressas, tive necessidade de examinar quanto se há publicado sobre esse período, recorrer aos arquivos das Secretarias de Estado da Guerra e Marinha, e solicitar informações de testemunhas oculares e fidedignas.

Com as retificações e aditamentos que o leitor encontrará em notas, e com as peças oficiais do *Apêndice,* afigurasse-me que a tradução da obra do Sr. Schneider poderá vir a ser consultada com proveito por quem houver de tomar a si a dificultosa empresa de escrever a história da guerra do Paraguai, incontestavelmente a mais agigantada luta ferida na América Meridional. Pelo menos, aqui se acham registrados seus principais feitos e tirados a limpo outros muitos que escritores estrangeiros adulteraram, tomados de despeito, ou dominados de ódio ao Brasil.

As primeiras notas foram fielmente reproduzidas da *Nação,* e nem sequer pude dispor de tempo para modificá-las. As outras começaram a ser escritas em setembro, ficando concluída a impressão deste volume em pouco mais de três meses.

O leitor encontrará nelas, entre muitos defeitos, repetições escusadas. Só dei por isso quando, muito adiantada a impressão, não me era já possível remediar tal inconveniente; pois, ao passo que revia as provas dos primeiros capítulos, ocupava-me igualmente em corrigir os posteriores e em ler sem-número de publicações e documentos inéditos sobre assumptos diversíssimos. Consola-me, porém, a esperança de que com tais repetições nada padecesse a clareza e verdade do factos, tendo sido meu único fito desfazer conscienciosamente os enganos, muito desculpáveis, do autor, e completar a sua exposição, sem preocupar-me com a questão de fôrma,

a que aliás, si para tanto as minhas forças dessem, só poderia atender dispondo de mais tempo para uma leitura geral e seguida dos originais antes de os entregar ao prelo.

Os mapas e plantas, que deveriam acompanhar este 1º volume, não estão ainda prontos, e só com o segundo poderão ser distribuídos.

Rio, 8 de dezembro de 1875.

J. M. DA SILVA PARANHOS

BARÃO DO RIO BRANCO. Prefácio. In: SCHNEIDER, Louis. *A guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguai (1864-1870).* Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1875.

7. *Jornal do Commercio* 19/11/1884, n. 315 - Necrológio de Eduardo de Lemos

Eduardo de Lemos

Do *Brésil*, folha que se publica em Paris, traduzimos o seguinte artigo ali dado à estampa em homenagem ao benemérito português Eduardo Lemos. As iniciais que fecham o mesmo artigo deixam transparecer o nome de um brasileiro por muitos títulos distinto que teve ocasião de apreciar as raras qualidades do ilustre português, trocando com ele numerosa correspondência acerca de coisas do Brasil.

Eduardo de Lemos – Por telegrama de Vianna do Castelo (Portugal), de 15 do corrente, tivemos a dolorosa notícia da morte do Sr. Eduardo Rodrigues Cardoso de Lemos, principal representante na Europa do Centro da Lavoura e do Comercio do Rio de Janeiro. Foi o Sr. Eduardo de Lemos quem organizou no último ano a seção brasileira na Exposição Internacional de Amsterdã e se achava à frente da propaganda empreendida por aquela associação na Rússia, e em outras partes da Europa com o fim de abrir novos mercados ao rico produto brasileiro, o café.

Apesar de sua debilitada saúde, o Sr. Eduardo de Lemos multiplicava-se, há alguns meses, mantendo numerosa correspondência, escrevendo para muitas folhas, dirigindo de longe, com o mais apurado tato, as recentes exposições de S. Petersburgo e Nijni-Novgorod, preparando a que vai abrir-se agora mesmo em Odessa, e ocupando-se desde já com as providências necessárias para que o Centro possa fazer-se representar dignamente nas exposições que, no próximo ano, devem efetuar-se em Londres e na Antuérpia. Sua saúde havia melhorado consideravelmente, e, há apenas alguns dias, anunciou-nos o ilustre homem, antes de partir para os banhos de Vianna, que contava regressar para o Brasil no fim deste mês.

A primeira vez em que vimos Eduardo de Lemos e lhe apertamos a leal mão, foi no funeral do visconde do Rio Branco, ao qual compareceu à frente da deputação de uma sociedade literária. Era uma das mais notáveis personalidades da colônia portuguesa do Rio, sócio da importante casa comercial de Roxo, Lemos & C., membro da diretoria do Centro da Lavoura e do Comercio, presidente do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, sociedade que possui uma das mais ricas e escolhidas bibliotecas daquela capital e membro de numerosas associações literárias e beneficentes. Havia granjeado no comercio, por sua inteligência, laboriosidade e honradez, distintíssima posição. Era espírito esclarecido, homem de letras e homem de sociedade, muito instruído, muito modesto, de grande retidão, de primorosa lealdade e de maneiras mui corretas e distintas.

Como escritos não deixa, segundo cremos, senão artigos numerosos publicados em muitas folhas, relatórios apresentados às sociedades industriais e científicas a que pertencia e interessante correspondência acerca da missão de que tão conscienciosamente se desempenhava na Europa. Escrevia com rara pureza a língua portuguesa, seu estilo, notável pela sobriedade era de grande precisão e elegante simplicidade.

Eduardo de Lemos foi dos principais promotores das festas magníficas do Tricentenário de Camões no Rio de Janeiro, as quais se associaram todos os escritores, oradores e poetas do Brasil, e, por esta ocasião, sugeriu na sociedade que presidia e fez triunfar a ideia de reimprimir e espalhar uma bela edição dos Lusíadas. Foi também por seus inteligentes esforços e por seu

apurado gosto artístico que esta mesma sociedade, o Gabinete Português de Leitura, começou a construir no Rio, na rua agora honorificada com o nome de Luís de Camões, um edifício destinado às seções e à grande biblioteca da associação e que constituirá um dos raros monumentos daquela capital, dignos de atraírem a atenção do viajante afeito às belezas da arquitetura europeia.

Acabava Eduardo de Lemos de ser agraciado com o grão de grande-dignatário da Ordem da Rosa, distinção que o governo imperial mui raramente concede, e sempre por serviços inteiramente excepcionais, ou a estrangeiros de alta posição social. Esta inesperada perda será profundamente lamentada, sobretudo em Lisboa e Rio de Janeiro, onde Eduardo de Lemos se achava muito entrelaçado nas rodas do comercio, da imprensa e das letras.

S. P.

Eduardo de Lemos, artigo escrito pelo barão do Rio Branco, publicado originalmente no jornal *Le Brésil: courrier de l'Amerique du Sud*, Ano 4, n. 76, Paris, 20/10/1884. Tradução publicada pelo *Jornal do Commercio*.

8. *Le Brésil: courrier de l'Amerique du Sud*, Ano 4, n. 79, Paris, 05/12/1884.

Le vicomte de Rio Branco et sa famile

Notre ami, M. le conseiller Paranhos, nous a communiqué la lettre suivante qu'il a adressée à M. Paul Leroy-Beaulieu, rédacteur em chef de l'Économiste Français. Cette lettre paraîtra dans le prochain numéro du mème journal. Elle vise l'article de M. H. de Surrel dont nous nous occupons ici mème aujourd'hui.

Monsier Le Rédacteur em chef,

L'article publié dans votre numéro d'hier, sous le titre – L'État économique du Brésil, - contient le passage suivant:

"La loi du 28 septembre 1871, due à l'initiative du vicomte de Rio Branco, fils d'une esclave affranchie, fit sortir le pays de cette situation critique, en établissant que tout fils d'esclave naîtrait libre."

Certainement il n'y aurait rien de déshonorant pour mon père, le vicomte de Rio Branco, à ce que le renseignement donné sur son origine par votre collaborateur fût vrai. Mais comme ce renseignement est inexact, je crois de mon devoir de rétablir la vérité ici-mème, ce qui me forre à vous réclamer une place dans votre jornal, destine à d'autres questions et a d'autres études. Je tiens à ce que l'histoire de ma famille soit écrite avec plus de tidélité, même em pays étranger, et surtout en France, oû les narrations les plus fantaisistes sont publiées au sujet des hommes et des choses des pays d'Amérique.

Le vicomte de Rio Branco (Joseph-Marie da Silva-Paranhos), est né à Bahia, 1e 16 mars 1819, du marriage d'Agostinho da Silva-Paranhos, né en 1775, à Oporio (Portugal), et de Josepha-Emerenciana Gomes-Barreiros, née à Bahia (Brésil). Vous trouverez ces deux noms dans toutes les biographies de mon père publiées jusqu'ler.

Je n'ai pas a m'occuper des ascendants du vicomte de Rio Branco du côté paternel. Ses nombreux biografes brèsiliens ont donné des renseignements très détailles sur la famille de son père, émigrée d'Europe au Brésil. Il est question ici seulement de la mère du vicomte de Rio Branco. Je dirai done, que née à Bahia, en 1786, décédée dans la mème ville en 1838, ele était fille legitime du major d'infanterie de ligne de l'armée portugaise Emmanuel Gomes-Barreiros et de sa Femme Escholastica-Maria d'Assumpção Conceição, née aussi à Bahia. Elle était soeur (les deux issus du même père et de la même mère) du colonel du génie Eusébio Gomes Barreiros, né en 1785, entré au service comme "cadete" (soldat noble) dans l'artillerie royale le 7 mai 1805, décédé en 1848.

Pour ne pas allonger cette rectification, et me bornant a l'essentiel, c'est-à-dire a la lignée féminine – car dans cette question je tiens compte du principe de notre ancienne législation et du droit romain, partus sequatur ventrem, principe détrait au Brésil par la loi Rio Branco, Escholastica Conceição (la Femme du major Barreiros), était soeur du colonel d'artillerie de l'armée portugaise Joaquim Alberto da Conceição, qui est mort gouvernour du fort de Barbalho, et toust le deux ils étaient fils du commandant militaire et juge civil et criminel (Capitão-Mor) Joaquim Alberto da Conceição et de Marie-Joseph da Conceição, sa femme.

L'oncle du vicomte de Rio-Branco (frère de as mère), le colonel du génie Eusébio Gomes-Barreiros, a pu servir dans l'armée brésilienne, car l'indépendance du Brésil a été proclamée en 1822, lorsqu'il était déjà major. C'est lui qui a dirigé, jusqu'a l'année 1835, l'éducation du

vicomte de Rio-Branco, alors que celui-ci, efant encore, avait perdu son père. A l'école militaire de Rio, où, après de billantes études, il a été pendant quelque temps professeur de mathématiques (1824-1826), ainsi que dans les provinces de Bahia, de Rio de Janeiro et de Sam-Paulo, où il a été appelé à exécuter certains travaux du governement, il a laissé la réputation d'un ingénieur habile et d'un homme de grand savoir.

Sur le grand-père maternel du vicomte de Rio-Branco, le major d'infanterie Emmanuel Gomes Barreiros, moins connu que son fils, j'ai trové par hasard il y a quelque années, à la Bibliothèque Nacionale de Rio, dans un registre de correspondance du governeur (plus tard vice-roi du Brésil) dom Ferdinand-Joseph de Portugal, une "Information" en date du 8 juin 1789, "sur le mérite, les aptitudes et la activité des officiers payés, qui ont l'honneur de servir Sa Majesté dans cette capitainerie de Bahia." Le gouverneur declare que cet officier "déjà très âgé" avait été promu major par son prédécesseur, le marquis de Valença, et (ajoute-t-il), "jusqu'à présent il a exercé son emploi avec honneur et bonne conduite."

Ceux qui connaissent l'ancienne législation portugaise savent parfaitement qu'um officier de l'armée Royale ne pouvait contracter um mariage avec une femme esclave. D'ailleurs, j'ai déjà dit que la femme du major Barreiros etait la soeur d'un colonel d'artillerie et la fille d'un commandant (capitão-mór). Rio-Branco, et une autre fille, Anne-Françoise, morte sans postérité.

Nous n'avons jamais eu, ni moi, ni les membres de ma famille, la prétention d'attribuer à nos ancêtres aucune participation aux croisades, et nous ne nous sommes pas donné la peine de retrouver leurs traces jusqu'à quelque époque plus ou moins éloignée de l'arche de Noé. Tout le monde sait au Brésil que c'est le vicomte de Rio-Branco, J.-M. da Silva Paranhos (1819-1880), et son frère, le général Antoine da Silva-Paranhos (1817-1870), qui ont illustré notre nom par les services qu'ils ont pu rendre à l'Empereur at à la patrie. Je ne viens pas faire une exhibition de parchemins surannés, plus ou moins authentiques. Je viens seulement établir l'inexactitude du renseignement donné à votre journal, en vous montrant que ma grand mère (la mère du vicomte de Rio-Branco) appartenait à une famille connue, famille de militaires, modeste et pauvre, il est vrai, mais qui a fourni plusieurs officiers distingués à l'armée portugaise, alors que le Brésil était une colonie du Portugal, et qu'il n'était guère facile aux natifs de l'Amérique, et à ceux qui n'appartenaient pas à la vielle noblesse, d'arriver aux grades élevés dans la carrière des armes.

C'est, d'ailleurs, la première fois que je suis obligé de publier ces détails, car j'affirme qu'au Brésil, ma patrie, aucun journal, aucun pamphlet, aucun livre, n'a jamais présenté la version publiée en France par votre collaborateur.

Je vous prie d'agréer, Monsier de Rédacteur, l'assurance de ma considération très distingue.

Paris, ce 30 novembre 1884.

J.-M. da Silva Paranhos.

56, boulevard Saint-Michel

Le vicomte de Rio Branco et sa famile, artigo publicado no jornal *Le Brésil: courrier de l'Amerique du Sud*, Ano 4, n. 79, Paris, 05/12/1884.

9. *Le Brésil: courrier de l'Amerique du Sud*, Ano 9, n. 246, Paris 05/10/1889.

O General Argollo

M. le baron de Rio-Branco nous a fait l'honneur de nous adresser la lettre que nous publions ci-dessous. Nous profitons de cette circonstance pour corriger la faute qui s'est glissée dans l'article – Un heros oublié -, due à une transposition de la dernière heure. Comme dit très bien M. le baron de Rio-Branco. Tagy, el non pas Saint-Solano, se trouve en amont du fort Humayté.

Sr. Redator,

No número de 15 do corrente de seu interessante periódico li o artigo: *Un héros oublié*, em que sou acusado de esquecimento e injustiça porque na *Esquisse de l'histoire du Brésil*, que escrevi para o livro intitulado *Le Brésil em 1889*, e também no artigo *Brésil* da *Grande Encyclopédie*, deixei de mencionar o ilustre general Argollo.

Sinto que o "eminente militar" autor do a pedido a que respondo não houvesse enriquecido *Le Brésil en 1889*, onde há um artigo sobre a marinha, com algum trabalho sobre o exército brasileiro, pois teria podido assim apresentar uma relação mais ou menos completa dos nossos heróis. O meu fim não foi esse. Na *Grande Encyclopédie* a guerra do Paraguai, que durou mais de cinco anos, ocupa apenas 61 linhas; na *Esquisse de l'histoire du Brésil* só pude atribuir a essa guerra sete páginas, e aí se encontra citado o nome do general Argollo na primeira linha da nota 181. No texto só fiz menção muito rápida das batalhas e combates mais importantes, assim como dos generais ou comandantes que dirigiram as forças aliadas nessas ações. Ora, o general Argollo distinguiu-se em vários combates, em 1866 como comandante de divisão, em 1868 como comandante de um corpo de exército, mas só uma vez, em 21 de março de 1868, no ataque e tomada das trincheiras do "Sauce", combateu longe das vistas e da direção imediata dos generais em chefe. Conseguintemente, só esse feito d'armas poderia eu citar, e na segunda edição d'esse meu trabalho hei de faze-lo com muito prazer; mas isso me obrigará, para ser justo, a alargar o quadro que me tinha traçado e a mencionar outras ações mais disputadas, citando ou repetindo nomes não menos ilustres da guerra do Paraguai. Assim, por exemplo, os generais Jacinto Machado de Bittencourt, Victorino Monteiro e Câmara alcançaram vitórias que, por brevidade, fui obrigado a passar em silêncio.

Em outro trabalho, especialmente consagrado à guerra do Paraguai, tenho reproduzido os principais documentos oficiais. O terceiro volume desse trabalho está no prelo e deve aparecer brevemente. Ai serão encontrados todos os elogios recebidos pelos generais que se distinguiram no Paraguai. Em resumos da história geral do Brasil, como são os dois escritos cesurados, era impossível entrar em tais particularidades.

Se eu dissesse que o general Argollo foi louvado pelo seu brilhante procedimento na batalha de 24 de maio de 1866, teria de dizer o mesmo de sete outros generais que foram elogiados na mesma ordem do dia. Dentre eles só citarei aqui o ilustre cearense general Sampaio, porque foi a 3ª divisão, comandada por ele, a que fez frente ao principal ataque dos Paraguaios, e a que, medindo-se com forças muito superiores, padeceu maiores perdas. A divisão Sampaio teve 1033 homens fora de combate; a divisão Guilherme de Souza, 674; a divisão Argollo 375. Sampaio recebeu nessa jornada três ferimentos de que morreu dias depois.

Se eu tivesse que dizer que o general Argollo foi ferido na batalha da Ponte de Itororó, ganha pelo marechal Caxias, teria de dizer também que aí foi ferido e morto o general Gurjão, bradando aos seus soldados: "- Vejam como sabe morrer o general brasileiro!" E porque não diria também que a nossa vitória foi devida, como em Aerole, à intervenção pessoal do general em chefe, atravessando a ponte disputada com todo o seu estado-maior?

Esses pormenores me obrigariam a desenvolver na mesma proporção todo o trabalho, de sorte que, em vez de escrever apenas 84 páginas sobre a nossa história de quase quatro séculos, teria de apresentar pelo menos vinte grossos volumes. A história da guerra franco-alemã foi escrita em cinco volumes pelo grande estado-maior alemão, mas não se lê aí que este ou aquele general fosse proclamado bravo, pois está entendido que quem tem a honra de receber um comando em qualquer exército regular sabe conduzir-se briosamente diante do inimigo. O ilustre Cantú publicou há tempos, em um volume, a sua história dos "Últimos trinta anos (1848-1878)", e nessa obra não está citado o nome de Moltke que nos exércitos alemães em operações teve sem dúvida situação muito superior às dos nossos comandantes de divisão ou de corpos de exército no Paraguai.

O meu censor desejaria até que eu dissesse (em um resumo de história pátria!) que o general Argollo "era militar de carreira, tendo feito seus estudos na escola militar do Rio de Janeiro..." Todos os nossos generais do Paraguai, exceção feita de Andrade Neves e Portinho, eram "militares de carreira", e muitos deles, como Caxias, que até obteve prêmios na escola militar, e Gurjão, que há pouco citei, fizeram os mesmos estudos que o general Argollo. Particularidades tais pertencem ao domínio da Biografia e não ao da História. Se o autor do protesto a que respondo deseja escrever a vida do ilustre general Argollo, posso dar-lhe desde já os documentos que não possui. Conheço perfeitamente toda a brilhante carreira desse general, de quem, entretanto, nunca direi que encontrou em Itororó o seu Calvário, pois os nossos generais e soldados não foram buscar ao nosso Paraguai, pela humildade e pelo martírio, a regeneração do gênero humano. Foram lá para tratar a bala, a baioneta e a ponta de lança os inimigos de sua pátria e não há razão para lamentar os que assim pelejando caem no campo da honra. Essa é a suprema glória para o soldado.

Quem tão facilmente procura assinalar lacunas ou erros alheios, verdadeiros ou supostos, deveria [sic] ter mais cuidado no escrever. Nas poucas linhas da reclamação a que respondo há vários equívocos e algumas lacunas notáveis. S. Solano nunca foi posição "en amont du fort d'Humaitá", pois não fica à margem do rio Paraguai, como teria entendido qualquer leitor francês. Em S. Solano só tivemos um pequeno combate de cavalaria no dia 6 de setembro de 1867, e o general Argollo não esteve presente. É inexato que se devesse ao mesmo ilustre general a ocupação de Tayi. Quem por ordem de Caxias, se apoderou dessa posição, que, esta sim, fica *en amont* de Humaita, foi o general João Manuel Mena Barreto (2 de nov. 1867), e no mesmo dia foram destruídos por ele dois vapores inimigos, ficando interceptada a comunicação fluvial entre Humaitá e Assunção. Só no dia 11 de novembro foi Argollo comandar as forças reunidas em Tayi, onde Mena Barreto construíra o forte a que deu o nome S. Gabriel em honra do genral visconde de S. Gabriel, seu pai. O inimigo nunca atacou ou tentou atacar Tayi, como pretendeu o meu censor ("poste isole que l'ennemi n'a jamais pu surprendre, malgré ses incessantes attaques"). O general em chefe Caxias foi quem ideou a abertura da estrada estratégica do Chaco. As primeiras picadas foram abertas pelo tenente-coronel, depois general, Tibúrcio de Souza. O general Argollo foi então chamado de Humaitá e encarregado de proteger e dirigir os trabalhos de construção dessa estrada. É certo que o fez com o seu reconhecido zelo e perícia, mas eu não tinha espaço para dize-lo nesses dois escritos. Por último, quem pode entrar em tantos pormenores, a propósito do ilustre general Argollo, não deveria ter esquecido

outros distintos generais que nesses dois resumos não pude citar, como Jacinto Machado, Guilherme de Souza, José Luiz Mena Barreto, Pedra e tantos outros.

Não sei quem ouviu o marechal Caxias dizer "em voz alta que Argollo era o único general que o ajudava". Peço licença para por isso em dúvida. O general Arrgollo não precisa, para sua glória, que assim sejam rebaixados e ofendidos os outros generais brasileiros, e Caxias não era capaz de uma inconveniência e de uma injustiça dessa ordem. Tive a fortuna de conhecer muito de perto o nosso Iron Duke e possuo vários documentos que mostram a confiança e a afeição quase paternal com que ele me honrava. Posso assegurar que, em particular perante mim, a sua linguagem esteve sempre de acordo com as declarações das suas ordens do dia em que também reconheceu os distintos serviços de outros generais que o auxiliaram no Paraguai, e a cuja bravura, inteligência e dedicação fazia plena justiça.

Não contesto os méritos de Argollo, e tenho certeza de haver escrito mais sobre ele e sobre os seus serviços no Paraguai do que o autor do protesto a que respondo; mas nos trabalhos criticados e censurados não tive o propósito de escrever a história especial da guerra do Paraguai e não podia dizer tudo em tão limitado espaço.

Respondo em Português porque quase todos os leitores do *Brésil* conhecem a nossa língua e só tenho empenho em justificar-me perante os nossos compatriotas. Acredito que as minhas explicações hão de satisfazer a quantos possam ser juízes insuspeitos e imparciais na questão pessoal que foi levantada.

Queira, Sr. Redator, acolher nas colunas da sua folha esta minha resposta, e dispor do pequeno préstimo do seu muito admirador e obediente servo.

RIO-BRANCO.
Londres, 22 de Setembro.

10. Prefácio ao livro *Quadro Chorographico de Sergipe*

Carta do Sr. Barão do Rio Branco ao autor

Terminada a revisão das provas do *Quadro Chorographico de Sergipe,* revisão que V. Sª me incumbiu de fiscalizar, venho cordialmente cumprimentá-lo pela cabal satisfação que soube dar ao propósito de vulgarizar conhecimentos sobre o seu Estado natal, a que o ligam, com o afeto filial, as lembranças dos primeiros anos da mocidade, e a que me prendem também, por herança paterna, laços de gratidão que datam de 1861.

Compêndio elementar e destinado à instrução dos que ainda não podem receber grande soma de informações científicas, o seu livro é forçosamente resumido, mas mesmo assim, simples e despretensioso como é, ele constitui uma muito substancial descrição histórico-geográfica desse canto tão interessante da bela pátria brasileira. É bem patente nas páginas que acabo de ler o trabalho de condensação inteligente que elas necessitaram.

Faltam-me os elementos para a crítica minuciosa das informações assim compendiadas. Apenas posso apreciar as grandes linhas da sua exposição, e essas merecerão o aplauso de qualquer douto na matéria. Quero dizer que, mesmo quando se pudesse notar alguma deficiência de certos dados positivos, um trabalho inaugural da ordem d'este sempre serviria como uma indicação das explorações científicas e das estatísticas regulares que cumpre fazer, das operações essenciais e estudos que devem ser tentados e que são indispensáveis para a execução de qualquer obra completa de Geografia Física e Política.

Os embaraços que na minha já dilatada carreira de estudante da Geografia e História do Brasil tenho encontrado, por falta de documentação satisfatória, me levam a crer que muito maiores terá V. Sª vencido para chegar a realizar honestamente o seu intento, precisamente pela particularização do seu assumpto. A indiferença do geral dos nossos compatriotas pela sua casa física, pelos elementos da sua vida orgânica, pelos factos remotos da sua história social, põe à prova a dedicação científica do que, uma vez empenhado n'esse gênero de estudos, não desanima e não consente em adiar o seu trabalho para tempos melhores. Quanto à **estatística**, nem é bom falar, pois somente n'estes últimos vinte e cinco anos começámos a compreender, e de modo muito imperfeito, a sua utilidade. Quanto a **explorações do nosso interior**, a levantamentos de plantas parciais e a documentos cartográficos recentes, a nossa pobreza ê muito grande. Ainda hoje a *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova*, terminada por George Marggraff em 1643, é o documento geográfico mais minucioso e interessante que possuímos sobre as terras da zona marítima que se estende de Sergipe ao Rio Grande do Norte. O Mapa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, publicado em 1839 pelo Visconde de S. Leopoldo, continua sendo a muitos respeitos o mais completo e exato dos que temos sobre essa parte do Brasil. Parece incrível que esse território de fronteira, em que tantos episódios militares se deram desde o século XVII, não tenha merecido até hoje uma Carta como as levantadas pelos Estados-Maiores europeus, e que na eventualidade de uma guerra exterior, os nossos generais, como os das campanhas do princípio deste século, tenham de andar ainda à mercê dos chamados vaqueanos.

Felizmente, tempos melhores para a Geografia do Brasil parecem agora próximos. A Província, hoje Estado, de S. Paulo, deu o grande exemplo, votando há anos os fundos necessários para a organização da Carta do seu território, trabalho confiado á superior competência de Orville Derby. Minas-Geraes seguiu pouco depois esse primeiro impulso, e o Governo do Estado do Pará começou há dois anos a fazer explorar os principais afluentes do Amazonas. Os outros

Estados da União Brasileira hão de compreender sem dúvida o dever que lhes cabe de estudar e fazer conhecidos com a precisa minudencia o seu solo e os seus recursos naturais. Por outro lado, o desenvolvimento das vias de comunicação entre pontos longínquos das nossas antigas províncias inexploradas despertará forçosamente nos nossos moços a curiosidade do desconhecido, que até aqui não tem sido estimulo suficiente para que na terra de seu nascimento eles prossigam a obra de Marggraff, Eschwege, Auguste de Saint Hilaire, Spix, Martius, Pissis, Pohl, Liais, Agassiz, Hartt e tantos outros ilustres estrangeiros.

O *sport* das viagens é certamente um dos mais proveitosos para o aperfeiçoamento do homem considerado individualmente. Quando à higiene do indivíduo se ajuntam os interesses maiores da coletividade a que ele pertence, às viagens perdem o seu caráter aparentemente frívolo e egoísta para constituírem um título de serviço nacional e social. As de exploração estão neste caso: interessam a todo o mundo culto. E no Brasil, desde os tempos já remotos em que os bandeirantes paulistas andaram alargando as nossas fronteiras, tem sido sobretudo estrangeiros os exploradores das nossas solidões, estrangeiros os descobridores e classificadores das nossas riquezas.

Destas velhas cidades da Europa destacam-se de vez em quando homens que se não contentam com o gozo pacífico dos tesouros que longos séculos de civilização nelas tem acumulado, e querem ver o que há longe das paisagens conhecidas, por trás das serras a que nenhum caminho leva, fora das estradas batidas onde há pousos e gente amiga e segurança da volta. Para os Polos inacessíveis, para o Tibet inóspito, para a África misteriosa, para os rios brasileiros de cabeceiras ignoradas, eles partem com um plano feito, um programa de estudos, que tanto serve para dirigir-lhes a exploração como para lhes sustentar a coragem abaladas pelas dificuldades da empresa. E por lá vivem anos da sua vida melhor, mais intensa, mais útil, e uns voltam a recolher em glória e celebridade o premio do longo esforço proveitoso, outros ficam cativados pela terra estranha, pela doçura e esplendor dos novos céus, pelo encanto da vida semibárbara ou da civilização diferente; ficam onde se sentem melhor, mais aptos para bem agir, mais uteis e mais íntegros. O nosso Lacerda e Almeida morrendo em Kazembe, Livingstone em Ilala, Lund na Lagoa Santa, Bonpland na sua estancia das Missões Correntinas, são exemplos do mais completo desarraigamento da vida civilizada por força do encanto do sertão africano ou da carinhosa simplicidade da vida sul-americana.

Ora, a mesma força que impeliu um Humbolt para a Nova Andaluzia, para os Andes e para o México, e tantos exploradores estrangeiros para o interior do Brasil, agirá um dia sobre os moços brasileiros, que acharão no reconhecimento das nossas solidões um emprego remunerador da sua atividade disponível e um meio seguro de conquistar renome dentro e fora do país.

Esses tempos que prevejo próximos, sendo o espírito de sacrifício tão contagioso nos diferentes gêneros de sport como em todos os atos da vida séria, abrirão a era dourada da geografia brasileira. V. S.ª, que é moço, certamente ainda deles aproveitará. A área dos seus estudos poderá então alargar-se com vantagem até os confins do nosso grande Brasil; e quando terminar algum trabalho de mais fôlego e que plenamente satisfaça as exigências científicas, com que hoje somos obrigados a transigir na falta de elementos completos de informação, terá muitas vezes o prazer de folear o seu pequeno *Quadro Chorographico* com o contentamento de quem pode verificar os progressos realizados e inventariar os materiais que acumulou e pode utilizar em longos anos de calmo labor e atraentes investigações.

Sauda-o cordialmente o

De V. S.ª

Compatriota e muito atento servo

RIO BRANCO

Paris-Autenil, 13 de maio de 1898.

BARÃO DO RIO BRANCO. Prefácio. In: FREIRE, Laudelino de Oliveira. *Quadro Chorographico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898

APÊNDICE A – Tabelas com descrição das publicações de 1889

Foram incluídas algumas descrições e listagens relativas aos textos redigidos pelo barão do Rio Branco, a fim de auxiliar a leitura da tese. Os dados relativos às publicações produzidas em francês, que não foram traduzidas para português, estão transcritas no idioma original.

Descrição do verbete *Le Brésil* e do livro *Le Brésil en 1889*

Le Brésil en la Grande Encyclopédie	*Le Brésil en 1889*
I Parte – Geografia Física I Parte. I. A situação e a superfície I Parte. II. Os limites: fronteiras, costas e ilhas I Parte. III. Relevo do solo I Parte. IV. A geologia I Parte. V. O regime das águas I Parte. VI. O clima I Parte. VII. A flora I Parte. VIII. A fauna I Parte. IX. A paleontologia I Parte. X. A antropologia I Parte. XI. As explorações científicas	[Estrutura física do território] I. Notions générales II. Hydrographia III. Climatologie IV. Minéralogie [História, população e trabalho] **V. Esquisse de l'Histoire du Brésil** VI. Population, Territoire, Électorat VII. Travail servile et travail libre [economia política] VIII. Les zones agricoles IX. Institutions agricoles X. Poids, système monétaire XI. Finances XII. Banques et institutions de crédit XIII. Chemins de fer XIV. Commerce et navigation XV. Postes, Télégraphes et Téléphones XVI. Immigration XVII. Presse XVIII. L'Art XIX. Instruction publique XX. Littérature XXI. Sciences XXII. Propriétés Industrielle et Littéraire XXIII. Protection de l'Enfance XXIV. Organisation judiciaire XXV. Arsenaux de Marine
II Parte – Geografia Política, História Administração e População **II Parte. I. A História** II Parte. II. A emancipação dos escravos II Parte. III. O governo e a administração II Parte. IV. A legislação II Parte. V. A população II Parte. VI. A imigração II Parte. VII. A instrução II Parte. VIII. A imprensa II Parte. IX. A língua e a literatura II Parte. X. As belas artes II Parte. XI. A música	
III – Geografia Econômica III Parte. I. As regiões agrícolas III Parte. II. Os produtos do reino vegetal III Parte. III. Os produtos do reino animal III Parte. IV. Os produtos do reino mineral III Parte. V. A indústria III Parte. VI. As vias e os meios de comunicação III Parte. VII. As instituições de Previdência III Parte. VIII. As medidas, moedas e outros instrumentos de câmbio III Parte. IX. O comércio	
Capítulo Final. Resumo do Estado do Brasil	

Listagem dos capítulos de história do Brasil escrito por Rio Branco

Le Brésil en La Grande Encyclopédie ***Histoire***	*Le Brésil en 1889* ***Esquisse de l'Histoire du Brésil***
1.Descoberta do Brasil	1.Descoberta do Brasil
2.Primeiras Explorações e Início da Colonização	2.Primeiras Explorações
3.Os holandeses	3.Começo da Colonização
4.Colonização e guerras nos séculos XVII e XVIII	4.Os franceses no Rio de Janeiro, a fundação da cidade
5.Reino do Brasil	5.Princípio do domínio espanhol. Hostilidades dos franceses, ingleses e holandeses
6.A independência e o reinado do imperador dom Pedro I	6.Os franceses no Maranhão
7.Reinado do imperador dom Pedro II	7.A ocupação da Amazônia. Divisão do Brasil em dois governos
	8.As invasões holandesas. O Brasil e a guerra dos trinta anos
	9.A conquista do interior, nos séculos XVI, XVII e XVIII. As guerras dos paulistas. Descoberta das minas de ouro
	10.O comércio do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII
	11.Guerra com espanhóis e invasões francesas nos séculos XVII e XVIII
	12.Desenvolvimento e progresso do Brasil desde a descoberta das minas até o princípio do século XIX
	13.Hostilidades dos franceses. A guerra de 1801 entre a Espanha e Portugal
	14.Chega da família Bragança. O Reino do Brasil
	15.A independência e o reinado do imperador dom Pedro I (p.97-103)
	16.Reinado do imperador dom Pedro II (p.103-123)

Listagem dos capítulos da Biografia do imperador D. Pedro II

Dom Pedro II: Imperador do Brasil
Cap. I - O Brasil e D. Pedro I
Cap. II - Começo do Reinado de D. Pedro II
Cap. III - Um pouco de Geografia física e política do Brasil
Cap. IV - Pacificação do Império
Cap. V - A Guerra de 1851 a 1852
Cap. VI - Civilização e progresso
Cap. VII - Política externa
Cap. VIII - Guerra do Uruguai e do Paraguai
Cap. IX - A emancipação dos escravos, começo da reforma
Cap. X - A abolição completa
Cap. XI - Depois da abolição
Cap. XII - Papel de D. Pedro II e da princesa Imperial na reforma emancipadora
Cap. XIII - Os protestos
Cap. XIV - Banquete francês comemorativo da emancipação dos escravos
Cap. XV - Devotamento de D. Pedro II a seu povo
Cap. XVI - Atividade fecunda de D. Pedro II – suas viagens

Descrição do folheto sobre a abolição

L'Abolition de l'esclavage au Brésil

Extrait de la lettre du 4 novembre 1860 adressée par Victor Hugo aux Brésiliens
Extrait du rapport de la conférence anti-esclavagiste de Paris em 1867

PREMIÈRE PARTIE
Banquet commémoratif de l'abolition de l'esclavage au Brésil, Paris 10 juillet 1888
Lettre du Comité franco-brésilien
Liste des convives du banquet du 10 juillet 1888
Le banquet
Menu du banquet
Programme de la musique
Ordre des toasts
Plan de la salle du banquet
Télégramme du Comité à Sa Majesté l'Empereur du Brésil
Télégramme de Sa Majesté l'Empereur du Brésil (fac-similé)
Lettre de Son Excellence M. Charles Floquet, Président du Conseil des Ministres
Lettre de Son Éminence le Cardinal Lavigerie
Toast de Son Excellence M. d'Arinos, Ministre du Brésil
Toast de Son Excellence M. René Goblet, Ministre des Affaires étrangères
Toast de M. Schoelcher
Toast de M. Gerville-Reache
Toast de M. F. de Santa-Anna Nery
Toast de M. Jules Simon
Toast de S. A. le Prince Dom Pedro-Auguste de Saxe

DEUXIÈME PARTIE
L'Abolition de l'esclavage au Brésil
L'Abolition de l'esclavage au Brésil. Communication faite à l'Académie des sciences Morales et politiques de l'Institut de France dans la séance du 9 juin 1888, par M. E. Levasseur
Félicitations adressées de l'Étranger au Governement brésilien
Extrait d'um discours du conseiller Salles Torres Homem, vicomte d'Inhomirim, prononcé au Sénat du Brésil lors de la discussion du projet Rio-Branco
Lettre de Victor Hugo, du 25 mars 1884
Extrait d'um discurs du Président du Conseil des ministres du Brésil, M. Correa de Oliveira le 27 août 1888
Extrait du discours de S. M. l'Empereur Dom Pedro II à l'ouverture du Parlement brásilien, le 3 mai 1885
Vote des lois d'émancipation dans les chambres brésiliennes en 1871 et 1888

Relação dos verbetes biográficos escritos por Rio Branco para *La Grande Encyclopédie* publicados no *Spécimen* da separata do verbete

Spécimen
Biográficos: Bernardino **Caballero**; Pedro Álvares **Cabral**; João Carlos de Villagran **Cabrita**; Barão de **Caçapava**, Francisco José de Souza Soares de Andréa; Domingos Fernandes **Calabar**; Domingos **Caldas** Barbosa; Antônio Pereira de Souza **Caldas**; Jean Chrysostome **Callado**; Miguel **Calmon** Dupin e Almeida, marquês de Abrantes; Emanuel de Arruda **Câmara**; Emanuel Ferreira da **Câmara**; José Antônio Correia da **Câmara**, visconde de Pelotas; Dom Antônio Felipe **Camarão**; Carlos de Moraes **Camisão**; Martinho **Campos**; David **Canavarro**; Joaquim do Amor Divino **Caneca**; João Lins Vieira **Cansanção** de Sinimbu, visconde de Sinimbu; José Borges do **Canto**; Diogo Alves Correa, o **Caramurú**; José Joaquim Carneiro de Campos, visconde de **Caravelas**; Manoel Alves Branco, primeiro visconde de **Caravelas**; Estevão José **Carneiro da Cunha**; Francisco **Carneiro de Campos**; Frederico **Carneiro de Campos**; Honório Hermeto **Carneiro Leão**, marques de Paraná; **Cavalcanti de Albuquerque**; Nabor Carneiro Bezerra **Cavalcanti**; Duque de **Caxias**, Luís Alves de Lima e Silva; José da Silva Lisboa, visconde de **Cairu**.

Listagens das gravuras, mapas/cartas e gráficos intercalados ao texto do verbete *Le Brésil* na produção das separatas em 1889.

Table des gravures, cartes et graphiques.
Intercalés dans le texte.

1. Carte du Brésil, de la Grande Encyclopédie, par le commandant Prudent
2. Vase anthromorphe de Marajó
3. Urne funéraire
4. Petit vase gravé trouve à Marajó
5. Tambeao ou Tamatiatang ?
6. Fetiche en steatite
7. Types d'Indiens du Brésil
8. Plan de Rio de Janeiro et ses environs, par le baron de Rio Branco
9. Plan de Bahia et ses environs, par le baron de Rio Branco
10. Plan de Recife, Olinda et environs, par le baron de Rio Branco
11. La première messe au Brésil, tableau de Victor Meirelles
12. La première bataille de Guararapes, tableau de Pedro Américo
13. Ypiranga. Proclamation de l'indépendance du Brésil tableau de Pedro Américo
14. La bataille navale de Riachuelo, tableau de Victor Meirelles
15. La bataille d'Avay, tableau de Pedro Américo
16. Le Christ et la femme adultere, marbre de Rodolpho Bernardelli
17. La Coquette, marbre de Rodolpho Bernardelli
18. Carte des chemins de fer du Brésil central (october 1889), par le baron de Rio Branco
19. Diagramme de la valeur annuelle du commerce extérieur du Brésil, ainsi que des recettes du budget général, depuis l'année 1834-35 jusqu'à l'année 1886-87, par le baron de Rio Branco
20. Diagramme montrant l'importation annuelle des africains et l'immigration européenne, ainsi que le développement des chemins de fer au Brésil dans la période de 1851 à 1888, par le baron de Rio Branco
21. Diagramme indiquant le maximum et le minimum du change entre Rio de Janeiro et Londres de 1851 à 1885, par le baron de Rio Branco.

Listagens das imagens que compõem o *Álbum de vistas do Brasil*, apêndice do verbete *Le Brésil* (1889)

Table des gravures de l'album

I. Municipe neutre et province de Rio de Janeiro

1. RIO DE JANEIRO. Vue a vol d'oiseau
2. RIO DE JANEIRO. Vue prise de l'Ile das Cobras (Ile des Serpents)
3. RIO DE JANEIRO. Vue prise du Morro da Providencia (Mont de la Providence)
4. RIO DE JANEIRO. Vue prise du Morro do Castelo (Mont du Chateau)
5. RIO DE JANEIRO. L'Anse de Botabofogo - Vue prise des hauteurs de Mundo-Novo.
6. RIO DE JANEIRO. La Douane
7. RIO DE JANEIRO. Hospital de la Misericorde
8. RIO DE JANEIRO. Rue Primeiro de Março. Vue prise en face de la Poste
9. RIO DE JANEIRO. Rue Primeiro de Março. Vue prise de la place D. Pedro II
10. RIO DE JANEIRO. Place da Constituição
11. RIO DE JANEIRO. Statue de l'empereur Dom Pedro I par L. Rochet
12. RIO DE JANEIRO. Parc da Acclamação
13. RIO DE JANEIRO. Hôtel des Monnaies (Casa da Moeda)
14. RIO DE JANEIRO. Outeiro da Glória (Colline de la Gloire)
15. RIO DE JANEIRO. Le Quartier de Catete
16. RIO DE JANEIRO. Entrée de la Baie – Vue prise de Nova-Cintra
17. RIO DE JANEIRO. Plage de Botafogo
18. RIO DE JANEIRO. Église Notre-Dame de la Gloire
19. RIO DE JANEIRO. École publique de Gloria
20. RIO DE JANEIRO. Allée des palmiers au Jardin Botanique
21. RIO DE JANEIRO. Chateau Impérial de Boa-Vista
22. RIO DE JANEIRO. Chateau de Boa-Vista: Avenue Centrale
23. RIO DE JANEIRO. Vues dans le Parc Impérial de Boa-Vista
24. RIO DE JANEIRO. Vues dans le Parc Impérial de Boa-Vista
25. RIO DE JANEIRO. Vues dans le Parc Impérial de Boa-Vista
26. RIO DE JANEIRO. Pont Silvestre (Chemin de fer du Corcovado)
27. RIO DE JANEIRO. Entrée de la Baie – Vue prise du Corcovado
28. ENVIRONS DE RIO DE JANEIRO. Une vue dans l'Ile de Paquetá
29. ENVIRONS DE RIO DE JANEIRO ITAPUCA – Vue prise de la plage d'Icaraí
30. PETRÓPOLIS. Le Chateau Impérial
31. PETRÓPOLIS. La rue de Nassau
32. ENVIRONS DE PETRÓPOLIS. La Cascade d'Itamaraty
33. NOVA FRIBURGO. Vue d'une partie de la ville.

II. Province de Bahia

34. BAHIA. Panorama de São Salvador da Bahia – Vue prise du fort do Mar
35. BAHIA. Vue prise de la Ladeira da Montanha (Montée de la Montagne)
36. BAHIA. Vue prise de la Plataforme de l'Ascenseur
37. BAHIA. Caes Dourado (Quai Doré)
38. BAHIA. Quai et place Riachuelo
39. BAHIA. Monument commémoratif de la Guerre du Paraguay
40. BAHIA. L'Ascenseur
41. BAHIA. Santa Barbara
42. BAHIA. Preguiça

43. BAHIA. Pedreiras
44. BAHIA. Rue Conselheiro Dantas
45. BAHIA. Rue das Mercês
46. BAHIA. Rue São Pedro
47. BAHIA. Ladeira de São Bento (Montée de Saint-Benoit)
48. BAHIA. Passeio Público (Jardin Public)
49. BAHIA. Passeio Público (Jardin Public)
50. BAHIA. Place da Victoria (Place de la Visctoria)
51. BAHIA. L'Hôtel de Ville
52. BAHIA. La Cathédrale
53. BAHIA. Église da Piedade (Église de la Piété)
54. BAHIA. Barra
55. BAHIA. Santo Antonio da Barra
56. BAHIA. Dique ou Lagoa Garcia

III. Province de Pernambuco

57. RECIFE ET OLINDA. Vue prise du large
58. RECIFE. Pont Sete de Setembro
59. RECIFE. La Présidence, Le Théatre Izabel
60. RECIFE. Le Pont Izabel, L'Assemblée Législative et le Gymnase
61. RECIFE. Vue prise du Quartier Santo Antonio sur celui de Recife
62. RECIFE. Partie Méridionale du Quartier Santo Antonio
63. RECIFE. Rue do Crespo
64. RECIFE. L'Assemblée Législative Provinciale
65. RECIFE. LÉglise de Boa-Vista
66. RECIFE. Le Pénitencier
67. RECIFE. L'Église da Penha
68. RECIFE. Pateo do Terço
69. ENVIRONS DE RECIFE. Passagem
70. ENVIRONS DE RECIFE. Habitations d'indiens civilisés

IV. Province de Pará

71. BELEM DO PARÁ. Panorama de la Ville

V. Province d'Espirito Santo

72. VICTORIA. Vue prise de la rade
73. CHACHOEIRA DE SANTA LEOPOLDINA. Colonie

VI. Province de Rio Grande do Sul

74. PORTO ALEGRE. Vue prise de la rive droite du Guahyba

VII. Province de Minas Gerais

75. OURO PRETO. Vue d'une des entrées de la ville
76. OURO PRETO. Vue d'une partie de la ville
77. SABARA. Vue d'une partie de la ville
78. Plaines sur les bords du Rio das Velhas
79. Gisement de diamants a São João da Chapada
80. Lavage du minerai d'or
81. Mines d'or de Morro Velho

VIII. Province de São Paulo

82. SÃO PAULO. Vue de la ville, pride de la plaine du Tamanduatehy
83. SÃO PAULO. La Faculté de Droit
84. SÃO PAULO. La Présidence
85. SÃO PAULO. Fontaine de la Présidence
86. SÃO PAULO. Le Jardin Public
87. SÃO PAULO. Ponte Grande sur le Tieté
88. Plantation de café de la colonie Paulicéa
89. Cueillette du café par des colons européens

IX. Paysages

90. FÔRET d'Araucarias. Province du Paraná
91. FÔRET VIERGE. Province de Rio de Janeiro
92. FÔRET VIERGE PRÉS MANGARATIBA. Province de Rio de Janeiro
93. PLAGE D'ITAPEBUÇU ET MONTS D'IRIRI PRÈS MACAHÉ. Province de Rio de Janeiro
94. CHUTE DE PAULO AFONSO. Rio São Francisco